

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		ANJOS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0118	CN	PLEG	MPV	02215 -10	2001	12	09	2001	CN	SSCLCN	Funcionário

Encerrado o Volume I, fls. 01 a 298, aberto o Voume II, fls. 299 a 600 e Volume III, fls. 601 a 891.  
À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0119	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SSCLCN	Funcionário

Foram anexados aos Volumes II e III, originais das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 2.188-9, conforme folhas assim distribuídas, as de nºs 299 a 649, no Volume II, e de nºs 650 a 891, no Volume III, do processo.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0120	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SSCLCN	Funcionário

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.188-9/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0121	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SACM	Funcionário

Ao Serviço de Comissões Mistas.

N.Bal 0111	Cs/Órg CN PLEG	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	MARTAHELE Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 01*	Mês 09	Ano 2001		

*Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas e rubricadas.  
À SSCLCN.*

N.Bal 0115	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 12	Mês 09	Ano 2001		

*A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 1-5-2001 (Seção I), sem alterações, convalidando os atos da referida Medida, conforme folhas nºs 02 a 06, anexadas ao processo.*

N.Bal 0116	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 12	Mês 09	Ano 2001		

*Foram anexados os originais das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 2.188-9, conforme folhas nºs 07 a 309.*

N.Bal 0117	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN PLEG	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 12	Mês 09	Ano 2001		

*Ao Protocolo Legislativo para confecção dos volumes II e III, da presente Medida Provisória.*





N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0122	CN	SACM	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SACM	Funcionário

Anexado OF/GAB/I/Nº 596, da Liderança do PMDB na Câmara, substituindo os Deputados anteriormente indicados pelos Deputados Laire Rosado e Tadeu Filipelli como titulares e Jorge Wilson e José Índio como suplentes da Comissão Mista (fls. 892).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0123	CN	SACM	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SACM	Funcionário

No prazo regimental foi adicionada à Medida Provisória 1 (uma) emenda de nº 822, da Senadora Emília Fernandes (fls. 893 a 895).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0124	CN	SACM	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	ATA-PLEN	Funcionário

Encaminhada uma via da emenda à SSATA para publicação e confecção de avulsos.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		RODRIGUE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0125	CN	ATA-PLEN	MPV	02215 -10	2001	13	09	2001	CN	SACM	Funcionário

Nesta data foi encaminhada à SEEP, a Emenda nº 822, para confecção dos respectivos avulsos.  
Publicada no DSF, de 14/09/2001

N.Bal 0099	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		RILVANA Funcionário
			Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 19	Mês 09	Ano 2001			

O Líder do PFL indicou o Senador Romeu Tuma para relatar a matéria.

Anexei ofício do Chefe de Gabinete do Senador Romeu Tuma, solicitando o processado da MP 2215-10, para análise de sua Excelência, de folha nº 299.

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

N.Bal 0127	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 19	Mês 09	Ano 2001			

Anexadas ao Volume III, fls. nºs 896 a 940, referentes à Mensagem nº 593/2001-CN.

N.Bal 0128	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 19	Mês 09	Ano 2001			

Anexada ao Volume III, folha nº 941, referente ao Ofício do Líder do PSDB da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal 0129	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 01	Mês 11	Ano 2001			

Anexada ao Volume III, folha nº 942, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal 0130	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 29	Mês 11	Ano 2001		

Anexada ao Volume III, folha nº 943, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal 0131	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	AURENICE Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 08	Mês 04	Ano 2002		

Encerrado o Volume III, aberto o Volume IV.

N.Bal 0132	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	AURENICE Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 08	Mês 04	Ano 2002		

Anexada ao Volume IV fls. nº 944, referente à cópia do DOU de 8-4-2002 com a publicação do Decreto nº 4.184, de 5-4-2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo da MPV nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001".

N.Bal 0106	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02215 -10	Ano 2001	Dia 06	Mês 11	Ano 2002		

Anexada ao Volume IV, folha nº 945, referente ao Ofício do Líder do Bloco (PSDB/PPB), do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.



N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0107	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	08	11	2002	CN	SSCLCN	Funcionário

Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0108	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	08	11	2002	CN	SSCLCN	Funcionário

Ao Gabinete do Senador Romeu Tuma, relator da matéria, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOESOA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0109	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	18	12	2002	CN	SSCLCN	Funcionário

A matéria foi recebida por este órgão nesta data.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0110	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	26	03	2003	CN	SSCLCN	Funcionário

Anexada ao Volume IV, folha nº 947, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0111	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	22	05	2003	CN	SSCLCN	

Anexada ao Volume IV, folha nº 948, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0112	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	01	07	2003	CN	SSCLCN	

Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0113	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	27	08	2003	CN	SSCLCN	

Anexadas ao Volume IV, folhas nºs 949 a 950, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0114	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	11	03	2004	CN	SSCLCN	

Anexadas ao Volume IV, folhas nºs 951 a 956, referentes à publicação do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, que regulamenta a Medida Provisória nº 2.215, de 31-8-2001, no DOU de 19-7-2002.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0115	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	05	07	2004	CN SSCLCN	Funcionário

Anexado ao Volume IV, cópia do Ofício SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 957 a 959.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VINICIUS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0047	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	26	04	2005	CN SACM	Funcionário

À Comissão Mista.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VALERIAR
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0047	CN SACM	MPV	02215 -10	2001	27	04	2005	CN SSCLCN	Funcionário

À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0049	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	24	10	2005	CN SSCLCN	Funcionário

Anexada ao Volume IV, cópia da Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005, publicada no DOU de 21-10-2005, conforme consta à folha nº 960.





N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0050	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	27	01	2006	CN SSCLCN	Funcionário

Juntado o Of. nº 439/SGM/P, de 20 de abril de 2005, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando cópia do ofício do Vereador Fernando Cid Diniz Borges, da Câmara Municipal de Caçapava - SP, contendo reivindicações da "Família Militar", conforme consta às folhas nºs 961 a 964, Volume IV.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0051	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	27	01	2006	CN SSCLCN	Funcionário

Juntado o Of. nº 748/SGM/P, de 31 de maio de 2005, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando cópia do ofício s/n da Associação de Pensionistas e Esposas de Militares das Forças Armadas - APEMFA, solicitando inclusão em Ordem do Dia a votação da MPV nº 2215-10/2001, conforme consta às folhas nºs 965 a 967, Volume IV.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0052	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	27	01	2006	CN SSCLCN	Funcionário

Juntado o Of. Circular nº 5, de 23 de junho de 2005, do Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - SECCÃO, Florianópolis - SC, solicitando o andamento da MPV nº 2215-10/2001, conforme consta às folhas nºs 969 a 972, Volume IV.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0053	CN	SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	18	04	2008	CN SSCLCN	Funcionário

Juntadas fls. 973 a 1.005 (ao Volume IV) referentes a documentos diversos que fazem parte das solicitações para que a Medida seja efetivamente votada pelo Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0054	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	05	09	2008	CN SSCLCN		JOAOALVI
										Funcionário

Jutada fls. (ao Volume IV) nº 1006 referente ao telegrama dos Sub-Oficiais e Sargentos da Força Aérea Brasileira, no qual solicitam a apreciação da matéria.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0056	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	10	03	2009	CN SSCLCN		SONIALIM
										Funcionário

Juntada ao Volume IV, fl. nº 1007, referente ao Ofício nº 47/GAB, de 3 de março de 2009, do Deputado Paulo Piau, PMDB, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, solicitando a inclusão em Ordem do Dia a Medida Provisória nº 2215-10, de 2001.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0018	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	02	06	2009	CN SSCLCN		AURENICE
										Funcionário

Juntada ao Volume IV o avulso da MP 2215-10, fl. nº 1008.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0058	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	02	06	2009	CN SSCLCN		AURENICE
										Funcionário

Juntadas fls. nºs 1009 a 1062 ao volume IV, cópias de documentos diversos, referentes à MP 2215-10:

- Notas taquigráficas da Fala do Dep. Jair Bolsonaro;
- Minuta do parecer de admissibilidade; e
- Minuta do parecer quanto ao mérito.



SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MAMEREB rev. MAMEREB
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0059	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	28	09	2009	CN SSCLCN		<i>Mam</i>

Juntada cópia do DOU de 28-09-2009, com publicação da Súmula nº 47, de 23 de setembro de 2009, da Advocacia-Geral da União, conforme consta à folha nº 1063, Volume IV.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CHRYSRF rev. CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0129	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	18	05	2010	CN SSCLCN		

Juntadas folhas 1064 a 1067, referentes ao Ofício 838/SGM/P, de 10-5-2007, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Jair Bolsonaro, na sessão de 24 de abril de 2007, sobre MP nº 2215/01.



SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		DAIANERS rev. RENATORD
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0130	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	26	08	2011	CN SSCLCN		

Juntadas fls. 1068 e 1069, referentes ao Ofício OF/LID/Nº 118/2011, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, solicitando a inclusão da presente Medida Provisória na Ordem do Dia.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MONDIN rev. CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0131	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	04	06	2014	CN SSCLCN		

Juntadas correspondências endereçadas à Presidência encarecendo a solicitação para apreciação, o quanto antes, da medida provisória, às fls. 1.070 a 1.086 (ao Volume IV).





SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Org	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0132	CN SSCLCN	MPV	02215 -10	2001	21	07	2014	CN SSCLCN	<i>Daianers</i>

Juntado Ofício nº 260/2014, do Sr. Pedro Taques, Senador da República, que encaminha o Ofício nº 38/2014, assinado pelo Sr. Júlio Augusto de Oliveira Soares, Presidente da FAMIL-MT, que requer a inclusão da MPV 2.215-10/2001 na Ordem do Dia do Congresso Nacional., às fls.1.087 a 1.096.



SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL  
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

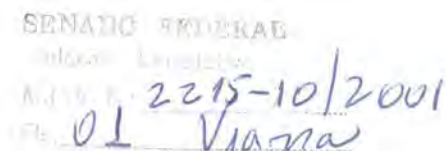
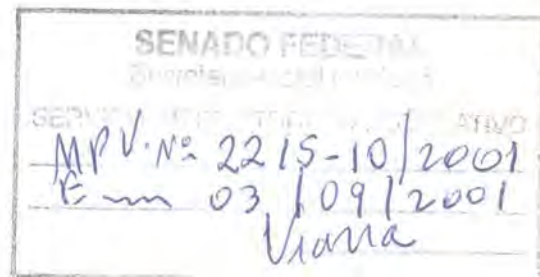
CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



CONGRESSO NACIONAL

## TERMO DE AUTUAÇÃO

Aos três dias do mês de setembro de 2001, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, *Caput*, da Resolução Nº 1, de 1989-CN, autuei a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10**, de 31 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 01 de setembro de 2001, edição extra, páginas 01 a 05. Eu, Adhemar Cavalcante Mendes, Chefe do Serviço de Protocolo Legislativo do Senado Federal, lavrei o presente.





# Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 168 -A-E Brasília - DF, sábado, 1 de setembro de 2001 R\$ 0,15

## Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	14
Índice.....	15

## Atos do Poder Executivo

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.214, DE 31 DE AGOSTO DE 2001

Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Nos exercícios de 2001 e 2002, ficam desvinculados de despesas, entidades e fundos, mantidas as vinculações aos respectivos Ministérios, os seguintes percentuais dos recursos, pertencentes à União, de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, incluindo-se adicionais e acréscimos legais:

.....\* (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de agosto de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Marta Tavares  
José Jorge

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

#### CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 1º A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

- a) militar;
- b) de habilitação;
- c) de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- d) de compensação orgânica; e
- e) de permanência;

III - gratificações:

- a) de localidade especial; e
- b) de representação.

Parágrafo único. As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Medida Provisória.

Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares têm os seguintes direitos remuneratórios:

I - observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória:

- a) diária;
- b) transporte;
- c) ajuda de custo;
- d) auxílio-fardamento;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio-natalidade;
- g) auxílio-invalidéz; e
- h) auxílio-funeral;

II - observada a legislação específica:

- a) auxílio-transporte;
- b) assistência pré-escolar;
- c) salário-família;
- d) adicional de férias; e
- e) adicional natalino.

Parágrafo único. Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do Anexo IV.

Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória entende-se como:

I - soldo parcela básica mensal da remuneração dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível

II - adicional militar parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar

III - adicional de habilitação parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

IV - adicional de tempo de serviço parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V - adicional de compensação orgânica parcela remuneratória mensal devida ao militar para compensação de desgast orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação;

VI - adicional de permanência parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação;

VII - gratificação de localidade especial parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em região insalubre, conforme regulamentação;

VIII - gratificação de representação:

a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção ou chefia de organização militar, conforme regulamentação; e

b) parcela remuneratória eventual devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, ou prego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação;

ATENÇÃO

ENVIO DE  
MATERIAS

Na edição de 03 de setembro de 2001 dos Diários Oficial e da Justiça, circulará encarte sobre o **Envio Eletrônico de Matérias.**

SENADO FEDERAL

Protocolo

MEV 8

Fls. 02

2215/10/2001  
Viana





IX - diário direito pecuniário devido ao militar que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousagem, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;

X - transporte direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado por conta da União, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional;

XI - ajuda de custo direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação;

a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e

b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento;

XII - auxílio-fardamento direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento, conforme regulamentação;

XIII - auxílio-alimentação direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação, conforme regulamentação;

XIV - auxílio-natalidade direito pecuniário devido ao militar por motivo de nascimento de filho, conforme regulamentação;

XV - auxílio-invalidez direito pecuniário devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme regulamentação; e

XVI - auxílio-funeral direito pecuniário devido ao militar por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme regulamentação.

Parágrafo único. O militar quando em viagens a serviço terá direito a passagens, conforme regulamentação.

Art. 4º A remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos a penhora, sequestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 5º O direito do militar à remuneração tem início na data:

I - do ato da promoção, da apresentação atendendo convocação ou designação para o serviço ativo, para o Oficial;

II - do ato da designação ou declaração, da apresentação atendendo convocação para o serviço ativo, para o Guarda-Marinha ou o Aspirante-a-Oficial;

III - do ato da nomeação ou promoção a Oficial, para Suboficial ou Subtenente;

IV - do ato da promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças;

V - da incorporação às Forças Armadas, para convocados e voluntários;

VI - da apresentação à organização competente do Ministério da Defesa ou Comando, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação das Forças Armadas; ou

VII - do ato da matrícula, para os alunos das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres.

Parágrafo único. Nos casos de retroatividade, a remuneração é devida a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6º Suspende-se temporariamente o direito do militar à remuneração quando:

I - em licença para tratar de interesse particular;

II - na situação de desertor; ou

III - agregado, para exercer atividades estranhas às Forças Armadas, estiver em cargo, emprego ou função pública temporária não eletiva, ainda que na Administração Pública Federal indireta, respeitado o direito de opção pela remuneração correspondente ao posto ou graduação.

Parágrafo único. O militar que usar do direito de opção pela remuneração faz jus à representação mensal do cargo, emprego ou função pública temporária.

Art. 7º O direito à remuneração em atividade cessa quando o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas por:

I - anulação de incorporação, desincorporação, licenciamento ou demissão;

II - exclusão a bem da disciplina ou perda do posto e patente;

III - transferência para a reserva remunerada ou reforma; ou

IV - falecimento.

§ 1º O militar, enquanto não for desligado, continuará a perceber remuneração na ativa até a publicação de seu desligamento, que não poderá ultrapassar quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial do respectivo ato.

§ 2º A remuneração a que faria jus, em vida, o militar falecido, será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

Art. 8º Quando o militar for considerado desaparecido ou extraviado, nos termos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos seis meses, iniciar-se-á a habilitação dos beneficiários à pensão militar, cessando o pagamento da remuneração ou dos proventos quando se iniciar o pagamento da pensão militar.

§ 2º Reaparecendo o militar, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre a remuneração ou os proventos a que faria jus e a pensão paga a seus beneficiários.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS PECUNIÁRIOS AO PASSAR PARA A INATIVIDADE

Art. 9º O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus:

I - à ajuda de custo prevista na alínea "b" do inciso XI do art. 3º desta Medida Provisória; e

II - ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias é considerada como mês integral.

§ 2º Os direitos previstos neste artigo são concedidos aos beneficiários da pensão militar no caso de falecimento do militar em serviço ativo.

## CAPÍTULO III DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art. 10. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

I - soldo ou quotas de soldo;

II - adicional militar;

III - adicional de habilitação;

IV - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V - adicional de compensação orgânica; e

VI - adicional de permanência.

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

I - integrais, calculados com base no soldo; ou

II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a um trinta avos do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar transferido para a reserva remunerada *ex officio*, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, ou por não haver preenchido as condições de escolha para acesso ao generalato, tem direito ao soldo integral.

Art. 11. Além dos direitos previstos no art. 10, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

I - adicional-natalino;

II - auxílio-invalidez;

III - assistência pré-escolar;

IV - salário-família;

V - auxílio-natalidade; e

VI - auxílio-funeral.

Art. 12. Suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente.

Art. 13. Cessa o direito à percepção dos proventos na inatividade na data:

I - do falecimento do militar;

II - do ato que priva o Oficial do posto e da patente; ou

III - do ato da exclusão a bem da disciplina das Forças Armadas, para a praça.

## CAPÍTULO IV DOS DESCONTOS

Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar:

I - contribuição para a pensão militar;

II - contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;

III - indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;

IV - impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;

## CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Presidente da República

PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA  
Diretor-Geral

## DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos  
ISSN 1415-1537

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO  
Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO  
Coordenadora de Jornais Oficiais  
Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

22/09/2001  
2215-10/2001  
Plo. 03 Vinha





V - indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;

VI - pensão alimentícia ou judicial;

VII - taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;

VIII - multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;

Art. 16. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força.

#### CAPÍTULO V DOS LIMITES DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS

Art. 17. Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força.

Parágrafo único. Excluem-se, para fim de aplicação deste artigo, os valores inerentes a:

I - direitos remuneratórios previstos no art. 2º desta Medida Provisória;

II - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

III - adicional de compensação orgânica;

IV - gratificação de localidade especial;

V - gratificação de representação; e

VI - adicional de permanência.

Art. 18. Nenhum militar ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada.

§ 1º A pensão militar de que trata o caput deste artigo é a pensão militar troncão e não as cotas partes resultantes das subdivisões aos beneficiários.

§ 2º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial.

§ 3º O complemento previsto no caput deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvido por ocasião de futuros reajustes.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

##### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 19. Os convocados ou mobilizados fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. Ao servidor público federal, estadual ou municipal fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.

Art. 20. Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.

Art. 21. Ao militar que, em 29 de dezembro de 2000, encontrar-se reformado com fundamento no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, ou na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, fica assegurado o cálculo de seus proventos referentes ao soldo do posto de Segundo-Tenente, ou, se mais benéfico, o do posto a que ele faz jus na inatividade.

Art. 22. Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas, mapeamento e levantamento cartográfico e hidrográfico, construção e instalação de rede de proteção ao voo, serviços de sinalização náutica e reboque poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.

Art. 23. O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.

Art. 24. O militar que, até 1º de março de 1976, tinha direito a compensação orgânica pela metade do valor, quando em deslocamento em aeronave militar, a serviço de natureza militar, não sendo tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou observador fotogramétrico, tem o seu direito assegurado.

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

##### Seção II Das Disposições Transitórias

Art. 26. Enquanto não entrar em vigor lei especial disposta sobre remuneração em campanha, permanecem em vigor os arts. 101 a 109 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

##### Seção III Das Disposições Finais

Art. 27. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no caput deste artigo:

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

II - cabos, soldados, marinheiros e tálfeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço." (NR)

"Art. 3º -A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento." (NR)

"Art. 4º Quando o militar, por qualquer circunstância, não puder ter descontada a sua contribuição para a pensão militar, deverá ele efetuar o seu recolhimento, imediatamente, à unidade a que estiver vinculado.

Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão militar." (NR)

"Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração do beneficiário preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade:

a) cônjuge;

b) companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;

c) pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia;

d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e

e) menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.

II - segunda ordem de prioridade, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar;

III - terceira ordem de prioridade:

a) o irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do militar;

b) a pessoa designada, até vinte e um anos de idade, se inválida, enquanto durar a invalidez, ou maior de sessenta anos de idade, que vivam na dependência econômica do militar.

§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que tratam o inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III.

§ 2º A pensão será concedida integralmente aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "b", ou distribuída em partes iguais entre os beneficiários daquele inciso, alíneas "a" e "c" ou "b" e "c", legalmente habilitados, exceto se existirem beneficiários previstos nas suas alíneas "d" e "e".

§ 3º Ocorrendo a exceção do § 2º, metade do valor caberá aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "c" ou "b" e "e", sendo a outra metade do valor da pensão rateada, em partes iguais, entre os beneficiários do inciso I, alíneas "d" e "e". (NR)

"Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

Parágrafo único. A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior.

I - à de aspirante à oficial ou guarda-marinha para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II - à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos." (NR)

"Art. 23. Perderá o direito à pensão militar o beneficiário que:

I - venha a ser destituído do pátrio poder, no tocante às quotas-partes dos filhos, as quais serão revertidas para estes filhos;

II - atinja, válido e capaz, os limites de idade estabelecidos nesta Lei;

III - renuncie expressamente ao direito;

IV - tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar." (NR)

"Art. 27. A pensão militar não está sujeita à penhora, sequestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei." (NR)

"Art. 29. É permitida a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal." (NR)

Art. 28. A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas." (NR)

"Art. 50.

II - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possua quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

III - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando trinta anos de serviço, for transferido para a reserva remunerada, ex officio, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e

" (NR)

"Art. 53. A remuneração dos militares será estabelecida em legislação específica, comum às Forças Armadas." (NR)

"Art. 63.

§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença.

" (NR)

"Art. 67.

§ 3º A concessão da licença é regulada pelo Comandante da Força." (NR)

2215-10/2001  
Fla. 04  
Viana









ANEXO II

TABELAS DE ADICIONAIS

TABELA I - ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	17	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	14	
Oficial Intermediário.	11	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	8	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	6	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

TABELA II - ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2003)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	28	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	25	
Oficial Intermediário.	22	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	19	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	16	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

ANEXO II

TABELA III - ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

TIPOS DE CURSO	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Altos Estudos - Categoria I.	30	Arts. 1º e 3º.
Altos Estudos - Categoria II.	25	
Aperfeiçoamento.	20	
Especialização.	16	
Formação.	12	

TABELA IV - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

BASE	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Tempo de Serviço	1% por ano	Arts. 1º, 3º e 30.

TABELA V - ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Vôo em aeronave militar como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e fotogramétrico.	20	Arts. 1º e 3º.
Salto em pára-quedas, cumprindo missão militar.		
Imersão no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos.	10	
Mergulho com escafandro ou com aparelho.		
Controle de Tráfego Aéreo.		
Trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.		

TABELA VI - ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
a Militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para transferência para a inatividade remunerada.	5%	Arts. 1º e 3º.
b Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea "a" acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção.	

ANEXO III

TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Categoria A.	20	Arts. 1º e 3º.
Categoria B.	10	

TABELA II - GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	10	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior, Intermediário e Subalterno em cargo de Comando, Direção ou Chefia.	10	
Participante em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira, no País.	2	

ANEXO IV

TABELAS DE OUTROS DIREITOS

TABELA I - AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a Militar, com dependente, nas movimentações com deslocamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "a".
b Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem deslocamento de organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
c Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem deslocamento de organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra na volta.	
d Militar, com dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria "A" ou de uma Localidade Especial Categoria "A" para qualquer outra localidade, nas movimentações com deslocamento da organização militar.	Quatro vezes o valor da remuneração.	
e Militar, sem dependente, nas situações "a", "b", "c" e "d" desta tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações "a", "b", "c", e "d" desta tabela.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "b".
f Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial - quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar. Praça - quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.	

ANEXO IV

TABELA II - AUXÍLIO-FARDAMENTO

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	Art. 2º e art. 3º, inciso XII.
b O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo e meio.	
c Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		Um soldo.
d O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.		
e Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.		
f Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
g O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
h A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
i O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
j O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
l O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	

SENADO FEDERAL  
M.P.V. Nº 2215-10/2001  
Fls. 06  
Viana



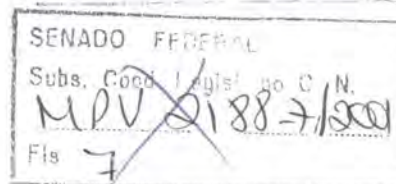
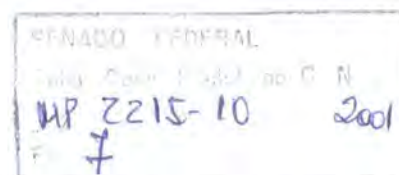
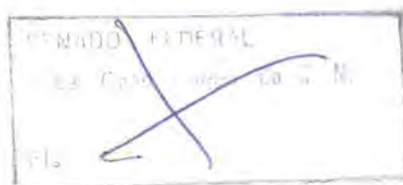
**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131**, ADOTADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDAS N.ºS			
Deputado JAIR BOLSONARO.....	001	002	003	004
	005	006	007	008
	009	010	011	012
	013.			

SACM

EMENDAS APRESENTADAS: 013





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 14 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte § 4º:

"Os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos ou pensões militares."

JUSTIFICAÇÃO

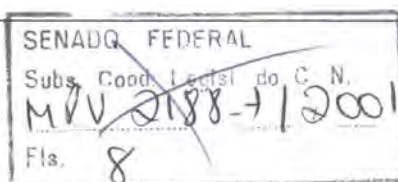
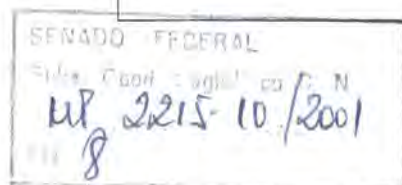
Coibir a indústria da agiotagem oficializada, em especial no Exército, onde existe quase uma centena de entidades conveniadas, quase todas cobrando altos juros, mensalidades de Associação e escorchantes seguros, levando a crer a possibilidade real de convivência com autoridades que autorizam tais descontos.

Cabe ressaltar que a Marinha do Brasil opera com zelo e honestidade na escolha das entidades consignatárias bem como pelo controle dos empréstimos.

Na atual MP não existe qualquer proteção aos pensionistas militares, e chega-se ao cúmulo de encontrarmos centenas de contracheques zerados. Se a Força executa o pagamento destes pensionistas e autoriza estes descontos, tem o dever de impor um controle nesta absurda agiotagem.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso III	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

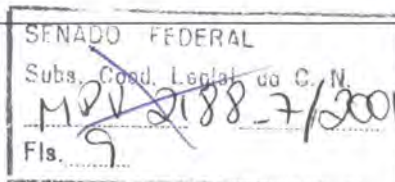
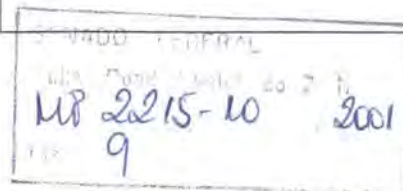
Suprima-se o inciso III do artigo 15 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

O desconto para o Fundo de Saúde do Exército, por exemplo, está tendo um reajuste de mais de 100%. Pagar pelo atendimento médico realizado por Organização Militar de Saúde é um contra-senso.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 18	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

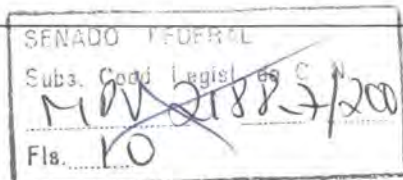
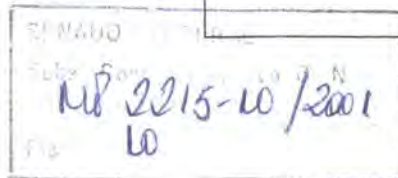
Suprima-se o parágrafo segundo do artigo 18 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível que um cidadão que está prestando o serviço militar obrigatório ou um cadete, venha a receber um soldo inferior ao já diminuto salário mínimo. Atente-se que o novo soldo representará para estas praças o total dos seus rendimentos.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

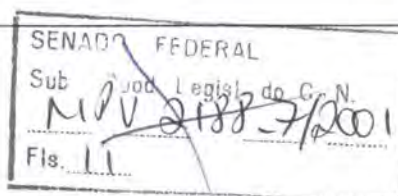
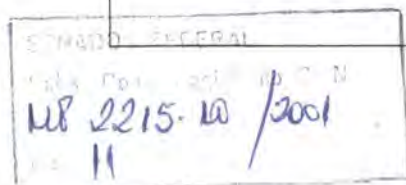
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "... extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000005

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 DEZ 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	-----------------	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

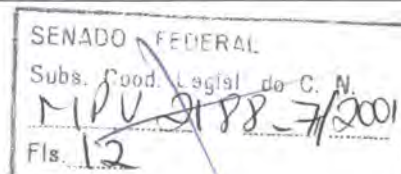
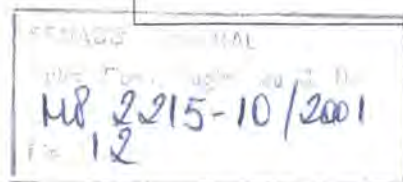
Suprima-se do Art. 28 o "inciso II do Art. 50" e no Art. 39 a expressão "§ 1º do Art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como por exemplo o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem pasmados esta iniciativa da Defesa que na prática não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada nesta iniciativa. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação politico-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03/01/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000
--------------------	--

autor DEPUTADO JAIR BOLSONARO	nº do prontuário 302
----------------------------------	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

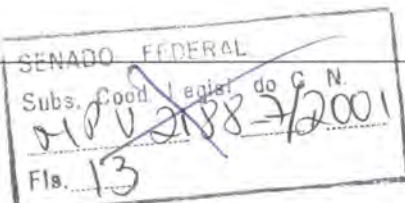
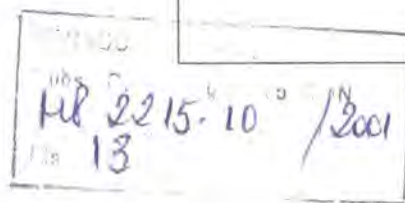
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

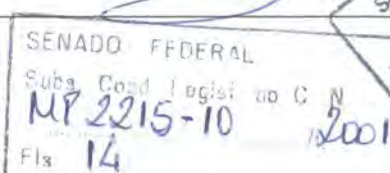
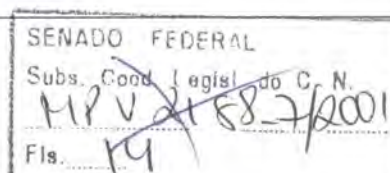
Suprima-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação, pois os servidores civis continuam com esta vantagem.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

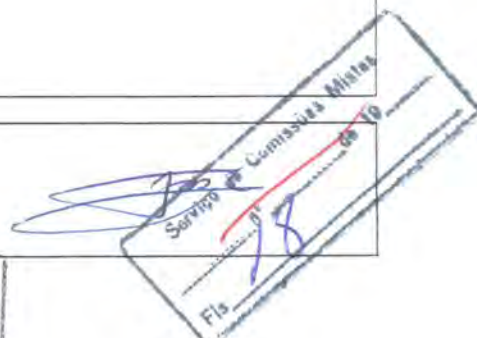
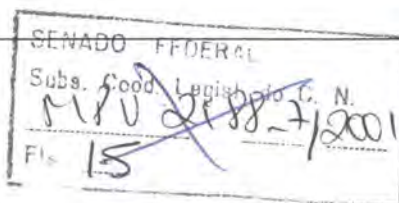
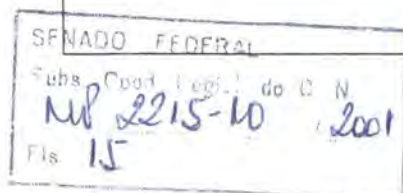
Suprima-se o Art. 37 da Medida Provisória em epígrafe e no Art. 39 suprima-se o "inciso II" do Art. 137 do Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa visa manter a isonomia com os militares oriundos de Academias Militares.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	---	---

Página	Artigo 38	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 38 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

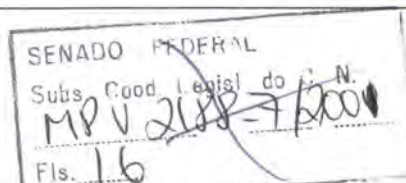
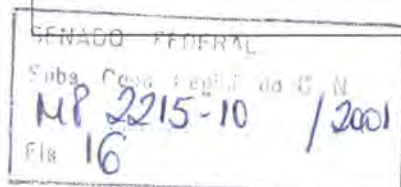
"Parágrafo único. Aplica-se a presente lei ao ex-combatente de que trata o Art. 53 do ADCT/CF/88."

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação do dispositivo constitucional.

PARLAMENTAR

Brasilia 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo.

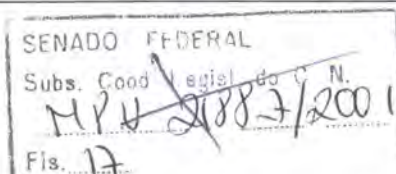
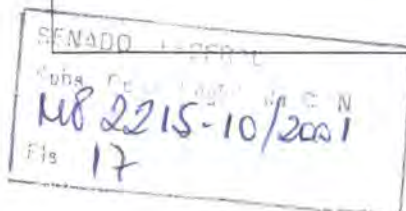
"Art. \_\_\_\_ O soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo do seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior."

**JUSTIFICAÇÃO**

Suprir lacuna existente na MP evitando-se rebaixamento dos proventos dos atuais Marechais e seus pensionistas.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se na seção III, das disposições finais, o seguinte artigo:

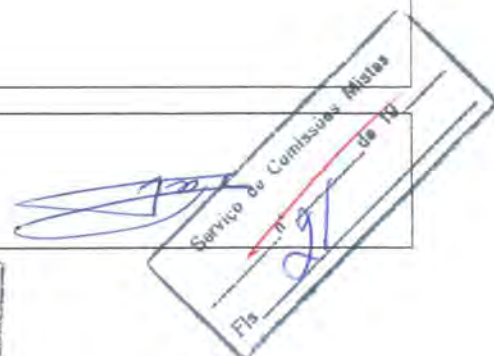
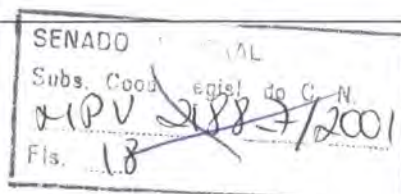
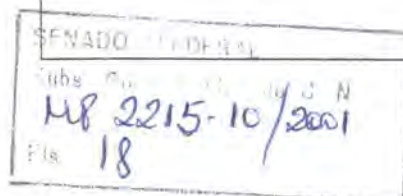
"Art. \_\_\_\_ O militar da ativa a disposição da Justiça Eleitoral para concorrer a cargo eletivo fará jus a remuneração integral enquanto durar esta situação."

**JUSTIFICAÇÃO**

A Legislação Eleitoral já contempla tal dispositivo, contudo algumas autoridade militares do Exército têm dificuldades em sua interpretação, obrigando que ao longo da última década os militares da ativa do Exército tenham recorrer à Justiça para perceberem sua remuneração.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

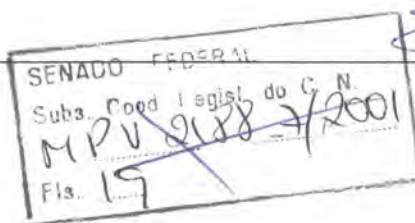
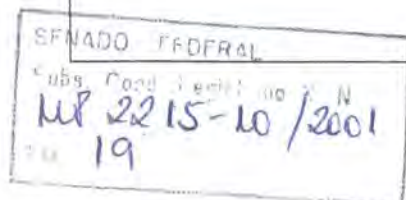
"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Antigo Distrito Federal, extensivo aos seus pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 39 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os integrantes da PM, CBM e seu pensionistas não podem ter seus proventos e pensões rebaixados. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131

000013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
03/01/2001	Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro 2000

autor	nº do prontuário
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Ultimo Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

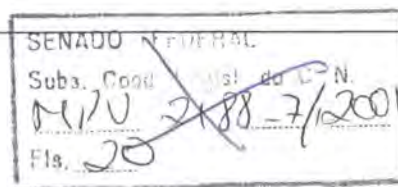
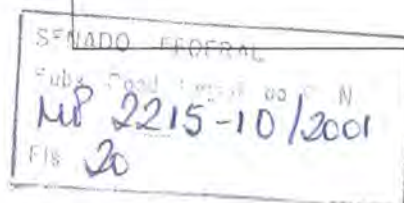
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostas para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um segundo tenente, ter um soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedencia sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília 03 de janeiro de 2001





**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-1**, ADOTADA EM 26 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

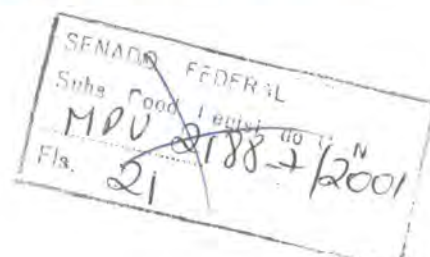
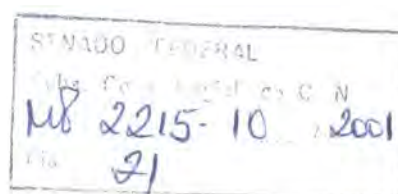
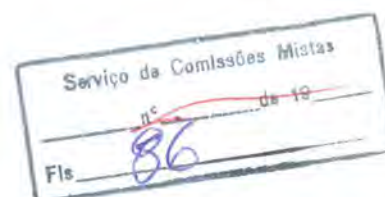
CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado ALBERTO FRAGA.....	063.
Deputado ALCEU COLLARES.....	023 028 030 036 040.
Deputado ENIVALDO RIBEIRO.....	034.
Deputado JAIR BOLSONARO.....	015 018 020 022 025 026 029 031 035 042 046 050 053 055 056 057 058 059.
Deputado JORGE WILSON.....	016 019 021 024 027 032 033 039 041 043 047 049 052 054 060 061 062.
Deputado LUIZ MOREIRA .....	014 038 044 051.
Deputado NELSON MARQUEZELLI.....	017 037 045 048.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 013

EMENDAS ADICIONADAS: 050

TOTAL DE EMENDAS: 063



**MP 2.131-1**

**000014**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA <b>31/01/01</b>	PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-1, DE 26/01/2001</b>
AUTOR <b>DEPUTADO LUIZ MOREIRA (PFL/BA)</b>	Nº PRONTUÁRIO <b>207</b>
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA <b>1/1</b>	ARTIGO <b>3º</b>
PARÁGRAFO <b>II</b>	INCISO <b>II</b>
ALÍNEA	

**DÊ-SE AO INCISO II DO ART. 3º A REDAÇÃO ABAIXO, SUPRIMINDO-SE, EM CONSEQUÊNCIA, AS TABELAS I E II DO ANEXO II:**

**Art. 3º.....**

**II. Adicional Militar- parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao exercício da atividade específica da carreira militar, incidente sobre o soldo e calculada no percentual de 17% a partir de 1º de janeiro de 2001, alterada para 28% a partir de 1º de janeiro de 2002.**

**JUSTIFICAÇÃO**

A modificação proposta reveste-se de grande importância e sentimento de justiça, pois tem como escopo unificar os percentuais de aumento da parcela de Adicional Militar para todos os graus hierárquicos, independentemente de posto ou graduação, tomando-se como base os índices máximos incidentes sobre o posto de Almirante e mantendo-se as datas propostas originalmente na MP. Essa modificação torna mais justa a aplicação da indispensável correção salarial pretendida para os militares, preservando-se o necessário escalonamento remuneratório exigido para a carreira, posto que a sua hierarquização já está plenamente contemplada nas tabelas I e II do anexo I, que determinam o escalonamento vertical dos soldos.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
**MPU 2.131-1/2001**  
Fls. **22**

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
**MP 2.131-10 /2001**  
Fls. **99**

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
**81**





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso II	alínea
--------	-----------	-----------	-----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

II - adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, calculada com percentual referente ao círculo hierárquico do soldo efetivamente recebido, inerente à carreira militar;

"

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação proposta e nem ocorrer discriminação com alguns postos ou graduações, assegurando aos mesmos a vantagem acima calculada sobre o grau hierárquico superior bem como aos soldos correspondentes, como explicitado no art. 34 desta Medida Provisória.

Existe enorme equívoco na redação dada na Medida Provisória, pois os atuais militares assistem pasmados tal iniciativa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos, levando-se em conta a desmotivação profissional causada. Tal correção no texto pretendido, poderá compensar, em parte, direitos perdidos como por exemplo a GAM, a GCET e o Adicional de Inatividade entre outros.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Cod. Leg. do C. N.
MPV 2188 7/2001
Fls. 23

Subs. C.
Nº 2215-10/2001
02

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 88



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-1/01

MP 2.131-1

000016

ISSAO

COMISSÃO

AUTOR: Deputado JORGE WILSON

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o inciso II do art. 3º, da Medida Provisória nº 2.131-1, de 2001, a expressão “Adicional militar – parcela remuneratória mensal devida ao militar a calculada sobre o soldo, inerente a atividade específica da carreira militar”.

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação proposta, e nem fazer nenhuma discriminação com alguns postos ou graduações abaixo relacionados – Ccl (CMG), Cap (CT), 1º Ten e Subten (SO), assegurando aos mesmos o grau hierárquico superior bem como aos soldos correspondentes como explicitado no art. 34 desta Medida Provisória.

Existe um enorme equívoco na redação dada da Medida Provisória, pois os atuais militares assistem pasmados com tal iniciativa que na prática não proporcionará economia na folha de inativos, levando-se em conta a desmotivação profissional causada. Tal correção no texto pretendido, poderá compensar direitos perdidos como por exemplo: GAM, GCET e ao Adicional de Inatividade entre outros.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2131-1/2001  
Fls. 24

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 24

31 / 01 / 2001

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

Serviço de Comunicação Ministerial

de 18





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição <b>Medida Provisória nº 2131-1</b>
------	--

autor <b>Deputado Nelson Marquezelli</b>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 3º - Para efeito desta Medida Provisória, entende-se como:

I - .....

II- Adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a atividade específica da carreira militar.

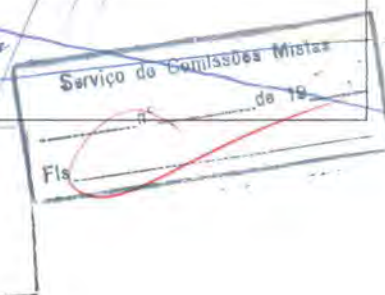
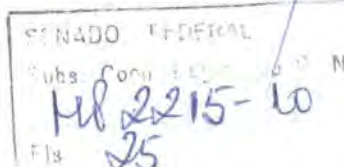
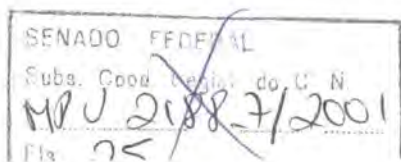
JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação proposta, e nem fazer nenhuma discriminação com alguns postos ou graduações abaixo relacionados - Cel (CMG), Cap (CT), 1º Ten e Subten (SO), assegurando aos mesmos o grau hierárquico superior bem como aos soldos correspondentes como explicitado no art. 34 desta Medida Provisória.

Existe um enorme equívoco na redação dada da Medida Provisória, pois os atuais militares assistem pasmados com tal iniciativa que na prática não proporcionará economia na folha de inativos, levando-se em conta a desmotivação profissional causada. Tal correção no texto pretendido, poderá compensar direitos perdidos como por exemplo: GAM, GCET e ao Adicional de Inatividade entre outros.

PARLAMENTAR

Brasília







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 9º o seguinte inciso:

"Art. 9º .....

III - ao transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação da respectiva bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência."

JUSTIFICAÇÃO

O militar, quando em atividade, está sujeito a transferências para qualquer ponto do território nacional.

Desta forma, um militar que tenha suas raízes, por exemplo, no Rio Grande do Sul poderá estar servindo na amazônia, o que iria impor elevados gastos com transporte pessoal e de seus bens.

A inserção do presente dispositivo, além de justa, compensaria, em parte, a ausência de vantagens como FGTS, horas extras e outras, devidas aos civis e negada aos militares.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 28

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MP 2215-10/2001
Fls. 28

Serviço de Comunicação Mista
nº de 19
Fls. 91



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 14 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte § 4º:

"Os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos ou pensões militares."

JUSTIFICAÇÃO

Coibir a indústria da agiotagem oficializada, em especial no Exército, onde existe quase uma centena de entidades conveniadas, quase todas cobrando altos juros, mensalidades de Associação e escorchantes seguros, levando a crer a possibilidade real de convivência com autoridades que autorizam tais descontos.

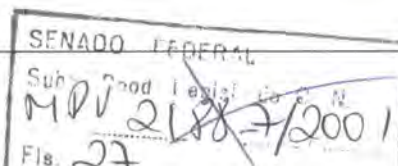
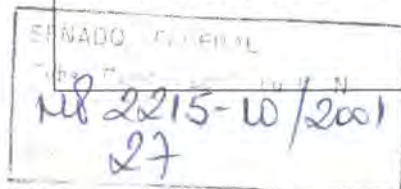
Cabe ressaltar que a Marinha do Brasil opera com zelo e honestidade na escolha das entidades consignatárias bem como pelo controle dos empréstimos.

Na atual MP não existe qualquer proteção aos pensionistas militares, e chega-se ao cúmulo de encontrarmos centenas de contracheques zerados. Se a Força executa o pagamento destes pensionistas e autoriza estes descontos, tem o dever de impor um controle nesta absurda agiotagem.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 14 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte § 4º:

"Os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos ou pensões militares."

JUSTIFICAÇÃO

Coibir a indústria da agiotagem oficializada, em especial no Exército, onde existe quase uma centena de entidades conveniadas, quase todas cobrando altos juros, mensalidades de Associação e escorchantes seguros, levando a crer a possibilidade real de conivência com autoridades que autorizam tais descontos.

Cabe ressaltar que a Marinha do Brasil opera com zelo e honestidade na escolha das entidades consignatárias bem como pelo controle dos empréstimos.

Na atual MP não existe qualquer proteção aos pensionistas militares, e chega-se ao cúmulo de encontrarmos centenas de contracheques zerados. Se a Força executa o pagamento destes pensionistas e autoriza estes descontos, tem o dever de impor um controle nesta absurda agiotagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 58

SENADO FEDERAL  
MP 2215-10/2001  
Fls. 28

Serviço de Contas e Custas  
nº de 93 de 19





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso III	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o inciso III do artigo 15 da Medida Provisória em epígrafe.

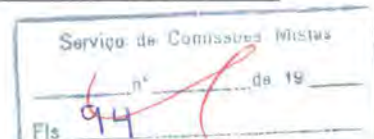
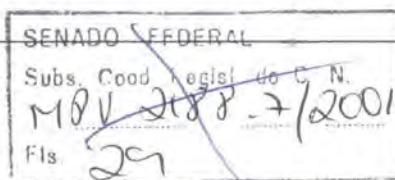
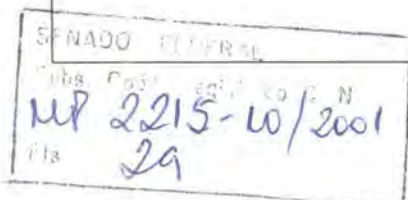
JUSTIFICAÇÃO

O desconto para o Fundo de Saúde do Exército, por exemplo, está tendo um reajuste de mais de 100%. Pagar pelo atendimento médico realizado por Organização Militar de Saúde é um contra-senso.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso III	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

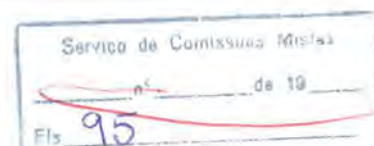
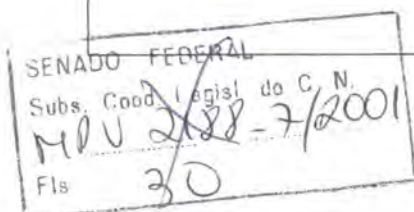
Suprima-se o inciso III do artigo 15 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

O desconto para o Fundo de Saúde do Exército, por exemplo, está tendo um reajuste de mais de 100%. Pagar pelo atendimento médico realizado por Organização Militar de Saúde é um contra-senso.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001





MP 2.131-1

000023

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30.01.01		Proposição: MP 2131 -1/2001		
Autor: <i>ALCEU COLARES</i>		Prontuário Nº: <i>487</i>		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa <i>X</i>	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página 1:	Artigo: 15 e 27	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Dê-se ao caput do art. 15 da MP 2131/00 a seguinte redação e acrescente-se o seguinte § único ao mesmo dispositivo, suprimindo-se, via de consequência, o art. 3º-A acrescido à Lei 3765/60 pelo art. 27 da mesma MP:

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar em atividade:

- I - .....
- II - .....
- III - .....
- IV - .....
- V - .....
- VI - .....
- VII - .....
- VIII - .....

Parágrafo único. Aplicam-se aos militares da inatividade os mesmos descontos obrigatórios relacionados neste artigo, excetuando-se o descrito pelo inciso I.

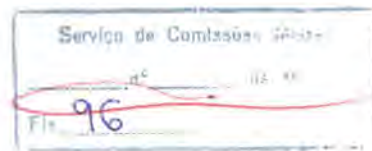
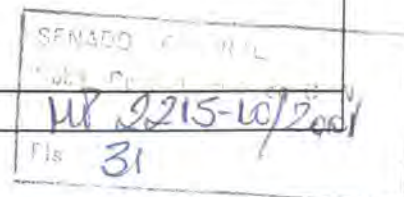
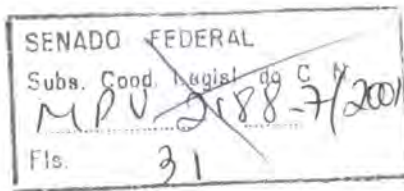
## JUSTIFICATIVA

O art. 15 estabelece como desconto obrigatório, inclusive para o militar inativo, a contribuição para pensão militar. O dispositivo, como está posto na Medida, fere o direito adquirido dos militares a exemplo do que ocorreu com a proposta do governo sobre a inclusão da contribuição de aposentados para a Previdência. A presente emenda visa sanar a infringência constitucional acima aludida.

O art. 27, por seu turno, ratifica os desconto para a pensão militar estabelecendo seu percentual em 7,5% (sete e meio por cento) sobre os proventos.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares.

mp2131-2000e2







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 18	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o parágrafo segundo do artigo 18 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível que um cidadão que está prestando o serviço militar obrigatório ou um cadete, venha a receber um soldo inferior ao já diminuto salário mínimo. Atente-se que o novo soldo representará para estas praças o total dos seus rendimentos

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2.131-1/2001  
Fls. 32

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2.131-1/2001  
Fls. 32

Serviço de Comissões mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 97



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 18	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

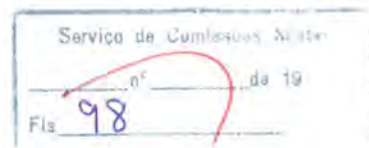
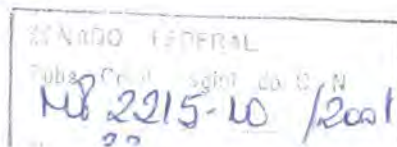
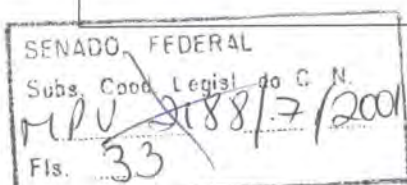
Suprima-se o parágrafo segundo do artigo 18 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível que um cidadão que está prestando o serviço militar obrigatório ou um cadete, venha a receber um soldo inferior ao já diminuto salário mínimo. Atente-se que o novo soldo representará para estas praças o total dos seus rendimentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

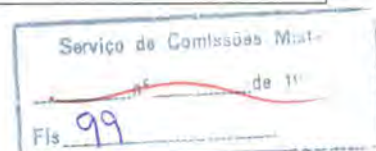
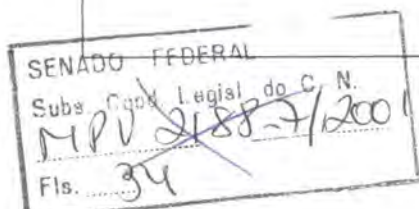
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

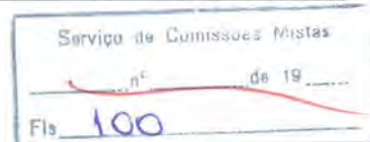
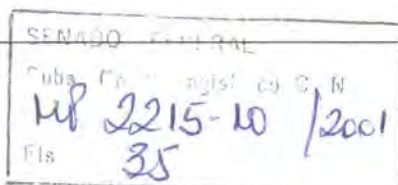
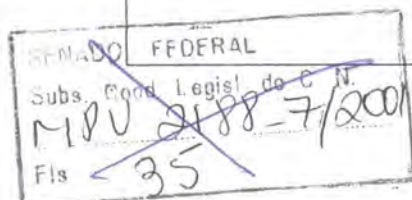
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001



**MP 2.131-1****000028****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 30.01.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-1/2001		
<b>Autor:</b> ALCEU COLLARES		<b>Prontuário Nº:</b> 487		
<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> X	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva Global</b>
<b>Página</b> 1:	<b>Artigo:</b> 27	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

Dê-se ao § 1º do art. 7º da Lei 3765/60, modificada pelo art. 27 da MP 2131/00, a seguinte redação:

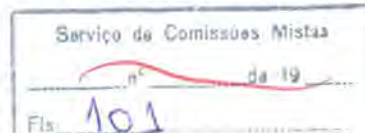
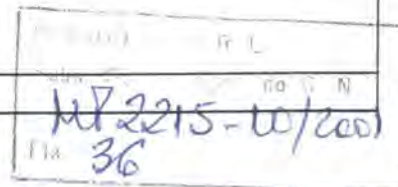
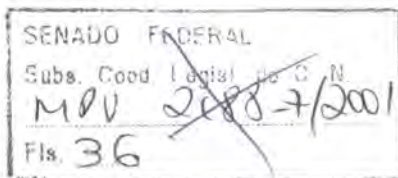
Art. 7º .....

§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que trata o inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", não exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III se comprovada incapacidade física e/ou mental dos mesmos para prover a própria subsistência.

**JUSTIFICATIVA**

O novo art. 7º trata da ordem de prioridade para percepção de pensão. O § 1º, por sua vez, exclui pais, mesmo se inválidos, da percepção de pensão se houver cônjuge ou filhos habilitados para o benefício. Ora, se em vida, o militar estaria obrigado a zelar por seus pais em virtude do art. 229, CF, o mandamento, ainda que obliquamente, infringe a Carta Maior.

mp2131-2000e1





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

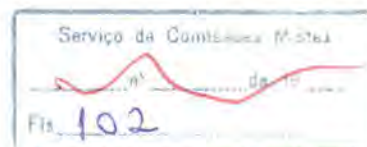
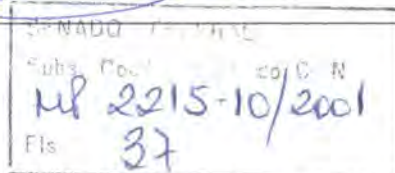
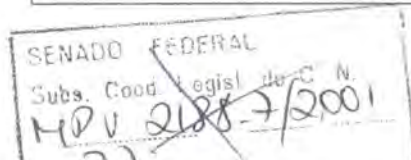
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001





**MP 2.131-1****000030****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 30.01.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-1/2001		
<b>Autor:</b> ALCÉU COLLARES		<b>Prontuário Nº:</b> 487		
<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> X	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva</b> Global
<b>Página</b> 1:	<b>Artigo:</b> 28	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

Dê-se ao inciso II do art. 50 da Lei 6880/80, modificado pelo art. 28 da MP a seguinte redação:

Art. 28 .....

Art. 50 .....

II – o provento calculado com base no soldo integral do grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

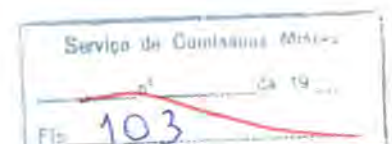
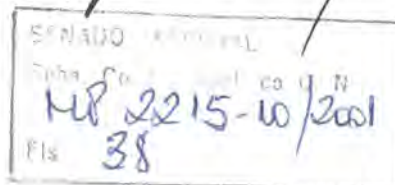
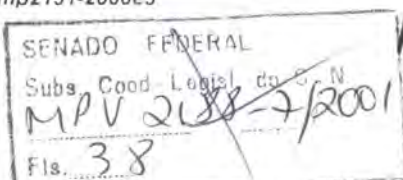
**JUSTIFICATIVA**

O art. 28, por sua vez, modifica a Lei nº 6880/80.

A nova redação conferida ao art. 50, por exemplo, não só muda a nomenclatura "remuneração" para "proventos", adaptando-se a outros dispositivos legais, como modifica completamente a base de cálculo para fins de proventos, constante do inciso I.

A Lei nº 6880/80 considerava como parâmetro o soldo do posto hierárquico, imediatamente superior, conferindo valores maiores na inatividade. O texto reformista mantém o último soldo como valor de referência, trazendo prejuízos aos militares que estão na iminência de se aposentarem.

mp2131-2000e3





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls 39

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls 39

Serviço de Controle de Arquivos  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls 104





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

*Jorge Wilson de Mello*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.131-1/2001
Fls. 40

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.131-1/2001
Fls. 40

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 105





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação, pois os servidores civis continuam com esta vantagem.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 41

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 42

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 106



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado ENIVALDO RIBEIRO	132

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

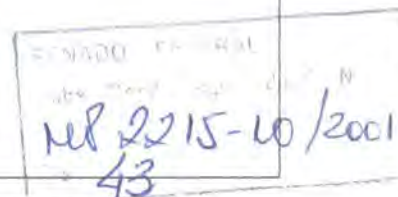
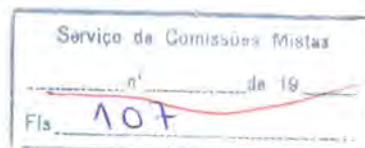
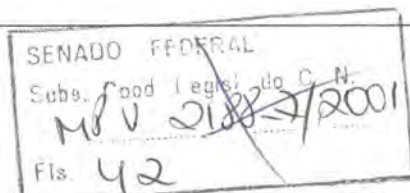
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação, pois os servidores civis continuam com esta vantagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

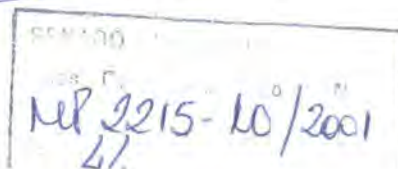
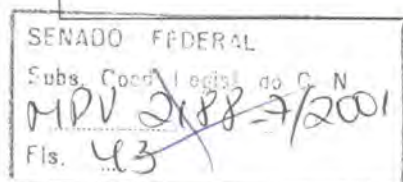
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação, pois os servidores civis continuam com esta vantagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001







MP 2.131-1

000036

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

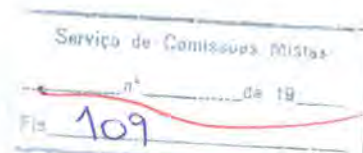
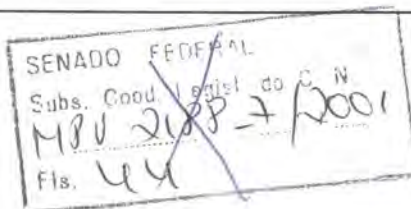
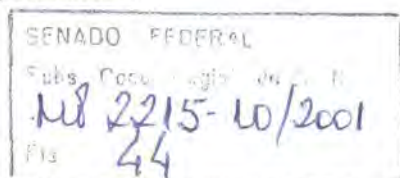
Data: 30.01.01		Proposição: MP 2131 -1/2001		
Autor: ALCEU COLLARES		Prontuário Nº: 487		
1. Supressiva X	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página 1:	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Suprima-se o art. 30 da Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

O art. 30 extingue o chamado "adicional de tempo de serviço", assegurado aos militares, indo, inclusive, na contramão da Medida Provisória que visa a atualização da remuneração, já desgastada pelos diversos planos econômicos e pela própria inflação.

mp2131-2000e4





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000037

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2131-1
------	---

autor Deputado Nelson Marquezelli	nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## EMENDA MODIFICATIVA

Art.30. Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea "c" do inciso II do art 1º desta medida provisória, assegurado ao militar que em 29 de dezembro de 2000 tenha completado 10 (dez) anos de efetivo serviço, o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus por ocasião de sua passagem para a inatividade.

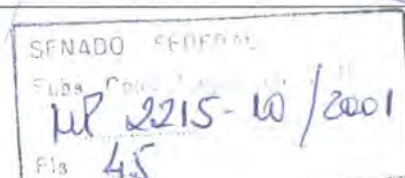
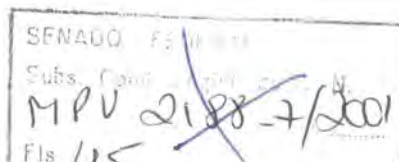
## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende eliminar injustiças. Não faz sentido haver essa discriminação de remuneração para os militares que possuem os mesmos direitos, uma vez que todos possuem a mesma estabilidade, pois já contam com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, de acordo com a Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

Tal dispositivo de transição se faz necessário a fim de evitar que os militares da reserva recebam salários muito superiores aos da ativa. Fato que além de injusto é inconstitucional, uma vez que implica numa redução relativa de salários, causando uma desmotivação totalmente desnecessária aos servidores que ainda produzem.

PARLAMENTAR

Brasília,



**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**MP 2.131-1**

**000038**

DATA <b>31/01/01</b>	PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-1, DE 26/01/2001</b>	
AUTOR <b>DEPUTADO LUIZ MOREIRA (PFL/BA)</b>		Nº PRONTUÁRIO <b>207</b>
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA <b>1/1</b>	ARTIGO <b>30</b>	PARÁGRAFO 
INCISO 		
ALÍNEA 		

**DÊ-SE AO ART. 30 A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**Art. 30.** Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea "c" do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar que em 29 de dezembro de 2000 tenha completado 10(dez) anos de efetivo serviço o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus por ocasião de sua passagem para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda pretende evitar injustiças. Não faz sentido haver discriminação de remuneração para os militares que possuem os mesmos direitos, uma vez que todos possuem a mesma estabilidade, pois já contam com mais de 10( dez) anos de efetivo serviço, de acordo com a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980( Estatuto dos Militares).

Essa regra de transição se faz necessária a fim de evitar que os militares da reserva recebam salários muito superiores aos da ativa, o que caracterizaria uma inconstitucionalidade e desmotivação aos servidores em atividade.

MPV 2188-7/2001  
217

ASSINATURA  
*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL
Subs. Prod. Legis. do S. N.
Nº 2215-10/2001
47
Serviço de Comandos Militares
de 10
443





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-1/01

EMENDA N.º

MP 2.131-1

000039

COMISSÃO

AUTOR: Deputado JORGE WILSON

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 30. Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea "c" do inciso II do art. 1º desta medida provisória, assegurado ao militar que em 29 de dezembro de 2000 tenha completado 10 (dez) anos de efetivo serviço, o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus por ocasião de sua passagem para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende eliminar injustiças. Não faz sentido haver essa discriminação de remuneração para os militares que possuem os mesmos direitos, uma vez que todos possuem a mesma estabilidade, pois já contam com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, de acordo com a Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

Tal dispositivo de transição se faz necessário a fim de evitar que os militares da reserva receber salários muito superiores aos da ativa. Fato que além de injusto é inconstitucional, uma vez que implica numa redução relativa de salários, causando uma desmotivação totalmente desnecessárias aos servidores que ainda produzem.

31/01/2001

DATA

SENADO

AL

Subs. Coe. do C. N.

MPV 2131-1/01

SENADO FEDERAL

ASSINATURA PARLAMENTAR

MP 2215-10 2001

Serviço de Comissões Mistas

de 1º



**MP 2.131-1**

**000040**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

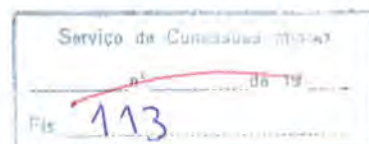
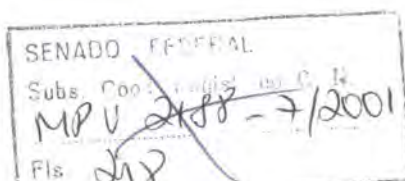
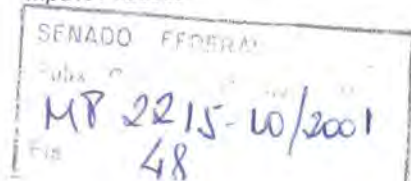
Data: 30.01.01		Proposição: MP 2131 -1/2001		
Autor: <i>ALCEU COLLARES</i>		Prontuário Nº: <i>487</i>		
1. Supressiva <i>X</i>	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página 1:	Artigo: 31	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Suprima-se o art. 31 da Medida Provisória.

**JUSTIFICATIVA**

O art. 31 da MP, este fere o direito adquirido dos militares ao instituir como obrigatório o desconto em folha para fazer jus à manutenção de benefícios da Lei nº 3765/60, razão pela qual proponho a presente emenda, contando com o apoio dos nobres pares.

mp2131-2000e5





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

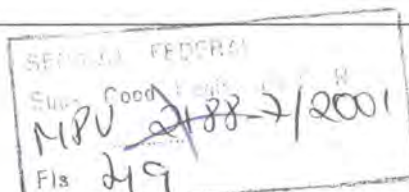
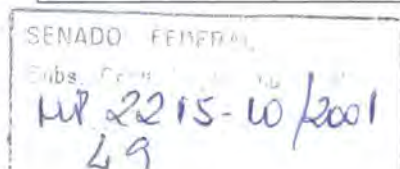
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

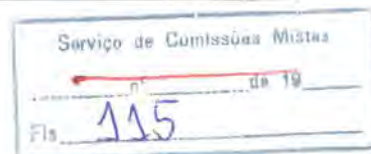
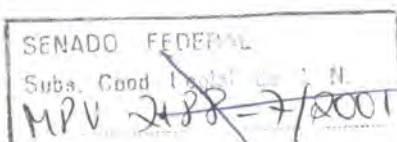
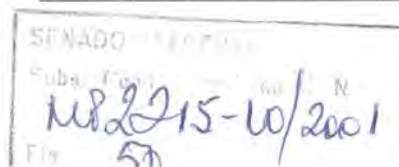
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-1/01

EMENDA N.º

MP 2.131-1

000043

COMISSÃO

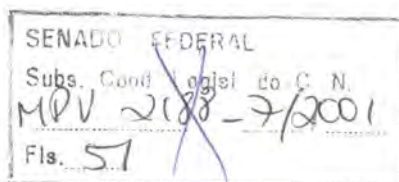
AUTOR: Deputado JORGE WILSON

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta lei, tenha 10 (dez) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende igualar o direito previsto no artigo aos militares que tenham efetivamente completado os 10 (dez) anos de serviço, o que corresponde a estabilidade adquirida pelos militares, conforme lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o que asseguraria o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, após sua passagem para a inatividade. Caso contrário este artigo seria altamente injusto para com os militares da ativa que ainda dispõe de muito tempo de efetivo serviço.



31 / 01 / 2001.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL  
MPV 2131-1/2001  
2001

Serviço de Comissões mistas

nº de 14



MP 2.131-1

000044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA <b>31/01/01</b>	PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-1, DE 26/01/2001</b>
AUTOR <b>DEPUTADO LUIZ MOREIRA (PFL/BA)</b>	Nº PRONTUÁRIO <b>207</b>
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA <b>1/1</b>	ARTIGO <b>34</b>
PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA	

DÊ-SE AO ART. 34 A SEGUINTE REDAÇÃO:

**Art. 34. Fica assegurado ao militar que, na data da publicação desta lei, tenha completado 10(dez) anos de efetivo serviço o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende dar tratamento isonômico a todos os militares que tenham efetivamente adquirido a estabilidade prevista no Estatuto dos Militares, que é de 10 anos. A modificação sugerida asseguraria o direito a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, após sua passagem para a inatividade, a todos que tenham preenchido esse requisito, evitando, por outro lado, discriminação com os militares já estáveis da ativa, mas que ainda têm de cumprir muito tempo de serviço.

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. <b>18.2215-10/2001</b> Fls. <b>52</b>	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. <b>MPV 2188-7/2001</b> Fls. <b>52</b>
--	--

ASSINATURA

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas
nº <b>177</b> de 18
Fls. <b>177</b>





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000045

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição <b>Medida Provisória nº 2131-1</b>
------	--

autor <b>Deputado Nelson Marquezelli</b>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## EMENDA MODIFICATIVA

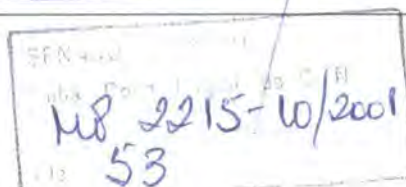
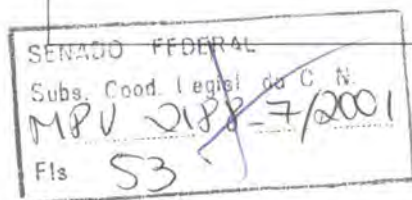
Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta lei, tenha 10 (dez) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende igualar o direito previsto no artigo aos militares que tenham efetivamente completado os 10 (dez) anos de serviço, o que corresponde a estabilidade adquirida pelos militares, conforme lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o que asseguraria o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, após sua passagem para a inatividade. Caso contrário este artigo seria altamente injusto para com os militares da ativa que ainda dispõe de muito tempo de efetivo serviço.

PARLAMENTAR

Brasília





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 37 da Medida Provisória em epígrafe e no Art. 40 suprima-se o "inciso II" do Art. 137 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa visa manter a isonomia com os militares oriundos de Academias Militares.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do S. N.  
MPV 2182-7/2001  
Fls 54

MP 215-10 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº da 19  
Fls 119



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o Art. 37 da Medida Provisória em epígrafe e no Art. 40 suprima-se o "inciso II" do Art. 137 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

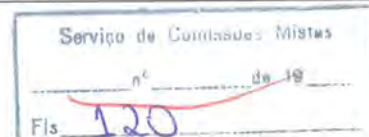
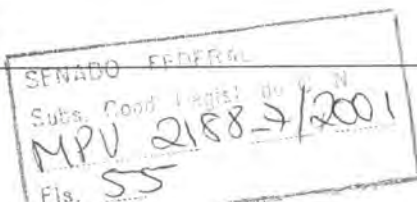
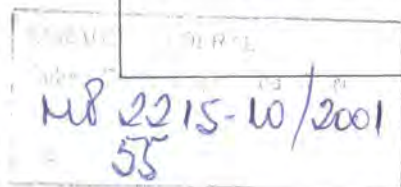
JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa visa manter a isonomia com os militares oriundos de Academias Militares.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000048

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição <b>Medida Provisória nº 2131-1</b>
------	--

autor <b>Deputado Nelson Marquezelli</b>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

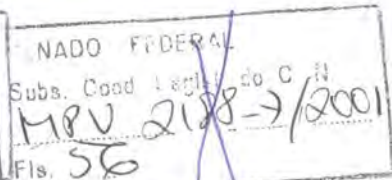
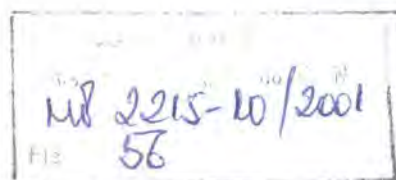
Suprima-se da alínea *a* da Tabela VI do Anexo II da Medida Provisória nº 2131-1 de 2001, a expressão "a partir de 29 de dezembro de 2000".

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de adequar o adicional de permanência às disposições constitucionais contidas no inciso IX do § 3º do art. 142, combinado com o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, que estabelece a revisão das aposentadorias e das pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

PARLAMENTAR

Brasília ,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-1/01

MP 2.131-1

000049

ÃO

COMISSÃO

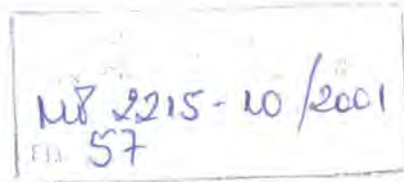
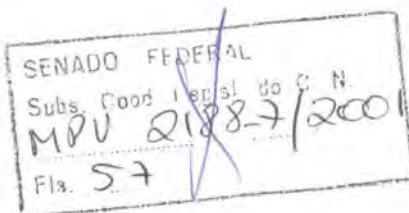
AUTOR: Deputado JORGE WILSON

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da alínea "a" da Tabela VI do Anexo II da Medida Provisória nº 2.131-1 de 2001, a expressão "a partir de 29 de dezembro de 2000".

JUSTIFICAÇÃO

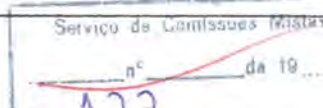
Tal dispositivo se faz necessário a fim de adequar o adicional de permanência às disposições constitucionais contidas no inciso IX do § 3º do art. 142, combinado com o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, que estabelece a revisão das aposentadorias e das pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



31 / 01 / 2001

DATA

*Jorge Wilson de Vas*  
ASSINATURA PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1. ☒ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

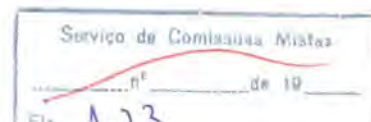
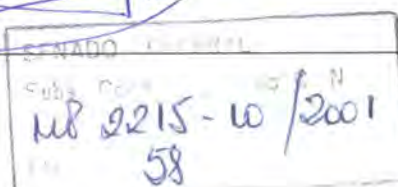
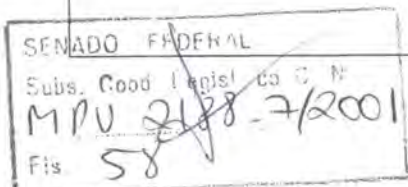
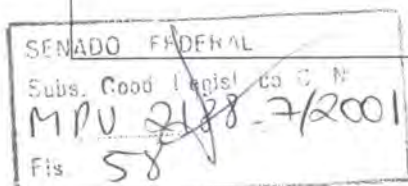
Suprima-se, da alínea "a" da Tabela VI do Anexo II, a expressão "*a partir de 29 de dezembro de 2000*".

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa a evitar vício de inconstitucionalidade, visto que o inciso IX do § 3º do art. 142, c/c o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, impõe a revisão de aposentadorias e pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores da ativa, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001





**MP 2.131-1**

**000051**

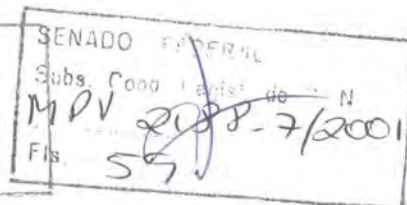
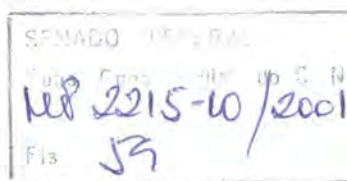
**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA <b>31/01/01</b>		PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-1, DE 26/01/2001</b>	
AUTOR <b>DEPUTADO LUIZ MOREIRA (PFL/BA)</b>		Nº PRONTUÁRIO <b>207</b>	
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA <b>1/1</b>	ARTIGO <b>10º</b>	PARÁGRAFO <b>VI</b>	INCISO <b>VI</b>
ALÍNEA			

**SUPRIMA-SE DA ALÍNEA "a" DA TABELA VI DO ANEXO II DA MP A EXPRESSÃO" A PARTIR DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000."**

**JUSTIFICAÇÃO**

A supressão proposta se faz necessária a fim de preservar os princípios constitucionais do direito adquirido e da isonomia de tratamento entre servidores ativos e inativos e da igualdade da revisão salarial. O direito ao percentual de permanência não deve ser privativo apenas dos que venham a atender aos requisitos em 29 de dezembro de 2000, mas aos que venham a completar as exigências a qualquer data.



ASSINATURA

*[Handwritten signature]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

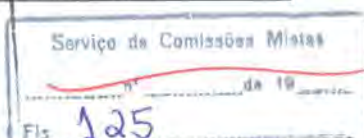
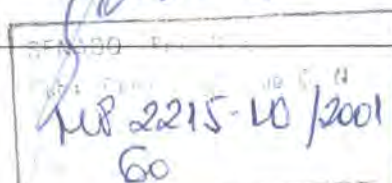
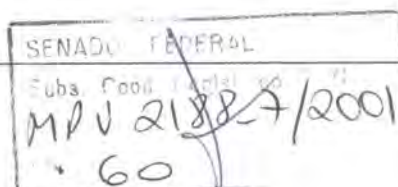
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

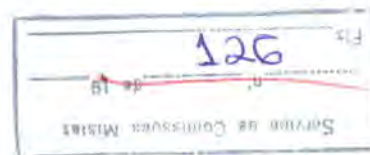
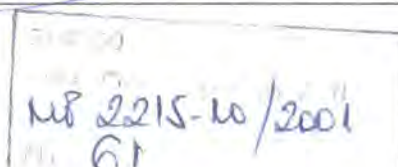
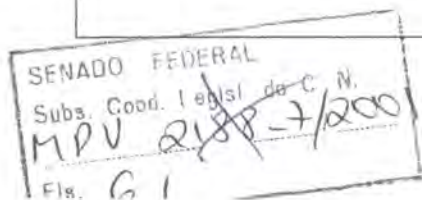
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se na seção III, das disposições finais, o seguinte artigo:

"Art. \_\_\_\_ O militar da ativa a disposição da Justiça Eleitoral para concorrer a cargo eletivo fará jus a remuneração integral enquanto durar esta situação."

JUSTIFICAÇÃO

A Legislação Eleitoral já contempla tal dispositivo, contudo algumas autoridade militares do Exército têm dificuldades em sua interpretação, obrigando que ao longo da última década os militares da ativa do Exército tenham recorrer à Justiça para perceberem sua remuneração.

MP 2215-10/2001  
Fls. 62

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MPV 2131-1/2001  
Fls. 62

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 127



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

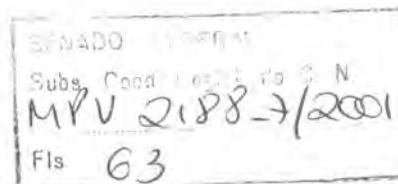
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se na seção III, das disposições finais, o seguinte artigo:

"Art. \_\_\_\_ O militar da ativa a disposição da Justiça Eleitoral para concorrer a cargo eletivo fará jus a remuneração integral enquanto durar esta situação."

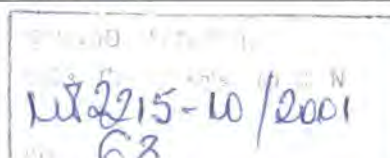
JUSTIFICAÇÃO

A Legislação Eleitoral já contempla tal dispositivo, contudo algumas autoridade militares do Exército têm dificuldades em sua interpretação, obrigando que ao longo da última década os militares da ativa do Exército tenham recorrer à Justiça para perceberem sua remuneração.



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo.

"Art. \_\_\_\_ O soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo do seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior."

JUSTIFICAÇÃO

Suprir lacuna existente na MP evitando-se rebaixamento dos proventos dos atuais Marechais e seus pensionistas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 64

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 64

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 129





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000057

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, extensivo aos seus pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 40 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os integrantes da PM, CBM e seus pensionistas não podem ter seus proventos e pensões rebaixados. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2131-1/2001  
Fls. 65

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-10/2001  
Fls. 65

Serviço de Comissões Mistas  
de 19  
Fls. 130



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000058

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
31/01/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

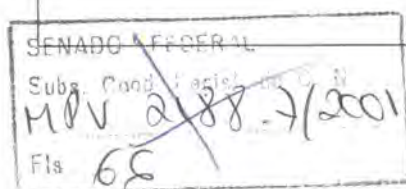
Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei ao ex-combatente de que trata o Art. 53 do ADCT/CF/88."

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação do dispositivo constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 31 de janeiro de 2001



SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. e Jur. N  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 65

SENADO FEDERAL

Subs. Co. Legis. e Jur. N  
MP 2215-10/2001  
Fls. 66

Serviço de Contas e Fiscalização

Fls. 131



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000059

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 40 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os pensionistas não podem ter suas pensões rebaixadas. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2187-9/2001
Fls. 67

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10 2001
Fls. 67

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 132





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000060

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo.

"Art. \_\_\_\_ O soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo do seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior."

JUSTIFICAÇÃO

Suprir lacuna existente na MP evitando-se rebaixamento dos proventos dos atuais Marechais e seus pensionistas.

*Jorge Wilson de Fátima*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

MP 2.131-1, 2001  
Fls 68

SENADO FEDERAL  
Subs. Legis. do C.N.  
MPV 2131-1/2001  
Fls 68

Serviço de Comissões Mistas  
nº 133  
de 19



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000061

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, extensivo aos seus pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 40 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os integrantes da PM, CBM e seus pensionistas não podem ter seus proventos e pensões rebaixados. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2131-1/2001
Fls. 69

MP 2215-10, 2001
Fls. 69

Serviço de Comissões Mistas
de 19
Fls. 134



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-1

000062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
01/02/2001	Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JORGE WILSON	305

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei ao ex-combatente de que trata o Art. 53 do ADCT/CF/88."

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação do dispositivo constitucional.

*Jorge Wilson de Faria*

PARLAMENTAR	SENADO FEDERAL
Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2001	Subs. Coord. Legis. do C. N. MPV 2131-1/2001 Fls. 70
	Serviço de Comissões Mistas nº 135 de 19



## EMENDA MODIFICATIVA

A ementa da Medida Provisória nº 2.131-1 de 26 de janeiro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas e do Distrito Federal, altera as leis nº 3765 de 04 de maio de 1960, 6880 de 09 de dezembro de 1980, 7289 de 18 de dezembro de 1984 e 7479 de 02 de junho de 1986, e dá outras providências.**

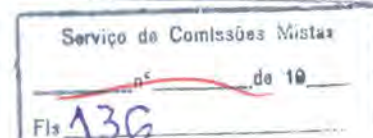
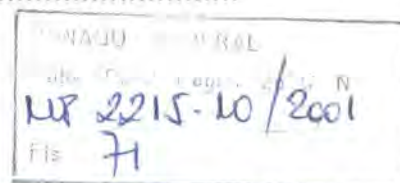
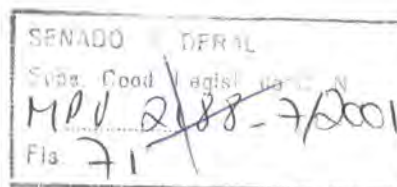
Modifica-se a Medida Provisória nº 2.131-1 de 26 de janeiro de 2001 nos seguintes artigos:

## Capítulo I

## DA REMUNERAÇÃO

Art. 1º A remuneração dos militares da Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, no País e dos Militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar, em tempo de paz, compõe-se de:

- I.....
- II.....
- a).....
- b).....
- c) de tempo de serviço, observado o disposto no art. 36 desta Medida Provisória;
- d) .....
- e) .....



§ 1º Com relação aos Militares do Distrito Federal, acresce-se o adicional de operações constante do anexo VI tabela VII, excluindo a alínea "a" inciso III deste artigo.

§ 2º As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I,II e III, referentes aos Militares integrantes das Forças Armadas e os Anexos V, VI e VII, referentes aos integrantes das corporações militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

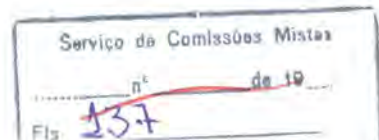
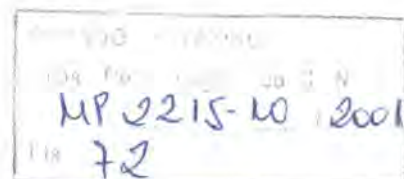
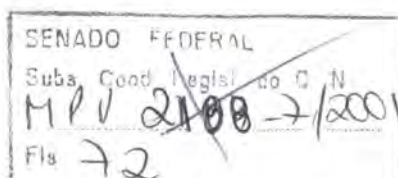
Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares integrantes da Forças Armadas e das corporações militares do Distrito Federal têm os seguintes direitos remuneratórios.

- I-.....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- II-.....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....

Parágrafo único. Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do anexo IV, quando relacionadas aos militares das Forças Armadas, sendo adotada a tabela do anexo VIII para os integrantes das corporações militares do Distrito Federal.

Art. 3º .....

I- soldo – parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, e é irredutível;





II- adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar;

III- adicional de habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

IV- adicional de tempo de serviço - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação, observado o disposto no art. 36 desta Medida Provisória;

V- adicional de compensação orgânica - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, para compensação do desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação;

VI- adicional de permanência - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação;

VII- gratificação de localidade especial - parcela remuneratória mensal devida ao militar das Forças Armadas, quando servindo em regiões inóspitas, conforme regulamentação;

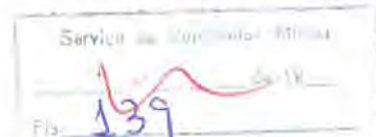
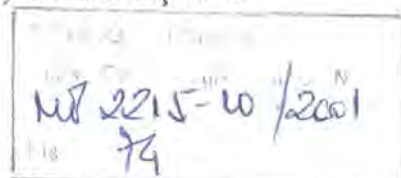
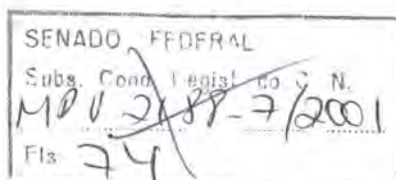
VIII- adicional de operações - parcela remuneratória mensal devida ao militar das corporações militares do Distrito Federal pelo efetivo desempenho de operações policiais ou de bombeiro militar, conforme regulamentação;

IX- gratificação de representação:

a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais no caso das Forças Armadas e aos Coronéis no caso das corporações militares do Distrito Federal e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar, conforme regulamentação; e

b) parcela remuneratória eventual devida ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação;

X- diária- direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;





XI- transporte – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, quando o transporte não for realizado por conta da União, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional;

XII- ajuda de custo – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, pago antecipadamente, conforme regulamentação:

- a).....
- b).....

XIII- auxílio fardamento – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, para custear gastos com fardamento, conforme regulamentação;

XIV- auxílio alimentação – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, para custear gastos com alimentação, conforme regulamentação;

XV- auxílio natalidade – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, por motivo de nascimento de filho, conforme regulamentação;

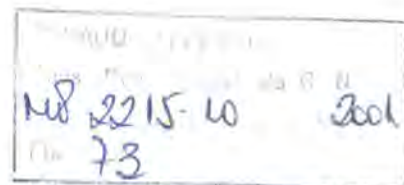
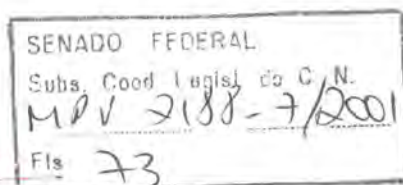
XVI- auxílio invalidez – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo conforme regulamentação;

XVII- auxílio funeral – direito pecuniário devido ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme regulamentação; e

XVIII- auxílio moradia – direito pecuniário devido ao militar do Distrito Federal, para auxiliar as despesas com habitação do militar e seus dependentes, conforme regulamentação.

Parágrafo único. O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, quando em viagens a serviço terá direito a passagens, conforme regulamentação.

Art. 4º A remuneração e os proventos do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, não estão sujeitos a penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.



Art. 5º o direito do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, à remuneração tem início na data:

- I-.....  
II-.....  
III-.....  
IV-.....  
V- da incorporação às Forças Armadas e instituição militar do DF;  
VI-.....  
VII-.....  
Parágrafo único. ....

Art. 6º Suspende-se temporariamente o direito do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, à remuneração quando:

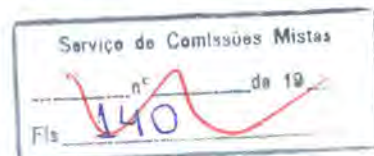
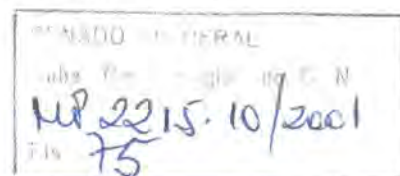
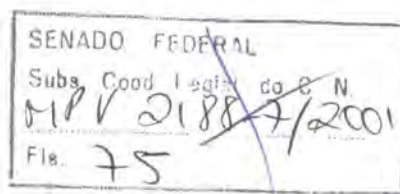
- I.....  
II.....  
III- agregado para exercer atividades estranhas às Forças Armadas e às Instituições Militares do Distrito Federal, estiver em cargo, emprego ou função temporária não eletiva, ainda que na Administração Pública Federal Indireta no caso das Forças Armadas e Administração Pública Indireta no caso da Instituições Militares do Distrito Federal.

Parágrafo único. O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, que usar do direito de opção pela remuneração faz juz a representação mensal do cargo, emprego ou função pública temporária.

Art. 7º O direito à remuneração em atividade cessa quando o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas e das Instituições Militares do Distrito Federal:

- I.....  
II.....  
III.....  
IV.....

§ 1º O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, enquanto não for desligado, continuará a perceber remuneração na ativa até a publicação de seu desligamento, que não poderá ultrapassar quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial do respectivo ato.





§ 2º A remuneração a que faria jus, em vida, o militar das Forças Armadas e do Distrito Federal,, falecido será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

Art 8º Quando o militar das Forças Armadas , for considerado desaparecido ou extraviado, nos termos previstos na lei 6.880 de 09 de dezembro de 1980 e o militar do Distrito Federal nos termos da lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984 e 7.479 de 02 de junho de 1986, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

§1º.....

§ 2º Reaparecendo o militar das Forças Armadas e do Distrito Federal,, caber-lhe-á , se for o caso, o pagamento da diferença entre a remuneração ou os proventos a que faria jus e a pensão para a seus beneficiários

Art. 9º O militar do Distrito Federal no exercício de cargo, comissão ou função cujo desempenho seja privativo de posto ou graduação superior ao seu, percebe a remuneração desse posto ou graduação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às substituições por motivo de férias, gala, nojo e outras dispensas de até 30 dias.

## Capítulo II

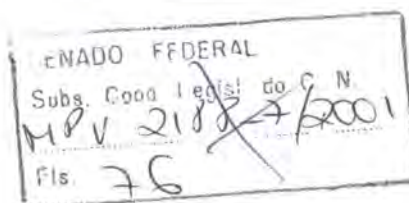
### DOS DIREITOS PECUNIÁRIOS AO PASSAR PARA A INATIVIDADE

Art 10ºO militar das Forças Armadas e do Distrito Federal,, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 11 e 12 desta Medida Provisória, faz jus:

I- à ajuda de custo prevista na alínea "b" do inciso XI do art. 3º desta Medida Provisória; e

II- ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e , ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias é considerada como mês integral.





§ 2º Os direitos previstos neste artigo são concedidos aos beneficiários da pensão do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, no caso de falecimento do militar em serviço ativo.

### Capítulo III

#### DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art.11. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

- I - soldo ou quotas de soldo;
- II - adicional militar;
- III - adicional de habilitação;
- IV - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 36 desta Medida Provisória;
- V - adicional de compensação orgânica; e
- VI - adicional de permanência.
- VII - adicional de operações, quando relacionado aos militares do Distrito Federal.

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

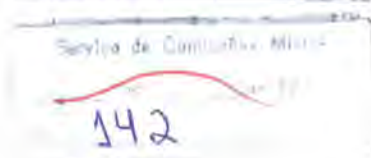
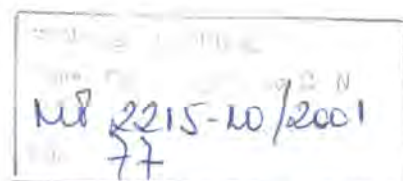
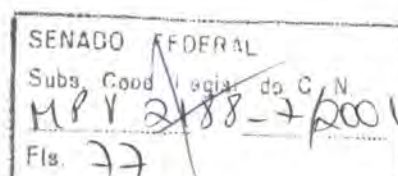
- I - integrais, calculados com base no soldo; ou
- II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a um trinta avos do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal transferido para a reserva remunerada **ex officio**, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, ou por não haver preenchido as condições de escolha para acesso ao generalato, tem direito ao soldo integral.

Art. 12. Além dos direitos previstos no artigo anterior, o O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal na inatividade remunerada faz jus a:

- I - adicional-natalino;
- II - auxílio-invalidez;



III - assistência pré-escolar;

IV - salário-família;

V - auxílio-natalidade; e

VI - auxílio-funeral.

Art. 13. Suspende-se o direito do O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas e nas instituições militares do Distrito Federal, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente.

Art. 14. Cessa o direito à percepção dos proventos na inatividade na data:

I - do falecimento do O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal;

II - do ato que prive o Oficial do posto e da patente; ou

III - do ato da exclusão a bem da disciplina das Forças Armadas e das instituições militares do Distrito Federal, para a praça.

## CAPÍTULO IV

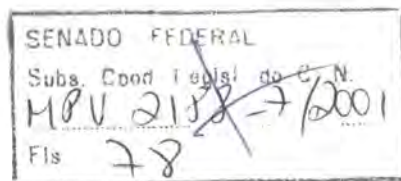
### DOS DESCONTOS

Art. 15. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar das Forças Armadas e do Distrito Federal não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.



Art. 16. São descontos obrigatórios do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal

I - contribuição para a pensão militar;

II - contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;

III - indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;

IV - impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;

V - indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;

VI - pensão alimentícia ou judicial;

VII - taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial nos casos das Forças Armadas ou do Distrito Federal no caso dos militares do Distrito Federal, conforme regulamentação;

VIII - multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação.

Art. 17. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força e das instituições militares do Distrito Federal.

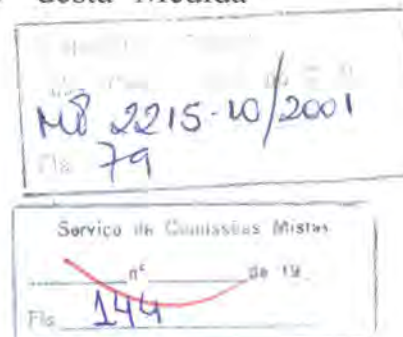
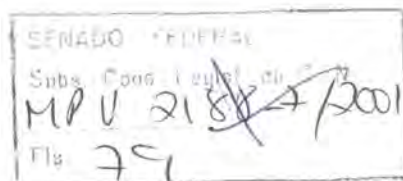
## CAPÍTULO V

### DOS LIMITES DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS

Art. 18. Nenhum militar das Forças Armadas e do Distrito Federal, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força e no caso das instituições militares do Distrito Federal à remuneração bruta do Comandante Geral.

Parágrafo único. Excluem-se, para fim de aplicação deste artigo, os valores inerentes a:

I - direitos remuneratórios previstos no art. 2º desta Medida Provisória;





II - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 36 desta Medida Provisória;

III - adicional de compensação orgânica;

IV - gratificação de localidade especial, no caso das Forças Armadas;

V - gratificação de representação;

VI - adicional de permanência.

VII - auxílio moradia , no caso das Instituições militares do Distrito Federal; e

VIII- adicional de operações no caso das instituições militares do Distrito Federal.

Art. 19. Nenhum militar das Forças Armadas e do Distrito Federal ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada.

§ 1º A pensão militar de que trata o **caput** deste artigo é a pensão militar tronco e não as cotas partes resultantes das subdivisões aos beneficiários.

§ 2º Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial, no caso das Forças Armadas.

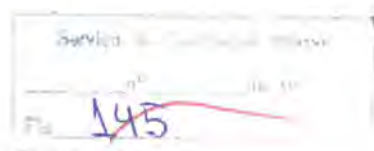
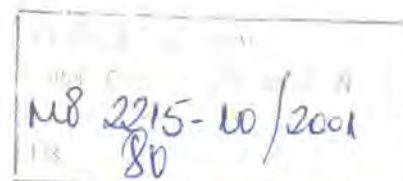
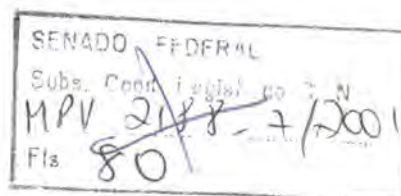
§ 3º O complemento previsto no **caput** deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 11 desta Medida Provisória, até que seja absorvido por ocasião de futuros reajustes.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

#### Seção I

##### Das Disposições Gerais



Art.20. Os convocados ou mobilizados das Forças Armadas fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. Ao servidor público federal, estadual ou municipal fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.

Art. 21. Os convocados das Instituições Militares do Distrito Federal fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

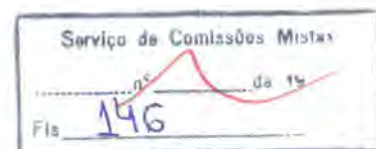
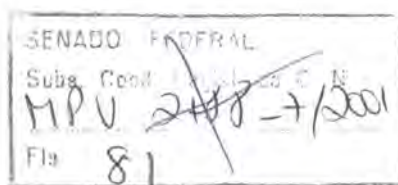
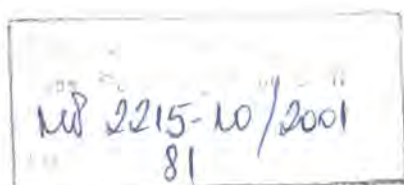
Art. 22. Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado no caso das Forças Armadas e Secretários de Estado no caso dos Militares do Distrito Federal ou Ministros do Superior Tribunal Militar no caso das Forças Armadas têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.

Art. 23. Ao militar das Forças Armadas que, em 29 de dezembro de 2000, encontrar-se reformado com fundamento no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, ou na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, fica assegurado o cálculo de seus proventos referentes ao soldo do posto de Segundo-Tenente, ou, se mais benéfico, o do posto a que ele faz jus na inatividade.

Art. 24. Aos militares das Forças Armadas que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas, mapeamento e levantamento cartográfico e hidrográfico, construção e instalação de rede de proteção ao vôo, serviços de sinalização náutica e reboque poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.

Art. 25. Aos militares do Distrito Federal que prestarem serviço a entidades conveniadas com a instituição, poderão ser conferidas gratificações, por conta dos recursos oriundos do convênio, e na forma neste estabelecida.

Art. 26. O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.





Art. 27. O militar das Forças Armadas que, até 1º de março de 1976, tinha direito a compensação orgânica pela metade do valor, quando em deslocamento em aeronave militar, a serviço de natureza militar, não sendo tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou observador fotogramétrico, tem o seu direito assegurado.

Art. 28. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 11 desta Medida Provisória.

Art. 29. Para efeitos desta Medida Provisória, adotam-se as seguintes conceituações, no que diz respeito às instituições militares do Distrito Federal:

I - sede - o território do Distrito Federal;

II- instituição - é a denominação dada à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

III- missão, tarefa ou atividade - é o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia;

IV- organização militar (OM) - é a denominação genérica dada ao corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou a qualquer outra unidade administrativa das Instituições Militares do Distrito Federal.

## SeçãoII

### Das Disposições Transitórias

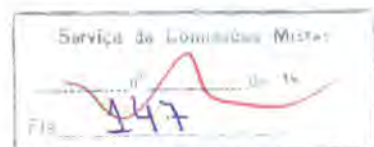
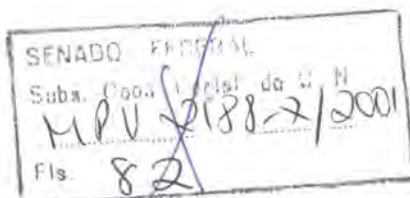
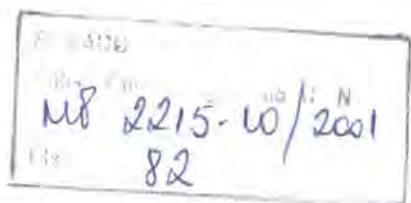
Art. 30. Enquanto não entrar em vigor lei especial dispondo sobre remuneração em campanha, permanecem em vigor os arts. 101 a 109 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

## SeçãoIII

### Das Disposições Finais

Art. 31. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.





Parágrafo único. Excluem-se do disposto no caput deste artigo:

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

II - cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço." (NR)

"Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento." (NR)

"Art. 4º Quando o militar, por qualquer circunstância, não puder ter descontada a sua contribuição para a pensão militar, deverá ele efetuar o seu recolhimento, imediatamente, à unidade a que estiver vinculado.

Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão militar." (NR)

"Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade:

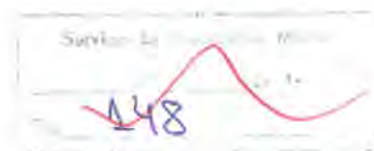
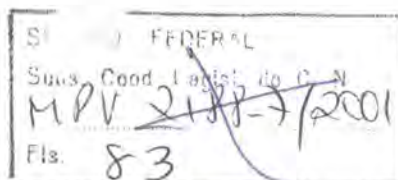
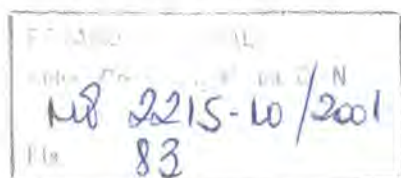
a) cônjuge;

b) companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;

c) pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia;

d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e

e) menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.



II - segunda ordem de prioridade, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar;

III - terceira ordem de prioridade:

a) o irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do militar;

b) a pessoa designada, até vinte e um anos de idade, se inválida, enquanto durar a invalidez, ou maior de sessenta anos de idade, que vivam na dependência econômica do militar.

§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que tratam o inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III.

§ 2º A pensão será concedida integralmente aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "b", ou distribuída em partes iguais entre os beneficiários daquele inciso, alíneas "a" e "c" ou "b" e "c", legalmente habilitados, exceto se existirem beneficiários previstos nas suas alíneas "d" e "e".

§ 3º Ocorrendo a exceção do parágrafo anterior, metade do valor caberá aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "c" ou "b" e "c", sendo a outra metade do valor da pensão rateada, em partes iguais, entre os beneficiários do inciso I, alíneas "d" e "e". (NR)

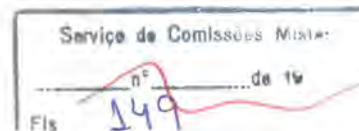
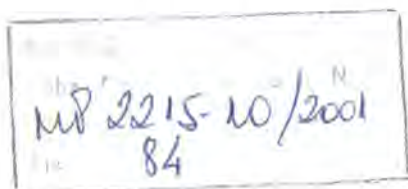
"Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

Parágrafo único. A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior:

I - à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II - à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos." (NR)

"Art. 23. Perderá o direito à pensão militar o beneficiário que:





I - venha a ser destituído do pátrio poder, no tocante às quotas-partes dos filhos, as quais serão revertidas para estes filhos;

II - atinja, válido e capaz, os limites de idade estabelecidos nesta lei;

III - renuncie expressamente ao direito;

IV - tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar." (NR)

"Art. 27. A pensão militar não está sujeita à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei." (NR)

"Art. 29. É permitida a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal." (NR)

Art. 32. A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

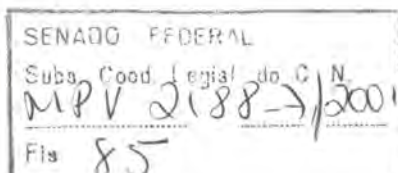
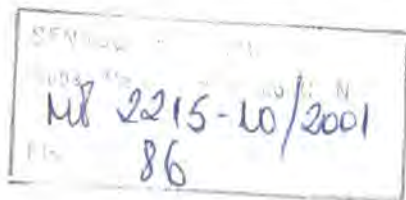
"Art. 6º São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas." (NR)

"Art. 50.....

.....

II - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possuía quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

III - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando trinta anos de serviço, for transferido para a





reserva remunerada, ex-officio, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e

....." (NR)

"Art. 53. A remuneração dos militares será estabelecida em legislação específica, comum às Forças Armadas." (NR)

"Art. 63. ....

.....

§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença.

....." (NR)

"Art. 67. ....

.....

§ 3º A concessão da licença é regulada pelo Comandante da Força." (NR)

"Art. 70. ....

§ 1º A interrupção da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

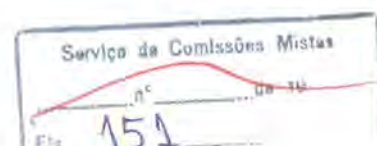
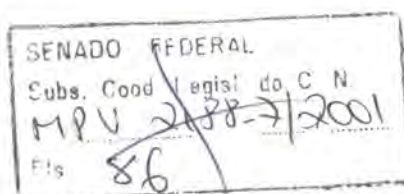
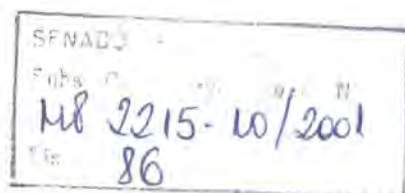
d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulamentação de cada Força.

....." (NR)

"Art. 81. ....

.....

II - for posto à disposição exclusiva do Ministério da Defesa ou de Força Armada diversa daquela a que pertença, para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;



....." (NR)

Art. 33. A lei 7.289 de 1984 passa a vigorar com a seguinte redação:

"art. 53. A remuneração dos Policiais Militares será estabelecida em legislação específica, comum aos militares do Distrito Federal, e compreende:

§ 1º Na ativa

I- soldo;

II- adicionais;

a) militar

b) de habilitação

c) de tempo de serviço

d) de compensação orgânica

e) de permanência

f) de operações

III- gratificações:

a) de representação

§ 2º Na inatividade:

I- soldo ou quotas de soldo;

II- adicionais;

a) militar;

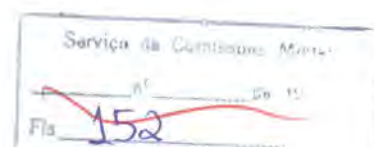
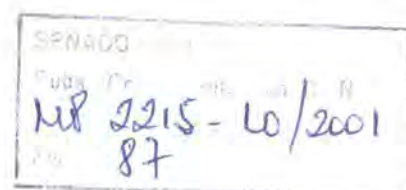
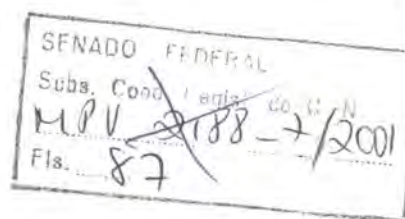
b) de habilitação

c) de tempo de serviço;

d) de compensação orgânica;

e) de permanência;

f) de operações.



"Art. 63....."

§ 2º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, por punição anterior decorrente de transgressão disciplinar, pelo estado de guerra ou para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como, não anula o direito àquela licença."

Art. 34. A Lei 7479 de 1986 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. A remuneração dos Bombeiros Militares do Distrito Federal será estabelecida em legislação específica, comum aos militares do Distrito Federal, e compreende:

§ 1º Na ativa

I- soldo;

II- adicionais;

g) militar

h) de habilitação

i) de tempo de serviço

j) de compensação orgânica

k) de permanência

l) de operações

III- gratificações:

b) de representação

§ 2º Na inatividade:

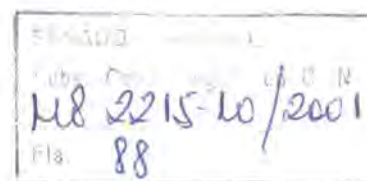
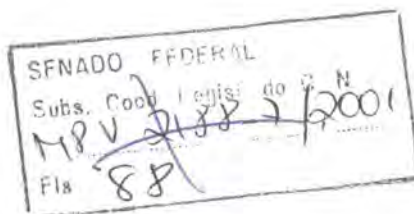
I- soldo ou quotas de soldo;

II- adicionais;

g) militar;

h) de habilitação

i) de tempo de serviço;



Serviço



- j) de compensação orgânica;
- k) de permanência;
- l) de operações.

"Art. 64....."

§ 2º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, por punição anterior decorrente de transgressão disciplinar, pelo estado de guerra ou para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como, não anula o direito àquela licença."

Art. 35. Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta Medida Provisória, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes.

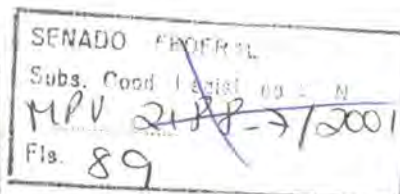
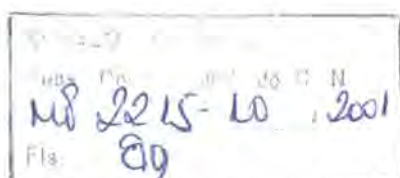
Parágrafo único. A vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no caput deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes.

Art. 36. Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea "c" do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000.

Art. 37. Fica assegurada aos atuais militares das Forças Armadas e do Distrito Federal, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento das parcelas constantes do art. 11 desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

§ 1º Poderá ocorrer a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no caput, que deverá ser expressa até 30 de junho de 2001.

§ 2º Os beneficiários diretos ou por futura reversão das pensionistas são também destinatários da manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.



Art. 38. Ficam assegurados os direitos dos militares das Forças Armadas e do Distrito Federal que até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar correspondente a um ou dois postos ou graduações acima da que fizeram jus.

§ 1º O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de vinte e quatro contribuições mensais que será deixado aos beneficiários, permitindo-se a estes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

§ 2º O militar das Forças Armadas e do Distrito Federal que, preenchendo as condições legais para ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, com proventos calculados sobre o soldo do posto ou graduação superior, venha a falecer na ativa, deixará pensão correspondente a esta situação, observado o disposto no caput deste artigo.

Art. 39. Os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de inatividade, e nessa situação para todos os efeitos legais, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar das Forças Armadas e do Distrito Federal.

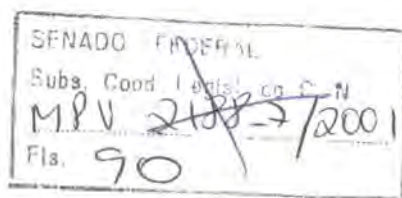
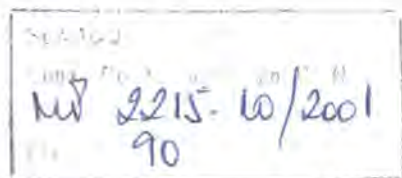
Parágrafo único. Fica assegurada a remuneração integral ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal em gozo de licença especial e férias.

Art. 40. Fica assegurado ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal que, até 29 de dezembro de 2000, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.

Art. 41. Fica assegurada a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que, até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar.

Art. 42. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

Art. 43. Fica assegurado ao militar das Forças Armadas e do Distrito Federal o acréscimo de um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial dos diversos corpos, quadros e serviços que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial





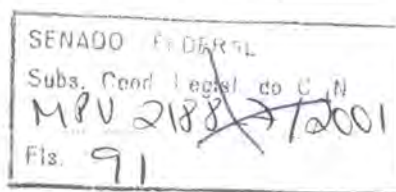
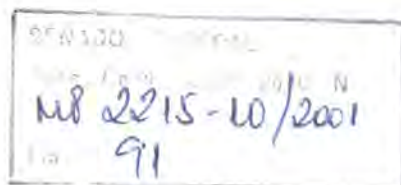
para a sua admissão nas Forças Armadas e nas Instituições Militares do Distrito Federal, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso.

Art. 44. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000.

Art. 45 Para os efeitos da pensão militar, aplica-se aos militares do Distrito Federal as disposições da lei nº 3.765 de 04 de maio de 1960, e suas alterações

Art. 46. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art. 40. Ficam revogados o art. 2º, os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º, os arts. 5º, 6º, 8º, 16, 17, 18, 19 e 22 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a alínea "j" do inciso IV e o § 1º do art. 50, o § 5º do art. 63, a alínea "a" do § 1º do art. 67, o art. 68, os §§ 4º e 5º do art. 110, os incisos II, IV e V, e os §§ 2º e 3º do art. 137, os arts. 138, 156 e 160 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o art. 7º da Lei nº 7.412, de 6 de dezembro de 1985, o art. 1º e 2º da Lei nº 7.961, de 21 de dezembro de 1989, o art. 29 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, a Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, os arts. 6º e 8º da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, a Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, o inciso I do art. 2º e os arts. 20, 25, 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, o art. 2º da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, a Lei nº 8.717, de 14 de outubro de 1993, a alínea "b" do inciso I do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, os arts. 3º e 6º da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, os arts. 1º ao 4º e 6º da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, e a Lei nº 9.633, de 12 de maio de 1998, A lei 5.619, de 03 de novembro de 1970, a lei 5.906 de 23 de julho de 1973, a lei 5.932 de 01 de novembro de 1973, a alínea j do inciso IV e o § 1º do art. 50, o § 4º do art. 63, o inciso I do § 1º do art. 66, os §§ 4º e 5º do art. 98, os incisos III, IV, V e §§ 4º e 5º do art. 99 e os incisos III, IV, V e §§ 2º e 3º do art. 123 da lei 7.479 de 02 de junho de 1986, a lei 7.590 de 29 de março de 1987, a lei 73591 de 29 de março de 1987, a lei 7.609 de 06 de julho de 1987, a lei 9.687 de 06 de julho de 1998, o decreto-lei 1.463 de 29 de abril de 1976, o decreto-lei 1.464 de 29 de abril de 1976, o decreto-lei 1.545 de 15 de abril de 1977, o decreto lei 1.618 de 03 de março de 1978, o decreto-lei 1.716 de 22 de novembro de 1979, o decreto lei 1.777 de 18 de março de 1980, o decreto lei 1860 de 18 de fevereiro de 1981, o decreto lei 1.926 de 17 de fevereiro de 1982, o decreto-lei 2.008 de 11 de janeiro de 1983, o decreto-





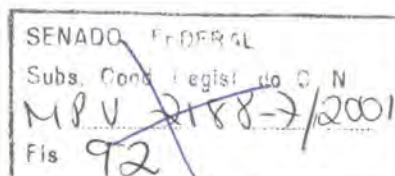
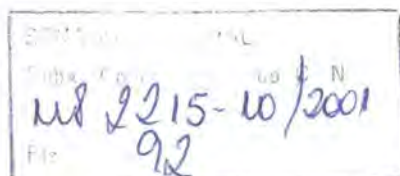
lei 2.086 de 22 de dezembro de 1983, o decreto-lei 2.213 de 31 de dezembro de 1984, o decreto lei 2.138 de 28 de junho de 1984, os arts. 9º e 10º da Medida Provisória 2.116-15 de 26 de dezembro de 2001.

## ANEXO I

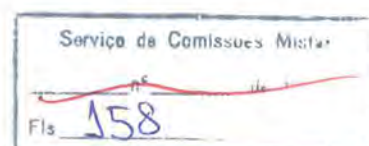
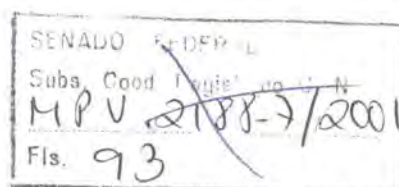
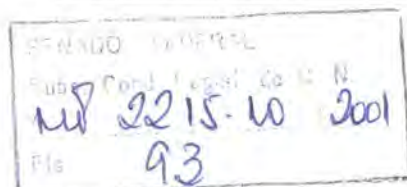
### TABELA I - SOLDOS

Posto ou Graduação

1. OFICIAIS GERAIS	Valor (R\$)
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.500,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.290,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.101,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	3.741,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.591,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.432,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	2.700,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	2.520,00
Segundo-Tenente	2.250,00



<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.100,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia	405,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	330,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	300,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	294,00
Aprendiz-Marinheiro	231,00
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	1.890,00
Primeiro-Sargento	1.647,00
Segundo-Sargento	1.407,00
Terceiro-Sargento	1.140,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	795,00
Cabo (não engajado)	180,00
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	750,00
Taifeiro de 2ª Classe	690,00





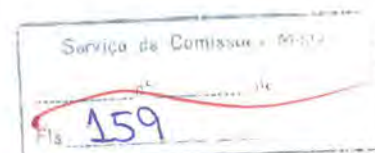
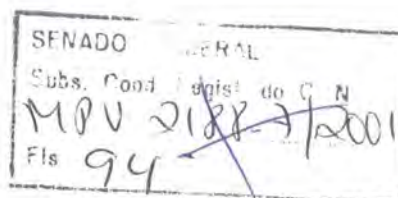
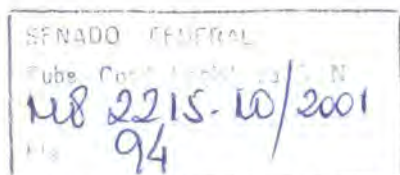
	0
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	540,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	450,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	153,00

# ANEXO I

## TABELA II – ESCALONAMENTO VERTICAL

Posto ou Graduação

<b>1. OFICIAIS GERAIS</b>	<b>Índice</b>
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1000
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	953
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	911
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	831
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	798
Capitão-de-Corveta e Major	763
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	600





<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	56 0
Segundo-Tenente	50 0
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	46 7
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia	90
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	73
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	67
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	65
Aprendiz-Marinheiro	51
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	42 0
Primeiro-Sargento	36 6
Segundo-Sargento	31 3
Terceiro-Sargento	25 3
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	17 7
Cabo (não engajado)	40

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legal do C. N.  
MP 2215-10 / 2001  
Fls. 95

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legal do C. N.  
MP V 2188-7 / 2001  
Fls. 95

Serviço de Contas e Arquivos  
160

7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	16 7
Taifeiro de 2ª Classe	15 3
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	12 0
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado).	10 0
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	34

## ANEXO II

### TABELAS DE ADICIONAIS

TABELA I – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	17	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	14	
Oficial Intermediário.	11	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	8	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	6	

SENADO FEDERAL  
Subs. Cont. Fed. do C. II  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 96

MPV 2215-10/2001  
Fls. 96

Serviço de Comissões Militares  
Fls. 161

Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	
--	----	--

TABELA II – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2002)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	28	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	25	
Oficial Intermediário.	22	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	19	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	16	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

## ANEXO II

TABELA III – ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

TIPOS DE CURSO	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Altos Estudos – Categoria I.	30	Arts. 1º e 3º.
Altos Estudos – Categoria II.	25	
Aperfeiçoamento.	20	

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legislação C.N.  
ML 2215-10 / 2001  
Fls. 97

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legislação C.N.  
MLV 2122-1 / 2001  
Fls. 97

Serviço de Comissão: Militar  
Fls. 162



Especialização.	16	
Formação.	12	

TABELA IV – ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

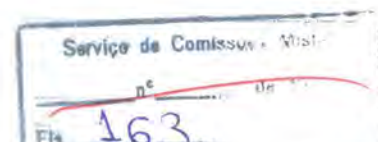
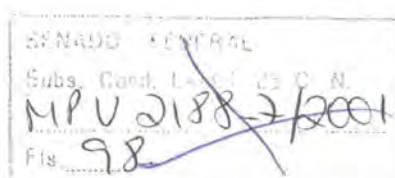
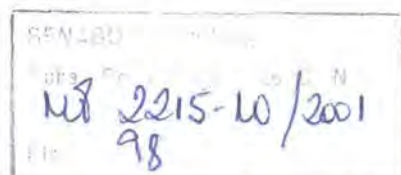
BASE	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Tempo de Serviço	1% por ano	Arts. 1º, 3º e 30.

TABELA V – ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Vôo em aeronave militar como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e fotogramétrico.	20	Arts. 1º e 3º.
Salto em pára-quedas, cumprindo missão militar.		
Imersão no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos.		
Mergulho com escafandro ou com aparelho.		
Controle de Tráfego Aéreo.		
Trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	10	

TABELA VI – ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE	FUNDAMENTO
-----------	-----------------------------	------------



	SOBRE O SOLDADO	
Militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para transferência para a inatividade remunerada.	5%	Arts. 1º e 3º.
Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea "a" acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção	

### ANEXO III

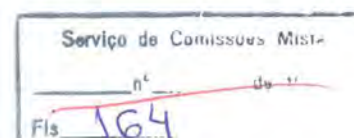
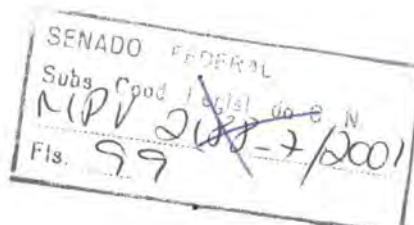
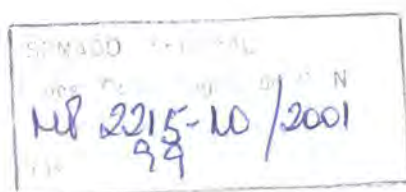
### TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

#### TABELA I – GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENT
Categoria A.	20	Arts. 1º e 3º.
Categoria B.	10	

#### TABELA II – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENT
Oficial General.	10	Arts. 1º e 3º.



Oficial Superior, Intermediário e Subalterno em cargo de Comando, Direção ou Chefia.	10	
Participante em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira, no País.	2	

#### ANEXO IV

#### TABELAS DE OUTROS DIREITOS

#### TABELA I – AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a Militar, com dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "a".
b Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
c Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra na volta.	

Subs. Coord. Regist. do C. N.  
 Nº 2215-10 2001  
 Fls. 100

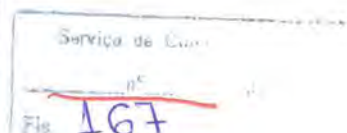
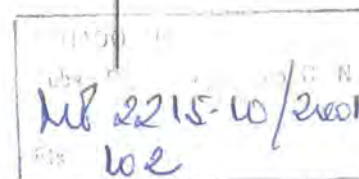
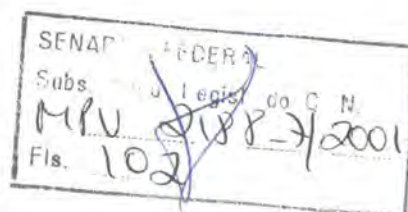
SENADO FEDERAL  
 Subs. Coord. Regist. do C. N.  
 Nº 2188-7/2001  
 Fls. 100

Serviço de Comissão Militar  
 Nº 165  
 Fls. 165





a	O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	Art. 2º e art. 3º, inciso XII.
b	O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo e meio.	
c	Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		
d	O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.	Um soldo.	
e	Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.		



d	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento servindo em Localidade Especial de Categoria "A", quando acompanhada de dependente.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
---	--	---	--

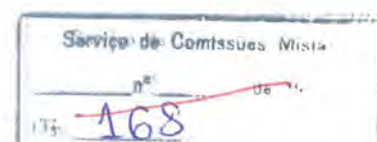
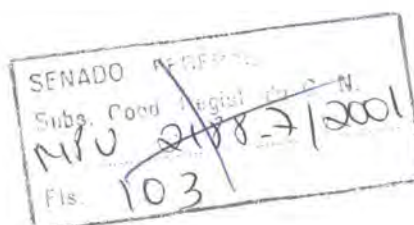
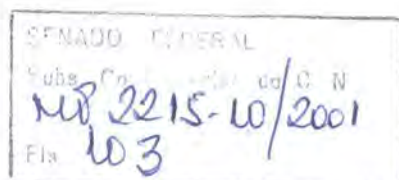
TABELA IV – AUXÍLIO-NATALIDADE

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Nascimento de filho do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação.	Art. 2º e art. 3º, inciso XIV.
b	Nascimento de filhos, em parto múltiplo, do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação, acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.	

ANEXO IV

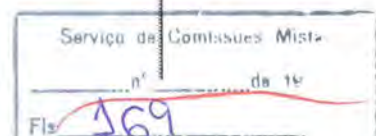
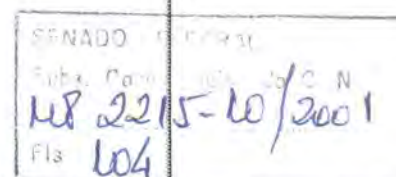
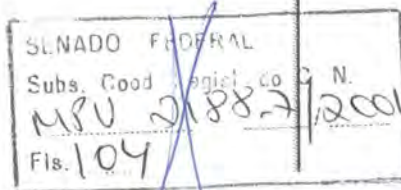
TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.





a	<p>O militar, quando não puder receber alimentação por sua organização ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, seja obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias.</p>	<p>Dez vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço de escala de duração de vinte e quatro horas.</p> <p>Cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço ou expediente de duração superior a oitos horas de efetivo trabalho e inferior a vinte e quatro horas.</p>	Art. 2º e art. 3º, inciso XIII.
b	<p>O Militar, quando servir em organização militar que não tenha serviço de rancho organizado e não possa ser arranchado por outra organização nas proximidades.</p>	<p>Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.</p>	
c	<p>A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União.</p>	<p>Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.</p>	



f	Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
g	O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
h	A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
i	O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
j	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
l	O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	

#### ANEXO IV

TABELA III – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
-----------	----------------------	------------

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 105

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 105  
Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 170

b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo.	
---	---	------------------------------	--

TABELA VI – AUXÍLIO-FUNERAL

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a Morte do cônjuge, companheira(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não	Art. 2º e art. 3º, inciso XVI.
b Na morte do militar pago ao beneficiário da pensão militar.	podendo ser inferior ao soldo de Suboficial.	

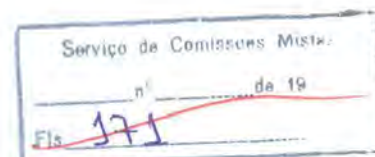
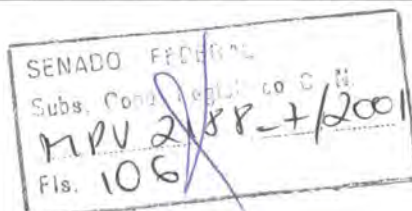
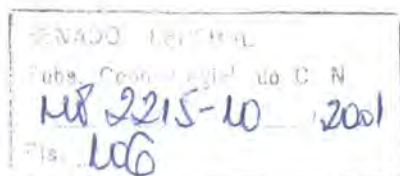
## ANEXO V

### TABELA DE SOLDOS E ESCALONAMENTO VERTICAL

#### TABELA I - SOLDOS

Posto ou Graduação

1. OFICIAIS SUPERIORES	Valor (R\$)
Coronel	3.741,00
Tenente-Coronel	3.591,00
Major	3.432,00
2. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	2.700,00



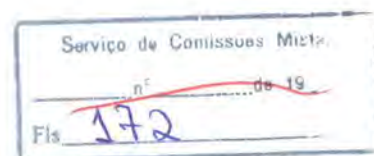
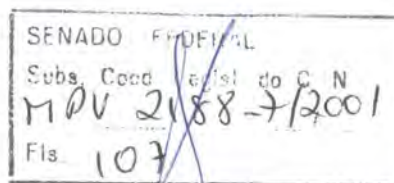
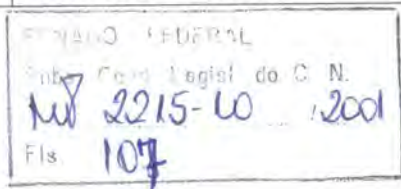


3. OFICIAIS SULBATERNOS		
Primeiro-Tenente		2.520,00
Segundo-Tenente		2.250,00
4. PRAÇAS ESPECIAIS		
Aspirante-a-Oficial		2.100,00
Cadete(último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar		901,58
Cadete(demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar		606,04
5. PRAÇAS GRADUADAS		
Subtenente		1.890,00
Primeiro-Sargento		1.647,00
Segundo-Sargento		1.497,00
Terceiro-Sargento		1.140,00
Cabo		1.013,81
6. DEMAIS PRAÇAS		
Soldado - 1ª Classe		901,58
Soldado - 2ª Classe		606,04

## TABELA II - ESCALONAMENTO VERTICAL

Posto ou Graduação

1. OFICIAIS SUPERIORES		
Coronel		1000
Tenente-Coronel		960
Major		917
2. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS		
Capitão		
3. OFICIAIS SULBATERNOS		
Primeiro-Tenente		674

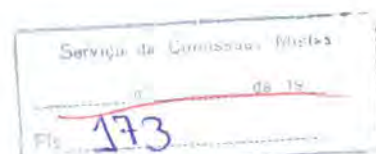
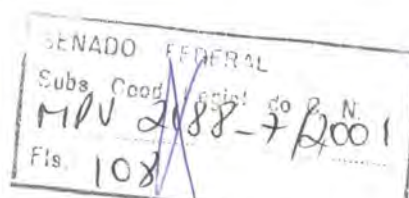
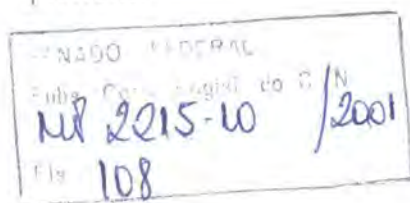


Segunro-Tenente	601
4. PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante-a-Oficial	561
Cadete(último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	241
Cadete(demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	162
5.PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	505
Primeiro-Sargento	440
Segundo-Sargento	376
Teceiro-Sargento	305
Cabo	271
6. DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	241
Soldado - 2ª Classe	162

**ANEXO VI**  
**TABELA DE ADICIONAIS**

**TABELA I - ADICIONAL MILITAR ( A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)**

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial Superior	14 % (quatorze por cento)	art. 1º e 3º, II, desta Medida provisória
Oficial Intermediário	11 % (onze por cento)	
Oficial Subalterno e Aspirante - a - Oficial	8 % ( oito por cento)	



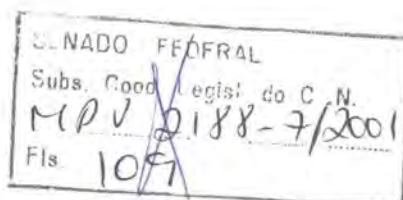
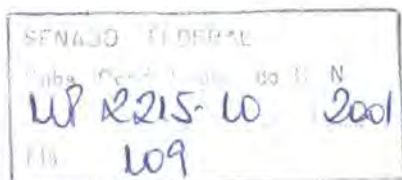
Subtenente e Sargento	6 % ( seis por cento)	
Cabo e Soldado 1º Classe	13 % ( treze por cento)	

**TABELA II - ADICIONAL MILITAR ( A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2002**

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial superior	25 % ( vinte e cinco por cento)	art. 1º e 3º, II, desta Medida Provisória
Oficial intermediário	22 % ( vinte e dois por cento)	
Oficial Subalterno e Aspirante - a - Oficial	19% ( dezenove por cento)	
Subtenente e Sargento	16% ( dezesseis por cento)	
Cabo e soldado	13% (treze por cento)	

**TABELA III - ADICIONAL DE HABILITAÇÃO**

TIPOS DE CURSO	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Altos Estudos	30% (trinta por cento)	art. 1º e 3º, III, desta Medida Provisória.
Aperfeiçoamento	20% (vinte por cento)	



574



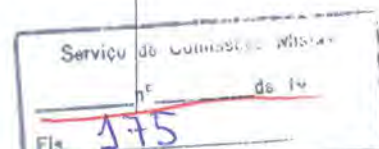
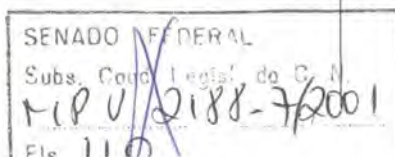
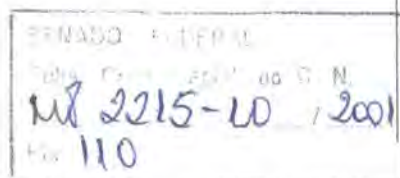
Especialização	16% ( dezesseis por cento)	
Formação	12% doze por cento)	

**TABELA IV - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

BASE	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Tempo de Serviço	1% por ano	Art. 1º, 3º e 36 desta Medida Provisória

**TABELA V - ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA**

SITUAÇÃO	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Vôo em aeronave como tripulante orgânico e observador aéreo	20% ( vinte por cento)	art. 1º e art. 3º, V, desta Medida Provisória.
Salto em pára-quedas cumprindo missão militar.		
Mergulho com escafandro ou aparelho.		
Desempenho efetivo e continuado de atividades de combate a incêndio, salvamento e perícia de incêndio.		
Desempenho efetivo e continuado de atividades de policiamento ostensivo.		
Serviço em centro de controle de operações PM/BM.		



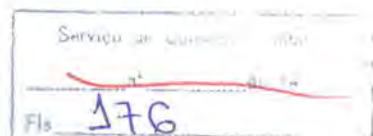
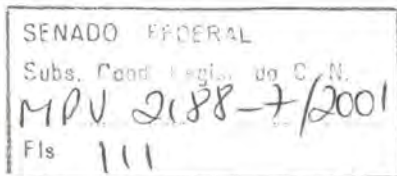
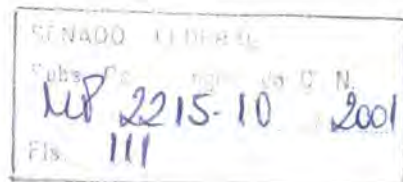
Trabalho com Raios-X ou substâncias radioativas.	10% ( dez por cento)	
--	----------------------	--

**TABELA VI - ADICIONAL DE PERMANÊNCIA**

SITUAÇÃO	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
A Militar que, em atividade, a partir de 15 de dezembro de 200, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para a transferência para a inatividade remunerada.	5%	art. 1º e art. 3º, VI, desta Medida Provisória.
b Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea "a" acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção	

**TABELA VII - ADICIONAL DE OPERAÇÕES**

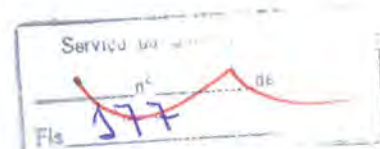
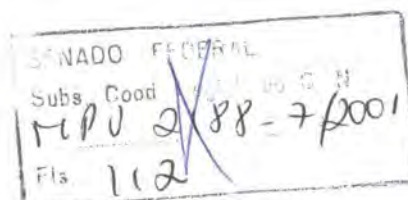
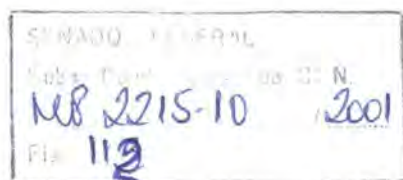
SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Militar com curso de formação	Correspondente a 9,4 % (nove vírgula quatro por cento) do soldo de Coronel	art. 1º e 3º, VII, desta Medida Provisória



**ANEXO VII**  
**TABELAS DE GRATIFICAÇÕES**

**TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial Superior , Intermediário e Subalterno, em cargo de comando, Direção, Chefia e Ajudância - de - Ordens.	10 % ( dez por cento)	art. 1º e art. 3º , VIII, a, desta Medida Provisória
Participante em viagem de representação, instrução , emprego operacional, ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País	2 % ( dois por cento)	art. 1º e art. 3º , VIII, b, desta Medida Provisória

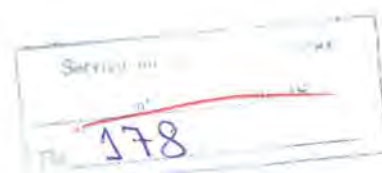
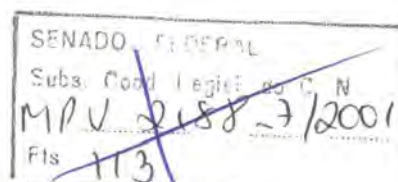
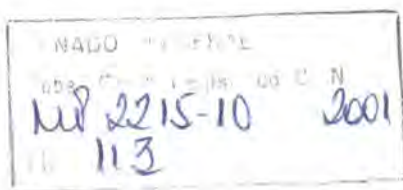




**ANEXO VIII**  
**TABELAS DE OUTROS DIREITOS PECUNIÁRIOS**

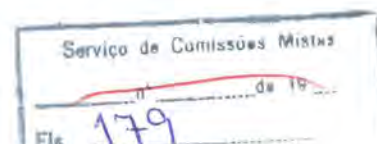
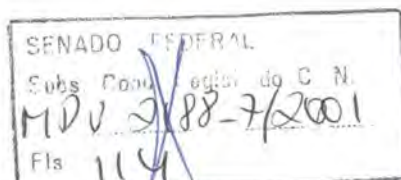
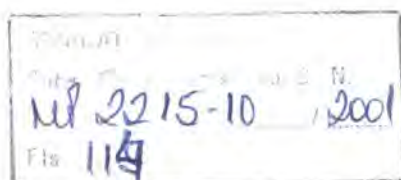
**TABELA I - AJUDA DE CUSTO**

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Militar, com dependente, nas movimentações para fora de sede, superior a seis meses	Duas vezes o valor da remuneração, na ida e na volta.	art. 2º e art. 3º, XI, a, desta Medida Provisória.
b	Militar, com dependente, nas movimentações para fora da sede superior a três meses e igual ou inferior a seis meses.	Duas vezes o valor da remuneração, na ida, e uma vez na volta.	
c	Militar, com dependente, nas movimentações para fora da sede superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses.	Uma vez o valor da remuneração, na ida, e outra na volta.	
d	Militar, sem dependente, nas situações "a", "b" e "c" desta tabela.	Metade dos valores estabelecidos para as situações "a", "b" e "c" desta tabela.	art. 2º e art. 3º, XI, b, desta Medida Provisória.
e	Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial - quatro vezes o valor da remuneração, calculada com base no soldo do soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertence o militar. Praça - quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Subtenente.	



**TABELA II - AUXÍLIO - FARDAMENTO**

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O Cadete e o Soldado de 2ª classe	Por conta do erário - uniforme e roupa de cama, de acordo com as Tabelas de Distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandantes Gerais	art. 2º e art. 3º, XII, desta Medida Provisória
b	O militar declarado Aspirante-a-Oficial, ou promovido a 3º sargento.		
c	Os Oficiais nomeados e matriculados em Curso de Habilitação e os nomeados Capelães Militares	Um soldo e meio.	
D	Anualmente, quando permanecer no mesmo posto ou graduação.	Um terço da remuneração.	
e	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.	Um soldo.	
f	O militar que perder o uniforme em sinistro, ocorrência ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	

**TABELA III - AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO**

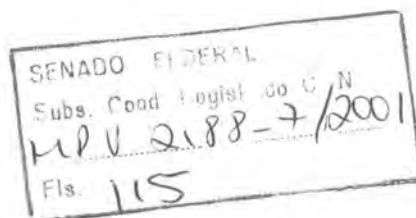
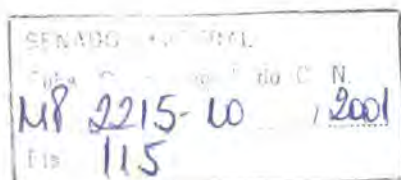
SITUAÇÕES		VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
a	Oficiais, Praças Especiais, Subtenentes e Sargentos	7,9% ( sete vírgula nove por cento) do valor do soldo do posto de coronel.	art. 2º e art. 3º , XIII, desta Medida Provisória
b	Cabos e Soldados de 1ª e 2ª classe	6,8% ( seis vírgula oito por cento) do valor do soldo do posto de Coronel.	

**TABELA IV - AUXÍLIO - MORADIA**

SITUAÇÕES		VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
a	Militar da ativa com dependente e possuidor de curso de formação	20% ( vinte por cento) do soldo do posto ou graduação.	art. 2º e art. 3º, XIV, desta Medida Provisória.
b	Militar da ativa sem dependente e possuidor de curso de formação	10% ( dez por cento) do soldo do posto ou graduação.	

**TABELA V - AUXÍLIO - NATALIDADE**

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
-----------	----------------------	------------





a	Nascimento de filho do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação.	art. 2º e art. 3º, XV, desta Medida Provisória
b	Nascimento de filhos, em parto múltiplo, do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação, acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.	

#### TABELA VI - AUXÍLIO - INVALIDEZ

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar que necessitar de internação especializada - em estabelecimento militar ou não - assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo.	art. 2º e art. 3º, XVI, desta Medida Provisória.
b	O militar que, por prescrição médica, homologada por Junta de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo	

#### TABELA VII - AUXÍLIO - FUNERAL

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Morte do cônjuge, companheiro(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Subtenente.	art. 2º e art. 3º, XVII, desta Medida Provisória

SENADO FEDERAL  
 Subs. Coord. Legis. do C. N.  
 MP 215-7/2001  
 Fls. 116

SENADO FEDERAL  
 Fls. 117  
 MP 2215-10/2001

Serviço de...  
 Fls. 181

b	Morte do militar - pago ao beneficiário da Pensão Militar.		
---	--	--	--

## JUSTIFICAÇÃO

Com previsão constitucional através do art. 144 § 6º, as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro. Além desse dispositivo, são instituições regidas pela disciplina e hierarquia militar, da mesma forma que os militares das Forças Armadas, utilizando-se em muitos casos da mesma legislação.

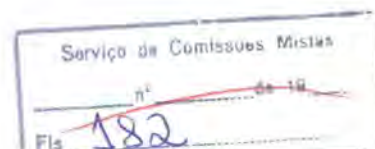
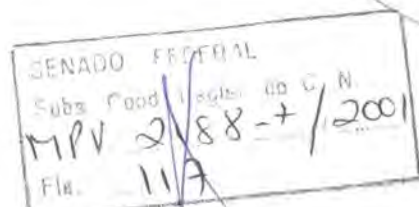
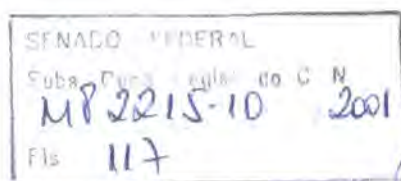
As instituições militares do Distrito Federal, mantidas pela união recebiam tratamento isonômico na questão salarial até o advento da Emenda Constitucional 19, que não recepcionou antiga lei que tornava possível o repasse dos aumentos concedidos às Forças Armadas aos militares do Distrito Federal.

Ocorre, que o cálculo da remuneração dos militares do DF era, até a edição da Medida Provisória 2.131 feito com base em determinadas leis destinadas a regular matérias das Forças Armadas, que ao serem revogadas, retiraram o suporte jurídico para o pagamento dos servidores militares do Distrito Federal, o que significa dizer que no momento não existe legalidade para a confecção da folha salarial dos mais de 30.000 homens e mulheres, militares do DF.

Em que pese toda a expectativa de todas estas pessoas em verem este problema resolvido, operou-se algo que não se esperava: Além de não receber aumento, de estarem sem previsão de quando receberão pelo seu trabalho, ainda deixarão de receber a histórica equiparação com as Forças Armadas, que sempre ocorreu e que deve continuar, como medida de inteira justiça.

Brasília-DF 01 de fevereiro de 2001.

Deputado ALBERTO FRAGA





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA LIDERANÇA DO PFL

*Façam-se as substituições  
solicitadas*

*Em 05 / 2 / 2001*

Ofício nº 0153-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001, que **“Dispõe sobre a reestruturação da remuneração de militares das Forças Armadas, altera as leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”**, em substituição aos anteriormente indicados.

**EFETIVO:**

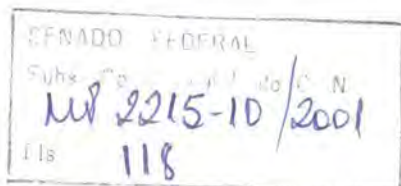
Deputado **WERNER WANDERER**

**SUPLENTE:**

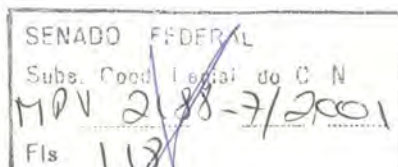
Deputado **PAES LANDIM**

Atenciosamente,

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Líder do PFL



Excelentíssimo Senhor  
Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Presidente do Congresso Nacional  
NESTA







CÂMARA DOS DEPUTADOS

**LIDERANÇA DO PPB**

*Faça-se a substituição  
solicitada*

Em 20/03/2001  
*Porto*

Ofício nº 030/01

Brasília, 15 de Fevereiro de 2001.

Senhor Presidente,

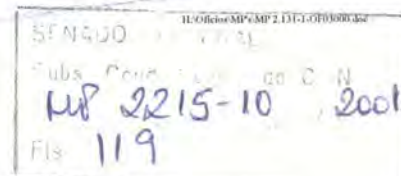
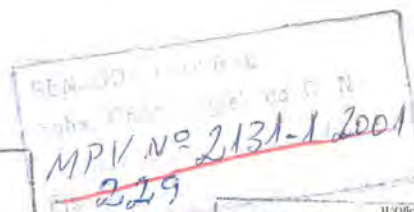
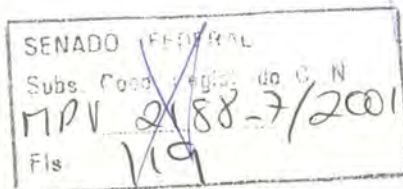
Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado **Edmar Moreira**, como titular, e o Deputado **Jair Bolsonaro**, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001 que, "dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera, as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências".

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
Deputado **Odelmo Leão**

**Líder do PPB**

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Jader Barbalho**  
DD. Presidente do Congresso Nacional  
Nesta



**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-02**, ADOTADA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

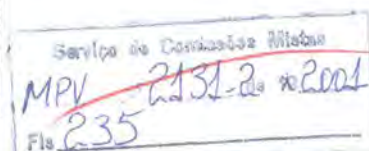
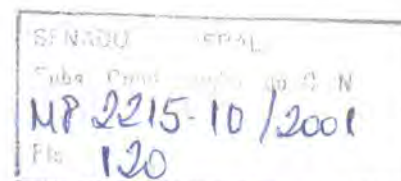
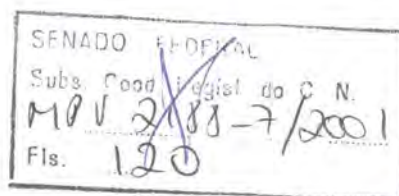
CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ALCEU COLLARES	64, 78, 79, 80, 81
Deputado JAIR BOLSONARO	65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92
Deputado NELSON MARQUEZELLI	82

**SACM**

**TOTAL DE EMENDAS – 092**

Convalidadas – 063

Adicionadas - 029





**MP-2131-2**

**000064**

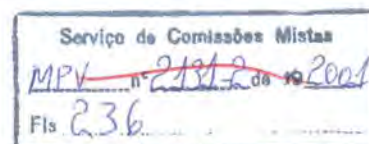
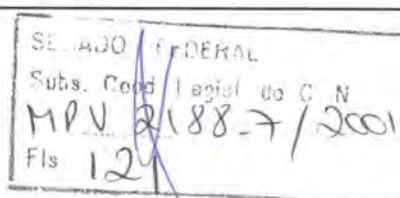
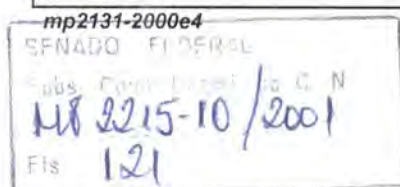
**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 27.02.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-2/01		
<b>Autor:</b> Alceu Collares			<b>Prontuário Nº:</b> 487	
<b>1. Supressiva</b> X	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b>	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva Global</b>
<b>Página</b> 1:	<b>Artigo:</b> 30	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

Suprima-se o art. 30 da Medida Provisória; suprimindo-se, via de consequência a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória", constante dos arts. 1º, II, c, 3º, IV, 10º, IV e 17, II por se referirem ao mesmo instituto.

**JUSTIFICATIVA**

O art. 30 extingue o chamado "adicional de tempo de serviço", assegurado aos militares, indo, inclusive, na contramão da Medida Provisória que visa a atualização da remuneração, já desgastada pelos diversos planos econômicos e pela própria inflação.







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000065

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2131-2/2001
Fls. 177

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2131-2/2001
Fls. 177

Serviço de Comunicação Social
MPV 2131-2/2001
Fls. 239



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000066

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 37 da Medida Provisória em epígrafe e no Art. 40 suprima-se o "inciso II" do Art. 137 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa visa manter a isonomia com os militares oriundos de Academias Militares.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C.N.
MPV 2131-2 de 2001
Fls. 123

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C.N.
MP 2215-10 de 2001
Fls. 123

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2131-2 de 2001
Fls. 238



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso III	alínea
--------	-----------	-----------	------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

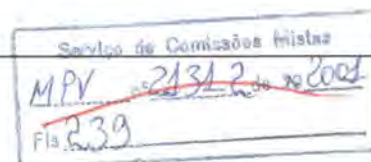
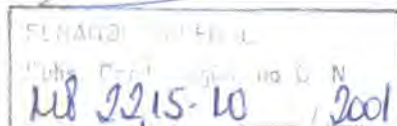
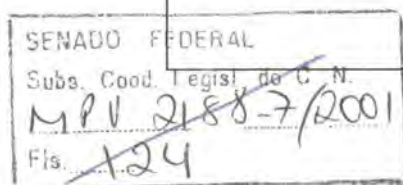
Suprima-se o inciso III do artigo 15 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

O desconto para o Fundo de Saúde do Exército, por exemplo, está tendo um reajuste de mais de 100%. Pagar pelo atendimento médico realizado por Organização Militar de Saúde é um contra-senso.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

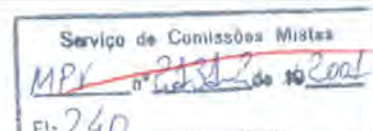
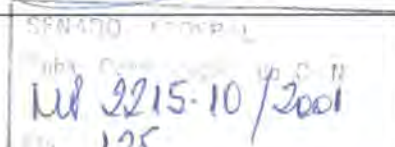
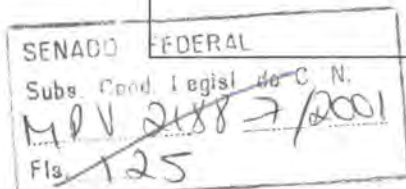
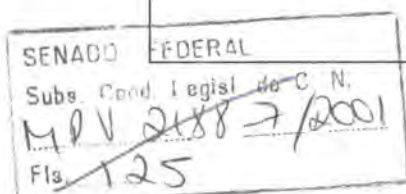
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação, pois os servidores civis continuam com esta vantagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000069

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Emba. Coord. Inicial do C. N.  
MPV 2188-2/2001  
Fls. 126

MPV 2215-60/2001  
126

Serviço de Comissões Mistas  
MPV 2131-2 de 2001  
Fls. 244



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000070

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 03 /2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 18	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

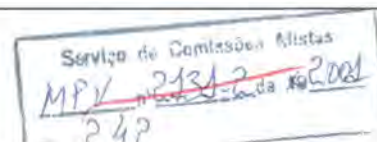
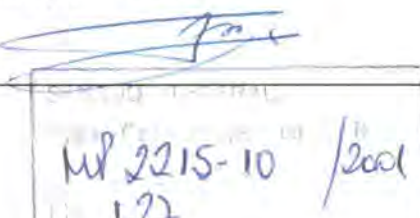
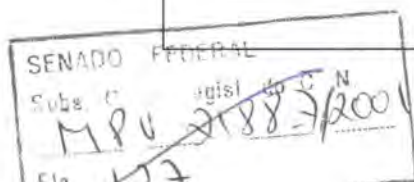
Suprima-se o parágrafo segundo do artigo 18 da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível que um cidadão que está prestando o serviço militar obrigatório ou um cadete, venha a receber um soldo inferior ao já diminuto salário mínimo. Atente-se que o novo soldo representará para estas praças o total dos seus rendimentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000071

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

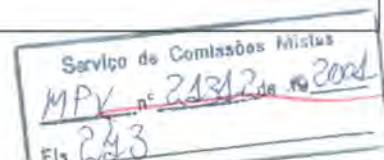
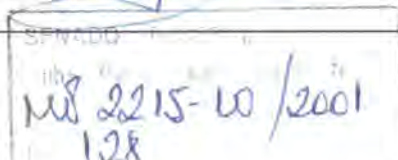
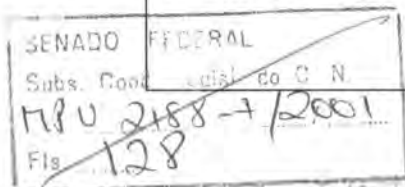
Suprima-se, da alínea "a" da Tabela VI do Anexo II, a expressão "*a partir de 29 de dezembro de 2000*".

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa a evitar vício de inconstitucionalidade, visto que o inciso IX do § 3º do art. 142, c/c o § 8º do art. 40 da Constituição Federal impõe a revisão de aposentadorias e pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores da ativa, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000072

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

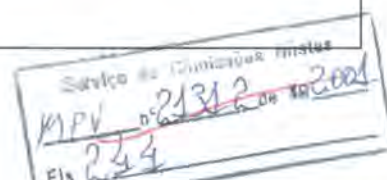
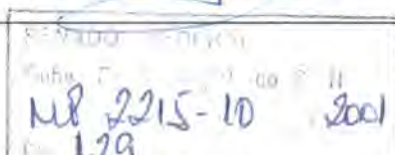
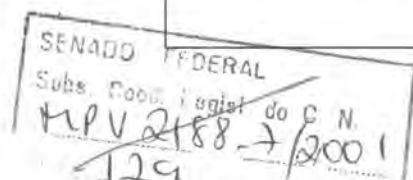
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado JAIR BOLSONARO	302			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 17	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dá-se ao caput do artigo 17 da Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro de 2001, a seguinte redação:

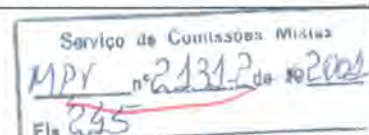
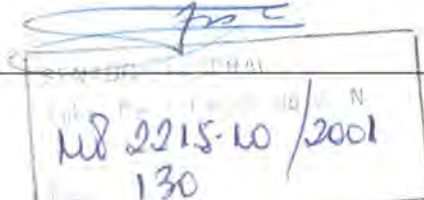
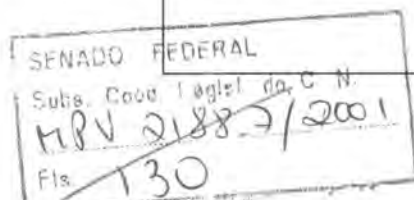
“Art. 17 – Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade específica adaptar o texto do artigo ao comando constitucional contido no inciso XI do artigo 37. O dispositivo do art. 17 está tratando os militares de maneira diversa dos demais servidores públicos da administração direta e além do mais criando um subteto para esta classe.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000074

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 20 (vinte) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

## JUSTIFICAÇÃO

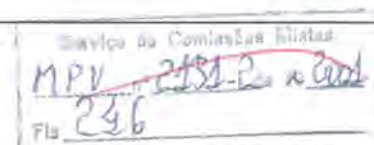
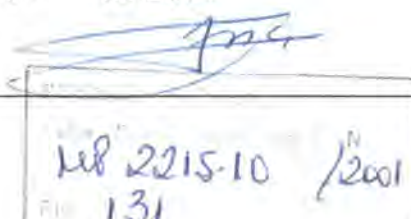
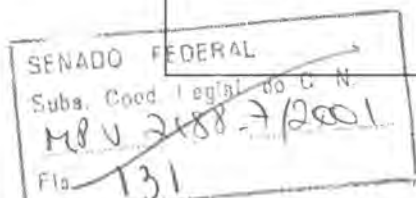
O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 20 anos de serviço, tempo que, na prática, corresponde ao dobro do exigido para aquisição de estabilidade, assegurada às praças das Forças Armadas pela Lei nº 6.880, de 09/12/80 (ESTATUTO DOS MILITARES).

O não acatamento desta Emenda seria muito injusto com os militares da ativa já estabilizados, mas com a obrigatoriedade de ainda prestar muitos anos de serviço.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000075

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JUSTIFICAÇÃO

O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 5 anos de serviço.

O não acatamento desta Emenda seria muito injusto com os militares da ativa ainda não estabilizados, mas com a obrigatoriedade de ainda prestar muitos anos de serviço.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2131-2/2001  
Fls. 132

SENADO FEDERAL  
MPV 2131-2/2001  
133

Serviço de Comissões Mistas  
MPV nº 2131-2 de 2001  
729





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000076

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso //	alínea
--------	-----------	-----------	-----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

II - adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, calculada com percentual referente ao círculo hierárquico do soldo efetivamente recebido, inerente à carreira militar;

"

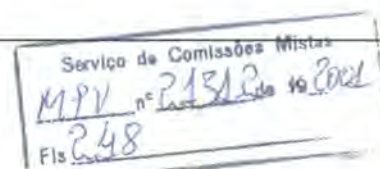
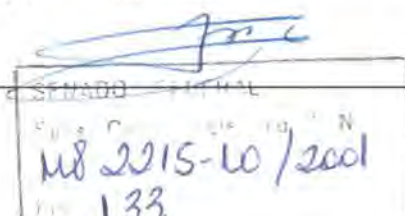
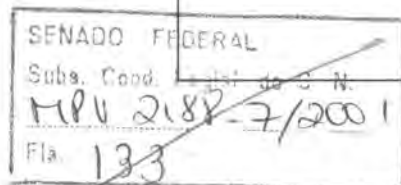
JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação proposta e nem ocorrer discriminação com alguns postos ou graduações, assegurando aos mesmos a vantagem acima calculada sobre o grau hierárquico superior bem como aos soldos correspondentes, como explicitado no art. 34 desta Medida Provisória.

Existe enorme equívoco na redação dada na Medida Provisória, pois os atuais militares assistem pasmados tal iniciativa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos, levando-se em conta a desmotivação profissional causada. Tal correção no texto pretendido, poderá compensar, em parte, direitos perdidos como por exemplo a GAM, a GCET e o Adicional de Inatividade entre outros.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001			
autor			nº do prontuário	
Deputado JAIR BOLSONARO			302	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JUSTIFICAÇÃO

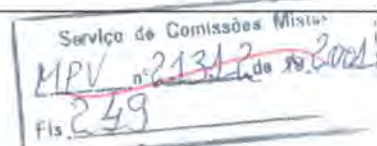
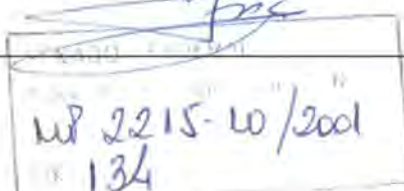
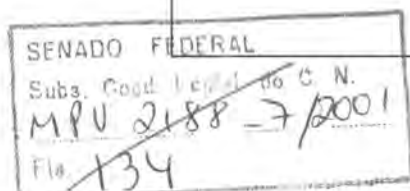
O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 10 anos de serviço, tempo que, na prática, corresponde a aquisição de estabilidade, assegurada às praças das Forças Armadas pela Lei nº 6.880, de 09/12/80 (ESTATUTO DOS MILITARES).

O não acatamento desta Emenda seria muito injusto com os militares da ativa já estabilizados, mas com a obrigatoriedade de ainda prestar muitos anos de serviço.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





MP-2131-2

000078

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27.02.01		Proposição: MP 2131-2/01		
Autor: Alceu Collares		Prontuário Nº: 487		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página 1:	Artigo: 28	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Dê-se ao inciso II do art. 50 da Lei 6880/80, modificado pelo art. 28 da MP a seguinte redação:

Art. 28 .....

Art. 50 .....

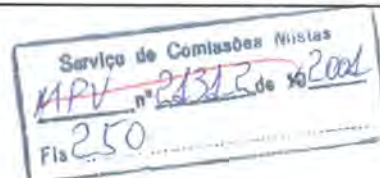
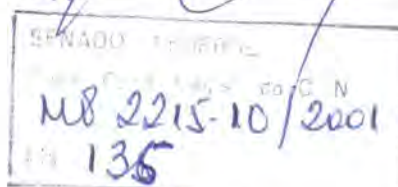
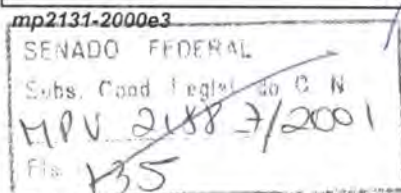
II – o provento calculado com base no soldo integral do grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

### JUSTIFICATIVA

O art. 28, por sua vez, modifica a Lei nº 6880/80.

A nova redação conferida ao art. 50, por exemplo, não só muda a nomenclatura “remuneração” para “proventos”, adaptando-se a outros dispositivos legais, como modifica completamente a base de cálculo para fins de proventos, constante do inciso II.

A Lei nº 6880/80 considerava como parâmetro o soldo do posto hierárquico, imediatamente, superior, conferindo valores maiores na inatividade. O texto reformista mantém o último soldo como valor de referência, trazendo prejuízos aos militares que estão na iminência de se aposentarem.







**MP-2131-2**

**000079**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 27.02.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-2/01		
<b>Autor:</b> Alceu Collares			<b>Prontuário Nº:</b> 487	
<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> X	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva</b> Global
<b>Página</b> 1:	<b>Artigo:</b> 31	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

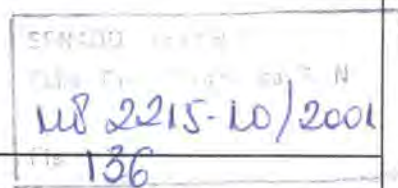
Dê-se ao art. 31 da Medida Provisória 2131-02/01 a seguinte redação:

“Art. 31. Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento das parcelas constantes dos arts. 1º, 2º, II, alínea “e” e 10º desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº3765, de 1960.

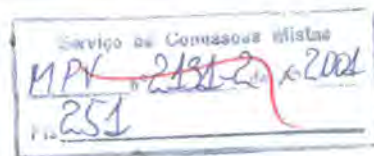
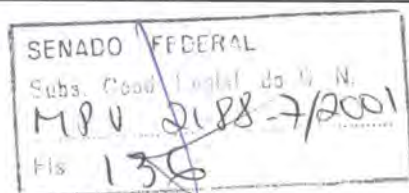
**JUSTIFICATIVA**

O texto original da Medida Provisória modificou a lei 3765/60, retirando benefícios de determinados parentes de militares, como filhas e irmãs; entretanto, a manutenção dos mesmos foi garantida aos inativos desde que contribuíssem com 1,5% de seus proventos.

A presente emenda visa assegurar os mesmos benefícios aos militares em atividade desde que também venham contribuir com o mesmo percentual sobre sua remuneração.



mp2131-2000e5







**MP-2131-2**

**000080**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**Data:** 27.02.01

**Proposição:** MP 2131-2/01

**Autor:** Alceu Collares

**Prontuário Nº:** 487

<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> <b>X</b>	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva</b> <b>Global</b>
<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

Dê-se ao caput do art. 15 da Medida Provisória, e ao caput do art. 1º e 3º-A da Lei nº 3765/60, modificados pelo art. 27 da MP a seguinte redação:

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar em atividade:

.....

Art. 27 .....

Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os militares em atividade das Forças Armadas:

.....

Art. 3º A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas da remuneração na atividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de um e meio por cento.

**JUSTIFICATIVA**

A exposição de motivos apresentada em anexo à MP, visa a aproximação dos direitos dos militares aos dos civis. Neste sentido, não há porquê cobrar contribuição previdenciária dos inativos, a exemplo do que já se decidiu em sede de constitucional pelo STF.

Ademais, segundo o texto da Magna Carta, não há o chamado sistema contributivo para efeito de pensão militar. Isto é, os custos decorrentes do benefício seriam arcados pelo Tesouro Nacional; portanto, creio demasiado alta a elevação da alíquota para os ativos, razão pela qual proponho a presente emenda.

SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2131-2/01

Fls. 137

Serviço de Comissão Mistas

MPV 2131-2 de 2001

Fls. 252

18.2215-10/2001  
137



**MP-2131-2**

**000081**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**Data:** 27.02.01

**Proposição:** MP 2131-2/01

**Autor:** Alceu Collares

**Prontuário Nº:** 487

**1. Supressiva**

**2. Substitutiva**

**3. Modificativa**

**X**

**4. Aditiva**

**5. Substitutiva**

**Global**

**Página**  
**1:**

**Artigo:**  
**15 e 27**

**Parágrafo:**

**Inciso:**

**Alínea:**

Dê-se ao caput do art. 15 da MP 2131-2/01 a seguinte redação e acrescente-se o seguinte § único ao mesmo dispositivo, alterando-se, via de consequência, o caput do art. 1º e art. 3-A da Lei 3765/60, ambos modificados pelo art. 27 da MP:

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar em atividade:

- I - .....
- II - .....
- III - .....
- IV - .....
- V - .....
- VI - .....
- VII - .....
- VIII - .....

Parágrafo único. Aplicam-se aos militares da inatividade os mesmos descontos obrigatórios relacionados neste artigo, excetuando-se o descrito pelo inciso I."

Art. 27. ....

"Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares em atividade das Forças Armadas.

Parágrafo único. ....

- I - .....
- II - .....

"Art. 3º A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem a remuneração na atividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-2/01  
138

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-2/01  
Fls. 128

Serviço de Arquivo

MPV 2131-2/01  
Fls. 253





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27.02.01		Proposição: MP 2131-2/01		
Autor: Alceu Collares		Prontuário Nº: 487		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página 1:	Artigo: 15 e 27	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

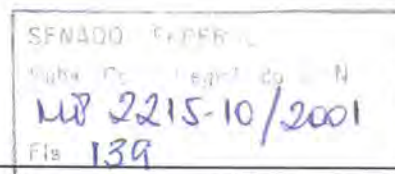
cento."

### JUSTIFICATIVA

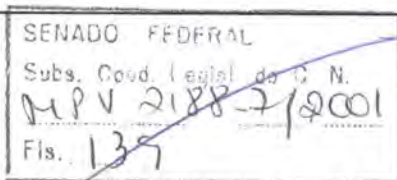
O art. 15 estabelece como desconto obrigatório, inclusive para o militar inativo, a contribuição para pensão militar. O dispositivo, como está posto na Medida, fere o direito adquirido dos militares a exemplo do que ocorreu com a proposta do governo sobre a inclusão da contribuição de aposentados civis para o Regime de Previdência Geral. A presente emenda visa sanar a infringência constitucional acima aludida.

O art. 27, por seu turno, ratifica os desconto para a pensão militar estabelecendo seu percentual em 7,5% (sete e meio por cento) sobre os proventos.

Pelo exposto, peço o apoioamento dos nobres pares.



mp2131-2000e6







CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-2/01

EMENDA N.º

**MP-2131-2**

**000082**

COMISSÃO

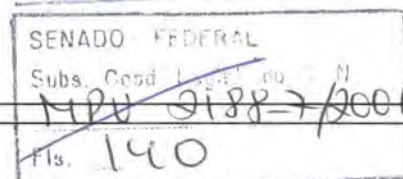
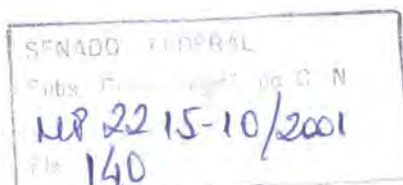
AUTOR: Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)

#### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha 10 (dez) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, quando ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

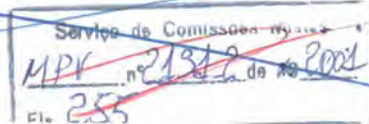
#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende igualar o direito previsto no artigo aos militares que tenham efetivamente completado os 10 (dez) anos de serviço, o que corresponde a estabilidade adquirida pelos militares, conforme lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o que asseguraria o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, após sua passagem para a inatividade. Caso contrário este artigo seria altamente injusto para com os militares da ativa que ainda dispõe de muito tempo de efetivo serviço.



DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000083

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 / 03 2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo.

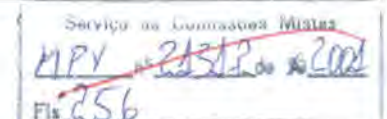
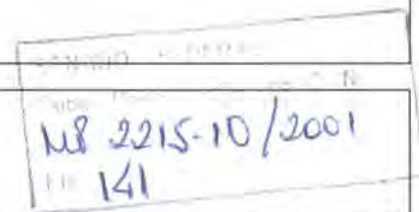
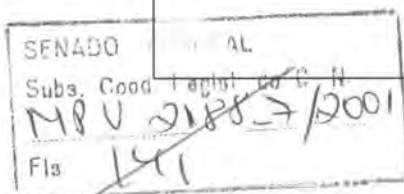
"Art. \_\_\_\_ O soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo do seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior."

JUSTIFICAÇÃO

Suprir lacuna existente na MP evitando-se rebaixamento dos proventos dos atuais Marechais e seus pensionistas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000084

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 40 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os pensionistas não podem ter suas pensões rebaixadas. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

Sup. Com. P.O.	15
Nº 2215-10/2001	
Fls 142	

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Legislação e N.
MPV 2188-7/2001
Fls 142

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2131-2 de 2001
Fls 257





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000085

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

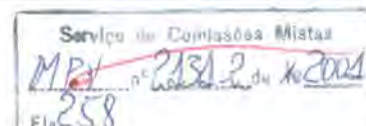
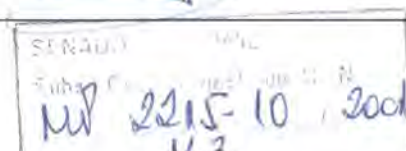
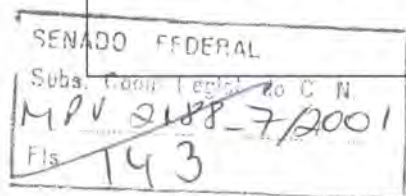
"Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, extensivo aos seus pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A partir do momento que no Art. 40 desta MP revoga-se por exemplo a GCET e GAM entendemos que os integrantes da PM, CBM e seus pensionistas não podem ter seus proventos e pensões rebaixados. Visamos ainda suprir lacuna na edição da referida MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000086

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2131-2 de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
.....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

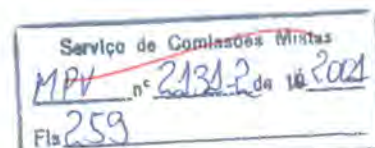
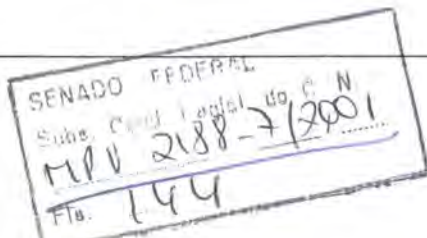
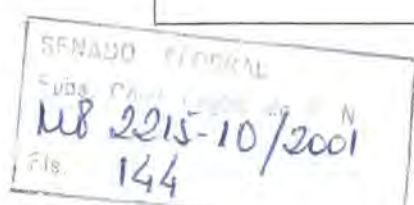
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília 02 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000087

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2131-2 de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

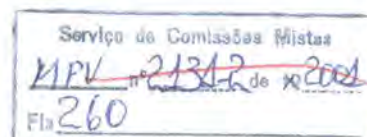
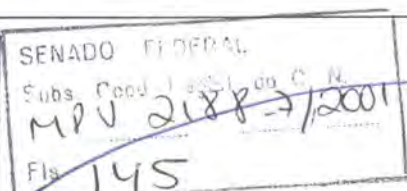
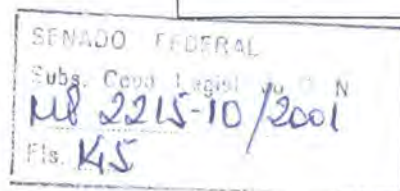
Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei ao ex-combatente de que trata o Art. 53 do ADCT/CF/88."

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação do dispositivo constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília 02 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000088

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02 /03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 Fev 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 14 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte § 4º:

"Os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos ou pensões militares."

## JUSTIFICAÇÃO

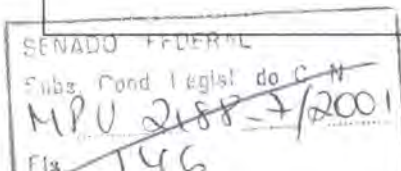
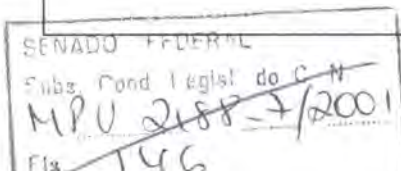
Coibir a indústria da agiotagem oficializada, em especial no Exército, onde existe quase uma centena de entidades conveniadas, quase todas cobrando altos juros, mensalidades de Associação e escorchantes seguros, levando a crer a possibilidade real de convivência com autoridades que autorizam tais descontos.

Cabe ressaltar que a Marinha do Brasil opera com zelo e honestidade na escolha das entidades consignatárias bem como pelo controle dos empréstimos.

Na atual MP não existe qualquer proteção aos pensionistas militares, e chega-se ao cúmulo de encontrarmos centenas de contracheques zerados. Se a Força executa o pagamento destes pensionistas e autoriza estes descontos, tem o dever de impor um controle nesta absurda agiotagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000089

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2131-2 de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 9º o seguinte inciso:

"Art. 9º .....

III - ao transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação da respectiva bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência."

JUSTIFICAÇÃO

O militar, quando em atividade, está sujeito a transferências para qualquer ponto do território nacional.

Desta forma, um militar que tenha suas raízes, por exemplo, no Rio Grande do Sul poderá estar servindo na amazônia, o que iria impor elevados gastos com transporte pessoal e de seus bens.

A inserção do presente dispositivo, além de justa, compensaria, em parte, a ausência de vantagens como FGTS, horas extras e outras, devidas aos civis e negada aos militares.

PARLAMENTAR

Brasília 02 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
118 2131-2/2001  
147

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
118 2131-2/2001  
147

Serviço de Comissões Mistas  
MPV nº 2131-2 de 2001  
Fls 262





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000090

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

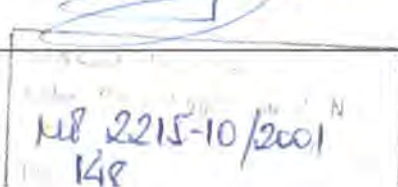
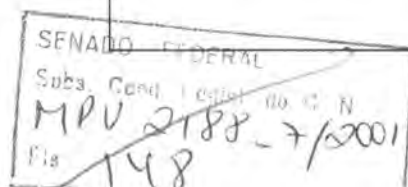
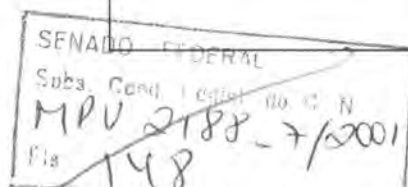
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000091

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se na seção III, das disposições finais, o seguinte artigo:

"Art. \_\_\_\_ O militar da ativa a disposição da Justiça Eleitoral para concorrer a cargo eletivo fará jus a remuneração integral enquanto durar esta situação."

JUSTIFICAÇÃO

A Legislação Eleitoral já contempla tal dispositivo, contudo algumas autoridade militares do Exército têm dificuldades em sua interpretação, obrigando que ao longo da última década os militares da ativa do Exército tenham recorrer à Justiça para perceberem sua remuneração.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fis. 149

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fis. 149

Serviço de Comissões Mistas  
MPV nº 2131-2 de 2001  
Fis. 264



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-2

000092

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-2, de 23 de fevereiro 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

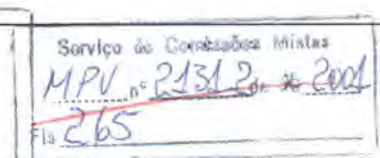
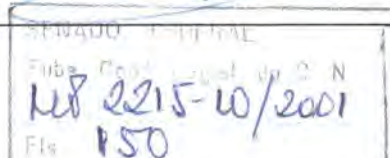
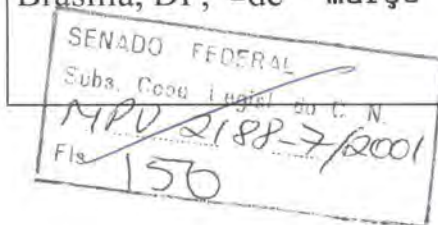
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "... , extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 2de março de 2001



**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-3**, ADOTADA EM 27 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

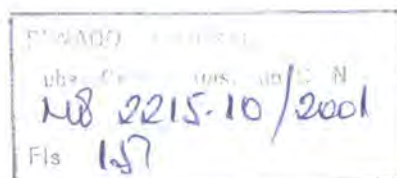
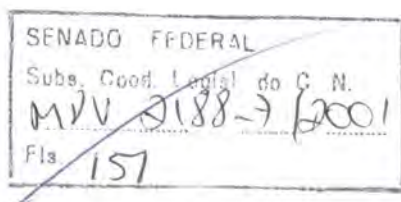
CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS			
Deputado JAIR BOLSONARO.....	093	094	095	096
	097	099	100	101
	102	103	104	108
	109	110	111	112
	113	114	115	116
	117	118	119	120
	121	122	125.	
Deputado Professor Luizinho.....	098	105	106	107
	123	124.		

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 092

EMENDAS ADICIONADAS: 033

TOTAL DE EMENDAS: 125







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000093

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>			
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso I	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao inciso I do art. 2º da Medida Provisória em epígrafe a alínea que se segue:

i) auxílio-moradia.

JUSTIFICAÇÃO

O auxílio-moradia percebido pelos parlamentares bem como pelos procuradores do Ministério Público Federal, por exemplo, estão fixados em R\$ 3.000,00.

O parlamentar que optar pela ocupação de um imóvel funcional não percebe esta importância bem como nada lhe é cobrado por esta ocupação.

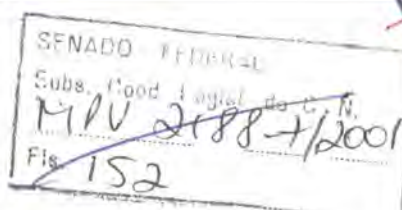
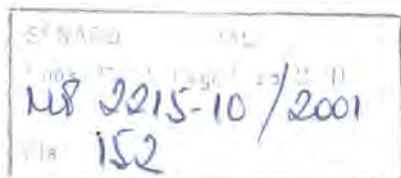
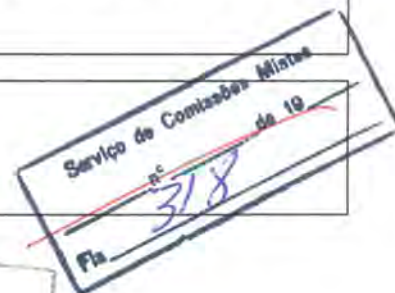
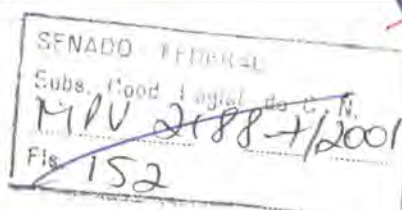
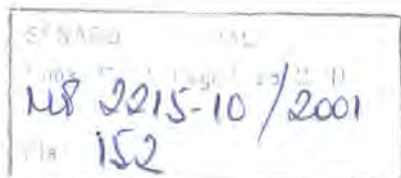
Antes do advento deste MP o militar a exemplo dos parlamentares também recebia um auxílio-moradia, com tudo de forma bem mais módica e escalonada, onde um General-de-Exército percebia uma importância entre R\$ 61,80 e R\$ 185,40, e um terceiro sargento entre R\$ 17,82 e R\$ 53,46.

Esta MP não só acabou com o auxílio-moradia bem como criou um desconto para quem ocupa imóvel funcional.

Pelas constantes movimentações a que estão sujeitos os militares da ativa, julgamos por justiça reconsiderar a necessidade da permanência deste auxílio.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

30/03/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor

Deputado JAIR BOLSONARO

nº do prontuário

302

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo

Inciso II

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

II - adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, calculada com percentual referente ao círculo hierárquico do soldo efetivamente recebido, inerente à carreira militar;

"

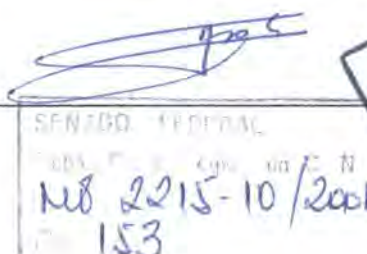
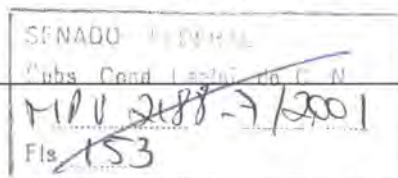
JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação proposta e nem ocorrer discriminação com alguns postos ou graduações, assegurando aos mesmos a vantagem acima calculada sobre o grau hierárquico superior bem como aos soldos correspondentes, como explicitado no art. 34 desta Medida Provisória.

Existe enorme equívoco na redação dada na Medida Provisória, pois os atuais militares assistem pasmados tal iniciativa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos, levando-se em conta a desmotivação profissional causada. Tal correção no texto pretendido, poderá compensar, em parte, direitos perdidos como por exemplo a GAM, a GCET e o Adicional de Inatividade entre outros.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000095

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 3º da Medida Provisória em epígrafe o inciso XVII:

XVII – auxílio-moradia – direito pecuniário devido ao militar para custear o pagamento de aluguel, conforme dispuser o regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

O auxílio-moradia é um direito histórico dos militares em virtude das constantes movimentações a que estão obrigados, sujeitando-os à locarem imóveis, muitas vezes, sem tempo de pesquisa de mercado.

Os parlamentares, bem como os procuradores do Ministério Público Federal fazem jus a este benefício com o valor de R\$ 3.000,00.

Antes do advento desta MP, o militar, a exemplo dos parlamentares, também recebia auxílio-moradia, embora de forma bem mais módica e escalonada, onde um General-de-Exército percebia uma importância entre R\$ 61,80 e R\$ 185,40, e um terceiro sargento entre R\$ 17,82 e R\$ 53,46.

Esta MP não só acabou com o auxílio-moradia bem como criou um desconto para quem ocupa imóvel funcional.

Pelas constantes movimentações a que estão sujeitos os militares da ativa, julgamos, por justiça, reconsiderar a necessidade da permanência deste auxílio.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 154

SENADO FEDERAL  
MP 2215-10/2001  
Fls. 157







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000096

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 9º o seguinte inciso:

"Art. 9º .....

III - ao transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação da respectiva bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência."

JUSTIFICAÇÃO

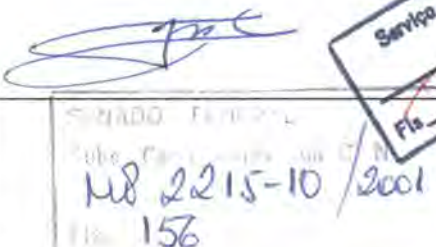
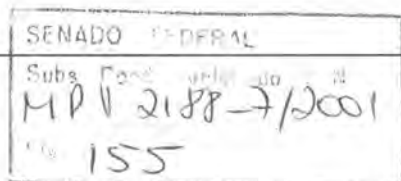
O militar, quando em atividade, está sujeito a transferências para qualquer ponto do território nacional.

Desta forma, um militar que tenha suas raízes, por exemplo, no Rio Grande do Sul poderá estar servindo na amazônia, o que iria impor elevados gastos com transporte pessoal e de seus bens.

A inserção do presente dispositivo, além de justa, compensaria, em parte, a ausência de vantagens como FGTS, horas extras e outras, devidas aos civis e negada aos militares.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000097

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 14 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte § 4º:

"Os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos ou pensões militares."

**JUSTIFICAÇÃO**

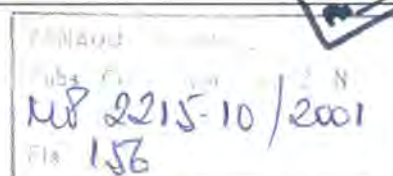
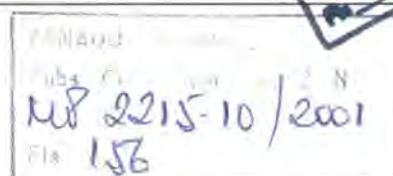
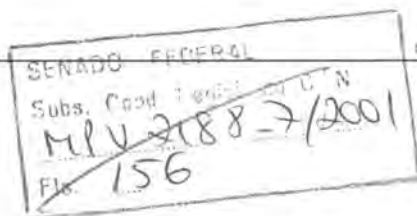
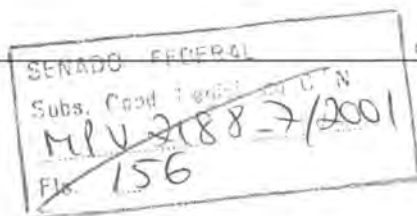
Coibir a indústria da agiotagem oficializada, em especial no Exército, onde existe quase uma centena de entidades conveniadas, quase todas cobrando altos juros, mensalidades de Associação e escorchantes seguros, levando a crer a possibilidade real de convivência com autoridades que autorizam tais descontos.

Cabe ressaltar que a Marinha do Brasil opera com zelo e honestidade na escolha das entidades consignatárias bem como pelo controle dos empréstimos.

Na atual MP não existe qualquer proteção aos pensionistas militares, e chega-se ao cúmulo de encontrarmos centenas de contracheques zerados. Se a Força executa o pagamento destes pensionistas e autoriza estes descontos, tem o dever de impor um controle nesta absurda agiotagem.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001



MP 2.131-3

000098

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.**

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso I do art. 15 da Medida Provisória nº 2.131-3, de 17 de março de 2001, a seguinte redação:

**Art. 15. São descontos obrigatórios do militar:**

**I – contribuição para o custeio dos proventos e da pensão militar.**

....

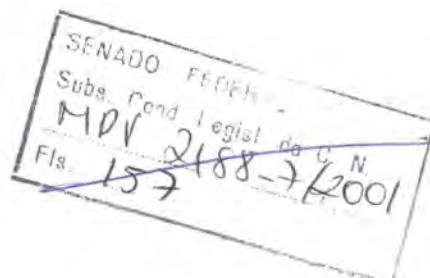
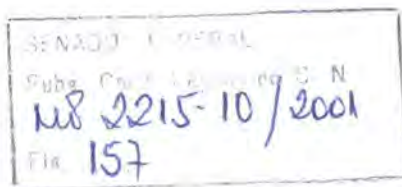
### **JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória, ao rever o sistema contributivo destinado ao custeio das pensões militares, ignorou o princípio geral segundo o qual também os proventos devem ser custeados com contribuições dos segurados. Assim, para que se possa adequadamente tratar da questão, é necessária a alteração ao inciso I do art. 15.

Sala das Sessões, 30/03/2001

**Deputado Walter Pinheiro**  
Líder do PT

DEP. PROF. LUÍZ INACIO  
PT/SP







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000099

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso III	alínea
--------	-----------	-----------	------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o inciso III do artigo 15 da Medida Provisória em epígrafe.

**JUSTIFICAÇÃO**

O desconto para o Fundo de Saúde do Exército, por exemplo, está tendo um reajuste de mais de 100%. Pagar pelo atendimento médico realizado por Organização Militar de Saúde é um contra-senso.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 2.131-3 Fls. 158	SENADO FEDERAL Subs. CL - Legisl. do C. N. MP 2.131-3/2001 Fls. 158
---	--

Serviço de Comissões Mistas  
nº 302 de 19  
Fls.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000100

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso VII	alínea
--------	-----------	-----------	------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso VII do art. 15 da Medida Provisória em epígrafe, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. ....  
....."

VII - taxa de ocupação de Próprio Nacional Residencial, que não poderá exceder a 3% do soldo do grau hierárquico do ocupante, conforme regulamentação;

....."

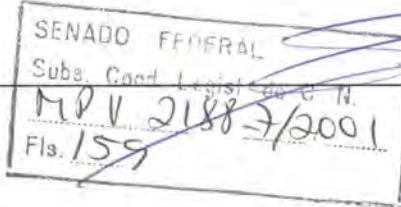
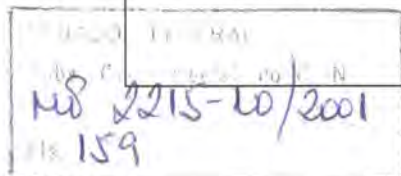
**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares, entre tantos prejuízos causados por esta MP, perderam o direito ao auxílio-moradia.

A presente emenda visa a assegurar que o desconto por ocupação de imóvel funcional, pelo menos, seja coerente com a remuneração do militar, não ficando a critério do poder executivo arbitrar valor elevado.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000101

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

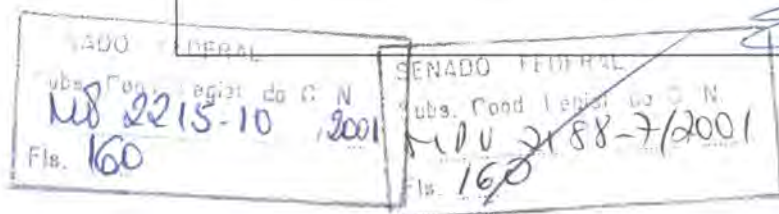
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000102

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 17	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dá-se ao caput do artigo 17 da Medida Provisória em epígrafe, a seguinte redação:

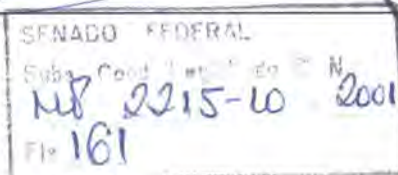
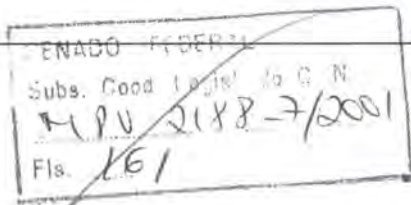
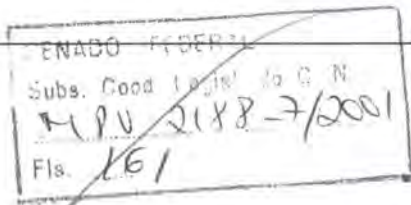
“Art. 17 – Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade específica adaptar o texto do artigo ao comando constitucional contido no inciso XI do artigo 37. O dispositivo do art. 17 está tratando os militares de maneira diversa dos demais servidores públicos da administração direta e além do mais criando um subteto para esta classe.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000103

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302

1 ☒ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 18	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

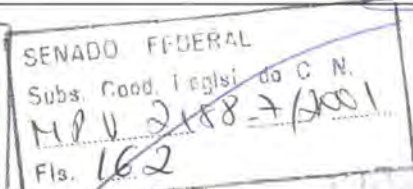
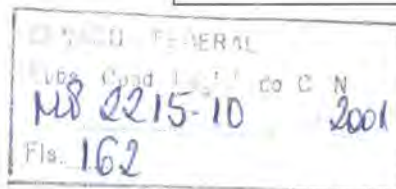
Suprima-se o parágrafo segundo do artigo 18 da Medida Provisória em epígrafe.

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível que um cidadão que está prestando o serviço militar obrigatório ou um cadete, venha a receber um soldo inferior ao já diminuto salário mínimo. Atente-se que o novo soldo representará para estas praças o total dos seus rendimentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 163

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 163

Serviço de Comissão Mista  
nº 329 de 19...  
Fls.



**MP 2.131-3**

**000105**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se "caput" do art. 1º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, constante do art. 27 da Medida Provisória nº 2.131-3, de 17 de março de 2001, a seguinte redação:

**Art. 1º. São contribuintes obrigatórios para o custeio do provento e da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas, exceto os reformados.**

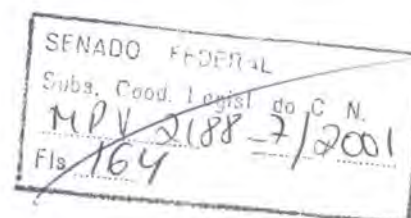
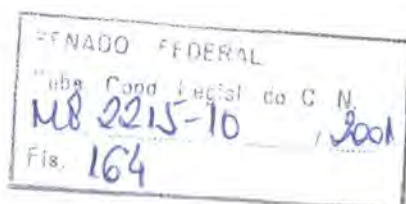
....."

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição de aposentados e pensionistas é inconstitucional, conforme a decisão do STF na Adin nº 2010. Essa regra aplica-se, também, aos militares das Forças Armadas, quando reformados, e aos seus pensionistas. Essa emenda visa explicitar essa situação, para que não haja dúvidas quando à cobrança de contribuição de inativos e pensionistas.

Sala das Sessões,

*30/03/2001*  
*DEP. ROOF, LUÍZINHO*  
*PT/SP*



MP 2.131-3

000106

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.

### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 3º-A da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, constante do art. 27 da Medida Provisória nº 2.131-3, de 17 de março de 2001, a seguinte redação:

**Art. 3º-A.** A contribuição para o custeio do provento e da pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

**Parágrafo único.** A alíquota de contribuição para o custeio do proventoe da pensão militar é de onze por cento."

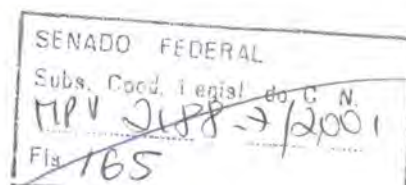
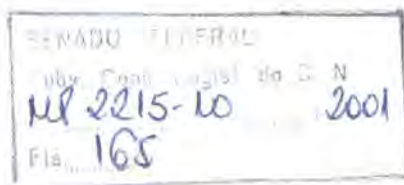
### JUSTIFICAÇÃO

A paridade de tratamento entre civis e militares, no plano previdenciário, deve ser buscada sempre que possível, como medida de justiça e de isonomia. Como ambos fazem jus a benefícios equivalentes – aposentadoria e pensões integrais, e paridade de reajustes – as alíquotas de contribuição destinadas ao custeio desses benefícios deve ser também equivalente. Os servidores civis, por força da Lei nº 9.783, de 1999, pagam 11% sobre a remuneração bruta. Logo, a ser esta a alíquota justa que observe critérios de equilíbrio financeiro e atuarial, como determina o art. 40 da CF, deve ser a mesma aplicada também para os militares, sob pena de inviabilização do plano de benefícios sob o aspecto financeiro.

Sala das Sessões, 30/03/2001

Deputado Walter Pinheiro  
Líder do PT

DEP. WALTER PINHEIRO  
PT/SP



**MP 2.131-3**

**000107**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.**

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 29 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, constante do art. 27 da Medida Provisória nº 2.131-3, de 17 de março de 2001, a seguinte redação:

**Art. 29. É permitida a acumulação, observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal:**

**I – de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;**

**II – de uma pensão militar com a de outro regime.**

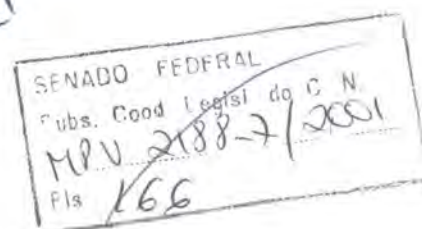
### **JUSTIFICAÇÃO**

A redação do art. 29 da Lei nº 3.765 visa regular a acumulação de pensões e proventos e remunerações, observando-se o teto fixado pelo art. 37, XI. Contudo, a redação foi omissa, dirigindo esse teto apenas contra a acumulação de pensões de diferentes regimes, quando o teto se aplica também aos casos de acumulação de pensão com remunerações. Por isso, a presente emenda visa corrigir esta falha dando ao tema tratamento adequado.

Sala das Sessões, 30/03/2001

**Deputado Walter Pinheiro**  
Líder do PT

*DEP. PROF. WALTER PINHEIRO*  
*PT/SP*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000108

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001
--------------------	--

autor Deputado JAIR BOLSONARO	nº do prontuário 302
----------------------------------	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

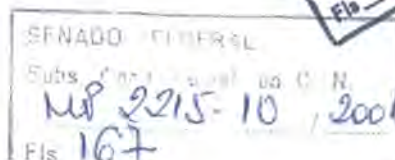
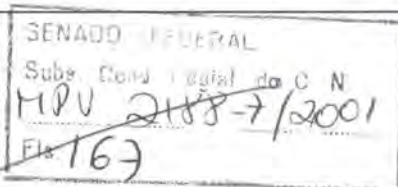
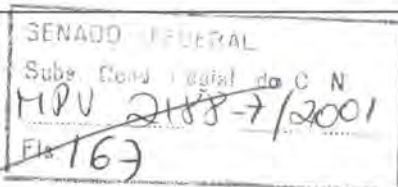
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3  
000109

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302

1 ☒ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

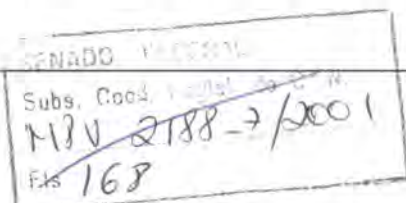
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

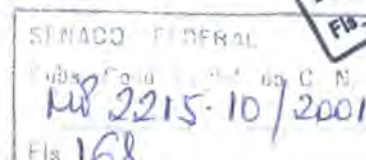
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001



SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Votat. do C.N.  
MP 2188-3/2001  
Fls. 168



SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Votat. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 168



Serviço de Comissão Mista  
nº 334 de 19

Fls.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000110

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

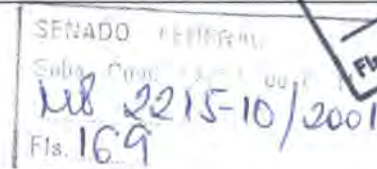
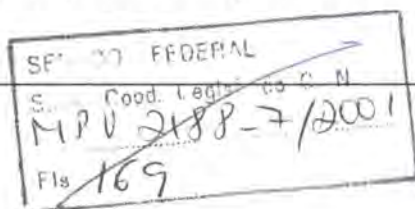
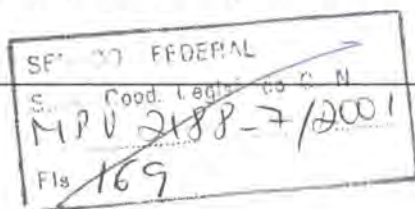
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000111

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

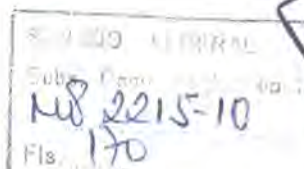
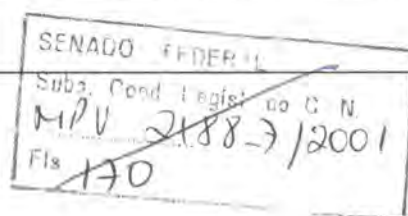
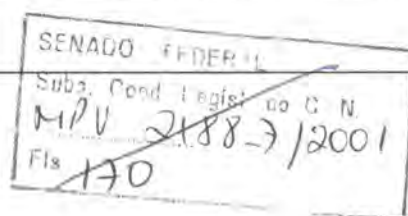
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000112

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

## JUSTIFICAÇÃO

O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 5 anos de serviço.

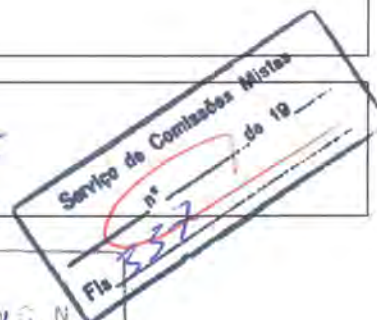
Um período de transição se faz necessário com o intuito de não prejudicar aqueles que tenham, pelo menos 5 anos de serviço na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do S. N.
MPV 2158-3/2001
Fls. 171

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do S. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 171







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000113

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>30/03/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JUSTIFICAÇÃO

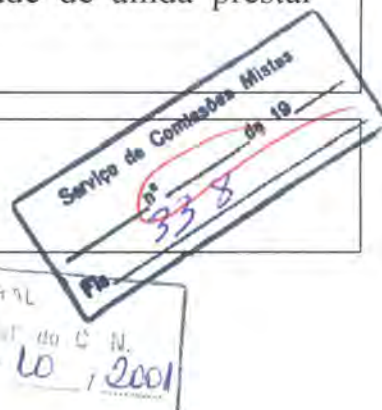
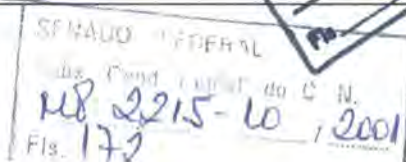
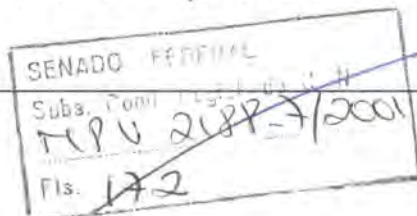
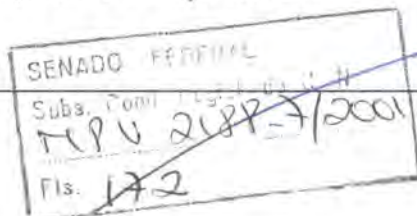
O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 10 anos de serviço, tempo que, na prática, corresponde a aquisição de estabilidade, assegurada às praças das Forças Armadas pela Lei nº 6.880, de 09/12/80 (ESTATUTO DOS MILITARES).

O não acatamento desta Emenda seria muito injusto com os militares da ativa já estabilizados, mas com a obrigatoriedade de ainda prestar muitos anos de serviço.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000114

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 34. Fica assegurado ao militar, que na data da publicação desta medida provisória, tenha no mínimo, 20 (vinte) anos de efetivo serviço, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

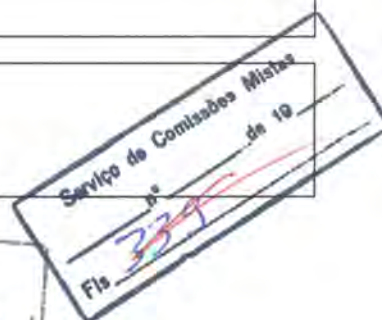
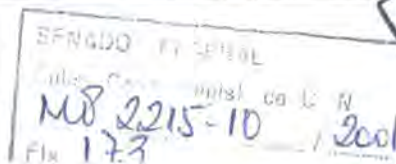
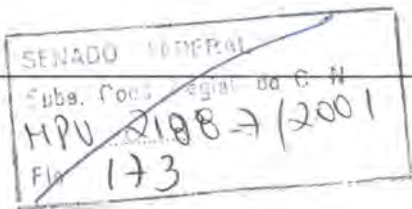
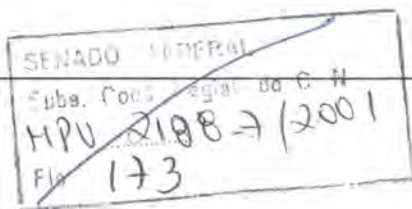
JUSTIFICAÇÃO

O texto atual do art. 34 assegura o direito à percepção de remuneração de grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração, aos militares que em 29/12/00 tinham 30 anos de serviço.

A presente emenda pretende estender tal benefício, após a passagem para a inatividade, àqueles que na mencionada data tenham efetivamente, completado um mínimo de 20 anos de serviço, tempo que, na prática, corresponde ao dobro do exigido para aquisição de estabilidade, assegurada às praças das Forças Armadas pela Lei nº 6.880, de 09/12/80 (ESTATUTO DOS MILITARES).

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000115

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>			
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

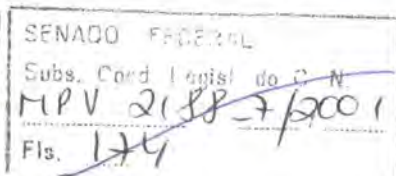
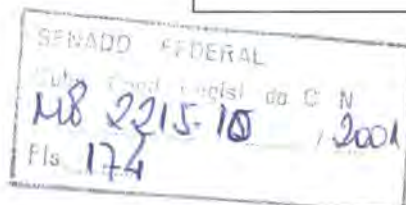
Suprima-se o Art. 37 da Medida Provisória em epígrafe e no Art. 40 suprima-se o "inciso II" do Art. 137 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tal iniciativa visa manter a isonomia com os militares oriundos de Academias Militares.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000116

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se na seção III, das disposições finais, o seguinte artigo:

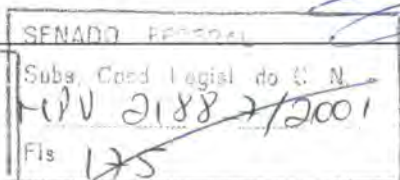
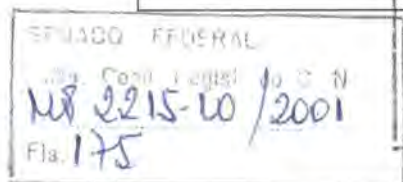
"Art. \_\_\_\_ O militar da ativa a disposição da Justiça Eleitoral para concorrer a cargo eletivo fará jus a remuneração integral enquanto durar esta situação."

**JUSTIFICAÇÃO**

A Legislação Eleitoral já contempla tal dispositivo, contudo algumas autoridade militares do Exército têm dificuldades em sua interpretação, obrigando que ao longo da última década os militares da ativa do Exército tenham recorrer à Justiça para perceberem sua remuneração.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000117

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001, no Capítulo VI, Seção III – Das Disposições Finais, o seguinte artigo:

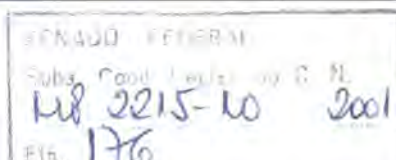
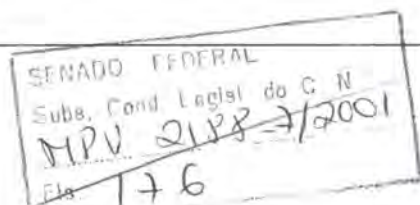
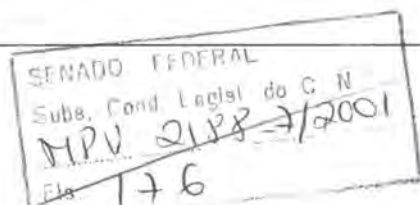
"Art. \_\_\_\_ Ficam resguardados os direitos inerentes aos remanescentes integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do antigo Distrito Federal, pagos pelos cofres da União."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste dispositivo se faz necessária, a fim de se evitar que os proventos e pensões relativos aos ex-integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do antigo Distrito Federal, pagos pelos cofres da União, em conformidade com a Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, e suas alterações, venham a sofrer reduções, motivadas pelas revogações contidas no art. 40 desta Medida Provisória, especialmente no que se refere à Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET, e à Gratificação de Atividade Militar – GAM.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000118

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001			
autor Deputado JAIR BOLSONARO		nº do prontuário 302		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe o artigo a seguir:

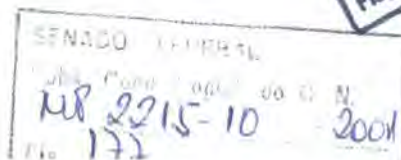
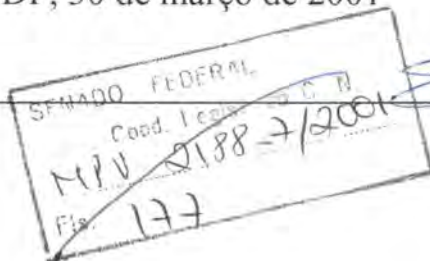
Art. \_\_\_\_ Aplica-se a presente lei ao ex-combatente de que trata o Art. 53 do ADCT/CF/88."

JUSTIFICAÇÃO

Tal dispositivo se faz necessário a fim de se evitar dúvidas na aplicação do dispositivo constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000119

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>			
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo.

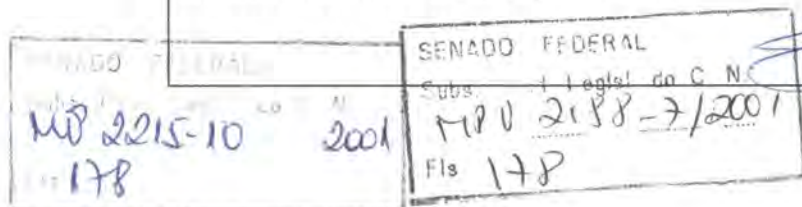
"Art. \_\_\_\_ O soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo do seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior."

**JUSTIFICAÇÃO**

Suprir lacuna existente na MP evitando-se rebaixamento dos proventos dos atuais Marechais e seus pensionistas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000120

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☒ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

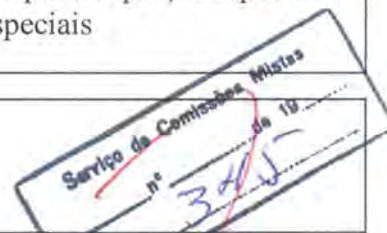
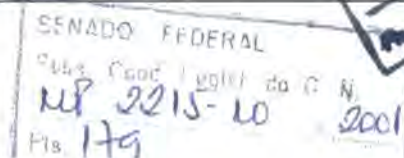
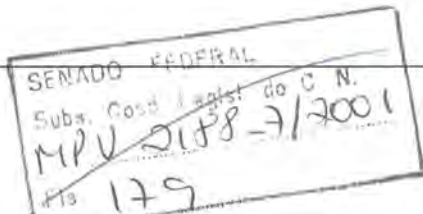
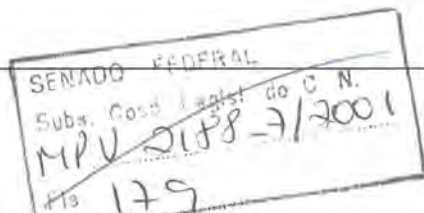
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-3**

**000121**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/03/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à TABELA V, o seguinte:

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Atividades sujeitas à exposição de irradiação ionizante	20%	Art. 1º e 3º desta Medida Provisória

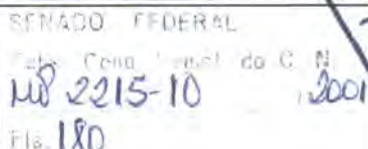
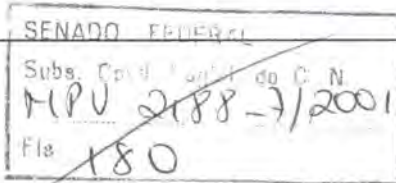
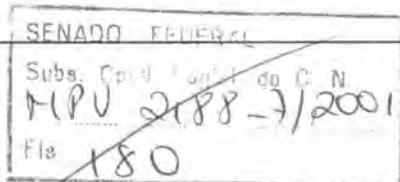
**JUSTIFICAÇÃO**

O § 1º do art. 12, da Lei nº 8.270/91, regulamentado pelo Dec. nº 877, de 20 de julho de 1993, assegura aos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais que desempenhem atividades sujeitas à irradiação ionizante, adicional de 20% sobre seus vencimentos.

A presente emenda visa a corrigir mais esta discriminação com os militares, além de evitar o ajuizamento de diversas ações judiciais buscando o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000122

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/03/2001	Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

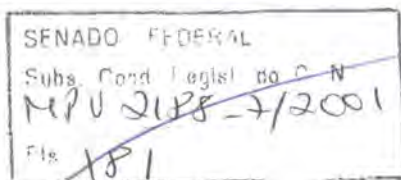
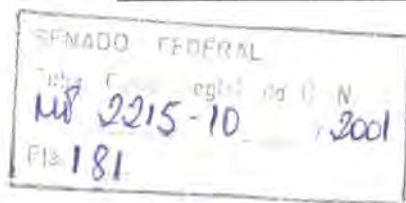
Suprima-se, da alínea "a" da Tabela VI do Anexo II, a expressão "*a partir de 29 de dezembro de 2000*".

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa a evitar vício de inconstitucionalidade, visto que o inciso IX do § 3º do art. 142, c/c o § 8º do art. 40 da Constituição Federal impõe a revisão de aposentadorias e pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores da ativa, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001





MP 2.131-3

000123

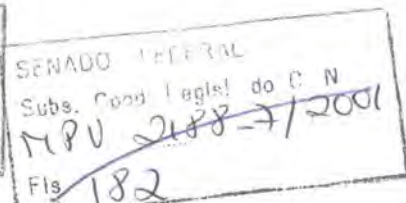
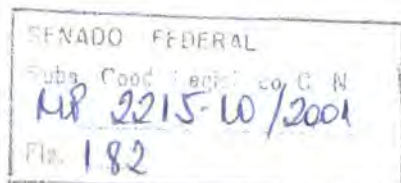
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a Tabela I – Ajuda de custo, constante do Anexo IV da Medida Provisória, passando a vigorar da seguinte forma:

Anexo IV  
TABELAS DE OUTROS DIREITOS  
TABELA I – AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a Militar, com dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	<b>Uma vez</b> o valor da remuneração.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "a".
b Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar.	<b>Uma vez</b> o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
c Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar.	<b>Metade do valor</b> da remuneração na ida e <b>metade</b> na volta.	

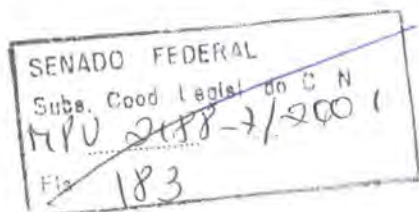


d	Militar, com dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria "A" ou de uma Localidade Especial Categoria "A" para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar.	<b>Duas vezes</b> o valor da remuneração.	
e	Militar, sem dependente, nas situações "a", "b", "c" e "d" desta tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações "a", "b", "c", e "d" desta tabela.	
f	Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	<p>Oficial – <b>duas</b> vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar.</p> <p>Praça – <b>duas</b> vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.</p>	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "b".

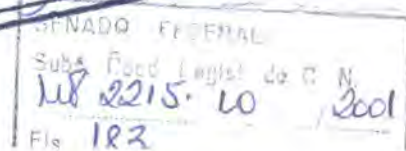
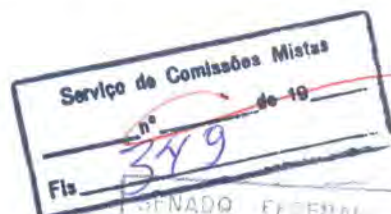
## JUSTIFICAÇÃO

A elevação dos valores de remuneração dos militares promovida pela Medida Provisória é incompatível com os valores fixados pela Tabela I – Ajuda de Custo, que fixa os valores a serem pagos aos militares quando movimentados no interesse da Força por prazo superior a quinze dias sem desligamento da organização militar ou com desligamento da organização militar. Fixar ajuda de custo de até **quatro** vezes o valor da remuneração é um evidente exagero, que deve ser objeto de análise que comprove a sua adequação. Caso contrário, parece-nos mais adequado que sejam reduzidos pela metade os valores dessas vantagens, de validade duvidosa nos dias de hoje.

Sala das Sessões, 30/03/2001



DEP. PROF. WILZINHO  
PT/SP



MP 2.131-3

000124

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-3, de 27 de março de 2001.****EMENDA MODIFICATIVA**

Altere-se a Tabela II – Auxílio-Fardamento, constante do Anexo IV da Medida Provisória, passando a vigorar da seguinte forma:

Anexo IV  
TABELAS DE OUTROS DIREITOS  
TABELA II – AUXÍLIO-FARDAMENTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	Art. 2º e art. 3º, inciso XII.
b	O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo.	
c	Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		
d	O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.		
e	Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.	Meio soldo, observado o valor mínimo equivalente ao soldo de Terceiro-sargento.	

SINAUO FEDERAL  
Sube. Coord. Legis. do O  
MP 2215-10/2001  
Fls. 184

Serviço de Comissões Mistas  
de 19

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 184

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 184

Serviço de Comissões Mistas  
nº 350 de 19  
Fls. 350



F	Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
G	O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
H	A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
I	O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
J	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
L	O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo.	

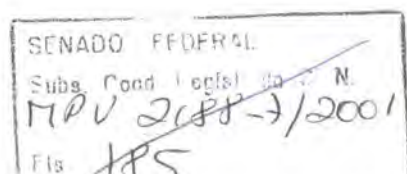
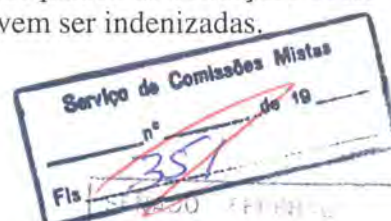
## JUSTIFICAÇÃO

O Anexo IV em sua Tabela II, ao dispor sobre os valores de auxílio-fardamento, fixa valores exagerados. Imagine-se que um Oficial-General poderá perceber, a esse título, sempre que promovido, o equivalente a R\$ 4500, apenas para a aquisição de fardamento! Um Sargento, ao ser promovido, perceberá R\$ 1.407,00.

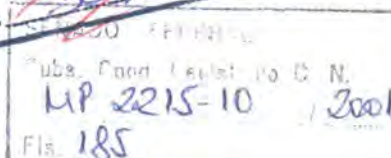
Embora seja lícito esperar que o militar seja indenizado pelas despesas com a aquisição do fardamento de uso obrigatório no novo posto da hierarquia, e que sua indumentária seja adequada à representação que exerce, trata-se de um anacronismo, que se torna salário indireto, e ainda mais quando a MP fixa soldos bastante elevados em relação à situação anterior.

A emenda visa, portanto, fixar valores mais adequados às condições sócio-econômicas do país e aos custos reais dessas despesas que devem ser indenizadas.

Sala das Sessões, 30/03/2001



REP. PROF. LUÍZ INACIO  
TRISP





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-3

000125

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

JUSTIFICAÇÃO

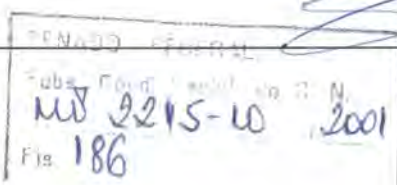
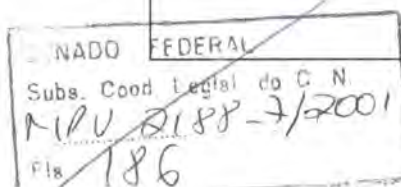
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de março de 2001



# CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.131-4, DE 26 DE ABRIL DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊ E ANO QUE “DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

## CONGRESSISTAS

## EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO ANTÔNIO CAMBRAIA	134.
DEPUTADO EDUARDO CAMPOS	131.
DEPUTADO FRANCISCO GARCIA	145, 146, 147, 148, 149, 150.
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	127, 129, 137, 141.
DEPUTADA LAURA CARNEIRO	128, 132, 143.
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	126, 133, 138, 140.
DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI	130, 135, 136, 139, 142, 144.

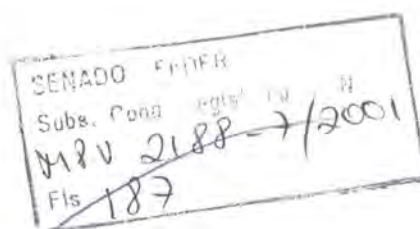
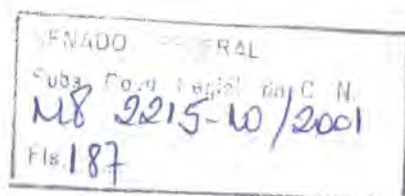
SACM.

Emendas Apresentadas: 125

Emendas Adicionadas: 25

**TOTAL DE EMENDAS: 150**

REPUBLICADAS POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES







CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-4/01

EMENDA N.º

MP 2131-4

000126

AO

COMISSÃO MISTA

AUTOR: DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)

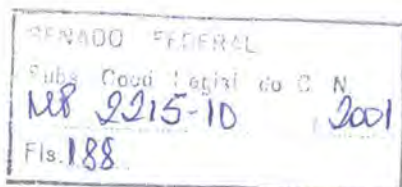
### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 27. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:  
Art. 3º A contribuição para a pensão militar incidirá sobre **o valor do soldo**.

### JUSTIFICAÇÃO

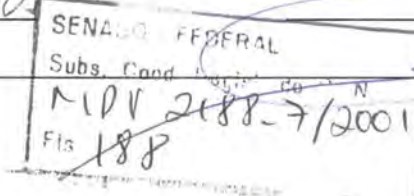
Se todos os descontos forem feitos sobre os vencimentos (os Proventos) brutos estará instituído em tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, figura jurídica proibida pelo Art. 150, inciso II, da CF.

Utilizando-se como base de incidência desses mesmos descontos o Soldo, a isonomia exigida pela CF, seria restabelecida a equidade, uma vez que **TODOS OS SOLDOS DE POSTOS E/OU GRADUAÇÕES IGUAIS SERÃO INVARIavelmente IGUAIS**.

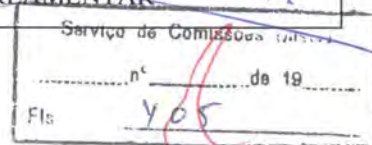


30 104 12.001

DATA



ASSINATURA PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000127

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

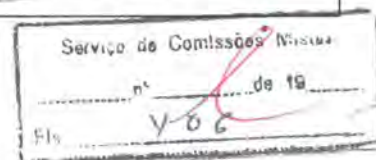
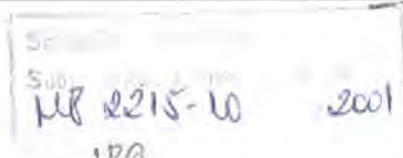
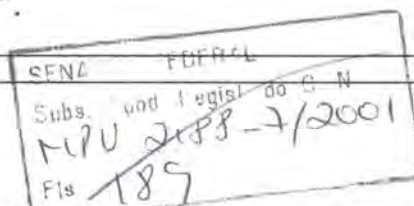
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000128

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131 DE 28/12/2000
---------	---

4. autor <b>DEPUTADA LAURA CARNEIRO</b>	5. nº do prontuário 311
--	----------------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

7. página	8. artigo	Parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

**EMENDA MODIFICATIVA**

**Modifica-se o art. 3º da página \_\_\_\_ da MP 2.131 de 28 de dezembro de 2000.**

“Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre o Soldo.

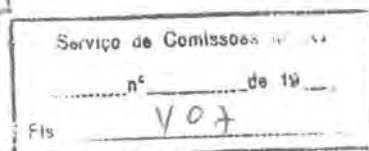
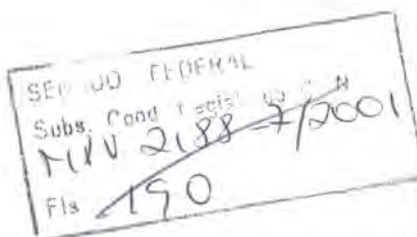
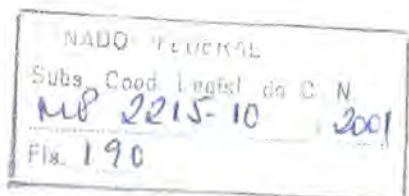
**JUSTIFICATIVA**

Se todos os adicionais são calculados sobre o soldo, por igualdade de critério, todos os descontos devem incidir também sobre o “Soldo” como, aliás, vem ocorrendo pelo menos nos últimos 50 anos.

Além disso, com os descontos incidindo sobre todos os adicionais, ocorrerá, por exemplo, que dois militares de mesmo posto ou graduação descontarão diferentemente, pagando mais o que for mais habilitado profissionalmente, desta forma desestimulando e punindo o esforço individual.

### PARLAMENTAR

10	Brasília, 02 de Maio de 2001	Deputado
----	------------------------------	----------







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000129

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

02/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001

autor

Deputado JAIR BOLSONARO

nº do prontuário

302

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

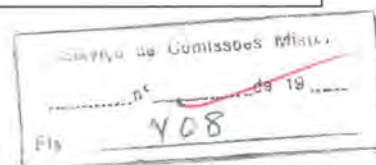
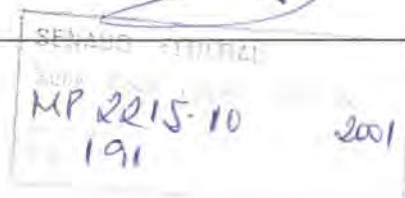
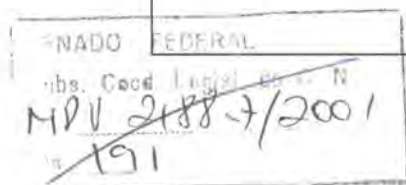
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4  
000130

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001</b>			
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

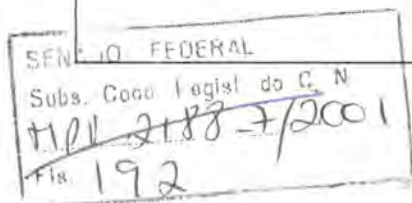
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

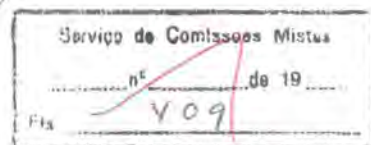
Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001



MP 2131-4/2001  
192





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000131

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/05/01

Proposição: MP 2.131-04/01

Autor: Deputado EDUARDO CAMPOS

Nº Prontuário: 140

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/02

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

A MP 2.131 passa a vigor com as seguintes alterações:

*Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou os proventos na inatividade.*

*Art. 27 .....*

*"Art. 3º. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre o soldo que compõe os proventos da inatividade."*

## JUSTIFICAÇÃO

O atual sistema de contraprestação pecuniária para o custeio de serviços de assistência médico-hospitalar e social, incidente sobre pensão ou proventos da inatividade de militares das Forças Armadas, aumenta em mais de 600% e 250%, respectivamente, pensão militar e assistência médico-hospitalar.

Já a incidência da contraprestação sobre o soldo, fulcro da presente emenda, diferentemente do que propõe a MP, resultará, ainda, em aumentos relativos de 350% e 150%.

Inobstante decisão do STJ de impedir cobrança sobre inatividade, os militares permanecem com esse ônus.

Essa medida causa, de um lado, descontinuidade administrativo e diferença

Assinatura

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
2101 2188-7/2001  
15 193

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2015-10/2001  
Fls. 193

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 10  
Fls. 410





CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/05/01

Proposição: MP 2.131-04/01

Autor: Deputado EDUARDO CAMPOS

Nº Prontuário: 140

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 02/02

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

entre pensões para mesmos postos. De outro, o aumento extremo da contrapartida sobre parcelas da pensão ou dos proventos da inatividade, mesmo com crescimento nos vencimentos nominais, provocou redução do recebimento real dos militares, notadamente para postos até 1º Tenente.

Posto isso, apresentamos a presente emenda saneando, parcialmente, as discrepâncias apresentadas pela MP.

SENADO FEDERAL

Subs. Cond. Legis. do C. N.

MP 2131-04/01

Fls. 194

Assinatura

SENADO FEDERAL

Subs. Cond. Legis. do C. N.

MP 2131-04/01

Fls. 194

Fls.

117



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000132

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data 02 05 2001	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131 DE 28/12/2000
-----------------------	---

4. autor DEPUTADA LAURA CARNEIRO	5. nº do prontuário 311
-------------------------------------	----------------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

7. página	8. artigo	Parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art. 25º da página \_\_\_\_ da MP 2.131 de 28 de dezembro de 2000.

“Art. 25º. A Contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o Soldo.

## JUSTIFICATIVA

Se todos os adicionais são calculados sobre o soldo, por igualdade de critério, todos os descontos devem incidir também sobre o “Soldo” como, aliás, vem ocorrendo pelo menos nos últimos 50 anos.

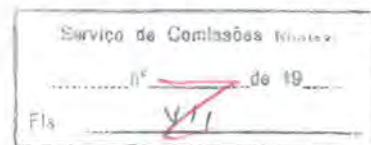
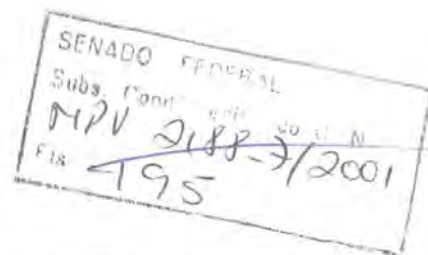
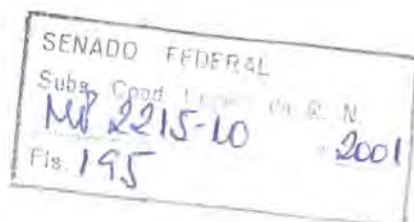
Além disso, com os descontos incidindo sobre todos os adicionais, ocorrerá, por exemplo, que dois militares de mesmo posto ou graduação descontarão diferentemente, pagando mais o que for mais habilitado profissionalmente, desta forma desestimulando e punindo o esforço individual.

## PARLAMENTAR

10

Brasília, 02 de Maio de 2001

Deputado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-4/01

EMENDA N.º

MP 2131-4

000133

AO

COMISSÃO MISTA

AUTOR: DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)

### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá:

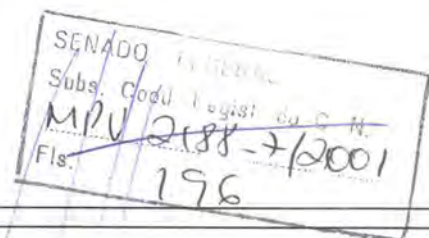
I – para os militares, sobre o valor do soldo;

II – para as pensionistas, sobre o valor do soldo atualizado do *de cujus*, quando em vida.

### JUSTIFICAÇÃO

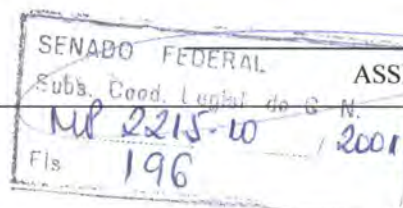
Se todos os descontos forem feitos sobre os vencimentos (os Proventos) brutos estará instituído em tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, figura jurídica proibida pelo Art. 150, inciso II, da CF.

Utilizando-se como base de incidência desses mesmos descontos o Soldo, a isonomia exigida pela CF, seria restabelecida a equidade, uma vez que **TODOS OS SOLDOS DE POSTOS E/OU GRADUAÇÕES IGUAIS SERÃO INVARIavelmente IGUAIS.**

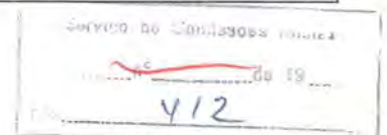


30/04/2001

DATA



ASSINATURA PARLAMENTAR





**Medida Provisória nº 2.131-4, 27 de abril de 2001**

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs. 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se ao art. 14, da Medida Provisória nº 2.131-3, de 27 de março de 2001, um § 4º, com a seguinte redação:

“ Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

.....  
**§ 4º Os descontos obrigatórios referentes à pensão alimentícia ou judicial serão recalculados pela Administração Militar, de forma a ser mantida a mesma proporcionalidade existente sob a lei de remuneração anterior entre o valor nominal desses descontos e o valor total da remuneração ou proventos.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda aditiva tem por finalidade ajustar o valor do desconto obrigatório relativo à pensão alimentícia ou judicial à nova estrutura remuneratória dos militares.

Sob a estrutura anterior, as pensões alimentícias ou judiciais eram, normalmente, calculadas a partir de percentuais aplicados sobre o soldo dos militares, o qual era apenas uma parcela da remuneração ou proventos, ao lado de várias gratificações específicas da carreira militar.

Com a nova estrutura, diversas gratificações foram extintas, incorporando-se o seu valor ao soldo, com reflexos sobre o valor das pensões alimentícias ou judiciais. Em razão do aumento, desproporcional, do valor nominal do soldo, houve uma quebra de equilíbrio entre o valor do desconto relativo a pensões alimentícias ou judiciais e o valor total da remuneração ou provento.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MP 2131-4  
Fls. 1917

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
118 22.15.10 / 2001

Serviço de Comissão Militar  
118 22.15.10 de 19  
Fls. 713

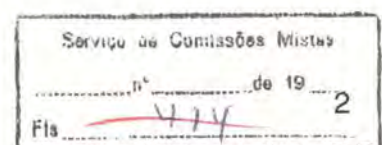
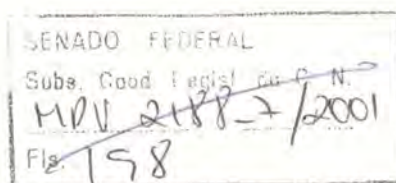
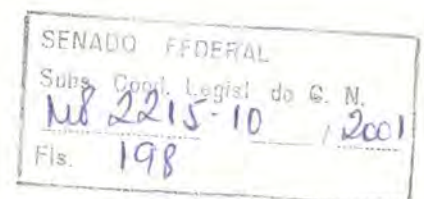


CÂMARA DOS DEPUTADOS

A presente emenda tem por objetivo, tão-somente, corrigir este desequilíbrio, restaurando a proporcionalidade existente, sob a estrutura anterior, entre o valor do desconto e valor total da remuneração ou provento. Destaque-se, por pertinente, que tal medida não trará prejuízo aos beneficiários do desconto, uma vez que o valor nominal da pensão alimentícia ou judicial será aumentado na mesma proporção em que for aumentado o valor total da remuneração.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2001.

  
DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000135

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
30/04/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-4, de 27 de abril de 2001

autor
Deputado SEVERINO CAVALCANTI

nº do prontuário
------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

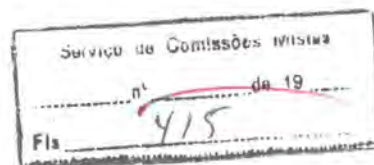
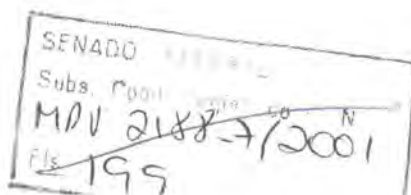
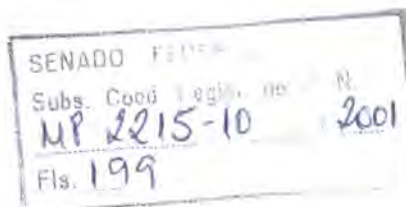
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de abril de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000136

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/04/2001	Medida Provisória nº 2.131-4, de 27 de abril de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

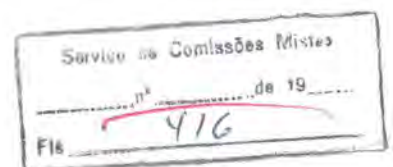
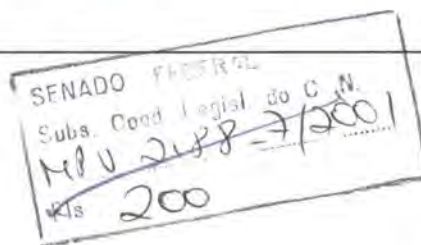
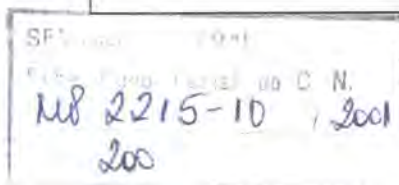
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de abril de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000137

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
02/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

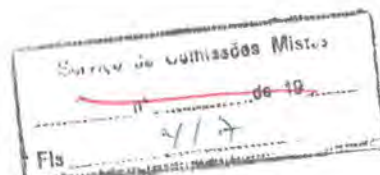
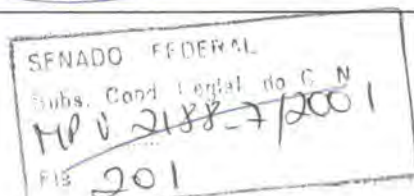
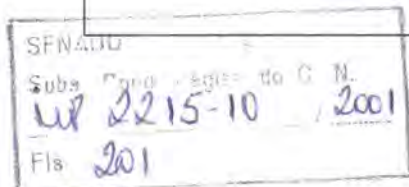
Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-4/01

EMENDA N.º

MP 2131-4

000138

ÇÃO

COMISSÃO MISTA

AUTOR: DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI- (PTB-SP)

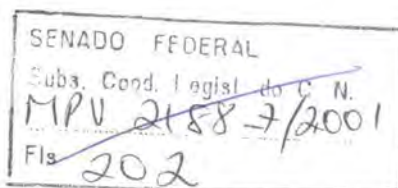
### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 31. Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de 1,5% **do valor do soldo**, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até a data de publicação desta medida provisória.

### JUSTIFICAÇÃO

Se todos os descontos forem feitos sobre os vencimentos (os Proventos) brutos estará instituído em tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, figura jurídica proibida pelo Art. 150, inciso II, da CF.

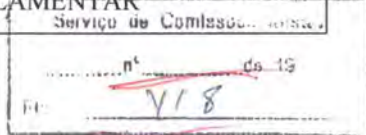
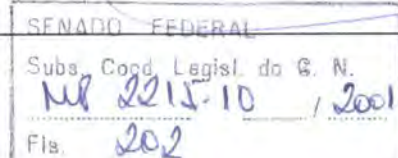
Utilizando-se como base de incidência desses mesmos descontos o Soldo, a isonomia exigida pela CF, seria restabelecida a equidade, uma vez que **TODOS OS SOLDOS DE POSTOS E/OU GRADUAÇÕES IGUAIS SERÃO INVARIavelmente IGUAIS**.



30/04/2001

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000139

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/04/2001	Medida Provisória nº 2.131-4, de 27 de abril de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

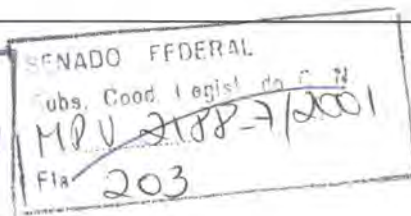
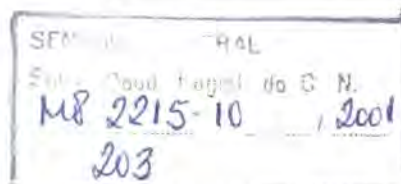
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de abril de 2001





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-4/01

EMENDA N.º

MP 2131-4

000140

SÃO

COMISSÃO MISTA

AUTOR: DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)

#### EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

#### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

30/04/2001

DATA

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e N.  
Nº 2215-10 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e N.  
MP 2131-4/2001  
Fls. 204

ASSINATURA PARLAMENTAR

Serviço de Comissão  
nº de 15  
Fls. 120





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000141

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

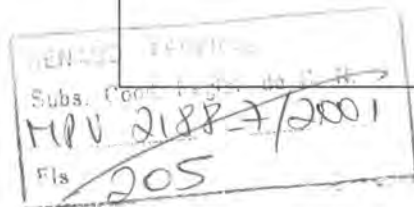
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001



SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-4  
Fls. 205

Serviço de Contas e Prestações  
nº 421 de 19...





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000142

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>02/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-4, de 26 de abril de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

**JUSTIFICAÇÃO**

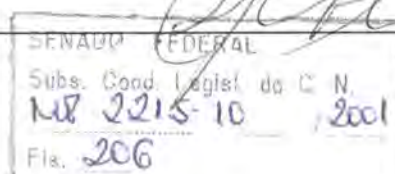
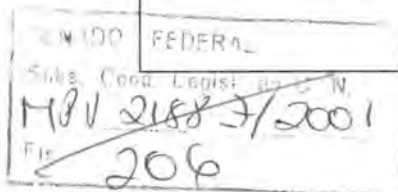
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 02 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000143

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data

3. proposição  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131 DE 28/12/20004. autor  
DEPUTADA LAURA CARNEIRO5. nº do prontuário  
311

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

7. página

8. artigo

parágrafo

inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se a Tabela V – AUXÍLIO INVALIDEZ da página\_\_\_\_ da MP 2.131 de 28 de dezembro de 2000.

O militar, que necessitar de internação especializada, militar ou não, ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.

O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.

VALOR REPRESENTATIVO: sete cotas e meia de soldo, não podendo ser inferior ao soldo de Cabo Engajado.

FUNDAMENTO: Art. 2º e Art. 3º inciso XV desta Medida Provisória.

## JUSTIFICATIVA

A idéia que se tem de um auxílio invalidez é que ele seja impessoal, pois trata-se de um auxílio destinado a compra de medicamentos e tratamento médico.

Tomado por base a MP 2.131/2000 um General de Exército recebia como adicional de invalidez, R\$ 154,20 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte centavos), passou a receber R\$ 1.125,00 (hum mil cento e vinte e cinco reais), correspondente a um aumento de 628,2%. Um Cabo engajado recebia R\$125,70 (cento e vinte e cinco reais e setenta centavos) passou a receber R\$ 198,75 (cento e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos) um aumento de 58,1%. Convém ressaltar que o soldado de segunda classe engajado, que recebe o auxílio invalidez foi o maior injustiçado, pois de acordo com a Lei 8237 de 30 de setembro de 1991 no seu artigo 69 parágrafo 5º recebia R\$ 125,70 (cento e vinte e cinco reais e setenta centavos), com o advento da MP 2131, passou a receber R\$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos).

Sob a ótica da MP 2131/2000, nota-se uma verdadeira discrepância em tratar situações iguais de maneira diferente, favorecendo aquele que tem o maior soldo, como se a doença necessitasse de um auxílio maior para aqueles de maior patente.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C.N.

MPV 2131-4/2000

Fls. 207

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C.N.

MP 2131-4, 2001

Fls. 207

## PARLAMENTAR

10

Brasília, 02 de Maio de 2001

Deputado

Assessoria de Contas e Prestações  
de 10  
Fls. 223





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-4

000144

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

30/04/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-4, de 27 de abril de 2001

autor

Deputado SEVERINO CAVALCANTI

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de abril de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10 / 2001  
Fls. 208

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2131-4 / 2001  
Fls. 208

Serviço de Comissões Mistas

nº 424 de 19  
Fls.





CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-4

000145

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001			
AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA			N.º PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 (X) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

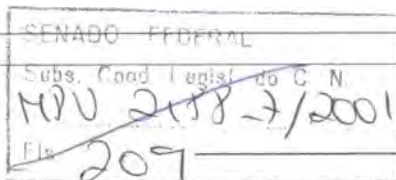
## TEXTO

Acrescente-se ao art. 14 o seguinte § 4º:

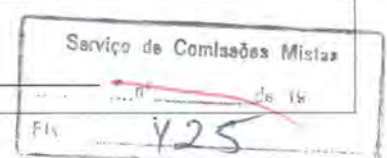
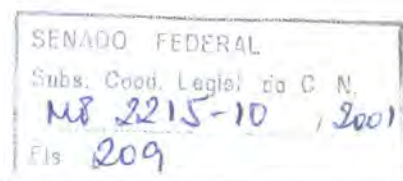
"§ 4º O Ministério da Defesa regulamentará um sistema único de descontos a ser cumprido pelos três Comandos Militares, estabelecendo normas para a concessão do registro de entidade consignatária."

## JUSTIFICATIVA

Atualmente, cada Comandante Militar estabelece uma norma, criando as suas exigências. A emenda visa padronizar e estabelecer critério único na concessão do título de Entidade Consignatária. Não se justifica que, num mesmo Ministério, cada Força tenha um critério diferente para o mesmo assunto.



ASSINATURA





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000146

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001			
AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA			N.º PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 (X) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

## TEXTO

Acrescente-se ao art. 14 o seguinte § 4º:

"§ 4º Os descontos obrigatórios, referentes a pensão alimentícia ou judicial, serão recalculados e efetivados pela Administração Militar, obedecendo à mesma proporção com o total da remuneração ou proventos que tinham na vigência da Lei de Remuneração anterior."

## JUSTIFICATIVA

Com a nova reestruturação da remuneração, os descontos referentes a pensão alimentícia ou judicial sofreram um aumento acentuado, chegando, em alguns casos, a mais de 600% sobre o que anteriormente se pagava.

MPV 2131-4/2001  
Fls 210

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2131-4/2001  
Fls 210

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

n.º de 19

Fls

226



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-4

000147

DATA	PROF. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001			
AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA			N.º PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (X) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

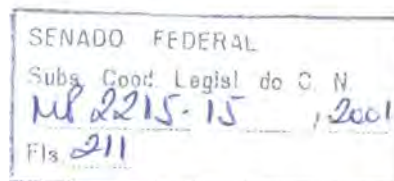
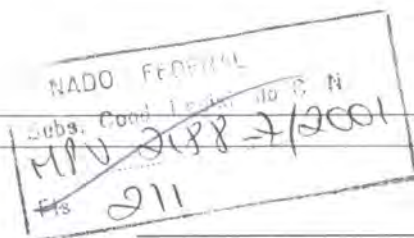
## TEXTO

Dê-se ao art. 16 a seguinte redação:

"Art. 16. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, dando-se prioridade para as associações, clubes e círculos militares, cujo quadro associativo seja constituído, em sua maioria, por integrantes das Forças Armadas e pensionistas."

## JUSTIFICATIVA

Com as regras atuais, coloca-se uma serie de obstáculos para que as entidade que congregam militares e pensionistas consigam o registro para descontos diversos, dando-se prioridade a estabelecimento bancários e financeiros que realizam empréstimos e se beneficiam do sistema de averbação.



ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

Fls. 211 de 15





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000148

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001
------	--

AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA	N.º PRONTUÁRIO
------------------------------------	----------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 ( ) MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------------	-----------	--------	--------

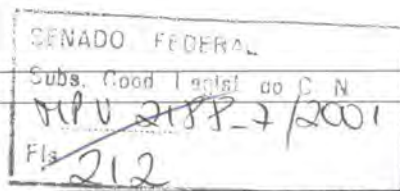
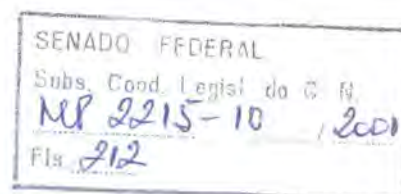
## TEXTO

Acrescente-se ao art. 25 o seguinte parágrafo único:

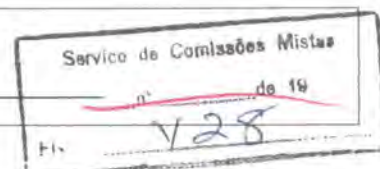
"Parágrafo único - O Ministério da Defesa estabelecerá, em regulamento próprio, o percentual a ser cobrado como contribuição para a assistência médico-hospitalar e social, observando que o desconto para os militares da reserva, reformados e pensionistas, será opcional."

## JUSTIFICATIVA

A grande maioria dos militares da reserva, reformados e pensionistas, possuem planos de saúde da iniciativa privada. Com a nova reestruturação da LRM, o valor de contribuição para os Fundos de Saúde sofrerá um aumento, não se justificando o pagamento de dois planos. A obrigatoriedade deveria ser exclusivamente para os militares da ativa.



ASSINATURA





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-4

000149

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001			
AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA			N.º PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 (X) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

## TEXTO

No artigo 27, acrescente-se o seguinte inciso III, ao parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960:

"III - os militares na inatividade remunerada."

## JUSTIFICATIVA

Os militares das Forças Armadas, após longos anos de expectativa, obtiveram, a partir de 01 de janeiro de 2001, a reestruturação da sua remuneração, o que, em face do pequeno reajuste alcançado, ficou muito longe de compensar o acentuado desgaste inflacionário do período de abstinência.

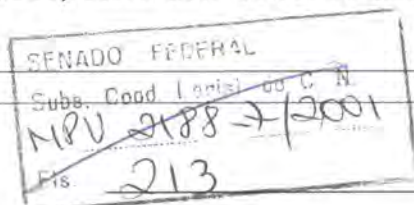
Não aconteceu da mesma forma com as outras carreiras, ditas de Estado que tiveram generosas bonificações, se comparadas com as percebidas pelos militares das Forças Armadas.

Em que pese o acerto de alguma medidas, como o aumento do soldo, em detrimento de outras vantagens, os inativos das Forças Armadas foram atingidos nos seus direitos, com o aumento inconstitucional dos seus descontos, no que se refere à pensão militar. Neste aspecto, não foi respeitado o direito adquirido daqueles que, após longos anos de serviço, deveriam Ter resguardado o seu merecido descanso, sem o sobressalto de confisco, quando já não dispõem de meios eficazes para defender os respectivos direitos.

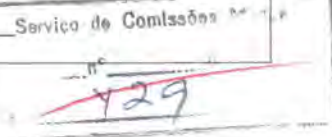
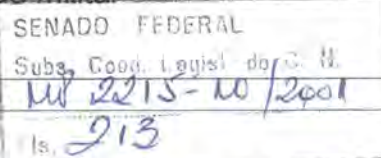
Somente se justificariam os descontos para a pensão militar se mantida a proporção anterior, da ordem de 2% dos proventos. O percentual de 7,5%, agora vigente, representa um precedente que agride a ordem jurídica estabelecida, pois representa um aumento da ordem de mais de 500% sobre o que se pagava anteriormente, ao passo que os proventos tiveram um reajuste médio de apenas 20%.

É de se lembrar que o Congresso Nacional, sabiamente, já se manifestou contrariamente à contribuição previdenciária dos aposentados, e que o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do referido aumento.

Incompreensível, portanto que os inativos das Forças Armadas (aposentados) continuem sofrendo descontos para a pensão militar.



ASSINATURA







## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-4/2001			
AUTOR Deputado FRANCISCO GARCIA			N.º PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 (X) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

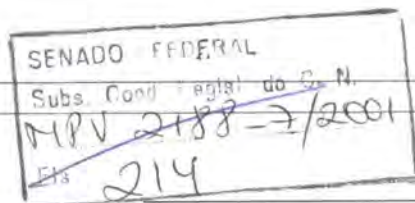
## TEXTO

No artigo 27, acrescente-se o seguinte inciso III, ao parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960:

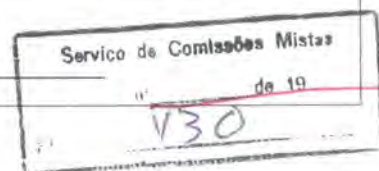
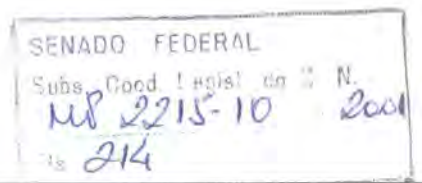
"III - Os militares da reserva remunerada e reformados, desde que não possuam dependentes inscritos em sua declaração de beneficiários."

## JUSTIFICATIVA

Não se deve obrigar o militar da reserva remunerada, ou o reformado, que não possuam dependentes legalmente constituídos, a continuar contribuindo para a pensão militar, pois, afinal, não há para quem deixá-la.



ASSINATURA





**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-5**, ADOTADA EM 24 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS N.º 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado AIRTON CASCAVEL...	155, 196, 237, 279, 322, 407, 447, 489, 530, 574, 616, 658.
Deputado ALBERTO FRAGA.....	156, 197, 238, 280, 323, 408, 448, 490, 531, 575, 617, 660.
Deputado ALCEU COLLARES....	152, 153, 239, 657, 659.
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO	157, 198, 240, 281, 324, 409, 449, 491, 576, 661.
Deputado ALMIR SÁ.....	325.
Deputado ANIBAL GOMES.....	158, 200, 241, 282, 326, 410, 450, 492, 532, 577, 618, 662.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	327.
Deputado ARNON BEZERRA....	159, 199, 242, 283, 328, 411, 451, 493, 533, 578, 619, 663.
Deputado ARY KARA.....	329.
Deputado ASDRUBAL BENTES..	160, 201, 243, 284, 330, 412, 452, 494, 534, 579, 620, 664.
Deputado AUGUSTO FARIAS....	161, 202, 244, 285, 331, 413, 453, 495, 535, 580, 621, 665.
Deputado AUGUSTO NARDES...	332.
Deputado BABÁ.....	333.
Deputado BISPO RODRIGUES..	334.
Deputado BISPO WANDERVAL..	335.
Deputado CANDINHO MATTOS..	336.
Deputado CARLOS SANTANA....	162, 203, 245, 286, 337, 414, 454, 496, 536, 581, 622, 666.
Deputado CLEONÂNCIO FONSECA	338.
Deputado CONFÚCIO MOURA.....	339.
Deputado CORNÉLIO RIBEIRO....	340.
Deputado CUNHA BUENO.....	163, 204, 246, 287, 341, 415, 455, 497, 537, 582, 623, 667.
Deputado DE VELASCO.....	164, 205, 247, 288, 342, 416, 457, 498, 538, 583, 624, 668.
Deputado DELFIN NETTO.....	343.
Deputado DR. HELENO.....	344.
Deputado DR. HELIO.....	165, 206, 248, 289, 345, 417, 456, 499, 539, 569, 584, 625, 669.
Deputado EDMAR MOREIRA....	346.
Deputado EDSON ANDRINO.....	347.
Deputado EDUARDO CAMPOS....	207, 290, 348, 418, 458, 540, 585, 626, 670
Deputado ENI VOLTOLINI.....	208, 249, 349, 419, 459, 500, 586.
Deputado ENIVALDO RIBEIRO..	291, 350.
Deputado FERNANDO GABEIRA..	351.

SEI 2215-10  
215  
2001

SENADO FEDERAL  
Sessão Ordinária, 1ª Reunião, 2001  
MPV 2138-5/2001

Serviço de Comissões Mistas  
n.º ..... de 19. 1

Deputado GILMAR MACHADO.....	352.
Deputado HAROLDO LIMA.....	353.
Deputado HERCULANO ANGHINETTI.....	354.
Deputado IÉDIO ROSA.....	355.
Deputado INALDO LEITÃO.....	166, 209, 250, 292, 356, 420, 460, 501, 541, 587, 627, 671.
Deputado IVÂNIO GUERRA.....	167, 210, 251, 293, 357, 421, 461, 502, 542, 588, 628, 672.
Deputado JAIR BOLSONARO.....	154, 570.
Deputado JOÃO LEÃO.....	358.
Deputado JOÃO MAGALHÃES...	168, 211, 252, 294, 359, 422, 463, 504, 545, 589, 629, 673.
Deputado JOÃO MAGNO.....	169, 212, 464, 503, 590, 630, 674.
Deputado JOÃO PIZZOLATTI.....	360.
Deputado JOSÉ C. COUTINHO...	170, 213, 253, 295, 361, 423, 462, 505, 543, 591, 631, 675.
Deputado JOSÉ EGYDIO.....	362.
Deputado JOSÉ JANENE.....	171, 214, 254, 296, 363, 424, 465, 506, 544, 592, 632, 676.
Deputado JOSÉ MILITÃO.....	364.
Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ...	403.
Deputado LAMARTINE POSELLA..	365.
Deputada LAURA CARNEIRO....	151, 571.
Deputado LINCOLN PORTELA.....	366.
Deputado LUCIANO CASTRO.....	255, 297, 367, 633.
Deputado LUIS CARLOS HEINZE..	172, 216, 256, 298, 368, 425, 466, 507, 546, 593, 634, 677.
Deputado LUIZ BITTENCOURT...	173, 215, 257, 299, 369, 426, 467, 508, 547, 635, 678.
Deputado LUIZ CARLOS HAULY..	370.
Deputado LUIZ FERNANDO.....	174, 217, 258, 300, 371, 427, 468, 509, 548, 594, 636, 679.
Deputado LUIZ MOREIRA.....	372.
Deputado LUIZ RIBEIRO.....	175, 218, 259, 301, 373, 428, 469, 510, 549, 595, 637, 680.
Deputado LUIZ SÉRGIO.....	176, 219, 429, 470, 511, 550, 638, 681.
Deputado MAGNO MALTA.....	374.
Deputado MÁRCIO BITTAR.....	177, 220, 260, 302, 375, 430, 512, 551, 596, 639.
Deputado MÁRCIO R. MOREIRA..	376.
Deputado MARCOS DE JESUS....	572.
Deputado MÁRIO NEGROMONTE..	377.
Deputado MEDEIROS.....	378.
Deputada MIRIAM REID.....	303, 471, 597, 682.
Deputado MOACIR MICHELETTO..	178, 221, 261, 304, 379, 431, 472, 513, 552, 598, 640, 683.
Deputado MORONI TORGAN.....	380.
Deputado MUSSA DEMES.....	381.
Deputado NELSON MARQUEZELLI..	179, 222, 262, 305, 382, 432, 473, 514, 553, 599, 641, 684.
Deputado NEWTON LIMA.....	180, 223, 263, 306, 383, 433, 474, 515, 554, 600, 642, 685.
Deputado OLIVEIRA FILHO.....	384.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.....	181, 224, 264, 307, 385, 434, 475, 516, 556, 601, 643, 687.
Deputado OSMAR SERRAGLIO....	182, 265, 308, 386, 435, 476, 517, 555, 602, 644, 688.
Deputado OSVALDO REIS.....	183, 225, 266, 309, 387, 436, 477, 518, 557, 603, 645, 686.
Deputado PAUDERNEY AVELINO..	388.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do S. N.

MP 2215-10 / 2001

CI. 210

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do S. N.

MP 2158-7/2001

Serviço de Comissões Mistas

Fls. 416-14



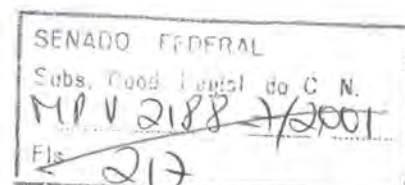
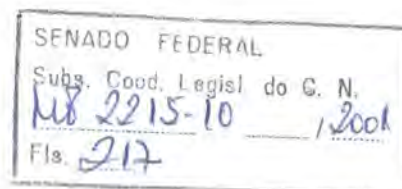
Deputado PAULO GOUVÊA.....	184, 226, 267, 310, 389, 437, 478, 519, 558, 604, 646, 689.
Deputado PAULO LIMA.....	185, 227, 268, 311, 390, 438, 479, 520, 559, 605, 647, 690.
Deputado PAULO OCTÁVIO.....	186, 269, 312, 391, 480, 521, 606
Deputado PAULO PAIM.....	392.
Deputado PEDRO CHAVES.....	187, 228, 270, 313, 393, 439, 481, 522, 560, 607, 648, 691.
Deputado PROFESSOR LUIZINHO.	188, 229, 271, 314, 394, 482, 523, 561, 608, 649, 692.
Deputado RICARDO BERZOINI.....	189, 230, 272, 315, 395, 440, 484, 524, 562, 609, 650, 693.
Deputado RODRIGO MAIA.....	396.
Deputado ROMEL ANÍZIO.....	397.
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	190, 231, 273, 316, 398, 441, 483, 525, 563, 610, 651, 694
Deputado SALOMÃO CRUZ.....	191, 232, 274, 317, 399, 442, 485, 526, 564, 611, 652, 695.
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	192, 233, 275, 318, 400, 443, 565, 612, 653, 696.
Deputado TELMO KIRST.....	193, 234, 276, 320, 401, 444, 486, 528, 568, 613, 655, 697.
Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO	194, 235, 277, 321, 402, 445, 487, 529, 566, 614, 656, 698.
Deputado WAGNER SALUSTIANO..	195, 236, 278, 319, 404, 446, 488, 527, 567, 615, 654, 699.
Deputado WALDIR PIRES.....	405.
Deputado WELINTON FAGUNDES..	573.
Deputado ZILÁ BEZERRA.....	406.

**SACM**

EMENDAS CONVALIDADAS: 150

EMENDA ADICIONADA: 549

TOTAL DE EMENDAS: 699







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000151

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5/01
---------	--

4. autor <b>DEPUTADA LAURA CARNEIRO</b>	5. nº do prontuário 311
--	----------------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

7. página	8. artigo	parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se os seguintes artigos::

Art. 1º - Os militares das Forças Armadas, atingidos pelos arts. 56 e 57 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, serão efetivados nos postos ou graduações, direito que faziam jus pelas Leis nºs 288/48, 616/49, 1.156/50 e 2.370/54, desde que, possua curso que habilite à promoção.

Art. 2º - Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, não poderá o militar atingir mais de dois postos acima do que tinha na ativa.

## JUSTIFICATIVA

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que têm direito.

A Lei nº 8.237, de 30.09.91, em seu art. 64, revogada pela MP nº 2.131 de 28.12.2000, assegurava ao militar ao passar para a inatividade, ter o cálculo de sua remuneração referido ao soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao seu. Criou-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, em alguns casos, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médica, é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

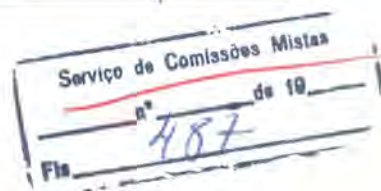
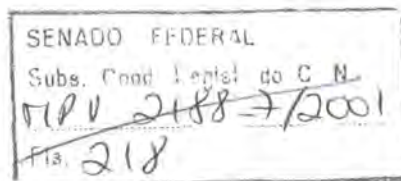
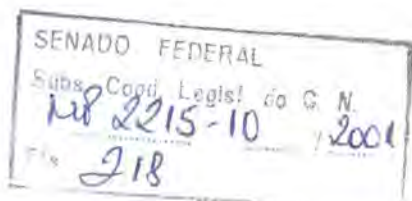
Aos que ponderam a inexistência de amparo legal, que juridicamente deve alicear a pretensão aventada, afirmo, que o mérito da propositura, é digno de apoio por força de seu alcance social, que é o papel principal de qualquer Casa Legislativa.

## PARLAMENTAR

10

Brasília, de maio de 2001

Deputado



**MP 2.131-5****000152****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 29.05.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-5/2001		
<b>Autor:</b> Deputado ALCEU COLLARES			<b>Prontuário nº:</b> 487	
<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> X	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva Global</b>
<b>6. Redação</b>	<b>Artigo:</b> 3º	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso/Alínea</b> II	<b>Página:</b> 1

Dê-se ao inciso II do art. 3º a seguinte redação e, por conseguinte, modifiquem-se as tabelas I e II, constantes do Anexo II da Medida Provisória, nos seguintes termos:

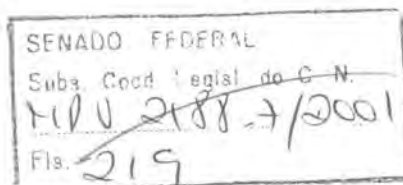
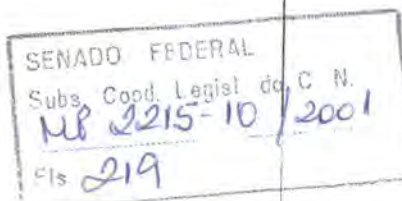
Art. 3º .....

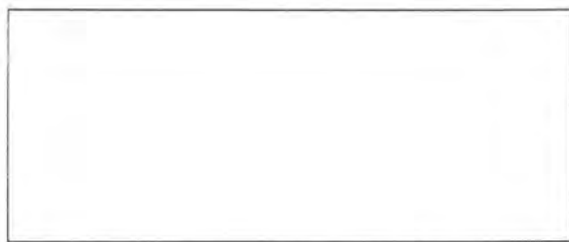
II – adicional militar – parcela remuneratória mensal devida ao militar, não inferior ao soldo de cabo engajado.

**ANEXO II**  
**TABELAS DE ADICIONAIS**

**TABELA I – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)**

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General	17	Arts. 1º e 3º
Oficial Superior	17	
Oficial Intermediário	17	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	17	
Suboficial, Subtenente e Sargento	17	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, excetos as que Estejam prestando Serviço Militar Inicial	17	





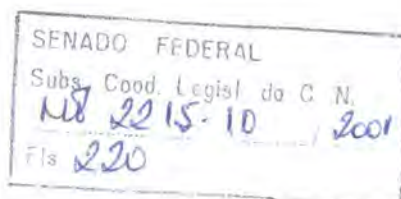
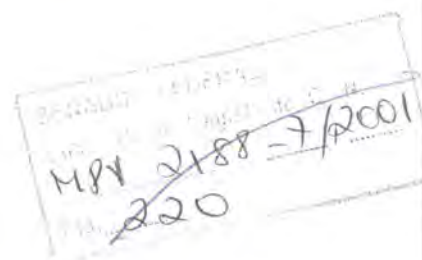
## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alínea II	Página: 1

### JUSTIFICATIVA

Percentuais distintos para cada círculo de patentes ocasiona um duplo diferencial pois incidem sobre bases menores a medida que se desce na escala hierárquica o valor dos soldos, quebrando-se, desta forma, o índice de escalonamento vertical que se pretende imprimir à folha de pagamento.

Pelo exposto, peço aos nobre Pares o apoio na aprovação da presente emenda que vem corrigir os abismos remuneratórios entre as patentes.







MP 2.131-5

000153

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva X	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo: 1º	Inciso/Alínea	Página: 1

Acrescente-se ao art. 3º da Medida Provisória o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se o seu parágrafo único como 2º:

Art. 3º .....

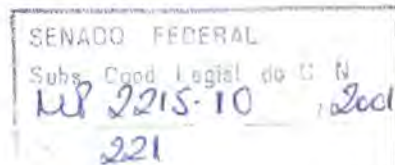
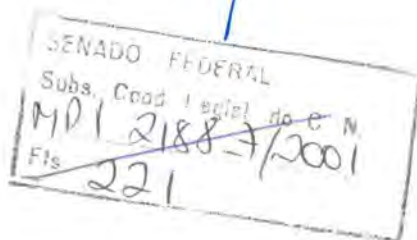
§ 1º Não incide Imposto de Renda sobre o adicional de que trata o inciso V deste artigo.

## JUSTIFICATIVA

O adicional de compensação orgânica tem o caráter indenizatório pelo inerente desgaste físico causado pela atividade militar.

A jurisprudência do STJ já firmou o entendimento de que não cabe incidência de Imposto de Renda sobre parcelas remuneratórias cujo caráter cinja-se à indenização.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares na aprovação da presente emenda.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000154

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 9º, o seguinte parágrafo:

"Art. 9º. ....  
....."

§ 3º - O militar da reserva que em 29/12/2000 encontrava-se designado para o serviço ativo e não tenha se beneficiado do direito previsto no inciso II, do art. 58, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por motivo de sua transferência para a inatividade, faz jus ao benefício previsto no inciso I, do art. 9º."

JUSTIFICAÇÃO

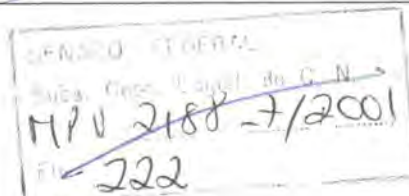
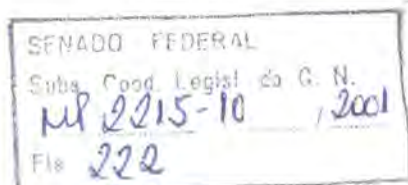
A presente emenda visa a suprir inconcebível lacuna no texto original, propiciando que militares designados para o serviço ativo sejam contemplados com o mesmo direito atribuídos aos da ativa.

Cumprе ressaltar que o § 2º, do art. 58, da Lei nº 8.237/91, revogada pela atual MP, assegurava aos destinatários desta Emenda, o direito ao transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação de sua bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência, benefício este substituído pelo atualmente assegurado no inciso I, do art. 9º, da MP 2.131, que ora se pretende estender aos designados nas condições especificadas.

Saliente-se que se o militar atualmente designado quando dispensado do serviço ativo terá que arcar com o ônus do transporte próprio, de seus dependentes e de sua bagagem para onde for residir.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000155

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

BIXTON PASCAVEL

nº do prontuário

002

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 15

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

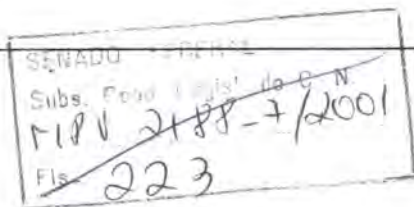
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. de G. N.  
MPV 2131-5/2001  
Fls. 223

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. de G. N.  
MP 2215-10, 2001  
Fls. 223



Serviço de Comissões Mistas  
nº 492 de 10





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000156

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário 545
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

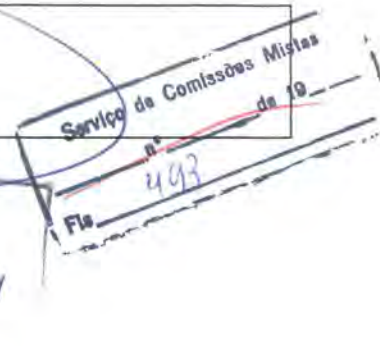
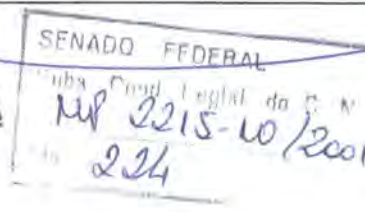
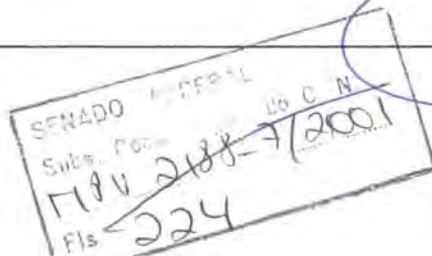
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000157

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado ALMERINDA DE CARVALHO

nº do prontuário
286

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Para os Deputados  
1001 - Gabinete 936  
100000 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Penal do C.N.
MPV 2188-3/2001
Fls. 225

Serviço de Comissões Mistas
Nº de 19
Fls. 494

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legal do C.N.
MP 2215-10
Fls. 225





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000158

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Anibal Gomes	087

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

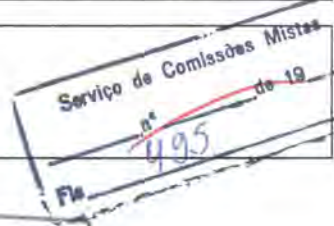
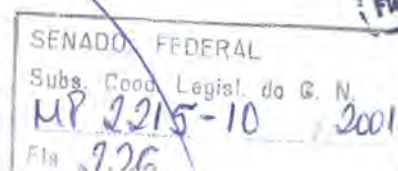
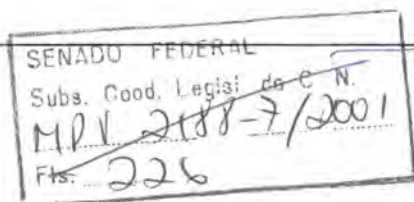
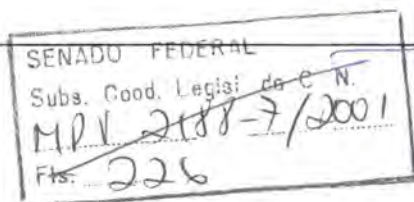
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000159

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

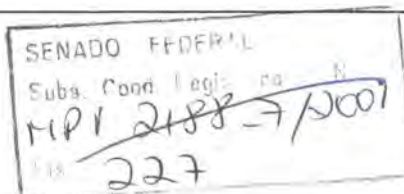
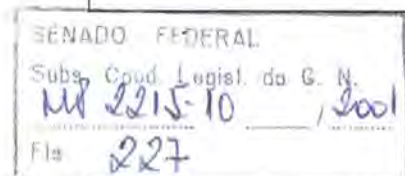
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000160

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Ordeubal Bentes</i> autor	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

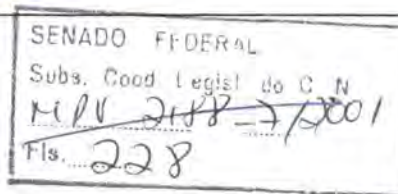
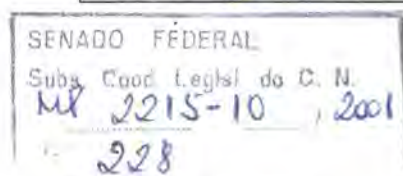
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Ordeubal Bentes*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000161

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado AUGUSTO FARIAS

nº do prontuário
165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 229

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10
Fls. 229
2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 498





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000162

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

CARLOS SANTANA

nº do prontuário

290

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 15

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

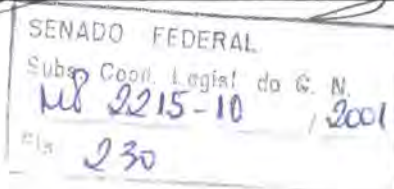
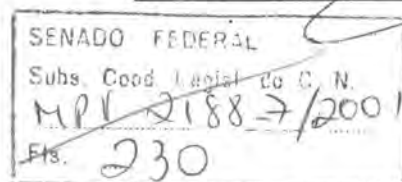
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000163

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado CUNHA BUENO	autor	nº do prontuário 396
-------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 215-10 231
---

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 215-10 Fls. 231
--

Serviço de Comissões Mistas nº 500 de 10 Fls.
--





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000164

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor DE VELASCO	nº do prontuário 382
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

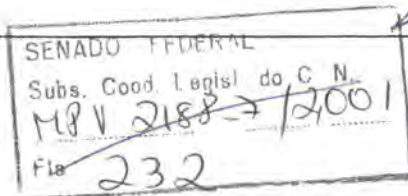
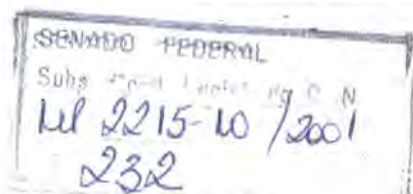
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000165

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
	Dr. Hélio

nº do prontuário
358

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 21887/2001
Fls. 233

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10/2001
233

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
502
Fls.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000166

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	<i>Carvalho</i>	<i>135</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

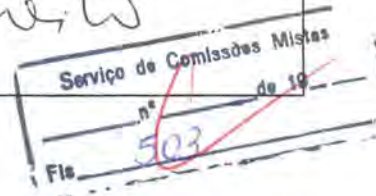
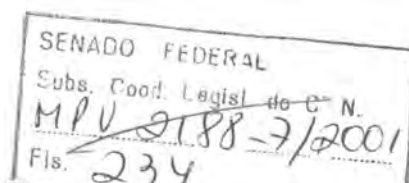
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Guilherme Leite*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000167

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

IVANIO GUERRA

nº do prontuário

527

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 15

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*



ADD. FEDERAL  
Sub. Coord. Legis. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 235





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000168

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>JOS MAGALHÃES</i>	nº do prontuário <i>239</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

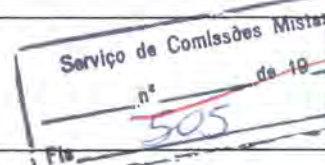
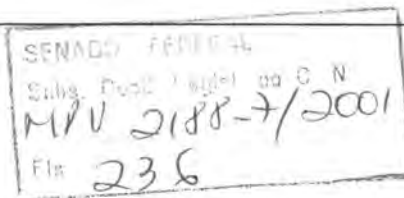
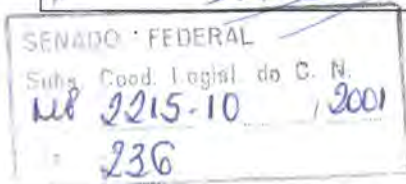
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000169

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <b>JOAO MAGNO</b>	autor <b>JOAO MAGNO</b>	nº do prontuário <b>534</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

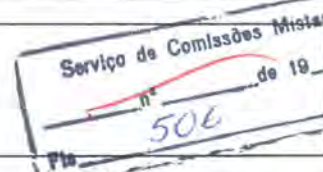
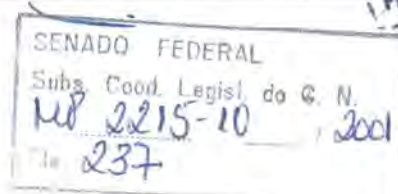
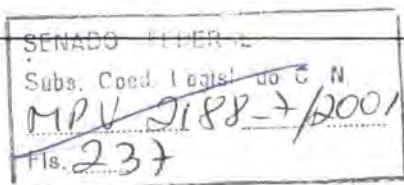
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000170

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Jose Carlos Coutinho	306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legisl. do R. N.  
MP 2215-10  
Fls. 238  
2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10  
Fls. 238  
2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 10  
Fls. 507





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000171

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
José Janene		452

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 239

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10, 2001  
Fls. 239

Serviço de Comissões Mistas  
de 19  
Fls. 508



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000172

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado Luis Carlos Heinze

nº do prontuário
99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
.....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 240

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2215-10
240

Serviço de Comissões Mistas
nº 506
de 19
Fls.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000173

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Luiz Bittencourt</i>	autor <i>Luiz Bittencourt</i>	nº do prontuário <i>422</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

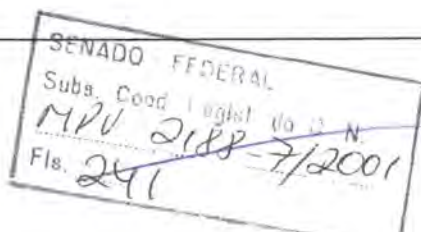
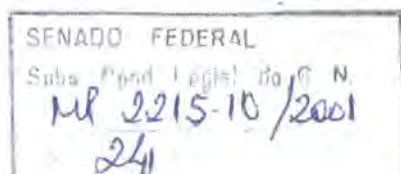
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000174

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário 042
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
.....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

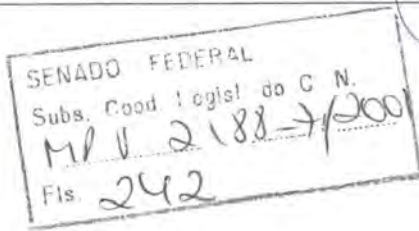
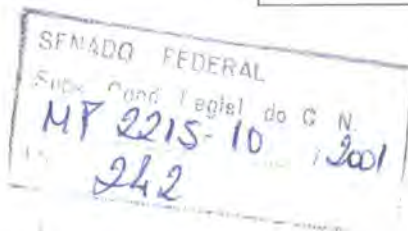
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Fernando*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000175

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ RIBEIRO	298

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls 243

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10, 2001  
943

Serviço de Comissões Mistas  
nº 512 de 19  
Fls





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**

**000176**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
---------------------------	---

Deputado <b>LUIZ SÉRGIO</b>	autor <b>LUIZ SÉRGIO</b>	nº do prontuário <b>313</b>
--------------------------------	-----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
.....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

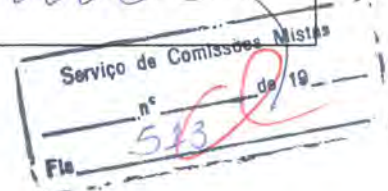
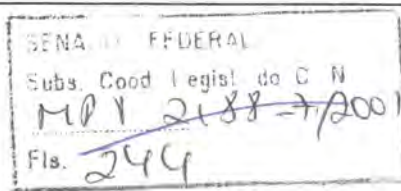
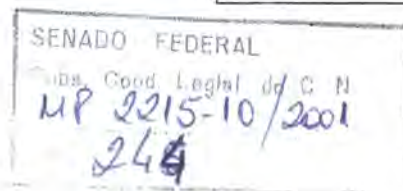
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000177

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
29/05/2001Proposição  
Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001Autor  
DEPUTADO MARCIO BITTARNº Prontuário  
19990551. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ X Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

"Art. 15.....

"Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por péssimas condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos. Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, centenas de quilômetros de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário de assistência médica-hospitalar.

Por outro lado, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados. Assim, entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas forças armadas.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2131-5/2001  
Fls. 245

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2131-5/2001  
Fls. 245

Serviço de Comissões Mistas  
de 19...  
Fls. 519



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000178

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
MOACIR MICHELETTI		462

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

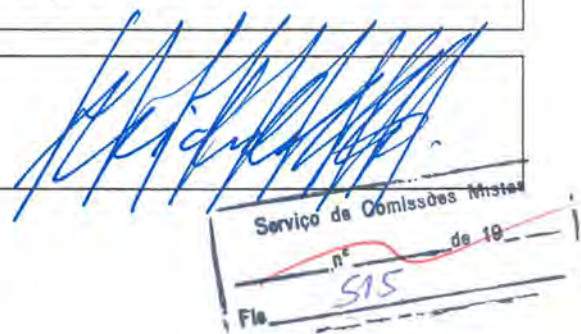
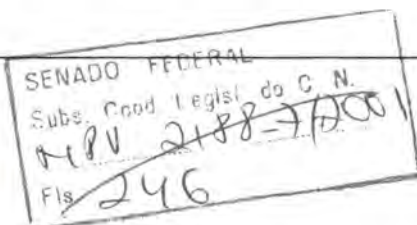
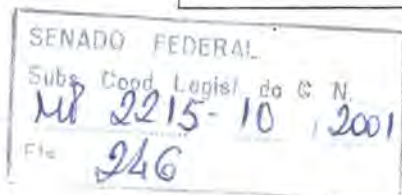
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000179

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado NELSON MARQUELLI	nº do prontuário 381
------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

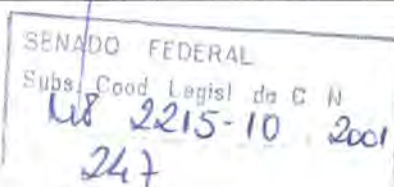
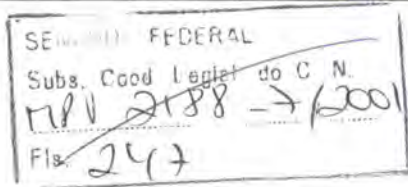
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000180

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário 349
--------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

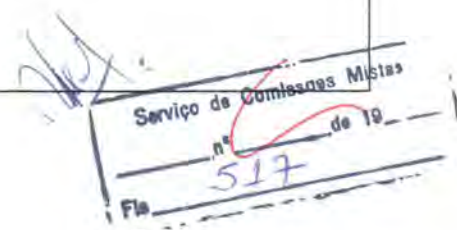
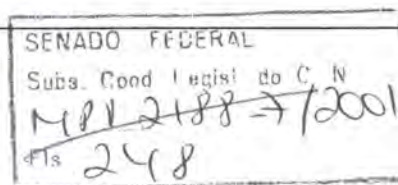
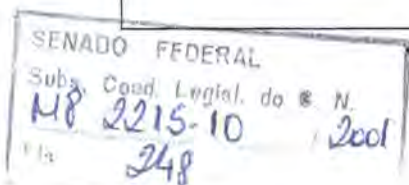
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000181

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>OSMÂNIO PEREIRA</b>	nº do prontuário <b>256</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

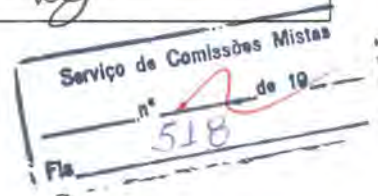
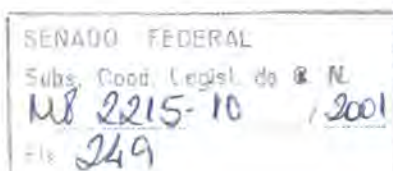
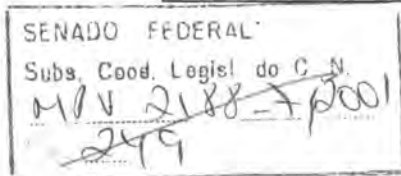
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000182

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	--

Deputado Osama Sampaio	autor Sampaio	nº do prontuário 463
---------------------------	------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. C. I. Legisl. do C. N.  
MPV 2188 7/2001  
Fls. 250

SENADO FEDERAL  
Subs. C. I. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
250

Serviço de Comissões Mistas  
nº 516 de 19  
Fls.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000183

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO REIS	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

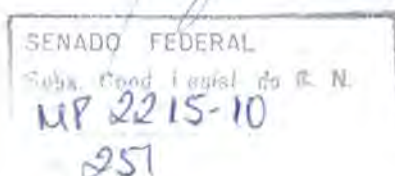
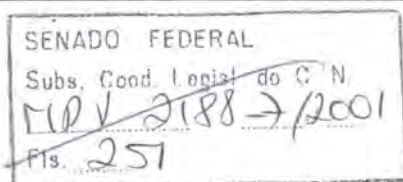
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Reis*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000184

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
Paulo Góes	

nº do prontuário
484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

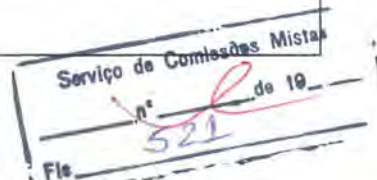
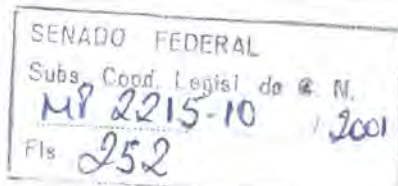
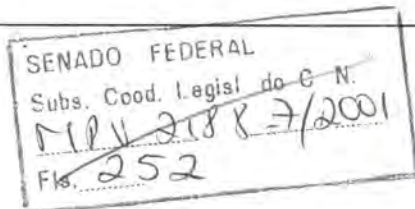
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Handwritten signature*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000185

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507
------------------------	-------------------------

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

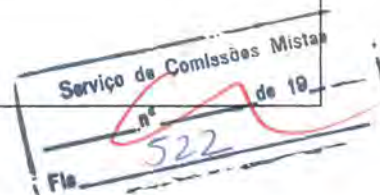
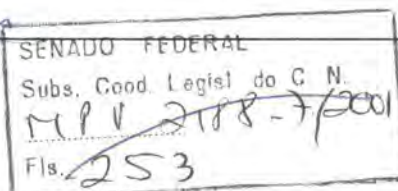
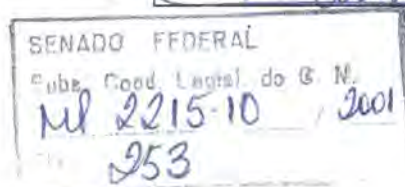
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000186

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO OCTAVIO	nº do prontuário 410
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

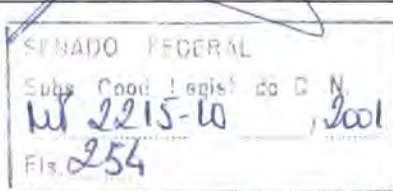
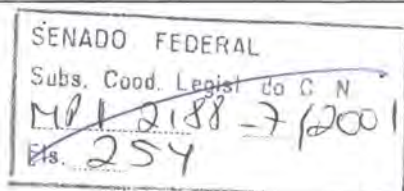
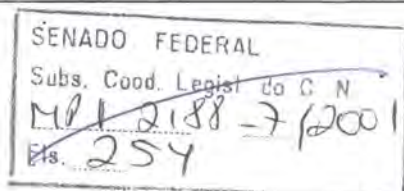
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000187

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	PEGO CHAVES	428

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2.131-5 29/05/2001
Fls. 255

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2.131-5 29/05/2001
Fls. 255

Serviço de Comissões Mistas
nº 524 de 19
Fls.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000188

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>PROFESSOR LUIZ INACIO</i>	nº do prontuário <i>312</i>
---------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

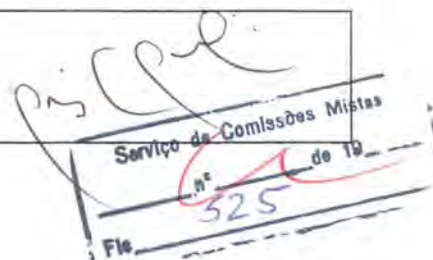
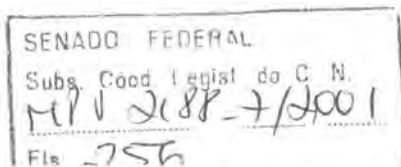
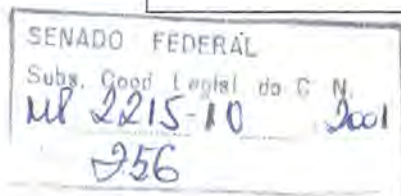
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000189

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Ricardo Berzoini</i>
----------	----------------------------------

nº do prontuário
390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

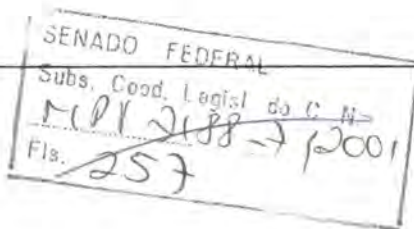
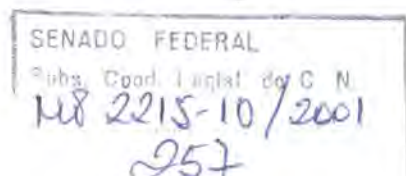
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000190

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MP 2131-5/2001  
Fls. 258

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MP 2215-10  
Fls. 258

Serviço de Comissões Mistas  
nº 527  
de 19\_\_  
Fls. \_\_\_\_





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000191

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>Salomão CMZ</i>	nº do prontuário 008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

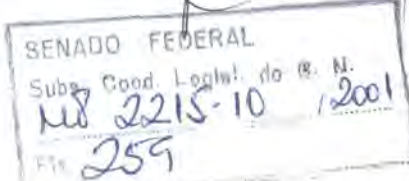
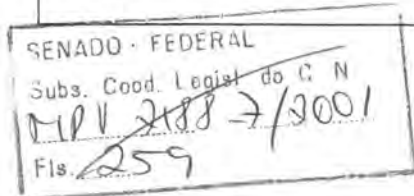
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**

**000192**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	<b>Artigo 15</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
--------	------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

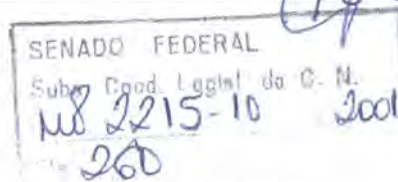
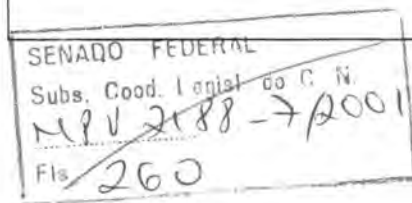
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000193

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	TELMO KIRST	99513

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

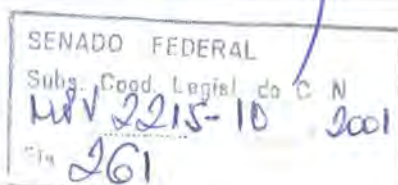
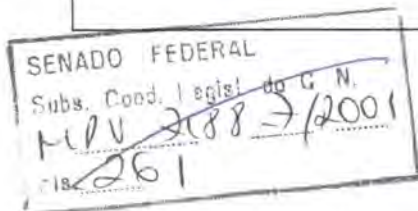
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000194

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
THEMISTOCLES SAMPAIO		113

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MPV 2183-3/2001  
Fls. 262

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MPV 2215-10  
Fls. 262







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000195

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>Wagner Salustiano</i>	nº do prontuário <i>396</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

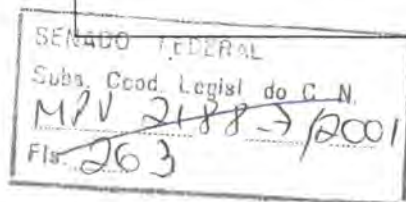
Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

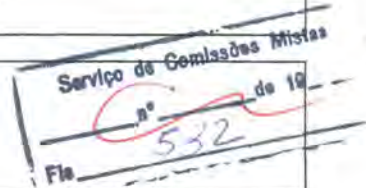
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2188-3/2001  
Fls. 263

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2215-10, 2001  
Fls. 263



Serviço de Comissões Mistas  
nº 532 de 19  
Fls.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000196

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado AIRTON CASCAVEL	autor	nº do prontuário 002
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

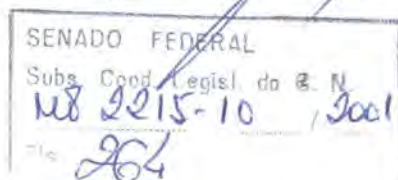
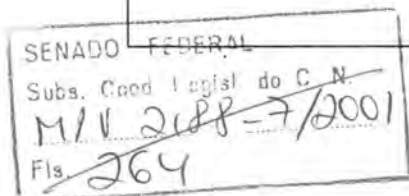
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>ALBERTO FRAGA</b>	autor	nº do prontuário <b>545</b>
----------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

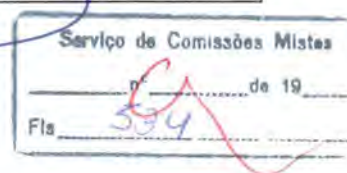
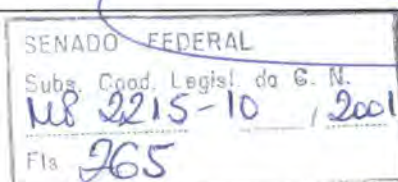
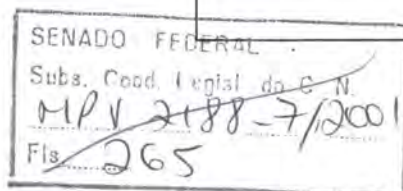
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000198

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
ALMERINDA DE CARVALHO		286

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*

Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Deputados  
Gabinete 936  
BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do S. N.

MP 2215-10, 2001

900

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

535

Fis

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do S. N.  
MP 2131-5, 2001

Fis 266



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000199

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado ARNON BEZERRA	autor	nº do prontuário 090
---------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2131-5/2001  
Fls. 267

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10, 2001  
Fls. 267

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 536



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000200

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Anibal Gomes	nº do prontuário 087
--------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

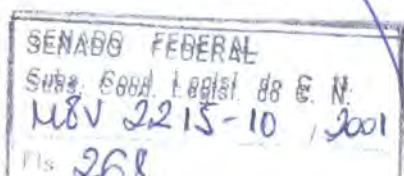
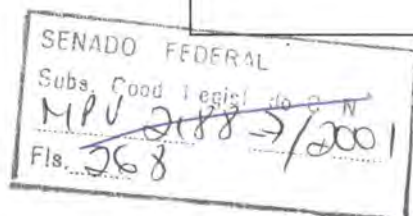
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

nº 537 de 19

Fls







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000201

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Aedemir Bentes	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Aedemir Bentes

Serviço de Comissões Mistas
...nº... de 19...
Fls. 538

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 269

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10 / 2001
269



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000202

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado AUGUSTO FARIAS	autor AUGUSTO FARIAS	nº do prontuário 165
----------------------------	-------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

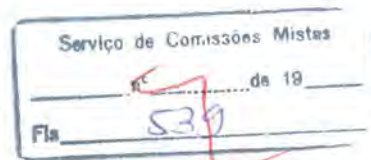
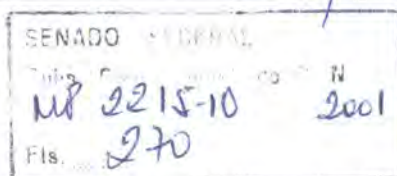
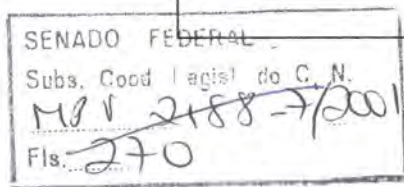
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000203

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado CARLOS SANTANA	autor	nº do prontuário 290
----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissão Mista
nº 2 de 19
Fls. 540

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 271

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10/2001
271





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000204

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado CUNHA BUENO	autor	nº do prontuário 346
-------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

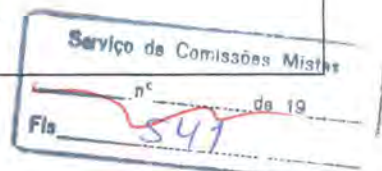
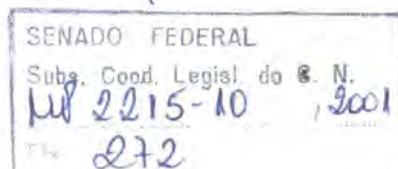
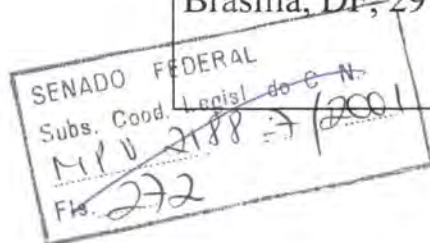
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
**MP 2215-10** / 2001  
Fls. **274**

Serviço de Comissões Mistas  
nº **542** de 10  
Fls. **542**

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
**MPV 2188-7** / 2001  
Fls. **273**



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000206

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Dr. Helio</i>	autor	nº do prontuário 358		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

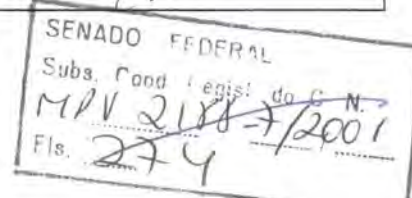
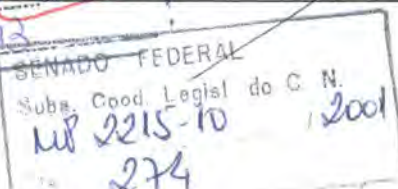
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000207

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <i>EDUARDO CAMPOS</i>	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

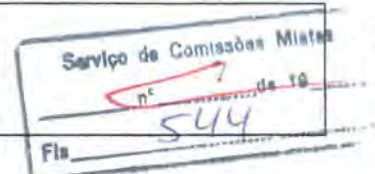
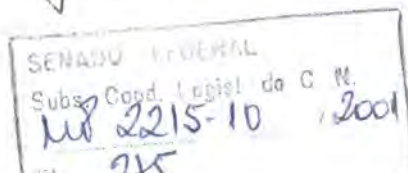
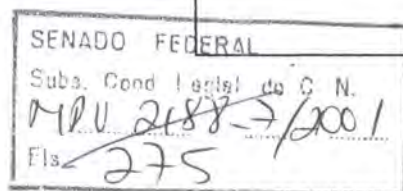
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Assinatura*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000208

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <b>ENI VOLTOLINI</b>	autor <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 276

Serviço de Comissões Mistas  
nº 2 de 19  
Fls. 545

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2225-10 2001  
Fls. 276



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000209

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	IVALDO LEITE	135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

IVALDO LEITE

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10  
277

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 546

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 277





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000210

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor IVANIO GUERRA
----------	------------------------

nº do prontuário
527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 278

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 215-10/2001
Fls. 278

Serviço de Comissões Mistas
nº 547 de 19...
Fls. 547



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000211

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado JOS MAGALHÃES	autor nº do prontuário 239
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

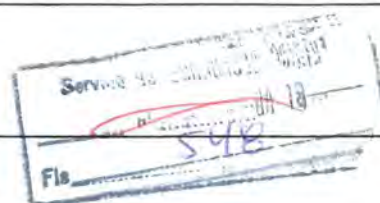
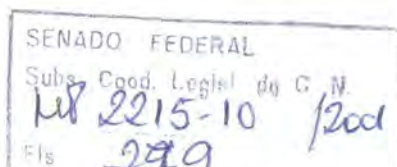
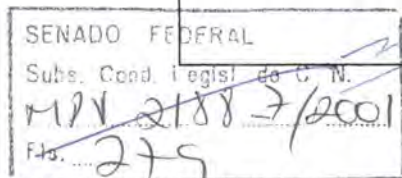
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado JOAO MAGNO	autor	nº do prontuário 534
------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço da Comissão Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 549

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do S. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 280

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do S. N.
MP 2215-10
Fls. 280





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000213

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado José Carlos Coutinho	autor nº do prontuário 306
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

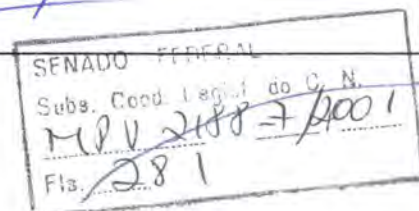
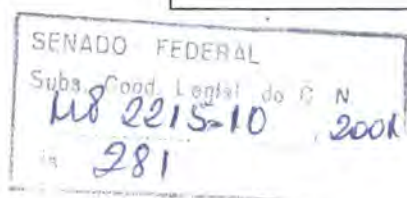
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000214

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>José Janene</i>	autor <i>Janene</i>	nº do prontuário <i>452</i>
-----------------------------	------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

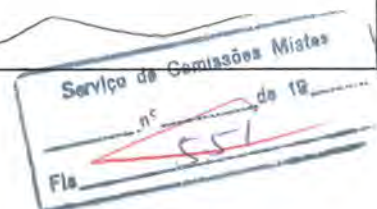
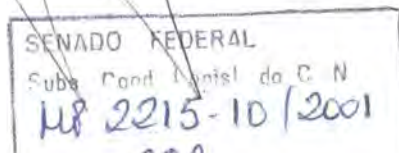
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000215

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Luiz Bittencourt</i>	<i>422</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

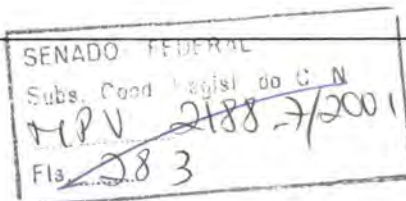
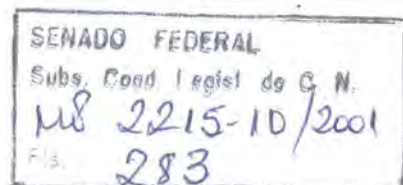
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000216

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500
--------------------------------------	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

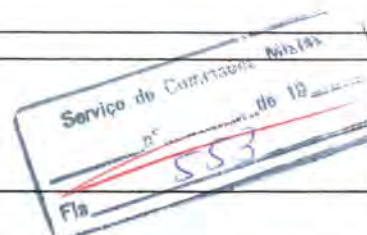
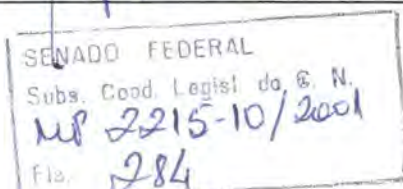
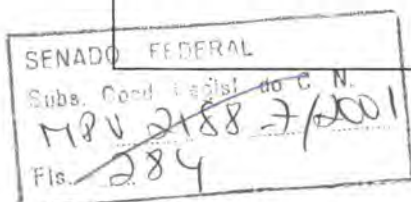
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000217

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado LUIZ FERNANDO

nº do prontuário

042

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☒ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

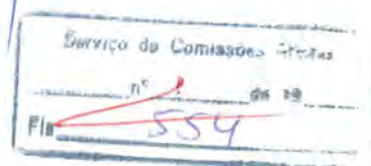
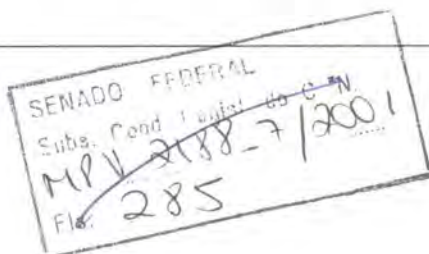
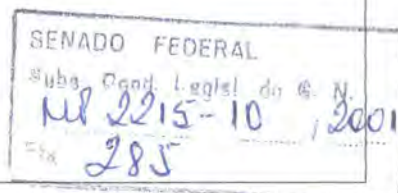
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000218

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

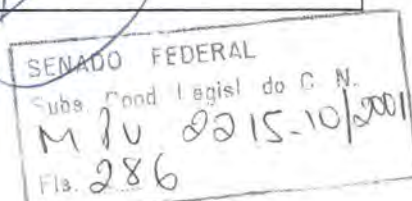
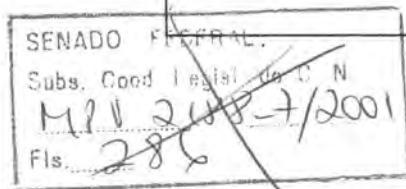
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000219

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado	autor <b>LUIZ SÉRGIO</b>
	nº do prontuário 313

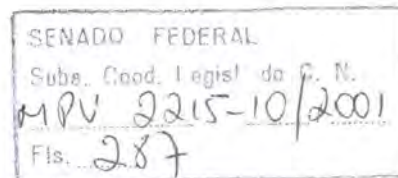
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

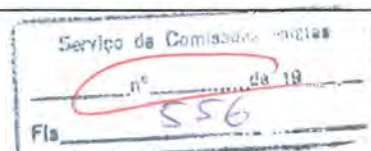
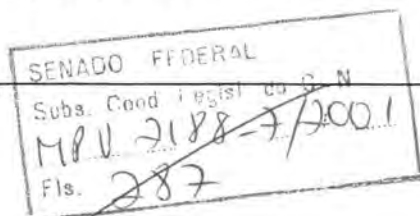
**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000220

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055
---------------------------------	--------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> X Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 1/1	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	--------------	-----------	--------	--------

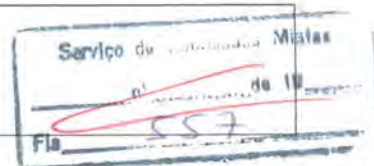
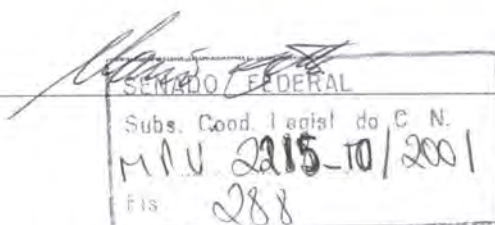
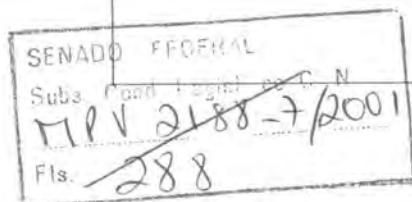
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "... extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas apenas torna o texto da lei adequado ao texto constitucional.

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000221

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado MOACIR MICHELETTI	autor	nº do prontuário 462
-------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

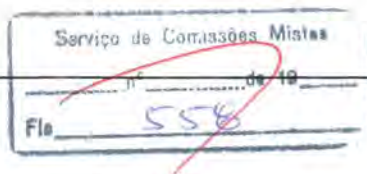
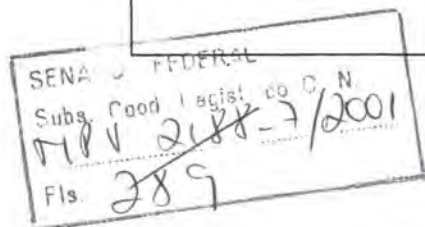
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

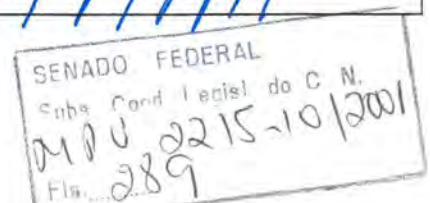
A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000222

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	NELSON MARQUEZELLI	autor
----------	--------------------	-------

nº do prontuário
381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

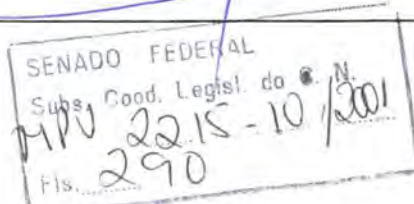
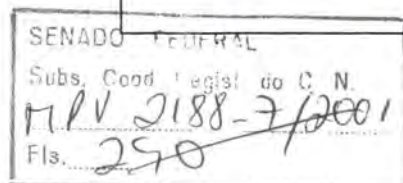
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000223

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Newton Lima	389

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

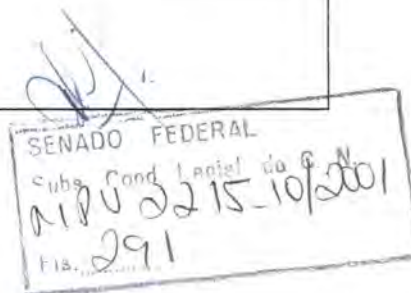
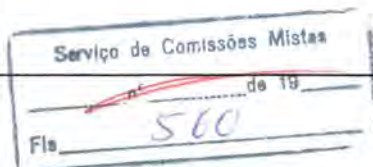
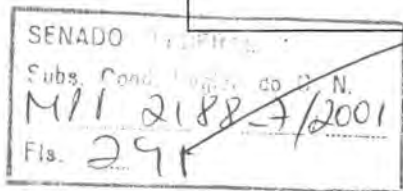
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000224

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

nº do prontuário

256

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2188 2/2001

Fls. 292

Serviço de Comunicação Social

Fls.

SENADO FEDERAL

MPV 2215-10/2001

Fls.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000225

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado OSVALDO Reis	nº do prontuário 065
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

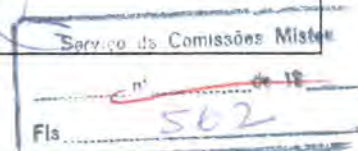
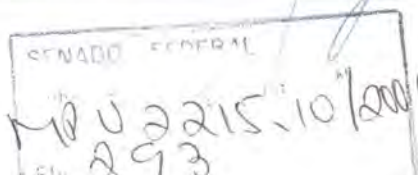
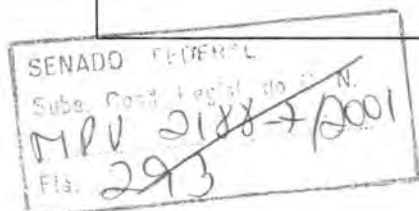
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Reis*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000226

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
	Paulo Góes

nº do prontuário
484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

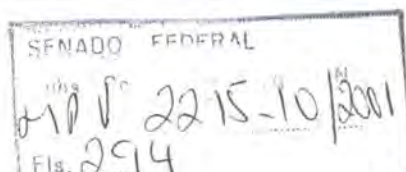
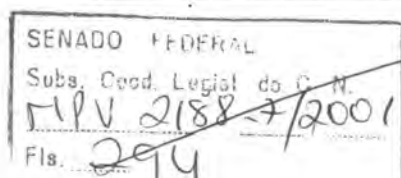
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000227

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado PAULO LIMA	autor	nº do prontuário 507
------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

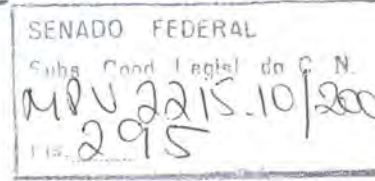
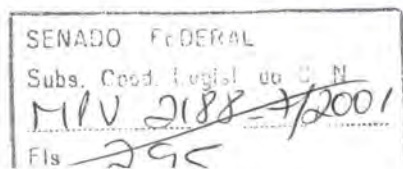
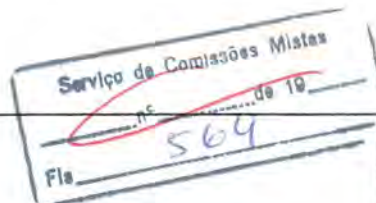
JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

X







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000228

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	--

Deputado PEDRO CHAVES	autor	nº do prontuário 425
--------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

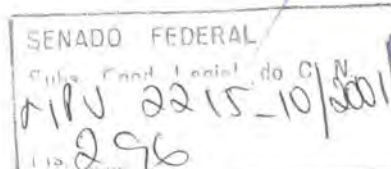
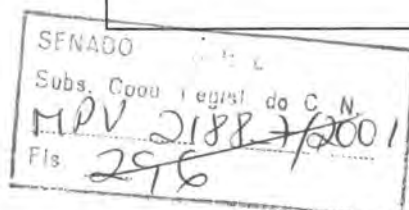
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000229

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001
Deputado autor PROFESSOR LUIZINHO	nº do prontuário 312
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO  
Subs. Coord. Legisl. do Senado  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 297

Serviço de Comissões Mistas  
nº 566 de 19  
Fls.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do Senado  
MPV 2215-17/2001  
Fls. 297



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000230

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
Ricardo Berzoini	

nº do prontuário
390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 298

SENADO
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 298

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 567





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000231

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <b>RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 259

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 299

Fls. 568



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000232

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <i>SALOMÃO CRUZ</i> autor	nº do prontuário 008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

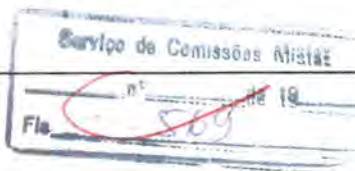
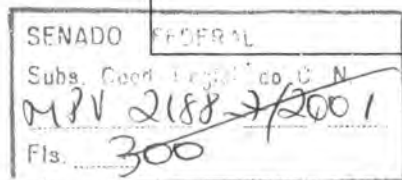
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000233

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. 2188-7/2001  
Fls 301

Serviço de Comissões Mistas  
Fls 570

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. 2215-10/2001  
Fls 301





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000234

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado TELMO KIRST	autor nº do prontuário 89512
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

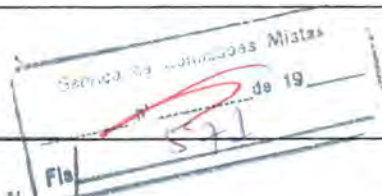
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MPV 2182-1/2001  
Fls. 302

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 302



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000235

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado Themis Zocles Sampeiro	autor nº do prontuário 113
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

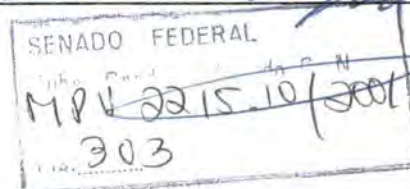
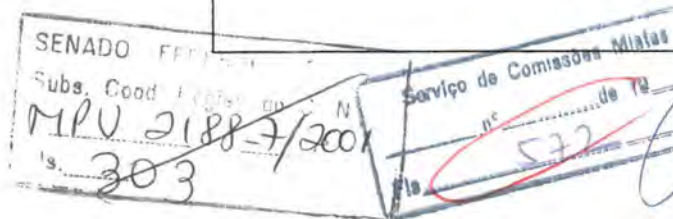
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. 1 (C/S) do N  
MPV 2188-7/2001  
Is. 303

Serviço de Comissões Mistas  
nº 572  
de 19

SENADO FEDERAL  
MPV 2215-10/2001  
Is. 303



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000236

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

autor

Wagner Solis Lima

nº do prontuário

396

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

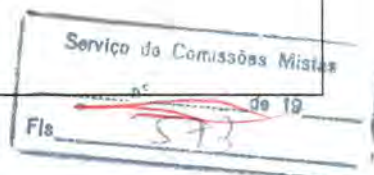
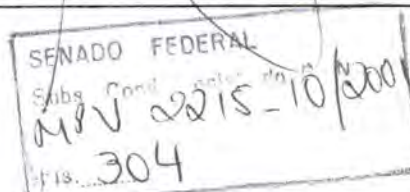
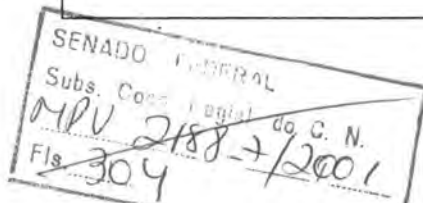
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000237

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do prontuário 002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

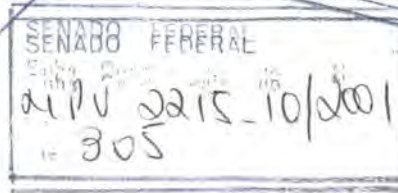
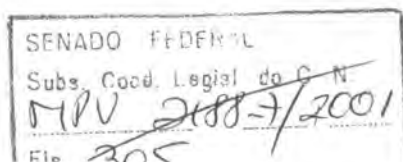
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000238

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

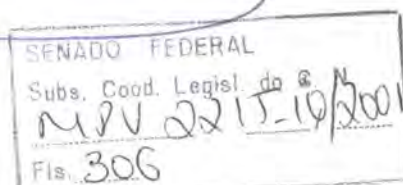
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







**MP 2.131-5**

**000239**

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES		Prontuário nº: 487		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 25	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1

Dê-se ao art. 25 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e solcial é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 da Medida Provisória.

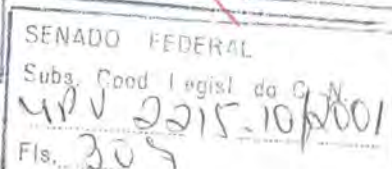
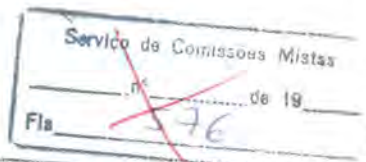
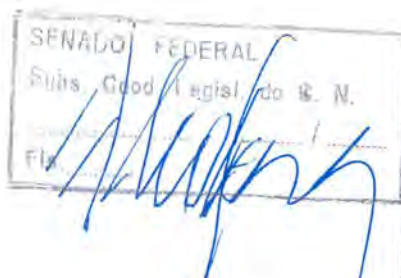
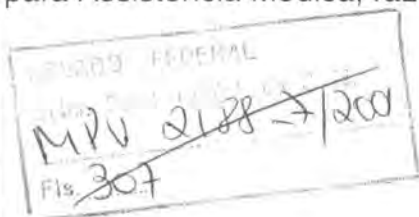
### JUSTIFICATIVA

O propósito da presente Medida Provisória foi a correção da remuneração, proventos e pensões militares.

O artigo emendado pretende auferir aumento desmensurado sobre a contribuição para a Assistência Médica, mantendo-a no mesmo percentual da Lei 8327/91 mas, tendo como base de cálculo não mais o soldo, mas o provento e a pensão quando da inatividade militar.

Isto significa dizer que o aumento real da remuneração militar, seja na atividade, seja na inatividade estará sendo compensado pelos altos descontos promovidos pela mesma MP que, falaciosamente, alardeou a majoração de remuneração, proventos e pensões militares.

A emenda vem restabelecer os patamares, anteriormente, estabelecidos para desconto para Assistência Médica, razão pela qual peço o apoio dos nobres pares.







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000240

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário <b>286</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

### JUSTIFICAÇÃO

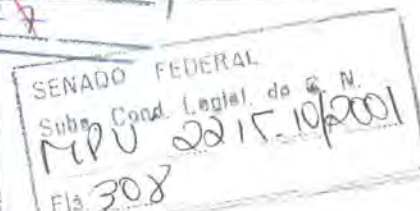
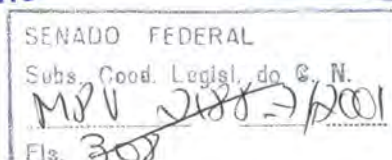
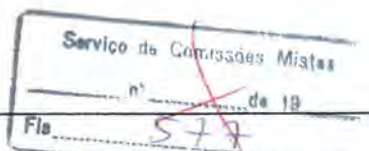
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Deputada **ALMERINDA DE CARVALHO**Mesa dos Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
30-900 BRASÍLIA - DF



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000241

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

*Arnival Gomes*

nº do prontuário

087

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

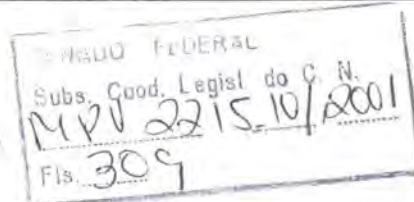
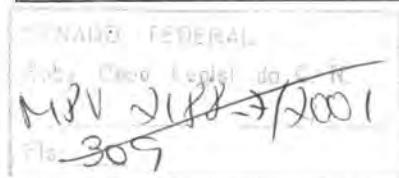
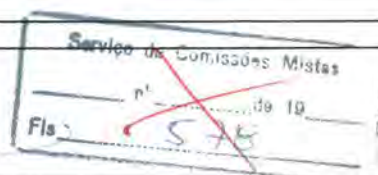
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000242

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

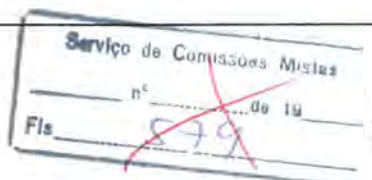
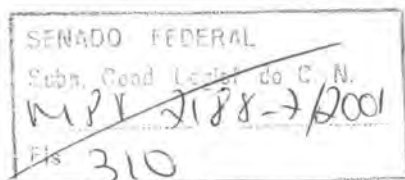
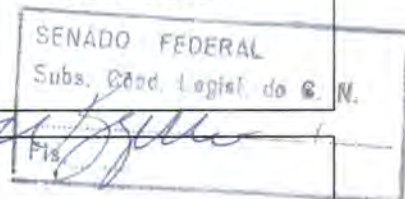
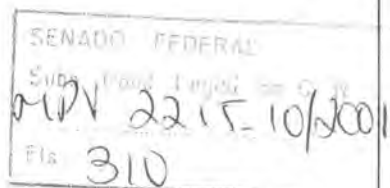
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000243

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Andrébal Bentes</i>	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Andrébal Bentes*

Serviço de Comunicação Militar
Nº _____ de 19__
Fls. 500

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C.N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 311

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C.N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 311



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000244

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado AUGUSTO FARIAS	165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fls. 581

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2215-19/2001

Fls. 312

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2188-7/2001

Fls. 312





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000245

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

CARLOS SANTANA

nº do prontuário

290

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2215-19/2001

Fls. 313

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2188-7001

Fls. 313

Serviço de Comissões

Fls. 582





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000246

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>CONHA BUENO</i>	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fls.	583

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 314

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 314



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000247

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	DE VELASCO	382		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

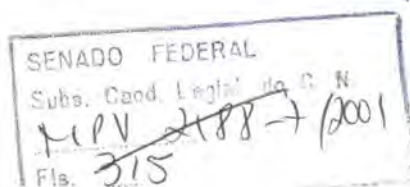
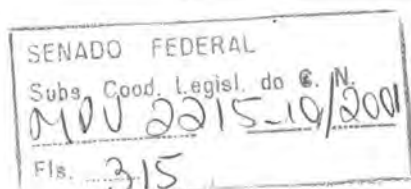
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000248

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Dr. Helio</i> <sup>autor</sup>	nº do prontuário 358
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

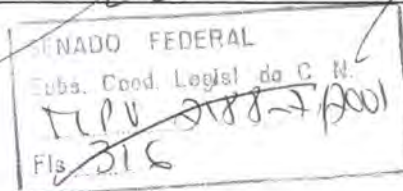
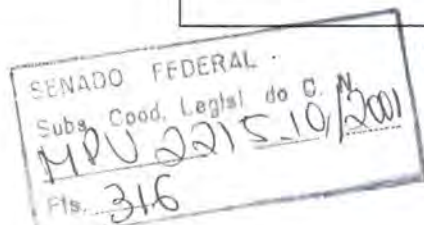
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000249

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>ENI VOLTOLINI</b>	autor	nº do prontuário <b>477</b>
----------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

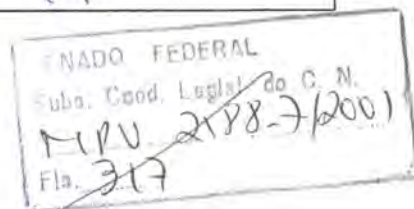
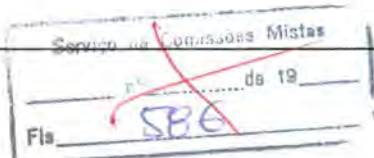
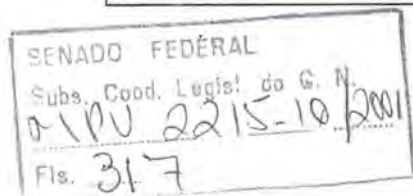
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000250

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b>	de maio de 2001		
Deputado	autor <i>TASSO PEREIRA</i>	nº do prontuário <i>135</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

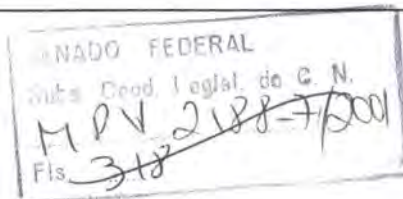
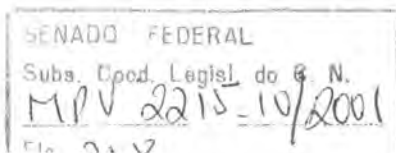
Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Guilherme Peres*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000251

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Ivanildo Guerra	autor Ivanildo Guerra	nº do prontuário 527
-----------------------------	--------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

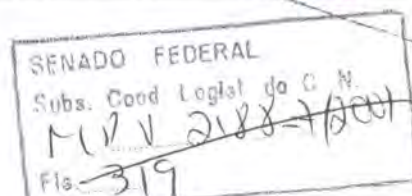
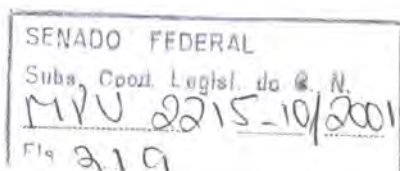
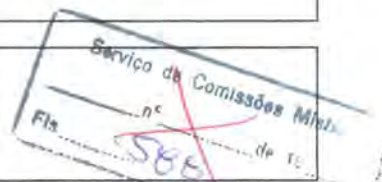
Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000252

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	JOÃO MAGALHÃES	239		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

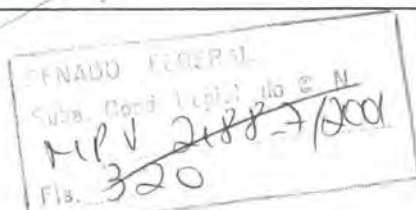
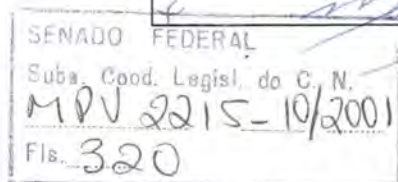
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000253

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor <i>Jose Carlos Coutinho</i>	nº do prontuário <i>306</i>
----------	--------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

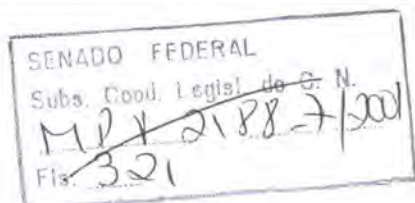
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2188-7/2001  
Fls. 321





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000254

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado José Janene	452

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

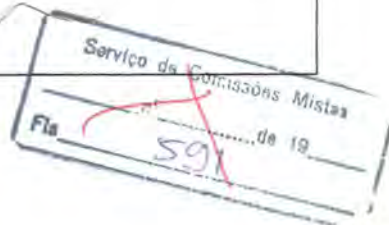
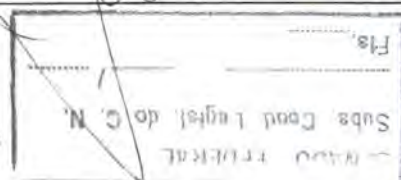
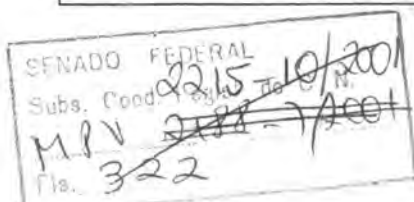
JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR	1184 2215-10/2001
Brasília, DF, 29 de maio de 2001	322







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000255

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado LUCIANO CASTRO	nº do prontuário 004
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

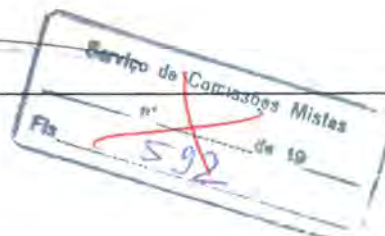
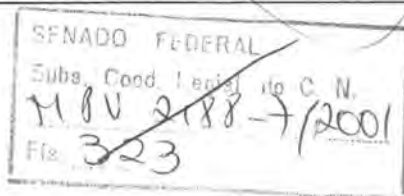
Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Ass. C.*



SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legisl. do C. N.  
118V 2188-7/2001  
Fls. 323



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000256

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

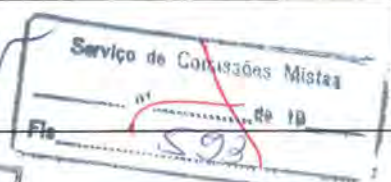
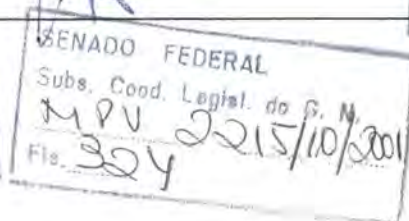
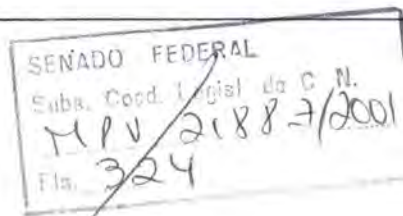
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000257

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado <i>Luiz Bittencourt</i>	autor <i>Luiz BITTEN COURT</i>			
nº do prontuário <i>22</i>				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. <i>594</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 295

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-2/2001
Fls. 325





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000258

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário 042
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

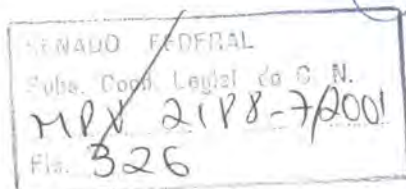
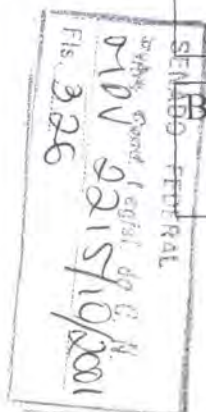
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000259

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

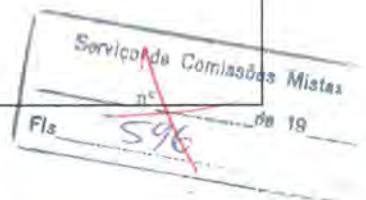
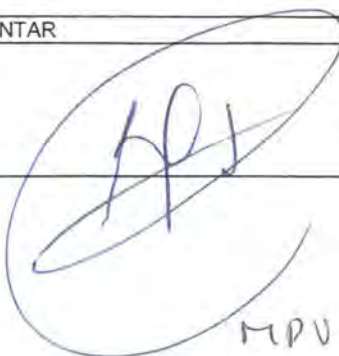
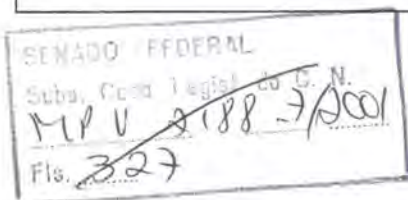
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MPV 2215-10/2001  
327



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000260****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
---------------------------	---

<b>Autor</b> <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	<b>Nº Prontuário</b> <b>1999055</b>
---	--

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 25	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
----------------------	---------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O art. 25 da MP em epígrafe passa vigorar com a seguinte redação:

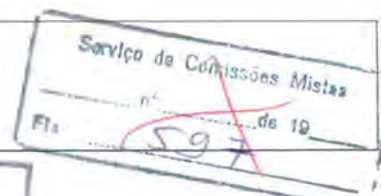
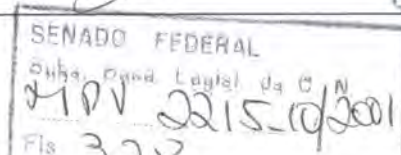
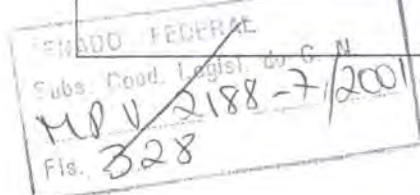
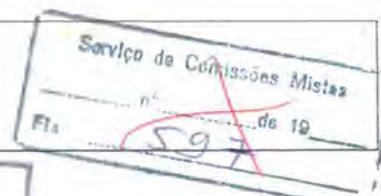
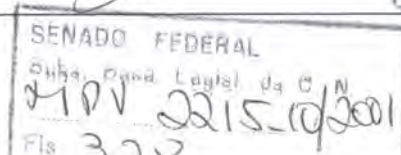
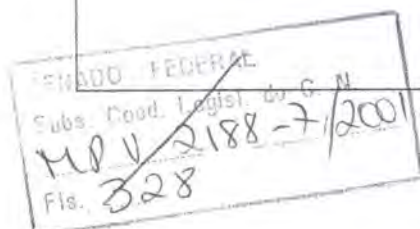
"Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos de inatividade, conforme o previsto no Art. 10 desta Medida Provisória."

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médico-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda busca-se a homogeneização dos descontos.

**ASSINATURA**





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000261

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado autor MOACIR MICHELETTI	nº do prontuário 462			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

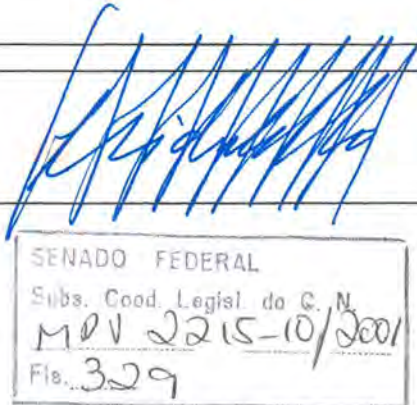
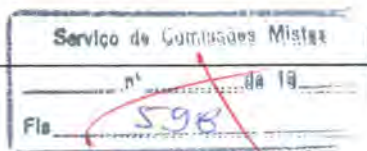
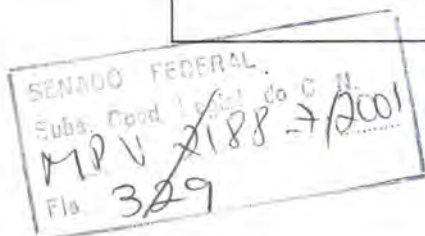
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000262

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARREVELLI	nº do prontuário 381
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

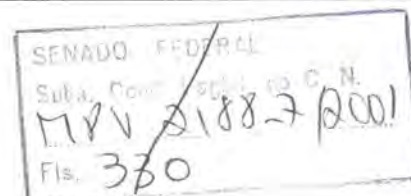
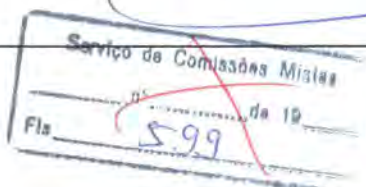
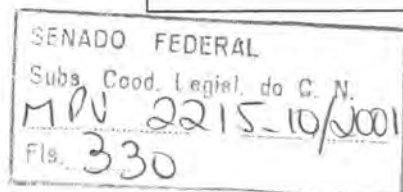
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000263

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
	Newton Lima

nº do prontuário
379

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

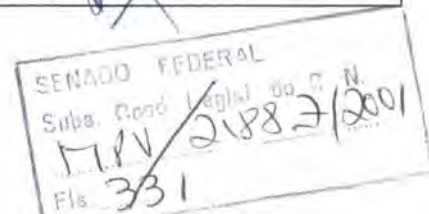
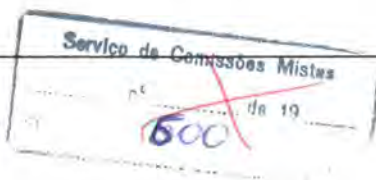
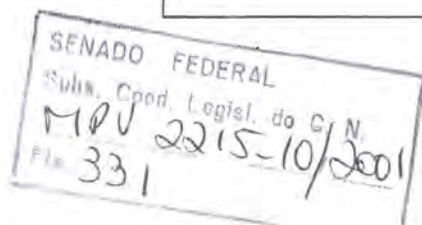
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000264

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

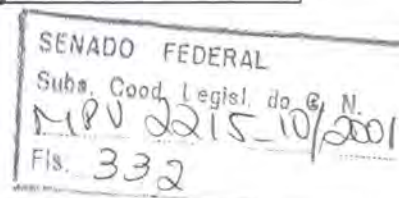
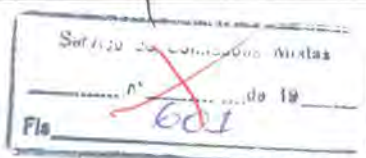
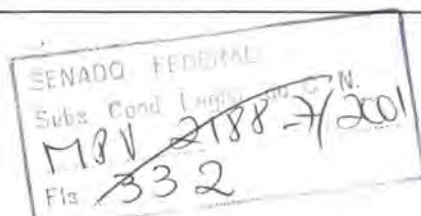
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000265

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	OSMAR SERAFIM	463		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

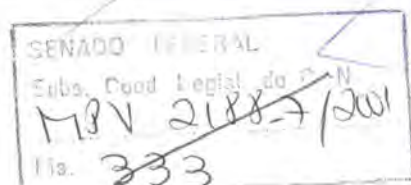
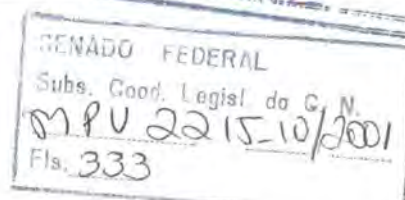
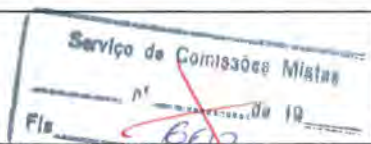
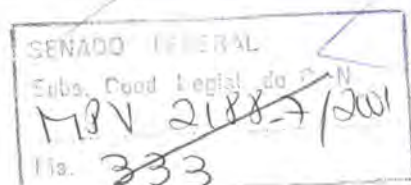
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000266

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor OSVALDO REIS	nº do prontuário 065		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

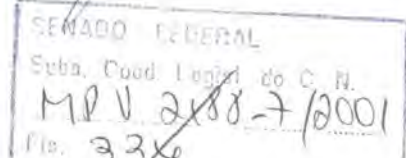
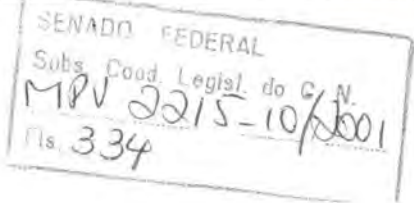
Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Reis*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000267

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado Paulo Góes

nº do prontuário
484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Góes*

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 604

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 335

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2288-7/2001
Fls. 335



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000268

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 336

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2488-7/2001  
Fls. 336

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_  
Fls. \_\_\_\_\_





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000269

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor PAULO OCTAVIO	nº do prontuário 410
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

### JUSTIFICAÇÃO

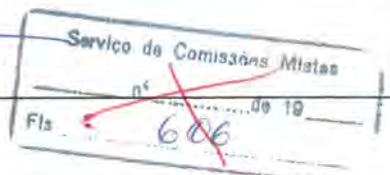
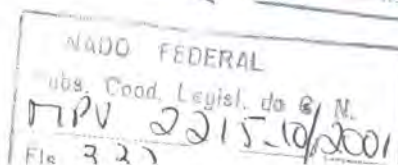
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000270

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PEDRO CHAVES	428

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

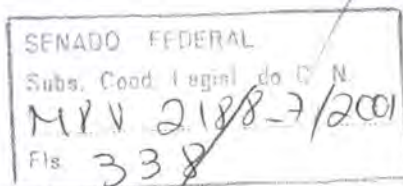
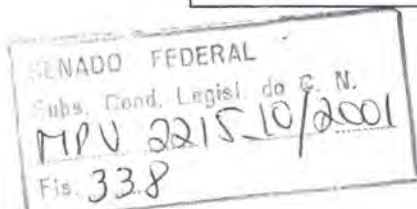
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000271

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>PROFESSOR KUIZINHO</i>	nº do prontuário <i>312</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

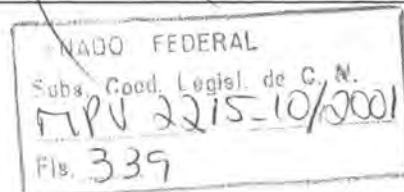
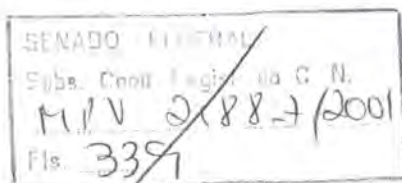
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000272

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 395
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000273

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

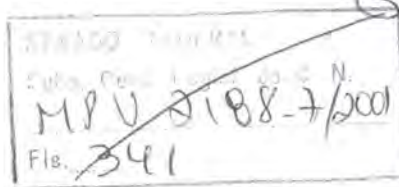
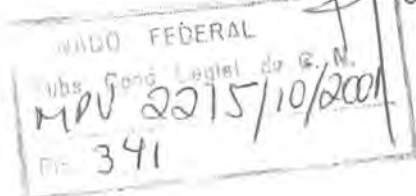
Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Ronaldo Vasconcellos*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000274

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado SALOMÃO CRUZ	nº do prontuário 008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

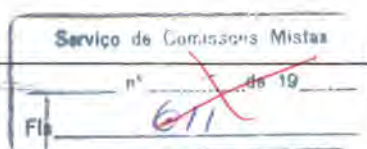
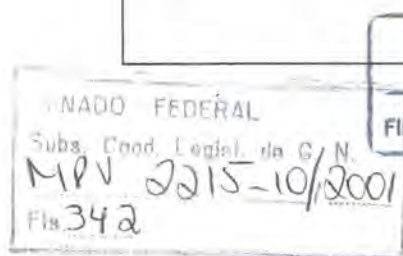
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000275

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Cabe. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2188-7/2001 Fls. 343	Serviço de Comissões Mistas nº _____ de 19 ____ Fls. 62	SENADO FEDERAL Cabe. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2215-10/2001 Fls. 343
--	---	---





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000276

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	TELMO RIRST	99513		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

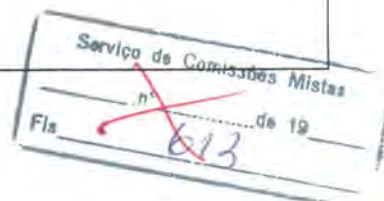
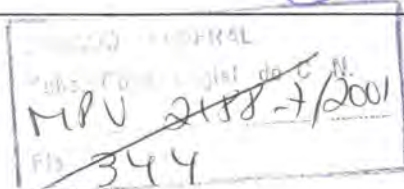
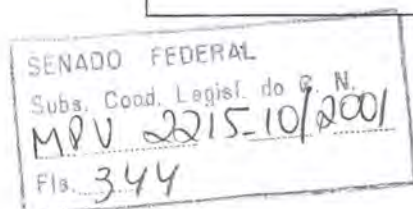
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000277

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor		nº do prontuário		
Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO		113		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000278

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Wagner Solustiano	396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

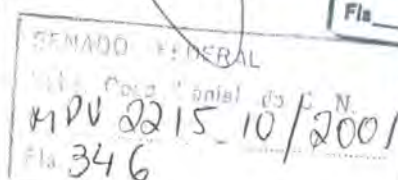
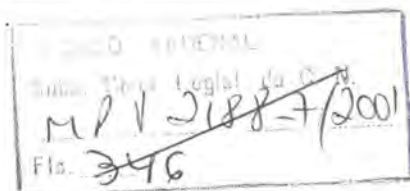
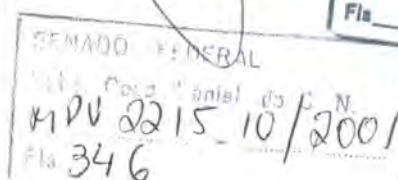
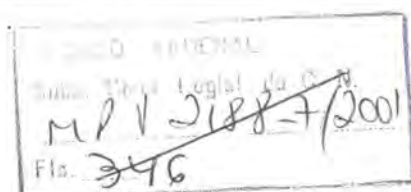
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000279

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>AIRTON CASIAVEL</i>	autor	nº do prontuário <i>002</i>
---------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

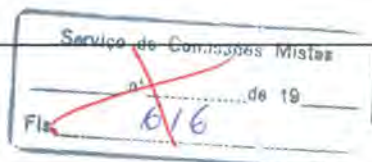
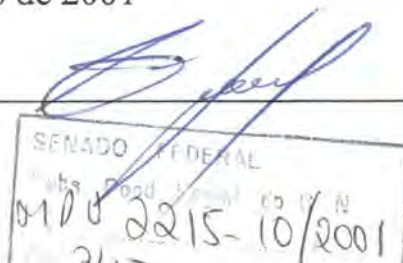
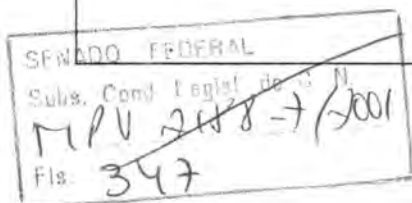
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000280

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
----------	-------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 612

MAIO FEDERAL  
Subs. Cond. Legis. do C. N.  
MPV 2131-5-7/2001  
Fls. 348

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legis. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 348





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000281

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário 286
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

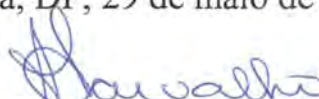
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO  
Párea dos Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
30-900 BRASÍLIA - DF

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fls.	618

SENADO FEDERAL	
Subs. Com. Legal do C.N.	
MPV 2188-7/2001	
Fls. 349	





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000282

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Arivaldo Gomes</i>
----------	--------------------------------

nº do prontuário
087

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

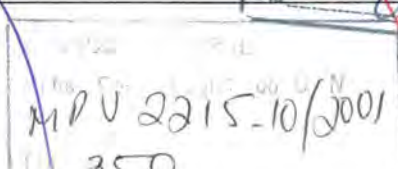
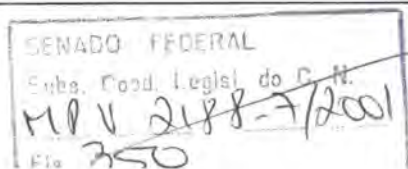
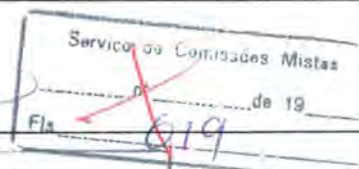
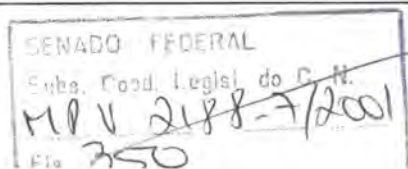
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000283

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
ARNON BEZERRA		090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

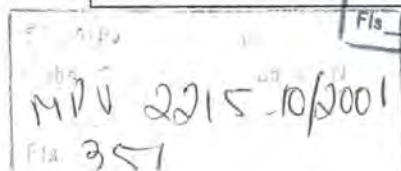
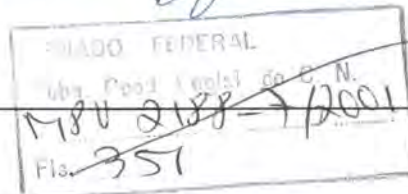
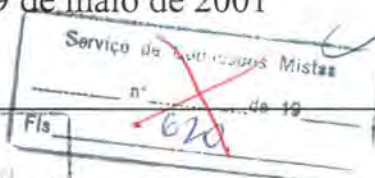
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000284

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Ademir Bentes</i> autor	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

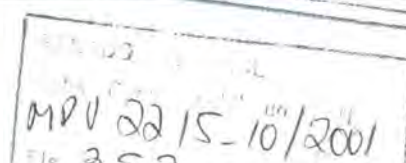
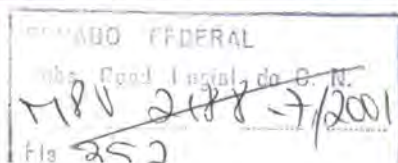
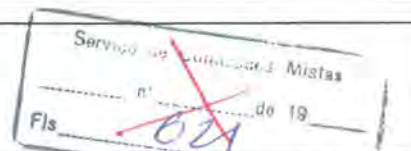
Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Ademir Bentes*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000285

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	autor <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário 165
--------------------------------	--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

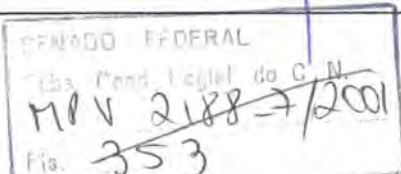
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

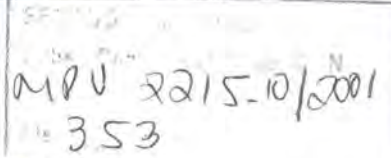


SENADO FEDERAL

Ass. Pres. Leg. do C. N.

MPV 2188-7/2001

Fls. 353



SENADO FEDERAL

Ass. Pres. Leg. do C. N.

MPV 2215-10/2001

Fls. 353



Serviço de Contas Mistas

Fls. 622 de 19



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000286

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado CARLOS SANTANA	autor	nº do prontuário 280
----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

MPV 2215/00  
354

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

BRASÃO GERAL  
SUB. COM. LEGISL. do C. N.  
MPV 2131-5/2001  
354

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 623





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000287

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>CONRADO BUENO</i>	nº do prontuário 346
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MPV 2131-5  
Fls. 355

MPV 2131-5  
Fls. 355

Serviço das Comissões Mistas  
Fls. 346 de 19





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000288

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor DE NELASCO	nº do prontuário 382
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

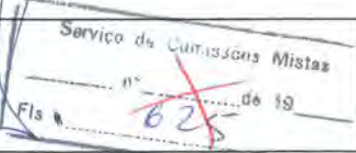
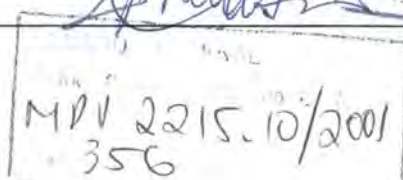
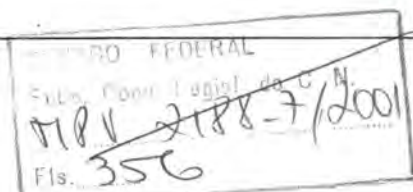
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Com. Legis. do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 356

MPV 2215.10/2001  
356

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 625



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000289

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000290

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor:</sup> Eduardo Campos	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

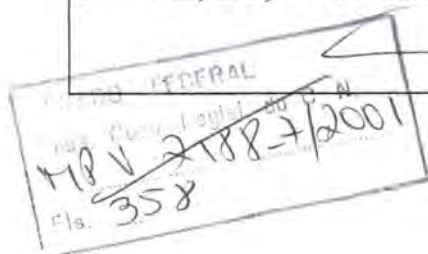
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

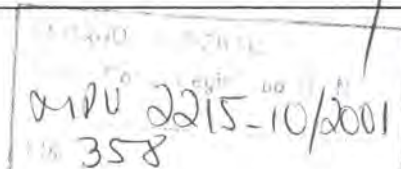
Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



Serviço de Comissões Mistas
nº _____ da 1ª
Fls. 627







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000291

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ENIVALDO RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>132</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

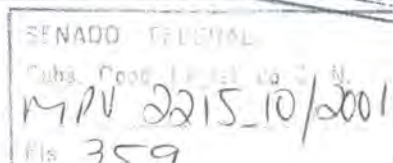
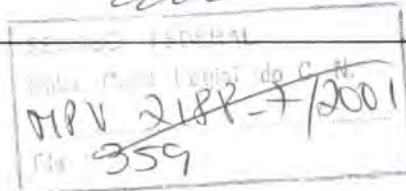
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*





MP 2.131-5

000292

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

---

data

29/05/2001

**ΠΡΟΒΟΛΙΣΜΟΣ**

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

**autor**

nº do prontuário

135

1. ☐ Supressiva      2. ☐ substitutiva      3. ☐ modificativa      4. ☐ aditiva      5. ☐ Substitutivo global

Página

## Artigo 27

Parágrafo	Descrição	Valor
1	...	...
2	...	...
3	...	...
4	...	...
5	...	...
6	...	...
7	...	...
8	...	...
9	...	...
10	...	...
11	...	...
12	...	...
13	...	...
14	...	...
15	...	...
16	...	...
17	...	...
18	...	...
19	...	...
20	...	...
21	...	...
22	...	...
23	...	...
24	...	...
25	...	...
26	...	...
27	...	...
28	...	...
29	...	...
30	...	...
31	...	...
32	...	...
33	...	...
34	...	...
35	...	...
36	...	...
37	...	...
38	...	...
39	...	...
40	...	...
41	...	...
42	...	...
43	...	...
44	...	...
45	...	...
46	...	...
47	...	...
48	...	...
49	...	...
50	...	...
51	...	...
52	...	...
53	...	...
54	...	...
55	...	...
56	...	...
57	...	...
58	...	...
59	...	...
60	...	...
61	...	...
62	...	...
63	...	...
64	...	...
65	...	...
66	...	...
67	...	...
68	...	...
69	...	...
70	...	...
71	...	...
72	...	...
73	...	...
74	...	...
75	...	...
76	...	...
77	...	...
78	...	...
79	...	...
80	...	...
81	...	...
82	...	...
83	...	...
84	...	...
85	...	...
86	...	...
87	...	...
88	...	...
89	...	...
90	...	...
91	...	...
92	...	...
93	...	...
94	...	...
95	...	...
96	...	...
97	...	...
98	...	...
99	...	...
100	...	...

**Inciso**

alinea
--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Quals the the

Servicio de Comedores Mistas  
 No. 629  
 Fls. 12

SPNADO  
Subs. No. 1000  
MPV 2215-10/2001  
File 300

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. Co C. N.  
MLV 2188 7/2001  
Fls. 360





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000293

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado IVANILDO GUERRA	527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

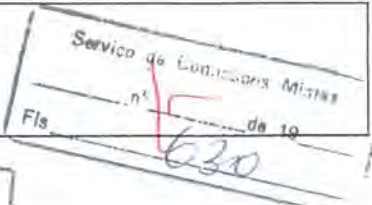
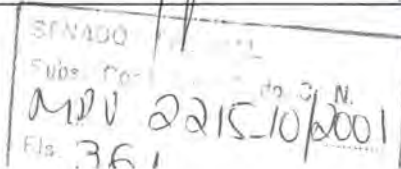
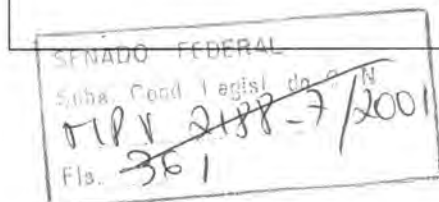
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000294

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JOS MAGALHÃES		239

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

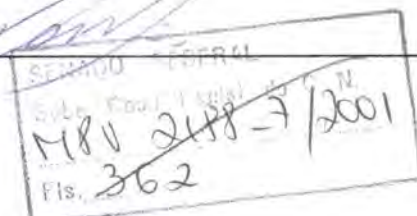
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

4.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000295

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Jose Carlos Coutinho	306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

MADE  
2215-10/2001  
Fls 363

MPV 2188-7/2001  
263

Serviço de Controle de Mistas  
Fls 632 de 19





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000296

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado José Janene	nº do prontuário 452
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Fls. 364  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 364

SENADO FEDERAL  
Fls. 364  
MPV 2188-17/2001

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 633





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000297

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor <b>LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário <b>004</b>
----------	--------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fls.	<b>634</b>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 365

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 365



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000298

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado Luis Carlos Heinze

nº do prontuário
99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

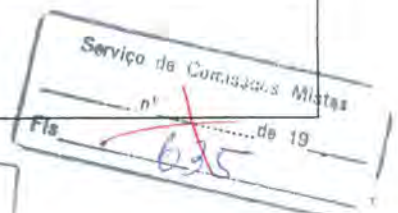
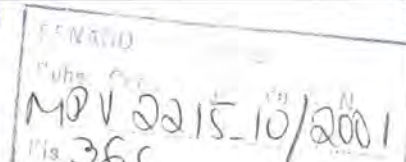
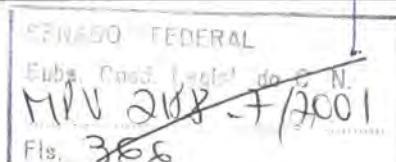
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000299

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Luiz Bittencourt	422

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Controle e Mistas

nº da 19

Fle 036

MPV 2215-10/2001

Fle 367

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legal do C. N.

MPV 2188-7/2001

Fle 367





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000300

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

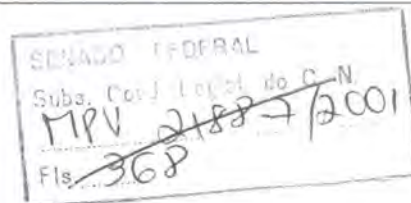
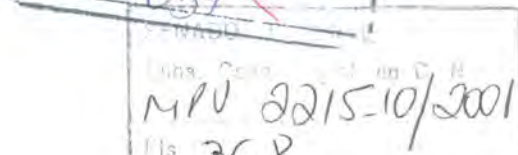
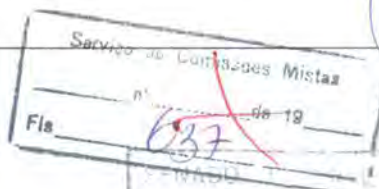
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000301

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	autor <b>LUIZ RIBEIRO</b>
nº do prontuário <b>298</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

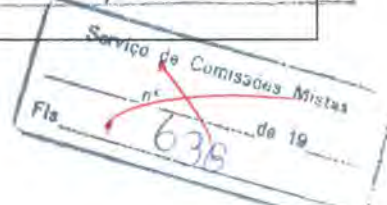
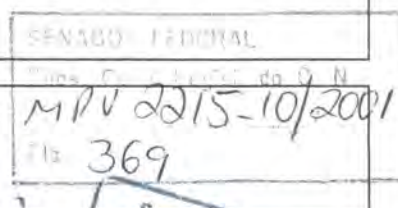
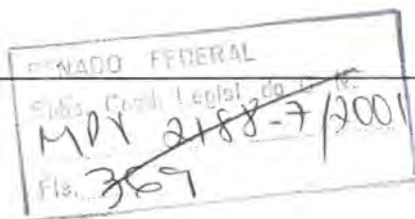
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000302

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	Nº Prontuário 1999055
--	--------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo28	Parágrafo único	Inciso	Alínea
---------------	----------	--------------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art. 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art.27.....

"Art. 3º-A. ....

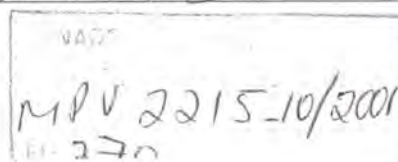
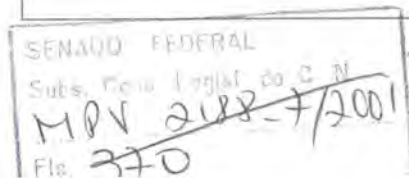
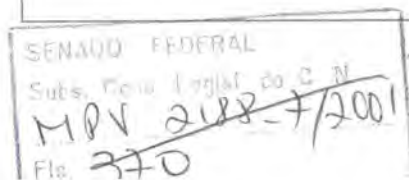
Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a Previdência, a MP da LRM, de 29/dez/2000 continuou sem contemplar o militar com o desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

ASSINATURA







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000303

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
MIRIAM REID	REID	99318

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

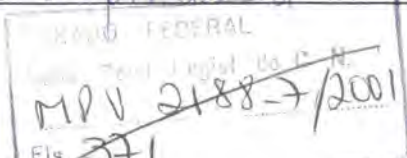
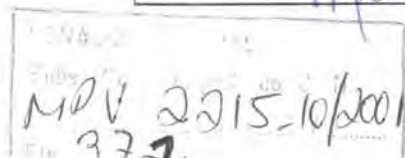
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Miriam Reid*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000304

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>MOACIR MICHELETTI</i>	autor	nº do prontuário 462
-----------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

DATA
FILAS
MPV 2215-10/2001
Fis. 372

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Legislação Militar
nº
Fis. 642

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fis. 372





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000305

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do prontuário 381
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

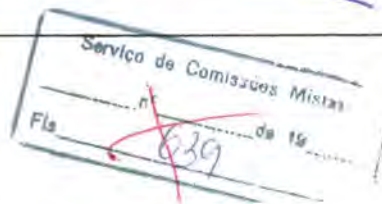
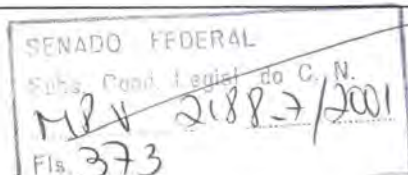
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000306

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário 379
--------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

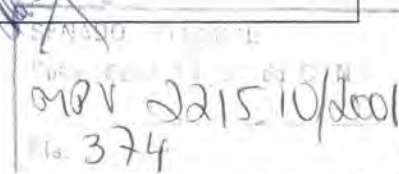
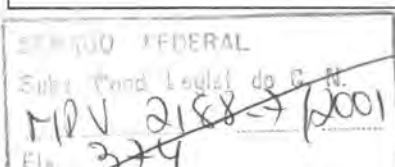
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000307

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
OSMÂNIO PEREIRA		256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 375

MPV 2215-10/2001  
325

Serviço de Arquivo  
Fls. 644





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000308

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	OSMAR SERAFIM	463
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

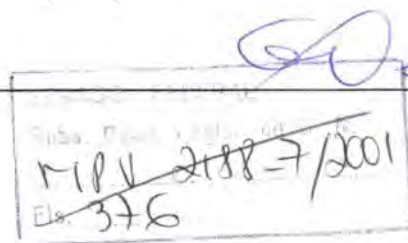
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

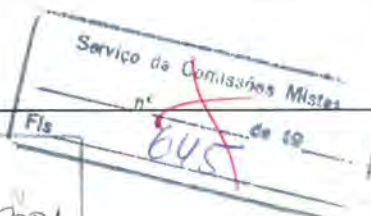
Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MPV 2188-7/2001  
Fls. 376







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000309

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <i>OSVALDO REIS</i>	nº do prontuário <i>065</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MPV 2215-10/2001  
277

SENADO FEDERAL  
Subs. Parl. Legal do C. A.  
MPV 21887/2001  
Fls. 377

Serviço de Comissões Mistas  
nº ..... de 15  
Fls. *046*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000310

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Paulo Góes</i> autor	nº do prontuário 484
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*1 conf*

Serviço de Expediente Militar
nº ..... de 19 .....
Fls. 047

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2188 - 7/2001
Fls. 378

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2215 - 10/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000311

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	PAULO Lima	507

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Leg. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 379

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Leg. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 379

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fls.	048





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000312

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

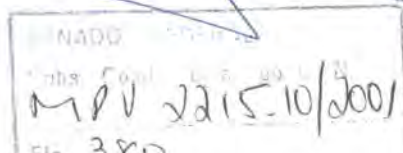
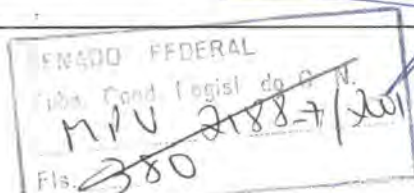
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000313

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>PEDRO CHAVES</b>	autor <b>PEDRO CHAVES</b>
nº do prontuário <b>428</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27
Parágrafo	Inciso
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

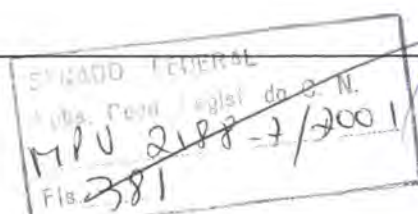
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Ata. Fed. Legisl. do 2.º N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 381

Ata. Fed. Legisl. do 2.º N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 381



Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 19  
450





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000314

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>PROFESSOR LUIZINHO</i>	autor	nº do prontuário <i>312</i>
------------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 382

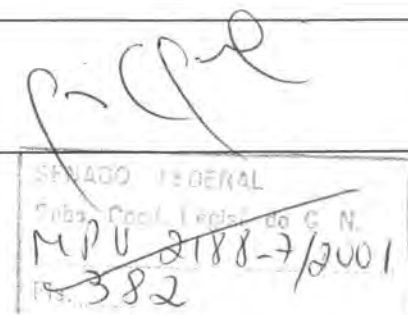
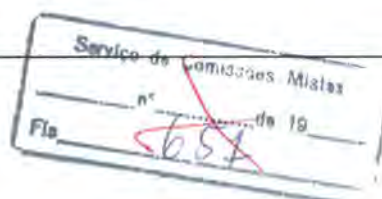
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

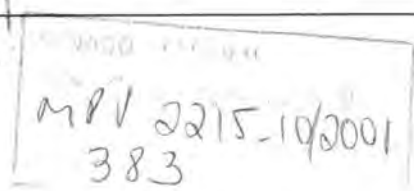
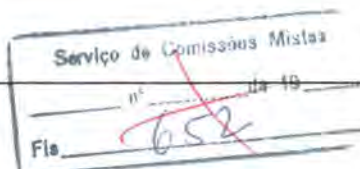
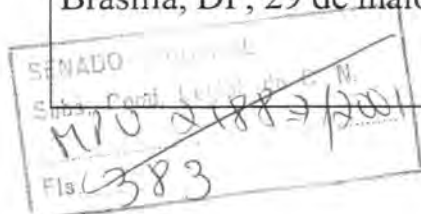
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000316

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Ronaldo Vasconcellos	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*  
SINADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MPV 2131-5/2001  
Fls. 384

SINADO  
MPV 2215-10/2001  
384  
Serviço da Comissão Neta  
Fls. 053



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000317

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>			
Deputado autor: <u>SALOMÃO CRUZ</u>	nº do prontuário <u>008</u>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

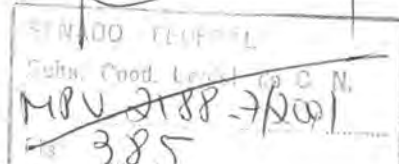
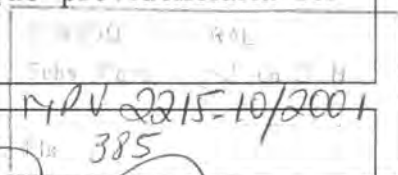
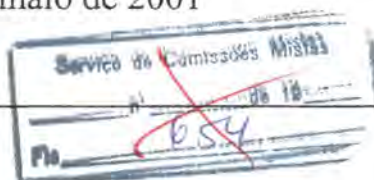
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000318

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>	autor <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>
nº do prontuário <b>160</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº ..... de 10
Fls. <u>386</u>

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 386



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000319

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Wagner	Salustiano	396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

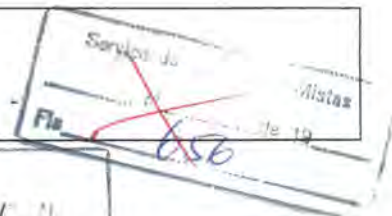
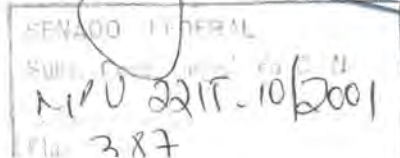
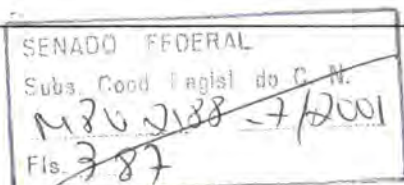
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000320

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
TELMO KIRST		99513

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

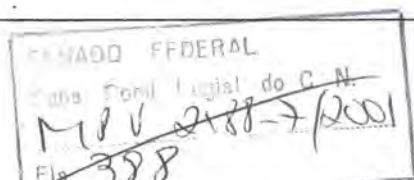
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

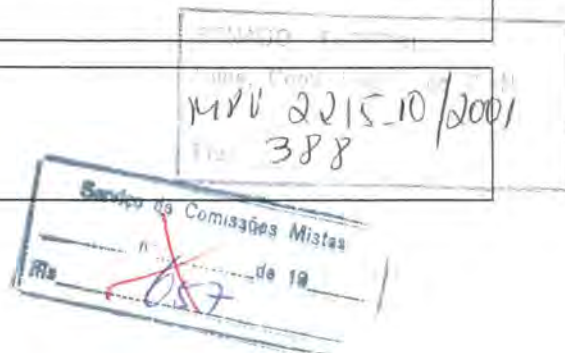
Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000321

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>THEMISTOCLES SAMPAIO</b>	nº do prontuário <b>113</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

de 19

Fls. **388**

*Themistocles Sampaio*

ARQUIVO FEDERAL

MPV 2188-7/2001

Fls. **389**

MPV 2215-10/2001

Fls. **389**



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000322

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado AIRTON CASCAVEL	nº do prontuário 002
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

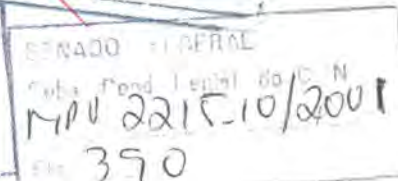
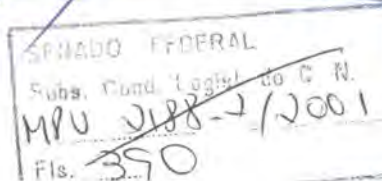
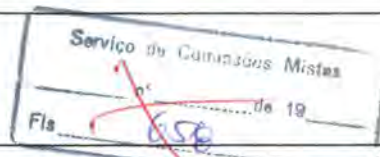
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000323

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Contas e Arquivos  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 391

SENADO FEDERAL  
Trib. Cont. Fed. do B. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 391

SENADO FEDERAL  
Trib. Cont. Fed. do B. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 391





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000324

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário <b>286</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

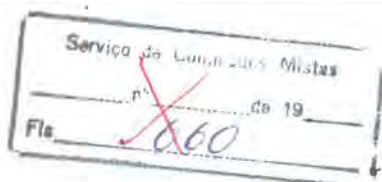
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

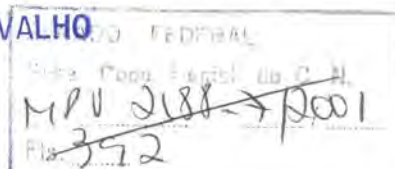
Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*

MPV 2215-10/2001  
Fls 392



Deputada ALMERINDA DE CARVALHO  
Câmara dos Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
BRASÍLIA - DF





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000325

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

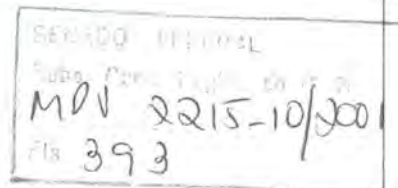
data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>ALMIR SA</b>	nº do prontuário <b>006</b>
-----------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

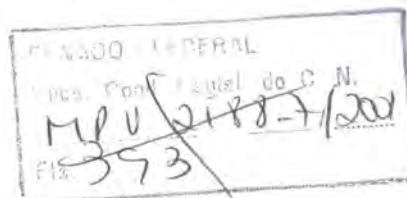
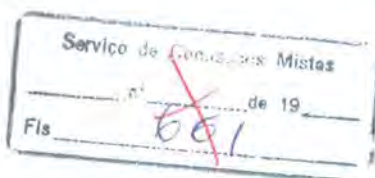
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000326

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Anibal <sup>autor</sup> gomes	nº do prontuário 087
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas  
nº ~~8~~ de 18  
Fls. 062

COPIA FEDERAL  
Sala Conf. Legal do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 374

COPIA FEDERAL  
Sala Conf. Legal do C.N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 291





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000327

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá	337

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

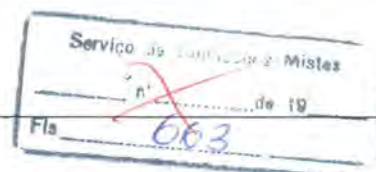
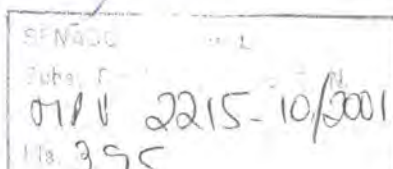
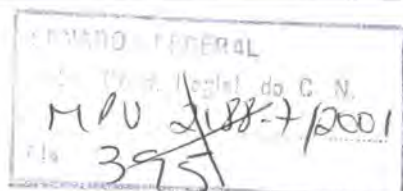
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000328

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Annon P. Aguiar	nº do prontuário 090			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

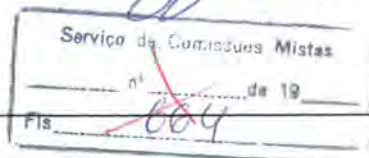
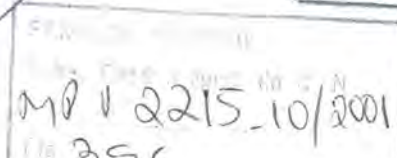
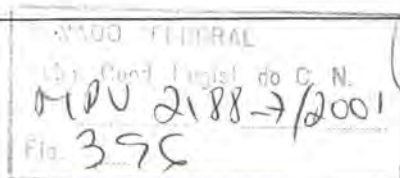
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000329

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>ARY KARA</b>	nº do prontuário <b>338</b>
-----------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

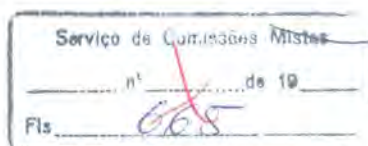
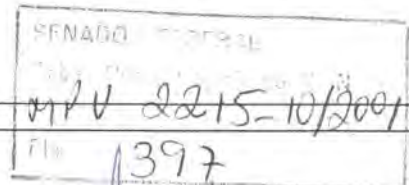
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000330

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Asdrubal Bentes</i> autor	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

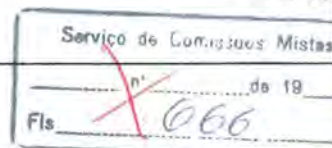
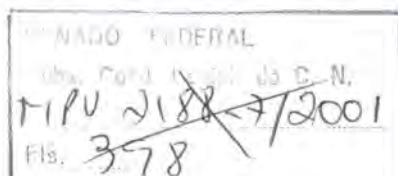
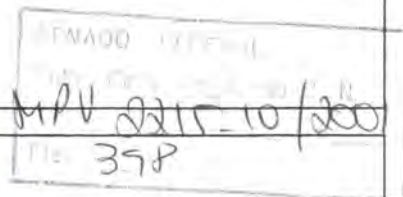
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Asdrubal Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000331

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado AUGUSTO FARIAS	165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

SENADO FEDERAL  
União Nacional (União do C. N.)  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 379

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 667





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000332

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado AUGUSTO NARDI	nº do prontuário 488
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

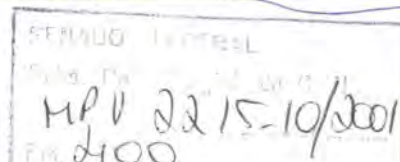
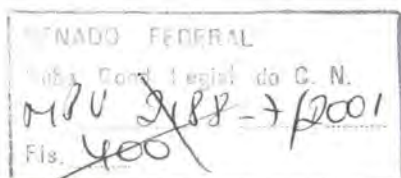
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000333

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
BABA	BABA	021

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

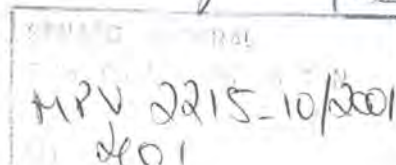
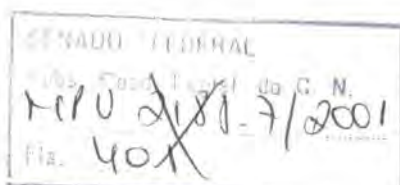
## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

BABA

Rothaugo.

Service de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 069





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000334

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado BISPO RODRIGUES	613

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

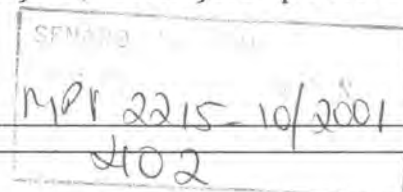
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

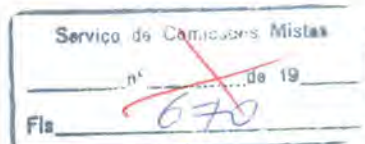
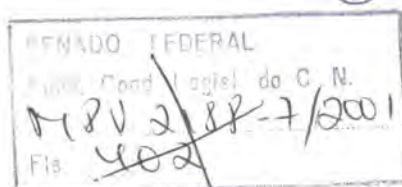
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



613 PLIR5







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000335

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado BISPO WANDERLAI	397

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Legis. do C. N.
MPV 2215-19/2001
Fls. 403

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Legis. do C. N.
MPV 2215-19/2001
Fls. 403

Serviço de Redação
nº
Fls. 61





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000336

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	CANDINHO MATTOS	597

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

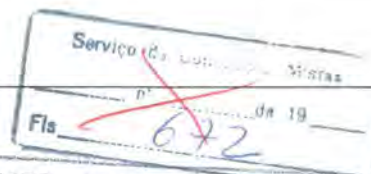
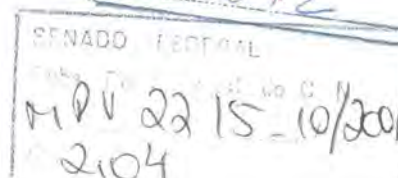
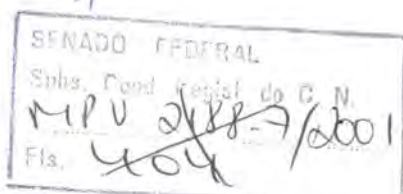
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000337

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado CARLOS SANTANA	nº do prontuário 290
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
MPV 2215-10/2001  
405MPV 2131-5/2001  
405Serviço de Correções Mistas  
nº de 19  
Fls. 673





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000338

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <u>CEONÂNIO FONSECA</u>	nº do prontuário <u>146</u>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

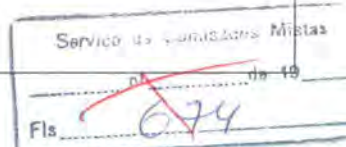
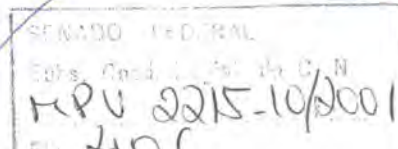
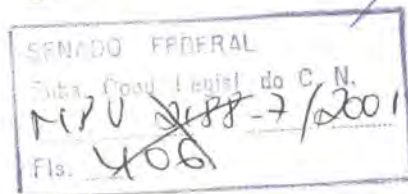
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000339

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor CONFÚCIO MOURA	nº do prontuário 04595
----------	-------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

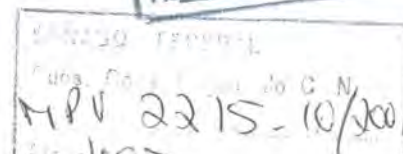
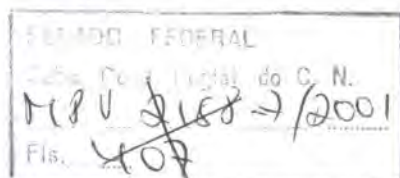
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000340

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado CORNELIO RIBEIRO	nº do prontuário 714
------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

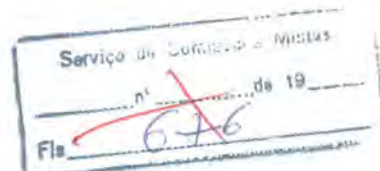
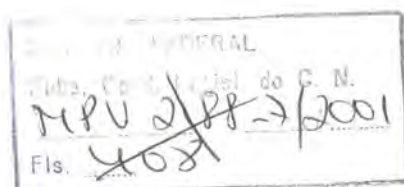
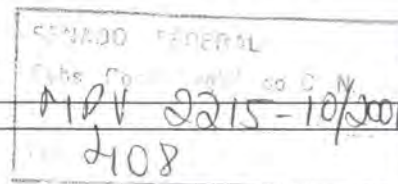
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000341

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado CUNHA BUENO	nº do prontuário 346			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

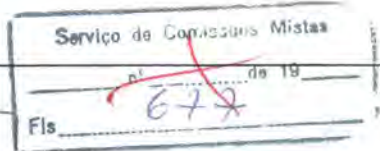
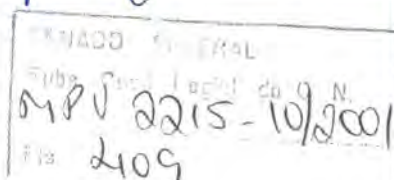
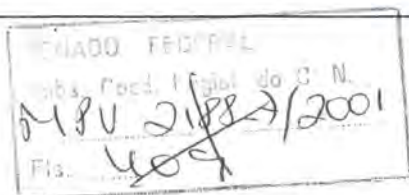
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000342

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Automação Mistas

da TR

Fls. 018

CONGRESSO FEDERAL  
Subs. Com. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 410

CONGRESSO FEDERAL  
Subs. Com. Legis. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 210



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000343

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado DELAINE NETO	nº do prontuário 348
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

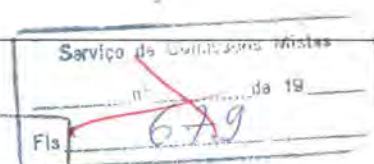
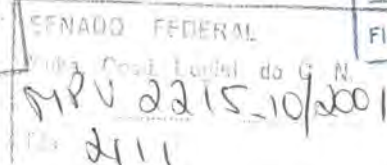
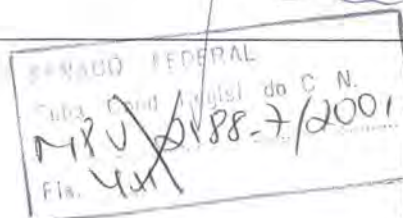
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000344

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	DR. HELENO	294

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

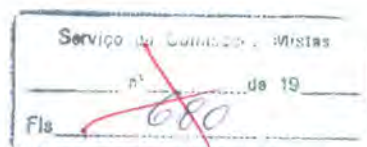
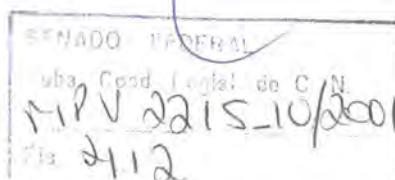
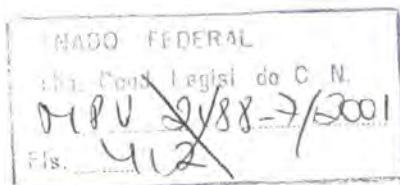
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000345

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

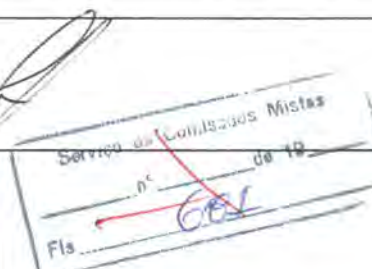
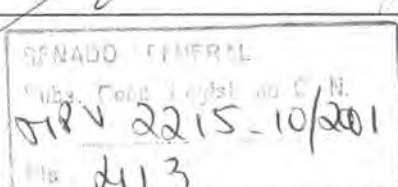
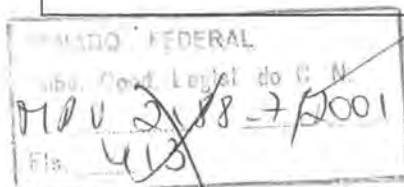
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000346

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <u>EDMAR MOREIRA</u>	<u>231</u>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. <u>282</u>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. <u>414</u>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. <u>414</u>





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000347

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado EDSOM ANDRINO	471

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

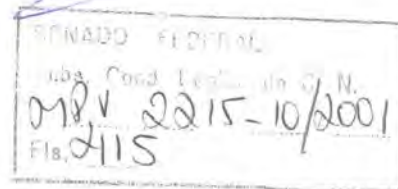
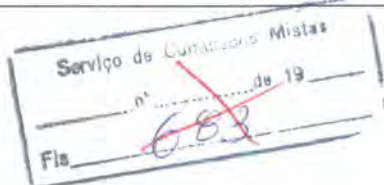
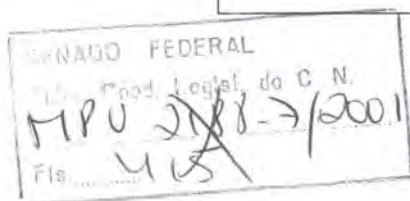
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000348

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Eduardo Campos	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões
nº de 18
Fls. 684

COBO FEDERAL
MPV 2131-5/2001
Fls. 416

COBO FEDERAL
MPV 2215-10/2001
Fls. 416



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000349

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>ENI VOLTOLINI</b>	autor <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>
----------------------------------	-------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

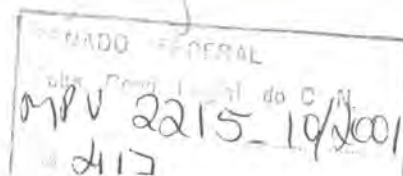
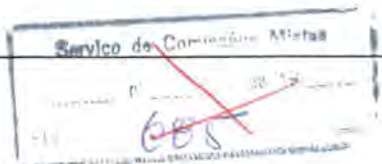
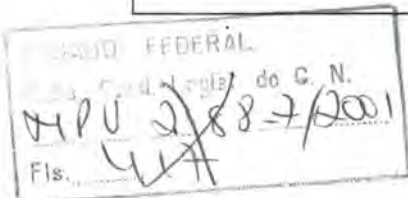
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000350

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ENIVALDO RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>132</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº ..... de 19 .....
Fls. <b>188</b>

SENADO FEDERAL
Ass. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2188-2/2001
Fls. <b>418</b>

SENADO FEDERAL
Ass. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. <b>2118</b>





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000351

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <sup>autor</sup> <b>FERNANDO GABEIRA</b>	nº do prontuário <b>296</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

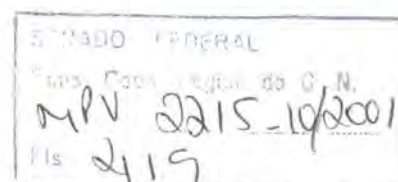
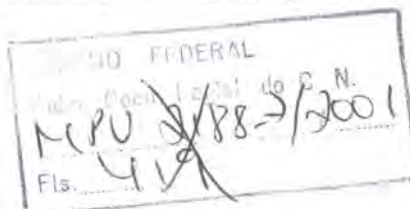
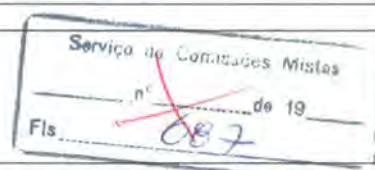
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Fernando Gabeira*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000352

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>GILMAR MACHADO</b>	autor <b>GILMAR MACHADO</b>	nº do prontuário <b>234</b>
-----------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

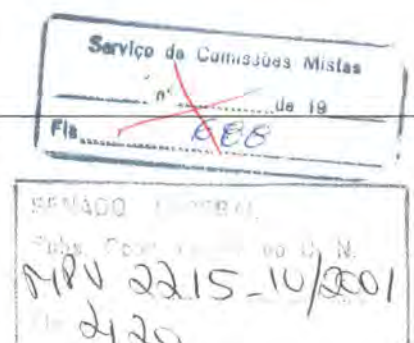
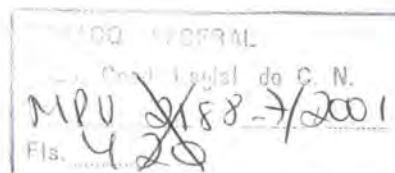
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000353

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor HAROLDO LIMA	nº do prontuário 194
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Haroldo Lima*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 421

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19__
Fls. <u>889</u>

SENADO FEDERAL  
MPV 2215-10/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000354

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>HERCULANO ANCHIETA</b>	nº do prontuário <b>95235</b>
------------------------------------	----------------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

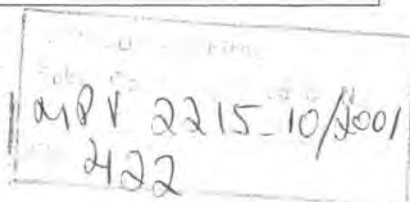
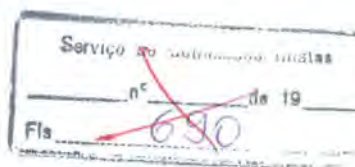
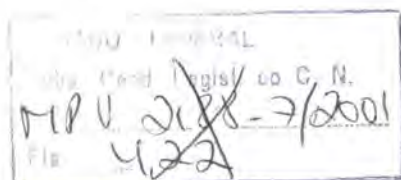
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000355

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
IÉDIO ROSA		266

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

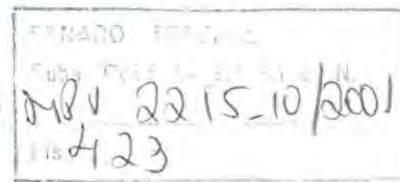
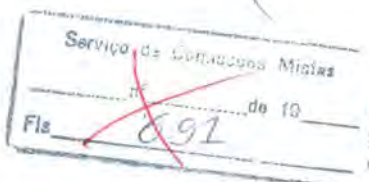
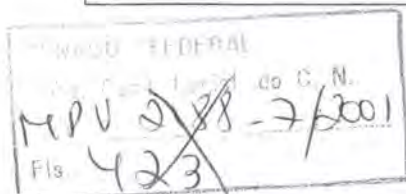
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000356

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado Inácio de Lencastre	nº do prontuário 135			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

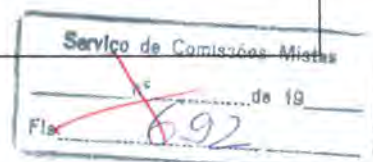
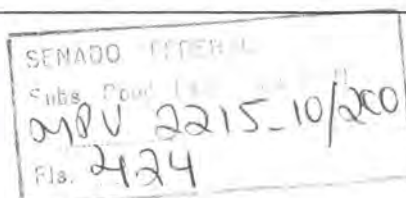
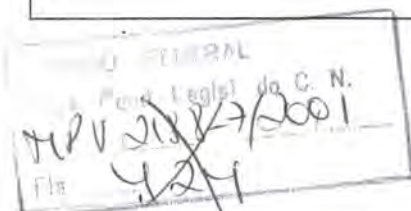
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Inácio de Lencastre







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000357

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JUANJO GUERRA	GUERRA	527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fis. 697

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2178-7/2001
Fis. 425

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fis. 425



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000358

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	JOSÉ LEIS	199

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

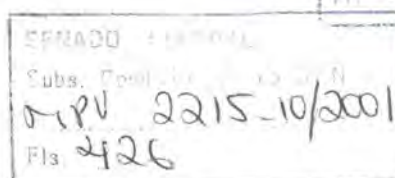
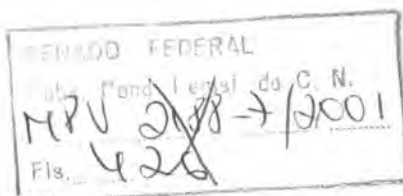
Brasília, DF, 30 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_

Fls.

694







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000359

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado JOÃO MAGALHÃES	nº do prontuário 239			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

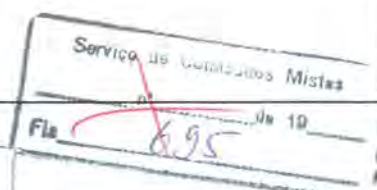
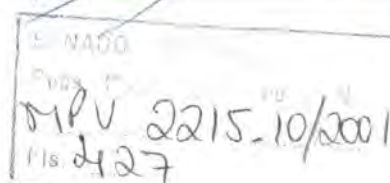
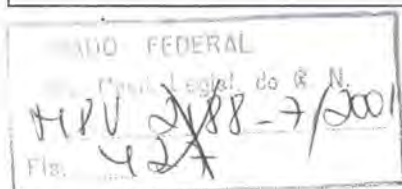
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000360

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>JOÃO PIZZOLATTI</i>	autor <i>P1220LATTI</i>	nº do prontuário <i>477</i>
---------------------------------	----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

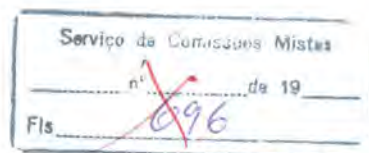
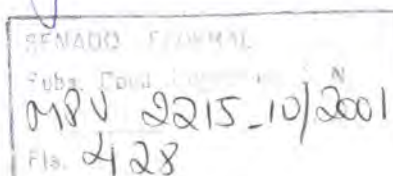
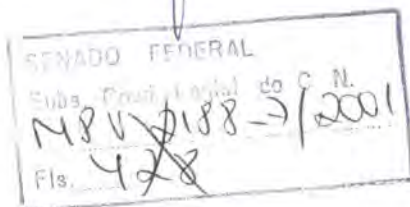
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

JOÃO PIZZOLATTI - PPS-X





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000361

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>Jose Carlos Coutinho</i> autor	nº do prontuário <i>306</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

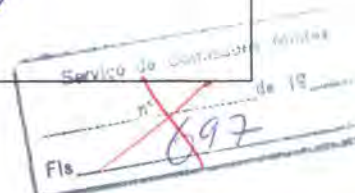
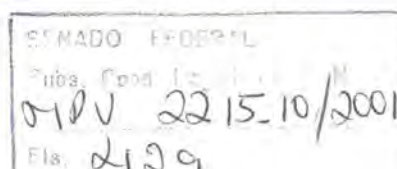
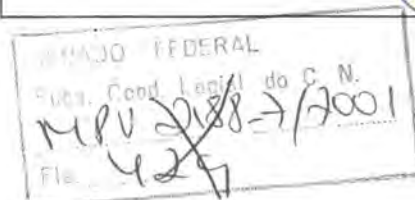
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000362

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JOSÉ EGÍDIO	577

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

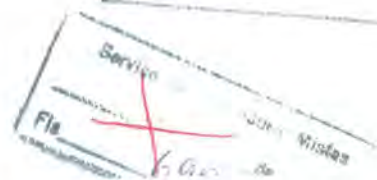
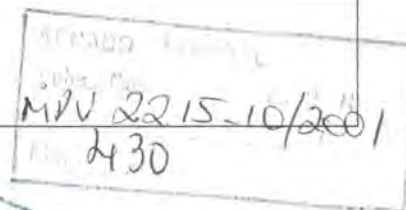
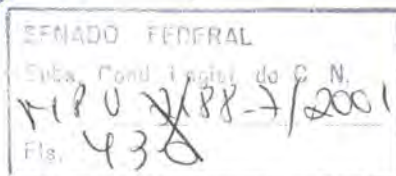
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000363

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 14 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
José Janene		452

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

RECEBIDO
MPV 2215-10/2001
Fis. 2131

COPIA FEDERAL
MPV 2215-10/2001
431

Serviço de Arquivo
nº
Fis. 2215-10/2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000364

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor JOSE MILITÃO	nº do prontuário 241
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

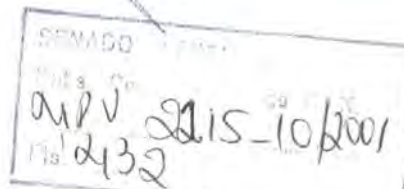
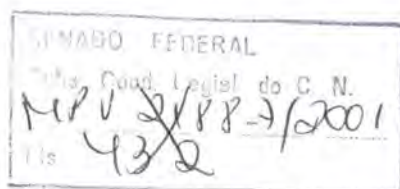
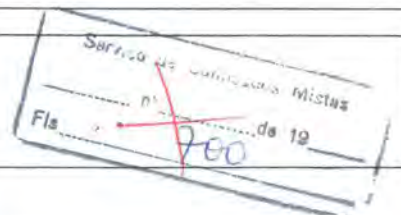
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000365

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LAMARTINE POSSELA	370

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

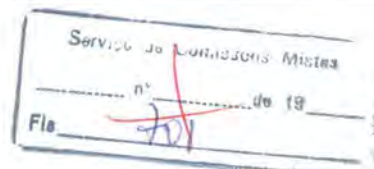
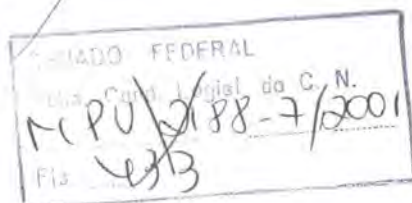
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000366

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Lincoln Portean</i>	autor	nº do prontuário <i>243</i>
---------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

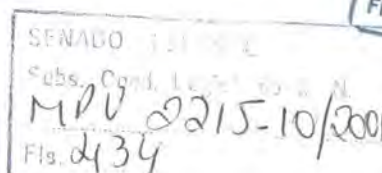
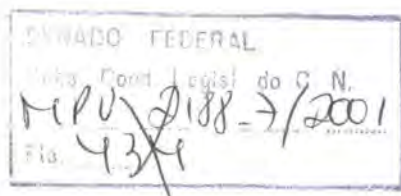
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000367

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	LUCIANO CASTRO	004

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

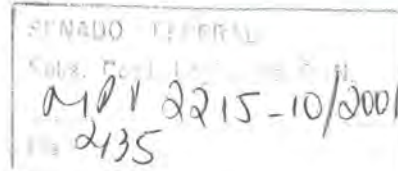
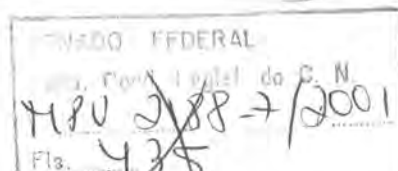
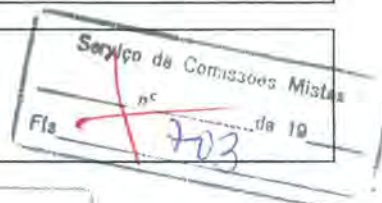
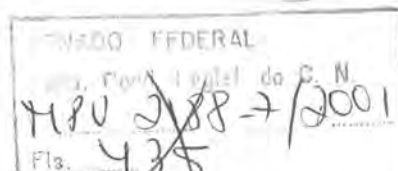
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000368

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500
--------------------------------------	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

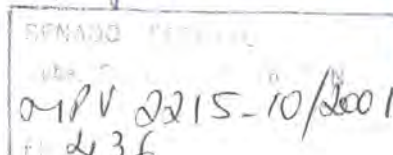
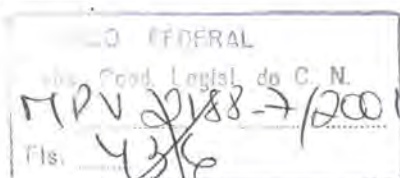
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000369

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <i>[assinatura]</i>	nº do prontuário <i>422</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

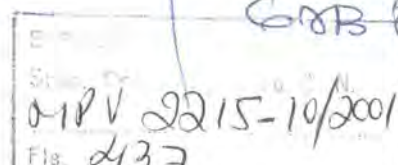
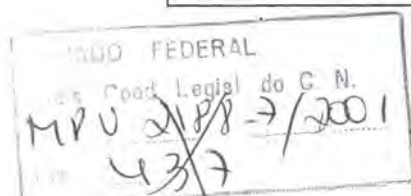
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

*DEP. LUIZ BITTENCOURT*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000370

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
LOPEZ	CARLOS HAULLI	454

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

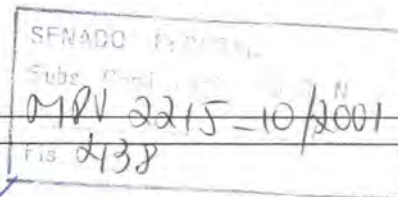
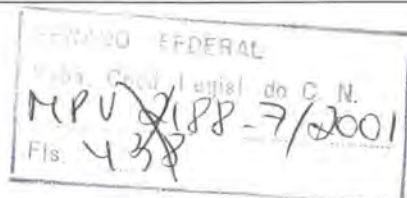
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

HAULLI

Q. 10/05/01







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000371

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário 042			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

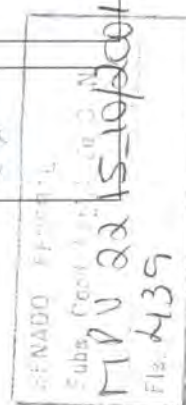
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000372

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ MOREIRA	207

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

REMAQU FEDERAL
Subs. Pres. Leg. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fis. 440

REMAQU FEDERAL
Subs. Pres. Leg. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fis. 440

Serviço de Comissões Mistas
nº
Fis. 705 de 19



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000373

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	autor <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

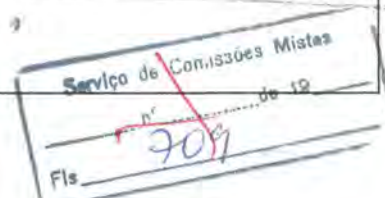
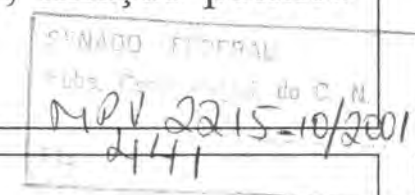
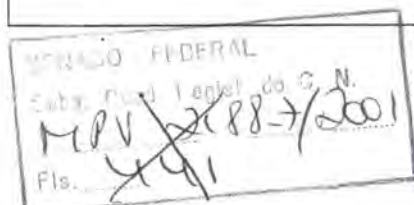
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000374

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MAGNO MALTA	2067764

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*[Assinatura]* N. 277

SENADO FEDERAL
Subs. Pend. Legis. do Q. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 442

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 710





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000375

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055
---------------------------------	--------------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	---	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 28; 40	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	------------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

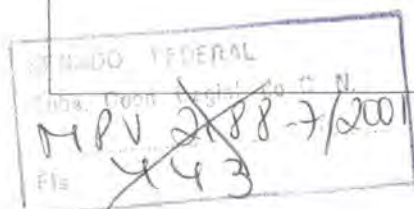
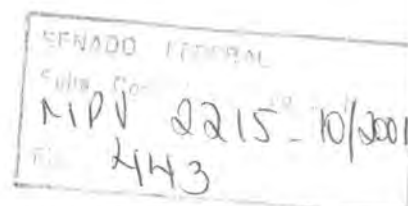
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art.50" e do art. 40 a expressão "§1º do art. 50"

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto referenciado na MP carece de uma Lei de Transição, como por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como por exemplo, FGTS, hora extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso à imprensa etc.

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000376

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MARCIO REINALDO MOREIRA	247

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

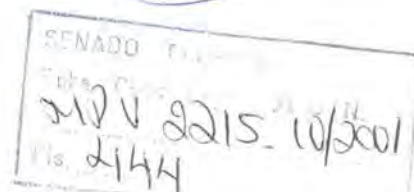
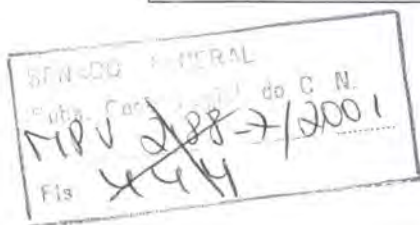
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000377

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <u>MARCO NEGROMONTE</u>	nº do prontuário <u>210</u>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

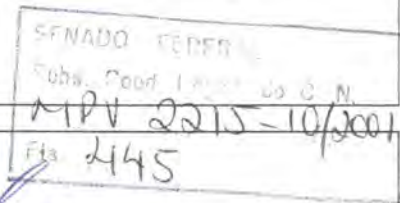
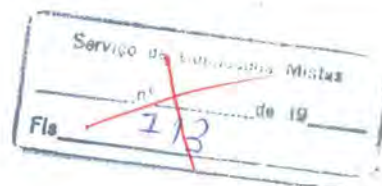
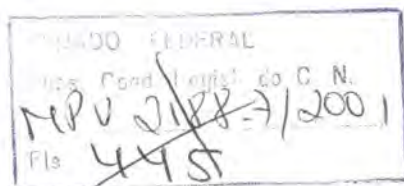
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000378

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <i>Medeiros</i>	nº do prontuário 13.376.045
-----------------------------------	--------------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

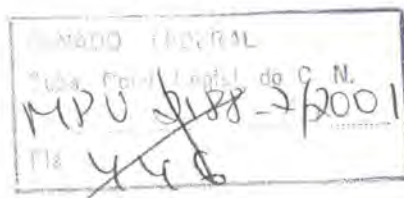
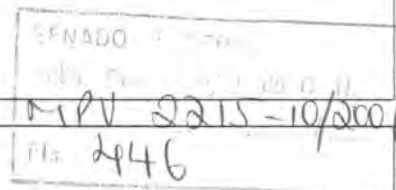
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Medeiros*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000379

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>MOACIR MICHELETTI</b>	autor	nº do prontuário <b>462</b>
--------------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

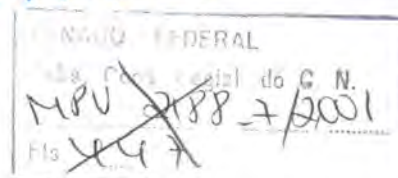
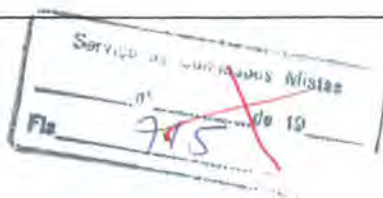
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

1002/01-51002001  
FTH





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000380

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <u>MARCONI TORGAN</u>	<u>101</u>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Marconi Torgan*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2.131-5/2001  
Fls. 448

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2.131-5/2001  
Fls. 448

Serviço de Publicações Mistas  
Fls. 716





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000381

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado MUSSA DEMES	nº do prontuário 117
-------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

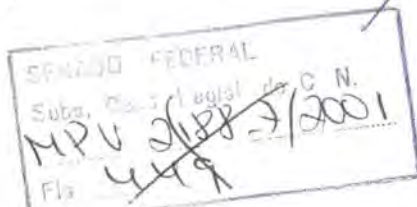
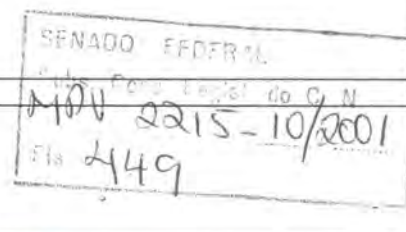
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000382

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
NELSON MARQUEZELLI		381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

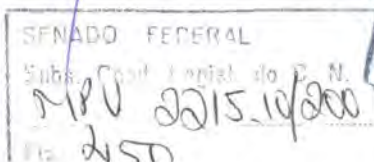
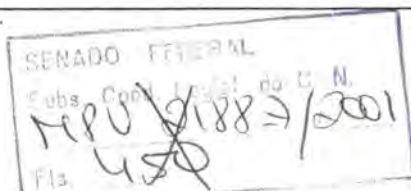
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000383

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Newton Lima		349

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

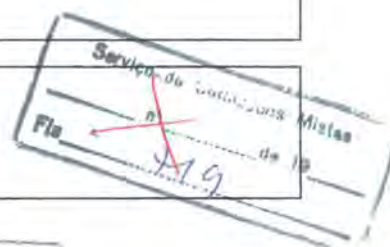
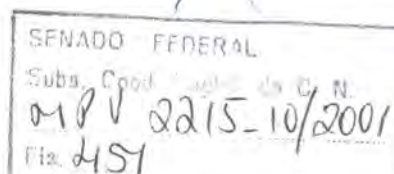
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000384

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OLIVEIRA FILHO	469

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

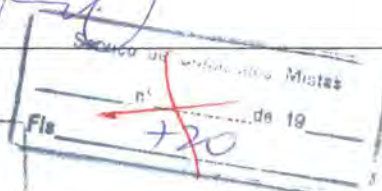
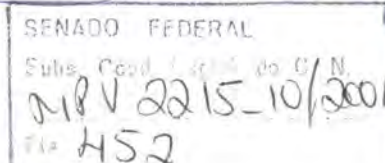
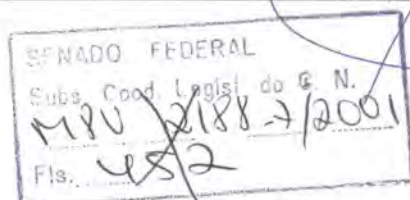
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000385

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Nº 2215-10/2001  
MPV 2215-10/2001  
2153

SENADO FEDERAL  
Subs. Nº 2188-7/2001  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 453

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 721





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000386

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSM R. S. R. M. E. V. O.	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

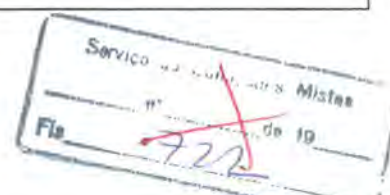
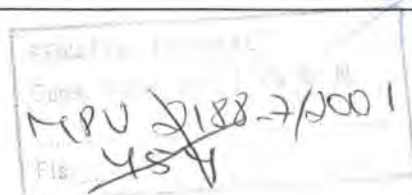
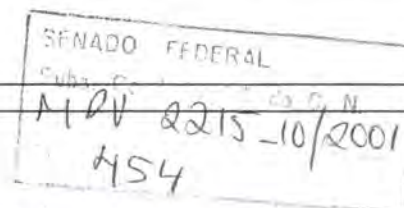
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000387

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor OSVALDO REIS	nº do prontuário 065
----------	-----------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

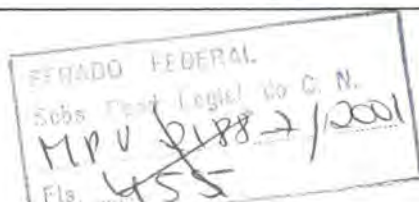
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Reis*



SENADO FEDERAL  
Subs. Pres. Legis. do C. N.  
MPV 2131-5-10/2001  
Fls. 455



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000388

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043
-------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 456

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 456

Serviço da Comissão Mista
de 10
de 19
Fls. 724





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000389

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Paulo Góes		484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

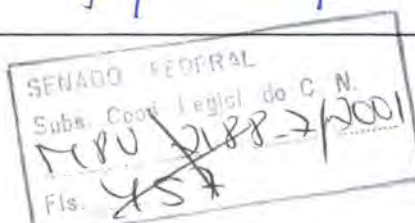
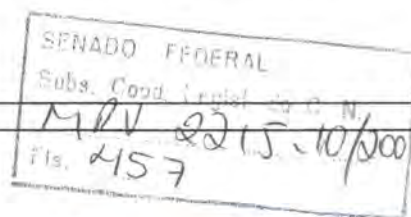
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000390

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado PAULO LIMA	autor	nº do prontuário 383
------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

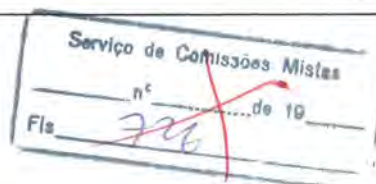
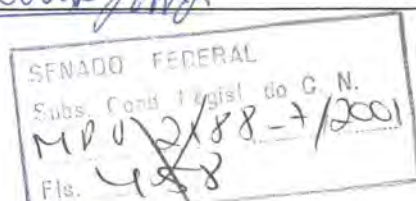
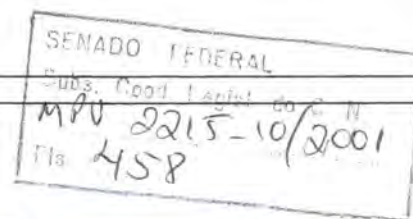
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000391

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

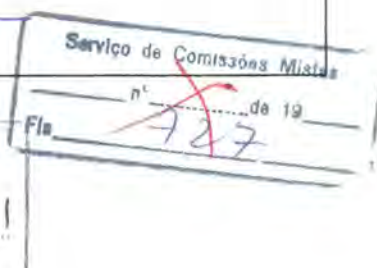
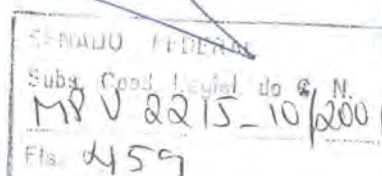
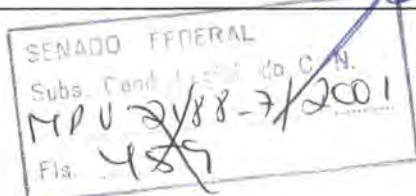
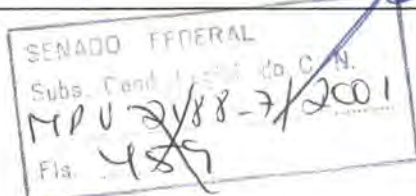
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000392

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PAULO PAIM	519

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

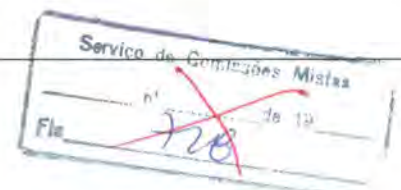
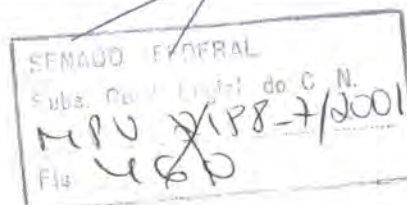
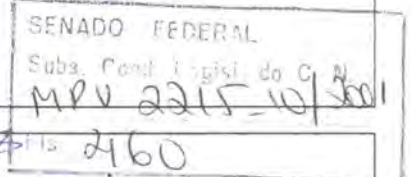
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000393

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado PEDRO CHAVES	autor PEDRO CHAVES	nº do prontuário 428		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

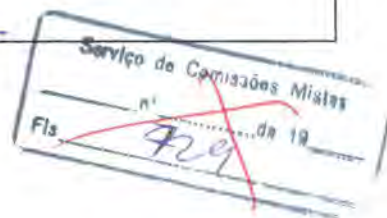
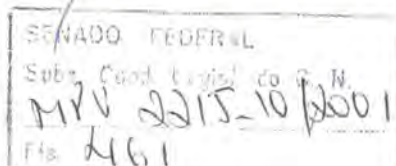
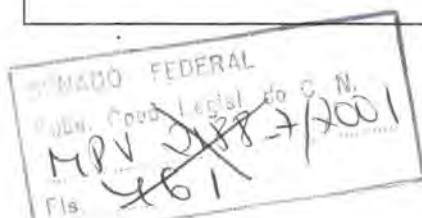
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000394

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor PROFESSOR LUIZINHO	nº do prontuário 312
----------	-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

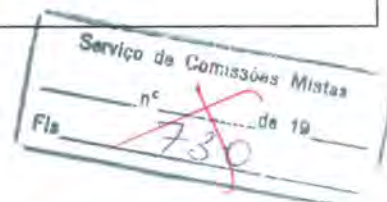
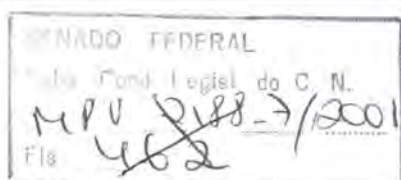
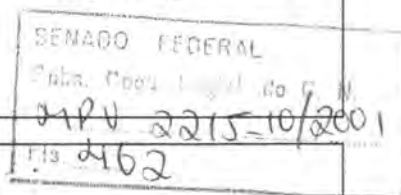
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000395

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	autor	nº do prontuário 390
----------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

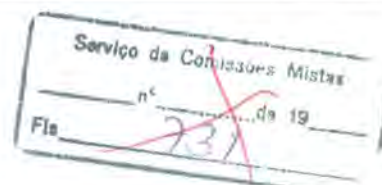
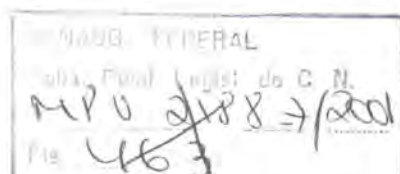
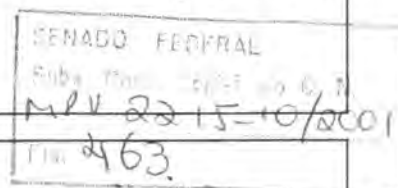
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000396

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado RODRIGO MAIA	nº do prontuário 322
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

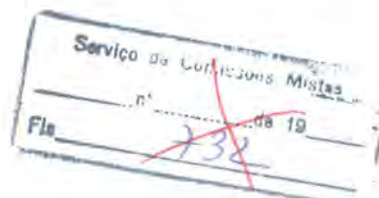
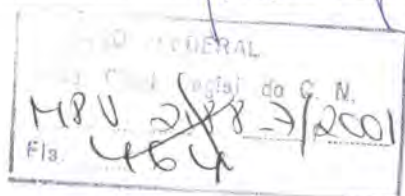
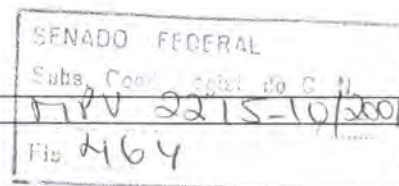
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000397

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <u>ROMEL ANÍZIO</u>	<u>262</u>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2215-10/2001

Fls. 465

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2215-10/2001

Fls. 465

Serviço de Comissões Mistas

nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_

Fls. 733





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000398

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

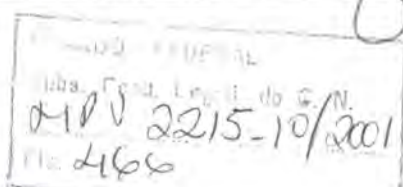
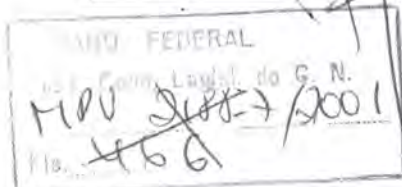
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000399

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor SALOMÃO CRUZ	nº do prontuário 008
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

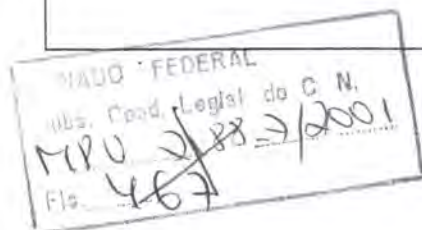
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000400

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

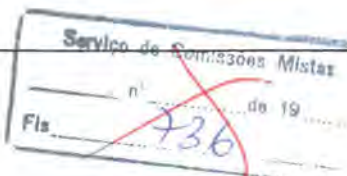
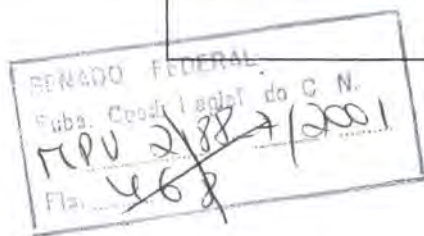
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000401

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>TELMO RIESE</i>	nº do prontuário <i>99513</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

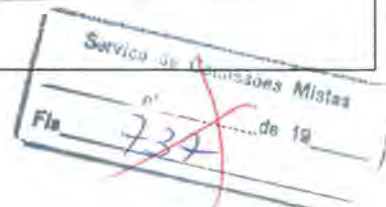
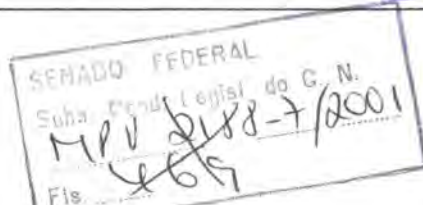
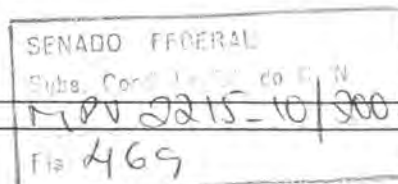
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000402

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> THEMISTOCLES SAMPAIO	nº do prontuário 113
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

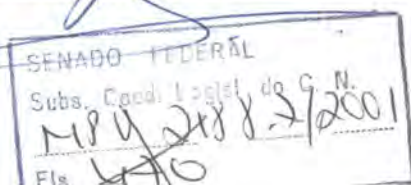
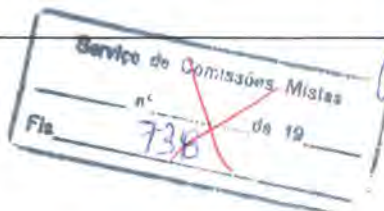
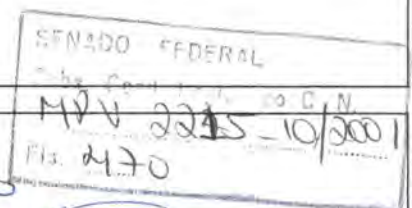
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000403

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Jose Romar Nery</i>	autor	nº do prontuário
		169

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do S. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 471

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 171

Serviço da Comissão Mista  
nº  
Fls. 130





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000404

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Sales Lima	nº do prontuário 396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

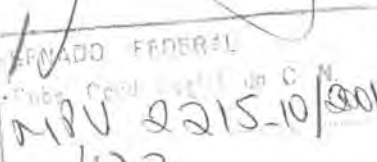
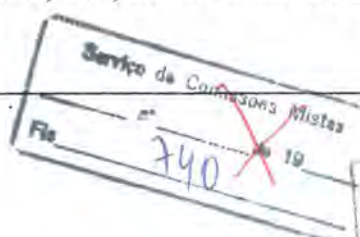
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000405

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	WALDIR PIRES	217

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

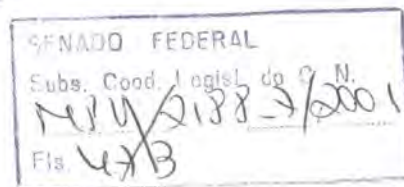
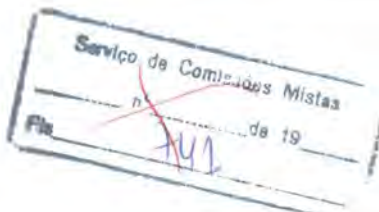
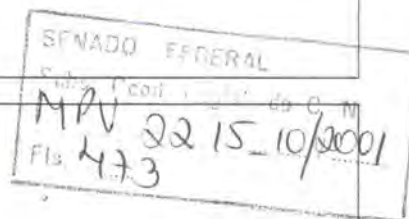
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000406

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado ZILA BEZERRA	059

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

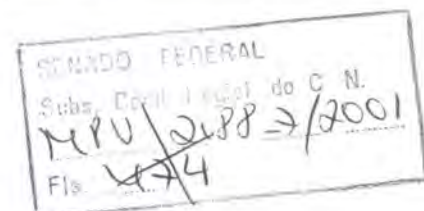
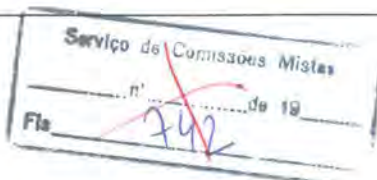
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Zila Bezerra*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000407

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	autor <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do prontuário <i>002</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

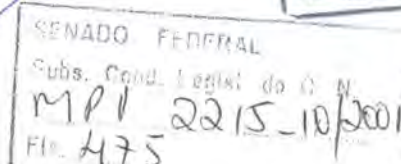
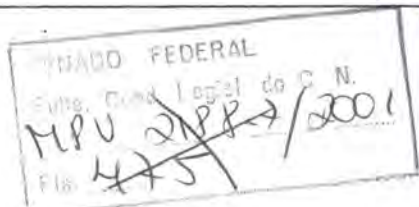
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000408

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

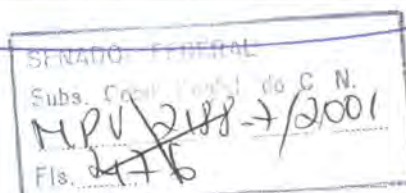
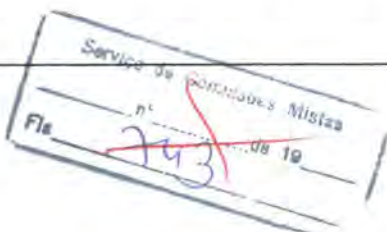
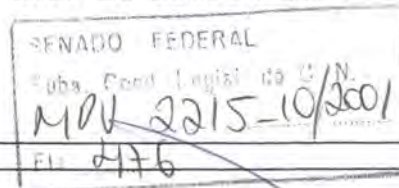
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000409

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário 286
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

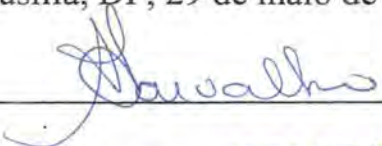
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

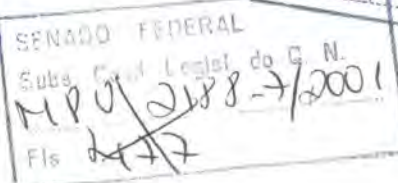
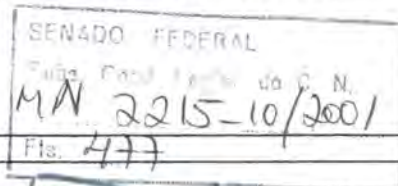
**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO  
para os Deputados  
do IV - Gabinete 936  
BRASÍLIA - DF







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000410

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Anibal Gomes	autor Anibal Gomes	nº do prontuário 087
--------------------------	-----------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 478

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 478

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 478





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000411

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor ARNON BEZERRA	nº do prontuário 090
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

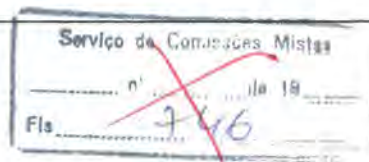
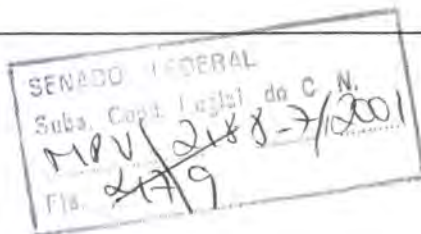
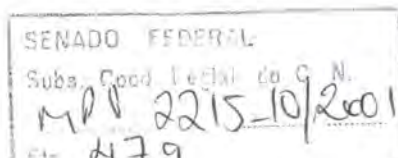
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000412

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Arduíbal Bente</i> autor	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

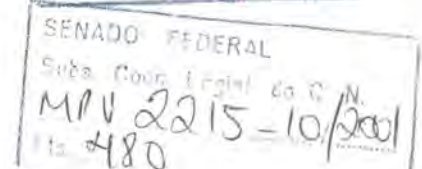
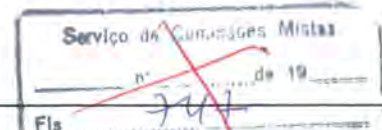
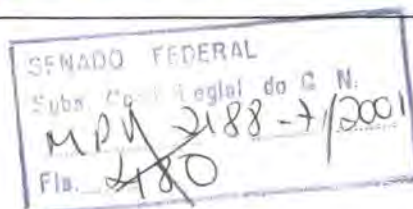
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Arduíbal Bente*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000413

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Augusto FARIAS	nº do prontuário 165
----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

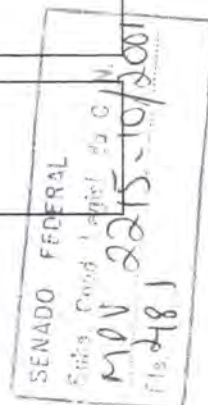
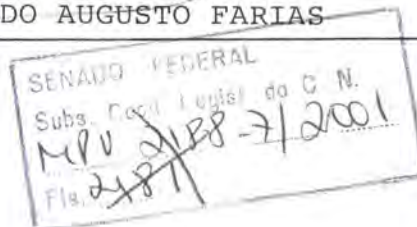
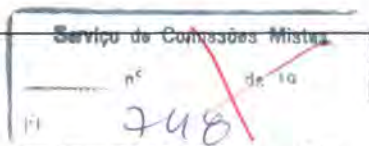
JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000414

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>CARLOS SANTANA</i>	nº do prontuário <i>290</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

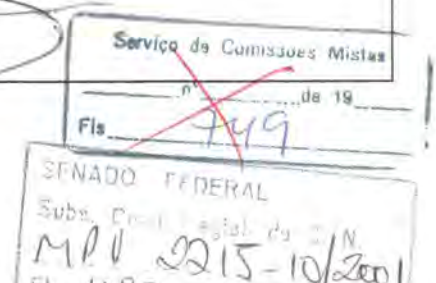
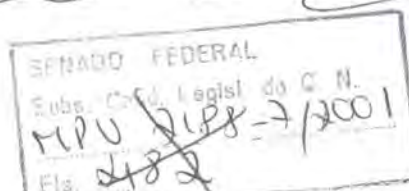
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000415

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado CUNHA BUENO	nº do prontuário 346
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

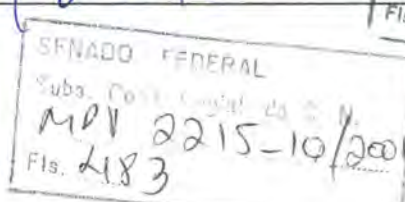
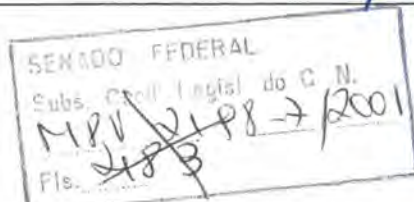
JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000416

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	DE VELASCO	382

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

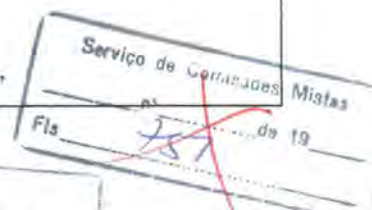
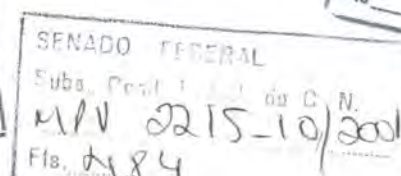
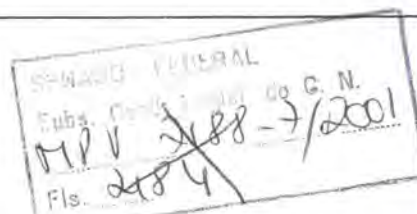
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000417

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Dr. Rêgo</i> autor	nº do prontuário 358

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

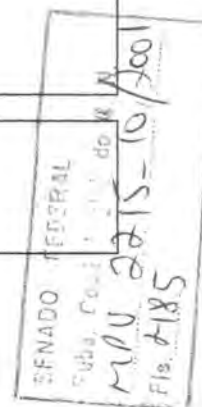
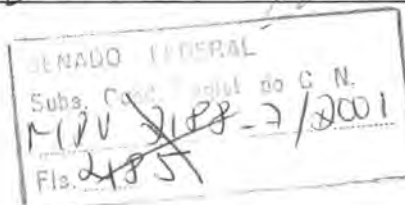
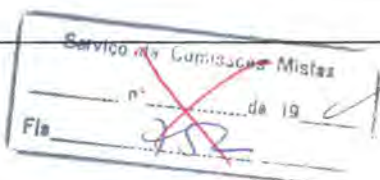
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000418

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
autor Deputado <i>Eduardo Campos</i>	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

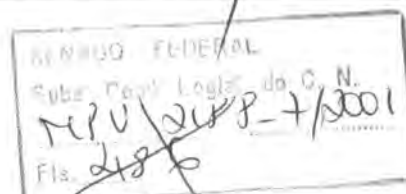
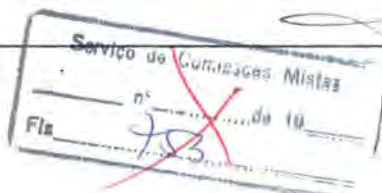
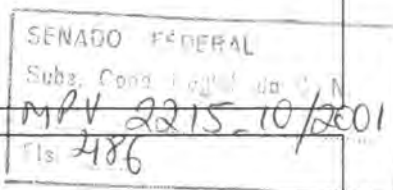
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000419

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

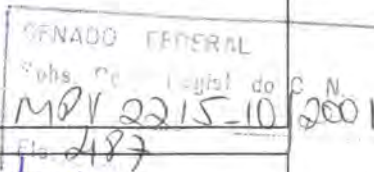
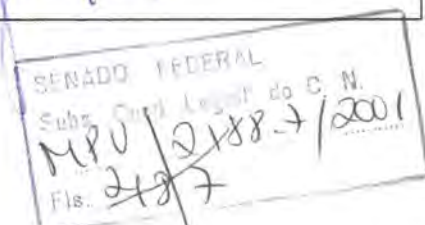
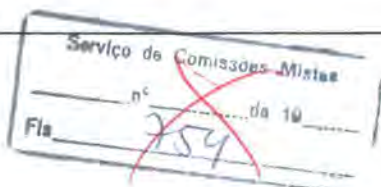
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000420

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Enzo de Azevedo</i>	135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

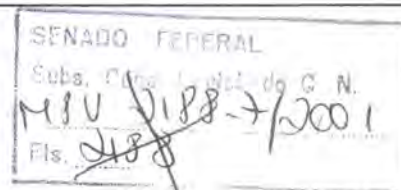
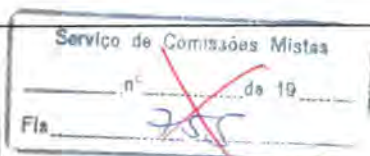
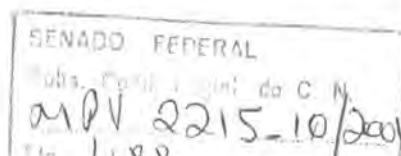
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Enzo de Azevedo*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000421

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Ivanildo Guerra	nº do prontuário 527
-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

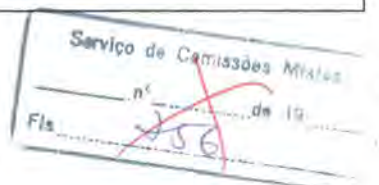
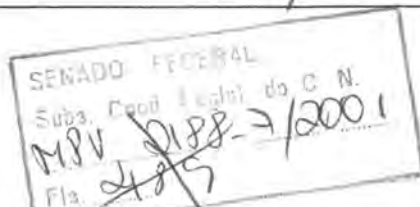
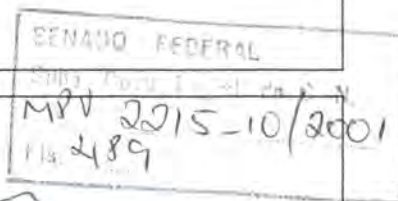
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000422

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>JOSÉ MAGALHÃES</b>	autor <b>JOSÉ MAGALHÃES</b>
nº do prontuário <b>239</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29
Parágrafo	
Inciso	
alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

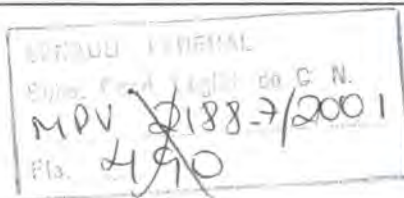
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000423

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Jose Carlos Coutinho	306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

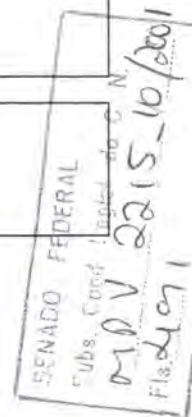
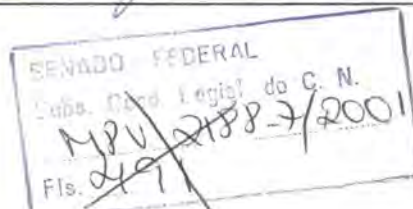
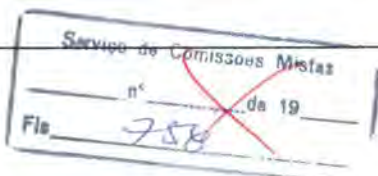
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000424

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>José Janene</i>	autor	nº do prontuário 452
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

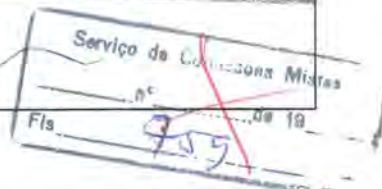
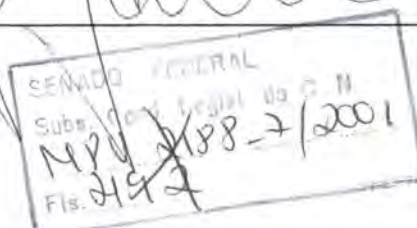
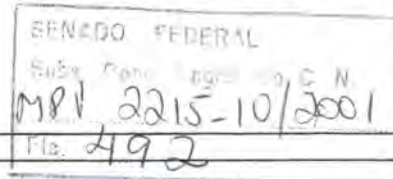
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000425

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

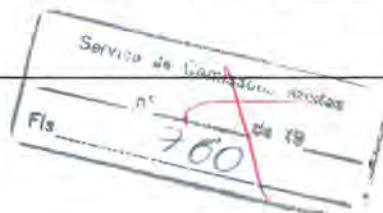
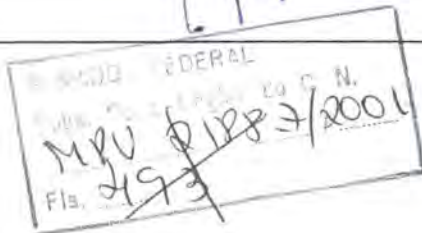
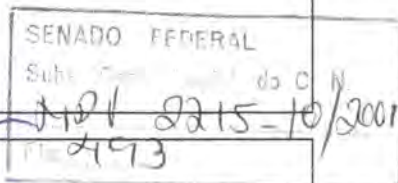
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000426

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor <i>Luiz Henrique Court</i>	nº do prontuário <i>422</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 2194

Serviço de Legações Militares  
Fls. 761

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 2194



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000427

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

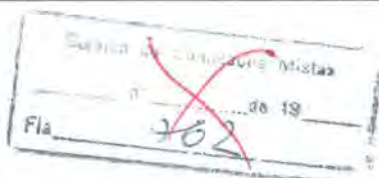
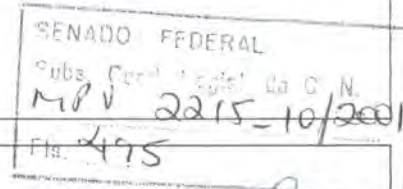
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000428

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

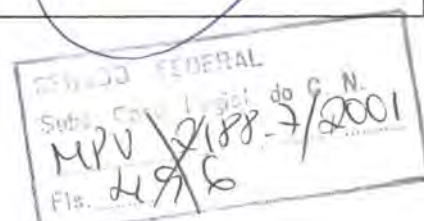
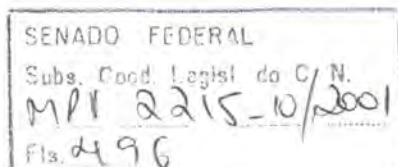
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000429

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado	autor <b>LUIZ SÉRGIO</b>
	nº do prontuário <b>313</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

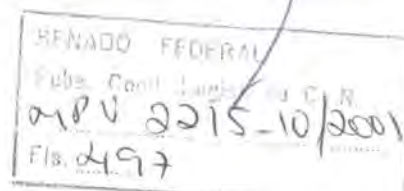
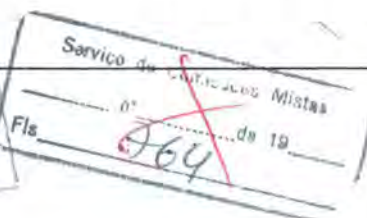
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000430

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	Nº Prontuário 1999055
--	--------------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 29	Parágrafo Caput; único	Inciso	Alínea
---------------	--------------	---------------------------	--------	--------

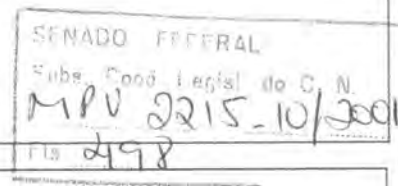
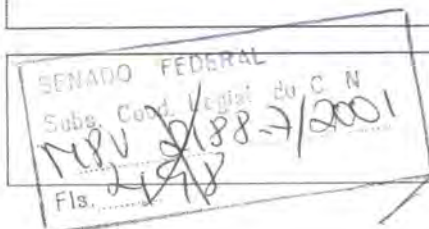
## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no *caput* Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe, a expressão: "sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes", e no parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes".

## JUSTIFICAÇÃO

Ao militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em cota-parte. Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não alcançarão os militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido de que as vantagens pessoais sejam absorvidas, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

ASSINATURA







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000431

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>MOACIR MICHELETTI</i>	nº do prontuário <i>467</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

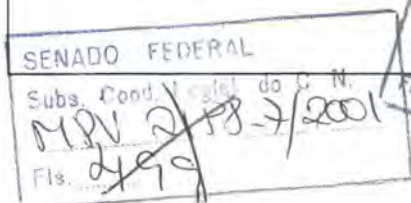
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

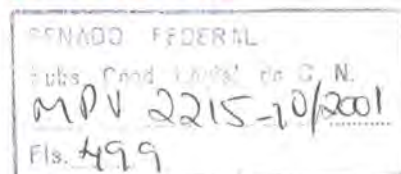
Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2215-7/2001  
Fls. 499Serviço de Contas e Arquivos  
Fls. 766

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 499





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000432

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor NELSON MARQUEZELLI
----------	-----------------------------

nº do prontuário
381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

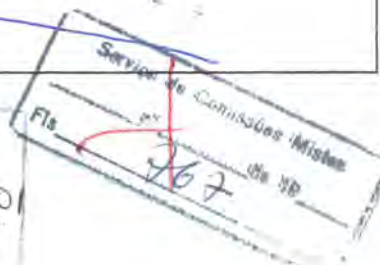
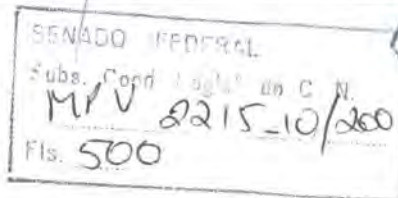
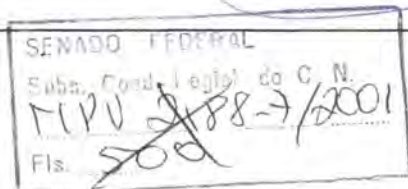
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

### JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000433

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Newton Lima	379

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

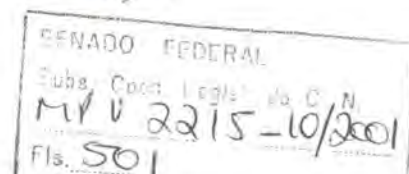
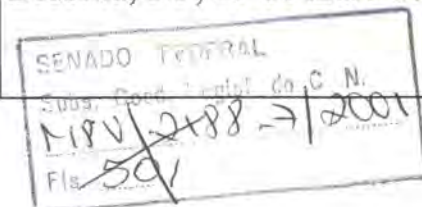
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000434

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

prop
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado OSMÂNIO PEREIRA

nº do prontuário
256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

### JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

SENADO FEDERAL
Pub. no D.O.U. de 10/06/2001
MPV 2215-10/2001
Fls. 502

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comunicação Mista
nº _____ de 19 ____
Fls. 469

SENADO FEDERAL
Pub. no D.O.U. de 10/06/2001
MPV 2215-10/2001
Fls. 502





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000435

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor <i>Orlando Severino</i>	nº do prontuário <i>4163</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2131-5-10/2001
Fls. 503

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2131-5-7/2001
Fls. 503

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 770



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000436

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>OSVALDO RUI</i>	nº do prontuário <i>065</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

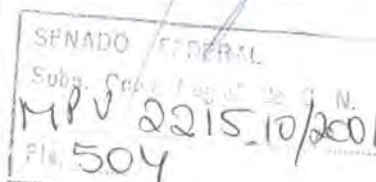
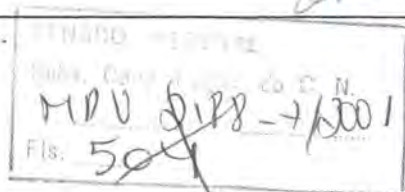
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Rui*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000437

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001
Deputado <i>Paulo Gouvêa</i> autor	nº do prontuário 484
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. II do C. N.  
MPV 288-7/2001  
Fls. 505

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. II do C. N.  
MPV 8215-10/2001  
Fls. 505

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 722





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000438

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO LIMA
----------	---------------------

nº do prontuário
507

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 506

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2215-10/2001
Fls. 506
Serviço de... Mistas
Fls. 773



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000439

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado PEDRO CHAVEZ	nº do prontuário 428
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

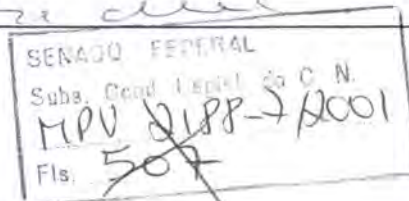
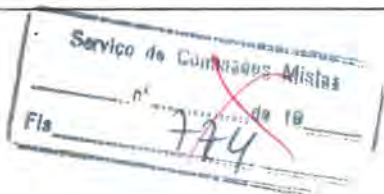
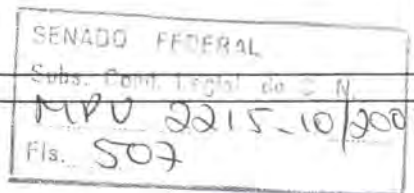
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000440

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

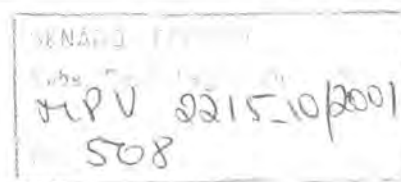
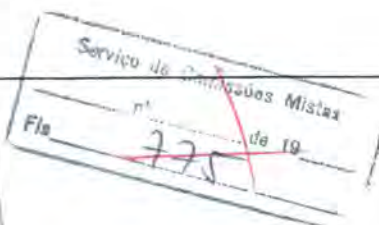
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000441

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

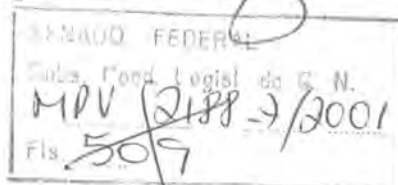
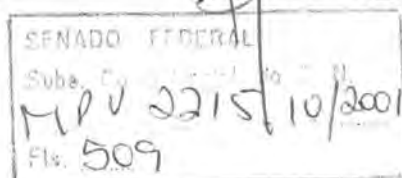
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000442

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	SALOMÃO CWT	008		
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

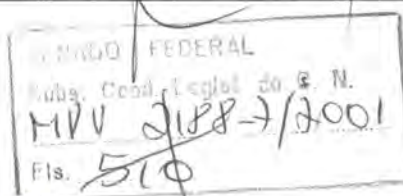
Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do S. N.

MPV 2215-10/2001

Fls. 510







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000443

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado autor SEVERINO CAVALCANTI	nº do prontuário 160

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

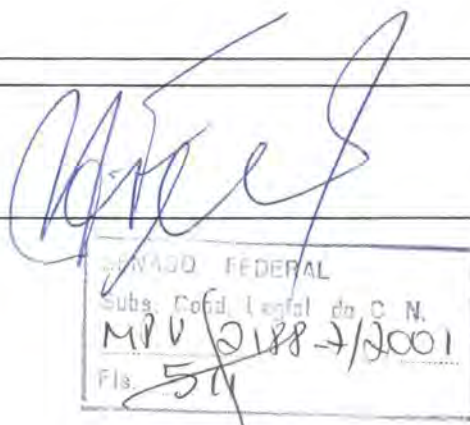
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000444

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor FELMO KIRST	nº do prontuário 99513
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

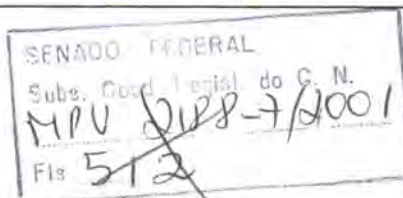
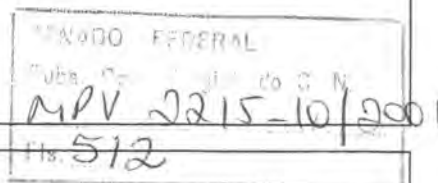
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000445

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	pro... Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	--

autor Deputado THIEMI TOCLES SAMPÃO	nº do prontuário 443
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

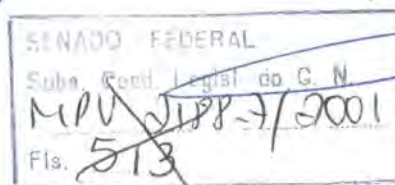
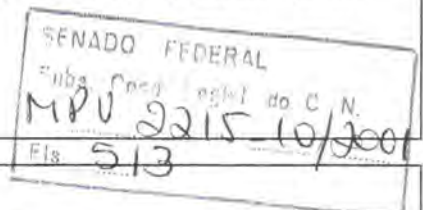
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000446

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	pr Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor Wagner Salustiano	nº do prontuário 396			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

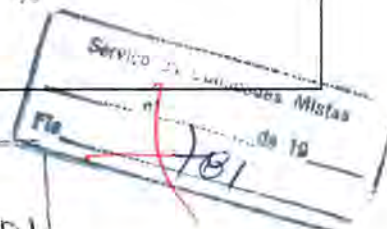
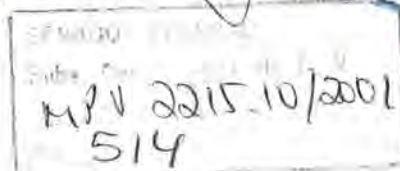
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000447

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do prontuário <i>602</i>
----------	---------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

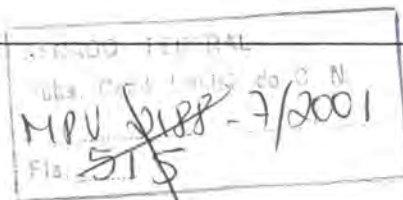
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

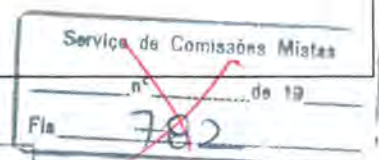
É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



ASSINADO  
MPV 2215-10/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000448

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor ALBERTO FRAGA	nº do prontuário 545
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

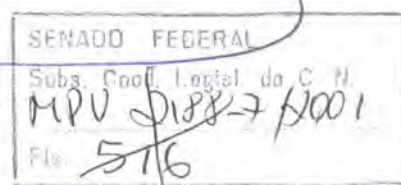
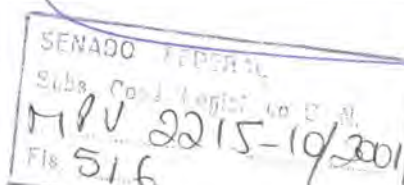
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000449

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado ALMERINDA DE CARVALHO	286

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

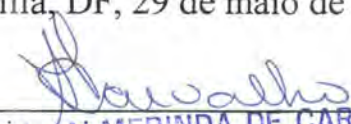
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Assessora dos Deputados  
Anexo I - Gabinete 936  
70160-900 BRASÍLIA - DF

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 284

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Legis. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 517

SENADO FEDERAL
MPV 2215-10/2001
517





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000450

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Amílcar Gomes</i>	nº do prontuário 087
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. <i>785</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. <i>518</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. <i>518</i>



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000451

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	ARNON BEZERRA	090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

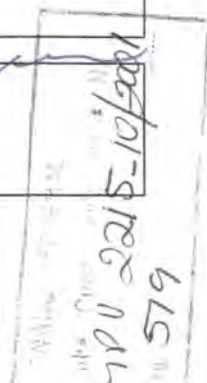
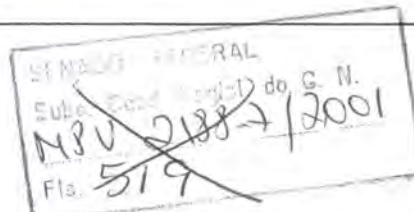
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000452

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Arduval Bentes</i>	nº do prontuário 595
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

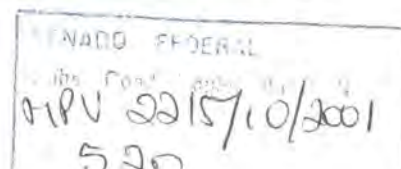
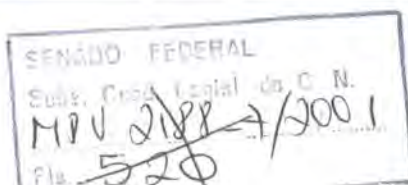
É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Arduval Bentes*

Serviço de Comissão Mista
nº <del>702</del> de 19
Fis. <del>702</del>







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000453

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

Deputado <b>AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>
-----------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

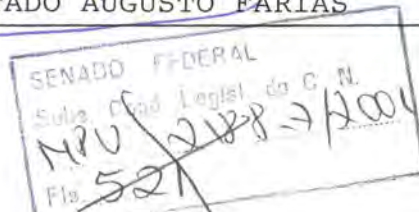
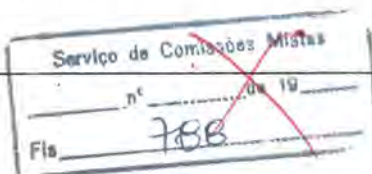
JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



1006/015128-1  
MPV 225/01  
521



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000454

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

MPV 2215-10/2001  
522

SENADO FEDERAL

SUB. PARLAMENTAR  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 522

Serviço de Comissão Mista

nº de 19  
Fls. 789





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000455

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CUNHA BUENO	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

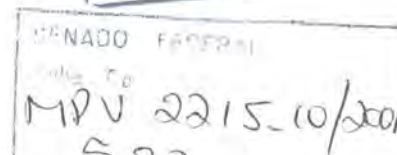
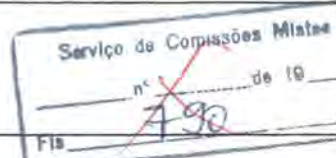
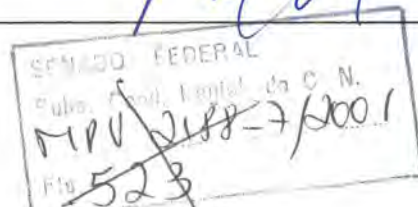
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000456

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>M. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

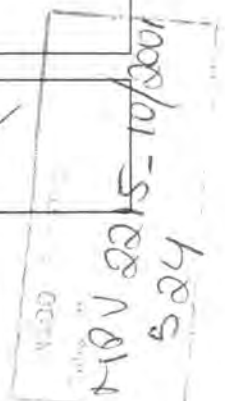
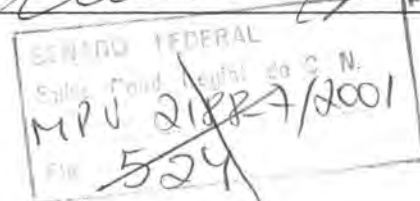
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000457

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	DE VELASCO	382

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

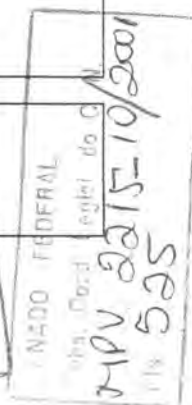
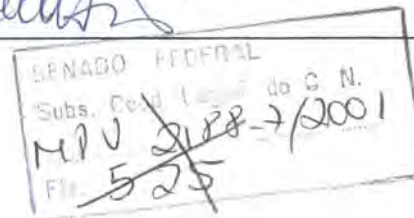
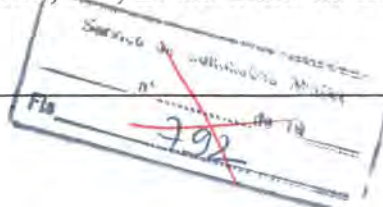
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000458

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Eduardo Campos	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Eduardo Campos*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000459

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor ENI VOLTOLINI	nº do prontuário 477
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

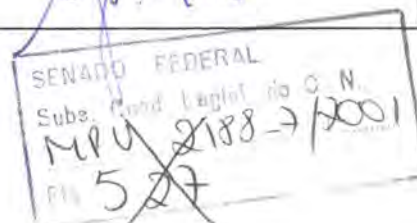
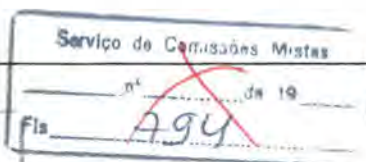
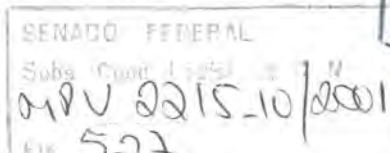
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000460

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>INAC-90</i> <i>Leandro</i>	<i>135</i>

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Guilherme Leite*

Serviço de Comissões Mistas
Nº _____ de 19__
Fls. <i>295</i>

BRNADO FEDERAL  
Suba. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 528

BRNADO FEDERAL
Suba. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 528





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000461

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	IVANIO GUERRA	527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]* 529

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legal do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 529

Serviço de Comissões Mistas  
nº 796 de 19  
Fls. 529

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legal do C. N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 529





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000462

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	José Carlos Coutinho	306
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

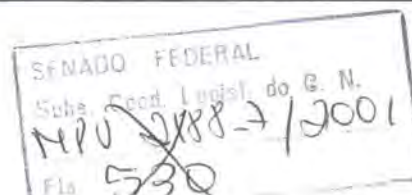
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MPV 221530/2001  
530



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000463

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	JOSÉ MEGALHÃES	239

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

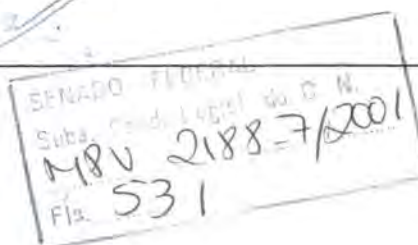
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

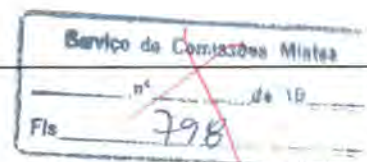
É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2188-7/2001  
Fls. 531



Serviço de Comunicação Militar  
nº de 10  
Fls. 798

MPV 2185-10/2001  
531





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000464

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JOAO MAGNO	534

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissão Militar
nº _____ de 19 ____
Fls. 799

SENADO FEDERAL  
Sube. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-3/2001  
Fls. 537

SENADO FEDERAL  
Inq. Const. nº 10/2001  
MPV 2215/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000465

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado José Janene	452

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legial do C. N.  
MPV 2138-A/2001  
Fls. 533

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legial do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 533

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 800



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000466

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Poder Judiciário  
MP 2.131-5-10/2001  
Fls 534

SENADO FEDERAL  
Poder Judiciário  
MP 2.131-5-7/2001  
Fls 534

Serviço de Comissões Mistas  
Fls 801





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000467

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	<i>Luiz Bittencourt</i>	<i>422</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

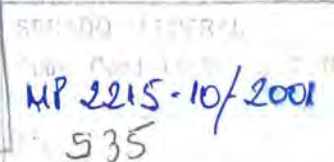
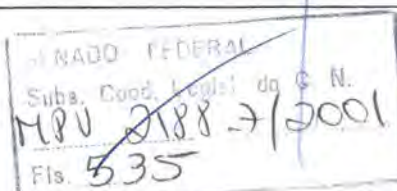
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000468

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ FERNANDO	042

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

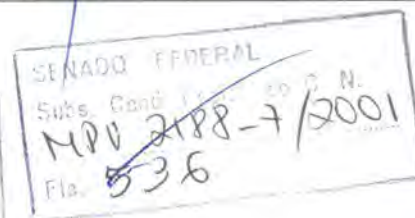
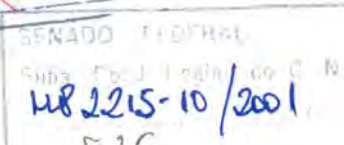
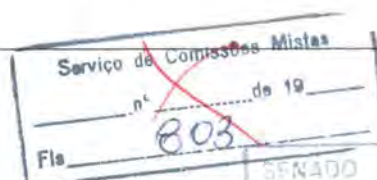
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000469

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ RIBEIRO	298

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

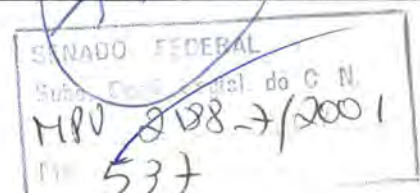
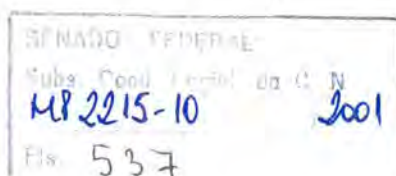
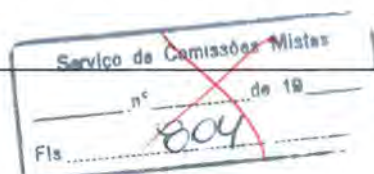
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000470

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor LUIZ SÉRGIO	nº do prontuário 313
----------	----------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
n.º de 19
Fls. 804

SENADO FEDERAL
Subs. Com. 10/2001
Fls. 538

SENADO FEDERAL
Cond. 10/2001
MPV 2188-7/2001
Fls. 538





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000471

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
MIRIAM REID		99 318		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Miriam Reid*

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. I  
MPV 2131-5 / 2001  
Fls. 539

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. I  
MPV 2131-5 / 2001  
Fls. 539

Serviço de Comissões Mistas  
de 1º  
Fls. 805



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000472

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MOACIR MICHELETTI	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

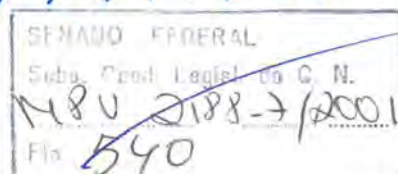
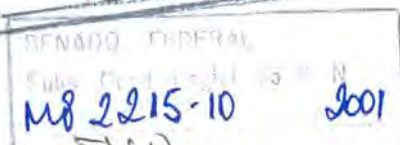
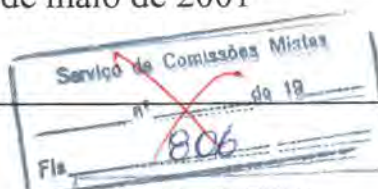
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000473

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	NELSON MARQUEZELLI	381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

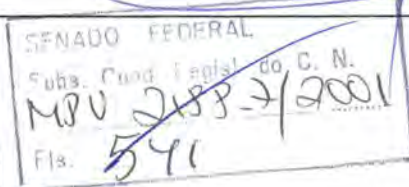
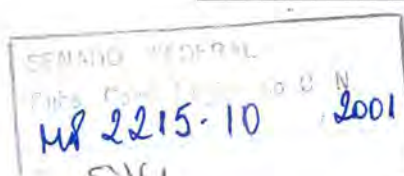
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000474

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Newton Lima	349

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

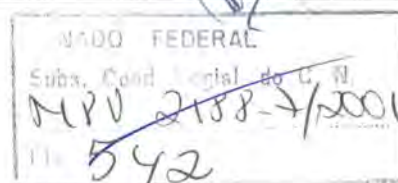
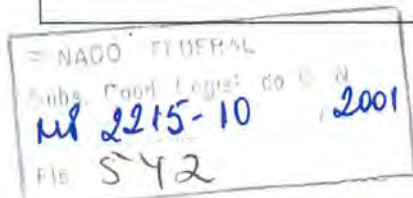
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000475

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2215-10  
2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº 809  
da 1ª  
Fls.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2131-5/2001  
Fls. 543





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000476

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	OSMAN SANTIAGO	463		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fls.	840

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MPV 2188-7/2001
Fls. 544

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MP 2215-10
Fls. 544



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000477

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO RIBEIRO	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

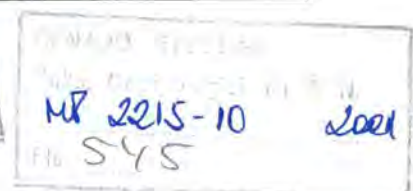
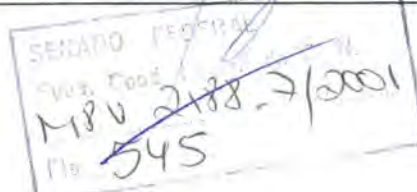
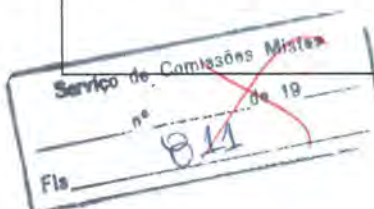
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000478

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado Paulo Gouvêa	484			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

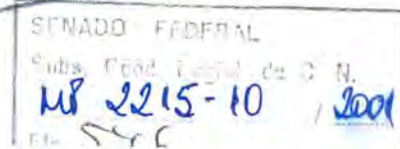
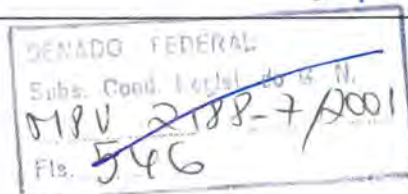
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000479

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19__
Fls. 813

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2131-5/2001
507

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2215-10
547





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000480

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
PAULO OCTAVIO		410

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

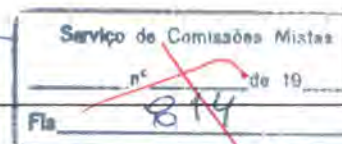
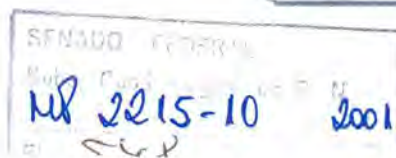
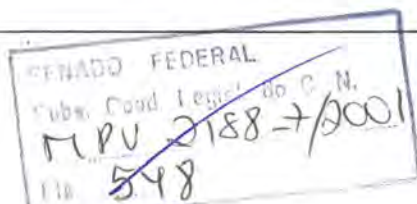
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000481

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	PEDRO CHAVES	428

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Legitação Militar
nº de 19
Fls. 815

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2131-5/2001
Fls. 549

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2215-10/2001
Fls. 549





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000482

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PROFESSOR LUZINHO	312

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 816

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2215-10/2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2131-5/2001
Fls. 550



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000483

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001
autor		nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS		263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 8/7

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. I  
118V 2188-7/01  
551

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MB 2215-10





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000484

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

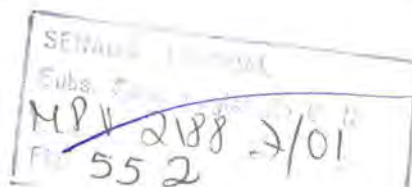
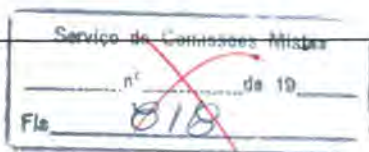
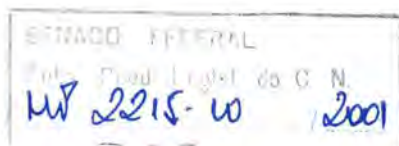
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000485

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SALOMÃO CRUZ	008

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

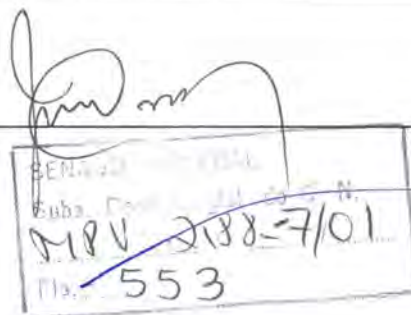
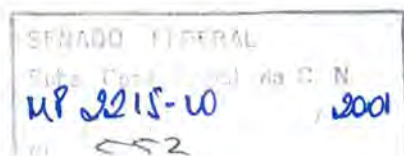
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000486

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor TELMO KIRST	nº do prontuário 99.515
----------	----------------------	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

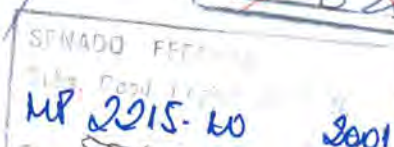
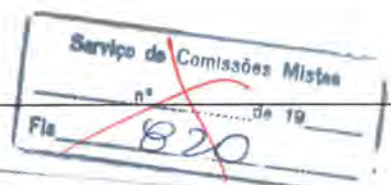
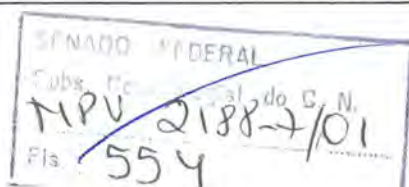
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000487

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO	113

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

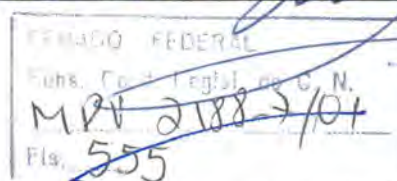
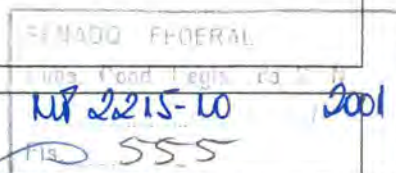
É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*Assinatura de Themistocles Sampaio*







000488

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

---

data

29/05/2001

---

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de                      de maio de 2001**

Deputado

autor

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

## Artigo 30

### Parágrafo

**Inciso**

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

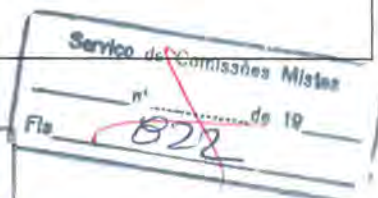
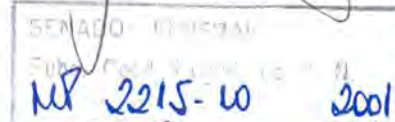
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000489

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	AIRTON CASCAVEL	002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

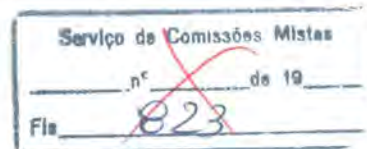
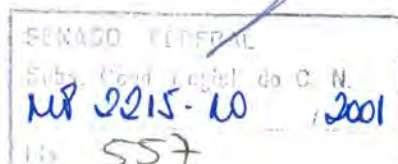
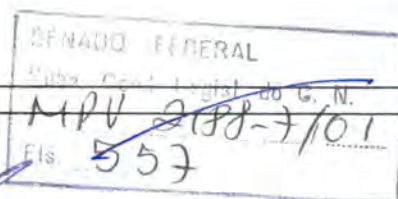
Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000490

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

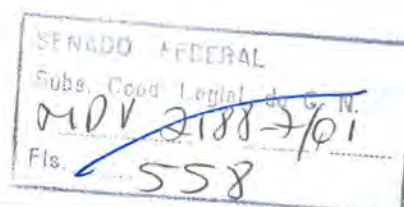
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

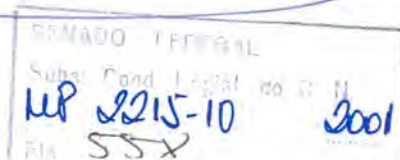
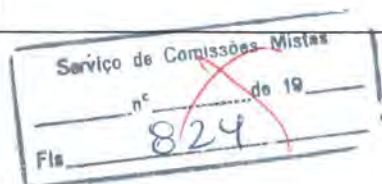
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000491

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

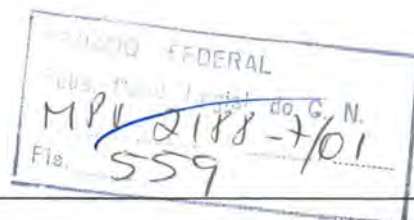
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário <b>286</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

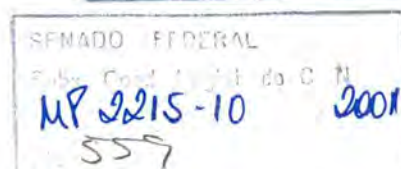
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*  
**Deputada ALMERINDA DE CARVALHO**  
para os Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
70 30-900 BRASÍLIA - DF







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000492

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Anibal Gomes	autor	nº do prontuário 087
--------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

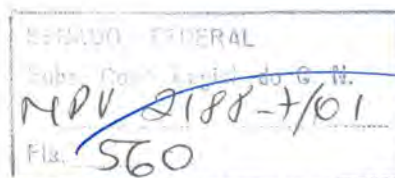
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

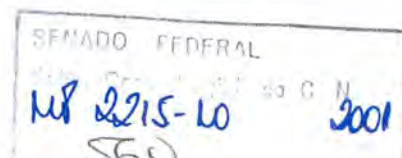
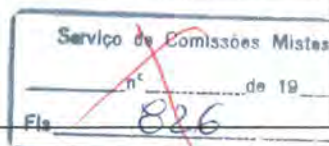
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000493

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>ARNON BEZERRA</b>	autor <b>ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>
----------------------------------	-------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

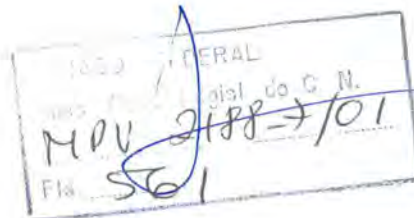
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

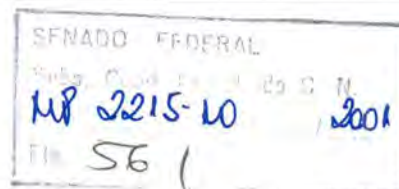
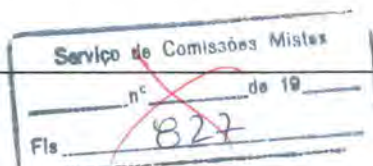
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000494

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

Arduvaldo Bentes

nº do prontuário

595

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

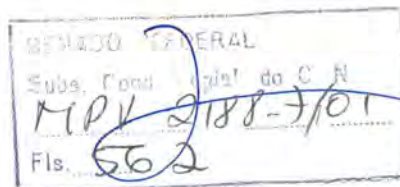
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Arduvaldo Bentes

Serviço de Comissões Mistas

nº

de 19

Fls.

828

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MP 2215-10 / 2001  
562



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000495

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001

autor
Deputado AUGUSTO FARIAS

nº do prontuário
165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

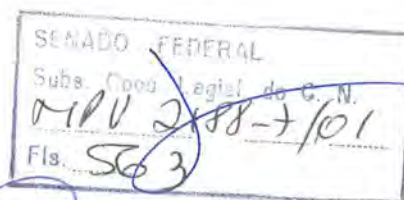
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

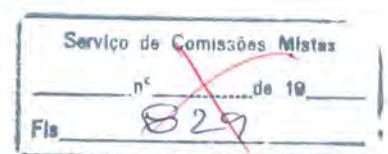
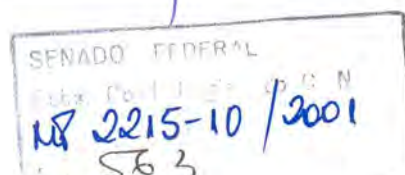
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000496

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
	CARLOS SANTANA

nº do prontuário
290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

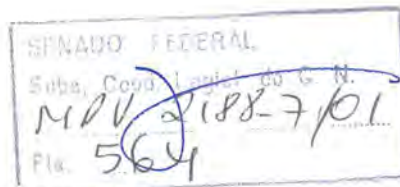
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

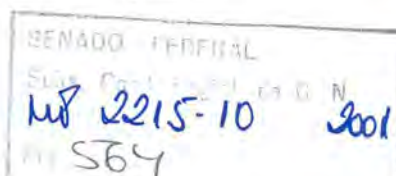
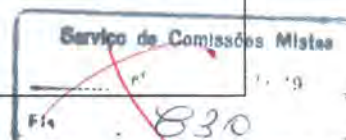
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000497

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

CUNHA BUENO

nº do prontuário

346

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

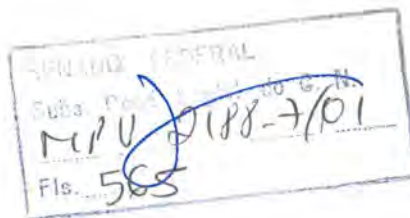
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



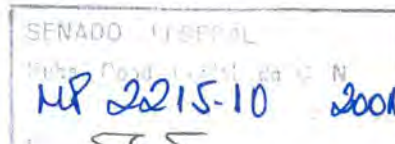
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19  
Fls. 831







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000498

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

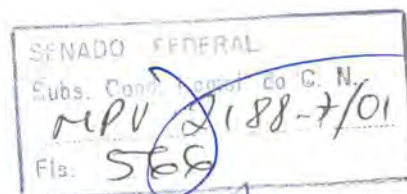
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

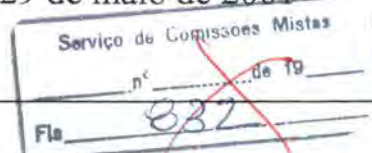
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

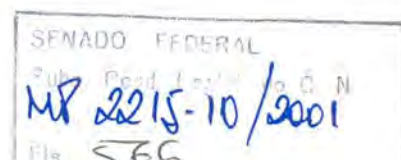


PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura]*





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**

**000499**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

Deputado <i>Mr. Helio</i> <sup>autor</sup>	nº do prontuário <b>358</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

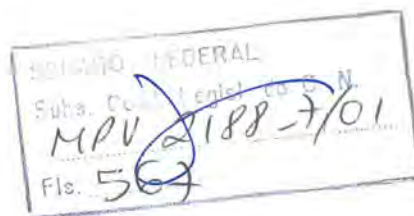
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

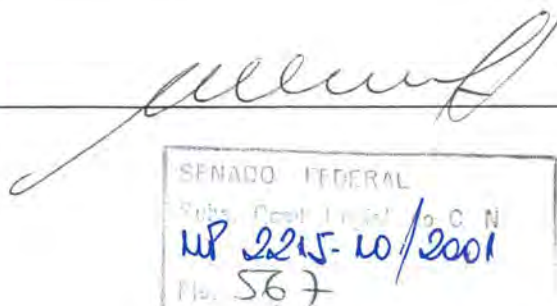
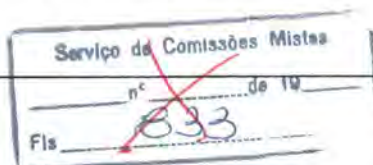
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000500

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

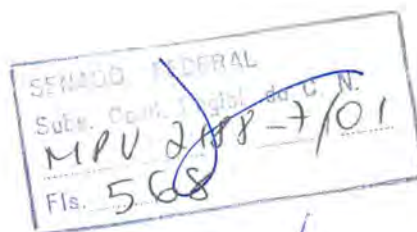
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

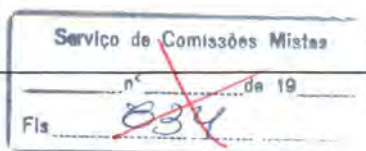
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

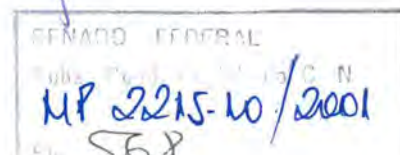


PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*Eni Voltolini*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

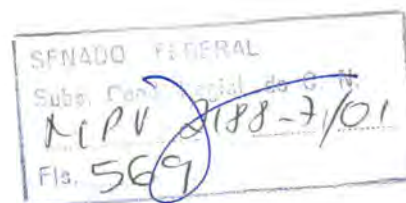
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>	
Deputado	autor <i>INALDO REIS</i>	nº do prontuário 135
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		Inciso
alínea		

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

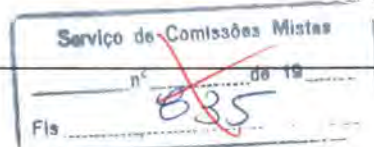
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

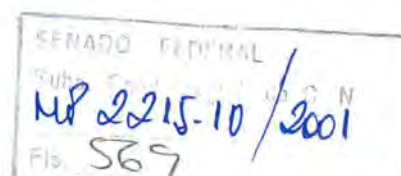


PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*Inaldo Reis*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000502

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado IUVANIO GUERRA	autor	nº do prontuário 527
----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

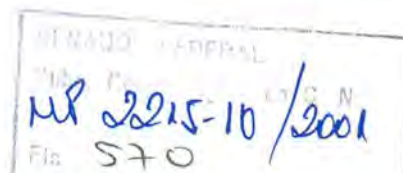
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000503

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor  
Deputado JOAO MAGNO

nº do prontuário  
534

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

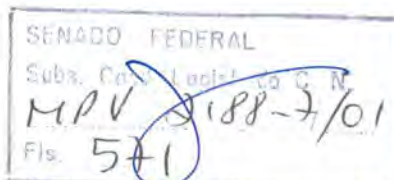
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

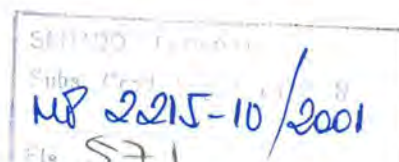
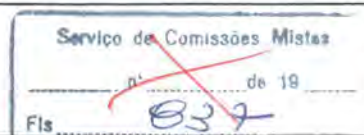
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000504

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

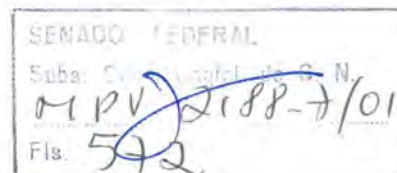
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>JOÃO MAGALHÃES</i>	nº do prontuário <i>239</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

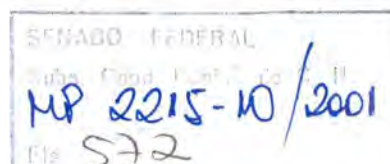
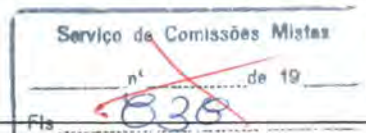
## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000505

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

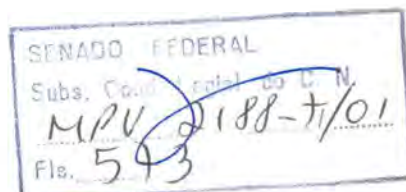
data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado psr Carlos Coutinho	nº do prontuário 306
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

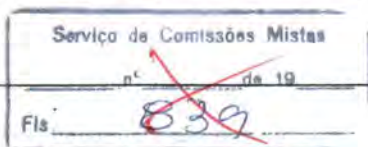
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

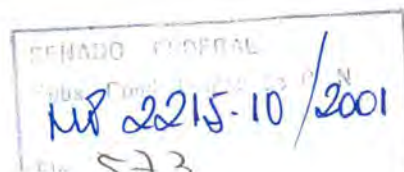


PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000506

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <u>Jose Jaine</u>	nº do prontuário <u>452</u>
-------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

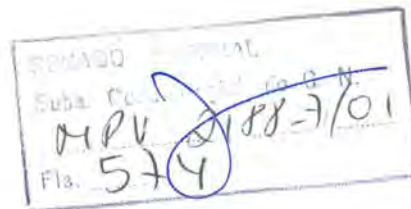
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

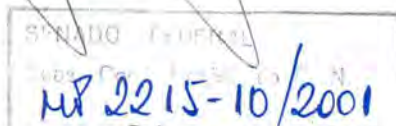
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura manuscrita]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000507

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500
--------------------------------------	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

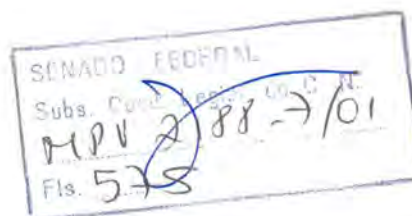
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

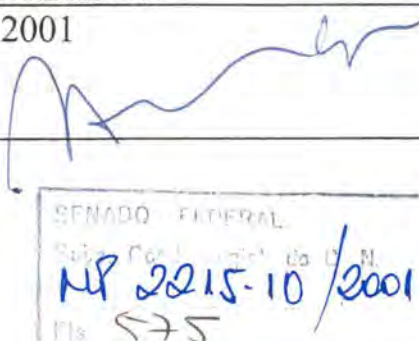
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000508

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

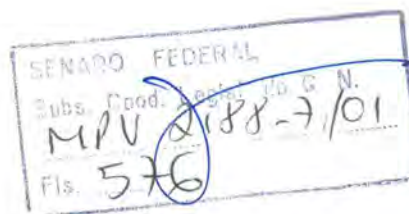
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>Luiz Bittencourt</i> autor	nº do prontuário <i>422</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

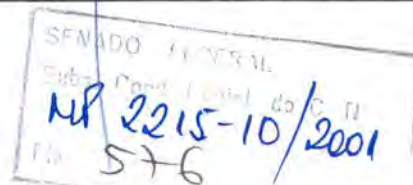
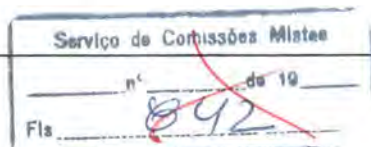
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000509

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário 042
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

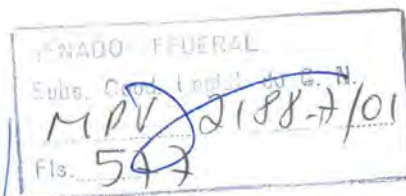
## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

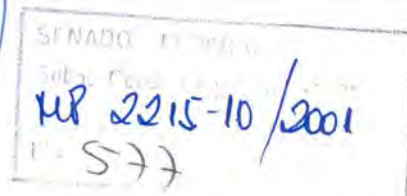
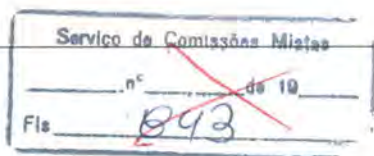
## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000510

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

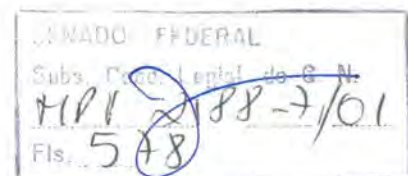
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

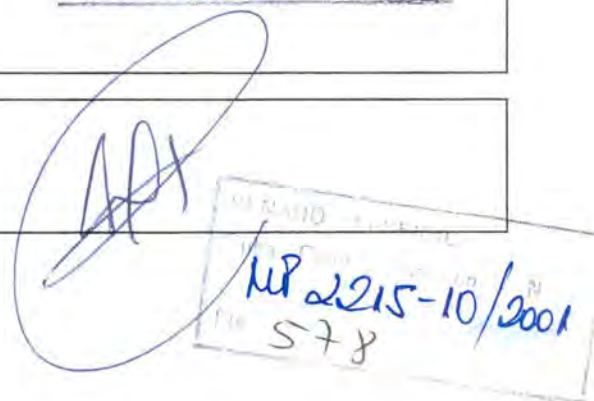
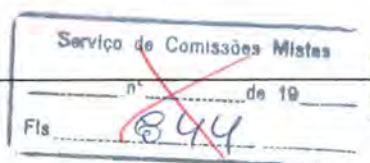
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000511

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ SÉRGIO	313

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

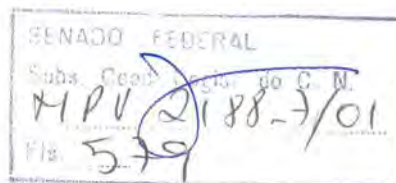
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

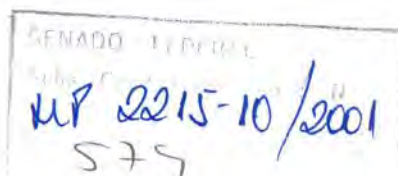
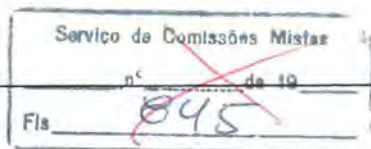
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000512

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055
---------------------------------	--------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 1/1	Artigo30	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

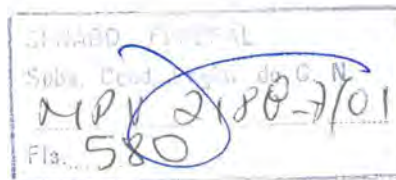
Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo."

JUSTIFICAÇÃO

O executivo pratica omissão evidente e danosa, afrontando a legislação trabalhista.

Justamente, oferecemos esta emenda visando corrigir tal ato.



ASSINATURA

 SENADO FEDERAL MP 2215-10 / 2001 CM	Serviço de Comissões Mistas n.º _____ de 19 ____ Fls. 846
---	---





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000513

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	MOACIR MICHELETTI	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

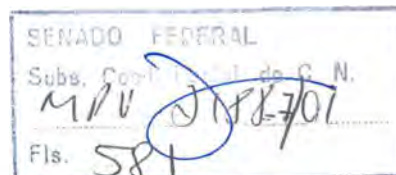
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

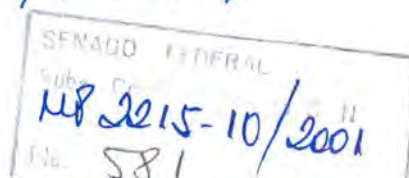


PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura manuscrita]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000514

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>NELSON MARQUEZELLI</b> autor	nº do prontuário 381
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

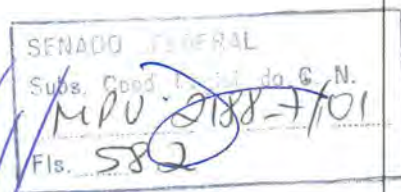
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

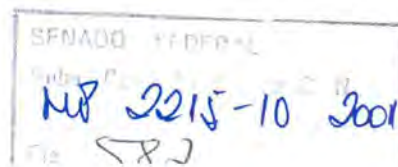
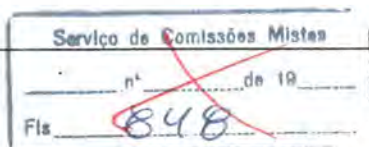
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000515

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor Newton Lima	nº do prontuário 349
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

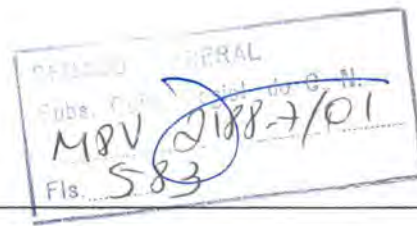
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

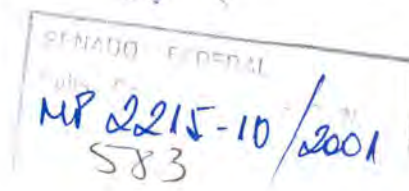
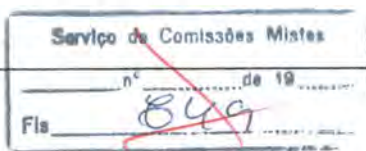
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000516

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado OSMÂNIO PEREIRA

nº do prontuário
256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

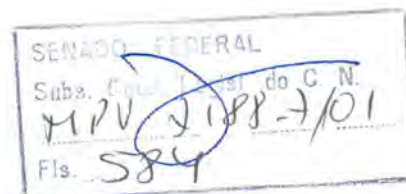
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

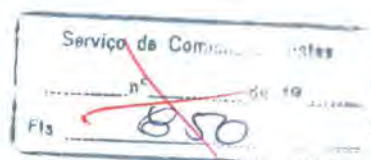
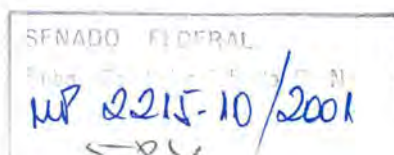
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000517

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Sergio Sampaio</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

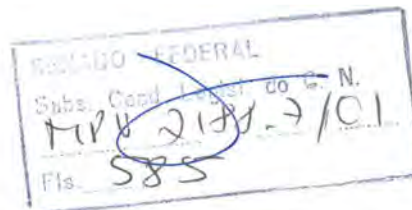
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

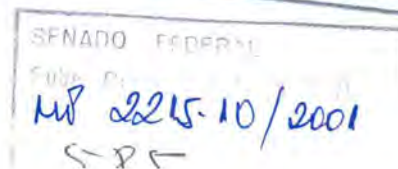
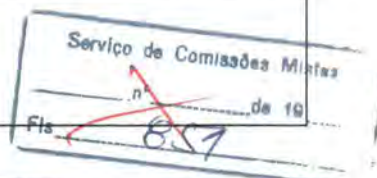
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Sergio Sampaio*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000518

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

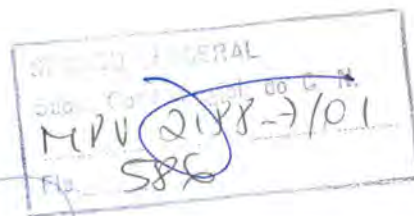
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>OSVALDO NEVES</i>	nº do prontuário <i>065</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

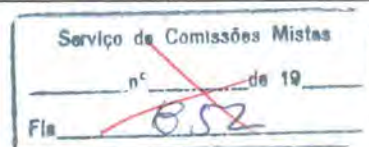
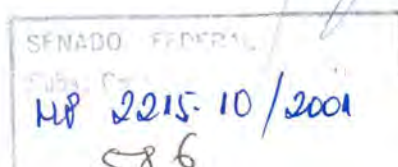
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Neves*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000519

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Paulo Gouvêa</i> autor	nº do prontuário 484
------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

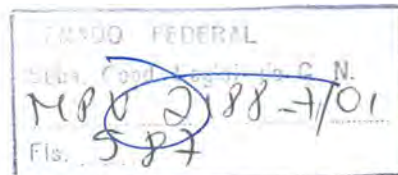
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

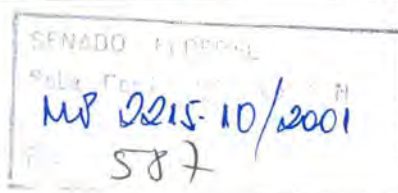
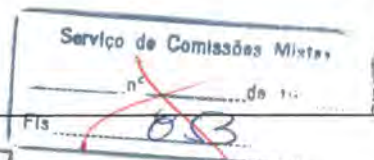
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Gouvêa*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000520

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

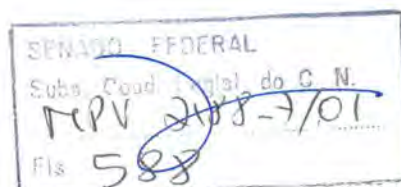
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

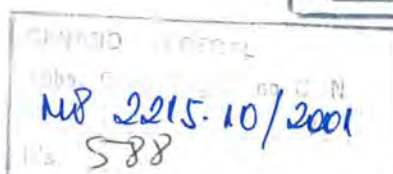
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000521

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

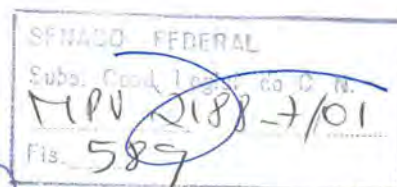
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

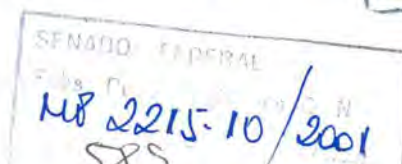
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000522

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	PEDRO CHAVES	428

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

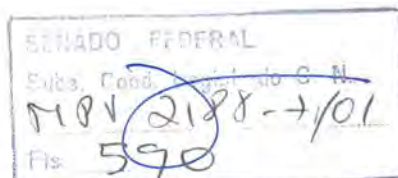
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

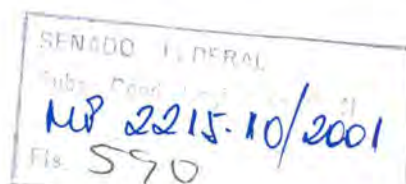
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000523

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> PROFESSOR RUIZINHO	nº do prontuário 312
--	-------------------------

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

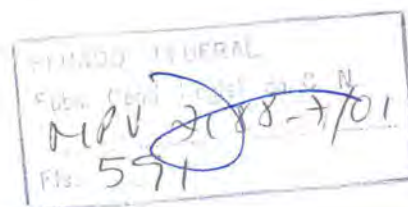
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

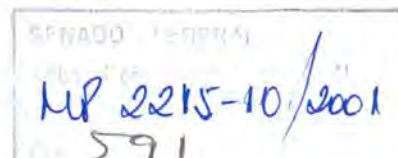
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000524

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

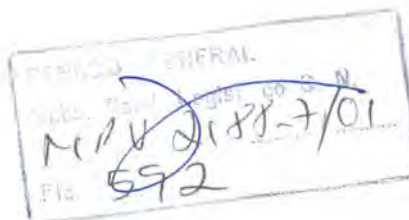
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

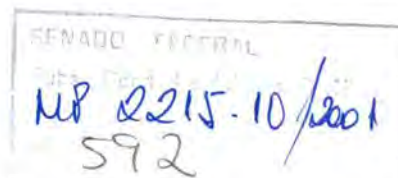
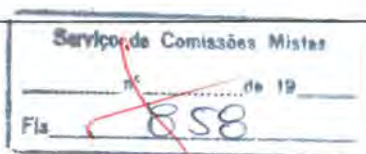
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000525

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

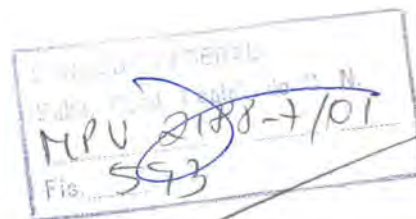
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

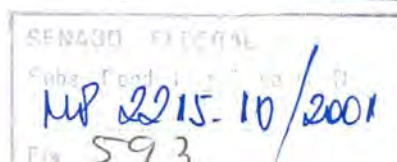
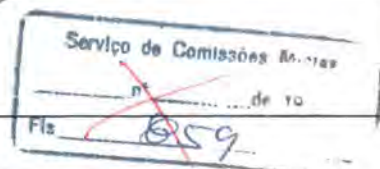
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura manuscrita]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000526

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

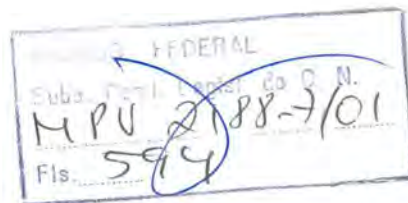
data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>Salomão Cruz</i>	nº do prontuário <i>008</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

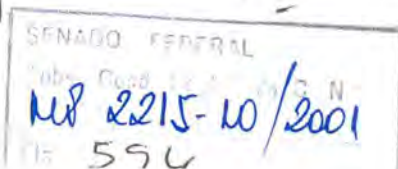
**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000527

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

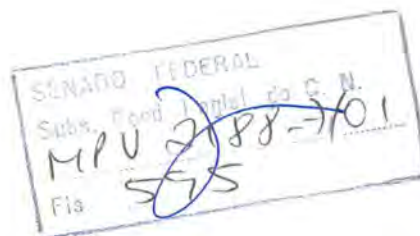
data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Solusiano	nº do prontuário 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

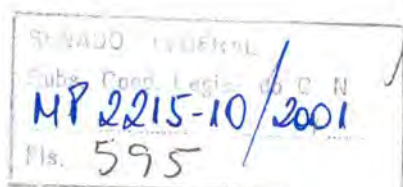
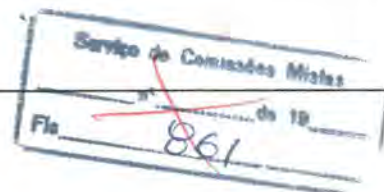
## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000528

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

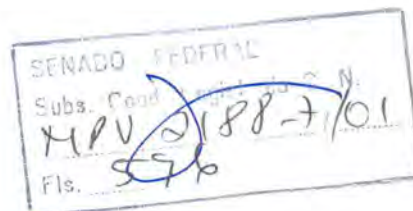
data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	TELMO KIRST	99513		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

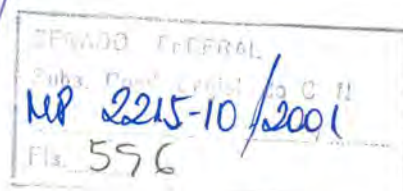
JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000529

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

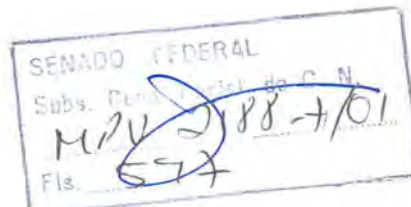
data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor		nº do prontuário		
Deputado <i>THEMISTOCLES SAMPAIO</i>		<i>113</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*Antônio Carlos*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000530

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado AIRTON CASCAVEL	002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Constituição do C.N.
MPU 2188-7/01
Fls. 598

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Constituição do C.N.
MP 2215-10/2001
598

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 804





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000531

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	ALBERTO FRAGA	545

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

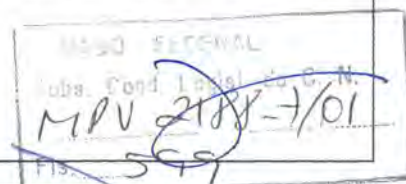
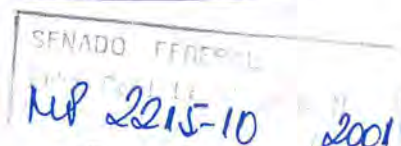
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000532

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <sup>autor</sup> <i>Anibal Gomes</i>	nº do prontuário <i>087</i>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

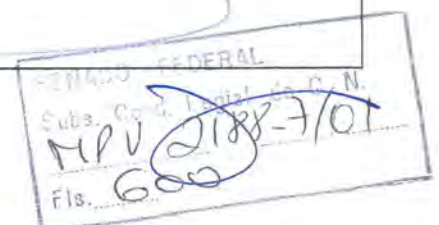
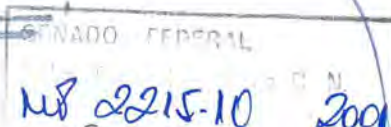
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000533

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado ARNON BEZERRA	090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

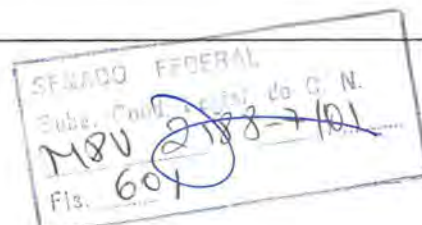
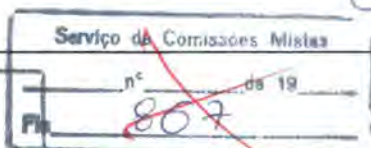
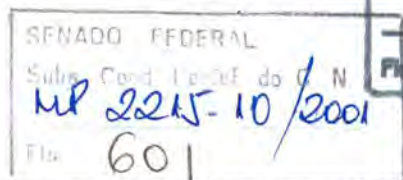
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000534

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Andrébal Bentes</i>	nº do prontuário 595
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

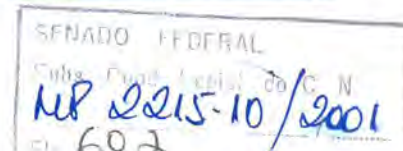
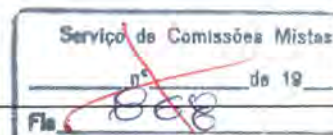
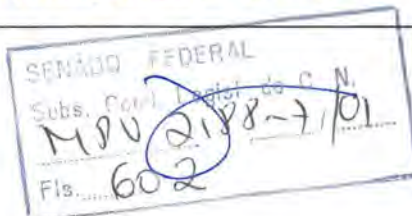
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Andrébal Bentes*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000535

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <u>AUGUSTO FARIAS</u>	165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

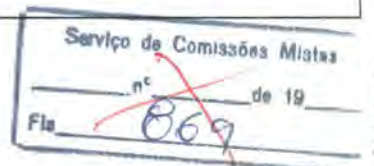
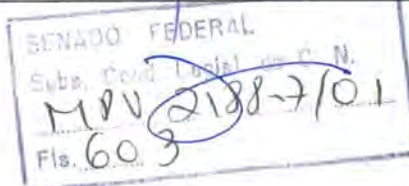
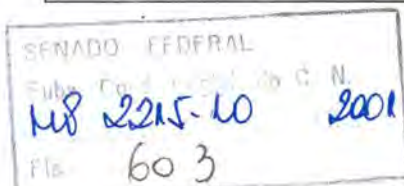
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000536

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, reenumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
870

SENADO FEDERAL
Emila. Cond. Legal. do C. N.
MPV 2188-7/01
Fis. 604

SENADO FEDERAL
Sub. Cond. Legal. do C. N.
MP 2215-10
2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000537

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposi <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado RONHA BUENO</b>	nº do prontuário <b>346</b>
--------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

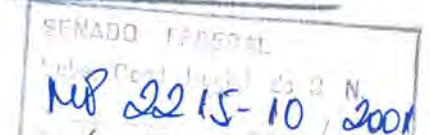
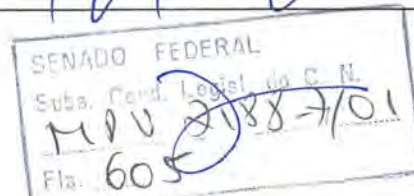
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000538

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	DE VELASCO	382		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

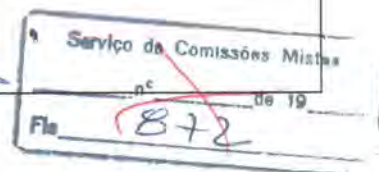
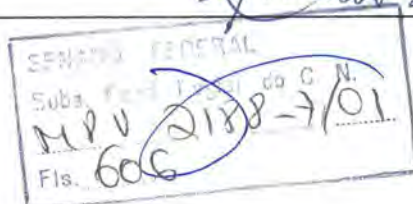
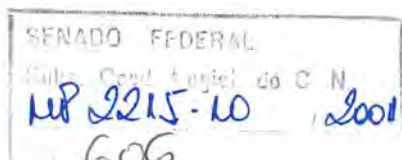
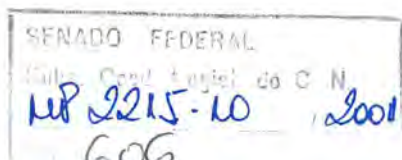
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000539

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Helio</i>			nº do prontuário 358	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas	
nº _____ de 19__	
Fls. <i>873</i>	
SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. e N.º MP 2215-10 / 2001 Fls. ( )	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. e N.º MP 2131-5 / 2001 Fls. 607





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000540

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor			nº do prontuário	
Deputado <i>Eduardo Campos</i>				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

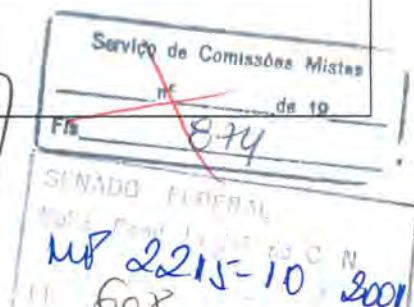
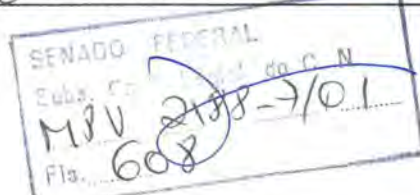
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*A. Almeida*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000541

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>IVALDO LUIZ</i>	135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*IVALDO LUIZ*

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fls. 845

SENADO FEDERAL

Subs. Prod. Legisl. do C. N.

MP 2.131-5/2001

Fls. 609

SENADO FEDERAL

Subs. Prod. Legisl. do C. N.

MP 2.131-5/2001

Fls. 609





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000542

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado IVANIO GUERRA	527

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Assinatura*

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 826

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10/2001
Fls. 610

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10/2001
Fls. 610





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000543

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>			
Deputado <sup>autor</sup> <b>José Carlos Coutinho</b>		nº do prontuário <b>306</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

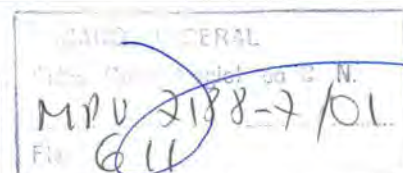
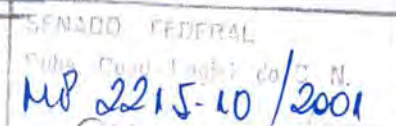
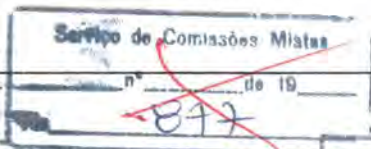
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000544

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado José Janene	452

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 612

Serviço de Controle Interno  
nº \_\_\_\_\_ de 10 \_\_\_\_\_  
Fls. 678

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2158-7/01  
Fls. 612





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000545

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <u>JOÃO MAGALHÃES</u>	<u>235</u>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

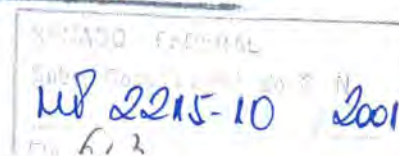
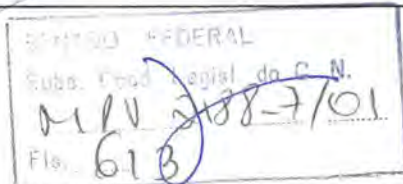
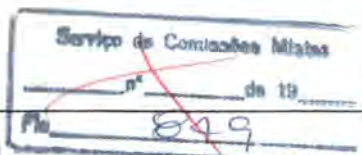
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000546

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

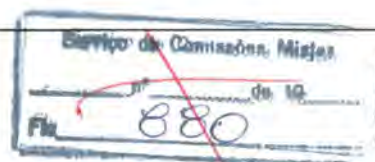
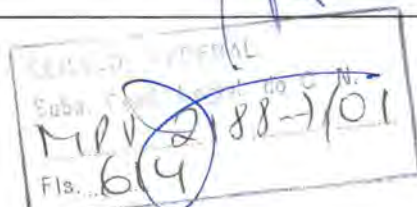
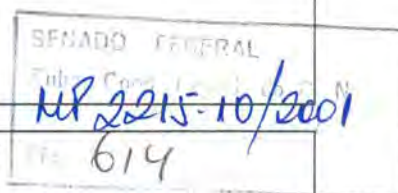
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000547

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	LUIS BITTEN COURT	422

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

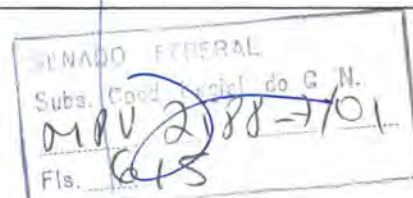
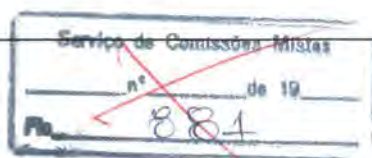
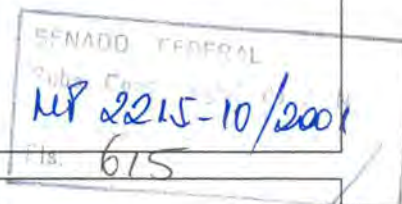
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000548

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ FERNANDO	042

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 _____
Fls. <u>882</u>

SENADO FEDERAL
Subs. nº _____ do C. N.
MP 2.131-5
Fls. <u>616</u>

SENADO FEDERAL
Subs. nº _____ do C. N.
MP 2.131-5
Fls. <u>616</u>





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000549

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ RIBEIRO	298

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

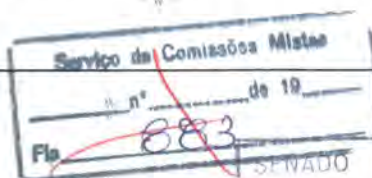
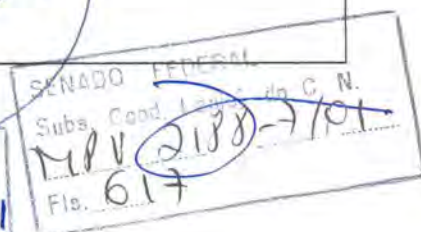
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C. N.  
MP 2215-10, 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000550

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ SÉRGIO	313

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, reenumerando-se os demais.

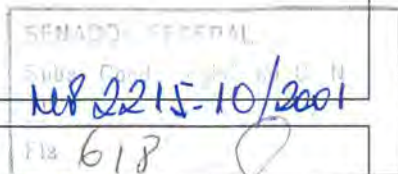
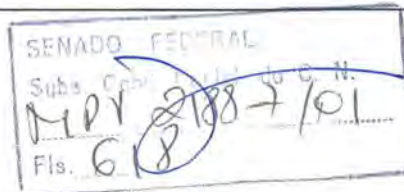
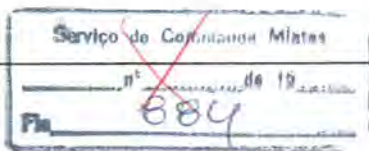
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000551

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055
---------------------------------	--------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 1/1	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	--------------	-----------	--------	--------

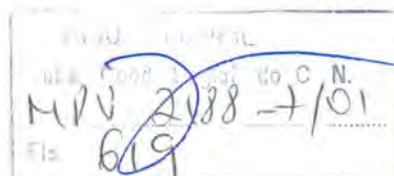
## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33 o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

" § .. Os períodos incompleto, até a data de publicação desta Lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade."

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.



ASSINATURA

	Serviço de Comissão Mista nº _____ de 19 ____ Fls. 885
--	--

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Gen. do C. N.  
18 2215-10 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000552

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>MOACIR MICHELETTI</i>	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

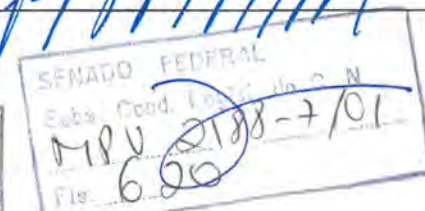
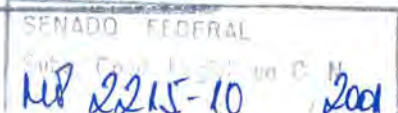
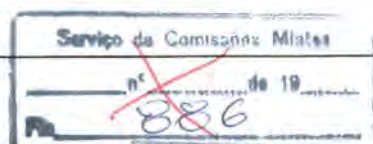
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000553

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado NELSON MARQUEZELLI	381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

~~Serviço da Comissão Mista~~  
nº de 19  
Fls. 887

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 621

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
Fls. 621





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000554

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Newton Lima	379

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
118 2215-10/2001  
Fls. 622

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 18  
Fls. 688

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
118 2215-10/2001  
Fls. 622





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000555

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Barão SCARFARO</i>	<i>463</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Câmara de Constituição do C. N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 623

SENADO FEDERAL  
Câmara de Constituição do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 623

Serviço de Comissões Mistas  
de 19...  
Fls. 889



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000556

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

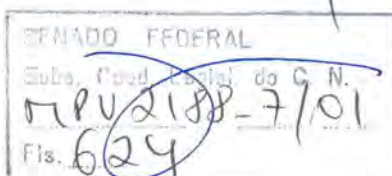
A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

SENADO FEDERAL

MP 2215-10/2001  
624

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000557

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	OSVALDO RIBEIRO	065		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

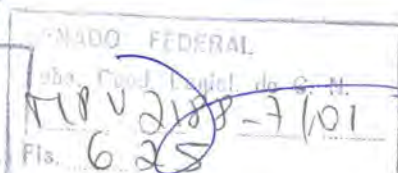
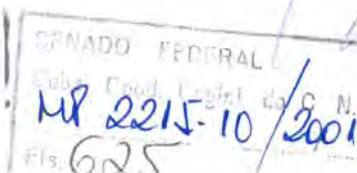
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Ribeiro*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000558

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Paulo Gouvêa	484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

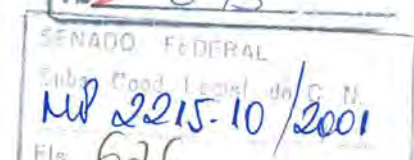
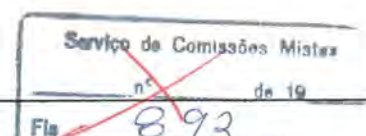
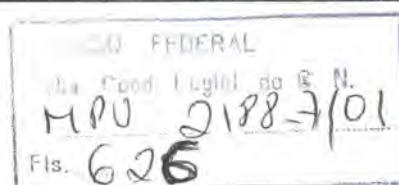
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

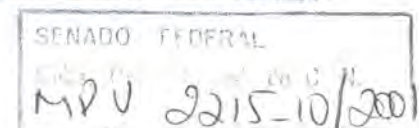
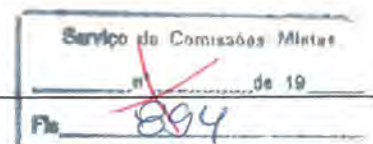
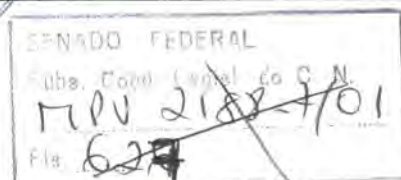
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000560

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PEDRO CHAVES	428

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

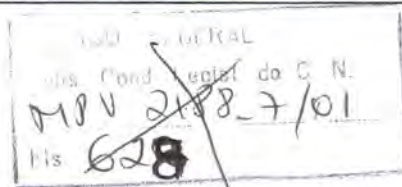
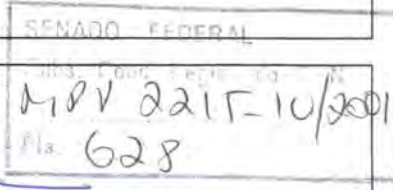
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000561

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PROFESSOR LUIZINHO	312

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, reenumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-5  
Fla 629

Serviço de Comissões Mistas  
Fla 896

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-5  
Fla 629



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000562

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor			nº do prontuário	
Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>			390	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Sala Coord. Leg. C. N. MP 2215-10/2001 Fls 630	<del>Serviço de Comissão Mista</del> Fls 697	SENADO FEDERAL Sala Coord. Leg. C. N. MPV 2131-5/01 Fls 630
--	---	--





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000563

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

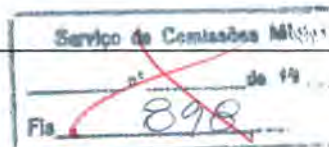
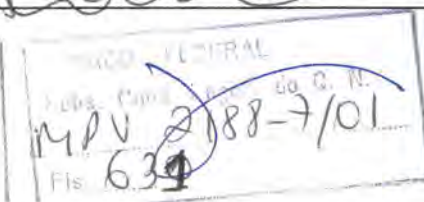
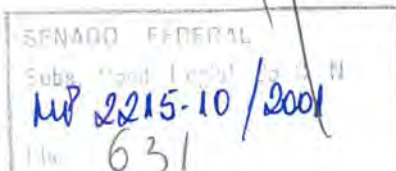
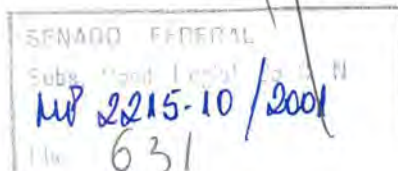
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000564

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SALOMÃO CRUZ	008

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 899

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL
Subs. Pres. Legislativo
Nº 2215-10/2001
Fls. 632

SENADO FEDERAL
Subs. Pres. Legislativo
MPV 2131-5/01
Fls. 632



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000565

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	160

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fila 900

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MP 2215-10 2001

SENADO FEDERAL

MPV 2131-5/01





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000566

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor		nº do prontuário		
Deputado THOMAS TOULLES SAMPAIO		113		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fila 901

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2215-10 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2131-5/01
Fis 634





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001
Deputado	autor Wagner Solustiano	nº do prontuário 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
nº de 12
Fla 902

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP 2215-10
625

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2131-5/01
Fla 635



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000568

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>TELMO KIRST</i>	<i>99513</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

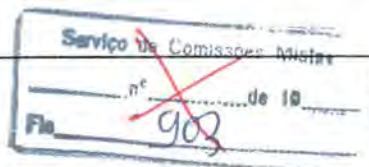
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

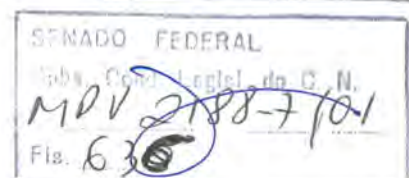
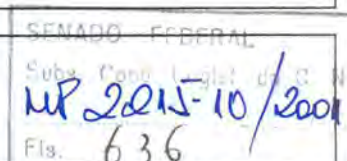
A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*Handwritten signature*







CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-5

000569

DATA	PROPOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5 (26/05/01)			
AUTOR Dr. Hélio			Nº PRONTUÁRIO 358	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 34	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

## TEXTO

O artigo 34, da MP n.º 2.131-5, reedição de 26/05/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

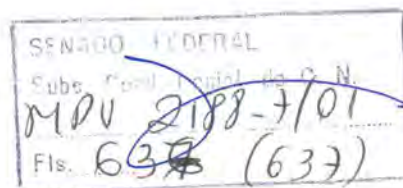
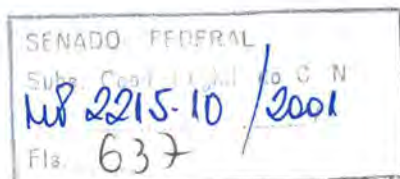
“ Art. 34. Fica assegurado ao militar que, até 31 de agosto de 2001, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.”

## JUSTIFICATIVA

Entendemos que é contra-senso da proposição emendada a fixação de “29 de dezembro de 2000” como data limite para aquisição das condições para transferência para a inatividade e como requisito para que se assegurem ao militar os direitos constantes da legislação vigente.

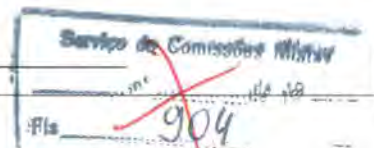
A legislação que regula o ingresso no serviço militar ou a matrícula nas escolas militares prevê que, via de regra, esses atos ocorrem nos meses de março ou agosto.

Nossa emenda altera essa data limite para “ 15 de agosto de 2001 “, pretendendo com isto preservar maior número de militares dos prejuízos decorrentes da fixação da data prevista na redação original.



ASSINATURA

Emenda MP







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000570

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, acabou com o benefício da promoção do militar ao passar para a inatividade.

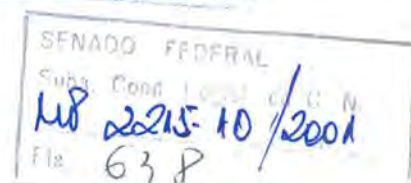
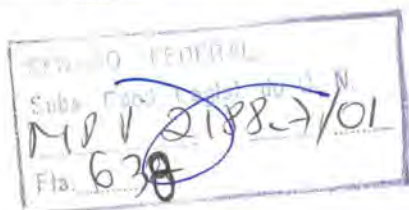
Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois os militares a serem beneficiados percebem remuneração do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que têm direito.

Além do mais corrige uma injustiça quando o militar, de diversos graus hierárquicos é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, pois o militar efetua descontos pelo vencimentos do posto ou graduação referente a sua remuneração e a contraprestação do serviço, como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000571

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5/01
---------	--

4. autor DEPUTADA LAURA CARNEIRO	5. nº do prontuário 311
-------------------------------------	----------------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

7. página	8. artigo	parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos e prerrogativas decorrentes de suas promoções.

**JUSTIFICATIVA**

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

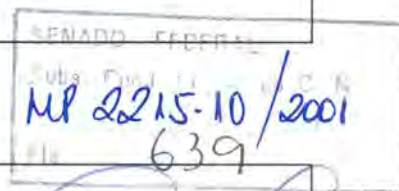
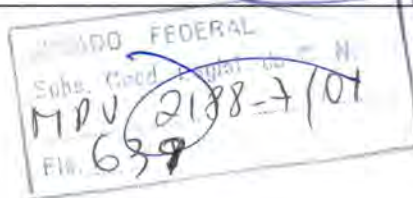
Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

PARLAMENTAR

10	Brasília, de maio de 2001	Deputado
----	---------------------------	----------







EMENDA N.º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-5/01

MP 2131-5

000572

COMISSÃO MISTA

AUTOR: Dep. MARCOS DE JESUS

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

Serviço de Comissões Mistas

de 18

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C. N.

MP 2131-5-10

2001

L. 17





MP 2131-5

000573

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 29 / 05 / 2001		3 PROPOS Medida Provisória Nº 2.131-5 de Maio/2001	
4 AUTOR Dep. Welinton Fagundes		5 Nº PRONTUÁRIO 1831	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA -	8 ARTIGO 34	PARÁGRAFO único	INCISO -
ALÍNEA -			

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 34, da seguinte forma:

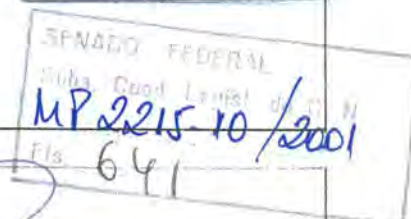
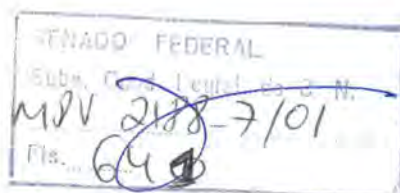
Parágrafo único: Os militares inativos ( reserva remunerada ou reformados ), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

**JUSTIFICATIVA**

A lei nº 4.902, de 16-12-65, mirando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesas, pois os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito.

O objetivo maior é corrigir uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que lhe é de direito em relação ao desconto para a assistência à saúde, geralmente do ciclo hierárquico superior.





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000574

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

AIRTON PASCAVER

nº do prontuário

002

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

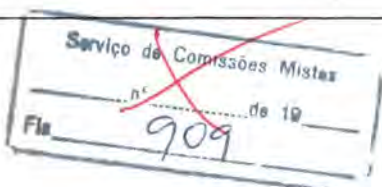
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

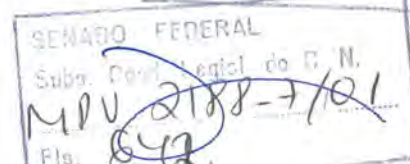
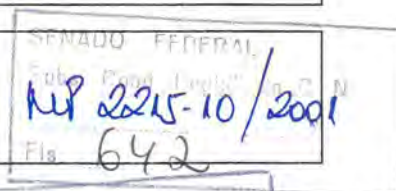
Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000575

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

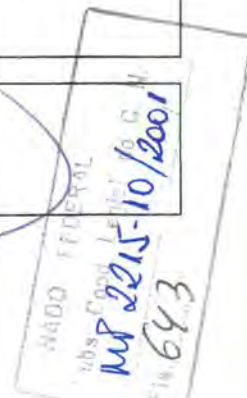
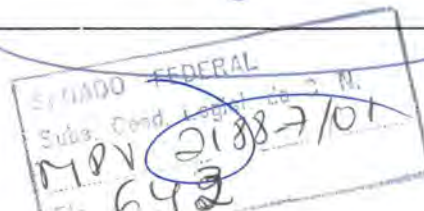
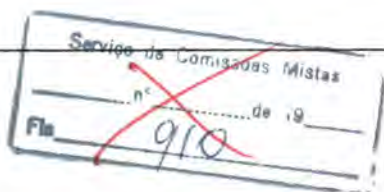
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000576

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
ALMERINDA DE CARVALHO		286

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

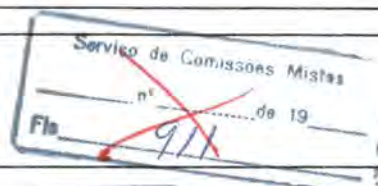
Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Deputada  
Câmara dos Deputados  
Bloco IV - Gabinete 936  
15.000 BRASÍLIA - DF



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2131-5-10  
Fls. 644

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MP 2215-10, 200  
Fls. 644



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000577

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Quibal Gomes	nº do prontuário 087
--------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

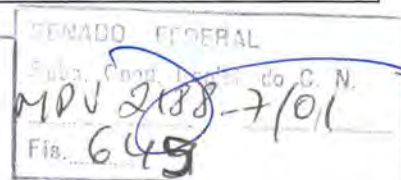
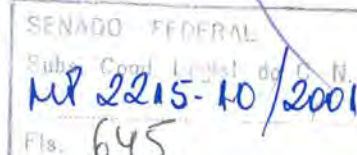
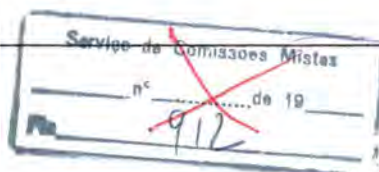
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000578

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Arnon Bezerra*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MP 2215-10 2001  
Fls. 646

~~Serviço de Comissões Mistas~~  
nº de 19  
Fls. 913

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2188-7/01  
Fls. 648





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000579

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Aldemir Bentes	nº do prontuário 595

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Aldemir Bentes

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 18 _____
Fls. 914

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. T.
MPV 2131-5/01
Fls. 647 (647)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. T.
MP 2215-10, 2001
Fls. 647



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000580

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <u>AUGUSTO FARIAS</u>	nº do prontuário <u>165</u>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

Serviço de Comissões Mistas  
nº ..... de 19.....  
Fls. 915

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. M.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 648

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. M.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 648





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000581

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado CARLOS SANTANA	nº do prontuário 290			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº ..... de 19  
Fla. 916

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2131-5/01  
Fla. 649

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MPV 2131-5/01  
Fla. 649





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000582

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CUNHA BUENO	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

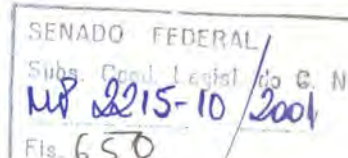
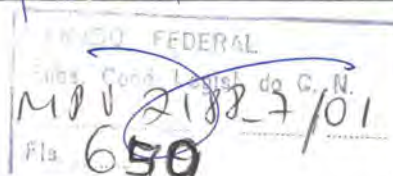
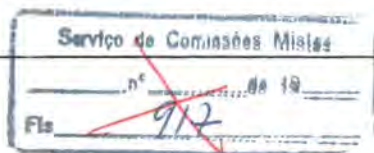
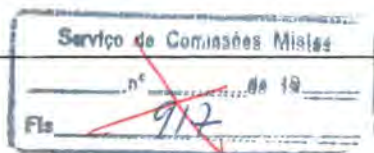
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000583

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor DE VELASCO	nº do prontuário 382			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

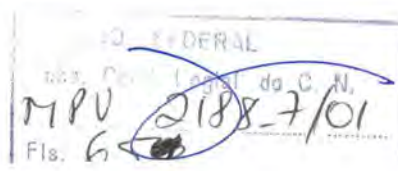
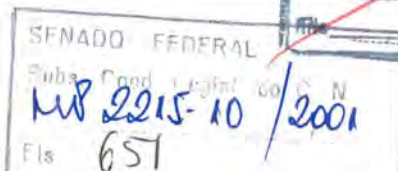
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000584

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>M. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

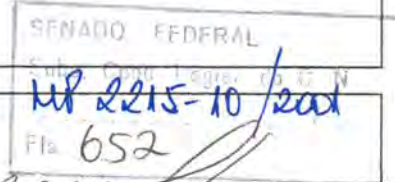
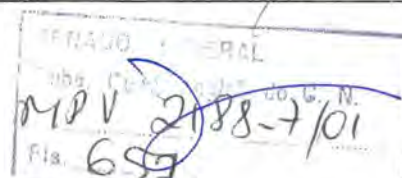
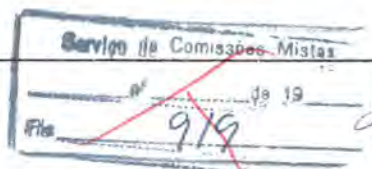
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000585

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <sup>autor</sup> <i>Eduardo Campos</i>	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

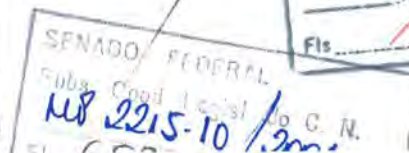
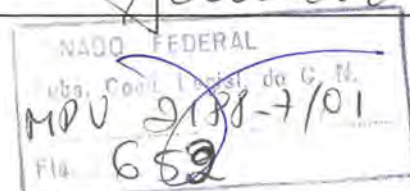
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio/de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000586

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

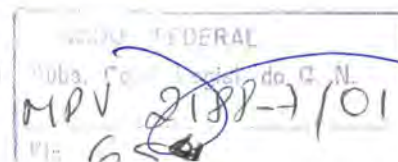
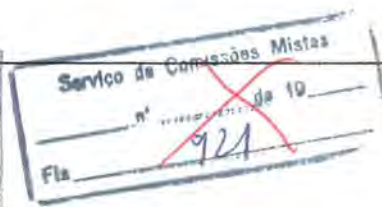
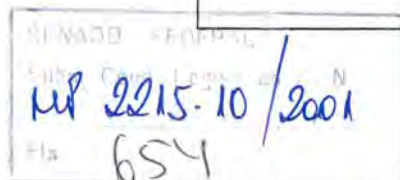
No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Eni Voltolini*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000587

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>INAC DO LEO SAO</i>	<i>135</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

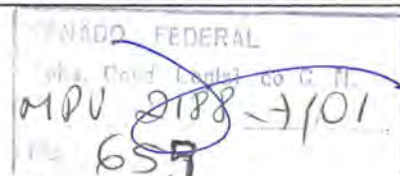
No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Marcelo Pereira*



MP 2215-10/2001  
655





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000588

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	IVANILIO GUERLA	527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

MP 2131-5/2001  
Fls. 656

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 10 _____
Fls. 923

MP 2131-5/2001
Fls. 656



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000589

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>JOS MAGALHÃES</i>	nº do prontuário 239
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fis	984

18V 2188-7/01  
657 (657)

SERVIÇO FEDERAL  
MP 2215-10 / 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000590

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	prop. <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	---

autor Deputado <b>JOAO MAGNO</b>	nº do prontuário <b>534</b>
-------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

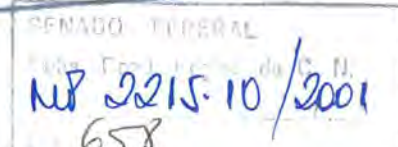
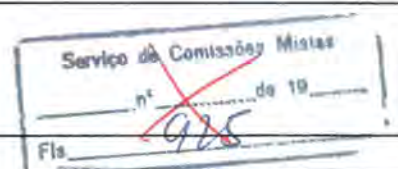
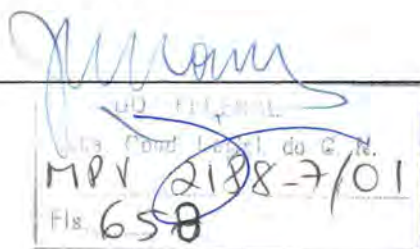
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000591

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	ps Carlos Coutinho	306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

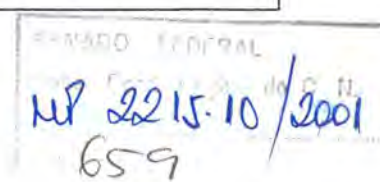
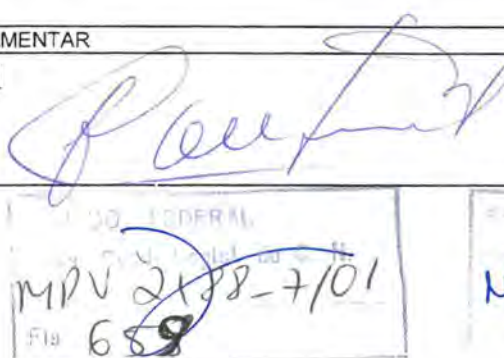
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000592

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <u>José Janene</u>	nº do prontuário <u>452</u>
--------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MPV 2131-5/01 Fls. 660	SERVIÇO FEDERAL Nº 2215-10/2001 660	Serviço de Comissões Mistas nº <u>072</u> de 19
---------------------------	---	--





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000593

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500
--------------------------------------	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura manuscrita]*

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 928

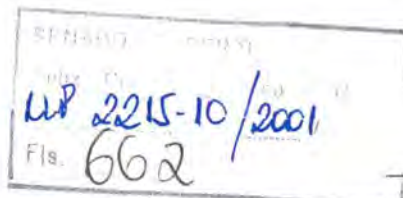
SENADO FEDERAL  
Ass. Coord. Leg. do S. N.  
MPV 2188-5/01  
Fls. 660

SENADO FEDERAL  
Ass. Coord. Leg. do S. N.  
MP 2215-10 / 2001





CONGRESSO NACIONAL



MP 2131-5

000594

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

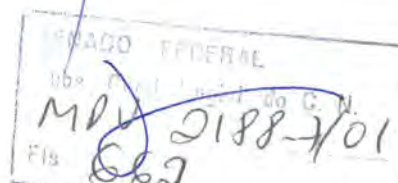
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000595

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ RIBEIRO	298

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
118 2215-10 / 2001  
Fls. 663

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
de 19  
Fls. 930

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MRU 2131-5/01  
Fls. 662



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000596

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	Nº Prontuário <b>1999055</b>
--	---------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 1/1	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art.35.....

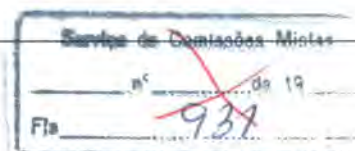
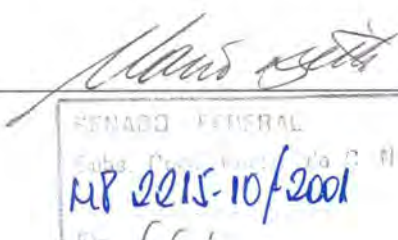
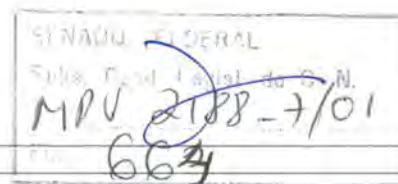
Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000, com a nova LRM, este mesmo, agora trabalhador civil, terá que pagar R\$184,46. No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04, terá que desembolsar R\$ 243,00. É obvio disparate.

A tendencia é de que estes civis, em quase sua totalidade, desistam de contribuir com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

ASSINATURA







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000597

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
MIRIAM REID		99318

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

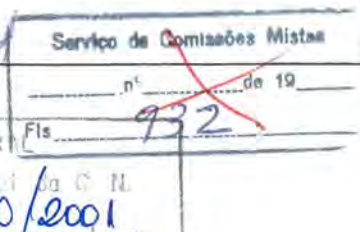
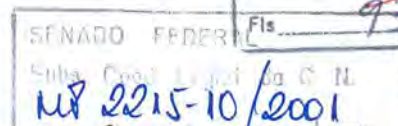
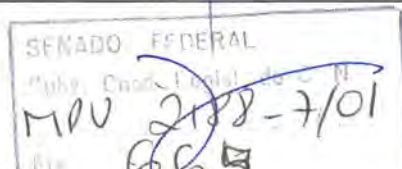
No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Miriam Reid*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000598

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor MOACIR MICHELETTI	nº do prontuário 462
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

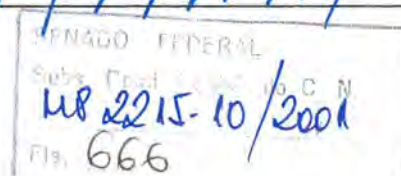
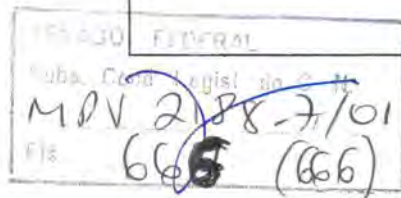
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000599

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUÊZELLI	nº do prontuário 381
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

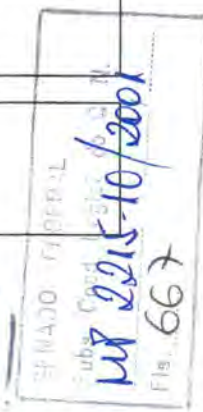
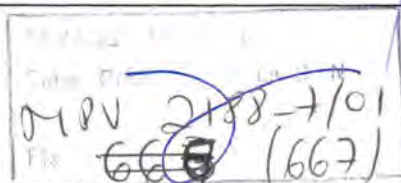
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000600

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

*Newton Lima*

nº do prontuário

349

1 ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

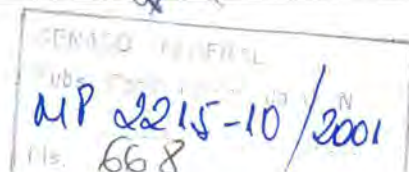
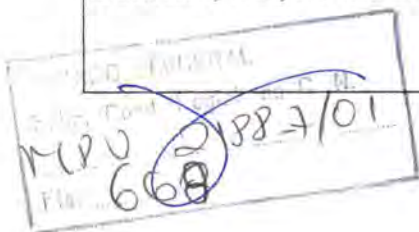
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000601

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OSMANIO PEREIRA	256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

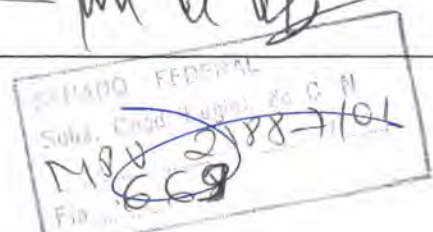
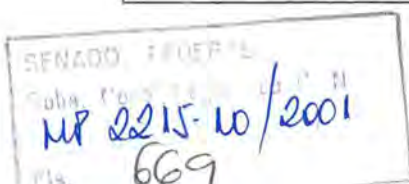
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000602

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Samir Senechal</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

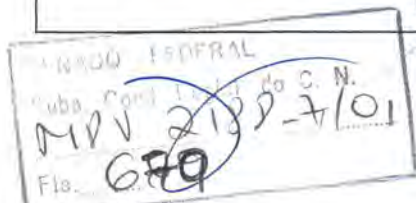
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2215-10/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000603

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO RIZ	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Rizo*

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls 938

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MDV 2131-5/01
Fls 67

SENADO FEDERAL
1002/01-5128 AM
179



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000604

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Paulo Góes	Paulo Góes	484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

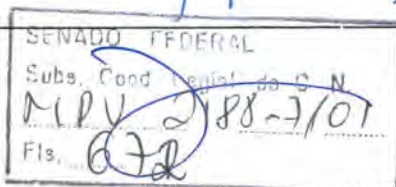
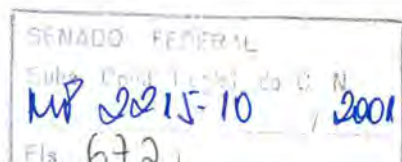
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000605

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

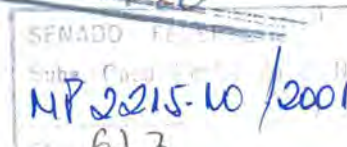
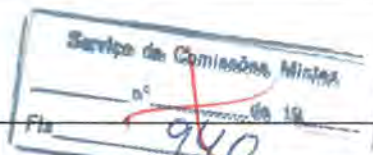
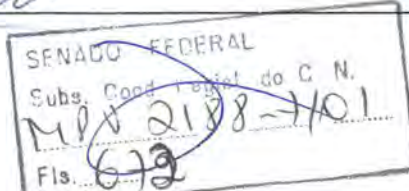
No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000606

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

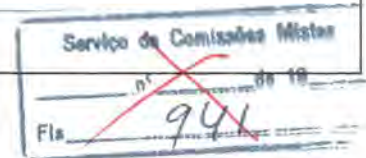
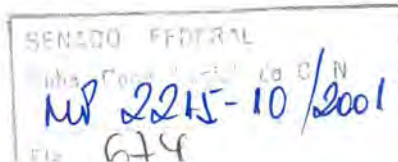
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000607

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	---

Deputado autor PEDRO CHAVES	nº do prontuário 428
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

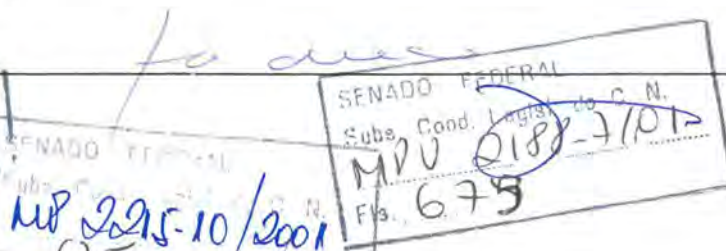
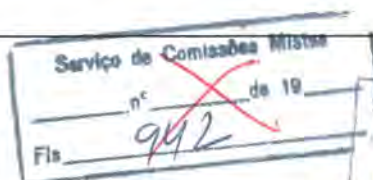
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000608

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>PROFESSOR LUIZINHO</b>	nº do prontuário <b>318</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2215-10/2001 Fls. 675	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MPV 2131-5/2001 Fls. 675
Serviço de Comissões Mistas nº _____ de 19 ____ Fls. 943	





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000609

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Ricardo Berzini</i>	autor	nº do prontuário 390
---------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 677

Serviço de Comissões Mistas  
nº 944  
Fls.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C.N.  
MP 2131-5/01  
Fls. 677



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000610

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor			nº do prontuário	
Deputado RONALDO VASCONCELLOS			263	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

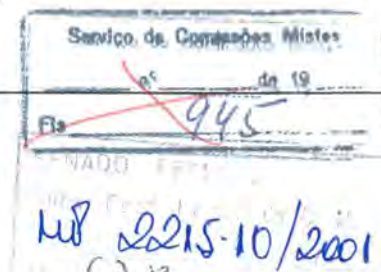
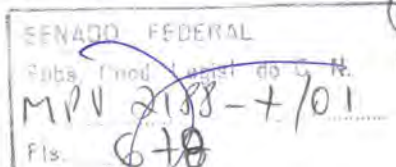
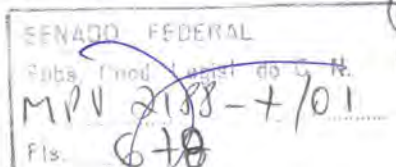
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000611

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>SALOMÃO CWT</i>	nº do prontuário <i>008</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

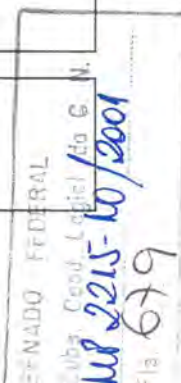
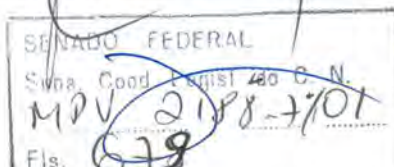
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000612

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
--	--------------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C.N. MP 2131-5/2001 Fls. 100	Serviço de Comissões Mistas nº de 19 Fls. 947	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C.N. MPV 2131-5/2001 Fls. 101
---	---	--



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000613

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	TELMO KIRST	99513

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

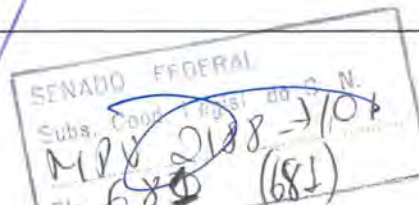
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000614

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO</b>	nº do prontuário <b>143</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas nº de 19 Fls. 949	SENADO FEDERAL Subs. Cond. Legist. do C. N. MPV 2215-10/2001 Fls. 682	SENADO FEDERAL Subs. Cond. Legist. do C. N. MPV 2131-5/01 Fls. 682
---	--	---





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000615

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Wagner Salsotiano		396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

JUSTIFICAÇÃO

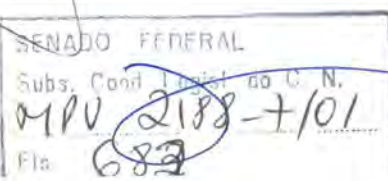
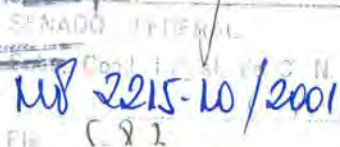
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000616

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
AIRTON CASIAVEK		002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

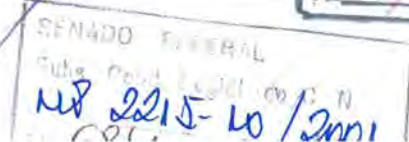
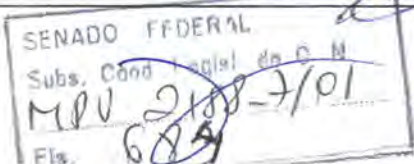
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000617

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 981  
SENADO FEDERAL  
Fls. 2215-10 Lema

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C.N.  
MPV 2131-5  
Fls. 685



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000618

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Anibal Gomes	087

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

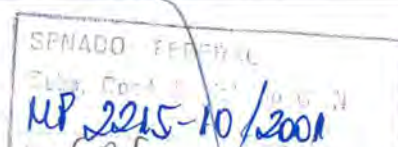
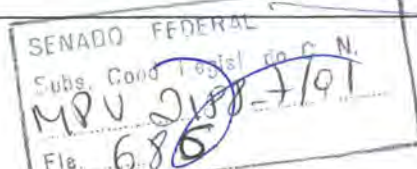
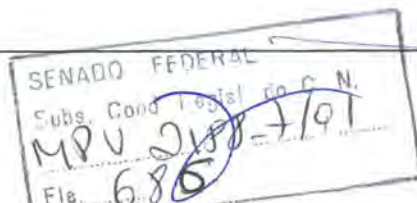
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000619

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
ARNON BEZERRA		090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL	SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.	Subs. Coord. Leg. do C. N.
18 2215-10/2001	MDV 208-7/01
687	687

Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
Fis.	753



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000620

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Isidoro Bentes</i>	nº do prontuário 595

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Isidoro Bentes*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 688

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C.N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 688

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 288





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000621

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado AUGUSTO FARIAS	nº do prontuário 165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

SENADO Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2215-10/2001	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MPV 2118-7/01
---	---

Serviço de Comissões Mistas
nº de 18
Fila 955



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000622

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Carlos Santana	Carlos Santana	290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e Arq. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 690

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e Arq. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 690

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 956





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000623

3

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	LUNNA BUENO	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 957

MP 2215-10/2001
Fls. 69

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do S.N.
MPV 2088-7/01
Fls. 690



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000624

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

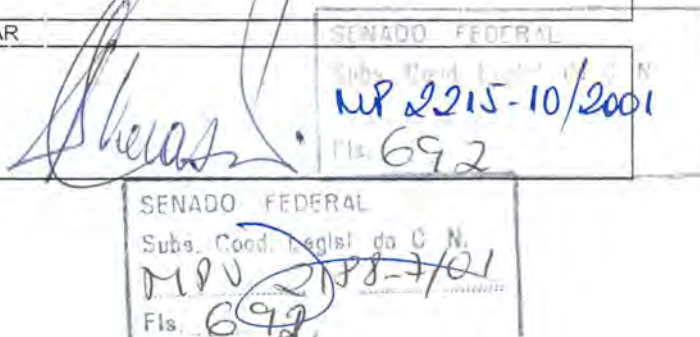
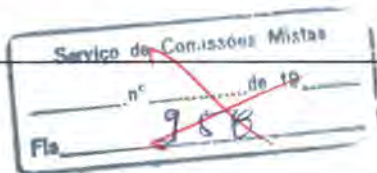
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000625

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 959

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legat. do C.N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 693

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legat. do C.N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 693



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000626

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado <i>Eduardo Campos</i> autor	nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

Serviço de Comissões Mistas
Fls. <i>260</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C.N.
MP 2131-5/2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C.N.
MP 2131-5/2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000627

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>[assinatura]</i>	autor <i>[assinatura]</i>
nº do prontuário 135	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fls. 961

MP 2215-10, 2001

*[assinatura]*

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2188-7/01

Fls. 695



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000628

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado IVANIO GUERRA	nº do prontuário 527

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

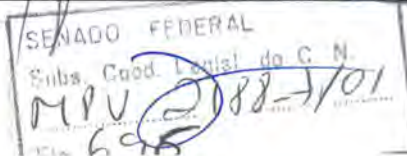
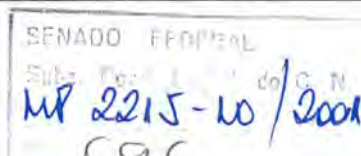
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000629

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	305 MAGALHÃES	239
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C.N. MPV 2131-5/01 Fls. 697	Serviço de Comissões Mistas Fls. 963 MP 2215-10/2001 Fls. 697
---	--



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000630

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>JOÃO MAGNO</b>	nº do prontuário <b>534</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

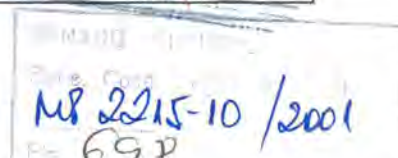
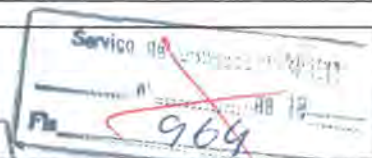
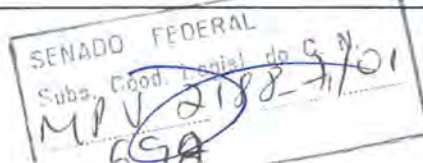
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000631

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	José Carlos Coutinho	306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

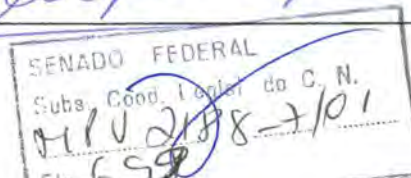
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000632

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <i>José Janene</i>	nº do prontuário <i>452</i>
--------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço da Comissão Mista
Fls. <i>966</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C.N.
MPV <i>2215-10/2001</i>

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C.N.
MPV <i>2188-7/01</i>
Fls. <i>699</i> <i>700</i>





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000633

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário 004
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 701

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2131-5/01  
Fls. 704

Serviço de Comissão Mixta  
nº 1  
Fls. 707



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000634

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500
---	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 2215-10 / 2001	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 2131-5 / 01
--	---

Serviço da Comissão Mista  
nº \_\_\_\_\_  
Fla. 268





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000635

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
Luiz Bittencourt	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva
3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva
5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
	Parágrafo
	Inciso
	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

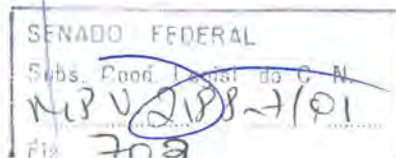
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL

MP 2215-10/2001  
702



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000636

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário 042
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

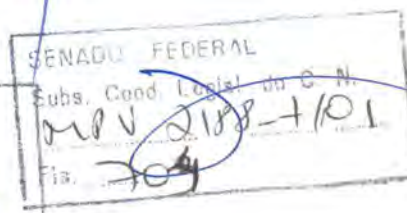
Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2215-10/2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000637

8

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário 298
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

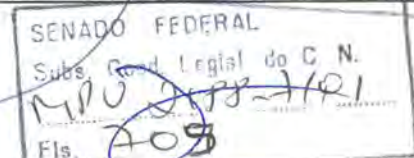
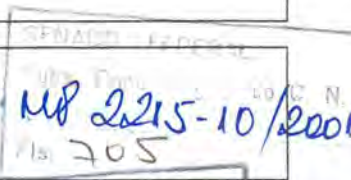
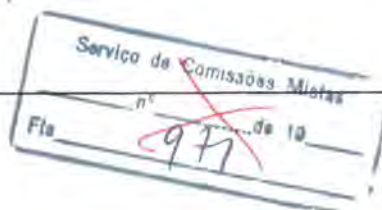
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000638

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUIZ SÉRGIO</b>	nº do prontuário 313
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

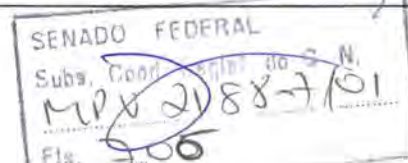
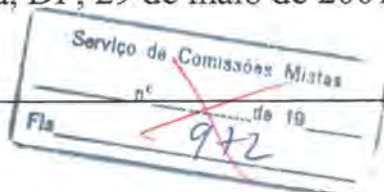
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5/2001  
706





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000639

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
29/05/2001Proposição  
Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001Autor  
DEPUTADO MARCIO BITTARNº Prontuário  
19990551. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo globalPágina  
1/1

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifíque-se a TABELA I do ANEXO I, da MP que passará a vigor nos seguintes termos:

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (último ano) e aluno do Instituto Militar de Engenharia - de R\$ 405,00 para R\$ 1.140,00.

Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais de Aeronautica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de R\$ 330,00 para R\$ 1.140,00.

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de R\$ 300,00 para R\$ 795,00.

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete - de R\$ 294,00 para R\$ 795,00.

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para os praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, Ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts etc., com precedência sobre cabos, perceberem soldo inferior ao soldado.

Busca-se, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais.

ASSINATURA

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C.N.  
MP 2215-10/2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legist. do C.N.  
Fls. 2188-7/01

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 973



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000640

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MOACIR MICHELETTI	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

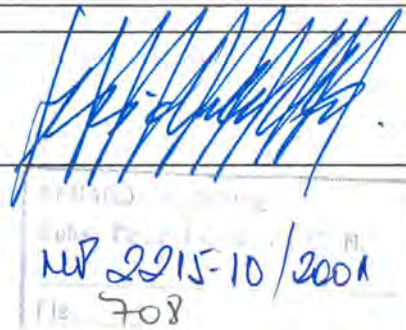
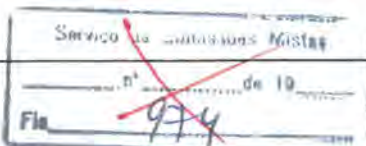
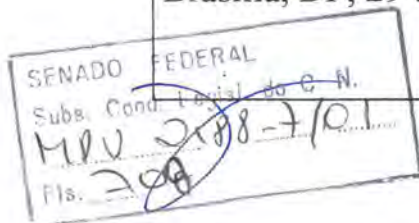
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000641

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>NELSON MARQUEZELLI</i> <sup>autor</sup>	nº do prontuário 381
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

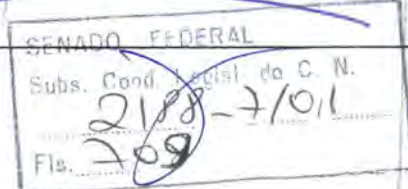
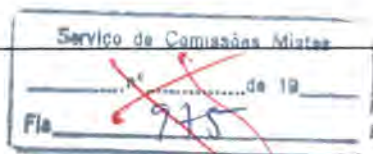
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



1002/01-5725  
MP 2131-5  
29/05/2001  
709



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000642

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário <i>349</i>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

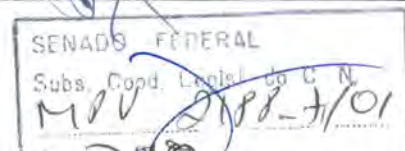
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2131-5/2001  
Fls. 710





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000643

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>OSMANIO PEREIRA</b>	nº do prontuário <b>256</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. e Imp. N. MP 2215-10/2001 Fls. 711	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. e Imp. N. MP 2215-10/2001 Fls. 711	Serviço de Comunicação Militar Fls. 711



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000644

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
	nº do prontuário
	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

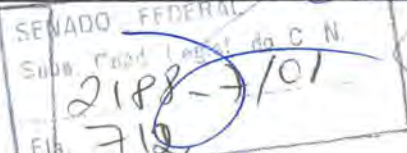
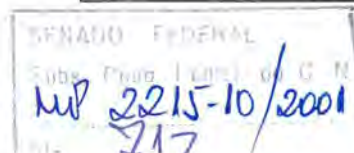
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000645

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO REIS	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas	SENADO FEDERAL	SENADO FEDERAL
nº de 10	Subs. Com. Legis. C.N.	Subs. Com. Legis. C.N.
Fla. 980	148 2215-10/2001	2188-7/01
	Fls. 713	Fls. 712



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000646

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Paulo Góes</i> autor	nº do prontuário 484
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

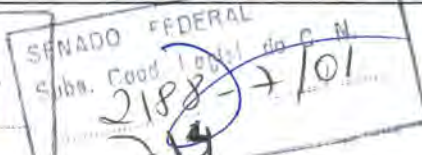
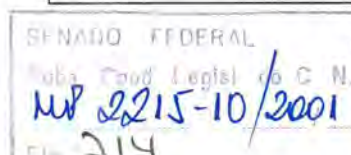
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000647

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	PAULO LIMA	507

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Paulo Lima*

Serviço de Comissões Mistas
de 19
Fls. 982

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MP 2215-10/2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
2188-191



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000648

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	PEDRO CHAVES	428
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

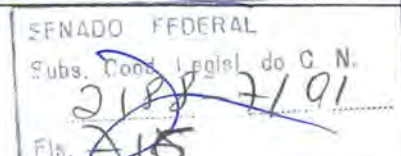
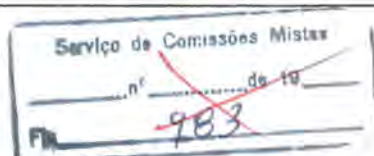
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
148 2215-10/2001  
Fls. 216







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000649

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>PROFESSOR LUIZINHO</b>	autor	nº do prontuário <b>312</b>
---------------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MF 2215-10/2001  
Fls. 717

Serviço da Presidência da República  
Assessoria de Comunicação Social  
nº 984

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MF 2215-10/2001  
Fls. 717 (717)



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000650

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2131-5  
210

Serviço de Comunicação Militar  
da 18  
985

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2131-5  
218





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

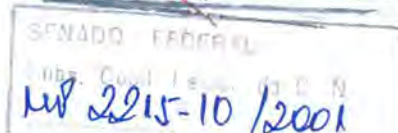
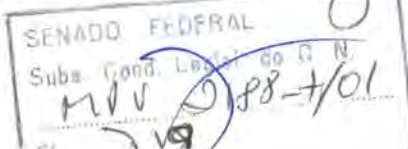
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças-especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000652

3

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <b>SAOMÃO CRUZ</b>	nº do prontuário <b>008</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

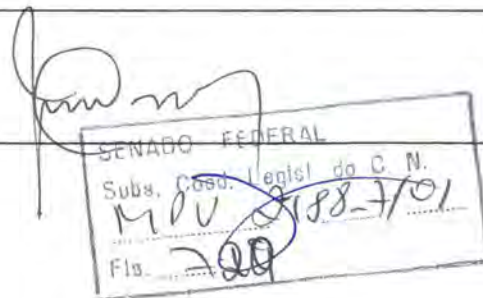
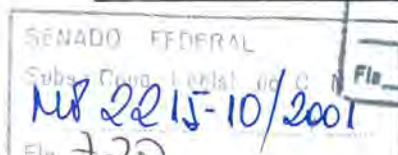
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

Subs. Cond. Leg. do C. N.  
MP 2131-10/2001  
Fls. 721

MP 2131-5

000653

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 988

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Leg. do C. N.  
MP 2131-5/01



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000654

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor Wagner Salesiano	nº do prontuário 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Leg. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 722

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Leg. do C.N.  
MPV 2188-7/01  
Fls. 22

Seção de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 989





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000655

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
TELMO KIRST		99513

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

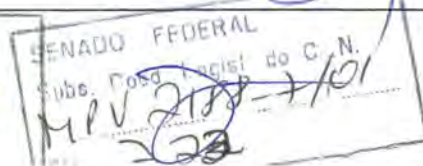
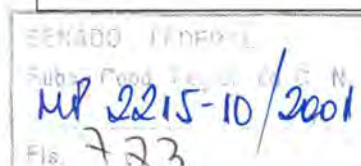
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000656

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado <i>Themis Tocles Sampaio</i>	nº do prontuário <i>113</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

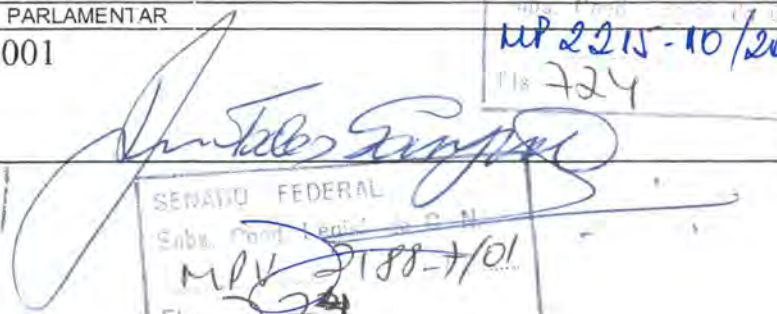
JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







MP 2131-5

000657

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alinea II	Página: 1

ANEXO II  
TABELA II – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2002)

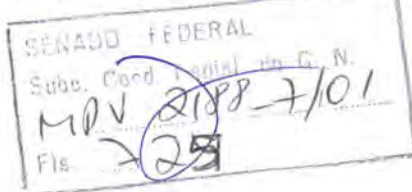
CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General	28	Arts. 1º e 3º
Oficial Superior	28	
Oficial Intermediário	28	
Oficial Subalterno, Guarda- Marinha e Aspirante a Oficial	28	
Suboficial, Subtenente e Sargento	28	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, excetos as que Estejam prestando Serviço Militar Inicial	28	

## JUSTIFICATIVA

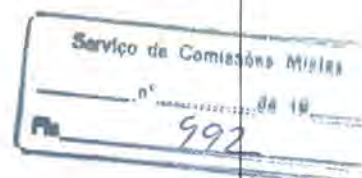
Os maiores índices de correção do adicional militar incidem sobre as maiores remunerações de maneira a discriminar, duplamente, as patentes mais baixas e, por conseguinte, de menor valor.

A alteração prevista nesta emenda visa uma correção linear para quaisquer das patentes de maneira a conferir atualização igualitária, independentemente, da graduação do militar.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares.



MP2131-2001e6





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000658

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	autor	nº do prontuário <i>002</i>
---------------------------------	-------	--------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas

nº \_\_\_\_\_ de 10  
Fls. *993*SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Geral do C. N.  
*MPV 2131-5/01*  
Fls. *726*SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Geral do C. N.  
*MP 2215-10/2001*  
Fls. *726*





MP 2131-5

000659

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES		Prontuário nº: 487		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo:	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1

ANEXO IV  
TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo, não inferior ao soldo do cabo engajado.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não inferior ao soldo do cabo engajado.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.

## JUSTIFICATIVA

O auxílio invalidez tem seu valor calculado sobre o soldo do militar, sendo assim, só teve real majoração para as patentes mais altas pela redação da Medida Provisória.

Outrossim, o piso que era o soldo do cabo engajado foi abolido, trazendo dupla discriminação para os militares de menor graduação.

A emenda apresentada visa assegurar, ao menos, um valor mínimo para o benefício, tendo em vista que o mesmo deve ter caráter pessoal dada a sua destinação para compra de medicamentos e tratamento médico.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares na aprovação da mesma.

MP2131-2001e7

Serviço de Comissões Mistas
____.nº ____ de 19 ____
Fls. 994

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Especial de MP
MP 2131-5/2001
Fls. 522



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000660

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <sup>autor</sup> <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
---	--------------------------------

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Econ. Legal do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 728

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 995

SENADO FEDERAL  
Subs. Econ. Legal do C. N.  
MPV 2188-7/01  
Fls. 228





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000661

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor <b>ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário 286
----------	---------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Para os Deputados  
Bloco IV - Gabinete 936  
30-900 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legisl. do C.N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 229

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 996

SENADO FEDERAL  
Subs. Cond. Legisl. do C.N.  
MP 2215-10/2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000662

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Amílcar Gomes</i> <sup>autor</sup>	nº do prontuário 087
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

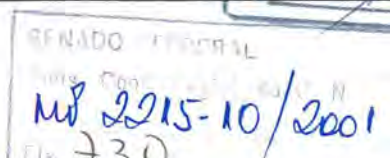
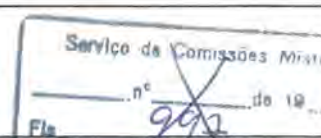
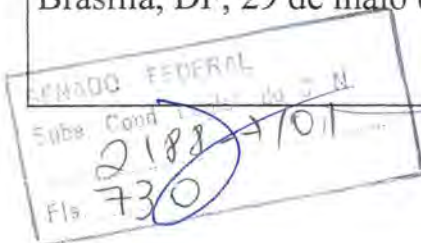
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000663

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 231

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
2188-7/01  
Fls. 731

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 998



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000664

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Andrébal Bentes</i>	nº do prontuário 595

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Andrébal Bentes*

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fla. <i>999</i>

ENTRADA  
SUBS. 2128-7/01  
732

ENTRADA  
MP 2215-10  
737





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000665

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário 165
-----------------------------------	-------------------------

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

SENADO  
Subs. Com.  
MP 2215-10 2001SENADO  
Subs. Com.  
MP 2188-1/01  
23Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 1.000



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000666

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>CARLOS SANTANA</i>	autor	nº do prontuário 290
--------------------------------	-------	-------------------------

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
2215-10/2001  
734

SENADO FEDERAL  
2188-7/01  
734

Serviço de Comissões Mistas  
nº 1002  
Fls. 1002





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000667

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>PUNHA BUENO</i>	autor	nº do prontuário 346
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas
de 19
Fls. 1002

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. e Ass. N.
MP 2131-5
2188-7/01

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. e Ass. N.
MP 2215-10
2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000668

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	DE VELASCO	382

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

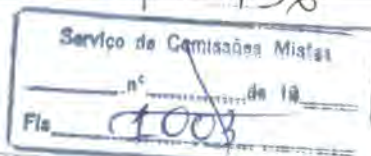
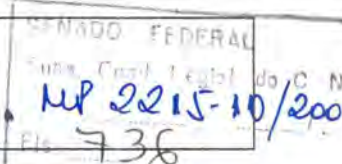
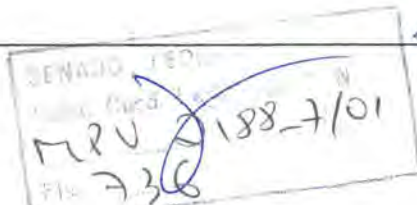
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000669

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor
Dr. Helio	

nº do prontuário
358

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000670

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

autor Deputado <i>Eduardo Campos</i>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000671

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado <i>INACIO LEI-840</i>	autor	nº do prontuário <i>135</i>
--------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*João Leal*

SENADO FEDERAL Junta Especial de Invalidez nº 2215-10/2001 Fls. 739	COMISSÃO DE DEFESA nº 2188-7101 739
--	---

Serviço de Comissões Mistas nº <i>1006</i> de 19 Fls. <i>1006</i>
---



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000672

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado IVANILTO GUERRA	autor	nº do prontuário 527
-----------------------------	-------	-------------------------

1. ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

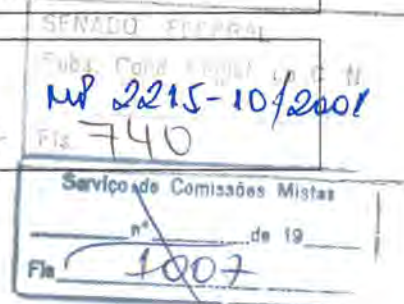
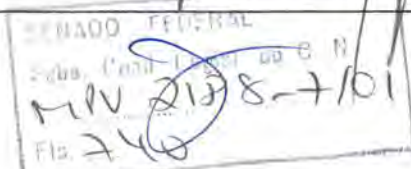
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000673

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado <b>JOS MACANHES</b>	autor <b>JOS MACANHES</b>	nº do prontuário <b>239</b>
---------------------------------	------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Service de Comissões Mistas
de 19
Fls. 1008

SENADO FEDERAL
RECEBUE
288-1/01
24/1

SENADO FEDERAL
RECEBUE
2215-10
2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000674

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <b>JOÃO MAGNO</b>	autor	nº do prontuário <b>534</b>
-------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	<b>Artigo 3º</b>	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

JUSTIFICAÇÃO

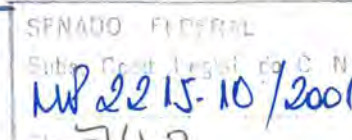
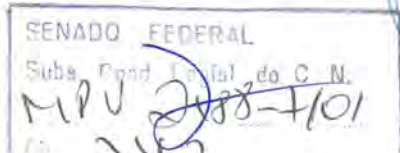
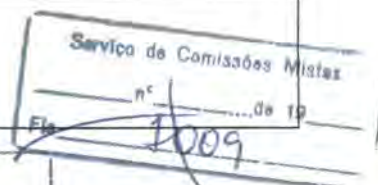
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000675

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>José Carlos Coutinho</i> autor	nº do prontuário <i>306</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

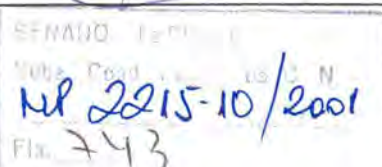
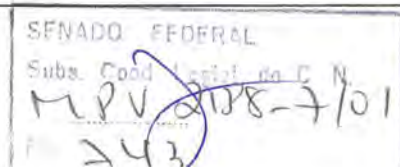
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000676

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado José Janene	nº do prontuário 452
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

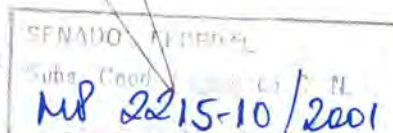
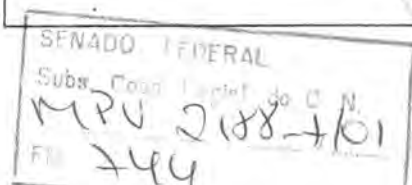
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000677

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500
---	----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

JUSTIFICAÇÃO

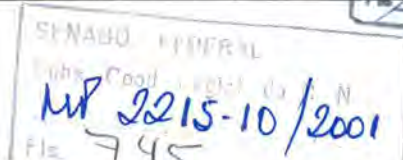
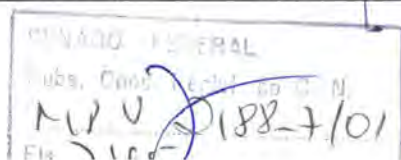
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000678

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Luiz	BITENCOURT	922

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

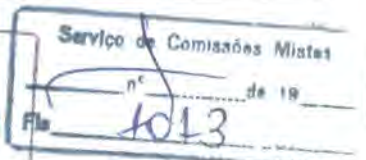
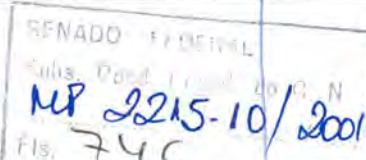
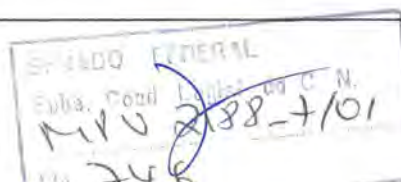
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000679

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ FERNANDO	042

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

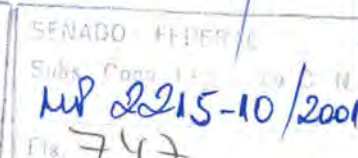
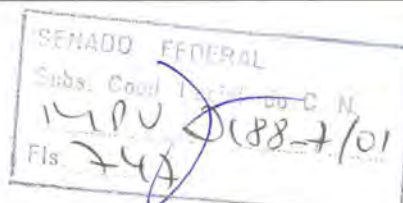
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000680

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado LUIZ RIBEIRO	nº do prontuário 298
--------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
MPV 2131-5/01  
Fls. 748

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 4015

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 748





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000681

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor LUIZ SÉRGIO	nº do prontuário 313
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

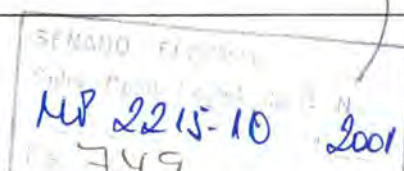
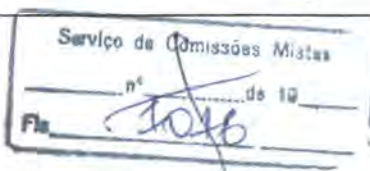
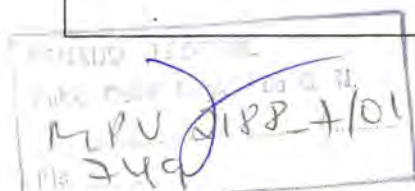
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000682

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado <i>MIRIAM REID</i> autor	nº do prontuário <i>99318</i>
-----------------------------------	----------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Miriam Reid*

Serviço de Comunicação	Nº 1553
nº	da 1ª
Fls.	<i>101</i>

SENADO FEDERAL
MPV 2131-5/01
100

SENADO FEDERAL
MP 2131-5/2001
100





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000683

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>MOACIR MICHELETTI</i>	autor	nº do prontuário 462
-----------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

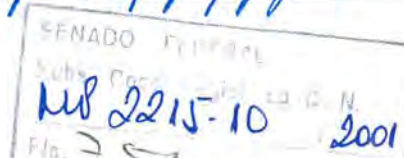
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000684

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do prontuário 381
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

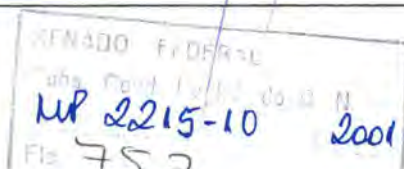
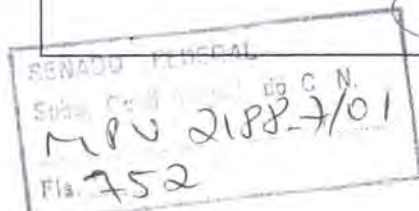
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000685

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado Newton Lima</b>	nº do prontuário <b>389</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

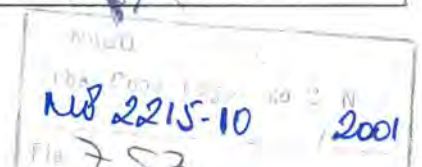
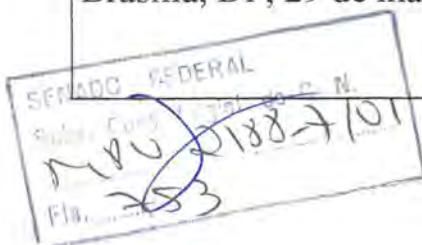
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000686

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO REES	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

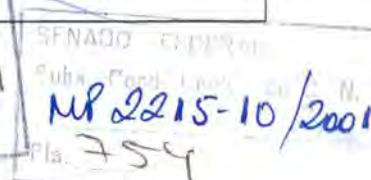
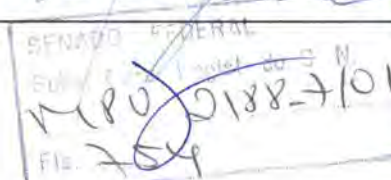
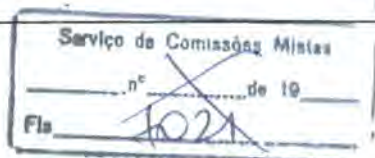
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000687

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 755

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
180 288-7101  
Fls. 755

Serviço de Comissões Mistas  
nº 1022  
Fls. 1022



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000688

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Amorim Sena</i>	nº do prontuário <i>463</i>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. Legal do C.N.  
MPV 2215-10  
Fls. 756

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 4028  
SENADO FEDERAL  
Subs. Com. Legal do C.N.  
MP 2215-10 / 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000689

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Paulo Gouvêa</i>	autor	nº do prontuário 484
------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

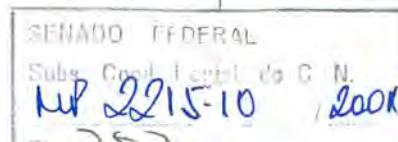
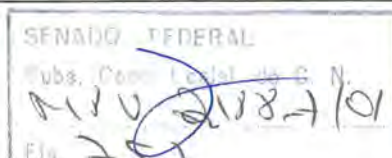
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*1 rec.*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000690

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado PAULO LYMA	nº do prontuário 507			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Pres. do CN.  
RIBU 2138-7/01  
Fls. 258

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
Fls. 1025

SENADO FEDERAL  
Subs. Pres. do CN.  
MP 2215-10  
2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000691

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado <b>PEDRO CHAVES</b>	autor	nº do prontuário <b>428</b>
---------------------------------	-------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

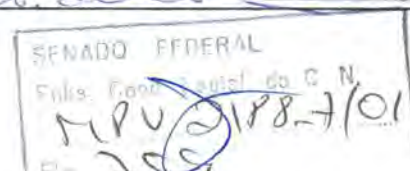
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 759



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000692

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor
Deputado PROFESSOR LOIZINHO

nº do prontuário
312

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

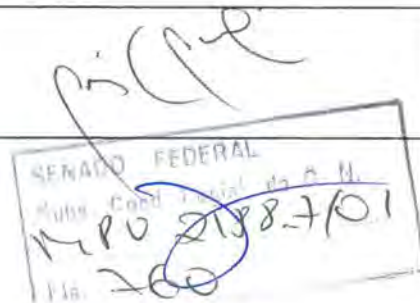
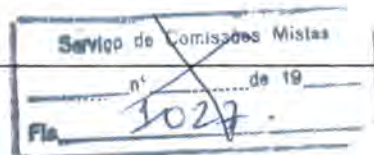
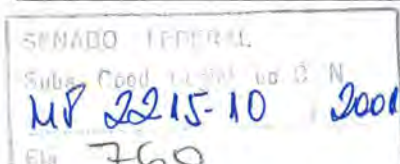
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000693

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <sup>autor</sup> <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 1028  
SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e N.º  
MP 2215-10 / 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e N.º  
MPV 2088-7/01  
Fls. 761



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000694

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

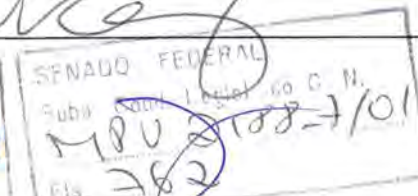
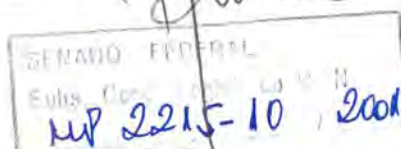
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000695

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado <i>SALOMÃO CME</i>	nº do prontuário 008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

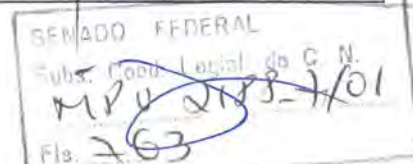
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





000696

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engaiado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENAO FEDERAL  
FUND. DE INVEST. DO S. N.  
MPU 2188-7/01  
764





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000697

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor TELMO KIRST	nº do prontuário 99515
----------	----------------------	---------------------------

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 3º Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MP 2215-10 / 2001  
Fls. 765

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C.N.  
MPV 2088-7/01  
Fls. 765

Serviço de Comissão Mistas  
de 10  
Fls. 1032



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000698

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>THEMISTOCLES SAMPAIO</i>	<i>113</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

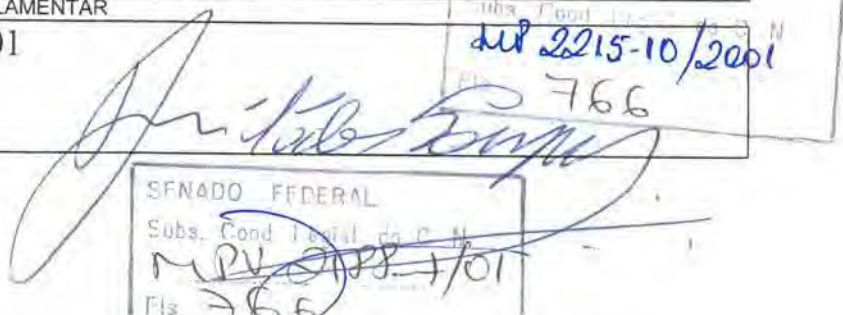
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000699

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> <i>Wagner Salustiano</i>	nº do prontuário <i>396</i>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

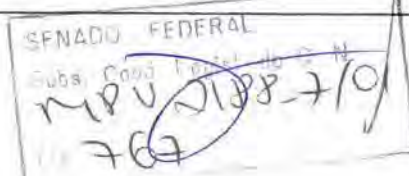
O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

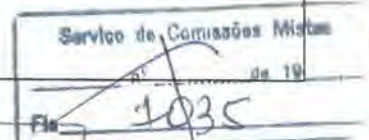
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Fiscal do S.N.  
MPV 2131-5  
767

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Fiscal do S.N.  
MP 2215-10/2001



Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 1035

**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-6**, ADOTADA EM 21 DE JUNHO DE 2001 E PUBLICOU NO DIA 22 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado AGNALDO MUNIZ	722
Deputado AGNELO QUEIROZ	702
Deputado ALBÉRICO FILHO	739
Deputado ALBERTO FRAGA	799
Deputado ANÍBAL GOMES	738
Deputado ANTONIO DO VALLE	708
Deputado ARMANDO ABÍLIO	737
Deputado ARNON BEZERRA	729
Deputado AROLDE DE OLIVEIRA	815
Deputada AUMERINDA DE CARVALHO	757
Deputado CANDINHO MATTOS	728
Deputado CARLITO MERSS	736
Deputado CELSO RUSSUMANNO	735
Deputado COSTA FERREIRA	711
Deputado COSTA FERREIRA	758
Deputado DINO FERNANDES	734
Deputado DOMICIANO CABRAL	754
Deputado DR. BENEDITO DIAS	755
Deputado DR. HÉLIO	752
Deputado EDMAR MOREIRA	733
Deputado EDUARDO CAMPOS	787
Deputado ELISEU MOURA	732
Deputado ELISEU RESENDE	712
Deputado ENIVALDO RIBEIRO	753
Deputado EURICO MIRANDA	816
Deputado EVÍDIO PINHEIRO	716
Deputado FERNANDO FERRO	701
Deputado FERNANDO GABEIRA	731
Deputado FERNANDO GARCIA	730
Deputado FERNANDO GONÇALVES	700
Deputado FETTER JÚNIOR	778
Deputado FRANCISCO RODRIGUES	817
Deputado GERVÁSIO SILVA	779
Deputado HUGO BIEHL	777
Deputado IÉDIO ROSA	713
Deputado IGOR AVELINO	776
Deputado INALDO LEITÃO	775
Deputado JAIR BOLSONARO	796
Deputado JAIR MENEGUELLI	707
Deputado JOÃO COLAÇO	774
Deputado JOÃO MAGALHÃES	773
Deputado JOÃO MENDES	772
Deputado JOÃO PIZZOLATTI	740

SENADO FEDERAL  
 Subs. nº 2131-6 do P. N.  
 MP 2215-10/2001  
 Fls. 768

SENADO FEDERAL  
 Subs. nº 2131-6 do P. N.  
 MP 2215-10/2001  
 Fls. 768

Serviço de Comissões Mistas  
 MP 2131-6 do P. N.  
 Fls. 768



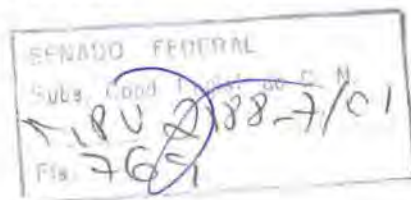
Deputado	JOÃO RIBEIRO	771
Deputado	JOÃO TOTA	721
Deputado	JONIVAL LUCAS JÚNIOR	770
Deputado	JORGE KHOURY	769
Deputado	JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA	727
Deputado	JOSÉ ELIAS MURAD	759
Deputado	JOSE INDIO	750
Deputado	JOSÉ JANENE	768
Deputado	LAIRE ROSADO	767
Deputado	LINCON PORTELA	766
Deputado	LINO ROSSI	765
Deputado	LUCIANO BIVAR	788
Deputado	LUIS BARBOSA	764
Deputado	LUIS BARBOSA	818
Deputado	LUIZ DURÃO	814
Deputado	LUIZ FERNANDO	763
Deputado	MÁRCIO MATOS	762
Deputado	MAURO BENEVIDES	761
Deputado	MAURO LOPES	704
Deputado	MEDEIROS	760
Deputado	MENDES RIBEIRO FILHO	706
Deputado	MILTON MONTI	749
Deputada	MIRIAM REID	748
Deputado	MORILO DOMINGOS	719
Deputado	NAIR LOBO	703
Deputado	NEIVA MOREIRA	723
Deputado	NELSON MARQUEZAN	747
Deputado	NELSON MARQUEZELLI	746
Deputado	NILTON CAPICHABA	745
Deputado	OLIMPIO PIRES	724
Deputado	OSCAR ANDRADE	744
Deputado	OSMANIO PEREIRA	743
Deputado	P. VELASCO	756
Deputado	PAES LANDIM	742
Deputado	PAUDERNEY AVELINO	741
Deputado	PAULO LIMA	710
Deputado	PAULO LIMA	718
Deputado	PROFESSOR LUIZINHO	709
Deputado	REGIS CAVALCANTE	726
Deputado	ROBERTO ROCHA	751
Deputado	ROLAND LAVIGNE	715
Deputado	RUBENS FURLAN	821
Deputado	SAULO COELHO	705
Deputado	SÉRGIO NOVAIS	820
Deputado	SILAS BRASILEIRO	819
Deputado	SÍLVIO TORRES	725
Deputado	TOMAS NONO	720
Deputado	VILMAR ROCHA	714
Deputado	YONILTON GONÇALVES	717
Senadora	MARIA DO CARMO ALVES	809
Senadora	MARLUCE PINTO	801, 802, 803, 804, 805, 806, 813
Senador	MOZARILDO CAVALCANTI	780, 781, 782, 783, 784, 785, 792, 793, 794, 795, 807, 808
Senador	NEY SUASSUNA	789, 790, 797, 800, 810, 811, 812

**SACM**

EMENDAS CONVALIDADAS: 699

EMENDAS ADICIONADAS: 122

TOTAL DE EMENDAS: 821





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000700

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>FERNANDO GONÇALVES</i>	nº do prontuário <i>297</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

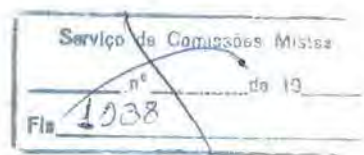
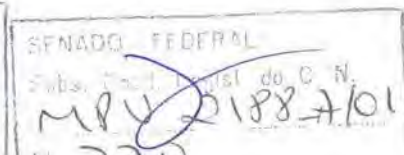
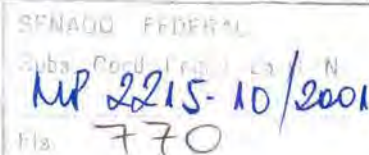
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000701

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/06/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor
FERNANDO FERRO

nº do prontuário
141

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*[Assinatura]* 427

SENADO FEDERAL	SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.	Subs. Coord. Leg. do C. N.
MP 2215-10/2001	MPV 2188-7/01
Fia 771	Fia 771

Comissão de Legislação Médica
____ de ____ de 2001
Fia 1039



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000702

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

AGNELLO QUEIROZ

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TENTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. e P. N.

MP 2215-10/2001

Fls. 772

379

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. e P. N.

MP 2215-10/2001

Fls. 772

Serv. Mistas

Fls. 19

Fls. 3040





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000703

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>NAIR LOBO</i>	nº do prontuário

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
*MP 2215-10/2001*  
Fls. *773*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. e C. N.  
*MP 2215-10/2001*  
Fls. *773*

Subs. Coord. Leg. e C. N.  
Fls. *2091*



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000704

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

MAURO LOPES

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*[Assinatura]* 841

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MP 2215-10/2001

Fls. 774

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MP 2215-10/2001

Fls. 774

Serviço de Comissões Mistas

de 19

Fls. 1048





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000705

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

SAULO COELHO

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

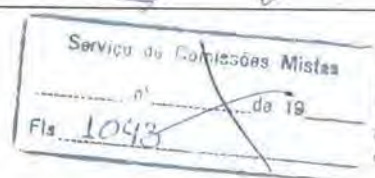
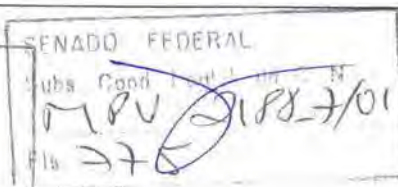
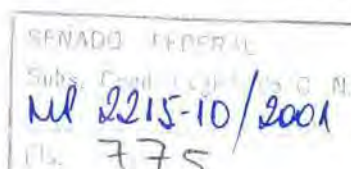
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

Saulo Coelho S. 86





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000706

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001
--------------------	--

autor MENDES Ribeiro Filho	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
File: Cond. Inat. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 776

SENADO FEDERAL  
File: Cond. Inat. do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 776

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 1094





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000707

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001</b>
autor <i>JAIR MENEGUELI</i>	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 777

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C.N.  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 777

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 1045



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000708

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>ANTONIO DO VALLE</i>	nº do prontuário

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2131-6  
Fls. 378

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 1046

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2215-10/2001

*Antônio do Valle*  
*PMDB/MS - 503*





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000709

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <i>Prof. Luiz Inácio Lula da Silva</i>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

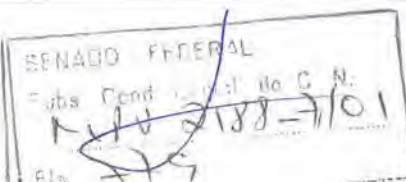
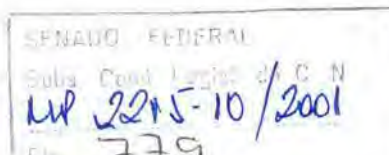
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000710

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

PAULO LIMA

nº do prontuário

388

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

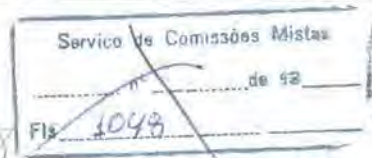
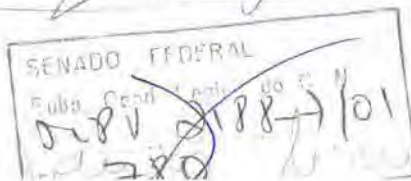
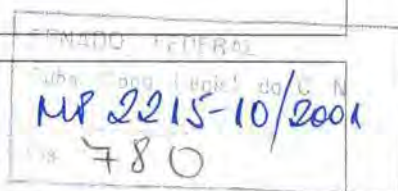
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*[Assinatura]*

507







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000711

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO COSTA FERREIRA</b>	nº do prontuário <b>071</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

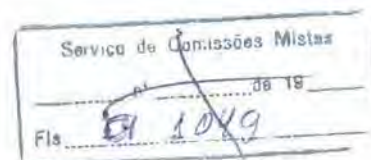
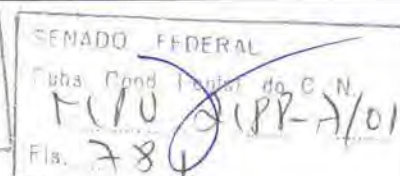
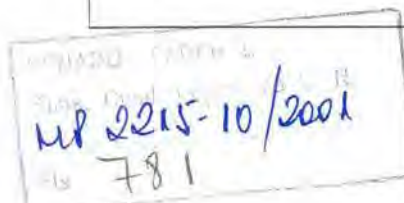
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000712

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>DEPUTADO ELISEU RESENDE</b>	nº do prontuário <b>232</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

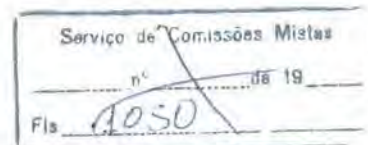
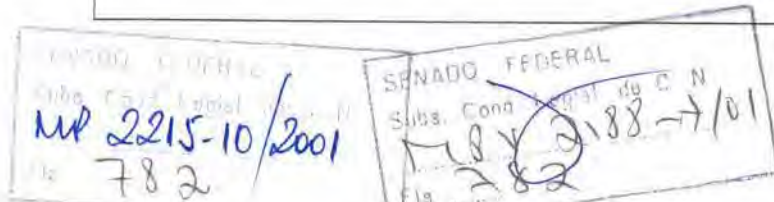
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Eliseu Resende* - PFL-204







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000713

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO IÉDIO ROSA</b>	nº do prontuário <b>308</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

*IÉDIO ROSA*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*JRL**266*

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2215-10/2001 Fls. 783	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2215-10/2001 Fls. 783
---	---

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 1051



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000714

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>DEPUTADO VILMAR ROCHA</b>	nº do prontuário <b>430</b>
---------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

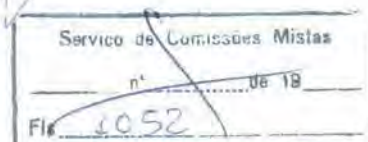
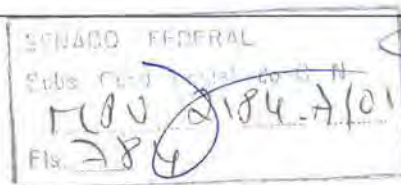
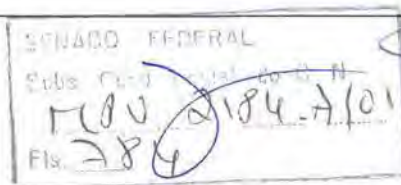
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



MP 2215-10/2001  
784

694





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000715

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO ROLAND LAVIGNE

nº do prontuário

215

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do S. N.

MP 2215-10/2001

Fls. 785

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do S. N.

MP 2131-6/01

Fls. 785

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fls. 4053



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000716

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>Luiz Pinheiro</i>	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

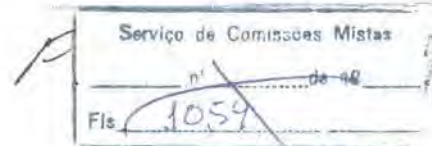
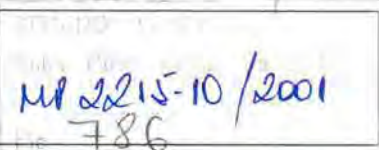
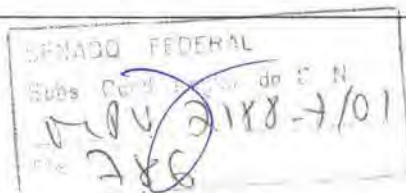
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

*Luiz Pinheiro*  
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000717

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>YONILTON GONÇALVES</i>	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Yonilton Gonçalves* *[Assinatura]* 79/7

SENADO FEDERAL Subs. Com. Legal do C. N. MPV 2131-6/01 Fls. 387
--

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 2055



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000718

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>Paulo Diana</i>	nº do prontuário

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

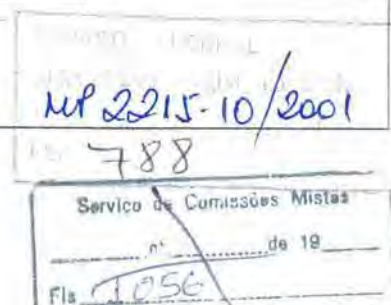
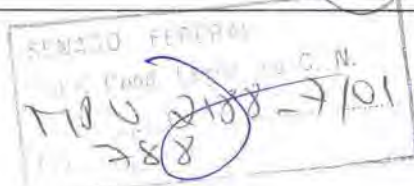
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000719

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
/ /2001	Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001

autor	nº do prontuário
MOMILLO DOMINGOS	

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

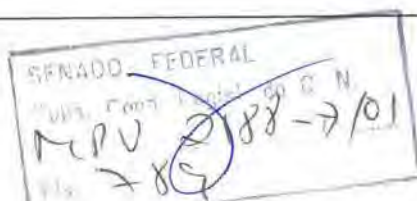
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

*[Assinatura]* 722

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000720

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001</b>
-----------------	--

autor <i>TOMAS NUNO</i>	nº do prontuário <i>169</i>
----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF,	de	de 2001	<i>[Assinatura]</i>
---------------	----	---------	---------------------

822

RECEBIDO - EXTERNO MP 2215-10/2001 Fls. 790	RECEBIDO - INTERNO MP 2215-10/2001 Fls. 790
---	---

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 105





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000721

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>João Teixeira</i>	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva    2 ☐ substitutiva    3 ☐ modificativa    4 ☐ aditiva    5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*João Teixeira*

244

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 791

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MP 2215-10/2001  
Fls. 794

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 1058



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000722

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>			
autor <i>AGNOLDO MUNIZ</i>	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

833

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legal do C. N.
MP 2131-6/01
Fis. 792

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legal do C. N.
MP 2215-10/2001
Fis. 792

Serviço de Comissões Mistas
de 19
Fis. 1060





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000723

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>			
autor <i>NEIVA MOREIRA</i>	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

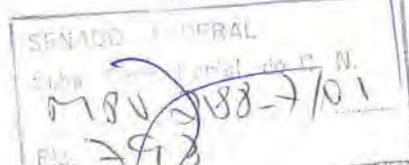
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

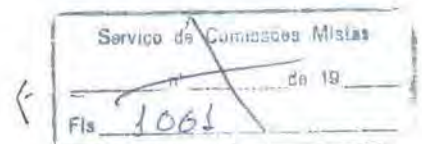
Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

18 2215-10/2001  
793



SENADO FEDERAL  
Subs. Especial do P. N.  
18 2215-10/2001  
Fls. 793



Serviço de Comissões Mistas  
nº \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Fls. 1061



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000724

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

*Olimpio Pires*

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

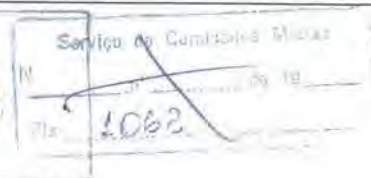
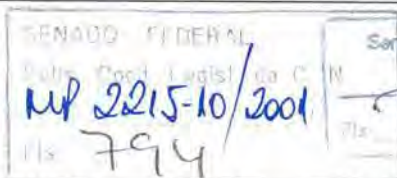
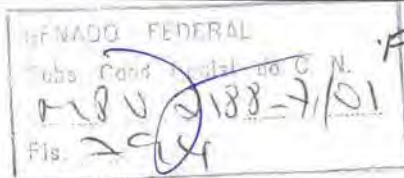
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000725

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>SILVIO TORRES</i>	nº do prontuário 553

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

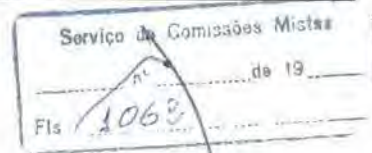
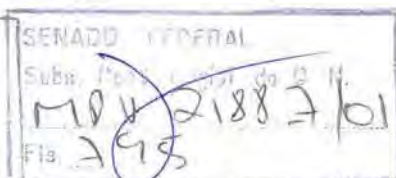
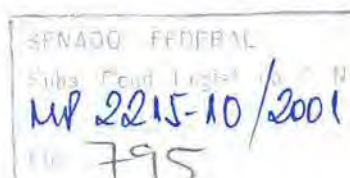
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Assinatura* 624



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000726

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

REBIS CALVACANTE

nº do prontuário

168

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

Ass. Pres. do C. N.

MP 2215-1001

Fls. 796

724

SENADO FEDERAL

Ass. Pres. do C. N.

MP 2131-6-1/01

Fls. 796

Serviço de Documentação Militar

Fls. 1084





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000727

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

JOSÉ ANTÔNIO AKMEIDA

nº do prontuário

076

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

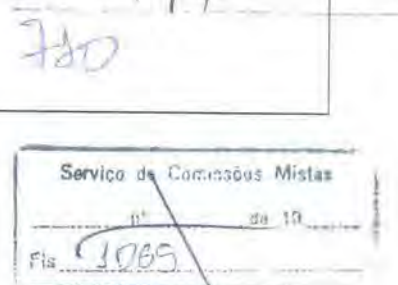
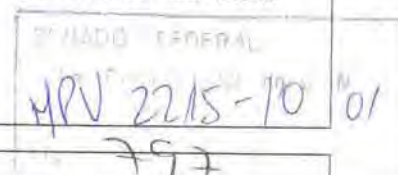
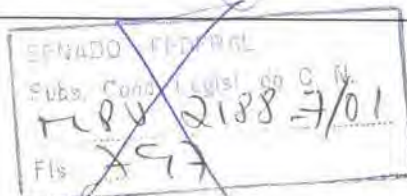
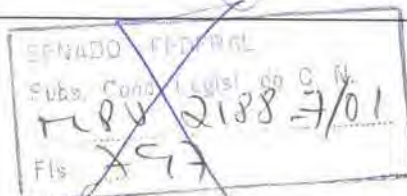
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000728

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>CARDINHO MATTOS</i>	nº do prontuário <i>537</i>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Handwritten signature and date: 27/06/01*  
*Handwritten number: 533*

SENADO FEDERAL  
Em 27/06/01 do C.N.  
MPV 2131-6  
Fl. 298

SENADO FEDERAL  
Serviço de Comunicação Parlamentar  
nº 1066





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000729

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>ARNON BEZERRA</i>	nº do prontuário 090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

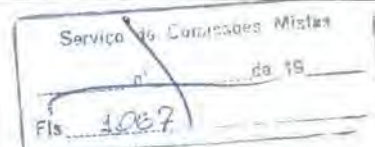
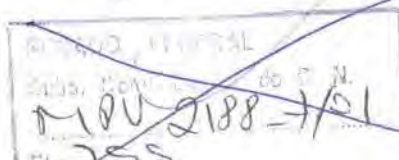
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imagem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000730

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor DEPUTADO FERNANDO GARCIA	nº do prontuário 036

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

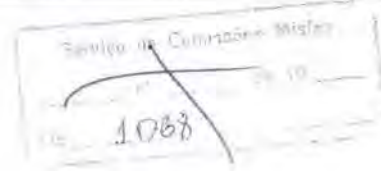
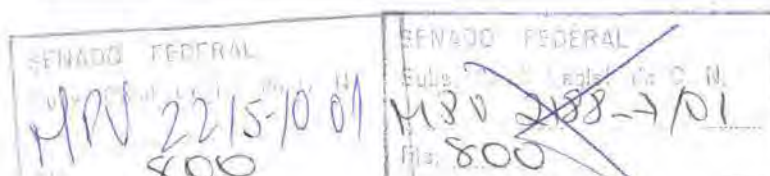
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Handwritten signature and number 639*







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000731

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO FERNANDO GABEIRA</b>	nº do prontuário <b>296</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

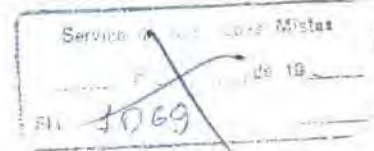
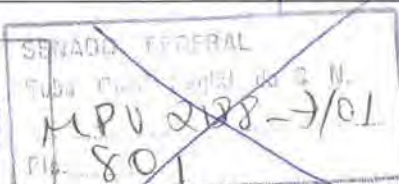
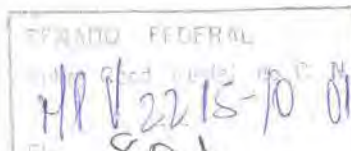
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*9/6/01*

*374*





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000732

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO ELISEU MOURA</b>	nº do prontuário <b>073</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

MPV 2215-10/01  
802

217

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Legis. do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 802

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 13  
Fls. 1070





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000733

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO EDMAR MOREIRA

nº do prontuário

231

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

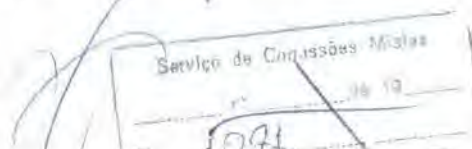
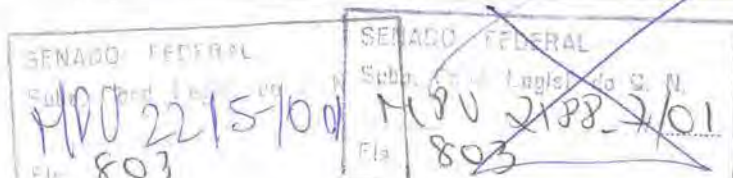
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000734

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>DEPUTADO DINO FERNANDES</b>	nº do prontuário 293
---	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*[Assinatura]*

RECEBIDO LEGISLATIVO  
MPV 2215-10 01  
804  
584

SENADO FEDERAL  
Subs. para o Trabalho do C. N.  
MPV 2188-7/01  
Fls. 804

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 1032





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000735

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO CELSO RUSSUMMANNO

nº do prontuário

344

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

22/5-10/01  
805

SENADO FEDERAL  
Subs. nº 188-A/01  
805

Serviço de Informação Pessoal  
Fls. 1023



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000736

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO CARLITO MERSS

nº do prontuário

401

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

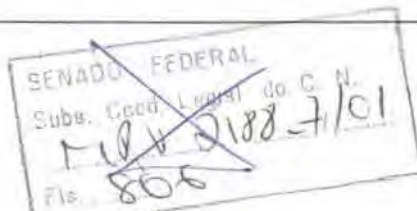
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000737

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO</b>	nº do prontuário <b>129</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

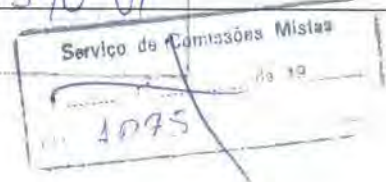
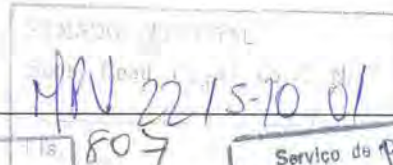
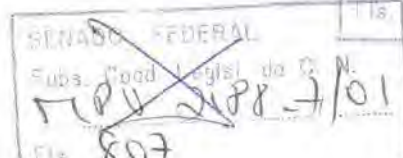
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000738

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO ANÍBAL GOMES</b>	nº do prontuário <b>087</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

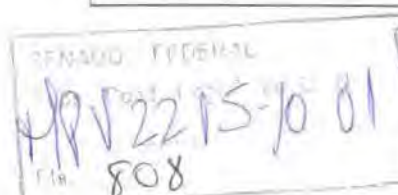
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000739

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO ALBÉRICO FILHO</b>	nº do prontuário <b>068</b>

1. ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

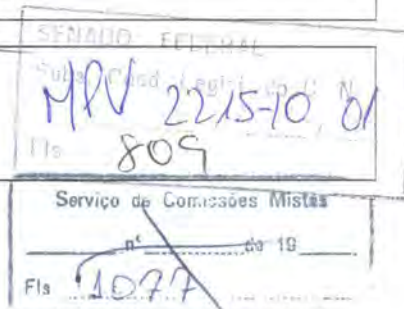
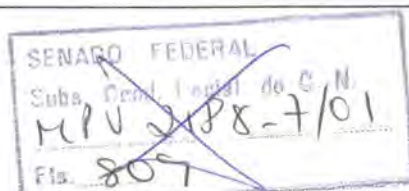
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

  
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000740

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>JOAO PIZZOLATTI</b>	nº do prontuário <b>474</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

959

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Legial. do C. N.  
MPV 2131-6  
Fls. 810

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Legial. do C. N.  
MPV 2131-6  
Fls. 810

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
1098





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000741

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO</b>	nº do prontuário <b>043</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

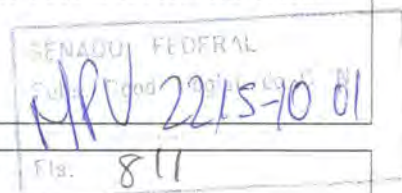
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

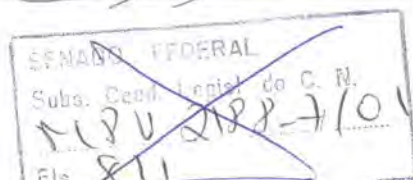
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



260





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000742

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO PAES LANDIM</b>	nº do prontuário <b>118</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
MPV 2131-6  
812

SENADO FEDERAL  
Subs. Econ. do C.N.  
MPV 2131-6  
Fls. 812

Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. 1080

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 812





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000743

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO OSMANIO PEREIRA</b>	nº do prontuário <b>356</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

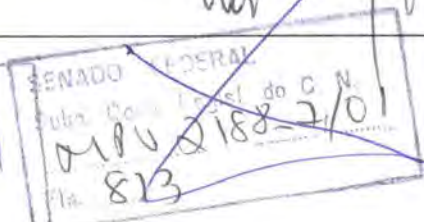
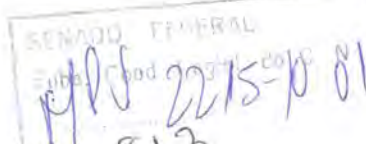
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000744

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>DEPUTADO OSCAR ANDRADE</b>	nº do prontuário <b>049</b>
--	--------------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. Legis. do C. N.  
Fls. 814  
22/5-10 01

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. Legis. do C. N.  
Fls. 814  
21/8/01

Serviço de Comunicações Internas  
Fls. 1082

337





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000745

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor DEP. NILTON CAPICHABA	nº do prontuário 046

1. ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO  
MPV 2215-10 01  
Fls. 815

SENADO FEDERAL  
Dep. Coord. Geral do C. N.  
MPV 2188-7/01  
Fls. 815

Serviço de Comissões Militares  
nº da 1ª  
Fls. 1083



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000746

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

nº do prontuário

381

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

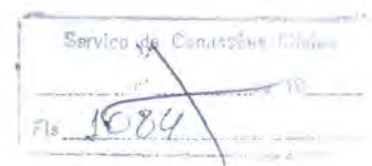
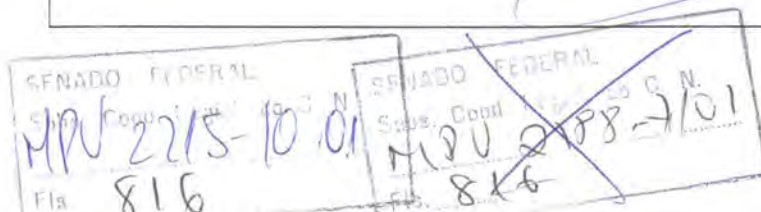
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000747

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>27/06/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO NELSON MARQUEZAN</b>	nº do prontuário <b>506</b>

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

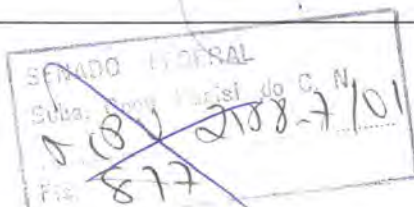
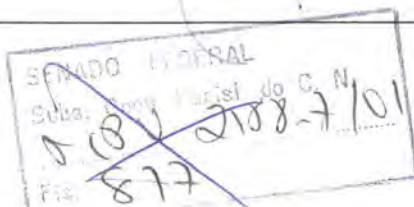
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000748

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/06/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor
DEPUTADA MIRIAM REID

nº do prontuário
318

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Miriam Reid*

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. 22/5-10/01
Fls. 818

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
2131-6/01
Fls. 818

Serviço de Controle Interno
nº 1086
Fls. 1086

950





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000749

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>27/06/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO MILTON MONTI</b>	nº do prontuário <b>374</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

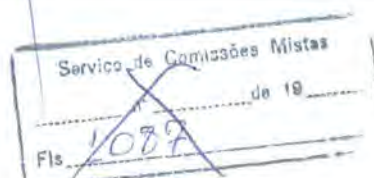
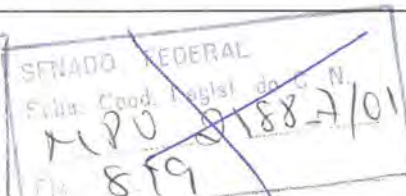
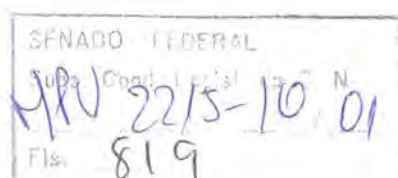
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000750

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

/ /2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001

autor

JOSE INACIO

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

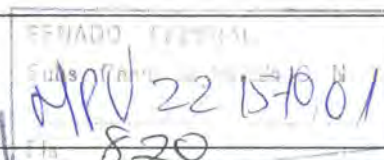
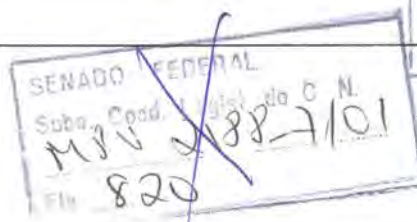
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000751

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-</b> , de de de 2001
-----------------	--

autor <i>Roberto Rocha</i>	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001

529

SENADO FEDERAL MPV 2215-10/01 Fls. 821	SENADO FEDERAL MPV 2188-7/01 Fls. 821
--	---

Serviço de C. T. Mistas	de 19
Fls. 1029	



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000752

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/06/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor
<i>Dr. Helio</i>

nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

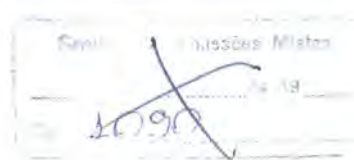
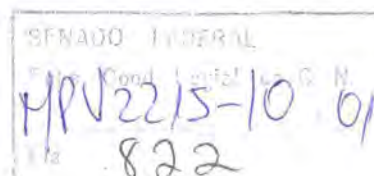
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Helio*  
*D. Helio 27/6/01*







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000753

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-</b> , de de de 2001
-----------------	--

autor <i>ENIVALDO RIBEIRO</i>	nº do prontuário
----------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

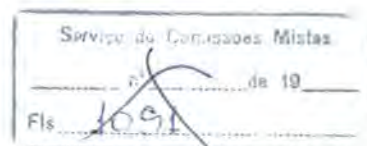
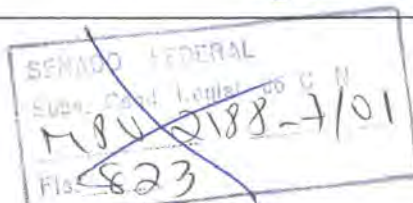
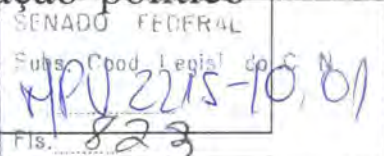
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000754

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001</b>			
autor <i>DOMINGUO CABRAL</i>	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

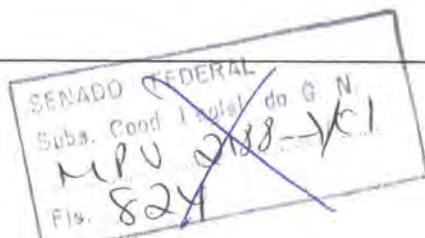
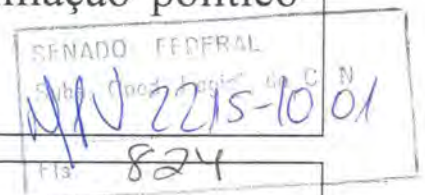
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000755

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <i>DR BENEDITO DIAS</i>	nº do prontuário <i>012</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
*MA 2215-10-01*  
Fls. *825*

*574*

~~SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
*MA 2128-710*  
Fls. *825*~~

~~Serviço de Comissões Mistas  
nº de 19  
Fls. *1023*~~



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000756

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
/ /2001	Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001

autor	nº do prontuário
P. Velasco	

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

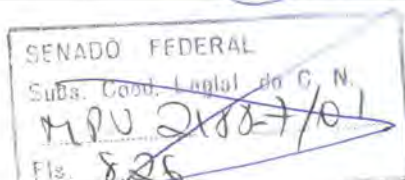
## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

Brasília, DF,	de	de 2001	PARLAMENTAR
			Fls. 826







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000757

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001</b>
-----------------	--

autor <i>Amândeo de Carvalho</i>	nº do prontuário <i>286</i>
-------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001

SENADO FEDERAL
MPV 2215-10/01
Fls. 827

*Amândeo de Carvalho*

936

SENADO FEDERAL
Subs. P.ºon. J.ºon. do C. N.
138-2188-7/01
Fls. 827

Serviço de	Fls. 1095
------------	-----------



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000758

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  27/06/2001	proposição  <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor  <i>COSM FERREIRA</i>	nº do prontuário

1. ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

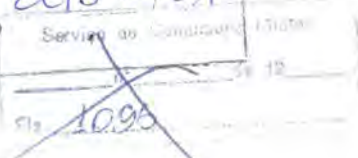
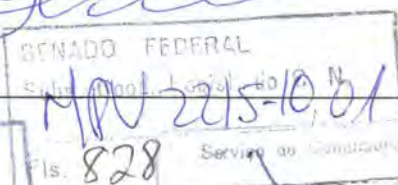
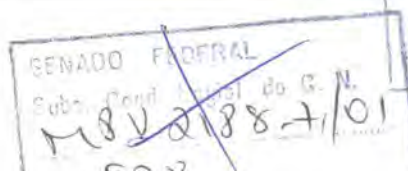
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000759

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

*JOSE ELIAS MURAD*

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

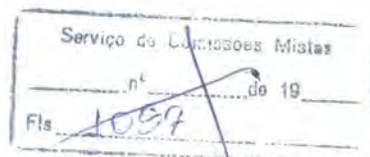
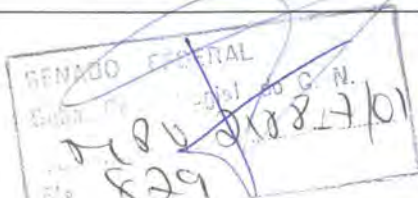
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

MPV 2215-10/01  
Fls. 829





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000760

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO MEDEIROS

nº do prontuário

373

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Medeiros*

946

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Leg. do C.N.  
Fls. 830  
MPV 2215-100

SENADO FEDERAL  
Sub. Coord. Leg. do C.N.  
Fls. 830  
MSU 288-7/01

Serviço de Comparações Nominas  
Fls. 1098





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000761

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO MAURO BENEVIDES

nº do prontuário

099

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

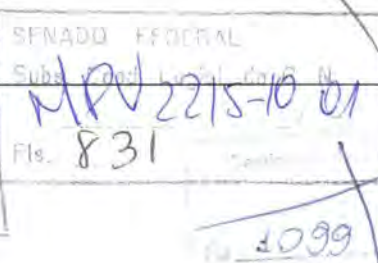
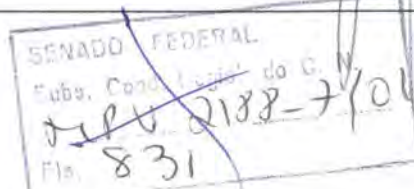
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



270



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000762

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>27/06/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO MÁRCIO MATOS</b>	nº do prontuário <b>461</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL Setor de Redação 2188-7/01 Fls. 832	SENADO FEDERAL Setor de Redação MPV 2215-10,01	Serviço de Comissões Mistas nº 4100 de 10
---	--	--





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000763

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO LUIZ FERNANDO</b>	nº do prontuário <b>042</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

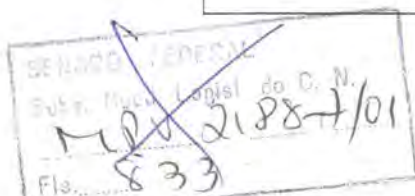
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Luiz Fernando* 943



MPV 2215-10/01  
833





CONGRESSO NACIONAL

MP - 2131 - 6

000764

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>27/06/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO LUIS BARBOSA</b>	nº do prontuário <b>005</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

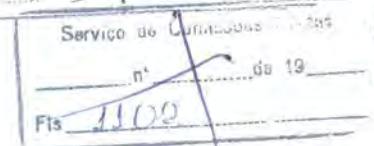
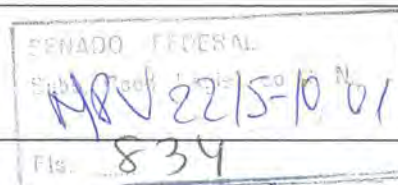
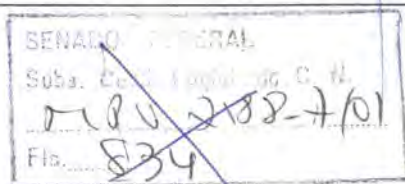
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000765

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO LINO ROSSI

nº do prontuário

401

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

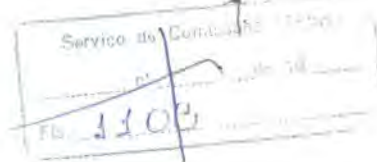
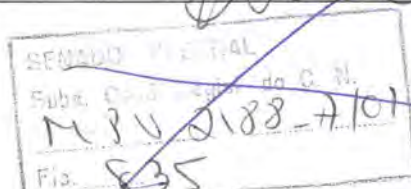
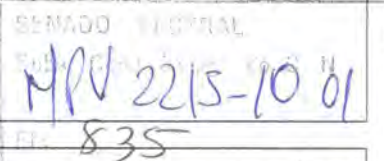
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000766

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO LINCON PORTELA</b>	nº do prontuário <b>243</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. (Cm) Legisl. do C. N.  
**MPV 2215-10/01**  
**836**

SENADO FEDERAL  
Subs. (Cm) Legisl. do C. N.  
**MPV 2215-10/01**  
**836**

Serviço de Comunicação

1104





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000767

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADADO LAIRE ROSADO</b>	nº do prontuário 125

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

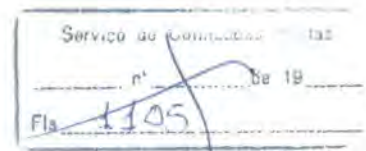
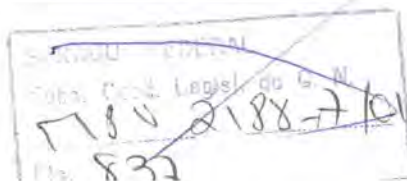
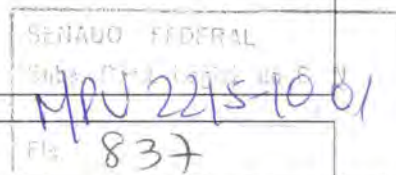
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Laire Rosado* 650





CONGRESSO NACIONAL

**MP-2131-6**

**000768**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>27/06/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO JOSÉ JANENE</b>	nº do prontuário <b>452</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imagem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
MPV 2215-10/01  
Fls. 838

SENADO FEDERAL  
Ata. Coord. Legisl. do C. N.  
018U 2188-7/01  
Fls. 838

Serviço de Comunicação Social  
nº de 19  
1106





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000769

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO JORGE KHOURY</b>	nº do prontuário <b>201</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

RECEBIDO CONGRESSO NACIONAL  
MPV 2215-10/01  
Fls. 839

SENADO FEDERAL  
Trib. Cont. Legisl. do C. N.  
MPV 2158-7/01  
Fls. 839

Fls. 428



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000770

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>			
autor <b>DEPUTADO JONIVAL LUCAS JÚNIOR</b>	nº do prontuário <b>192</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

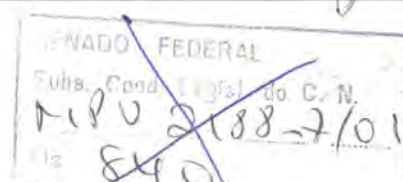
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imagem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000771

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO JOAO RIBEIRO</b>	nº do prontuário 064

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

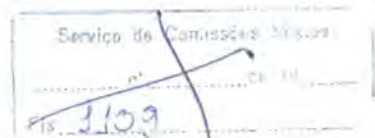
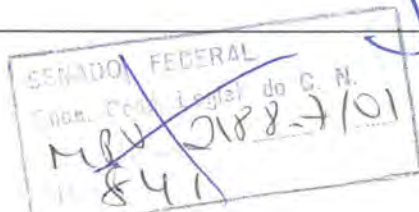
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*João Ribeiro* 339



SENADO FEDERAL  
MPV 2131-6/01  
Fis. 841



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000772

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO JOAO MENDES</b>	nº do prontuário <b>304</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

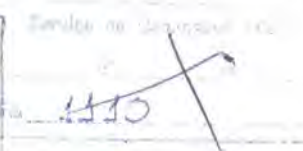
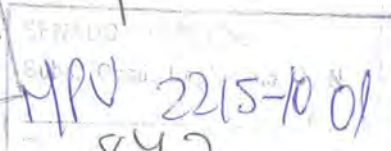
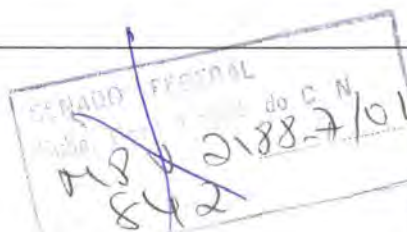
## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000773

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES

nº do prontuário

239

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

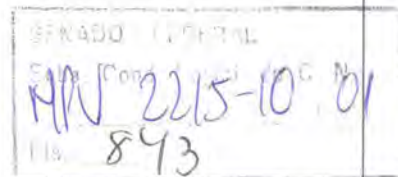
Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO



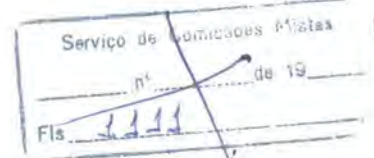
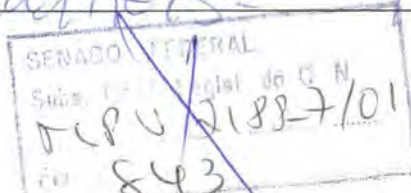
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

João Magalhães PND B - M G





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000774

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO JOÃO COLAÇO

nº do prontuário

146

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

Sub. Pres. do Senado  
MPV 2131-6/01

Fls. 844

SENADO FEDERAL

Sub. Pres. do Senado  
MPV 2131-6/01  
Fls. 844

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19  
Fls. 1142





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000775

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO INALDO LEITÃO</b>	nº do prontuário <b>135</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

*Inaldo Leitão*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Geral do S. N.  
Nº 22/5-10 01  
Fls. 845

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Geral do S. N.  
Nº 2138-7/01  
Fls. 845

Serviço de Comunicação Militar  
Nº 1113



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000776

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor DEP. IGOR AVELINO	nº do prontuário 062

1. ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

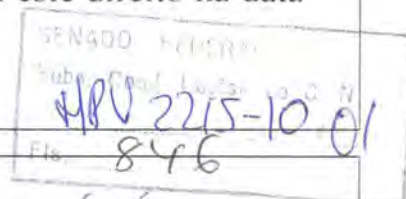
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

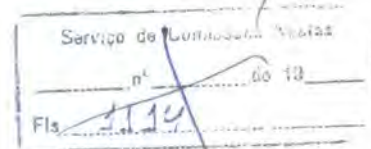
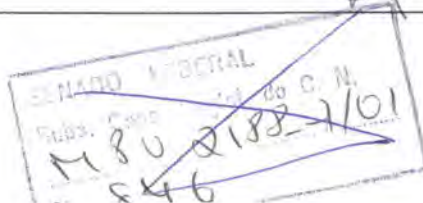
PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



*Assinatura*

409







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000777

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO HUGO BIEHL</b>	nº do prontuário <b>472</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

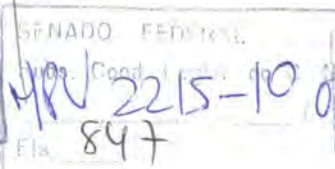
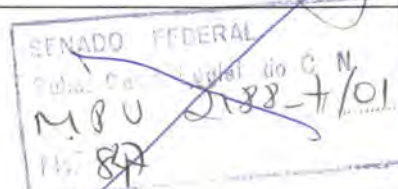
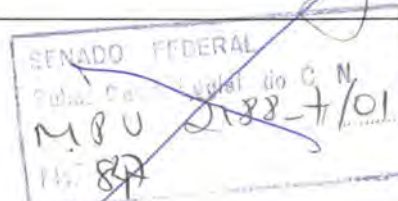
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000778

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO FETTER JÚNIOR

nº do prontuário

496

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

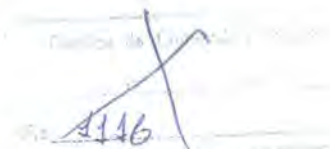
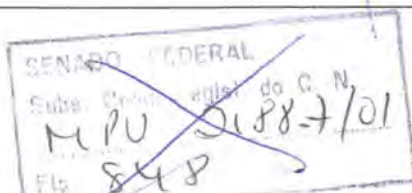
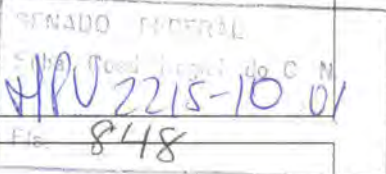
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000779

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

27/06/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor

DEPUTADO GERVÁSIO SILVA

nº do prontuário

478

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL

MPV 2131-6/01

Fls. 849

SENADO FEDERAL

MPV 2131-6/01  
Fls. 849

Serviço de Arquivo

Fls. 1112



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000780

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6 , de de de 2001</b>			
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

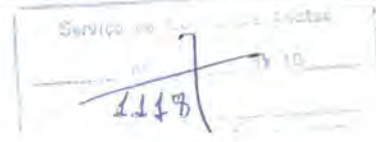
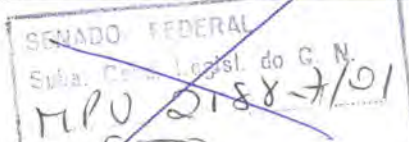
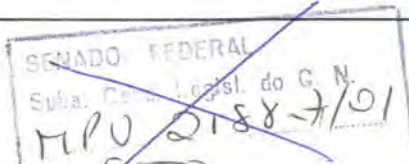
A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

SENADO FEDERAL Subs. Com. Legis. do C. N. MPV 2215-10/01 Fls. 850
--

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

Senador Mozarildo Cavalcanti







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000781

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
/ /2001	Medida Provisória nº 2.131-6 , de de de 2001			
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 857

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADOR Mozarildo Cavalcanti

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 857

Devidos de  
119



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000782

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001			
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos, como eram antes da edição desta MP.

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2215-10, 01  
Fls. 852

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. Leg. do C. N.  
MPV 2188-1/01  
Fls. 882

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 1125





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000783

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
/2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001

autor	nº do prontuário
Senador MOZARILDO CAVALCANTI	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

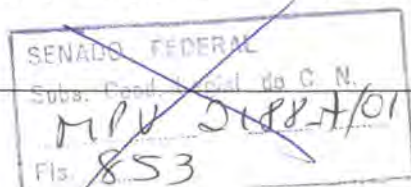
É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

O fim do tempo de serviço a médio prazo trará distorções entre postos e graduações na carreira.

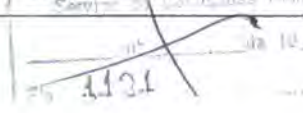
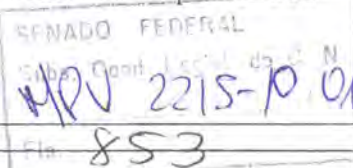
Assim como não podemos criar vantagem para os ativos sem estendê-las aos inativos, também não se pode extinguir da estrutura remuneratória dos ativos benefícios que continuam a valer para os inativos e parte dos ativos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



Senador MOZARILDO CAVALCANTI





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000784

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI	
nº do prontuário	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

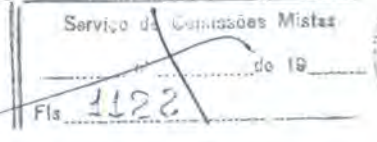
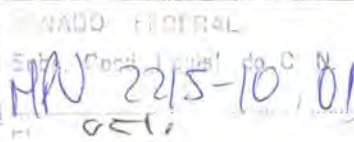
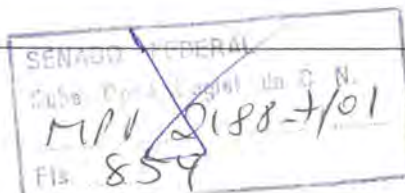
Os militares enquadrados neste artigo são soldados, taifeiros ou aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

Em anexo o contracheque de um soldado reformado do Exército em dezembro de 2000 e maio de 2001, que passou a receber menos depois do "reajuste" médio de 30% onde, ainda, sequer a vantagem pessoal lhe é paga.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

Senador MOZARILDO CAVALCANTI







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000785

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6 , de de de 2001</b>
-----------------	---

autor <b>Senador MOZARILDO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

  
Senador MOZARILDO CAVALCANTI

SENADO FEDERAL Subs. Com. Legis. do C. N. MPV 2131-6/01 Fls. 855	SENADO FEDERAL Subs. Com. Legis. do C. N. MPV 2131-6/01 Fls. 855	SENADO FEDERAL Subs. Com. Legis. do C. N. MPV 2131-6/01 Fls. 423
---	---	---



CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-2131-6

000786

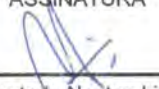
DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-6, de 22/06/2001			
AUTOR DEPUTADO NEUTON LIMA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (x) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 28	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º" do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imagem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

ASSINATURA  Deputado Neuton Lima	SENADO FEDERAL Subs. Com. Legisla. do C. N. 2131-6/01 Fls. 856
Emenda MP2.131 - Militares	SENADO FEDERAL Serviço das Comissões Mistas nº de 19 Fls. 1124





CONGRESSO NACIONAL

MP - 2131 - 6

000787

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/06/01

Proposição: MP 2.131-06/01

Autor: Deputado EDUARDO CAMPOS

Nº Prontuário: 140

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

A MP passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 2º (...)

g) auxílio-invalidez, não inferior ao soldo de cabo engajado; e

Art. 3º (...)

XV - auxílio-invalidez-direto pecuniário, não inferior ao soldo de cabo engajado, devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme regulamentação; e

## ANEXO IV

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

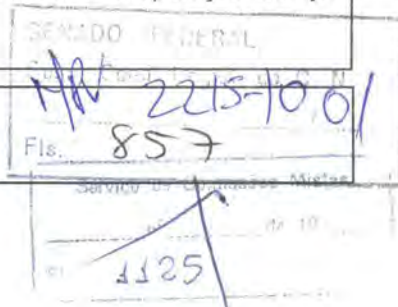
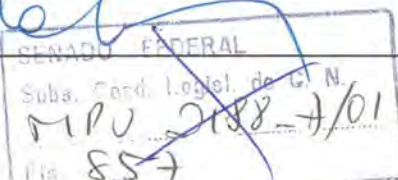
SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar que necessitar de internação especializada - militar ou não - ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meio de soldo, não inferior ao soldo de cabo engajado.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meio de soldo, não inferior ao soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à MP 2.131, resgatando limite constante da Lei nº 8.237/91, para fixação do adicional por invalidez, nunca inferior ao soldo de cabo engajado, promove recuperação desse direito remuneratório em muito reduzido pelo advento da Medida.

Com isso, e a despeito de indexações outras, redutoras da renda dos militares, a reestruturação da remuneração das Forças Armadas, conforme MP, não contribui para acentuar a dilapidação das já parcas contrapartidas financeiras dos militares.

Assinatura





CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-2131-6

000788

Data 26/06/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001
--------------------	--

Autor Deputado Luciano Bivar	nº do prontuário 157
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
------------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A Tabela V da Medida Provisória nº 2.131-6, de 21/06/2001, publicada no Diário Oficial da União em 22/06/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V, DO ANEXO IV – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
A O militar que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º inciso XV, da MP 2.131-6
B O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado	

## JUSTIFICAÇÃO

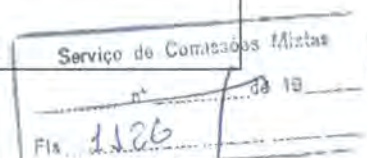
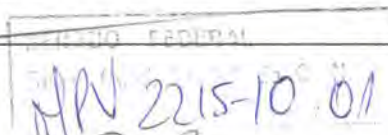
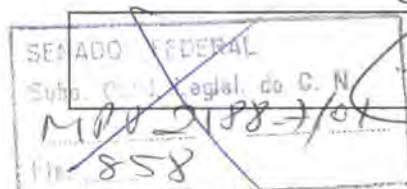
A emenda visa a restaurar a limitação mínima do auxílio-invalidez, como previsto no art. 69, §5º, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991.

“Art. 69.....

§ 5º O valor da adicional de invalidez não poderá ser inferior ao soldo do cabo engajado”.

A redação desse dispositivo dada pela MP 2.131-6 é nociva e prejudicial a expressivo segmento de militares, em situação de incapacidade física e necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

PARLAMENTAR







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000789

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001
autor SENADOR NEY SOASSUNA PMDB-PB	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

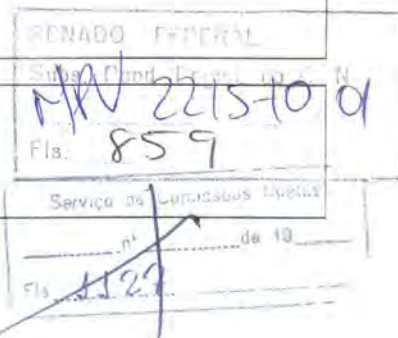
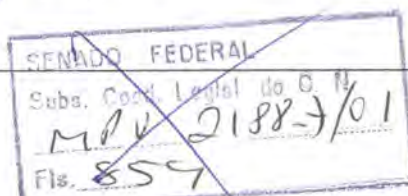
Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos, como eram antes da edição desta MP.

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000790

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27 06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001			
autor SENADOR NEY SUASSUNA	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

Em dezembro de 2000, antes da edição desta MP, o auxílio-invalidez de um soldado era de R\$ 125,70 e de um General-de-Exército R\$ 162,10. Com esta MP o soldado passou para R\$ 112,50 (sendo diminuído) e o General para R\$ 1.177,50. Um absurdo que buscamos corrigir com esta emenda (contracheque em anexo).

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. Legal do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 860

SENADO FEDERAL  
Subs. Fed. Legal do C. N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 860  
Serviço de Correções Militares  
nº de 19  
Fls. 1128





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000791

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

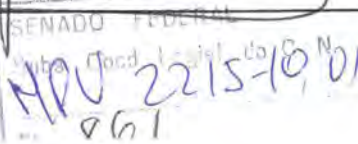
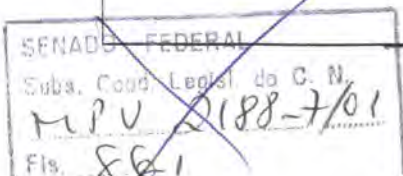
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000792

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
2001	Medida Provisória nº 2.131- 6, de de de 2001

autor	nº do prontuário
Senador MOZARILDO CAVALCANTI	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

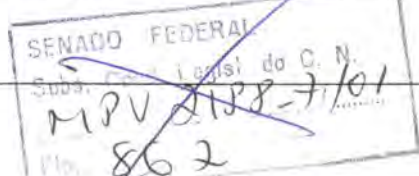
O auxilio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxilio ao valor do soldo de cabo engajado.

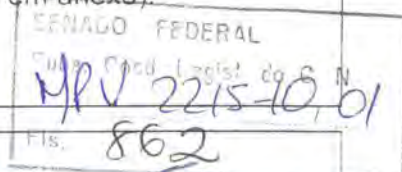
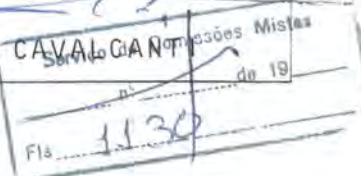
Em dezembro de 2000, antes da edição desta MP, o auxilio-invalidez de um soldado era de R\$ 125,70 e de um General-de-Exército R\$ 162,10. Com esta MP o soldado passou para R\$ 112,50 (sendo diminuído) e o General para R\$ 1.177,50. Um absurdo que buscamos corrigir com esta emenda (contracheque em anexo).

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



Senador MOZARILDO CAVALCANTI







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000793

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- 6, de de de 2001</b>			
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

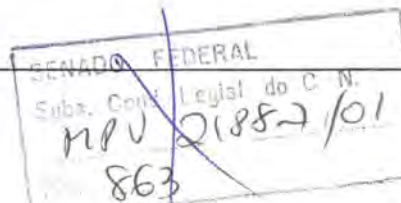
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

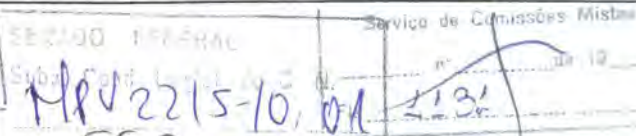
Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de Junho de 2001



Senador MOZARILDO CAVALCANTI





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000794

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001			
autor	nº do prontuário			
Senador MOZARILDO CAVALCANTI				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

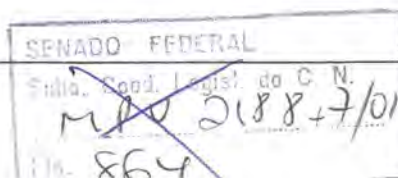
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

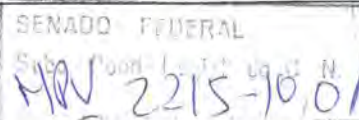
Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de Junho de 2001



Senador MOZARILDO CAVALCANTI







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000795

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131- 6 , de de de 2001</b>
autor Senador MOZARILDO CAVALCANTI	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

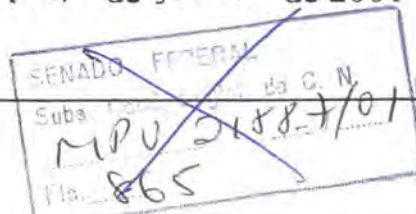
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

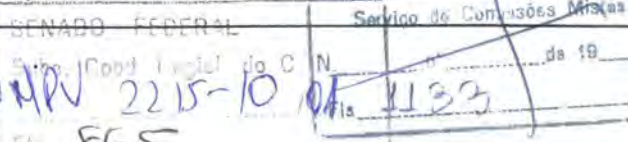
Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasilia, DF. 27 de junho de 2001



Senador MOZARILDO CAVALCANTI





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000796

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
--------------------	---

autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 31	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

No art. 31 altere-se o § 1º, renumere-se o atual § 2º para § 3º, e inclua-se o § 2º com a redação abaixo:

"Art. 31. ....  
....."

§ 1º - Poderá ocorrer a renúncia, ao disposto no caput, que deverá ser expressa até 90 dias após a publicação desta lei.

§ 2º - Até o término do prazo disposto no § 1º, in fine, o militar poderá tornar sem efeito a renúncia, mediante pagamento da contribuição para a pensão militar referente aos meses que não tenha sido descontada.

....."

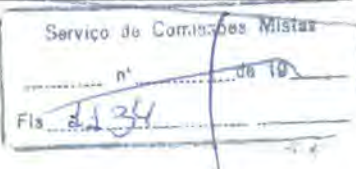
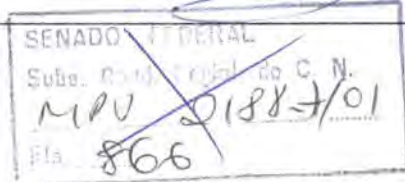
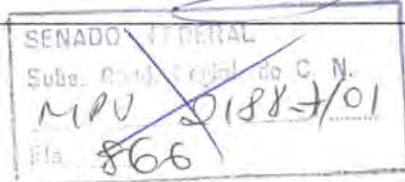
JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares da ativa e inativos, por desinformação, vêm renunciando à manutenção dos benefícios previstos na Lei 3.765/60 mediante contribuição de 1,5% de suas remunerações e desejam retornar ao status anterior, bem como outros, que não aderiram, desejam a renúncia.

Nada mais coerente do que a dilatação do prazo para que o militar consolide tal decisão, tendo-se como base a data da transformação da MP em Lei.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000797

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001			
autor SENADOR NEY SUASSUNA	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

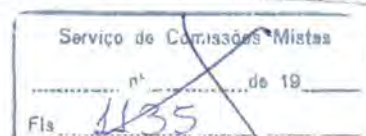
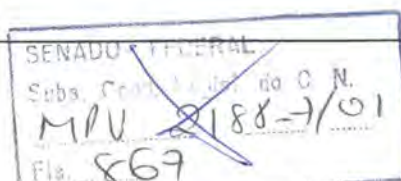
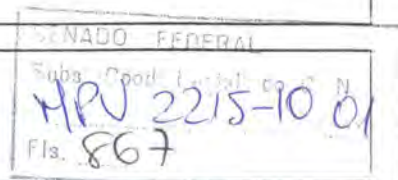
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

PARLAMENTAR





EMENDA N.º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº

MP 2131-6, de 2001

MP-2131-6

000798

COMISSÃO MISTA

AUTOR: Deputada ZILA BEZERRA - PTB/ACRE

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Geral do G. M.  
MPV 2215-10/01  
Fls. 868

DATA

Zila Bezerra  
ASSINATURA PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Geral do G. M.  
MPV 2215-10/01  
Fls. 868

Serviço de Comissões Mistas

de 19  
Fls. 1136





MEDIDA PROVISÓRIA Nº

MP-2131-6, de 2001

EMENDA Nº

MP-2131-6

000799

COMISSÃO MISTA

AUTOR:

ALBERTO FRAGA

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

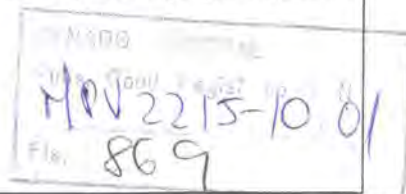
## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

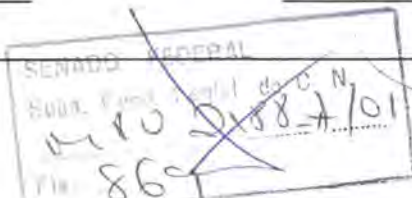
Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.



26/06/2001

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000800

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/06/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001

autor
SENADOR NEY SUASSUNA PMDB-RB

nº do prontuário
------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

SENADO FEDERAL
Fls. 870

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL
Fls. 870

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 870





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000801

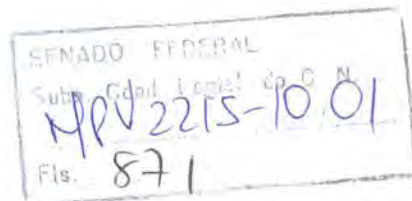
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

JUSTIFICAÇÃO

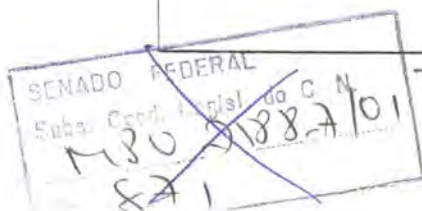
A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

*Marluce Pinto*





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000802

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
27 06 2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001

autor	nº do prontuário
SENADORA MARLUCE PINTO	80

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos, como eram antes da edição desta MP.

SENADO FEDERAL
Ass. Coord. Leg. e C. N.
MPV 2215-10 01
Fls. 872

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. e C. N.
MPV 2188-7/01
872

Serviço de Comissões Mistas
nº
Fls. 1190





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000803

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
27/06/2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001

autor	nº do prontuário
SENADORA MARLUCE PINTO	80

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2215-10, 01
Fls. 873

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

*Marluce Pinto*

SENADO FEDERAL
Sala, Coord. Leg. do C. N.
MPV 2882/01
Fls. 823

Serviço de Comissões Mistas
nº
Fls. 1141



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000804

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27.06.2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

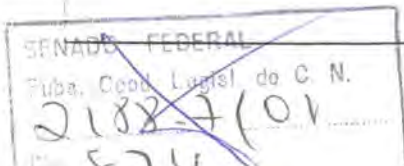
No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

MPD 2215-10,01  
Fls. 874





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000805

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001			
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C. N.

MPV 2188-7/01  
Fls. 875

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C. N.

MPV 2115-10/01  
Fls. 875

Serviço de Controle Militar

de 10

Fls. 1143



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000806

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

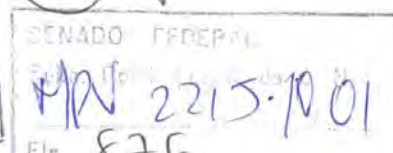
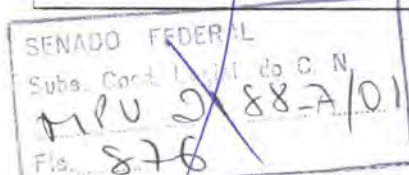
Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR
Brasília, DF, 27 de 06 de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000807

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
/ /2001	Medida Provisória nº 2.131- 6, de de de 2001			
autor	nº do prontuário			
Senador Mozarildo Cavalcanti				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

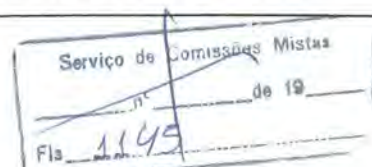
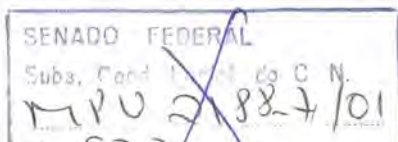
Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

Senador Mozarildo Cavalcanti





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000808

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
/ /2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6 , de de de 2001

autor
Senador MOZARILDO CAVALCANTI

nº do prontuário
------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

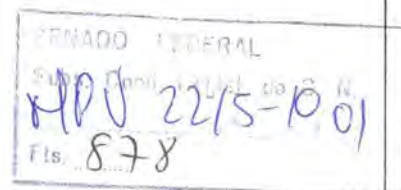
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

JUSTIFICAÇÃO

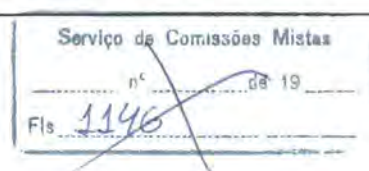
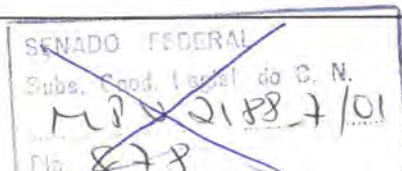
A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP



PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADOR Mozarildo Cavalcanti







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000809

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 1 / 2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001
autor SENADORA MARIA DO CARMO ALVES	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

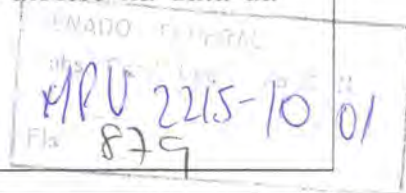
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

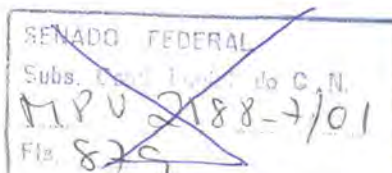
A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.



PARLAMENTAR

Brasília, DF,	de	de 2001	<i>mm - 07</i>
---------------	----	---------	----------------





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000810

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
27 de 06 2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001			
autor	nº do prontuário			
SENADOR NEY SUASSUNA				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são soldados, taifeiros ou aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

Em anexo o contracheque de um soldado reformado do Exército em dezembro de 2000 e maio de 2001, que passou a receber menos depois do "reajuste" médio de 30% onde, ainda, sequer a vantagem pessoal lhe é paga.

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. e C. P. H.

MPV 2215-10 01

Fls. 880

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. e C. P. H.

MPV 2188-7/01

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

Fls. 1548





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000811

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
27-06/2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de 22 de junho de 2001			
autor	nº do prontuário			
SENADOR NEY SUASSUNA PMDB-PB				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

O fim do tempo de serviço a médio prazo trará distorções entre postos e graduações na carreira.

Assim como não podemos criar vantagem para os ativos sem estendê-las aos inativos, também não se pode extinguir da estrutura remuneratória dos ativos benefícios que continuam a valer para os inativos e parte dos ativos.

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
Subs. Com. de P. e J. do C.N.
MP 2131-6
Fls. 881

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Com. de P. e J. do C.N.
MP 2131-6
Fls. 881

Serviço de Comissões Mistas
nº de 10
Fls. 1149



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000812

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <i>27/06/2001</i>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de <i>22</i> de <i>junho</i> de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>SENADOR NEY SUASSUNA PMDB-PB</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

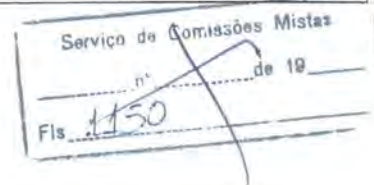
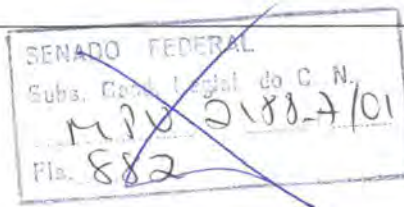
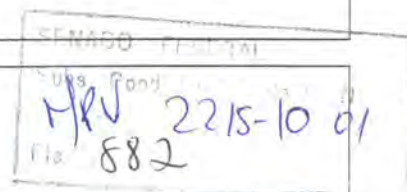
JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

  
PARLAMENTAR

Brasília, DF, *27* de *junho* de 2001







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000813

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-6, de de de 2001			
autor SENADORA MARLUCE PINTO	nº do prontuário 80			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

O fim do tempo de serviço a médio prazo trará distorções entre postos e graduações na carreira.

Assim como não podemos criar vantagem para os ativos sem estendê-las aos inativos, também não se pode extinguir da estrutura remuneratória dos ativos benefícios que continuam a valer para os inativos e parte dos ativos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de 06 de 2001

*[Assinatura]*

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. 22/15-10/01  
Fls. 883

SENADO FEDERAL  
Subs. Coord. 22/15-10/01  
Fls. 883

Serviço de Comissões Mistas  
Fls. 151



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000814

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/06/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor
LUÍZ DURÃO

nº do prontuário
615

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

4-369

MPV 2215-10
Fls. 884

SENADO FEDERAL
Subs. Com. 1º do C. N.
MPV 2131-6/01
Fls. 884

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 152





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000815

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data / /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-</b> , de de de 2001
-----------------	--

autor <b>AROLDE DE OLIVEIRA</b>	nº do prontuário <b>885</b>
------------------------------------	--------------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

Brasília, DF,	de	de 2001	PARLAMENTAR
AROLDE 917			

SENADO FEDERAL
Subs. C. N. 2131-6
Fls. 885

SENADO FEDERAL
Subs. C. N. 2131-6
Fls. 885

Serviço de Comissões Mistas
nº 1153



CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000816

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001			
autor DEP. EURICO MIRANDA			nº do prontuário 298	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, de de 2001

*Eurico Miranda*MPV 2215-10 01  
Fls. 886

SENADO FEDERAL  
Subs. Com. Legislação C.N.  
MPV 2131-6/01  
Fls. 886

Serviço de Comissões Relatas  
de 10  
Fls. 1154





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000817

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
/ /2001	Medida Provisória nº 2.131- , de de de 2001

autor	nº do prontuário
DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES	003

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

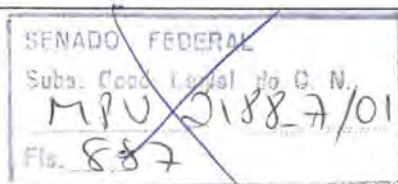
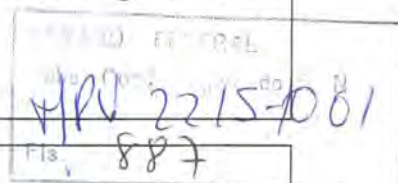
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR		
Brasília, DF,	de	de 2001



PFL - PFL





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000818

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data /2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-</b> , de de de 2001			
autor <b>DEP. LUIS BARBOSA</b>			nº do prontuário <b>005</b>	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

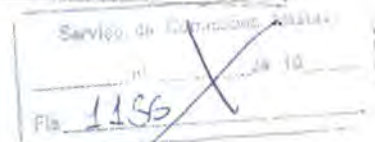
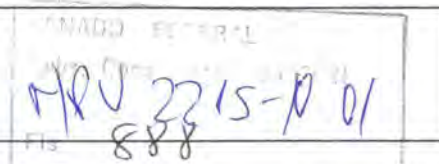
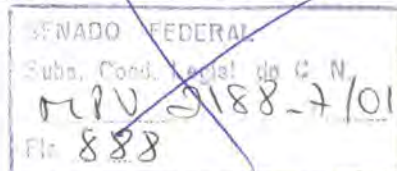
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

Brasília, DF, de de 2001

PARLAMENTAR







CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000819

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO SILAS BRASILEIRO</b>	nº do prontuário 268

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

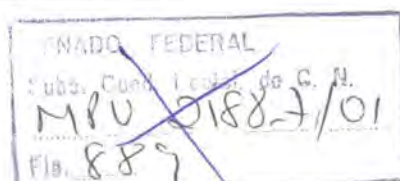
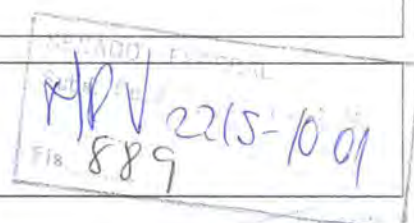
Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

— —

932





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000820

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/06/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001</b>
autor <b>DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS</b>	nº do prontuário <b>108</b>

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

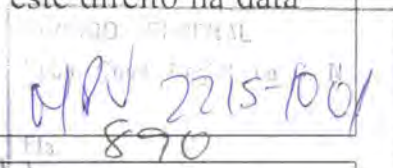
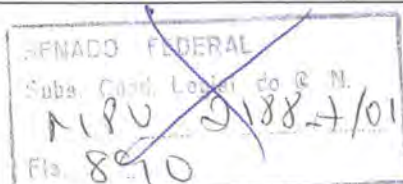
**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001



*Assinatura* 2546

*Assinatura* 1188





CONGRESSO NACIONAL

MP-2131-6

000821

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
27/06/2001	Medida Provisória nº 2.131-6, de 21 de junho de 2001

autor	nº do prontuário
DEPUTADO RUBENS FURLAN	394

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Imaginem-se se o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) tivesse sido extinto desde 1º/Fev/98 sem uma lei de transição. Não são poucos os militares que por questão de dias perderam este direito na data da edição desta MP.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 27 de junho de 2001

MPV 2215-10/2001
Fls. 891

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2188-7/01
Fls. 891

Serviço das Comissões Mistas
de 10
Fls. 1155



Façam-se as substituições  
solicitadas

Em 05/09/2001

*[Assinatura]*

OF/GAB/II/Nº 596

Brasília, 05 de setembro de 2001

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do **PMDB**, que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº **2.215-10**, de 31 de agosto de 2001, em substituição aos anteriormente designados.

**TITULARES**

LAIRE ROSADO

TADEU FILIPELLI

**SUPLENTE**

JORGE WILSON

JOSÉ ÍNDIO

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

*[Assinatura]*  
Deputado **GEDDEL VIEIRA LIMA**

Líder do **PMDB**

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **JADER BARBALHO**  
DD. Presidente do Senado Federal





**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.215-10**, ADOTADA EM 31 DE AGOSTO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 1º DE SETEMBRO DO MESMO ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS N.º 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

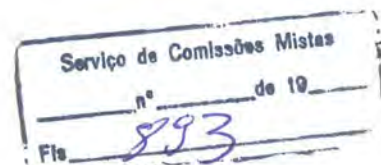
CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Senadora EMÍLIA FERNANDES.....	822.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 821

EMENDAS ADICIONADAS: 001

TOTAL DE EMENDAS: 822





**EMENDA Nº**

**(à MPV nº 2.215-10, de 31/8/01)**

1 – Acrescente-se à Seção I ("Das Disposições Gerais") do Capítulo VI o seguinte artigo, de número 26, renumerando-se os subseqüentes:

*Art. 26. É assegurada aos militares a que se refere esta Medida Provisória a revisão anual da remuneração, dos proventos e das pensões, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

2 – Acrescente-se à Seção II ("Das Disposições Transitórias") do mesmo Capítulo o seguinte artigo, de número 27, renumerando-se os subseqüentes:

*Art. 27. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até o dia 31 de dezembro de 2001, projeto de lei dispendo sobre a revisão da remuneração, dos proventos e das pensões dos militares em 2002, nos termos do art. 26 desta Medida Provisória.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Ao reestruturar a remuneração dos militares, a MPV nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, omitiu o direito da referida categoria profissional à revisão anual da remuneração, dos proventos e das pensões, o que já é constitucionalmente assegurado aos servidores civis (CF, art. 37, X) e se esperava fosse agora estendido aos militares como diretriz político-administrativa integrante do regime remuneratório instituído pela referida MPV.

Estabelecendo a vigência dos efeitos financeiros para o dia 1º do janeiro de 2001, o Executivo pretende postergar o reajuste anual dos militares, sob o argumento de que a reestruturação levada a efeito pela MP teria o condão de fazer a recomposição da remuneração em face das perdas decorrentes da inflação.





O propósito da presente emenda aditiva é assegurar, nas Disposições Gerais do texto normativo da referida MP, o direito ao reajuste anual da remuneração dos militares (item 1 da emenda), e nas Disposições Transitórias, o reajuste a ser procedido no ano de 2002, como decorrência da norma geral (item 2 da emenda).

Sala da Comissão Mista,



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

#### CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 1º A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

- a) militar;
- b) de habilitação;
- c) de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- d) de compensação orgânica; e
- e) de permanência;

III - gratificações:

- a) de localidade especial; e
- b) de representação.

Parágrafo único. As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Medida Provisória.

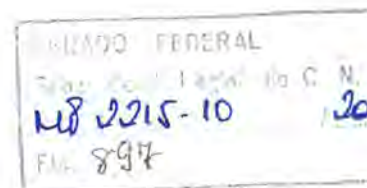
Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares têm os seguintes direitos remuneratórios:

I - observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória:

- a) diária;
- b) transporte;
- c) ajuda de custo;



- d) auxílio-fardamento;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio-natalidade;
- g) auxílio-invalidez; e
- h) auxílio-funeral;



II - observada a legislação específica:

- a) auxílio-transporte;
- b) assistência pré-escolar;
- c) salário-família;
- d) adicional de férias; e
- e) adicional natalino.

Parágrafo único. Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do Anexo IV.

Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como:

I - soldo - parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível;

II - adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar;

III - adicional de habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

IV - adicional de tempo de serviço - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V - adicional de compensação orgânica - parcela remuneratória mensal devida ao militar para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação;

VI - adicional de permanência - parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação;

VII - gratificação de localidade especial - parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas, conforme regulamentação;

VIII - gratificação de representação:

a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar, conforme regulamentação; e

b) parcela remuneratória eventual devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação;

IX - diária - direito pecuniário devido ao militar que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;

X - transporte - direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado por conta da União, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional;

XI - ajuda de custo - direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação:

a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e

b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento;

XII - auxílio-fardamento - direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento, conforme regulamentação;

XIII - auxílio-alimentação - direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação, conforme regulamentação;

XIV - auxílio-natalidade - direito pecuniário devido ao militar por motivo de nascimento de filho, conforme regulamentação;

XV - auxílio-invalidéz - direito pecuniário devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme regulamentação; e

XVI - auxílio-funeral - direito pecuniário devido ao militar por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme regulamentação.

Parágrafo único. O militar quando em viagens a serviço terá direito a passagens, conforme regulamentação.

Art. 4º A remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos a penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 5º O direito do militar à remuneração tem início na data:

I - do ato da promoção, da apresentação atendendo convocação ou designação para o serviço ativo, para o Oficial;

II - do ato da designação ou declaração, da apresentação atendendo convocação para o serviço ativo, para o Guarda-Marinha ou o Aspirante-a-Oficial;

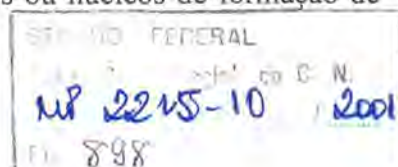
III - do ato da nomeação ou promoção a Oficial, para Suboficial ou Subtenente;

IV - do ato da promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças;

V - da incorporação às Forças Armadas, para convocados e voluntários;

VI - da apresentação à organização competente do Ministério da Defesa ou Comando, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação das Forças Armadas; ou

VII - do ato da matrícula, para os alunos das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres.





Parágrafo único. Nos casos de retroatividade, a remuneração é devida a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6º Suspende-se temporariamente o direito do militar à remuneração quando:

I - em licença para tratar de interesse particular;

II - na situação de desertor; ou

III - agregado, para exercer atividades estranhas às Forças Armadas, estiver em cargo, emprego ou função pública temporária não eletiva, ainda que na Administração Pública Federal indireta, respeitado o direito de opção pela remuneração correspondente ao posto ou graduação.

Parágrafo único. O militar que usar do direito de opção pela remuneração faz jus à representação mensal do cargo, emprego ou função pública temporária.

Art. 7º O direito à remuneração em atividade cessa quando o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas por:

I - anulação de incorporação, desincorporação, licenciamento ou demissão;

II - exclusão a bem da disciplina ou perda do posto e patente;

III - transferência para a reserva remunerada ou reforma; ou

IV - falecimento.

§ 1º O militar, enquanto não for desligado, continuará a perceber remuneração na ativa até a publicação de seu desligamento, que não poderá ultrapassar quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial do respectivo ato.

§ 2º A remuneração a que faria jus, em vida, o militar falecido, será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

Art. 8º Quando o militar for considerado desaparecido ou extraviado, nos termos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

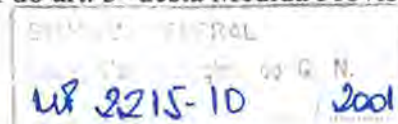
§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos seis meses, iniciar-se-á a habilitação dos beneficiários à pensão militar, cessando o pagamento da remuneração ou dos proventos quando se iniciar o pagamento da pensão militar.

§ 2º Reaparecendo o militar, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre a remuneração ou os proventos a que faria jus e a pensão paga a seus beneficiários.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS PECUNIÁRIOS AO PASSAR PARA A INATIVIDADE

Art. 9º O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus:

I - à ajuda de custo prevista na alínea "b" do inciso XI do art. 3º desta Medida Provisória; e



II - ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias é considerada como mês integral.

§ 2º Os direitos previstos neste artigo são concedidos aos beneficiários da pensão militar no caso de falecimento do militar em serviço ativo.

### CAPÍTULO III DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art. 10. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

- I - soldo ou quotas de soldo;
- II - adicional militar;
- III - adicional de habilitação;
- IV - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- V - adicional de compensação orgânica; e
- VI - adicional de permanência.

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

- I - integrais, calculados com base no soldo; ou
- II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a um trinta avos do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar transferido para a reserva remunerada **ex officio**, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, ou por não haver preenchido as condições de escolha para acesso ao generalato, tem direito ao soldo integral.

Art. 11. Além dos direitos previstos no art. 10, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

- I - adicional-natalino;
- II - auxílio-invalidez;
- III - assistência pré-escolar;
- IV - salário-família;
- V - auxílio-natalidade; e
- VI - auxílio-funeral.





Art. 12. Suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente.

Art. 13. Cessa o direito à percepção dos proventos na inatividade na data:

- I - do falecimento do militar;
- II - do ato que prive o Oficial do posto e da patente; ou
- III - do ato da exclusão a bem da disciplina das Forças Armadas, para a praça.

#### CAPÍTULO IV DOS DESCONTOS

Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

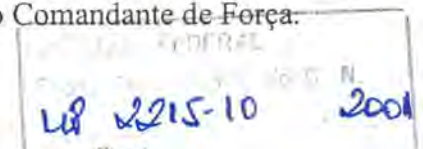
Art. 15. São descontos obrigatórios do militar:

- I - contribuição para a pensão militar;
- II - contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;
- III - indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;
- IV - impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;
- V - indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;
- VI - pensão alimentícia ou judicial;
- VII - taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;
- VIII - multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação.

Art. 16. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força.

#### CAPÍTULO V DOS LIMITES DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS

Art. 17. Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força.



Parágrafo único. Excluem-se, para fim de aplicação deste artigo, os valores inerentes a:

- I - direitos remuneratórios previstos no art. 2º desta Medida Provisória;
- II - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- III - adicional de compensação orgânica;
- IV - gratificação de localidade especial;
- V - gratificação de representação; e
- VI - adicional de permanência.

Art. 18. Nenhum militar ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada.

§ 1º A pensão militar de que trata o **caput** deste artigo é a pensão militar tronco e não as cotas partes resultantes das subdivisões aos beneficiários.

§ 2º Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial.

§ 3º O complemento previsto no **caput** deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvido por ocasião de futuros reajustes.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 19. Os convocados ou mobilizados fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. Ao servidor público federal, estadual ou municipal fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.

Art. 20. Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.

Art. 21. Ao militar que, em 29 de dezembro de 2000, encontrar-se reformado com fundamento no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, ou na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, fica assegurado o cálculo de seus proventos referentes ao soldo do posto de Segundo-Tenente, ou, se mais benéfico, o do posto a que ele faz jus na inatividade.

Art. 22. Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas, mapeamento e levantamento cartográfico e hidrográfico, construção e instalação de rede de proteção ao vôo, serviços de sinalização náutica e reboque poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.

COPIA  
Nº 2215-10 2001



Art. 23. O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.

Art. 24. O militar que, até 1º de março de 1976, tinha direito a compensação orgânica pela metade do valor, quando em deslocamento em aeronave militar, a serviço de natureza militar, não sendo tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou observador fotogramétrico, tem o seu direito assegurado.

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## Seção II Das Disposições Transitórias

Art. 26. Enquanto não entrar em vigor lei especial dispondo sobre remuneração em campanha, permanecem em vigor os arts. 101 a 109 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

## Seção III Das Disposições Finais

Art. 27. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo:

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

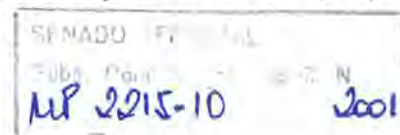
II - cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço.” (NR)

“Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento.” (NR)

“Art. 4º Quando o militar, por qualquer circunstância, não puder ter descontada a sua contribuição para a pensão militar, deverá ele efetuar o seu recolhimento, imediatamente, à unidade a que estiver vinculado.

Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão militar.” (NR)



“Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade:

- a) cônjuge;
- b) companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;
- c) pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia;
- d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e
- e) menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.

II - segunda ordem de prioridade, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar;

III - terceira ordem de prioridade:

- a) o irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do militar;
- b) a pessoa designada, até vinte e um anos de idade, se inválida, enquanto durar a invalidez, ou maior de sessenta anos de idade, que vivam na dependência econômica do militar.

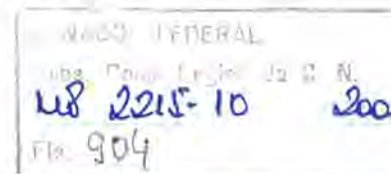
§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que tratam o inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III.

§ 2º A pensão será concedida integralmente aos beneficiários do inciso I, alíneas “a” e “b”, ou distribuída em partes iguais entre os beneficiários daquele inciso, alíneas “a” e “c” ou “b” e “c”, legalmente habilitados, exceto se existirem beneficiários previstos nas suas alíneas “d” e “e”.

§ 3º Ocorrendo a exceção do § 2º, metade do valor caberá aos beneficiários do inciso I, alíneas “a” e “c” ou “b” e “c”, sendo a outra metade do valor da pensão rateada, em partes iguais, entre os beneficiários do inciso I, alíneas “d” e “e”. (NR)

“Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

Parágrafo único. A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior:





I - à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II - à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos.” (NR)

“Art. 23. Perderá o direito à pensão militar o beneficiário que:

I - venha a ser destituído do pátrio poder, no tocante às quotas-partes dos filhos, as quais serão revertidas para estes filhos;

II - atinja, válido e capaz, os limites de idade estabelecidos nesta Lei;

III - renuncie expressamente ao direito;

IV - tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar.” (NR)

“Art. 27. A pensão militar não está sujeita à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.” (NR)

“Art. 29. É permitida a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.” (NR)

Art. 28. A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas.” (NR)

“Art. 50. ....

II - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possuía quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

III - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando trinta anos de serviço, for transferido para a reserva remunerada, **ex officio**, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e



” (NR)

“Art. 53. A remuneração dos militares será estabelecida em legislação específica, comum às Forças Armadas.” (NR)

“Art. 63. ....”

§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença.

.....” (NR)

“Art. 67. ....”

§ 3º A concessão da licença é regulada pelo Comandante da Força.” (NR)

“Art. 70. ....”

§ 1º A interrupção da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulamentação de cada Força.

.....” (NR)

“Art. 81. ....”

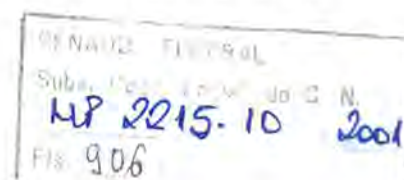
II - for posto à disposição exclusiva do Ministério da Defesa ou de Força Armada diversa daquela a que pertença, para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;

.....” (NR)

Art. 29. Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta Medida Provisória, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes.

Parágrafo único. A vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no **caput** deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes.

Art. 30. Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea “c” do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000.





Art. 31. Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento das parcelas constantes do art. 10 desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

§ 1º Poderá ocorrer a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no **caput**, que deverá ser expressa até 31 de agosto de 2001.

§ 2º Os beneficiários diretos ou por futura reversão das pensionistas são também destinatários da manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

Art. 32. Ficam assegurados os direitos dos militares que até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar correspondente a um ou dois postos ou graduações acima da que fizeram jus.

§ 1º O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de vinte e quatro contribuições mensais que será deixado aos beneficiários, permitindo-se a estes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

§ 2º O militar que, preenchendo as condições legais para ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, com proventos calculados sobre o soldo do posto ou graduação superior, venha a falecer na ativa, deixará pensão correspondente a esta situação, observado o disposto no **caput** deste artigo.

Art. 33. Os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de inatividade, e nessa situação para todos os efeitos legais, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar.

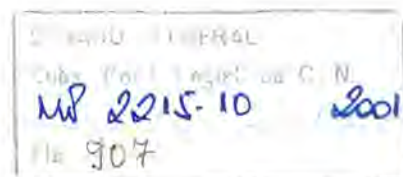
Parágrafo único. Fica assegurada a remuneração integral ao militar em gozo de licença especial.

Art. 34. Fica assegurado ao militar que, até 29 de dezembro de 2000, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.

Art. 35. Fica assegurada a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que, até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar.

Art. 36. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

Art. 37. Fica assegurado ao militar o acréscimo de um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial dos diversos corpos, quadros e serviços que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial para a sua admissão nas Forças Armadas, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso.



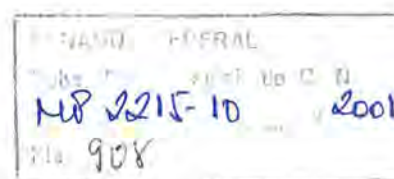

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a editar ato que antecipe, até 30 de junho de 2002, a aplicação da Tabela II do Anexo II desta Medida Provisória, sendo observado o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 39. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.

Art. 40. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2001.

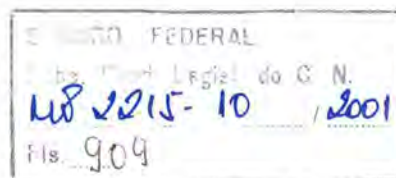
Art. 41. Ficam revogados o art. 2º, os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º, os arts. 5º, 6º, 8º, 16, 17, 18, 19 e 22 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a alínea “j” do inciso IV e o § 1º do art. 50, o § 5º do art. 63, a alínea “a” do § 1º do art. 67, o art. 68, os §§ 4º e 5º do art. 110, os incisos II, IV e V, e os §§ 2º e 3º do art. 137, os arts. 138, 156 e 160 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o art. 7º da Lei nº 7.412, de 6 de dezembro de 1985, o art. 2º da Lei nº 7.961, de 21 de dezembro de 1989, o art. 29 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, a Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, os arts. 6º e 8º da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, a Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, o inciso I do art. 2º e os arts. 20, 25, 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, o art. 2º da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, a Lei nº 8.717, de 14 de outubro de 1993, a alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, os arts. 3º e 6º da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, os arts. 1º ao 4º e 6º da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, a Lei nº 9.633, de 12 de maio de 1998, e a Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 31 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



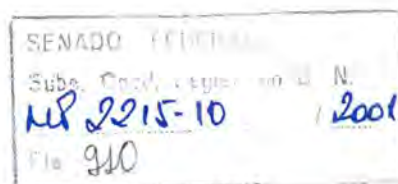


## ANEXO I

**TABELA I - SOLDO****Posto ou Graduação**

1. OFICIAIS GERAIS	Valor (R\$)
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.500,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.290,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.101,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	3.741,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.591,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.432,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	2.700,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	2.520,00
Segundo-Tenente	2.250,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.100,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	405,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	330,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	300,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	294,00
Aprendiz-Marinheiro	231,00
6. PRAÇAS GRADUADAS	
Suboficial e Subtenente	1.890,00
Primeiro-Sargento	1.647,00
Segundo-Sargento	1.407,00
Terceiro-Sargento	1.140,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	795,00
Cabo (não engajado)	180,00
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	750,00
Taifeiro de 2ª Classe	690,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	540,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	450,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	153,00

## ANEXO I



## TABELA II – ESCALONAMENTO VERTICAL

## Posto ou Graduação

1. OFICIAIS GERAIS	Índice
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1000
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	953
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	911
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	831
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	798
Capitão-de-Corveta e Major	763
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	600
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	560
Segundo-Tenente	500
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	467
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	90
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	73
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	67
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	65
Aprendiz-Marinheiro	51
6. PRAÇAS GRADUADAS	
<i>Suboficial e Subtenente</i>	420
Primeiro-Sargento	366
Segundo-Sargento	313
Terceiro-Sargento	253
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	177
Cabo (não engajado)	40
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	167
Taifeiro de 2ª Classe	153
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	120
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado).	100
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	34



## ANEXO II

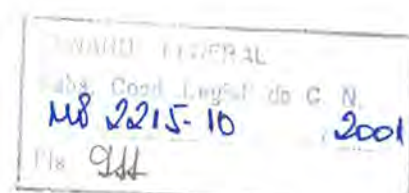
## TABELAS DE ADICIONAIS

TABELA I – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial General.	17	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	14	
Oficial Intermediário.	11	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	8	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	6	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

TABELA II – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2003)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial General.	28	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	25	
Oficial Intermediário.	22	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	19	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	16	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	



## ANEXO II

SECRETARIA FEDERAL 4.  
 Sub. Com. Legis. do G. N.  
 Nº 2215-10 / 2a  
 Fls. 919

TABELA III – ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

TIPOS DE CURSO	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Altos Estudos – Categoria I.	30	Arts. 1º e 3º.
Altos Estudos – Categoria II.	25	
Aperfeiçoamento.	20	
Especialização.	16	
Formação.	12	

TABELA IV – ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

BASE	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Tempo de Serviço	1% por ano	Arts. 1º, 3º e 30.

TABELA V – ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Vôo em aeronave militar como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e fotogramétrico.	20	Arts. 1º e 3º.
Salto em pára-quedas, cumprindo missão militar.		
Imersão no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos.		
Mergulho com escafandro ou com aparelho.		
Controle de Tráfego Aéreo.		
Trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	10	

TABELA VI – ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
a Militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para transferência para a inatividade remunerada.	5%	Arts. 1º e 3º.
b Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea “a” acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção	



## ANEXO III

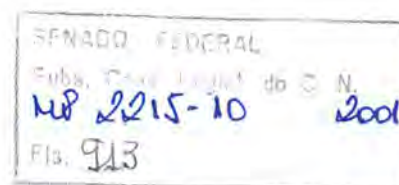
## TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I – GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Categoria A.	20	Arts. 1º e 3º.
Categoria B.	10	

TABELA II – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General.	10	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior, Intermediário e Subalterno em cargo de Comando, Direção ou Chefia.	10	
Participante em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira, no País.	2	

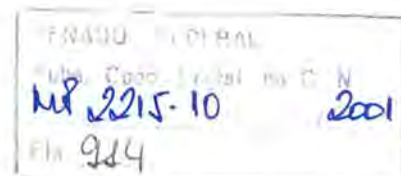


## ANEXO IV

## TABELAS DE OUTROS DIREITOS

TABELA I – AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Militar, com dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea “a”.
b	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
c	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra na volta.	
d	Militar, com dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria “A” ou de uma Localidade Especial Categoria “A” para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Quatro vezes o valor da remuneração.	
e	Militar, sem dependente, nas situações “a”, “b”, “c” e “d” desta tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações “a”, “b”, “c”, e “d” desta tabela.	
f	Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea “b”.
		Praça – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.	

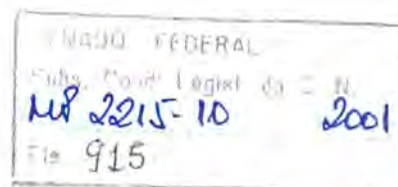




## ANEXO IV

TABELA II – AUXÍLIO-FARDAMENTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	Art. 2º e art. 3º, inciso XII.
b	O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo e meio.	
c	Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		
d	O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.	Um soldo.	
e	Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.		
f	Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
g	O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
h	A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
i	O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
j	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
l	O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	



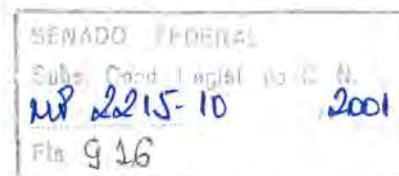
## ANEXO IV

TABELA III – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, quando não puder receber alimentação por sua organização ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, seja obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias.	Dez vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço de escala de duração de vinte e quatro horas.	Art. 2º e art. 3º, inciso XIII.
		Cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço ou expediente de duração superior a oito horas de efetivo trabalho e inferior a vinte e quatro horas.	
b	O Militar, quando servir em organização militar que não tenha serviço de rancho organizado e não possa ser arranchado por outra organização nas proximidades.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
c	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
d	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento servindo em Localidade Especial de Categoria "A", quando acompanhada de dependente.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	

TABELA IV – AUXÍLIO-NATALIDADE

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Nascimento de filho do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação.	Art. 2º e art. 3º, inciso XIV.
b	Nascimento de filhos, em parto múltiplo, do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação, acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.	





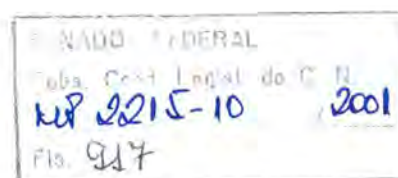
## ANEXO IV

TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo.	

TABELA VI – AUXÍLIO-FUNERAL

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Morte do cônjuge, companheira(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Suboficial.	Art. 2º e art. 3º, inciso XVI.
b	Na morte do militar pago ao beneficiário da pensão militar.		

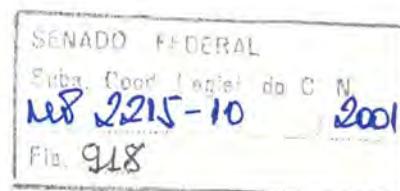


Mensagem nº 937

Senhores Membros do Congresso Nacional,

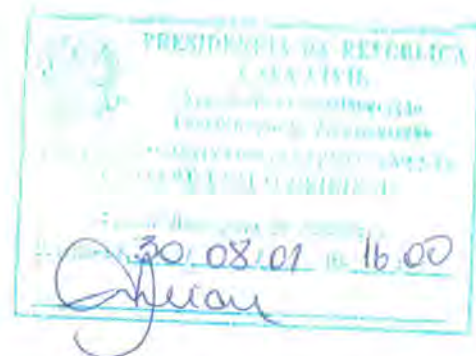
Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de agosto de 2001.





**EM Interministerial nº 00127 /MD/MP/MF**



Brasília, 30 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de alteração da Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

2. A referida Medida Provisória foi alterada conforme proposta apresentada pela Exposição de Motivos Interministerial nº 267/MP/MD/MF, de 17 de agosto de 2001, estabelecendo nova data para aplicação da Tabela II do Anexo II – Adicional Militar, com a finalidade de adiar sua entrada em vigência em janeiro de 2002 para janeiro de 2003. Além da referida alteração, foi introduzido dispositivo que prevê a antecipação da aplicação da referida Tabela, observado o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

3. Neste sentido, com vistas ao efetivo cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentamos a presente proposta de estabelecer o prazo de até 30 de junho de 2002 para que tal antecipação ocorra, em complementação à medida adotada anteriormente.

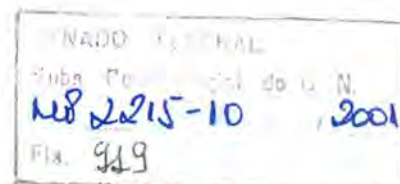
4. Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a modificação na reedição desta Medida Provisória que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência, presentes a urgência e a relevância do assunto.

Respeitosamente,

**GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO**  
Ministro de Estado da Defesa

**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**PEDRO SAMPAIO MALAN**  
Ministro de Estado da Fazenda



# LEGISLAÇÃO CITADA

## LEI Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960

*Dispõe sobre as Pensões Militares.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I

#### DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

**Art 1º** São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em fôlha de pagamento, os seguintes militares da ativa, da reserva remunerada e reformados das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal:

- a) oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinhas, suboficiais, subtenentes e sargentos;
- b) cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e bombeiros, com mais de 2 (dois) anos de efetivo serviço, se da ativa; ou com qualquer tempo de serviço, se reformados ou asilados.

**Art 2º** Os oficiais demitidos a pedido e as praças licenciadas ou excluídas poderão continuar como contribuintes da pensão militar, desde que o requeiram e se obriguem ao pagamento da respectiva contribuição, a partir da data em que forem demitidos, licenciados ou excluídos.

§ 1º O direito de requerer e de contribuir para a pensão militar, na forma deste artigo, pode ser exercido também por qualquer beneficiário da pensão.

§ 2º A faculdade prevista neste artigo somente pode ser exercida no prazo de 1 (um) ano, contado da data da publicação do ato da demissão, licenciamento ou exclusão.

§ 3º Os contribuintes de que trata este artigo, quando convocados ou mobilizados, passarão à categoria de obrigatórios, durante o tempo em que servirem.

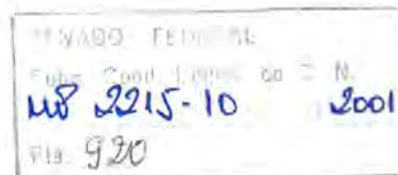
**Art 3º** A contribuição para a pensão militar será igual a 1 (um) dia dos vencimentos (sôlido e gratificação) do contribuinte, arredondada em cruzeiros para a importância imediatamente superior, qualquer que seja a fração de centavos.

§ 1º A contribuição obrigatória e facultativa, na inatividade, será igual à do militar da ativa, com mesmo posto ou graduação.

§ 2º Se o militar contribuir para a pensão de posto ou graduação superior, a contribuição será igual a 1 (um) dia dos vencimentos desse posto ou graduação.

§ 3º Os oficiais graduados no posto imediato contribuem para a pensão militar como se efetivos fôsem no posto da graduação.

§ 4º O oficial que atingir o número 1 (um) da respectiva escala contribuirá para a pensão militar do posto imediato.





§ 5º Os beneficiários da pensão militar, instituída por esta lei, estão isentos de contribuição para a mesma, qualquer que seja a sua modalidade; esta isenção abrange, também, os beneficiários dos militares já falecidos.

**Art 4º** Quando o contribuinte obrigatório, por qualquer circunstância, não constar da folha de vencimentos e, assim, não puder ser descontada a sua contribuição para a pensão militar, recolherá imediatamente, à Unidade a que estiver vinculado a contribuição mensal que lhe couber pagar. Não o fazendo, será descontado o total da dívida, assim que fôr o contribuinte incluído em folha.

Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão.

**Art 5º** O contribuinte facultativo, de que trata o art. 2º desta lei, que passar 24 (vinte e quatro) meses sem recolher a sua contribuição, perderá o direito de deixar pensão militar. Se falecer dentro desse prazo, seus beneficiários são obrigados a pagar integralmente a dívida no ato do primeiro pagamento da pensão.

**Art 6º** É facultado aos militares de que trata o art. 1º desta lei, com mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para fins de inatividade, contribuírem, respectivamente, para a pensão correspondente a um ou dois postos ou graduações acima do ou da que possuem desde que satisfaçam o pagamento das contribuições a partir do mês seguinte àquele em que completaram o referido tempo de serviço.

§ 1º O disposto neste artigo abrange os militares da reserva remunerada ou reformados, designados para o exercício efetivo de serviço nas Organizações das Forças Armadas e que, nesta situação, permaneçam por mais de 5 (cinco) anos, desde que tenham mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para a inatividade, contados pela reunião dos dois períodos de atividade.

§ 2º O militar que satisfizer as condições do presente artigo poderá contribuir para a pensão militar correspondente ao primeiro ou ao segundo posto ou graduação que se seguir ao que já possui na hierarquia das Forças Armadas, mesmo que em seu quadro ou organização não haja, os respectivos postos ou graduações.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS BENEFICIÁRIOS E SUA HABILITAÇÃO**

**Art 7º** A pensão militar defere-se na seguinte ordem:

I - à viúva;

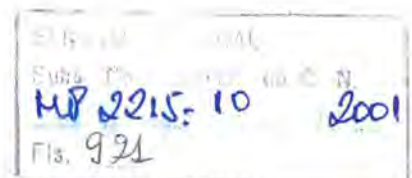
II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos;

III - aos netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estipuladas para os filhos;

IV - à mãe viúva, solteira ou desquitada, e ao pai inválido ou interdito;

V - às irmãs germanas e consangüíneas, solteiras, viúvas ou desquitadas, bem como aos irmãos menores mantidos pelo contribuinte, ou maiores interditos ou inválidos;

VI - ao beneficiário instituído, desde que viva na dependência do militar e não seja do sexo masculino e maior de 21 (vinte e um) anos, salvo se fôr interdito ou inválido permanentemente.





§ 1º A viúva não terá direito à pensão militar se, por sentença passada em julgado, houver sido considerada cônjuge culpado, ou se, no desquite amigável ou litigioso, não lhe foi assegurada qualquer pensão ou amparo pelo marido.

§ 2º A invalidez do filho, neto, irmão, pai, bem como do beneficiário instituído comprovar-se-á em inspeção de saúde realizada por junta médica militar ou do Serviço Público Federal, e só dará direito à pensão quando não disponham de meios para prover a própria subsistência.

**Art 8º** O beneficiário a que se refere o item VI do artigo anterior poderá ser instituído a qualquer tempo, mediante declaração na conformidade do Capítulo III desta lei ou testamento feito de acordo com a lei civil, mas só gozará de direito à pensão militar se não houver beneficiário legítimo.

#### **CAPÍTULO IV** **DAS PENSÕES**

**Art 15.** A pensão militar corresponde, em geral, a 20 (vinte) vezes a contribuição e será paga mensalmente aos beneficiários.

§ 1º Quando o falecimento do contribuinte se tenha verificado em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nêle adquirida, a pensão será igual a 25 (vinte e cinco) vezes a contribuição. A prova das circunstâncias do falecimento do contribuinte será feita em inquérito ou por atestado de origem, conforme o caso.

§ 2º Se a morte do contribuinte decorrer de ferimento recebido, de acidente ocorrido, ou moléstia adquirida em operações de guerra, na defesa ou na manutenção da ordem interna, a pensão será, igual a 30 (trinta) vezes a contribuição.

**Art 16.** O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, relativas à pensão que será deixada aos beneficiários, permitindo-se a êstes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

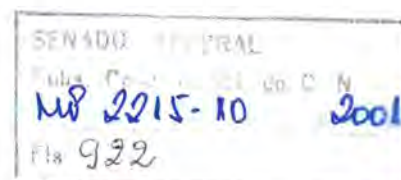
§ 1º O recolhimento poderá ser feito de uma só vez ou em parcelas correspondentes ao valor da contribuição.

2º A exigência dêste artigo não se aplica ao reajustamento das pensões decorrentes da presente lei.

**Art 17.** Todo e qualquer militar não contribuinte da pensão militar mas em serviço ativo, cujo falecimento ocorrer nas circunstâncias previstas nos parágrafos do art. 15, deixará a seus beneficiários a pensão que, na conformidade dêsses parágrafos, lhe couber, qualquer que seja o seu tempo de serviço.

§ 1º A pensão militar a que se refere êste artigo não poderá ser inferior à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva; ou à de 3º sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos.

§ 2º Em qualquer dos casos estabelecidos neste artigo, a outorgada pensão fica condicionada à satisfação prévia, pelos beneficiários, da exigência de que trata o art. 16.





§ 3º Para os efeitos de cálculo da pensão, a contribuição obedecerá à regra prevista no art. 3º da presente lei.

**Art 18.** Os beneficiários dos militares considerados desaparecidos ou extraviados na forma dos arts. 26 e 27 da Lei nº de 1.316, de 20 de janeiro de 1951, receberão, desde logo, na ordem preferencial do art. 7º da presente lei os vencimentos e vantagens a que o militar fazia jus, pagos pelo corpo ou repartição a que pertencia.

§ 1º Findo o prazo de 6 (seis) meses referido no art. 27 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, far-se-á a habilitação dos herdeiros à pensão militar, na forma prevista na presente lei.

§ 2º Reaparecendo o militar, em qualquer tempo, ser-lhe-ão pagos os vencimentos e vantagens a que fêz jus, deduzindo-se dêles as quantias pagas aos beneficiários a título de pensão.

§ 3º Se o militar fôr considerado prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, seus beneficiários, na ordem preferencial, receberão, desde logo, seus vencimentos e vantagens, enquanto perdurar tal situação.

**Art 19.** Aos militares de que trata o art. 17 da presente lei aplica-se, também, o disposto no artigo anterior.

.....  
**Art 22.** O militar que, ao falecer, já preencha as condições legais que permitem sua transferência para a reserva remunerada ou reforma, em posto ou graduação superiores, será considerado promovido naquela data e deixará a pensão correspondente à nova situação, obedecida a regra do art. 6º desta lei.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DA PERDA E DA REVERSÃO DA PENSÃO MILITAR**

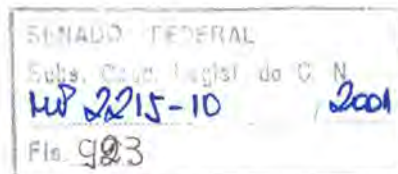
**Art 23.** Perderá o direito à pensão:

- I - a viúva que tenha má conduta apurada em processo judicial, ou venha a ser destituída do pátrio poder, na conformidade do art. 395 do Código Civil Brasileiro;
- II - o beneficiário do sexo masculino, que atinja a maioridade, válido e capaz;
- III - o beneficiário que renuncie expressamente;
- IV - o beneficiário que tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte, a morte do contribuinte;
- V - VETADO.

.....  
**Art 27.** A pensão militar é impenhorável e só responde pelas consignações autorizadas e pelas dívidas contraídas pelos herdeiros já no gozo da pensão.

.....  
**Art 29.** É permitida a acumulação:

- a) de duas pensões militares;
  - b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil.
- .....



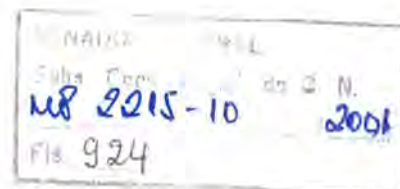
**LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980**

*Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.*

**Art. 6º** São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar, nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas.

**Art. 50.** São direitos dos militares:

- I - a garantia da patente em toda a sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ela inerentes, quando oficial, nos termos da Constituição;
- II - a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço;
- III - a remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando 30 (trinta) anos de serviço, for transferido para a reserva remunerada, *ex officio*, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e
- IV - nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas:
  - a) a estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais anos de tempo de efetivo serviço;
  - b) o uso das designações hierárquicas;
  - c) a ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação;
  - d) a percepção de remuneração;
  - e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;
  - f) o funeral para si e seus dependentes, constituindo-se no conjunto de medidas tomadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até o sepultamento condigno;
  - g) a alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade;
  - h) o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa de cama, fornecido ao militar na ativa de graduação inferior a terceiro-sargento e, em casos especiais, a outros militares;
  - i) a moradia para o militar em atividade, compreendendo:
    - 1 - alojamento em organização militar, quando aquartelado ou embarcado; e
    - 2 - habitação para si e seus dependentes; em imóvel sob a responsabilidade da União, de acordo com a disponibilidade existente.





- j) o transporte, assim entendido como os meios fornecidos ao militar para seu deslocamento por interesse do serviço; quando o deslocamento implicar em mudança de sede ou de moradia, compreende também as passagens para seus dependentes e a translação das respectivas bagagens, de residência a residência;
- l) a constituição de pensão militar;
- m) a promoção;
- n) a transferência a pedido para a reserva remunerada;
- o) as férias, os afastamentos temporários do serviço e as licenças;
- p) a demissão e o licenciamento voluntários;
- q) o porte de arma quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo caso de inatividade por alienação mental ou condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte;
- r) o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela respectiva Força Armada; e
- s) outros direitos previstos em leis específicas.

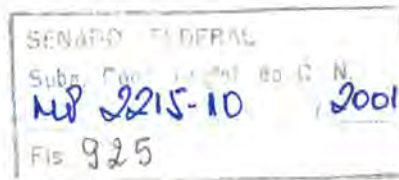
1º A percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, a que se refere o item II deste artigo, obedecerá às seguintes condições:

- a) o oficial que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, após o ingresso na inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se em sua Força existir, em tempo de paz, posto superior ao seu, mesmo que de outro Corpo, Quadro, Arma ou Serviço; se ocupante do último posto da hierarquia militar de sua Força, em tempo de paz, o oficial terá os proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu próprio posto, acrescido de percentual fixado em legislação específica;
- b) os subtenentes e suboficiais, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de segundo-tenente, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço; e
- c) as demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

2º São considerados dependentes do militar:

- I - a esposa;
- II - o filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou interdito;
- III - a filha solteira, desde que não receba remuneração;
- IV - o filho estudante, menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que não receba remuneração;
- V - a mãe viúva, desde que não receba remuneração;
- VI - o enteado, o filho adotivo e o tutelado, nas mesmas condições dos itens II, III e IV;
- VII - a viúva do militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados nos itens II, III, IV, V e VI deste parágrafo, desde que vivam sob a responsabilidade da viúva;
- VIII - a ex-esposa com direito à pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio.

3º São, ainda, considerados dependentes do militar, desde que vivam sob sua dependência econômica, sob o mesmo teto, e quando expressamente declarados na organização militar competente:



- a) a filha, a enteada e a tutelada, nas condições de viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;
- b) a mãe solteira, a madrasta viúva, a sogra viúva ou solteira, bem como separadas judicialmente ou divorciadas, desde que, em qualquer dessas situações, não recebam remuneração;
- c) os avós e os pais, quando inválidos ou interditos, e respectivos cônjuges, estes desde que não recebam remuneração;
- d) o pai maior de 60 (sessenta) anos e seu respectivo cônjuge, desde que ambos não recebam remuneração;
- e) o irmão, o cunhado e o sobrinho, quando menores ou inválidos ou interditos, sem outro arrimo;
- f) a irmã, a cunhada e a sobrinha, solteiras, viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;
- g) o neto, órfão, menor inválido ou interdito;
- h) a pessoa que viva, no mínimo há 5 (cinco) anos, sob a sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante justificação judicial;
- i) a companheira, desde que viva em sua companhia há mais de 5 (cinco) anos, comprovada por justificação judicial; e
- j) o menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.

4º Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não-provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.

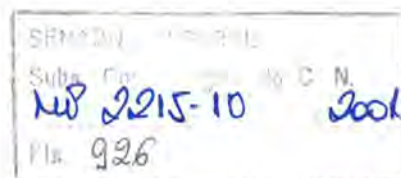
§ 1º A percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, a que se refere o item II deste artigo, obedecerá às seguintes condições:

- a) o oficial que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, após o ingresso na inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se em sua Força existir, em tempo de paz, posto superior ao seu, mesmo que de outro Corpo, Quadro, Arma ou Serviço; se ocupante do último posto da hierarquia militar de sua Força, em tempo de paz, o oficial terá os proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu próprio posto, acrescido de percentual fixado em legislação específica;
- b) os subtenentes e suboficiais, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de segundo-tenente, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço; e
- c) as demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

**Art. 53.** A remuneração dos militares, devida em bases estabelecidas em legislação específica comum às Forças Armadas, compreende:

I - na ativa:

- a) vencimentos, constituídos de soldo e gratificações; e
- b) indenizações.





II - na inatividade:

- a) proventos, constituídos de soldo ou quotas de soldo e gratificações incorporáveis; e
- b) indenizações na inatividade.

Parágrafo único. O militar fará jus, ainda, a outros direitos pecuniários em casos especiais.

**Art. 63.** Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.

§1º O Poder Executivo fixará a duração das férias, inclusive para os militares servindo em localidades especiais.

§2º Compete aos Ministros Militares regulamentar a concessão de férias.

§3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, licença especial, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.

§4º Somente em casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço, de transferência para a inatividade, ou para cumprimento de punição decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital, os militares terão interrompido ou deixarão de gozar na época prevista o período de férias a que tiverem direito, registrando-se o fato em seus assentamentos.

§5º Na impossibilidade do gozo de férias no ano seguinte pelos motivos previstos no parágrafo anterior, ressalvados os casos de contravenção ou transgressão disciplinar de natureza grave, o período de férias não gozado será computado dia a dia, pelo dobro no momento da passagem do militar para a inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais.

**Art. 67.** Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares.

§ 1º A licença pode ser:

- a) especial;
- b) para tratar de interesse particular;
- c) para tratamento de saúde de pessoa da família; e
- d) para tratamento de saúde própria.

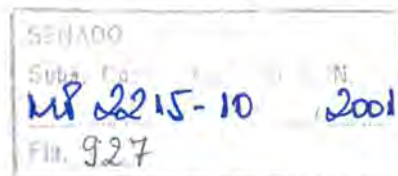
§ 2º A remuneração do militar licenciado será regulada em legislação específica.

§ 3º A concessão de licença é regulada pelos Ministros das Forças Singulares.

**Art. 68.** Licença especial é a autorização para o afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao militar que a requeira, sem que implique em qualquer restrição para a sua carreira.

§ 1º A licença especial tem a duração de 6 (seis) meses, a ser gozada de uma só vez; quando solicitado pelo interessado e julgado conveniente pela autoridade competente, poderá ser parcelada em 2 (dois) ou 3 (três) meses.

§2º O período de licença especial não interrompe a contagem de tempo de efetivo serviço.



§3º Os períodos de licença especial não-gozados pelo militar são computados em dobro para fins exclusivos de contagem de tempo para a passagem à inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais.

§4º A licença especial não é prejudicada pelo gozo anterior de qualquer licença para tratamento de saúde e para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.

§5º Uma vez concedida a licença especial, o militar será exonerado do cargo ou dispensado do exercício das funções que exercer e ficará à disposição do órgão de pessoal da respectiva Força Armada, adido à Organização Militar onde servir.

.....  
**Art. 70.** As licenças poderão ser interrompidas a pedido ou nas condições estabelecidas neste artigo.

1º A interrupção da licença especial e da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

- a) em caso de mobilização e estado de guerra;
- b) em caso de decretação de estado de emergência ou de estado de sítio;
- c) para cumprimento de sentença que importe em restrição da liberdade individual;
- d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulado pelo respectivo Ministério Militar; e

e) em caso de denúncia ou de pronúncia em processo criminal ou indicição em inquérito militar, a juízo da autoridade que efetivou a denúncia, a pronúncia ou a indicição.

2º A interrupção de licença para tratar de interesse particular será definitiva quando o militar for reformado ou transferido *ex officio* para a reserva remunerada.

3º A interrupção da licença para tratamento de saúde de pessoa da família, para cumprimento de pena disciplinar que importe em restrição da liberdade individual, será regulada em cada Força.

.....  
**Art. 81.** O militar será agregado e considerado, para todos os efeitos legais, como em serviço ativo quando:

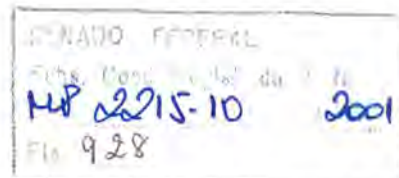
I - for nomeado para cargo, militar ou considerado de natureza militar, estabelecido em lei ou decreto, no País ou no estrangeiro, não-previsto nos Quadros de Organização ou Tabelas de Lotação da respectiva Força Armada, exceção feita aos membros das comissões de estudo ou de aquisição de material, aos observadores de guerra e aos estagiários para aperfeiçoamento de conhecimentos militares em organizações militares ou industriais no estrangeiro;

II - for posto à disposição exclusiva de outro Ministério Militar para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;

III - aguardar transferência *ex officio* para a reserva, por ter sido enquadrado em quaisquer dos requisitos que a motivaram;

IV - o órgão competente para formalizar o respectivo processo tiver conhecimento oficial do pedido de transferência do militar para a reserva; e

V - houver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos na situação de convocado para funcionar como Ministro do Superior Tribunal Militar.





1º A agregação de militar nos casos dos itens I e II é contada a partir da data da posse no novo cargo até o regresso à Força Armada a que pertence ou a transferência *ex officio* para a reserva.

2º A agregação de militar no caso do item III é contada a partir da data indicada no ato que tornar público o respectivo evento.

3º A agregação de militar no caso do item IV é contada a partir da data indicada no ato que tornar pública a comunicação oficial até a transferência para a reserva.

4º A agregação de militar no caso do item V é contada a partir do primeiro dia após o respectivo prazo e enquanto durar o evento.

.....  
**Art. 110.** O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I e II do artigo 108 será reformado com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.

§1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e V do artigo 108, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

a) o de Primeiro-Tenente, para Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial e Suboficial ou Subtenente;

b) o de Segundo-Tenente, para Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento; e

c) o de Terceiro-Sargento, para Cabo e demais praças constantes do Quadro a que se refere o artigo 16.

§3º Aos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos poderão ser acrescidos outros relativos à remuneração, estabelecidos em leis especiais, desde que o militar, ao ser reformado, já satisfaça às condições por elas exigidas.

§4º O direito do militar previsto no artigo 50, item II, independerá de qualquer dos benefícios referidos no *caput* e no § 1º deste artigo, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 152.

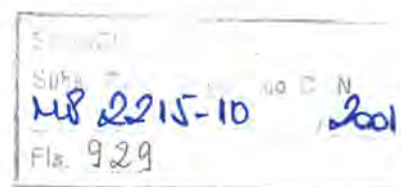
§5º Quando a praça fizer jus ao direito previsto no artigo 50, item II, e, conjuntamente, a um dos benefícios a que se refere o parágrafo anterior, aplicar-se-á somente o disposto no § 2º deste artigo.

.....  
**Art. 137.** Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior, com os seguintes acréscimos:

I - tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo militar anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão em qualquer organização militar;

II - 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo oficial do Corpo, Quadro ou Serviço de Saúde ou Veterinária que possuir curso universitário até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso;

III - tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva;



IV - tempo relativo a cada licença especial não-gozada, contado em dobro;

V - tempo relativo a férias não-gozadas, contado em dobro;

VI - tempo de efetivo serviço passado pelo militar nas guarnições especiais e contado na forma estabelecida em regulamento, assegurados, porém, os direitos e vantagens dos militares amparados pela legislação vigente na época.

§1º Os acréscimos a que se referem os itens I, III e VI serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e para esse fim.

§2º Os acréscimos a que se referem os itens II, IV e V serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto a percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 101.

§3º O disposto no item II aplicar-se-á, nas mesmas condições e na forma da legislação específica, aos possuidores de curso universitário, reconhecido oficialmente, que vierem a ser aproveitados como oficiais das Forças Armadas, desde que este curso seja requisito essencial para seu aproveitamento.

§4º Não é computável para efeito algum, salvo para fins de indicação para a quota compulsória, o tempo:

a) que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

b) passado em licença para tratar de interesse particular;

c) passado como desertor;

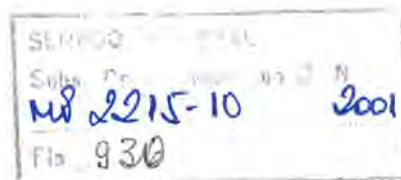
d) decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença transitada em julgado; e

e) decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença transitada em julgado, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional de pena, quando, então, o tempo correspondente ao período da pena será computado apenas para fins de indicação para a quota compulsória e o que dele exceder, para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.

**Art. 138.** Uma vez computado o tempo de efetivo serviço e seus acréscimos, previstos nos artigos 136 e 137, e no momento da passagem do militar à situação de inatividade, pelos motivos previstos nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 98 e nos itens II e III do artigo 106, a fração de tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada como 1 (um) ano para todos os efeitos legais.

.....  
**Art. 156.** Enquanto não entrar em vigor nova Lei de Pensões Militares, considerar-se-ão vigentes os artigos 76 a 78 da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971

.....  
**Art. 160.** Ressalvado o disposto no artigo 156 e no parágrafo único do artigo anterior, ficam revogadas a Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971, e demais disposições em contrário.





## DECRETO-LEI Nº 8.795, DE 23 DE JANEIRO DE 1946

Regula vantagens a que tem direito os militares da FEB incapacitados fisicamente.

---

## LEI Nº 2.579, DE 23 DE AGÔSTO DE 1955

Concede amparo aos ex-integrantes da Fôrça Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar.

---

## LEI Nº 5.787, DE 27 DE JUNHO DE 1972

Dispõe sobre a Remuneração dos Militares e dá outras providências.

.....  
**Art 101.** Ao militar em campanha, no país ou no exterior, aplicam-se, no que couberem, as disposições dos artigos 1º a 100 desta Lei, observadas as prescrições deste Título.

**Parágrafo único.** Quando um contingente ou Força Brasileira estiver no exterior em cumprimento de compromissos internacionais de caráter pacífico, que venham a evoluir para situação de beligerância reconhecida em ato do Poder Executivo, os seus integrantes passarão a ser remunerados segundo o estabelecido neste Título a contar da data fixada naquele ato.

**Art 102.** Ao militar que seguir para um teatro de operações, e enquanto nele efetivamente permanecer além da remuneração, será devido:

- 1 - Abono de Campanha;
- 2 - Gratificação de Campanha.

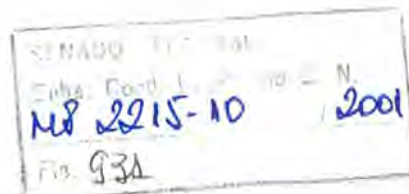
**Parágrafo único.** Para os efeitos do disposto neste Título, consideram-se teatros de operações as áreas geográficas como tais definidas e delimitadas em decreto do Poder Executivo.

**Art 103.** O pagamento ao militar empenhado em teatro de operações situado fora do território nacional processa-se da forma seguinte:

- 1 - Remuneração e Salário-Família: pagos em moeda nacional a pessoa ou à instituição que o interessado nomear;
- 2 - Abono de Campanha: pago em moeda nacional ao próprio militar;
- 3 - Gratificação de Campanha: paga em moeda nacional ou estrangeira, conforme for regulado pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Os descontos a que estiver sujeito o militar serão deduzidos da parcela paga no país em moeda nacional.

**Art 104.** O militar considerado desaparecido ou extraviado, prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, terá a remuneração paga aos beneficiários com direito à sua pensão militar.



§ 1º No caso do militar desaparecido ou extraviado, decorridos 6 (seis) meses, far-se-á habilitação dos beneficiários na forma da lei, cessando o pagamento da remuneração.

§ 2º Verificando-se o reaparecimento do militar, e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á se for o caso, o pagamento da diferença entre o montante a que faria jus, se tivesse permanecido em serviço e a pensão recebida pelos beneficiários.

## **CAPÍTULO II**

### *Do Abono de Campanha*

**Art 105.** O Abono de Campanha é igual ao valor do soldo do posto ou graduação do militar e é concedido apenas uma vez durante todo o curso das operações.

Parágrafo único. O Abono de Campanha é pago ao deslocar-se o militar para um teatro de operações ou ao se iniciarem as hostilidades, para os que nele se encontrem.

## **CAPÍTULO III**

### *Da Gratificação de Campanha*

**Art 106.** A Gratificação de Campanha é concedida mensalmente ao militar que permanecer no teatro de operações e tem o valor do soldo do seu posto ou graduação.

§ 1º A Gratificação de Campanha é paga a contar da data em que o militar seguir para o teatro de operações ou daquela em que começarem as hostilidades, quando nele se encontrar.

§ 2º O direito à gratificação deste artigo cessa na data do término das hostilidades, reconhecida em ato do Poder Executivo, ou da retirada do militar do teatro de operações.

**Art 107.** O militar baixado a hospital, em consequência de ferimento ou enfermidade contraída em campanha, continuará recebendo a gratificação de campanha durante todo o tempo em que estiver hospitalizado ou em licença por tal motivo, até o término das hostilidades.

**Art 108.** O Suboficial, Subtenente ou Sargento em operações de guerra que, designado pelo Comandante da Força, desempenhar funções de oficial, faz jus à remuneração e gratificação de campanha de posto cujas funções exercer.

**Art , 109.** O militar, servindo em navio de guerra que for recolhido ao porto, fora do teatro de operações, para execução de reparos, continuará percebendo a gratificação de campanha das condições abaixo:

1 - Até 30 (trinta) dias, para execução de reparos destinados à manutenção da eficiência do navio;

2 - Até 60 (sessenta) dias, para reparos de avarias sofridas em combate por ação do inimigo.

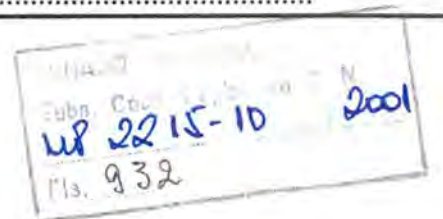
---

## **LEI Nº 7.412, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1985.**

*Altera dispositivos da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, e dá outras providências.*

**Art 7º -** A remuneração do policial-militar não poderá ser inferior à que, por lei ou outro dispositivo legal, for atribuída ao pessoal das Forças Armadas, em igualdade de posto ou graduação, observado o disposto no artigo 24, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

---





**LEI Nº 7.961, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989**

*Fixa o valor do soldo dos Postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

.....  
**Art. 2º** É assegurada aos servidores militares do Distrito Federal a revisão de sua remuneração, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores militares da União.  
.....

**LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991**

Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

.....  
**Art. 29.** O caput do art. 3º e o art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º A contribuição para a Pensão Militar será igual a três dias do soldo, arredondando em cruzeiros para a importância imediatamente superior.

Art. 7º A Pensão Militar, é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridades e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade - viúva ou viúvo; companheira ou companheiro; filhas solteiras e filhos menores de 21 anos ou, quando estudantes, menores de 24 anos;

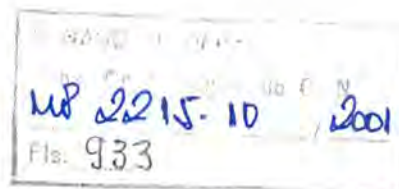
II - segunda ordem de prioridade - pais, ainda que adotivos que comprovem dependência econômica do contribuinte;

III - terceira ordem de prioridade - a pessoa designada, mediante declaração escrita do contribuinte e que viva sob a dependência econômica deste, quando menor de vinte e um ou maior de sessenta anos.

Parágrafo único. Os beneficiários de que trata este artigo, quando interditos ou inválidos, ou, ainda, acometidos de enfermidade grave, que os impeça de prover a própria subsistência, julgados por junta de saúde militar, poderão habilitar-se à pensão, independentemente dos limites de idade."

**LEI Nº 8.237, DE 30 DE SETEMBRO DE 1991**

*Dispõe sobre a remuneração dos servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências.*



**LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992**

*Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências.*

.....

**Art. 6º** Nenhum servidor receberá, a título de vencimento ou soldo, importância inferior ao salário mínimo.

.....

**LEI Nº 8.622, DE 19 DE JANEIRO DE 1993**

*Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal e dá outras providências.*

.....

**Art. 6º** Quando da adequação da tabela constante do Anexo I desta lei, nos termos do art. 4º, os oficiais-generais passarão a perceber os soldos constantes do Anexo V.

.....

**Art. 8º** A remuneração dos cargos em comissão e funções gratificadas de natureza civil, dos Juízes do Tribunal Marítimo e as gratificações pelo exercício de função nos gabinetes dos ministros militares passam a ser, a partir de 1º de janeiro de 1993, as constantes do Anexo VI desta lei.

.....

**LEI DELEGADA Nº 12 DE 7 DE AGOSTO DE 1992**

*Dispõe sobre a instituição de Gratificação de Atividade Militar para os servidores militares federais das Forças Armadas*

.....

**LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992**

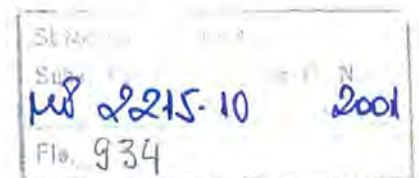
*Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.*

.....

**Art. 2º** Em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, e nos arts. 1º e 4º desta lei, os valores dos soldos e dos vencimentos dos servidores militares e civis passam a ser, a partir de 1º de setembro de 1992;

I - os da tabela constante do Anexo I, para os servidores militares;

II - os das tabelas de vencimentos constantes dos Anexos II e III, para os servidores civis, exceto os contemplados no inciso seguinte;





III - os da Tabela de Vencimentos de Docentes constante do Anexo IV, para os docentes de 1º e 2º grau, contemplados pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;

IV - (Vetado)

Parágrafo único. As tabelas dos Juizes do Tribunal Marítimo, dos Cargos de Natureza Especial, dos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), dos Cargos de Direção (CD), das Instituições Federais de Ensino, das Funções Gratificadas (FG) e das Gratificações de Representação pelo exercício de função no Gabinete dos Ministros Militares e do Estado-Maior das Forças Armadas passam a ser as constantes do Anexo V.

.....  
**Art. 20.** Os percentuais da Indenização de Representação (Lei nº 8.237, de 1991, Anexo II, Tabela III, alínea b) ficam alterados para 2% do valor do soldo, por dia, quando em viagem de representação, de instrução, de emprego operacional, ou quando às ordens de autoridade estrangeira.

.....  
**Art. 25.** No Anexo II da Lei nº 8.237, de 1991, fica modificado o título da Tabela V - Gratificação de Localidade Especial para Tabela V - Indenização de Localidade Especial e, no último item da Tabela VI - Adicional de Inatividade, ficam substituídas as expressões Reserva Remunerada por Inatividade Remunerada.

**Art. 26.** O art. 73 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, e o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, passam a vigorar acrescidos do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial . "

**Art. 27.** Para a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores militares, prevista no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.448, de 1992, não será considerado o valor do soldo pago às praças prestadoras de serviço militar inicial e às praças especiais.

---

### LEI Nº 8.627, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993

Especifica os critérios para reposicionamento de servidores públicos federais civis e militares e dá outras providências.

.....  
**Art. 2º** A adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares será feita de acordo com a tabela constante do Anexo I desta lei, tendo em vista os seguintes critérios:

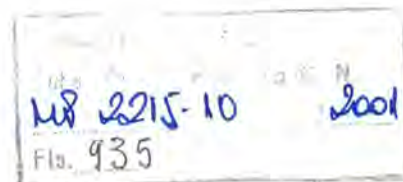
I - elevação de até três valores de padrões de soldo, com preservação da hierarquia entre os diferentes círculos de oficiais e de praças, conforme estatuto dos militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e tabela do Anexo I da Lei nº 8.622, de 1993;

II - aplicação dos tetos de soldos constantes da tabela do Anexo I e do disposto no art. 6º da Lei nº 8.622, de 1993;

III - alteração de valores de soldos, a fim de preservar o critério de hierarquização a que se refere o inciso I deste artigo e a adequação constante do art. 4º da Lei nº 8.622, de 1993;

IV - observância do disposto nos arts. 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

---





## **LEI Nº 8.717, DE 14 DE OUTUBRO DE 1993.**

Dá nova redação ao art. 81 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991

---

## **LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994**

Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Para os efeitos desta lei, a retribuição pecuniária devida na administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União compreende:

I - como vencimento básico:

a) a retribuição a que se refere o art. 40 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devida pelo efetivo exercício do cargo, para os servidores civis por ela regidos;

b) o soldo definido nos termos do art. 6º da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para os servidores militares;

c) o salário básico estipulado em planos ou tabelas de retribuição ou nos contratos de trabalho, convenções, acordos ou dissídios coletivos, para os empregados de empresas públicas, de sociedades de economia mista, de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de quaisquer empresas ou entidades de cujo capital ou patrimônio o poder público tenha o controle direto ou indireto, inclusive em virtude de incorporação ao patrimônio público;

II - como vencimentos, a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, emprego, posto ou graduação;

III - como remuneração, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

a) diárias;

b) ajuda-de-custo em razão de mudança de sede ou indenização de transporte;

c) auxílio-fardamento;

d) gratificação de compensação orgânica, a que se refere o art. 18 da Lei nº 8.237, de 1991;

e) salário-família;

f) gratificação ou adicional natalino, ou décimo terceiro salário;

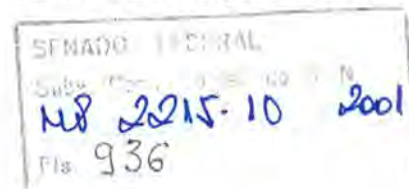
g) abono pecuniário resultante da conversão de até 1/3 (um terço) das férias;

h) adicional ou auxílio-natalidade;

i) adicional ou auxílio-funeral;

j) adicional de férias, até o limite de 1/3 (um terço) sobre a retribuição habitual;

l) adicional pela prestação de serviço extraordinário, para atender situações excepcionais e temporárias, obedecidos os limites de duração, previstos em lei, contratos, regulamentos,





convenções, acordos ou dissídios coletivos e desde que o valor pago não exceda em mais de 50% (cinquenta por cento) o estipulado para a hora de trabalho na jornada normal;

m) adicional noturno, enquanto o serviço permanecer sendo prestado em horário que fundamente sua concessão;

n) adicional por tempo de serviço;

o) conversão de licença-prêmio em pecúnia facultada para os empregados de empresa pública ou sociedade de economia mista por ato normativo, estatutário ou regulamentar anterior a 1º de fevereiro de 1994;

p) adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas percebido durante o período em que o beneficiário estiver sujeito às condições ou aos riscos que deram causa à sua concessão;

q) hora repouso e alimentação e adicional de sobreaviso, a que se referem, respectivamente, o inciso II do art. 3º e o inciso II do art. 6º da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972,

r) (Vetado).

1º O disposto no inciso III abrange adiantamentos desprovidos de natureza indenizatória.

2º As parcelas de retribuição excluídas do alcance do inciso III não poderão ser calculadas sobre base superior ao limite estabelecido no art. 3º.

---

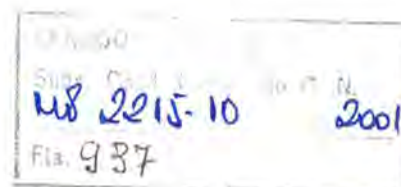
### **LEI Nº 9.367, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1996**

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências.

**Art. 3º** Os percentuais da Gratificação de Habilitação Militar, da Indenização de Representação pelo exercício de posto ou graduação em situações normais e os do Adicional de Inatividade a que se refere o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para os meses de setembro, outubro e novembro de 1994, passam a ser os constantes do Anexo IV desta Lei.

**Art. 6º** Os percentuais da Gratificação de Habilitação Militar, da Indenização de Representação pelo exercício do posto ou graduação em situações normais e os do Adicional de Inatividade a que se refere o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, a partir de 1º de dezembro de 1994, passam a ser os constantes do Anexo VII desta Lei.

---





## LEI Nº 9.442, DE 14 DE MARÇO DE 1997

Cria a Gratificação de Condição, Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera dispositivos das Leis nºs 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e 8.237, de 30 de setembro de 1991, dispõe sobre o Auxílio-Funeral a ex-Combatentes, e dá outras providências.

Faço saber que o **Presidente da República** adotou a Medida Provisória nº 1.544-19, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

**Art 1º** Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET, devida mensal e regularmente aos servidores militares federais das Forças Armadas ocupantes de cargo militar.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as praças prestadoras do serviço militar inicial.

**Art. 2º** A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET será calculada obedecendo à hierarquização entre os diversos postos e graduações, dentro dos respectivos círculos das Forças Armadas e paga de 1º de agosto de 1995 até 31 de agosto de 1996, de acordo com o Anexo I, e a partir de 1º de setembro de 1996, de acordo com o Anexo III.

**Art. 3º** Simultaneamente, até 31 de agosto de 1996, será concedida uma Gratificação Temporária aos servidores de que trata o art. 1º, no valor constante do Anexo II.

Parágrafo único. A Gratificação Temporária é acumulável com a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET e:

a) não servirá de base para cálculo de qualquer vantagem ou parcela remuneratória, ressalvadas aquelas de que tratam os arts. 35, 40, 42 e 86 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991;

b) será considerada, até a sua extinção, para efeito de pensões e remuneração na inatividade.

**Art. 4º** A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET passa a integrar a estrutura remuneratória dos militares da ativa, inativos e pensionistas, prevista na legislação em vigor.

.....  
**Art 6º** Os arts. 68, 75 e 86 da Lei nº 8.237, de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

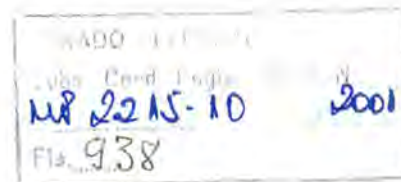
"Art.68.....

1º O Adicional de Inatividade integrará, para fins de cálculo de pensão, a estrutura de remuneração do militar falecido em serviço ativo, inclusive com menos de trinta anos de serviço, com base nos percentuais estabelecidos na Tabela VI do Anexo II desta Lei.

§ 2º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto no parágrafo anterior, para os já falecidos, vigorarão a partir de 1º de dezembro de 1996."

"Art.75 .....

.....  
VIII - multa por ocupação irregular de Próprio Nacional Residencial."





"Art. 86. Ao militar da reserva remunerada, exceto quando convocado, reincluído, designado ou mobilizado, e, excepcionalmente, ao reformado, que prestarem tarefa por tempo certo a qualquer das Forças Armadas, será conferido adicional *pro labore* calculado sobre os proventos que efetivamente estiver percebendo."

---

### **LEI Nº 9.633, DE 12 DE MAIO DE 1998**

Altera o Anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, que dispõe sobre a tabela de cálculo da Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET.

---

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

*Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.*

---

#### **SUBSEÇÃO II**

##### *Do Controle da Despesa Total com Pessoal*

**Art 21.** É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:  
I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

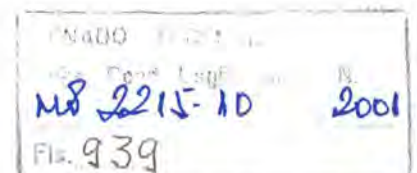
Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

---

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.188-9, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.**

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências

---

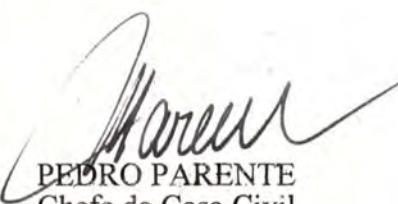


Aviso nº 1.026 - C. Civil.

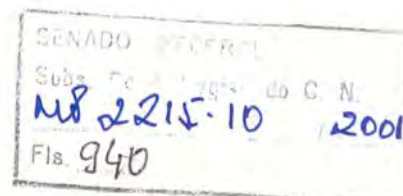
Brasília, 31 de agosto de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

  
PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CARLOS WILSON  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**BRASÍLIA-DF.**







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

OF. PSDB/II/Nº 655 /2001

*Façam-se as substituições  
solicitadas*

*Em 17 / 9 /2001*

Brasília, 13 de setembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados **JOVAIR ARANTES e RICARDO RIQUE**, como membros titulares e os Deputados **BONIFÁCIO DE ANDRADA e CANDINHO MATOS** como membros suplentes, da Comissão Mista Especial que analisa a Medida Provisória nº 2.215-10/01, que "dispõe sobre a reestruturação de remuneração dos Militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765/60 e 6.880/80, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

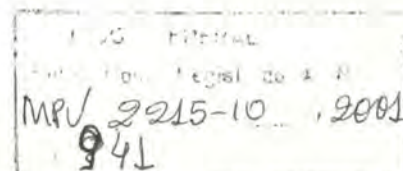
Atenciosamente,

Deputado **JUTAHY JUNIOR**  
Líder do PSDB

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **EFRAIM MORAES**

1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Presidente em exercício





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Líder do PFL

**OF. Nº 318/01-GLPFL**

Brasília, 25 de outubro de 2.001.

*Façam-se as substituições  
solicitadas*

*Em 31 / 10 / 2001*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº **2.215-10**, de 31 de agosto de 2001, que "**Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências**", ficando assim constituída:

**TITULARES**

Romeu Tuma

Leomar Quintanilha

**SUPLENTE**

Paulo Souto

Bello Parga

Atenciosamente,

**Senador HUGO NAPOLEÃO**  
**Líder do PFL no Senado Federal**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**Senador RAMEZ TEBET**  
**Presidente do Senado Federal**

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.215-10 / 2001
Fls. 942





**OF.GLPMDB Nº304 /2001**

Brasília, 23 de novembro de 2001

*Façam-se as substituições  
solicitadas*

*Em 28/ 11 /2001*

**Senhor Presidente,**

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória n.º 2.215-10, de 31-8-2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis n.ºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

**TITULARES**

**Senador Amir Lando**

**Senador Roberto Requião**

**SUPLENTE**

**Senador Mauro Miranda**

**Senador Fernando Ribeiro**

Cordialmente,

Senador Renan Calheiros  
Líder do PMDB

**Exmo. Sr.  
Senador Ramez Tebet  
DD. Presidente do Congresso Nacional**  
**Nesta**





Fls. 944





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PSDB/PPB

*Faça-se a substituição  
solicitada*

*Em 25/10/2002*

Of. n.º 140/02-LPSDB

Brasília, 24 de Outubro de 2002

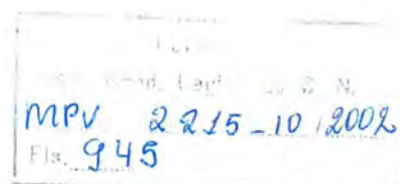
Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de substituir o **Senador Nilo Teixeira** pelo **Senador Benício Sampaio**, como suplente, na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão Mista destinada a estudar a Medida Provisória nº 2215-10.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

**SENADOR GERALDO MELO**  
Líder do Bloco PSDB/PPB

Excelentíssimo Senhor  
Senador RAMEZ TEBET  
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROMEUE TUMA**

OF. Nº *98*/2002-GSRT

Brasília, 07 de novembro de 2002.

Senhor Secretário-Geral,

De ordem do Senhor Senador Romeu Tuma, designado Relator da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, solicito a V. S.a autorizar seja encaminhado a este Gabinete o respectivo processado, para análise de Sua Excelência.

Aproveito o ensejo para renovar a V. S.a os protestos de estima e consideração.

RUBENS DO PRADO LEITE  
Chefe do Gabinete

Ilmo. Sr.  
Dr. Raimundo Carreiro Silva  
MD. Secretário-Geral da Mesa  
SENADO FEDERAL



*Reuli*  
*em 8.11.02*  
*11:52*

*fol. 299*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Líder do PPB

*Façam-se as substituições  
solicitadas*

*Em 26 / 03 / 2003*

Ofício nº 268/03

Brasília, 20 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado **Ivan Ranzolin**, como titular, e o Deputado **Herculano Anghinetti**, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 2215-10**, de 31 de agosto de 2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências".

Cordialmente,

Deputado Pedro Henry  
Líder

Excelentíssimo Senhor  
Senador **José Sarney**  
DD. Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

SENADO	RECEBUE
Subs. Coord. Leg. do C. N.	
MPV	2.215-10/2001
Fls.	947



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO LÍDER DO PMDB

OF. GLPMDB nº 242/2003

Brasília, 13 de maio de 2003

*À publicação.*

Em 21/05/2003

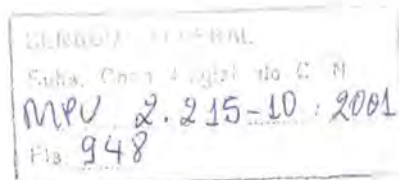
**Senhor Presidente,**

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores Pedro Simon, como titular, Gilberto Mestrinho e Gerson Camata como suplentes, na Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/8/01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

*Senador Renan Calheiros*  
Líder do PMDB

**Exmo. Sr.**  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
**DD. Presidente do Congresso Nacional**  
**Nesta**





SF - 29-12-2000

9 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 31 de agosto de 2001 e publicou no dia 1º de setembro do mesmo ano, a Medida Provisória nº **2.215-10**, que "Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### **Senadores**

#### **Titulares**

PMDB

\*Amir Lando

\*\*Pedro Simon

PFL

\*Romeu Tuma

\*\*Leomar Quintanilha

PSDB

**Sergio Machado**

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

**Heloísa Helena**

PPB

**Leomar Quintanilha**

\*PPS

**Paulo Hartung**

#### **Suplentes**

1.\*\*Gilberto Mestrinho

2.\*\*Gerson Camata

1.\*\*Paulo Souto

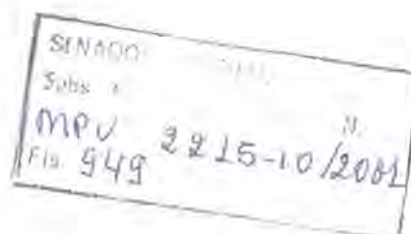
2.\*Bello Parga

1.\*\*\*Benício Sampaio

1.**Jefferson Peres**

1.**Ernandes Amorim**

1.**Roberto Freire**



## Deputados

### Titulares

#### PSDB

\*Jovair Arantes

\*Ricardo Rique

#### Bloco (PMDB/PST/PTN)

\*Laire Rosado

\*Tadeu Filipelli

#### PFL

\*Werner Wanderer

#### PT

**Aloízio Mercadante**

#### PPB

\*Ivan Ranzolin

#### PPS

**João Herrmann Neto**

### Suplentes

1.\*Bonifácio de Andrada

2.\*Candinho Mattos

1.\*Jorge Wilson

2.\*José Índio

1.\*Paes Landim

1.\*João Paulo

1.\*Herculano Anghinetti

1.**Regis Cavalcante**

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-12-2000 - designação da Comissão Mista\*\*  
Dia -9-2001 - instalação da Comissão Mista  
Até 6-9-2001 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade  
Até 15-9-2001 - prazo final da Comissão Mista  
Até 30-9-2001 - prazo no Congresso Nacional

*\*\*Comissão convalidada de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74*

\*Substituições feitas em 30-1-2001 – **PFL - (SF)**

\*Substituições feitas em 5-2-2001 – **PFL (CD)**

\*Substituição feita em 8-5-2001 – **PT - (CD)**

\*Substituições feitas em 5-9-2001 – **PMDB – (CD)**

\*Substituições feitas em 17-9-2001 – **PSDB - CD**

\*\*Substituições feitas em 31-10-2001 – **PFL – (SF)**

\*Substituições feitas em 28-11-2001 – **PMDB – (SF)**

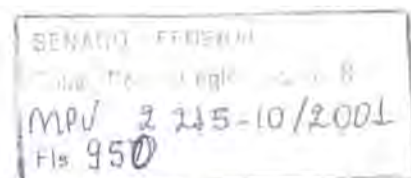
\*\*\* Substituição do Sen. Nilo Teixeira pelo Sen. Benício Sampaio(S), em 25-10-2002-Bloco

(PSDB/PPB) SF

\*Substituições feitas, em 26-03-2003 – **PPB – (CD)**

\*\*Substituições feitas em 21-05-2003 – **PMDB – (SF)**

\* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.





SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2.215-10/2002

Fls. 951

ISSN 1676-2339



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano CXXXIX Nº 138

Brasília - DF, sexta-feira, 19 de julho de 2002 R\$ 1,72



## Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Legislativo	1
Ato do Poder Executivo	1
Presidência da República	7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Ministério da Ciência e Tecnologia	12
Ministério da Cultura	12
Ministério da Educação	13
Ministério da Fazenda	18
Ministério da Justiça	26
Ministério da Previdência e Assistência Social	31
Ministério da Saúde	44
Ministério das Comunicações	55
Ministério de Minas e Energia	67
Ministério do Desenvolvimento Agrário	73
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	74
Ministério do Meio Ambiente	75
Ministério do Trabalho e Emprego	76
Ministério dos Transportes	81
Ministério Público da União	81
Tribunal de Contas da União	82
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	183

## Ato do Poder Legislativo

### LEI Nº 10.521, DE 18 DE JULHO DE 2002

Assegura a instalação de Municípios criados por Lei Estadual.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República, nos termos do § 3º do artigo 66 da Constituição sancionou, e eu, Carlos Wilson, Primeiro-Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do § 7º do mesmo artigo promulgo a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurada a instalação dos Municípios cujo processo de criação teve início antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 15, desde que o resultado do plebiscito tenha sido favorável e que as leis de criação tenham obedecido à legislação anterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de julho de 2002.  
Senador CARLOS WILSON  
Primeiro-Secretário do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

## Ato do Poder Executivo

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56, DE 18 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão.

§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Medida Provisória, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

Art. 2º Os servidores de que trata o art. 26 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, poderão manifestar-se, no prazo de sessenta dias, contado a partir da publicação desta Medida Provisória, pelo reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação, sem prejuízo da atual lotação ou unidade de exercício.

Parágrafo único. A partir do reenquadramento de que trata o caput, o servidor deixará de perceber as vantagens previstas na Lei nº 8.691, de 1993, e na Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Art. 3º A restrição de que trata o § 1º do art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, feita aos ocupantes de cargos efetivos estruturados em carreiras não se aplica aos servidores abrangidos pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002.

Art. 4º O § 3º do art. 36 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Fica assegurado aos atuais militares:

I - a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou

II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002.” (NR)

Art. 5º Para a cobrança da contribuição específica, a que se refere o inciso I do § 3º do art. 36 da Lei nº 10.486, de 2002, com a nova base de cálculo instituída pelo art. 4º desta Medida Provisória, observar-se-á o disposto no art. 195, § 6º, da Constituição.

Art. 6º Para o cálculo proporcional dos proventos das aposentadorias compulsórias e por invalidez, relativas aos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, serão considerados os valores das gratificações de desempenho profissional, individual ou institucional e de produtividade, percebidos no mês anterior ao do afastamento.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às aposentadorias por invalidez permanente decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.

Art. 7º A Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. O disposto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não se aplica aos empregados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos de suas subsidiárias.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos empregados do BNDES e de suas subsidiárias será de sete horas diárias, perfazendo um total de trinta e cinco horas de trabalho semanais, não podendo ser reduzida em qualquer hipótese.” (NR)

Art. 8º O disposto na Seção I do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não se aplica aos empregados da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos empregados da FINEP será de oito horas diárias, perfazendo um total de quarenta horas de trabalho semanais, não podendo ser reduzida em qualquer hipótese.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Geraldo Magela da Cruz Quintão  
Sérgio Silva do Amaral  
Guilherme Gomes Dias  
Carlos Américo Pucheco

## SEGURANÇA E AUTENTICIDADE



O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasil.

Saiba mais em [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).







## ANEXO

CARGO	NÍVEL DO CARGO	CÓDIGO	QUANTITATIVO (ATIVOS)
Especialista de Nível Superior	NS	33085	2
Especialista de Nível Superior	NS	68024	361
Técnico de Nível Superior	NS	68085	163
Técnico Nível Superior	NS	32075	402
Especialista Nível Médio	NI	27064	4.135
Tabela de Especialista	NI	27063	1
Técnico de Nível Médio	NI	27076	44
Técnico Nível Médio	NI	44059	963
Especialista Nível Apoio	NA	24027	649

## DECRETO Nº 4.306, DE 18 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a prorrogação estabelecida na Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002, relativa ao prazo da autorização de que tratam o art. 1º da Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, e o Decreto nº 3.953, de 5 de outubro de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002,

## DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada por mais trinta dias, a partir de zero o dia 22 de julho de 2002, a autorização de que tratam o art. 1º da Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, e o Decreto nº 3.953, de 5 de outubro de 2001.

Art. 2º Para efeito da assunção de que trata o art. 1º, as empresas aéreas deverão cumprir todas as medidas estabelecidas nos planos de segurança em vigência, além das demais exigências previstas na Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002, e no Decreto nº 3.953, de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.274, de 20 de junho de 2002.

Brasília, 18 de julho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Geraldo Magela da Cruz Quintão  
Pedro Malan  
Silvano Gianni

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Imprensa Nacional

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Presidente da República

PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA  
Diretor-Geral

## DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos  
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

VALDECI MEDEIROS  
Coordenador de Jornais Oficiais  
Substituto

## DECRETO Nº 4.307, DE 18 DE JULHO DE 2002

Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001,

## DECRETA:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a reestruturação da remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País e em tempo de paz.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, adotam-se as seguintes conceituações:

I - Organização Militar - OM: denominação genérica dada a corpo de tropa, repartição, estabelecimento, navio, base, arsenal ou a qualquer outra unidade tática, operativa ou administrativa das Forças Armadas;

II - sede: todo o território do município e dos municípios vizinhos, quando ligados por frequentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização Militar ou não, onde são desempenhadas as atribuições, missões, tarefas ou atividades cometidas ao militar, podendo abranger uma ou mais OM ou Guarnições;

III - dependente: quaisquer das pessoas enumeradas nos §§ 2º e 3º do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, constantes dos assentamentos do militar; e

IV - data do ajuste de contas:  
a) para o militar da ativa, em caso de movimentação, é a data limite do trânsito regulamentar; e  
b) para o militar excluído do serviço ativo, conforme art. 94 da Lei nº 6.880, de 1980, é a data do desligamento da OM.

CAPÍTULO II  
DOS ADICIONAIS

Art. 3º Os cursos que dão direito ao adicional de habilitação serão estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os Comandantes de Força.

§ 1º Ao militar que possuir mais de um curso somente será atribuído o percentual de maior valor.

§ 2º Os Comandantes de Força estabelecerão, no âmbito de suas respectivas Forças, os critérios de equivalência dos cursos a que se refere o caput deste artigo, inclusive os realizados no exterior, aos tipos de curso a que se refere a Tabela III do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Art. 4º O adicional de compensação orgânica é a parcela remuneratória devida ao militar, mensalmente, para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado das seguintes atividades especiais:

I - tipo I:  
a) voo em aeronave militar, como tripulante ortográfico, observador meteorológico, observador aéreo e observador fotogramétrico;  
b) salto em pára-quedas, cumprindo missão militar;  
c) imersão, no exercício de funções regulamentares, a bordo de submarino;  
d) mergulho com escafandro ou com aparelho, cumprindo missão militar; e  
e) controle de tráfego aéreo;  
II - tipo II: trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.

Parágrafo único. Ao militar que exercer mais de uma atividade especial será atribuído somente o adicional de maior valor.

devido:

Art. 5º O adicional de compensação orgânica é devido:  
I - durante a aprendizagem da respectiva atividade especial, a partir da data:

a) do primeiro exercício de voo em aeronave militar;

b) do primeiro salto em pára-quedas de aeronave militar em voo;

c) da primeira imersão em submarino;

d) do primeiro mergulho com escafandro ou com aparelho;

e) do início efetivo das atividades de controle de tráfego aéreo; e

f) do início efetivo do trabalho com Raios X ou substâncias radioativas;

II - no exercício financeiro subsequente ao cumprimento do plano de provas ou de exercícios, ao militar qualificado para a atividade especial de voo, prevista na alínea "a" do inciso I do art. 4º deste Decreto; e

III - durante o período em que estiver servindo em OM específica da atividade considerada, ao militar qualificado para as atividades especiais previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso I do art. 4º deste Decreto, desde que cumpridas as missões e os planos de provas ou de exercícios estabelecidos para as respectivas atividades.

Art. 6º Ao militar que tenha feito jus ao adicional de compensação orgânica é assegurada sua incorporação à remuneração, por quotas correspondentes ao período de efetivo desempenho da atividade especial considerada, observado o seguinte:

I - em decorrência do exercício das atividades especiais previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso I do art. 4º deste Decreto:

a) cada quota é incorporada ao final de um ano de desempenho da atividade especial considerada, desde que o militar tenha cumprido os requisitos fixados no respectivo plano de provas ou de exercícios;

b) o valor de cada quota é igual a um décimo do adicional integral, incidente sobre o soldo do posto ou da graduação do militar ao concluir o último plano de provas ou de exercícios; e

c) o número de quotas, nesses casos, não pode exceder a dez;

II - em decorrência do exercício da atividade especial prevista na alínea "b" do inciso I do art. 4º deste Decreto:

a) cada quota é incorporada a cada período de três meses de exercício de salto, desde que o militar tenha cumprido os requisitos do plano de provas;

b) o valor de cada quota é igual a um vinte avos do adicional integral, incidente sobre o soldo do posto ou da graduação do militar; e

c) o número de quotas, nesse caso, não pode exceder a vinte;

III - em decorrência do exercício da atividade especial prevista na alínea "e" do inciso I do art. 4º deste Decreto:

a) cada quota é incorporada ao final de um ano de desempenho da atividade considerada;

b) o valor de cada quota é igual a um décimo do adicional integral, incidente sobre o soldo do posto ou da graduação do militar; e

c) o número de quotas, nesses casos, não pode exceder a dez;

IV - em decorrência do exercício da atividade especial prevista no inciso II do art. 4º deste Decreto e nas condições estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 7º Os Comandantes de Força, no âmbito de suas competências, estabelecerão os planos de provas ou de exercícios de cada atividade especial que darão direito ao pagamento de quotas.

Parágrafo único. Para efeito das provas relativas à atividade especial de voo, prevista na alínea "a" do inciso I do art. 4º deste Decreto, considerar-se-ão os voos realizados em aeronaves civis, por militares da ativa da Aeronáutica, no cumprimento de missões específicas de "Vistorias de Aeronaves Civis" e "Verificação de Proficiência de Aeronavegantes da Aviação Civil".

Art. 8º Em função de futuras promoções, o militar terá assegurada a evolução dos cálculos para o pagamento definitivo do adicional de compensação orgânica incidente sobre o soldo do novo posto ou graduação, desde que, após a promoção, execute, pelo menos, um novo plano de provas ou de exercícios.

Art. 9º Continuará a fazer jus ao adicional de compensação orgânica o militar:

I - aluno da Escola de Formação de Oficiais, recrutado entre Praças, e que já tenha assegurado o direito à percepção do adicional de compensação orgânica, nas mesmas condições em que o recebia por ocasião da matrícula;

II - hospitalizado ou em licença para tratamento da própria saúde em razão do exercício das atividades previstas no inciso I do art. 4º deste Decreto; e

III - afastado da sua Organização para participar de curso ou estágio relacionado com a respectiva atividade especial, como instrutor, monitor ou aluno.





Art. 10. O adicional de permanência é a parcela remuneratória devida ao militar, mensalmente, incidente sobre o soldo do posto ou da graduação, referente ao período em que continuar ou tenha continuado em serviço, após ter completado o tempo mínimo de permanência no serviço ativo, nos seguintes percentuais e situações:

I - cinco por cento: militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado ou venha a completar setecentos e vinte dias a mais que o tempo requerido para a transferência para a inatividade remunerada; e

II - cinco por cento a cada promoção: militar que, tendo satisfeito o requisito do inciso I deste artigo, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.

Parágrafo único. Os percentuais previstos neste artigo são acumuláveis entre si.

### CAPÍTULO III DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 11. O direito do militar à gratificação de localidade especial, quando for transferido, começa no dia da sua apresentação à OM de destino e cessa no seu desligamento.

Art. 12. É assegurado ao militar o direito à percepção da percepção de localidade especial nos atos sem desligamento da OM.

Art. 13. O Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os Comandantes de Força, especificará as localidades consideradas inóspitas, classificando-as em categorias, conforme critérios previamente estabelecidos, para fins de percepção da gratificação de localidade especial.

Art. 14. A gratificação de representação é devida ao militar em percentuais acumuláveis entre si.

Parágrafo único. Para o militar em viagem de representação, instrução ou de emprego operacional, bem como às ordens de autoridade estrangeira, a gratificação de representação é devida à razão de dois por cento do soldo, por dia.

Art. 15. Para efeito deste Decreto, entende-se como:

I - representação: o deslocamento realizado por militar da ativa para fora de sua sede, na condição de representante do Ministério da Defesa ou dos Comandos de Força, em eventos de interesse da instituição;

II - instrução: o deslocamento realizado por militar da ativa para fora de sua sede, integrando o efetivo de um estabelecimento de ensino militar ou de parte dele, para a participação em evento cujo objetivo esteja relacionado com a atividade de ensino, excluído o exercício escolar; e

III - emprego operacional: o deslocamento realizado por militar da ativa para fora de sua sede, integrando o efetivo de uma organização militar ou de parte dela, quando empregado na execução de ações militares que visem o cumprimento de missão constitucional.

Art. 16. A gratificação de representação de que trata a alínea "b" do inciso VIII do art. 3º da Medida Provisória nº 2.001, de 2001, é devida somente nos casos autorizados, em ato próprio, pelo Ministro de Estado da Defesa, no caso da administração central, ou pelo Comandante, nos respectivos Comandos de Força, nas seguintes condições:

I - em viagem oficial de representação em eventos de natureza militar ou civil que sejam do interesse do Ministério da Defesa ou dos Comandos de Força;

II - em manobra ou exercício de subunidade independente ou escalões superiores, realizado fora de sede;

III - em exercício escolar desenvolvido, fora de sede, por estabelecimento de ensino militar;

IV - em viagem de instrução realizada por estabelecimento de ensino militar;

V - em viagem de emprego operacional efetuada pela OM, incluída à prestação de apoio logístico; ou

VI - quando às ordens de autoridade estrangeira.

Art. 17. Para efeito do cálculo do número de dias a que faz jus o militar à gratificação de representação a que se refere o art. 16 deste Decreto, será computado como um dia o período igual ou superior a oito horas e inferior a vinte e quatro horas.

### CAPÍTULO IV DOS OUTROS DIREITOS REMUNERATÓRIOS

#### Seção I Da Diária

Art. 18. A diária é devida ao militar, por dia de afastamento, nos seguintes valores e situações:

I - pelo valor integral:

a) quando ocorrer o pernoite fora de sua sede, independentemente do período de afastamento; e

b) se não for fornecido alojamento em OM ou concedida, sem ônus para o militar, outra pousada pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas;

II - pela metade do valor:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora de sua sede;

b) quando for fornecido alojamento em OM ou para o militar, outra pousada pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas; e

c) no dia do retorno à sua sede.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas na alínea "b" do inciso I e na alínea "b" do inciso II deste artigo, o militar deverá indenizar a alimentação, pelo valor da etapa da localidade para a qual se tenha afastado, caso seja fornecida por OM.

Art. 19. Não serão concedidas diárias nas seguintes situações:

I - quando a alimentação, a pousada e a locomoção urbana forem garantidas pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas, nem quando o afastamento for inferior a oito horas consecutivas;

II - cumulativamente com a ajuda de custo; e

III - cumulativamente com a gratificação de representação, devida com base no parágrafo único do art. 14 deste Decreto.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, será devido ao militar o direito pecuniário de menor valor.

Art. 20. As diárias serão calculadas tomando-se como referência o horário local da sede do militar, e os seus valores serão estabelecidos e atualizados em ato do Poder Executivo, observando-se valores diferenciados para:

I - Oficiais-Generais;

II - Oficiais Superiores;

III - Oficiais Intermediários, Oficiais Subalternos, Guardas-Marinha e Aspirantes-Oficiais;

IV - Suboficiais, Subtenentes, Aspirantes, Cadetes, Sargentos e alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, de órgãos de preparação de Oficiais da Reserva, do Colégio Naval e das Escolas Preparatórias de Cadetes; e

V - demais Praças e Praças especiais.

§ 1º Nos afastamentos com direito à percepção de diária, será concedido um acréscimo destinado a cobrir as despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa, conforme disposto em ato do Poder Executivo.

§ 2º O acréscimo de que trata o § 1º não será devido aos militares que se utilizarem de veículos oficiais para efetuar o deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Art. 21. Serão restituídas pelo militar as diárias recebidas:

I - na integralidade: quando não se afastar da sede, por qualquer motivo; ou

II - na parcela a maior: na hipótese de o militar retornar à sede, em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento.

Parágrafo único. A restituição deverá ser efetuada no prazo máximo de cinco dias úteis:

I - da data fixada para o afastamento, na situação do inciso I do caput; ou

II - do dia de retorno à sede, naquela mencionada no inciso II do caput.

Art. 22. O militar afastado de sua sede, para acompanhar autoridade superior, fará jus à diária da respectiva autoridade, desde que designado em ato próprio, onde conste a obrigatoriedade de sua hospedagem no mesmo local daquela autoridade.

#### Seção II Do Transporte

Art. 23. Para o transporte são adotadas as seguintes conceituações:

I - meio de transporte: meio necessário à realização dos deslocamentos de pessoal e à translação de sua bagagem;

II - autoridade requisitante: aquela que, no desempenho de suas atribuições ou por delegação da autoridade competente, estabelece os meios de transporte a serem utilizados, autoriza o pagamento do transporte e assina as respectivas requisições;

III - autoridade solicitante: aquela que se dirige à autoridade requisitante, solicitando providências para a execução do transporte;

IV - bagagem: conjunto de objetos de uso pessoal do militar e de seus dependentes, correspondente a móveis, aparelhos e utensílios de uso doméstico, um automóvel e uma motocicleta, registrados em órgão de trânsito, inclusive sob a forma de arrendamento mercantil - leasing, em seu nome ou em nome de um de seus dependentes;

V - cubagem: volume da bagagem a ser transportada medido em metros cúbicos;

VI - empregado doméstico: pessoa que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa ao militar e aos seus dependentes, no âmbito residencial, estando inscrita no órgão de seguridade social competente e portadora de carteira de trabalho, anotada e assinada pelo empregador;

VII - requisição de transporte: documento hábil, expedido por OM, para solicitar transporte;

VIII - solicitação de transporte: documento no qual o usuário interessado solicita o transporte a que faz jus à autoridade requisitante da OM a que estiver vinculado, fornecendo os dados e as informações necessárias à concessão do pagamento em espécie ou à emissão da requisição de transporte;

IX - tarifa básica de transporte de bagagem: valor estabelecido oficialmente para o transporte de um metro cúbico de bagagem, em função da distância em quilômetros do trecho, considerando incluídas todas as despesas a ele inerentes, assim como o seguro, que deve ser tomado como base para o cálculo das indenizações;

X - trecho: percurso entre a localidade de origem e a de destino; e

XI - usuário: toda pessoa que tem direito ao transporte.

Art. 24. O militar obrigado a mudar de residência na mesma sede, por interesse do serviço ou ex officio, terá direito ao transporte da bagagem, exceto o automóvel e a motocicleta.

Art. 25. Caso necessário, os dependentes do militar transferido poderão seguir destino em época diferente da prevista para a sua movimentação.

Art. 26. Ocorrendo a movimentação de militares cônjuges ou companheiros estáveis, por interesse do serviço ou ex officio, para outra sede, caberá o transporte de um automóvel e de uma motocicleta a ambos, desde que registrados em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 23 deste Decreto.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o transporte pessoal e de bagagem, excetuando-se os veículos citados no caput, serão devidos somente a um dos militares, com base na maior remuneração, sendo o outro considerado seu dependente.

Art. 27. O militar da ativa movimentado em decorrência de comissão de duração superior a seis meses, cuja natureza não lhe permita fazer-se acompanhar de seus dependentes e que implique sua mudança de sede, terá direito a transporte pessoal e de bagagem:

I - para o local, onde for realizar a comissão, dentro do território nacional e fixar sua residência; e

II - para os seus dependentes e um empregado doméstico, para a localidade onde fixarem nova residência.

Parágrafo único. O transporte de bagagem a que se refere este artigo não poderá ultrapassar o limite da cubagem a que tiver direito o militar, tomando como base para cálculo a localidade de sua comissão.

Art. 28. O militar da ativa terá direito apenas ao transporte pessoal, quando tiver de efetuar deslocamento fora da sede de sua OM, nos seguintes casos:

I - interesse da Justiça ou da disciplina, quando o assunto envolver interesse da Força Armada a que pertence o militar, quando a União for autora, litisconsorte ou ré;

II - concurso para ingresso em escolas, cursos ou centros de formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização, de interesse da respectiva Força;

III - por motivo de serviço decorrente do desempenho da sua atividade;

IV - baixa à organização hospitalar ou alta desta, em virtude de prescrição médica competente ou realização de inspeção de saúde;

V - consulta ou exame de saúde por recomendação médica; e

VI - designação para curso ou estágio sem obrigatoriedade de mudança de sede ou de residência.

§ 1º Nas situações previstas neste artigo, as passagens deverão ser adquiridas pelo órgão competente, de acordo com os procedimentos previstos em legislação específica, exceto:

I - nos casos de emergência; ou

II - na falta de infra-estrutura na localidade.

§ 2º O disposto nos incisos IV e V deste artigo aplica-se aos dependentes do militar.

§ 3º Caso seja necessário acompanhante para o militar da ativa ou seu dependente, por baixa ou alta de organização hospitalar, em razão de prescrição médica competente, este terá, também, direito ao transporte pessoal por conta da União.

§ 4º O militar terá direito ao transporte pessoal e para o cônjuge ou acompanhante, dentro do território nacional, nas seguintes situações:

I - quando for obrigado a se afastar do seu domicílio para ser submetido à inspeção de saúde, para efeito de recebimento do auxílio-invalidez; ou

II - na sua promoção aos postos de Oficial-Genera para a solenidade de apresentação ao Presidente da República.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2.215-10/2001



SENADO FEDERAL  
 MPV 2215-10 2001  
 Fls 954

Art. 29. O militar da ativa licenciado **ex officio** por conclusão do tempo de serviço ou de estágio e por conveniência do serviço, previsto nas alíneas "a" e "b" do § 3º do art. 121 da Lei nº 6.880, de 1980, terá direito ao transporte para si e seus dependentes, até a localidade, dentro do território nacional, onde tinha sua residência ao ser convocado, ou para outra localidade cujo valor do transporte pessoal e de bagagem seja menor ou equivalente.

Art. 30. O militar, em serviço militar inicial, quando desligado da ativa, nas condições da legislação específica, terá direito à passagem para o transporte pessoal até a localidade, dentro do território nacional, onde tinha sua residência ao ser convocado, ou para outra localidade cujo valor da passagem seja menor ou equivalente.

Art. 31. Ao militar na inatividade, aplica-se o disposto nos incisos IV e V e no § 3º do art. 28 deste Decreto.

Art. 32. Ao militar na inatividade aplicar-se-á o disposto nos arts. 26 a 28 deste Decreto, quando convocado para a ativa ou designado para exercer função na atividade.

Art. 33. O disposto no inciso III do art. 28 deste Decreto estende-se ao militar da reserva remunerada e ao reformado, executando tarefa por tempo certo, nos termos do inciso III da alínea "b" do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.880, de 1980, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997.

Art. 34. Cabe à União o custeio das despesas com o traslado do corpo do militar da ativa falecido, para a localidade, dentro do território nacional, solicitada pela família, incluindo despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, conforme disposto no inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 1980.

Art. 35. Quando o falecimento do militar inativo ou do dependente de militar ocorrer em organização hospitalar, situada fora da localidade onde residia, para a qual tenha sido removido por determinação médica competente da respectiva Força Armada, serão aplicadas as disposições do art. 34 deste Decreto.

Art. 36. A autoridade requisitante escolherá a natureza do meio de transporte a ser utilizado, atendendo às necessidades do serviço, à urgência e à importância da missão cometida ao militar e à conveniência econômica da União.

§ 1º Na escolha do meio de transporte e das acomodações a serem utilizadas, será levada em consideração a situação especial relacionada com o estado de saúde do militar ou de seu dependente, de acordo com a informação prestada pela autoridade solicitante, ou constante do documento de solicitação de transporte.

§ 2º As acomodações e categorias de transporte pessoal a que têm direito o militar e seus dependentes deverão guardar correspondência com os respectivos círculos hierárquicos, de acordo com a Lei nº 6.880, de 1980.

§ 3º Não haverá ônus para o militar e seus dependentes, quando o transporte for efetuado por conta da União, excetuados os casos previstos no art. 44 e no § 3º do art. 51 deste Decreto.

Art. 37. Para a autorização e a execução do transporte para a movimentação do militar, serão observadas as seguintes modalidades:

I - pagamento em espécie ao militar; ou  
 II - por conta da União, mediante contratação de empresas particulares.

§ 1º Quando não houver transporte regular adequado às necessidades previstas, poderão ser utilizados os meios de transporte disponíveis nas Forças Armadas ou em outros órgãos governamentais nas parcelas do trecho onde se fizer necessário.

§ 2º Quando o transporte for efetuado por conta da União, a embalagem e a translação da bagagem, incluindo o seguro, para o local de embarque e dos pontos de desembarque para a residência serão atendidos sem ônus para o militar, nos casos em que este procedimento seja necessário.

Art. 38. O pagamento em espécie do transporte, nas situações previstas neste Decreto, será efetivado pela autoridade requisitante e deverá ser objeto de comprovação posterior pelo militar, no prazo máximo de trinta dias após a execução do transporte.

§ 1º O ato de concessão do pagamento em espécie do transporte deverá ser publicado em boletim interno ou ordem de serviço da unidade de origem.

§ 2º O pagamento em espécie do transporte ao militar será processado e pago com antecedência mínima de cinco dias úteis da data em que ocorrer a viagem, nos casos previstos no art. 28 deste Decreto ou até a data do ajuste de contas, nas demais situações.

§ 3º O pagamento em espécie do transporte, calculado com base nas tabelas dos Anexos I e II deste Decreto, equivale e substitui, para todos os efeitos legais, a correspondente execução do transporte por conta da União, inclusive o seguro e quaisquer outras despesas que vierem a ocorrer.

§ 4º A tarifa básica de transporte de bagagem será estabelecida de acordo com os parâmetros fixados nos Anexos deste Decreto.

Art. 39. O militar restituirá o valor recebido em espécie pelo transporte, quando deixar de seguir destino:

I - em cumprimento de ordem superior;  
 II - por motivo outro independente de sua vontade, acatado pela autoridade competente; ou  
 III - por interesse próprio.

Parágrafo único. A restituição será previamente comunicada ao militar.

Art. 40. A restituição de que trata o art. 39 será previamente comunicada ao militar e amortizada em parcelas mensais cujos valores não excederão a dez por cento da remuneração, nos casos dos seus incisos I e II, e integral, em parcela única, no caso do inciso III do mesmo artigo.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II do art. 39, do valor a ser restituído serão descontadas as despesas que, comprovadamente, tiverem sido efetuadas com o objetivo do transporte.

§ 2º Na restituição citada neste artigo, será observada a legislação que trata de atualização dos débitos com a Fazenda Nacional.

Art. 41. Os órgãos de movimentação de pessoal e as autoridades competentes para determinar deslocamentos de militares deverão ter conhecimento das disponibilidades creditícias, sendo os únicos responsáveis pelo comportamento das despesas geradas com o transporte, decorrentes dessas movimentações.

Art. 42. A embalagem deverá obedecer às normas gerais de segurança compatíveis com a natureza do meio de transporte e da própria bagagem, devendo seu custo estar embutido no preço dos serviços de transporte contratados.

Art. 43. O transporte do automóvel e da motocicleta será efetuado utilizando a mesma modalidade de transporte usada para a translação do restante da bagagem.

Art. 44. O militar custeará a despesa da metragem cúbica de sua bagagem que ultrapassar o limite a que faça jus, e também a diferença proveniente da utilização de um meio de transporte diferente do que lhe for destinado.

Parágrafo único. Idêntico procedimento será observado para as despesas com o seguro do transporte efetuado.

Art. 45. As acomodações e categorias a que fazem jus os militares e seus dependentes são as seguintes:

I - nos transportes rodoviários:  
 a) ônibus leito para os Oficiais e seus dependentes; e

b) ônibus executivo ou convencional para os demais usuários;

II - nos transportes aéreos, conforme ato do

Poder-Executivo;

III - nos transportes ferroviários:

a) cabine privativa para os Oficiais-Generais, no último posto e seus dependentes;

b) cabine, para os demais Oficiais e seus dependentes;

c) leito para os demais militares e seus dependentes; e

d) primeira classe, para o empregado doméstico;

IV - nos transportes aquaviários:

a) camarote de luxo, para os Oficiais-Generais, no último posto e seus dependentes;

b) camarote de primeira classe, para os demais Oficiais e seus dependentes;

c) camarote de segunda classe, para os demais militares e seus dependentes; e

d) camarote de terceira classe, para o empregado doméstico.

§ 1º Os militares e seus dependentes, em viagem rodoviária com trecho superior a mil quilômetros, terão direito ao transporte em ônibus leito.

§ 2º Nos trajetos não cobertos por alguma das categorias citadas neste artigo, a autoridade requisitante fará o enquadramento do usuário na categoria que mais se aproxime daquela a que ele teria direito.

Art. 46. Serão concedidas passagens aéreas:

I - aos Oficiais-Generais, Oficiais Superiores e seus dependentes, sempre que houver linha regular entre as localidades de origem e as de destino ou em parte do trajeto;

II - aos Oficiais Intermediários, Oficiais Subalternos e seus dependentes, em viagem cujo trecho rodoviário seja superior a mil quilômetros;

III - aos Oficiais Intermediários, Oficiais Subalternos, demais militares e seus dependentes, a critério da autoridade requisitante, quando:

a) houver necessidade urgente do deslocamento do militar movimentado;

b) for mais econômico para a União;

c) houver insuficiência de transporte por outros meios;

d) houver interesse do serviço; ou

e) houver necessidade de deslocamento simultâneo, acompanhando autoridade beneficiada por este meio de transporte.

Parágrafo único. O transporte de que trata este artigo, quando necessário, será complementado por um dos meios regulares de transporte existentes, citados no art. 45, para cobertura total do trecho entre a localidade de origem e de destino.

Art. 47. O pagamento em espécie do transporte devido ao militar será calculado com base nas tarifas vigentes na data do ajuste de contas, da seguinte forma:

I - de bagagem:

a) móveis, utensílios e objetos de uso pessoal: pela cubagem limite a que tiver direito o militar, observada a tabela constante do Anexo I a este Decreto, multiplicado pelo valor da tarifa básica do trecho considerado para sua movimentação; e

b) automóvel e motocicleta: pelo valor da cubagem estabelecido no Anexo I a este Decreto, multiplicado pelo valor da tarifa básica do trecho considerado para sua movimentação;

II - de pessoal: pela soma das tarifas das passagens a que tiver direito o militar.

Parágrafo único. Para a efetivação dos cálculos citados no inciso I deste artigo, tomar-se-á por base o valor constante da tabela do Anexo II a este Decreto, correspondente à faixa de quilometragem na qual esteja compreendida a movimentação.

Art. 48. As requisições de transporte serão emitidas separadamente, para deslocamento de pessoal e translação de bagagem, segundo os modelos adotados pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos de Força.

Art. 49. Nas requisições de transporte de pessoal, deverão constar os seguintes dados:

I - exercício financeiro e dotação orçamentária à conta da qual correrá a despesa;

II - posto ou graduação, nome completo e identidade do militar, nome completo, data de nascimento e identidade dos seus dependentes, conforme transcrito em seus assentamentos, e o nome completo e identidade do empregado doméstico;

III - nome da empresa transportadora, quando for o caso;

IV - número de passagens inteiras e de meias passagens requisitadas, com discriminação das respectivas acomodações e categorias, e nome das localidades de origem e de destino;

V - indicação do ato oficial que determinou a movimentação ou autorizou o deslocamento do militar;

VI - indicação do expediente que solicitou o transporte de pessoal; e

VII - prazo de validade da requisição.

Art. 50. As requisições para transporte de bagagem deverão conter os dados constantes do art. 49, exceto os do inciso IV deste, e mais os seguintes:

I - cubagem da bagagem a ser transportada, obedecidos os limites de volume a que tiver direito o militar;

II - valor atribuído à translação da bagagem;

III - valor da avaliação da bagagem declarado pelo militar, para efeito de seguro; e

IV - endereços de retirada e de entrega.

Art. 51. O seguro da bagagem é obrigatório, caso o transporte seja feito sob a responsabilidade da União, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

§ 1º Para fim de seguro, a bagagem será avaliada, conforme descrito abaixo:

I - móveis, aparelhos e utensílios de uso doméstico: até dez vezes o valor do soldo do posto ou da graduação do militar; e

II - automóveis e motocicletas: até o valor praticado no mercado de veículos da localidade de origem apurado na data da emissão da requisição, aplicável à respectiva marca, modelo e ano de fabricação.

§ 2º O seguro será calculado sobre o valor declarado pelo militar para a sua bagagem quando este for inferior ao teto obtido, na forma do inciso I do § 1º deste artigo.

§ 3º Caso o militar julgue insuficiente o valor segurado para sua bagagem na forma do inciso I do § 1º deste artigo, poderá complementá-lo, desde que arque com a diferença junto à companhia transportadora.

Art. 52. Para a execução do transporte, ficam estabelecidos os seguintes prazos, a contar da data do desligamento do militar da sua unidade de origem:

I - duzentos e setenta dias, para o estabelecido no art. 25 deste Decreto;

II - sessenta dias, para o estabelecido no art. 27 deste Decreto; e

III - trinta dias, para o estabelecido nos arts. 29 e 30 deste Decreto.





Art. 53. Quando o transporte não puder ser realizado pelos meios normais ou quando tiver de ser efetuado em trajetos e regiões onde não haja linha regular de passageiros ou de carga, ou, ainda, em outras situações especiais não previstas neste Decreto, a autoridade requisitante poderá autorizar suprimento de fundos ao agente responsável, para a realização destas despesas.

Parágrafo único. A prestação de contas desse suprimento de fundos será feita na forma estabelecida pela legislação específica.

Art. 54. O militar beneficiado e os responsáveis pela concessão do transporte responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o prescrito neste Decreto.

### Seção III Da Ajuda de Custo

Art. 55. A ajuda de custo, paga adiantadamente, é devida ao militar:

I - para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; ou

II - por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.

Parágrafo único. Fará jus à ajuda de custo, de que trata o inciso I deste artigo, também, o militar deslocado com a OM que tenha sido transferida de sede, desde que, com isso, seja obrigado a mudar de residência.

Art. 56. Para efeito do cálculo do seu valor, determinação do exercício financeiro e constatação de dependentes, tomar-se-á como base a data do ajuste de contas do militar beneficiado com a concessão da ajuda de custo.

Art. 57. Não terá direito à ajuda de custo o militar:

I - movimentado por:

a) interesse próprio;

b) operação de guerra; ou

c) manutenção da ordem pública;

II - por ocasião do regresso à OM de origem, quando desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula.

Art. 58. O militar restituirá o valor recebido em espécie como ajuda de custo, quando deixar de seguir destino:

I - em cumprimento de ordem superior;

II - por motivo outro independente de sua vontade, acatado pela autoridade competente; ou

III - por interesse próprio.

Parágrafo único. A restituição será previamente comunicada ao militar.

Art. 59. Nas restituições de que trata o art. 58, aplicam-se as disposições do art. 40 deste Decreto.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II do art. 58, o valor a ser restituído serão descontadas as despesas que, comprovadamente, tiverem sido efetuadas com o objetivo do transporte.

§ 2º Na hipótese do inciso III do art. 58, o valor recebido em espécie será restituído, integralmente, em parcela única.

§ 3º Na restituição citada neste artigo, será observada a legislação que trata de atualização dos débitos com a Fazenda Nacional.

Art. 60. Ocorrendo a movimentação de militares cônjuges ou companheiros estáveis, por interesse do serviço ou ex officio, para uma mesma sede, será devida ajuda de custo somente a um dos militares, com base na maior remuneração, sendo o outro considerado seu dependente.

### Seção IV Do Auxílio-fardamento

Art. 61. Se o militar for promovido, ou enquadrado nas alíneas "b" ou "c" da Tabela II do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, no período de até um ano após fazer jus ao auxílio-fardamento, ser-lhe-á devida a diferença entre o valor do auxílio referente ao novo posto ou graduação, e o efetivamente recebido.

Art. 62. Nos casos em que o militar perder o uniforme em sinistro ou em calamidade, a concessão do auxílio-fardamento será avaliada mediante sindicância, determinada pelo Comandante, Chefe ou Diretor do militar, por solicitação do sinistrado.

Art. 63. O auxílio-fardamento será calculado sobre o valor do soldo do militar vigente na data em que for efetivado o pagamento.

Art. 64. Para efeito da contagem do período a que se refere o disposto na alínea "h" da Tabela II do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, considerar-se-á o dia correspondente àquele em que ocorreu a promoção.

### Seção V Do Auxílio-alimentação

Art. 65. O auxílio-alimentação é devido somente em uma das situações previstas na Tabela III do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001.

Parágrafo único. É vedada a acumulação do auxílio-alimentação com o pagamento de diárias, exceto nos casos do art. 70 deste Decreto.

Art. 66. O militar, quando não puder receber alimentação por sua organização ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, seja obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias, fará jus ao auxílio-alimentação, por dia em que cumprir integralmente o expediente.

Art. 67. Os valores a que se refere o art. 66 correspondem a:

I - dez vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço de escala de duração de vinte e quatro horas; ou

II - cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço ou expediente de duração superior a oito horas de efetivo trabalho e inferior a vinte e quatro horas.

Art. 68. O militar, quando servir em organização militar que não tenha serviço de rancho organizado e não possa ser arranchado por outra organização nas proximidades, fará jus a uma vez a etapa comum fixada para a localidade, nos dias em que cumprir expediente diário integral.

Art. 69. A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União fará jus a uma vez a etapa comum fixada para a localidade.

Art. 70. A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento servindo em localidade especial de Categoria "A", quando acompanhada de dependente, fará jus a uma vez a etapa comum fixada para a localidade.

Art. 71. O auxílio-alimentação será concedido aos militares em atividade pelos dias de efetivo trabalho em que não for alimentado por conta da União, ressalvadas as situações previstas nos arts. 69 e 70 deste Decreto.

§ 1º O auxílio-alimentação a ser concedido na forma da situação prevista no art. 67 deste Decreto, isolada ou alternadamente, não poderá exceder a dez dias por mês, por militar.

§ 2º É vedada a concessão de auxílio-alimentação ao militar que tenha sido arranchado pela organização, à qual esteja servindo, ou por outra nas proximidades, em quaisquer refeições durante o período de efetivo serviço.

§ 3º Para fim de pagamento da etapa de que tratam os arts. 68, 69 e 70 deste Decreto, o mês integral será considerado como trinta dias.

Art. 72. Para efeito de pagamento do auxílio-alimentação, previsto na Tabela III do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, compete a cada Comando de Força classificar a OM, quanto ao rancho, segundo o critério abaixo:

I - OM com serviço de rancho organizado;

II - OM sem serviço de rancho organizado, porém apoiada; ou

III - OM sem serviço de rancho organizado e sem apoio.

Parágrafo único. A classificação de OM como sendo sem serviço de rancho organizado, porém apoiada, implica, obrigatoriamente, na indicação da OM apoiadora.

Art. 73. O militar, quando não puder ser alimentado pela organização em que servir, ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, for obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias, fará jus ao valor da etapa comum fixada para a localidade, por dia em que cumprir integralmente o expediente.

Art. 74. Para fim de pagamento de auxílio-alimentação, equipara-se à OM o órgão, repartição ou estabelecimento onde o militar estiver exercendo funções consideradas, por lei ou regulamento, como no exercício de função militar.

Art. 75. Exceto no caso do art. 70 deste Decreto, o auxílio-alimentação não será concedido cumulativamente por dia para mais de uma situação motivadora do pagamento do benefício, prevalecendo a mais benéfica para o militar.

### Seção VI Do Auxílio-funeral

Art. 76. O auxílio-funeral deverá ser pago, em espécie, no prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à comunicação do óbito à OM, desde que o funeral não tenha sido custeado pela União.

I - ao militar, por morte do cônjuge, companheira ou outro dependente;

II - ao viúvo ou à viúva de militar, por morte de dependente, obedecido o art. 50, § 2º, inciso VII, da Lei nº 6.880, de 1980; e

III - ao beneficiário da pensão militar, observada a respectiva ordem de habilitação, por morte do militar, do viúvo ou da viúva de militar a que se refere o inciso II deste artigo.

§ 1º Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o limite do mencionado auxílio.

§ 2º As despesas de preparação e do traslado do corpo não são custeadas pelo auxílio-funeral, estando previstas nos arts. 34 e 35 deste Decreto.

### Seção VII Do Auxílio-natalidade

Art. 77. O auxílio-natalidade é direito pecuniário correspondente a uma vez o soldo do posto ou graduação devido ao militar por motivo de nascimento do filho.

§ 1º Na hipótese de ambos os genitores serem militares, o auxílio-natalidade será pago apenas a parturiente, com base no soldo daquele que possuir a maior remuneração ou provento.

§ 2º Na hipótese de um dos genitores ser servidor público, o pagamento será feito na forma do § 1º deste artigo, por renúncia expressa do outro genitor ao mesmo benefício, nos termos da legislação específica.

§ 3º Na hipótese de parto múltiplo, o auxílio-natalidade será acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.

§ 4º O militar, pai ou mãe do natimorto, faz jus ao auxílio-natalidade e ao auxílio-funeral, cujos pagamentos serão feitos mediante apresentação do atestado de óbito.

### Seção VIII Do Auxílio-invalidez

Art. 78. O militar que faz jus ao auxílio-invalidez apresentará, anualmente, declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada, pública ou privada.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio-invalidez será suspenso caso seja constatado que o militar exerce qualquer atividade remunerada ou não apresente a declaração referida no caput.

Art. 79. A critério da administração, o militar será periodicamente submetido à inspeção de saúde e, se constatado que não se encontra nas condições de saúde previstas na Tabela V do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, o auxílio-invalidez será suspenso.

### Seção IX Do Adicional de Férias

Art. 80. O adicional de férias será pago, antecipadamente, no valor correspondente a um terço da remuneração do mês de início das férias.

§ 1º O militar excluído do serviço ativo, por transferência para a reserva remunerada, reforma, demissão, licenciamento, no retorno à inatividade após a convocação ou na designação para o serviço ativo, perceberá o valor relativo ao período de férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço, ou fração superior a quinze dias.

§ 2º O pagamento do adiantamento de remuneração das férias do militar será efetuado até dois dias antes do respectivo período, desde que o requeira com pelo menos sessenta dias de antecedência.

§ 3º O militar que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas e tem direito a férias de vinte dias consecutivos, por semestre de atividade, faz jus ao adicional de férias proporcionalmente ao período de afastamento.

### Seção XX Do Adicional Natalino

Art. 81. O adicional natalino corresponde a um doze avos da remuneração a que o militar fizer jus nos meses de dezembro, por mês de serviço, no respectivo ano.

§ 1º O militar excluído do serviço ativo e desligado da OM a que estiver vinculado, por motivo de demissão, licenciamento ou desincorporação, receberá o adicional de forma proporcional, calculado sobre a remuneração do mês do desligamento.

§ 2º A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

Art. 82. O adicional natalino será pago ao militar em atividade, ao na inatividade e ao beneficiário de pensão militar, em duas parcelas:

VADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.215-10/2001





I - a primeira parcela em junho, em valor correspondente à metade da remuneração, proventos ou pensão percebidos no mês anterior; e

II - a segunda parcela até o dia vinte de dezembro de cada ano, descontado o adiantamento da primeira parcela.

Parágrafo único. Para o militar da ativa, ao ensejo das férias, desde que o requeira, será paga a primeira parcela do adicional natalino, correspondente à metade da remuneração percebida no mês anterior às férias.

#### CAPÍTULO V DOS DESCONTOS

Art. 83. Os ocupantes de Próprio Nacional Residencial - PNR estão sujeitos às seguintes cobranças:

I - taxa de uso; e

II - multa por ocupação irregular.

Art. 84. A taxa de uso é o valor mensal devido pelo ocupante de PNR, descontado preferencialmente em folha de pagamento, até o limite de dez por cento do valor do soldo do posto ou da graduação do militar, cabendo a cada Comando de Força a regulamentação específica.

Art. 85. A multa por ocupação irregular é a sanção aplicada a partir da data em que o usuário do PNR ou seus dependentes permaneçam ocupando o PNR, após decorrido o prazo estabelecido para desocupação.

§ 1º A multa será renovada a cada trinta dias subsequentes à data de caracterização ou fração e sua aplicação deve ser feita de notificação ao ocupante.

§ 2º A cobrança será feita, preferencialmente, em folha de pagamento.

§ 3º O valor da multa será de dez vezes o valor da taxa de uso do PNR.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 86. O contribuinte de que trata o art. 35 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, que passar vinte e quatro meses sem recolher a sua contribuição, perderá o direito de deixar pensão militar.

Parágrafo único. Se o contribuinte falecer dentro desse prazo, seus beneficiários são obrigados a pagar integralmente a dívida no ato do primeiro pagamento da pensão.

Art. 87. As pensões especiais de ex-combatentes previstas na Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, bem como as pensões relativas aos beneficiários amparados pelo art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, serão constituídas do soldo e do adicional militar correspondentes a Segundo-Tenente ou Segundo-Sargento, conforme o caso.

Art. 88. O militar da reserva remunerada e o reformado, executando tarefa por tempo certo, ao entrar em gozo de férias anuais, fará jus ao adicional de férias e à primeira parcela do adicional natalino, desde que o requeira, incidentes sobre o valor previsto no art. 23 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001.

Art. 89. Não poderá ser considerado tempo de serviço público, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 6.880, de 1980, o período em que for prestada, por militar inativo, tarefa por tempo certo.

Art. 90. A despesa decorrente do pagamento do adicional e demais vantagens, a que se refere o art. 88 deste Decreto, será atendida com recursos orçamentários dos Comandos Militares, mesmo nos casos de prestação de tarefa fora da Força Singular.

Art. 91. A conclusão do processo de habilitação à pensão militar, desde que a documentação apresentada esteja em ordem, deverá ocorrer no prazo máximo de noventa dias, contados da data do requerimento protocolado na OM competente.

Art. 92. O direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou à melhoria dessa remuneração, previsto no art. 34 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, somente produzirá efeitos financeiros a partir do momento da transferência para a inatividade.

Parágrafo único. O oficial ocupante do último posto da hierarquia militar de sua Força, em tempo de paz, que tenha assegurado o direito previsto no caput deste artigo, terá seus proventos calculados com base na soma das seguintes parcelas:

I - soldo do último posto; e

II - diferença entre o soldo do último posto e o soldo do posto hierárquico imediatamente anterior.

Art. 93. No cálculo dos anos de serviço do militar poderão ser computados os tempos de serviço previstos nos arts. 33, 36 e 37 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, e nos incisos I, III e VI do art. 137 da Lei nº 6.880, de 1980.

§ 1º O tempo de serviço em atividade privada vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, prestado pelo militar, anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão, desde que não superposto a qualquer outro tempo de serviço público, será contado apenas para efeito de passagem para a inatividade remunerada.

§ 2º Os períodos de férias não gozados até 29 de dezembro de 2000 poderão ser contados em dobro, conforme art. 36 da Medida Provisória 2.215-10, de 2001, desde que registrados nos assentamentos do militar.

Art. 94. O militar considerado inválido, nos casos previstos nos incisos III a V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 1980, será reformado com proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que faria jus na inatividade, até o limite estabelecido no parágrafo único do art. 152 da mesma Lei.

Art. 95. Será devido o valor de uma remuneração para cada mês de licença especial não gozada, caso convertido em pecúnia, conforme disposto no art. 33 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001.

Art. 96. Para efeito de contagem de tempo de serviço de que trata o art. 30 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, observar-se-ão as normas pertinentes, aplicáveis aos militares e vigentes em 28 de dezembro de 2000.

Art. 97. O art. 14, o § 1º do art. 16 e o art. 33 do Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A contribuição de até três e meio por cento ao mês, para constituição do Fundo de Saúde, de cada Força Armada, será estabelecida pelo respectivo Comandante da Força." (NR)

#### ANEXO I

##### TABELA DE LIMITES DE CUBAGEM A SER UTILIZADA NO TRANSPORTE DE BAGAGEM

I - móveis, utensílios e objetos de uso pessoal:

Posto/Graduação	m³
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército, Tenente-Brigadeiro, Vice-Almirante, General-de-Divisão, Major-Brigadeiro, Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	60
Capitão-de-Mar-e-Guerra, Coronel, Capitão-de-Fragata, Tenente-Coronel, Capitão-de-Corveta e Major	55
Capitão-Tenente, Capitão, Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente	50
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	45
Suboficial, Subtenente e Primeiro-Sargento	50
Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento	45
Cabo, Taifeiro-Mor, Marinheiros, Soldados e Taifeiros	35
Aspirante, Cadete, Aluno das demais Escolas de Formação de Oficiais, Aluno do Colégio Naval, da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Aluno de órgão de Formação de Oficiais da Reserva, Aluno de Escola ou Centro de Formação de Sargentos, Grumete, Aprendiz-Marinheiro e Aluno de órgão de Formação de Praças da Reserva	5

II - veículos:

Tipo	m³
Automóvel	12
Motocicleta	3

#### ANEXO II

##### TABELA PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE DA BAGAGEM DO MILITAR, POR VIA RODOVIÁRIA, DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Distância entre a Localidade de Origem e de Destino	Valor em R\$ por m³ transportado
ATE 50 km	29,64
DE 51 A 100 km	32,50
DE 101 A 200 km	38,48
DE 201 A 400 km	51,47
DE 401 A 600 km	63,77
DE 601 A 800 km	76,67
DE 801 A 1000 km	88,61
DE 1001 A 1200 km	100,68
DE 1201 A 1400 km	113,04
DE 1401 A 1600 km	125,48
DE 1601 A 1800 km	138,06
DE 1801 A 2000 km	150,84
DE 2001 A 2200 km	163,80
DE 2201 A 2400 km	176,93
DE 2401 A 2600 km	189,22
DE 2601 A 2800 km	201,50
DE 2801 A 3000 km	214,14
DE 3001 A 3200 km	226,46
DE 3201 A 3400 km	238,82
DE 3401 A 3600 km	251,34
DE 3601 A 3800 km	263,88
DE 3801 A 4000 km	276,17
DE 4001 A 4200 km	288,91
DE 4201 A 4400 km	301,52
DE 4401 A 4600 km	314,47
DE 4601 A 4800 km	327,12
DE 4801 A 5000 km	339,15
ACIMA DE 5000 km	352,61

"Art.16.....

§ 1º O valor da Unidade de Serviço Médico - USM - corresponde a zero vírgula zero zero quatro por cento do soldo do posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra." (NR)

"Art. 33. As indenizações previstas neste Decreto, exceto a referente à diária de acompanhante, poderão ser pagas à vista ou em parcelas mensais, sendo consideradas dívidas para com a Fazenda Nacional e sujeitas a desconto obrigatório, conforme estabelecido em legislação específica.

Parágrafo único. Os Comandantes Militares, no âmbito das respectivas Forças, observadas as peculiaridades e conveniências dos sistemas de assistência médico-hospitalar, fixarão os percentuais para pagamento à vista ou em parcelas mensais, bem como os critérios e modalidades de pagamento da indenização de diária de acompanhante." (NR)

Art. 98. A renúncia do militar aos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, a que se refere o § 1º do art. 31 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, não suscita qualquer direito pecuniário pelo período em que o militar tiver contribuído, nos termos daquele artigo.

Art. 99. O art. 4º do Decreto nº 3.643, de 26 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O valor das diárias do militar, no País, são os constantes do Anexo II a este Decreto." (NR)

Art. 100. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 101. Ficam revogados os Decretos nºs 98.972, de 21 de fevereiro de 1990; 722, de 18 de janeiro de 1993; 958, de 11 de outubro de 1993; 986, de 12 de novembro de 1993; 1.423, de 23 de março de 1995; e 3.557, de 14 de agosto de 2000.

Brasília, 18 de julho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Geraldo Magela da Cruz Quintão  
Guilherme Gomes Dias



SGM/P nº 1481/02

Brasília, 07 de novembro de 2002.

Senhor Presidente,

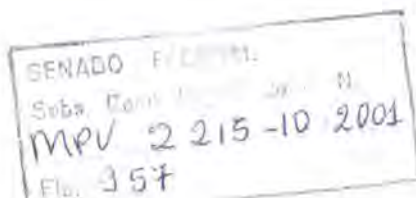
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências que julgar pertinentes, Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, solicitando providências no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias editadas antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que "altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal e dá outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e distinta consideração.

  
Deputado **AÉCIO NEVES**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal  
N E S T A

F:\Word\Najur\Ana Regina\Ofícios SGM-P\Pres. SF - Associação dos Juizes Federais do Brasil.doc



Recebi em 07/11/02  
14.18h fls 4864



## Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC

*O alerta foi feito hoje à imprensa pela AJUFE, que afirma que as 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda 32, às quais estão apenas cerca de 1.500 reedições sucessivas, virarão o grande entulho da era FHC para seu sucessor se não votadas ou revogadas logo.*

### AJUFE alerta:

## Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC

No momento em que o Congresso corre o risco de parar se não forem votadas as 25 Medidas Provisórias que já trancam a pauta da Câmara - e que chegarão a 31 caso os congressistas não se reúnam antes do Segundo Turno - a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) alerta que existe uma situação ainda pior em termos de segurança legislativa e que foi esquecida pelos parlamentares. Trata-se das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional nº 32, de 2001 - a que criou esse sistema que tranca a pauta de votação na Câmara e Senado toda vez que uma MP não for apreciada em até 45 dias, contados de sua publicação (parágrafo 6º do artigo 62 da Constituição, conforme a EMC 32).

De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, todas as medidas provisórias editadas antes de sua publicação continuam em vigor até que uma nova MP as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. "Ou seja, enquanto o Presidente da República não tomar a iniciativa de editar nova MP para revogá-las ou os presidentes da Câmara ou do Senado não as submeterem ao processo legislativo, elas continuam tendo força de lei, sem que tenham sido aprovadas pelo Poder competente", denuncia o presidente da AJUFE, juiz Paulo Sérgio Domingues.

Segundo Domingues, a situação é muito grave, pois essas 61 MPs englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições anteriores. Todas em vigor, de acordo com a Emenda 32. Figuram nessas MPs temas de extrema importância que deveriam ser discutidos pelo Congresso, tais como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

"O problema é que esse enorme pacote legislativo está hoje numa espécie de limbo, acima das leis comuns, o que nos impõe a situação patológica de convivemos no Brasil com Medidas Provisórias Permanentes", critica o juiz, lembrando que algumas dessas MPs já vigoram há cinco anos. A AJUFE acredita que, se quiserem garantir real segurança jurídica no país, os parlamentares precisam enfrentar a questão e começar a votar esse saldo de MPs. "O Ideal é que elas fossem avaliadas ainda este ano, para não se transformarem num lamentável entulho da era FHC".

21/10/2002

MPV 2215-10/2001  
958



# Associação dos Juizes Federais do Brasil

Entidade de âmbito nacional

Utilidade Pública Federal – Decreto de 08.08.1996 – (DOU de 09.08.1996 – pág. 150570)

AJUFE

OFÍCIO AJUFE N.333

Brasília, 23 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para alertar Vossa Excelência quanto à existência de 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32/2001. De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, as Medidas antigas continuam tendo força de lei até que seja editada uma nova que as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.


Dessa forma, encontramos-nos na peculiar situação de haver Medidas Provisórias permanentes, o que reflete uma anomalia no sistema. Daí a urgência de se votar imediatamente as MP's necessárias para garantir uma real segurança jurídica no país.

Tendo em vista tal situação, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência a tomada das providências cabíveis no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32, que englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições. Essas Medidas estão todas em vigor e se referem a temas importantes que deveriam ser amplamente discutidos pelo Congresso, como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho, o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

Na tentativa de evitar que persista o problema e que ele se torne crônico no âmbito do processo legislativo brasileiro é que fazemos as presentes considerações.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
Paulo Sérgio Domingues  
Presidente da AJUFE

Gabinete da Presidência

Em 28 / 10 / 02

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

  
Chefe do Gabinete

Exmº. Sr.

Deputado Aécio Neves

Presidente da Câmara dos Deputados



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO



Ano CXLI N° 203

Brasília - DF, sexta-feira, 21 de outubro de 2005

## Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5
Ministério da Cultura	7
Ministério da Defesa	10
Ministério da Educação	49
Ministério da Fazenda	56
Ministério da Integração Nacional	67
Ministério da Justiça	68
Ministério da Previdência Social	75
Ministério da Saúde	75
Ministério das Cidades	79
Ministério das Comunicações	79
Ministério de Minas e Energia	82
Ministério do Desenvolvimento Agrário	102
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	106
Ministério do Esporte	106
Ministério do Meio Ambiente	107
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	107
Ministério do Trabalho e Emprego	108
Ministério do Turismo	109
Ministério dos Transportes	110
Tribunal de Contas da União	114
Poder Judiciário	114
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	115

## Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
PLENÁRIODECISÕES  
Ação Direta de Inconstitucionalidade e  
Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.959-2 (1)**  
**PROCED.** : MINAS GERAIS  
**RELATOR** : MIN. EROS GRAU  
**REQTE(S)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**REQDO(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**REQDO(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Decisão:** Retirado de pauta por indicação do relator. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 13.04.2005.

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do § 1º, incisos I e II, da expressão "ou três" contida no § 2º e do § 3º, do artigo

78 da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do relator. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pelo requerido, Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Carlos Bastide Horbach. Plenário, 06.10.2005.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.361-1 (2)**  
**PROCED.** : MINAS GERAIS  
**RELATOR** : MIN. EROS GRAU  
**REQTE(S)** : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON  
**ADV(A/S)** : CARLOS PINTO COELHO MOTTA E OUTRO(A/S)  
**REQDO(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**REQDO(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade do § 1º, incisos I e II, e § 3º, do artigo 78 da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do relator. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falaram, pela requerente, o Dr. Carlos Pinto Coelho Motta e, pelo requerido, Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Carlos Bastide Horbach. Plenário, 06.10.2005.

## Acórdãos

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.461-2 (3)**  
**PROCED.** : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**REQTE** : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL  
**ADV** : WLADIMIR SÉRGIO REALE  
**REQTE(S)** : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT  
**ADV(A/S)** : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRAS  
**REQDO(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 104 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do relator, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello. Votou o Presidente, Falaram, pelo Partido Social Liberal-PSL, o Dr. Wladimir Sérgio Reale, pelo Partido Democrático Trabalhista-PDT, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Marcello Cerqueira. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente). Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente). Plenário, 12.05.2005.

**EMENTA:** Emenda constitucional estadual. Perda de mandato de parlamentar estadual mediante voto aberto. Inconstitucionalidade. Violação de limitação expressa ao poder constituinte decorrente dos Estados-membros (CF, art. 27, § 1º e art. 55, § 2º). Ação direta de inconstitucionalidade julgada **procedente**, por maioria.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.208-9 (4)**  
**PROCED.** : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**REQTE(S)** : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT  
**ADV(A/S)** : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO(A/S)  
**REQDO(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 104 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do relator, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello. Votou o Presidente, Falaram, pelo Partido Democrático Trabalhista-PDT, o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto e, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Marcello Cerqueira. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente). Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente). Plenário, 12.05.2005.

**EMENTA:** Emenda constitucional estadual. Perda de mandato de parlamentar estadual mediante voto aberto. Inconstitucionalidade. Violação de limitação expressa ao poder constituinte decorrente dos Estados-membros (CF, art. 27, § 1º e art. 55, § 2º). Ação direta de inconstitucionalidade julgada **procedente**, por maioria.

Secretaria Judiciária  
 ANA LUIZA M. VERAS  
 Secretária

## Atos do Poder Executivo

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

Institui abono aos militares das Forças Armadas.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído abono aos militares das Forças Armadas, nos valores mensais fixados no Anexo desta Medida Provisória, devido nos meses de outubro e novembro de 2005.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será pago cumulativamente com as demais parcelas integrantes da estrutura remuneratória do militar das Forças Armadas e não servirá de base de cálculo para qualquer vantagem.

Art. 2º O valor total pago a título de abono, na forma do art. 1º, será deduzido do valor da remuneração resultante do próximo aumento, a qualquer título, da tabela de soldo constante no Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Art. 3º Aplica-se o disposto nesta Medida Provisória aos beneficiários de pensão militar.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2005: 134ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
 José Alencar Gomes da Silva  
 Paulo Bernardo Silva

## TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 25	R\$ 0,30	R\$ 2,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,00
de 89 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,60
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 4,40
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,00
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 8,70

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0093



## REVENDA AVULSA DE DIÁRIOS OFICIAIS

Além do Distrito Federal, os Diários Oficiais também são revendidos nos seguintes estados: Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Em breve, a revenda avulsa dos Diários Oficiais chegará a outras unidades federativas.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.215-10/2001

Fls. 960




SGM/P n.º 439/05

Brasília, 20 de abril de 2005.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar ofício do Vereador FERNANDO CID DINIZ BORGES, da Câmara Municipal de Caçapava-SP, contendo reivindicações da "Família Militar", entre as quais figura a aprovação da MPV nº 2215/2001, na forma das emendas apresentadas pelo nobre Deputado JAIR BOLSONARO. A referida MPV fora editada antes da entrada em vigor da EC nº 32/2001, razão pela qual submeto a matéria à sua judiciosa apreciação.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal



Recebido em 20 / 04 / 2005  
*Andrade*  
Idalina Andrade - Mat. 4574  
SSCLFS/SGM  
20.04.05

*Mat 2.215 / 2001*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ref. Ofício nº 049/2005-GAB 08 – Vereador FERNANDO DINIZ BORGES – Apresenta reivindicações da “Família Militar”, entre as quais figura a aprovação da MPV nº 2215/2001, na forma das emendas apresentadas pelo Deputado JAIR BOLSONARO

Encaminhe-se ao Senado. Publique-se. Oficie-se.

Em 20/04/05

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente



MPV 2215 2001  
962



Documento : 26069 - 1





# Câmara Municipal de Caçapava

Vereador Fernando Cid Diniz Borges

Gabinete: (12) 3654-2030 / 2045 / 2044

fdiniz@camaracacapava.sp.gov.br

Caçapava, 14 de março de 2005

OFÍCIO Nº 049/2005 – GAB 08

Do Vereador Fernando Cid Diniz Borges

Ao Exm.º Sr. Presidente da Câmara dos Deputados  
Severino Cavalcanti



**Assunto:** Reivindicações da família militar

Solicito de V.Ex.ª empenho no sentido de que sejam atendidas as seguintes e justas reivindicações da Família Militar:

I – Que se cumpra o acordo firmado com a Família Militar no sentido de se reajustar de imediato o vencimento dos militares em 23%, e mais 17% em agosto de 2005, como forma de atenuar as perdas salariais dos últimos dez anos, que em muito superam o valor acordado;

II – Que se eleve o valor do vencimento do soldo do recruta para o patamar de 01 (um) salário mínimo, como forma até de justiça social, pois os nossos soldados são, em sua maioria, pessoas humildes que poderiam estar auxiliando nos lares e também sustentando seus estudos, além do estímulo para melhor se dedicarem ao serviço obrigatório da Pátria;

III – No sentido de ser votado, no Congresso Nacional, a MP 2215 – Lei de Remuneração dos Militares, com as emendas propostas pelo nobre Deputado Jair Bolsonaro.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



MPV 2215 / 2001  
Fls. 963

Fernando Cid Diniz Borges  
Vereador PL

Secretaria-Geral da Mesa - SENADO 18/Mar/2005 14:47  
Ass: [assinatura]  
Tr: [assinatura]

SGM/P n.º 438/05

Brasília, 20 de abril de 2005.

Senhor Vereador,

Referente ao Ofício nº 049/2005-GAB 08, datado de 14 de março de 2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha reivindicações da Família Militar, comunico haver determinado sua publicação, para conhecimento desta Câmara dos Deputados, bem como sua remessa ao Senado Federal.

Colho o ensejo para apresentar, a Vossa Excelência e ilustres membros dessa egrégia Câmara Municipal, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **FERNANDO CID DINIZ BORGES**  
Câmara Municipal de Caçapava  
Praça da Bandeira, 151  
12281-630 Caçapava-SP



MPV 225 2001  
964



Documento : 26069 - 2



SGM/P 748/05

Brasília, 31 de maio de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício s/n, da Associação de Pensionistas e Esposas dos Militares das Forças Armadas- APEMFA, solicitando providências para que seja incluída na Ordem do Dia para Votação a MPV 2215-10, de 2001.

Colho o ensejo para renovar-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA



Senado Federal  
Subs. Coord. Legisl. do Congresso  
Nacional



Documento : 27030 - 2

MPV 2215-10 / 2001

Fls. 965

SGM/P nº 743/05

Brasília, 31 de maio de 2005.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Ofício s/n.º, datado de 4 de maio de 2005, em que Vossa Senhoria solicita providências para que seja incluída na Ordem do Dia e votada a MPV 2215-10, de 2001 (reedição da MP 2.131/2000 que *Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis n.º 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências*).

Quanto ao assunto, tenho a esclarecer que por se tratar de matéria editada antes da Emenda Constitucional n. 32/01, a Medida Provisória n. 2215-10, de 2001 tramita ainda na forma prevista na Resolução n. 1 de 1989-CN, consoante o disposto no art. 20 da Resolução n.1, de 2002-CN, que *dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Nesses termos, a MPV n. 2215-10/01 deve ser apreciada em sessão conjunta das duas Casas, no sistema bicameral, cuja direção dos trabalhos cabe ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Pelas razões expostas, informo que encaminhei o referido expediente à consideração do Senhor Presidente daquela Casa do Congresso Nacional.

Colho o ensejo para expressar a Vossa Senhoria protestos de apreço e distinta consideração.

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente



A Sua Senhoria a Senhora

**ESTER ARAÚJO ANDRADE EVANGELISTA**

Presidente da Associação de Pensionistas e Esposas dos Militares das Forças Armadas-  
APEMFA

SCS – Qd. 02 Bloco D- Sala 407 - Ed. Oscar Niemeyer

Brasília- DF

70316-900



Documento : 27030 - 1

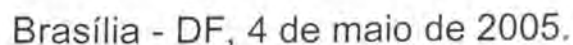
MPV 2215-10 2001

III 966





Setor Comercial Sul – SCS – Quadra 02 – Bloco “D” – Sala 407 – Ed. Oscar Niemeyer  
Brasília - DF (CEP 70.316-900 – Tel. 61 3036-7321 – 9279-6345)



Senhor Presidente,

Solicitamos a Vossa Excelência providências para que seja incluída na Ordem do Dia e votada a MP 2215-10, de 2001 (reedição da MP nº 2.131, de 2000 e que trata da Remuneração dos Militares), com aprovação de emendas que recupere o perdido pela classe ou, no mínimo, crie transição minorando os malefícios a ela impostos em dezembro de 2000.

Distorções ocorridas com a edição da MP 2215-10:

### 1. Proventos do posto/graduação superiores

- Até mesmo os militares que, em 29 Dez 2000, possuíam 29 anos, 11 meses e 29 dias de serviço perderam o direito de, ao inativar-se, perceberem proventos de grau hierárquico superior. Um mecanismo de transição já foi acolhido pelo relator;

## 2. Auxílio-moradia

- O militar recebia até 30% do respectivo soldo a título de auxílio moradia. Com a MP, além de perder tal direito passou a descontar até 10% do soldo;

### 3. Licença Especial

- Era gozada a cada dez anos ou computava-se como um ano de serviço para fins de inatividade. Transição para aqueles que possuíam o decênio incompleto deveria ser respeitada;

#### 4. Tempo Universitário

- A mesma transição, em virtude do exposto acima;

## 5. Gratificação por Tempo de Serviço

- Pago na razão de 1% por ano de serviço, foi extinto;

Senado Federal  
Subs. Coord. Legisl. do Congresso  
MPV 2215-10/2001  
Fls. 967

## **6. Fundo de Saúde**

- Desconto majorado em 100%; aproximadamente metade desses recursos são destinados ao superávit primário;

## **7. Auxílio-Invalidez**

- Apenas os reformados até Dez 2000 recebem, a título de auxílio-invalidez, importância não inferior ao soldo de cabo;

## **8. Vantagem Pessoal**

- Aproximadamente 5000 militares / pensionistas das Forças Armadas que percebem cota-parte estão condenados a anos sem quaisquer reajustes, pois a MP impõem que a VP seja absorvida por ocasião de futuros reajustes;

## **9. Salário dos Recrutas**

- Os praças prestadores do serviço militar obrigatório continuam recebendo, brutos, R\$ 168,00. Praticamente metade do valor do salário mínimo de maio de 2005;

## **10. Promoção na Inatividade**

- Acolhida pelo Relator a proposta de confirmar no posto / graduação trará benefícios aos inativos sem quaisquer ônus para a União, corrigido a distorção no atendimento médico;

## **11. Compensação Orgânica**

- O profissionais de saúde que trabalha com Raio X reivindicam o mesmo percentual de 20% pago aos pára-quedistas, mergulhadores, observadores aéreos, etc.

Ao transmitir toda a esperança da classe militar na sensibilidade de Vossa Excelência, apresentamos nossa manifestação de elevado respeito e estima.

  
ESTER ARAÚJO ANDRADE EVANGELISTA  
Presidente da APEMFA

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado SEVERINO CAVALCANTI**  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA





2213

Mauricio - CN

002391/05

**ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL - SECÇÃO**  
**FLORIANÓPOLIS**

FORÇA de TERRA, MAR E AR  
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual n. 4523 de 13/10/1970  
e pela Lei Municipal n. 606 de 13/12/1963  
FUNDADA EM 02 DE JANEIRO DE 1947  
Sede: R: Victor Meirelles, 55 - Centro  
Endereço Telegráfico: Caixa Postal 248  
Fone/Fax: (48) 222-0200 - 88010-440  
FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

**Ofício Circular 005/05**

**Florianópolis, SC, 23 de junho de 2005.**

Excelentíssimo Senhor  
Luiz Inácio Lula da Silva  
D.D. Presidente da República Federativa do Brasil  
Palácio do Planalto  
Brasília – DF

Informações: Exmo. Srs. Renan Calheiros – Presidente do Senado Federal  
Senadores: Jorge Bornhausen  
Ideli Salvatti  
Leonel Pavan  
Severino Cavalcante – Presidente da Câmara Federal  
Paulo Bauer – Deputado/SC  
Ivan Ranzolini – Deputado/SC  
Gervásio Silva – Deputado/SC  
Onofre S. Agostini – Deputado/SC  
Jair Bolsonaro – Deputado/RJ

Senhor Presidente,

Como Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Secção de Florianópolis, como brasileiro, Militar da MG Reformado, dirijo-me a V.Exa. e aos demais Parlamentares citados no presente ofício, para solicitar, se dignem dar andamento a Medida Provisória nº 2215-10 de 31 de Agosto de 2001, que faz justiça aos Militares da Reserva ou Reformado, a maioria ex-combatentes da IIª Guerra Mundial, e que tanto fizeram pela Pátria.

Acreditamos num País sério e em parlamentares honestos, bem como Vossa Excelência, que trabalham pelo progresso do Brasil e bem estar do povo.



*Handwritten signature and date:*  
25/26  
07/07/05  
15:18

Gostaríamos de uma resposta, para informar aos nossos associados, que devido idade avançada, ficariam felizes pelas providências do Governo Lula e dos parlamentares.

Em Santa Catarina, temos tido a assistência do Governo Estadual, Prefeituras e Leis de benefícios aos ex-combatentes, em especial de autoria do Deputado Estadual Onofre Santo Agostini. Um exemplo Nacional.

Atenciosamente,

  
**Gilberto Nahas**

Presidente

Jornalista







**INFORMATIVO**

**ANO XI - Nº 49 - JAN / FEV / MAR - 2005**

O ÚNICO JORNAL DA CLASSE - DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

# Ex - COMBATENTE

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil \* Secção de Florianópolis

## Medida Provisória 2215-10

**E**m 31 de agosto de 2001, foi feita a medida Provisória 2215-10, que diz respeito aos Militares, ativos e inativos. Remuneração dos Militares e outros enfoques serão tratados.

Depois de algum tempo a MP2215 teve como relator o Senador Romeu Tuma, que recebeu muitos pedidos de militares da reserva, reformados, no tange as promoções na inatividade, aos que já tinham este direito adquirido conforme a Lei 2370/54.

A Lei 4902/65, vergonhosamente, com o aval de alguns chefes militares, tirou este direito dos inativos, que hoje, recebem com posto acima, mas continuam como militares que era na atividade. Foi subtraído um direito.

A Justiça já deu ganho de causa a vários militares da reserva ou reformados.

Segundo se sabe a emenda do Senador Tuma vai dar o direito adquirido aos que foram lesados pela Lei 4902/65.

Segundo carta enviada pelo então Chefe de Gabinete do Ministro da defesa João Brigido Bezerra Lima, em 12/4/2002, ao Sr. Jaime Corrêa, residente em Poços de Caldas - MG, o pensamento do Ministério da defesa, é que as promoções só se justificam para acesso na carreira Militar dos Ativos.

Os que Clamam por justiça não estão pedindo aumento ou dinheiro nas promoções, pois já percebem como tal, querem apenas a patente do posto que recebem vencimentos.

Quanto a promoção de excluídos, anistiados rapidamente pelo Governo, estas sim, foram atendidas de pronto, os militares foram promovidos em até 7 postos, com patente e tudo e ainda receberam os atrasados. Dois pêsos, Duas medidas.

"O Brasil é um País Sêrio?" (Charles de Gaulle)





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO PRESIDENTE

Brasília, 06 de julho de 2005.

- **OFÍCIO CIRCULAR Nº 005/05.**
- **ORIGEM:** Associação dos ex-Combatentes do Brasil – Secção de Florianópolis.
- **ASSUNTO:** solicita dar andamento a Medida Provisória nº 2215-10 de 31 de agosto de 2001, referente aos militares da Reserva ou Reformado, a maioria ex-combatentes da II Guerra Mundial.

A Sua Senhoria o Senhor  
**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**  
Secretário-Geral da Mesa

Encaminho o expediente supracitado a Vossa Senhoria, para que seja juntado ao processado da matéria.

*Martha Lyra Nascimento*  
**MARTHA LYRA NASCIMENTO**  
Chefe de Gabinete

*Recebido  
282  
07/07/05  
15:16*





# Câmara Municipal de Riacho de Santana

CGC 12.993.549/0001-03 - Rua Bernadino Ferreira, s/nº - CEP 59.987 - 000

Excelentíssimo Senhor Francisco de Assis Almeida  
Presidente da Câmara Municipal de Riacho de Santana - RN

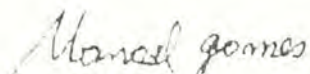
## MOÇÃO

Manoel Gomes, Vereador - PMDB Riacho de Santana - RN requero a Vossa Excelência, e esperando contar com o apoio de todos os senhores vereadores, para inserir nos anais desta casa, o contido na correspondência dirigida ao Excelentíssimo Presidente da República Doutor Itamar Franco, datada de 08/05/1993, pelo insigne conterrâneo nascido neste município, José Neres da Costa, militar reformado da Marinha de Guerra Brasileira, ex-candidato a Deputado Federal nas eleições de 1990, Diretor Benemérito e 1º Secretário do Conselho Deliberativo da Aciméier (Associação Comercial e Industrial do Méier) e membro da Câmara Rio, entidade presidida pelo eminente empresário Dr. Paulo Manoel Protásio, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e ainda faz parte da comissão para disciplinar o comércio ambulante junto ao administrador da XIII RA Méier, como representante dos empresários. É um batalhador incansável na busca de soluções dos grandes e graves problemas regionais e nacionais da sociedade brasileira exemplos que edificam a alma de uma nação, lançando a luz no futuro e na posteridade. Considerando a relevância do assunto nela abordado, não poderíamos deixar de manifestar o nosso apoio, pois a mesma é uma prova incontestável dos atos praticados no período do arbítrio. Aqui formulo o meu modesto apelo para que esta situação seja revista e adequada ao "Estado de Direito" que talvez esteja conflitando com a nova Constituição Federal de 1988. Outrossim, informo que houve um projeto de Lei Nº 115/83, representado em 1986 de autoria do conterrâneo e correligionário o ex-Senador José Martins Filho (PMDB-RN) que visava "restabelecer o direito aos servidores militares que se encontrem ou passarem para inatividade", o mesmo foi arquivado na Câmara Federal com o nº 7934-A em 19 de junho de 1990, inclusive os ex-combatentes da nossa gloriosa FEB (Força Expedicionária Brasileira), que tinham leis que os amparavam, foram prejudicados, heróis que lutaram nos campos de batalha na Itália, na 2ª guerra mundial contra o totalitarismo Nazi-facista. Peço também que se oficie aos Senhores Presidentes: Da República, do Senado Federal, da Câmara Federal, do Nacional do PMDB e da Assembléia Legislativa-RN, com manifestação de apoio à reivindicação supra, com cópias xerox deste requerimento e da carta que deu origem ao mesmo.

Nestes Termos p. Deferimento

Riacho de Santana, 17 de junho de 1993

Congresso Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Legislativa do Congresso Nacional  
MEV nº 2215-10  
Fls.: 973



Manoel Gomes (Vereador-PMDB-Riacho de Santana-RN)



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Líder do Bloco PMDB/PRONA

*Brasília, 19 de março de 1998*

*Prezado Senhor José Neres da Costa,*

*Registro recebimento da sua correspondência, na qual o Senhor expressa o desejo dos militares inativos atingidos pelos artigos 56 e 57 da Lei nº 4.902/65. Nesse sentido, espera sejam restabelecidas as promoções a eles relativa, propugnadas na Proposição oriunda da Indicação 969/67, de autoria do Deputado Nilson Gíbson.*

*Cordial abraço,*

*Deputado Geddel Vieira Lima*  
*Líder do Bloco PMDB/PRONA*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ouvidoria Parlamentar

Em 29/08/01

Prezado Senhor José Neres

Obrigado por ter procurado a Ouvidoria da Câmara dos Deputados.

Comunico-lhe recebimento de sua correspondência, acompanhada de vasta documentação alusiva à solicitação de apoio ao restabelecimento dos postos e graduações para militares inativos, que apesar de terem sido contemplados com reajustes de salários, não receberam a correlata promoção, dentro de suas respectivas carreiras.

Trata-se, conforme já é de seu conhecimento, de assunto pertinente a MP 2215-10/01 (LRM), já reeditado pelo Governo Federal em 27/08/01, data anterior, portanto, ao recebimento, nesta Ouvidoria, pelo pleito subscrito por V. Sa. De qualquer forma, hoje, a referida MP encontra-se na Comissão Mista do Senado, ao encargo do relator, Senador Romeu Tuma, necessitando ser apreciada pelo Congresso Nacional para que não perca sua eficácia.

De tal forma, estamos encaminhando ofício à Casa Civil da Presidência da República, bem como ao Ministério da Defesa, solicitando atenção especial ao reclame dos funcionários inativos das Forças Armadas e ainda que posteriores esclarecimentos nos sejam prestados.

Na oportunidade, gostaria de parabenizá-los os pela luta incansável em prol do reconhecimento dos direitos da categoria que integram, iniciativas que, pelo que podemos constatar, já vem de longa data. É, exatamente, esse o papel que queremos desempenhar na Ouvidoria, o de conscientizar o cidadão da necessidade de exercer a sua cidadania. Se conseguirmos isso, com certeza, nosso trabalho terá valido a pena!

Desejo-lhes boa a sorte!

Atenciosamente,

  
**Luiz Antônio Fleury Filho**  
Ouvidor-Geral

Ilmo Sr.

José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430 – Engenho de Dentro – RJ

Rio de Janeiro – RJ – 20730-230

<http://www.nerescosta.hpg.com.br>



Ouvidoria Parlamentar  
Sala 121 – B – Anexo II

Fone: 3188962/63/64 – Fax: 318 2949

e-mail: [ouvidoria@camara.gov.br](mailto:ouvidoria@camara.gov.br)

Congresso Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Legislativa do Congresso Nacional

Fls.: 975



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do Governo

Brasília, 12 de novembro de 2001.

CTA. nº 204/2001/GLGSF

Ilmº Sr.

**JOSÉ NERES DA COSTA**

Rua Camarista Méier, 430 – Engenheiro de Dentro  
20730-230- Rio de Janeiro - RJ

Prezado JOSÉ NERES,

Tendo em vista a iminência da reedição da Medida Provisória 2215-10/01, que trata da remuneração dos Militares, enviei expediente ao Ministro de Estado da Defesa, solicitando-lhe, conforme cópia anexa, intervir no sentido de que o novo edito contemple a categoria com o atendimento às suas justas e reiteradas reivindicações.

Outrossim, o estudo que providenciei sobre a matéria e no qual me louvei ao dirigir-me ao titular daquela Pasta, servem-me de subsídio para ponderações a respeito, no âmbito do Congresso Nacional.

Sempre ao seu dispor, manifesto-lhe apreço.

Sempre mais

Senador **ARTUR DA TÁVOLA**





Brasília, 12 de novembro de 2001.

CTA. nº 202.2001-03-19

Ao  
Exmº Sr.  
Dr. GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO  
Ministro de Estado da Defesa  
Brasília – DF

Senhor Ministro.

Há vários anos, os militares inativos das Forças Armadas lutam pelo RESTABELECIMENTO das PROMOÇÕES, a eles asseguradas pelas Leis de nºs 288/48, 616/49, 1.156/50 e 2.370/54.

Com o posterior advento da Lei nº 4.092/65, dois de seus artigos, os de nº 56 e 57, elidiram dos militares em situação de inatividade o direito à promoção, exortada pela legislação em epígrafe.

Ocorre, Sr. Ministro, que, em respeito ao instituto do DIREITO ADQUIRIDO, a elisão proposta em tais artigos, obviamente, refere-se somente aos militares egressos nas FF AA após dezembro de 1965, estes sim, então sob a égide da nova Lei nº 4.092/65. Por um erro - permita-me a expressão - "grosseiro" de exegese, os militares, que até 1965 encontravam-se sob o condão da legislação anterior, foram incluídos "de roldão" entre aqueles que, efetivamente, seriam atingidos pelos pela lei ulterior, ou seja, entre os que ingressaram nas Forças Armadas após dezembro de 1965.

Esse entendimento, se não bastante ter seus pilares em regras primárias da hermenêutica, foi CORROBORADO pelo Superior



Tribunal de Justiça, conforme Acórdão prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 335-DF (90.0001022-5):

"Assim, inatacável a promoção que se efetivaria quando passasse para a inatividade. Direito que se incorpora ao patrimônio militar, cuja eficácia se projeta em termo certo" (É nosso o grifo).

Dessarte - alegam os interessados e o afirmam estudos técnicos-jurídicos pertinentes e o Superior Tribunal de Justiça - claro é tratar-se, *in casu*, de direito adquirido e não de expectativa de direito, porquanto tenha sido aquele gerado por fato idôneo. VEDADA A RETROATIVIDADE da lei ulterior, em prejuízo, de preceito constitucional: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Outrossim, está sob o exame do Congresso Nacional nova Medida Provisória que trata da remuneração dos militares (MP 2215-10/01), cujo teor, já reeditado por inúmeras vezes, continua não contemplando a categoria com a justiça pela qual clamam. Como há indicações de que a referida MP - que não está sob a égide da Emenda Constitucional nº 32/2001 - será objeto de mais uma reedição, indago-lhe sobre a possibilidade da interveniência do ilustre Ministro no sentido de que o Executivo ao reeditá-la, restabeleça aos prejudicados o direito à promoção devida.

Ademais - é de se frisar - tal iniciativa não acarretaria despesas à União, pois que tais militares já percebem pecúnia inerente à promoção a que fariam jus (deu-se-lhes a promoção de fato, mas não de direito), donde, inclusive, se conclui um reconhecimento indireto ao direito que lhes é negado.

A nova legislação viria - sim - corrigir um lamentável equívoco, pondo fim às incontáveis e constantes demandas judiciais respeitantes a esse impasse, eivado que se faz de incongruência: remunera-se em pecúnia, de conformidade com a promoção a que teriam direito os militares em questão, negando-se-lhes, porém, a promoção devida, em nome de uma lei que não os atinge, e, sim, aqueles integrantes das FF AA a partir de sua edição em dezembro de 1965.

Certo da atenção de V.Exa. às considerações presentes, consigno que as faço cingindo-me ao que for estritamente legal e regulamentar





quanto à matéria em questão e que, dentro desses marcos, solicito-lhe o  
obsêquio de examinar o pleito.

Com inestimável apreço e distinta consideração.

Senador ARTUR DA TÁVOLA

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

NOTA

DE ACORDO  
Em 05/05/2003  
*[Assinatura]*  
José Antonio Dias Lippoli  
Subchefe para Assuntos Jurídicos

SAJ nº 825/03 - FB

Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Proposta para introdução de um § 2º ao seu art. 34, em Projeto de Lei de Conversão.

A Comissão Mista encarregada do exame da Medida Provisória acima referenciada, em Projeto de Lei de Conversão, apresenta proposta para introdução de um § 2º ao seu art. 34, com a seguinte redação:

"Art. 34. ....

§ 2º Os militares das Forças Armadas, que se encontravam em serviço ativo em 19 de dezembro de 1965, serão confirmados, na inatividade, no posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem, ficando-lhes assegurados todos os direitos e prerrogativas, salvo aqueles que, na ativa, já ocupavam os postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro-do-Ar, limites máximos das respectivas carreiras."

Os militares a que se refere a disposição, ao ingressarem na reserva remunerada, percebem proventos correspondentes ao posto ou graduação imediatamente superior ao da ativa mas continuando titulados na que ocupavam na ativa, não fazendo jus aos direitos e prerrogativas inerentes ao posto correspondente aos seus proventos.

No caso, trata-se de justa e antiga reivindicação desses militares e que não acarreta qualquer despesa para o erário.

É o entendimento.

S.M.J.

Brasília, 5 de maio de 2003.

*[Assinatura]*  
Recabdo na *[Assinatura]*  
Às 11:00 horas  
no dia 06/05/03  
por *[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE  
Subchefe-Adjunto

Res. J. 11.03.61  
Assinatura do Coordenador do  
Plano de Trabalho do Congresso Nacional  
nº  
980



*Ar. Paulo Neves*  
Marcos Vinícius Pessanha Gonçalves

De: Maria Margarida de Amorim Rocha  
Enviado em: quinta-feira, 2 de outubro de 2003 14:39  
Para: Marcos Vinícius Pessanha Gonçalves  
Assunto: MP 2215-10 - LRM - PLV do Sen. Romeu Tuma

Art. 33. Os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de inatividade, e nessa situação para todos os efeitos legais, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar.

*Parágrafo único.* Fica assegurada a remuneração integral ao militar em gozo de licença especial.

Art. 34. Fica assegurado ao militar que, até 29 de dezembro de 2000, ~~ha completado~~ os requisitos para se transferir para a inatividade o direito à percepção de proventos correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria desses proventos.

§ 1º Para os demais militares em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000, ao serem transferidos para a inatividade remunerada, fica assegurado o direito à percepção de proventos com o soldo calculado na seguinte proporcionalidade:

I - um trinta avos do soldo do posto ou graduação superior ao que o militar vier a possuir, na ocasião em que for transferido para a inatividade, por cada ano de serviço computado até 29 de dezembro de 2000; e

II - para cada um dos demais anos necessários para completar o período soldo mínimo de transferência para a inatividade, será considerado um trinta avos do posto ou graduação que efetivamente possuir na ocasião em que se efetuar a transferência.

§ 2º Os militares das Forças Armadas, que se encontravam em serviço ativo em 9 de outubro de 1966 bem como os atingidos em razão de motivação política por Atos de Exceção e hoje anistiados, serão confirmados, na inatividade, no posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem, ficando-lhes assegurados todos os direitos e prerrogativas, salvo aqueles que, na ativa, já ocupavam os postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro-do-Ar, limites máximos das respectivas carreiras.

Art. 35. Fica assegurada a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que, até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar.

RECEBUEMOS  
Comissão de Constituição e  
Jurisprudência do Congresso Nacional  
nº 9.81

## SERVIDORES

ANTERO GOMES

# Estatuto dos Militares

Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica preparam uma grande mudança nas Forças Armadas, tão importante quanto a criação da Lei de Remuneração dos Militares (LRM), implantada em 2000, que criou muita polêmica. A novidade consiste em estudos para a regulamentação de um novo Estatuto dos Militares, que substituiria o atual, criado em 9 de dezembro de 1980 pela Lei 6.880. O estatuto define obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas. As propostas deverão ser apresentadas pelos militares ao futuro presidente da República e ao próximo Congresso, que assumem a partir de janeiro de 2003. Não será difícil aprová-lo. A idéia dos comandos militares é adaptar a lei à Constituição federal, de 1988, garantindo mais direitos aos militares, como a possibilidade de ingresso na Justiça. O Ministério da Defesa e a Aeronáutica confirmaram os estudos.



P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Expediente ao DJ  
Pub. o acórdão no DJ

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 355 - DF - (90.0001022-5)

RELATOR: O EXM. SR. MINISTRO VICENTE CERNICCHIARO

IMPETRANTES: ARMINDO JOSÉ GOTTEERT E OUTROS

IMPETRADO: MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA

ADVOGADOS: DRA. SILVIA CRISTINE FERNANDES E OUTRO

#### EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADQUIRIDO. PROMOÇÃO  
A lei da reforma é a lei do dia da reforma; o militar, nessa época, deverá satisfazer os requisitos da legislação vigente. Não perde, porém, o direito adquirido anteriormente ainda que modificado ou excluído. Lei posterior não afeta a situação, vedada a retroatividade. Assim, inatacável a promoção que se efetivaria quando passasse para a inatividade. Direito que se incorpora ao patrimônio do militar, cuja eficácia se projeta em termo certo.

#### ACÓRDÃO

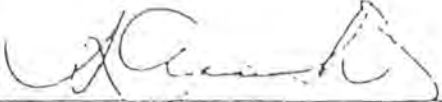
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas;

Decide a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, deferir o mandado de segurança, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília, 29 de maio de 1990 (data do julgamento).

\_\_\_\_\_, Presidente  
MINISTRO ARMANDO ROLEMBERG


  
\_\_\_\_\_, Relator  
MINISTRO LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

<< ACUSAMOS O RECEBIMENTO DA SUA CORRESPONDENCIA REFERENTE À MPV 2215-10, DE 2001, "QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES". INFORMAMOS QUE A MATÉRIA ESTÁ AGUARDANDO INSTALAÇÃO DE COMISSÃO MISTA, PARA SUA APRECIÇÃO E QUE SUA MANIFESTAÇÃO SERA ENCAMINHADA À ÁREA LEGISLATIVA, PARA REGISTRO E PROVIDENCIAS CABÍVEIS.

CORDIAIS SAUDAÇÕES,

MARTHA LYRA NASCIMENTO  
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL  
>>

Postado via SPE, em 03/02/2005 às 17:29.

REMITENTE	SENADO FEDERAL / Gab. da PRESIDÊNCIA Praça dos Três Poderes, Prédio Principal - 1º Andar Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <table border="0"><tr><td>1 <input type="checkbox"/> Mudou-se</td><td>6 <input type="checkbox"/> Recusado</td></tr><tr><td>2 <input type="checkbox"/> Ausente</td><td>7 <input type="checkbox"/> Falecido</td></tr><tr><td>3 <input type="checkbox"/> Desconhecido</td><td>8 <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado</td></tr><tr><td>4 <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente. Faltou:.....</td><td></td></tr><tr><td>5 <input type="checkbox"/> Outros (Especificar) .....</td><td></td></tr></table>	1 <input type="checkbox"/> Mudou-se	6 <input type="checkbox"/> Recusado	2 <input type="checkbox"/> Ausente	7 <input type="checkbox"/> Falecido	3 <input type="checkbox"/> Desconhecido	8 <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	4 <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente. Faltou:.....		5 <input type="checkbox"/> Outros (Especificar) .....	
	1 <input type="checkbox"/> Mudou-se	6 <input type="checkbox"/> Recusado										
2 <input type="checkbox"/> Ausente	7 <input type="checkbox"/> Falecido											
3 <input type="checkbox"/> Desconhecido	8 <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado											
4 <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente. Faltou:.....												
5 <input type="checkbox"/> Outros (Especificar) .....												
DESTINATÁRIO	JOSÉ NERES DA COSTA Rua Camarista Meier 430 Engenho de Dentro 20730-233 - Rio de Janeiro/RJ	NÚMERO DO TELEGRAMA 75548 MK000382636BR  TL4H										

DESTACAR AQUI

210 x 297mm

Congresso Nacional  
Secretaria de Comunicação  
Administrativa do Congresso Nacional  
nº 584





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 878/2005 – SAG/C. Civil - PR

Brasília, 09 de agosto de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor

**JOSÉ NERES DA COSTA**

**Assunto:** *Inserção, na próxima Medida Provisória ou Projeto e Lei sobre reajuste dos Militares a ser encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, de dispositivo que os efetive no posto ou graduação correspondente ao soldo recebido.*

Senhor José,

Em resposta à correspondência de 1º de agosto de 2005, em que pleiteia a inserção, na próxima Medida Provisória ou Projeto de Lei sobre reajuste dos militares a ser enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, de dispositivo que os efetive no posto ou graduação correspondente ao soldo recebido, informo a Vossa Senhoria que o assunto foi encaminhado para análise dos Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão, por se tratar de matéria de competência daquelas Pastas.

Atenciosamente,

  
**LUIZ ALBERTO DOS SANTOS**  
Subchefe

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2005

Exm<sup>as</sup>. Sr<sup>as</sup>

Dr<sup>a</sup>. Dilma Rousseff

DD<sup>a</sup>. Ministra de Estado Chefa da Casa Civil da Presidência da República.

Palácio do Planalto - Brasília - DF. cep 70150-970

Exm<sup>as</sup>. Sr<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Ministra.

Vimos agradecer a V.Exa. pelo luminoso parecer da lavra do Exm. Sr. Subchefe da Casa Civil assinado pelo Dr. Luiz Alberto dos Santos, conforme memorando nº 483/2004-SAG CIVIL-PR e a nota técnica nº 603/2004-SAG, de análise à Medida Provisória 2215-10(LRM), de 2001, favorável à confirmação nos postos e graduações dos militares inativos das Forças Armadas, correspondentes aos proventos que recebem.

Pedimos a V.Exa. para examinar a possibilidade de inserir na Medida Provisória que for enviada à Câmara Federal no próximo reajuste salarial, a confirmação nos postos e graduações dos Militares Inativos, pois, esse direito consta na MP-2215/10 de 2001, fruto do Projeto de Conversão do Relator Senador Romeu Tuma, que no artigo nº 34 parágrafo 2º da referida MP nos assegura esse direito.

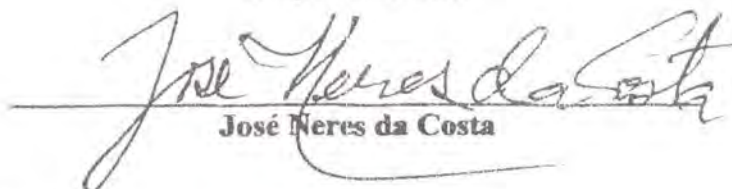
O restabelecimento desse direito vem ao encontro das aspirações da classe, desde quando nos foi retirado esse direito pela execrável lei nº 4.902/65, que de maneira arbitrária nos tiraram a cidadania e nos deram os proventos como se nos fossemos "mercenários", por tanto, criaram duas classes de Militares, uma com promoção e outra com proventos, mas sem às prerrogativas inerentes.

Gostaríamos de contar com a proverbial generosidade de justiça da Casa Civil da Presidência da República para corrigir esse absurdo, de receber descontar para todos os fins, não concebemos que uma questão como essa, sem ônus para o Tesouro Nacional, não tenha sido objeto de decisões, de governos anteriores após a Constituição de 1988. Pois esse direito vem sendo postulado desde a redemocratização do nosso país.

Anexamos cópias xerox de projetos, indicações parlamentares, correspondências sobre o assunto em tela, para exame e alta consideração de V.Ex<sup>as</sup>.

Essa decisão será uma contribuição inestimável ao fortalecimento da democracia, com repercussão histórica político-militar.

Respeitosamente



José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430 - Engenho de Dentro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20730-230 - Tel: (021) 3899-5745  
Fax (021) 2591-9559  
E-mail : neres\_costa@msn.com

Conferência de Assinatura  
Presidência da Constituição  
Relativa do Congresso Nacional  
nº 986





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Gabinete Pessoal do Presidente da República**

Brasília, 23 de março de 2006.

**JOSE NERES DA COSTA**

Rua Camarista Méier, 430 - Engenho de Dentro  
20730230 - RIO DE JANEIRO - RJ

Prezado Senhor,

Registramos o recebimento de sua carta de 21/02/2006, dirigida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A solicitação foi encaminhada à Subchefia de Assuntos Parlamentares / Coordenação Política/PR pelo MEMORANDO COR/GP/PR: 124/2006 de 23/03/2006.

Atenciosamente,

**CLAUDIO SOARES ROCHA**  
Diretor

Diretoria de Documentação Histórica

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor  
Luiz Inácio Lula da Silva  
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil  
Palácio do Planalto – Brasília – DF  
CEP 70159-900

Excelentíssimo Senhor Presidente

Reiteramos apelo a Vossa Excelência para resolver o problema da confirmação dos postos e graduações dos militares inativos das Forças Armadas que já percebem os proventos, mas não tem as prerrogativas inerentes.

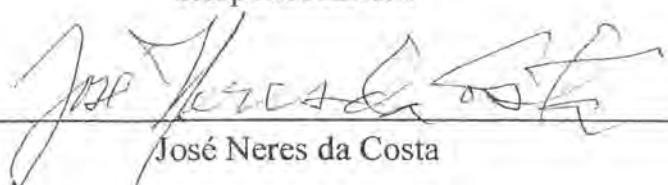
Data vênua, urge uma decisão política de Vossa Excelência que será sem dúvida uma decisão histórica, pois esse direito vem sendo postulado desde a redemocratização do nosso país.

Gostaríamos que fosse analisada a Emenda Aditiva do nobre Deputado Federal Nelson Marquezelli – PTB – SP, ao projeto de lei 6.031/2005 que o autor propôs exatamente o resgate desse direito conforme cópia em anexo e outros documentos para exame e alta consideração de Vossa Excelência.

Aguardamos com ansiedade na certeza de que Vossa Excelência não nos negará a reparação dessa injustiça gerada pela malfadada Lei 4.902/65.

Sem mas para o presente momento, renovamos a Vossa Excelência o profundo respeito e admiração.

Respeitosamente



\_\_\_\_\_  
José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430 – Engenho de Dentro  
Rio de Janeiro – RJ CEP 20730- 230  
Tel.: 3899-5745 – Fax (021) 2591-9559  
E-mail : neres\_costa@msn.com



**Parágrafo único.**— Para o exercício de 2006, o índice geral anual a que alude o caput deste artigo será de 4,5 % (quatro e meio por cento), em correspondência ao da meta de inflação fixada pela Resolução nº 3.210, de 30 de junho de 2004, do Banco Central do Brasil.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 01 de maio de 2006.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2006.

ROSINHA GAROTINHO  
Governadora

Projeto de Lei nº 3560/2006  
Autoria: Poder Judiciário, Mensagem nº 03/2006

LEI Nº 4.848

DE 25 DE SETEMBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE O POSTO OU A GRADUAÇÃO CORRESPONDENTE AOS PROVENTOS QUE RECEBEM NA INATIVIDADE OS POLICIAIS MILITARES E OS BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares, na inatividade, terão consignados nos seus registros o posto ou a graduação existente nas Corporações, correspondente aos proventos que recebem.

**Art. 2º** - Na identidade do Coronel PM e do Coronel BM que tenham exercido o cargo de Comandante-Geral ficará consignada a expressão "Ex-Comandante-Geral".

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2006

ROSINHA GAROTINHO  
Governadora

Projeto de Lei nº 986/2003  
Autoria: Deputado Coronel Jairo

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

ROSINHA GAROTINHO  
Governadora

Excelentíssimo Senhor  
Deputado JORGE PICCIANI  
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1969-A/2004, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO CARLOS MINC, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Muito embora seja elogiável a inspiração dessa Egrégia Casa, de Leis, fui levada à contingência de vetar parcialmente o projeto, incidindo o veto sobre os seus arts. 2º, 3º, 4º e 5º.

O art. 1º da presente proposta autoriza a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social, com a finalidade de concentrar as atribuições do Poder Público em matéria normativa, consultiva e de planejamento setorial, ligada a assuntos de comunicação social. Os artigos destacados acima, entretanto, descem a detalhes, estabelecendo as atribuições do Conselho, bem como sua composição, elegendo prioridades administrativas e orçamentárias próprias de atuação do Poder Executivo.

Com efeito, compete privativamente ao Executivo, através de sua Chefia, dispor sobre organização e funcionamento da Administração, desde que não haja aumento de despesas (art. 84, VI, "a" da Carta Federal). De outro lado, para aquilo que importa aumento de despesas, a iniciativa legislativa cabe, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo (art. 165, I, II e III da Constituição Federal).

Se sancionado integralmente, o projeto transferiria para o Chefe do Poder Executivo, apenas, a possibilidade de regulamentar aquilo que já foi criado. Inegável, assim, a ofensa ao princípio da Separação de Poderes, segundo o qual os Poderes são harmônicos e independentes entre si (art. 2º da Constituição Federal). Tal princípio, indispensável à própria organização política do Estado, qualifica-se como um dos pontos inalteráveis do ordenamento constitucional vigente. Reforçando esse entendimento, posso destacar o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

"CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. LEI QUE ATRIBUI TAREFAS AO DETRANVES, DE INICIATIVA PARLAMENTAR. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. C.F., art. 61, § 1º, II, e, art. 84, II e VI. Lei 7.157, de 2002, do Espírito Santo. I - É de iniciativa do Chefe do Poder Executivo a proposta de lei que vise a criação, estruturação e atribuição de órgãos da administração pública. C.F., art. 61, § 1º, II, e, art. 84, II e VI. II - As regras do processo legislativo federal, especialmente as que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros. III - Precedentes do STF. IV - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." ADI 2719 / ES - Relator: Ministro Carlos Velloso - Tribunal Pleno - Data do julgamento: 20/03/2003.

Tudo isso não obstante, impende consignar que haveria despesas com recursos materiais e humanos necessários à consecução dos objetivos do ordenamento constitucional proibido e



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Casa Civil**  
**Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais**

Ofício nº **60** /2007 – SAG/C. Civil – PR

Brasília, 12 de janeiro de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor  
**JOSE NERES DA COSTA**  
Rua Camarista Méier, 430 – Engenho de Dentro.  
20730 – 230 - Rio de Janeiro-RJ.

**Assunto: Confirmação dos postos e graduações dos militares inativos das Forças Armadas.**  
**Carta dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.**

Prezado Senhor,

I. Faço uso do presente para informar que sua correspondência, que trata do assunto em epígrafe, foi encaminhado, nesta data, para análise e avaliação do Ministério da Defesa com a recomendação de que o mesmo comunique ao Senhor as providências porventura determinadas para equacionar a questão ali mencionada.

Atenciosamente,

  
**LUIZ ALBERTO DOS SANTOS**  
Subchefe

Legislação Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Relativa do Congresso Nacional  
nº  
990



CONTEÚDO DA MENSAGEM



**SENADO FEDERAL**

<<Caro José Neres da Costa,

Agradeço a sua manifestação de apoio ao meu pronunciamento do último dia 28.  
Seu gesto é um grande incentivo à minha luta em defesa da democracia.

Cordial Abraço,

Senador JOSÉ SARNEY>>

Postado via SPE, em 12/06/2007 às 17:46.

7073100

DESTACAR AQUI

15240183-1

REMETENTE	SENADO FEDERAL / Gab. Sen. JOSÉ SARNEY Praça dos Três Poderes , Anexo I - 6ª Andar Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Ausente</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente, Falhou.....</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 6 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Ausente	<input type="checkbox"/> 7 Falecido	<input type="checkbox"/> 3 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado	<input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente, Falhou.....		<input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 6 Recusado											
<input type="checkbox"/> 2 Ausente	<input type="checkbox"/> 7 Falecido											
<input type="checkbox"/> 3 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado											
<input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente, Falhou.....												
<input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....												
DESTINATÁRIO	José Neres da Costa Rua Camarista Meier 430 - Engenho de Dentro 20730-233 - Rio de Janeiro/RJ	NÚMERO DO TELEGRAMA: <b>MR002751682BR 63157</b>  TL4H										

DESTACAR AQUI

216 x 297mm

Ministério Nacional  
 Secretaria de Correspondência  
 Eletiva do Congresso Nacional  
 nº \_\_\_\_\_  
 591

# - ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL -

SECÇÃO DE FLORIANÓPOLIS  
FORÇAS de TERRA, MAR e AR

Reconhecida de utilidade Pública pela Lei Estadual n. 4523 de 13/10/1970  
e pela Lei Municipal n. 606 de 13/12/1963  
FUNDADA EM 02 DE JANEIRO DE 1947

Sede: Rua Victor Meirelles, 55 - Centro  
Endereço Telegráfico: EX-COMBATENTE - Cx Postal 248  
Fone: (48) 3222-0200 - Cep 88010-440  
FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

CARTA OFICIAL

Fpolis-SC 22/7/07

Sra. Senadora  
ROSEANA SARNEY  
Senado Federal  
BRASILIA==DF.

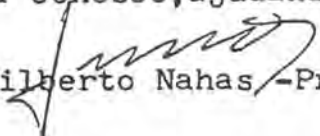
Sra. Senadora.

Nossa Associação dos Ex-Combatentes do Brasil-Secção de Florianópolis, que reúne ex-combatentes das Tres Armas e Marinha Mercante, além de viúvas, tomou conhecimento, através o companheiro do RJ, José Neres da Costa, Militar da Reserva da Marinha, que V.Exa., está tomando todas as providências possíveis, para aprovação da MP 2215/10, onde tem artigo de suma importância para nós, ou seja, a promoção na reserva, sem onus para o Tesouro, daqueles que tinham este direito assegurado, conforme § 2º do art.34 da MP 2215. A fatídica lei 4902/65 derrubou nossos direitos e nos tirou direito adquirido. Sou 1º Sargento da Marinha de Guerra, ganho como 2º Tenente, pois tenho guerra e curso de comandante de pelotão, e estava amparo por Leis anteriores de guerra. Como eu, são centenas de milhares companheiros que foram prejudicados. Não pedimos dinheiro, não vamos andar fardados de 2º Tenente, mas o certo, por direito e é orgulho para nós, e nos darem, junto com os vencimentos, o posto, conforme previa Lei anterior que derrubaram, não se sabe porque. Talvez um prêmio para os ex-combatentes que fizeram a guerra e defenderam a Pátria. Deputada Ângela Amin nos ajuda.

Pedimos Vossa ajuda e de seu pai, nosso inequecível Presidente José Sarney. Deputado Jair Bolsonaro abraçou nossa causa.

Queremos que seja a Sra., Senadora valente do Maranhão, a autora de uma correção na Lei e nos dê justiça, após 62 anos do término da guerra e mais de 40 que nos tiraram direito assegurado. Use Vosso prestígio e competência, e, desejo ir à Brasília, cumprimentá-la e condecorá-la pela iniciativa. Nos ajude enquanto vivos estamos, a maioria com mais de 80 anos. Deputado Marquezelli também está conosco, ajudando.

Atenciosamente,

  
Gilberto Nahas -Presidente

Recebido em 10/04/08

Myr... 35262

SSC-SF-30M 10-0821

Assessoria de Comunicação  
Secretaria de Comunicação  
Legislativa do Congresso Nacional  
nº 982





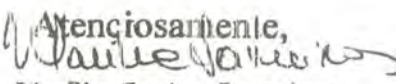
**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ROSEANA SARNEY



Ilmo(a). Sr(a).  
Jose Neres da Costa  
Ass. Comercial e Industrial do Meier  
Rua Camarista Meier, 430  
Rio de Janeiro - RJ  
20730-230

Prezado José Neres,

Com os cordiais cumprimentos, informo que assunto  
"MP 2215/10 (LRM)" está merecendo especial atenção por parte  
da senadora Roseana Sarney.

Atenciosamente,  
  
Marília Santos Lameiras  
Assessora Técnica

Remetente: Senadora ROSEANA SARNEY  
Anexo I - 19º andar  
Senado Federal  
CEP 70165-900 - Brasília - DF  
e-mail: roseana.sarney@senadorara.gov.br

Recebido em  
Secretaria de Comunicação  
Legislativa do Congresso Nacional  
nº  
983

Excelentíssimo Senhor  
Dr. NELSON AZEVEDO JOBIM  
DD Ministro de Estado da Defesa

Brasília, de de 2007.

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, foi constituída, em 2003, comissão mista, encarregada de analisar a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória 2131/2000, reeditada 11 (onze) vezes, tendo a última reedição sido feita sob o número 2215-10 em 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas cujo relator, senador Romeu Tuma, depois do exame das 822 emendas, utilizando-se apenas de 04 (quatro) delas, e tendo concluído pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão, optou pela aprovação da referida MP 2215-10, alterando apenas os artigos 31 e 34.

A alteração do artigo 31 foi para dar maior clareza à redação do dispositivo que permite a manutenção do benefício da pensão militar para filha de militares, que descontam 1.5% (um ponto cinco por cento) dos proventos na inatividade remunerada.

Quanto à alteração do artigo 34, em primeiro lugar, muda o termo remuneração para proventos, e acrescenta 02 (dois) parágrafos, abaixo transcritos, tratando o parágrafo 1º sobre o cálculo do soldo daqueles militares que estavam em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000; e o parágrafo 2º, assegura aos militares reformados e atingidos por atos de exceção (hoje anistiados) todos os direitos e prerrogativas referentes ao posto ou graduação que corresponda aos proventos que recebem, e que, evidentemente, não gera efeitos financeiros novos, mas tão-somente garante aos militares das Forças Armadas, já reformados, o direito à confirmação no posto ou graduação que já recebem, a exemplo do que foi feito no art. 63 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, que trata da remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros do Distrito Federal.

Em vista do exposto, temos:

Art. 34...

§ 1º - Para os demais militares em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000, ao serem transferidos para a inatividade remunerada, fica assegurado o direito à percepção de proventos com o soldo calculado na seguinte proporcionalidade:

I - um trinta avos do soldo do posto ou graduação superior ao que o militar vier a possuir, na ocasião em que for transferido para a inatividade, por cada ano de serviço computado até 29 de dezembro de 2000; e

II - para cada um dos demais anos necessários para completar o período mínimo de transferência para a inatividade, será considerado um trinta avos do posto ou graduação que efetivamente possuir na ocasião em que se efetuar a transferência.

§ 2º - Os militares das Forças Armadas, que se encontravam em serviço ativo em 09 de outubro de 1966, bem como os atingidos em razão de motivação política por atos de exceção e hoje anistiados, serão confirmados, na inatividade, no posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem, ficando-lhes assegurado todos os direitos e prerrogativas.

Com respeito ao pedido feito por Vossa Excelência, no sentido de que lhes fossem apresentados os dados dos efeitos financeiros que possam surgir com a transferência para a inatividade dos militares em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000 - "compensação" - caso venha ser aprovado o § 1º do supracitado art. 34, esclarecemos que, apesar de termos envidados esforços nesse sentido, não conseguimos, mas, segundo informações, a Secretaria de Economia e Finanças das Forças Armadas, no Ministério da Defesa, terá condições de fornecer esses dados, mediante determinação superior.

Excelência, na esperança de continuarmos merecedores da sua compreensão, e que estes esclarecimentos possam ajudar, de alguma forma, para aprovação da referida Medida Provisória 2215-10, na forma do Projeto de Lei de Conversão, relatado pelo senador Romeu Tuma, receba os sinceros agradecimentos de toda a família militar.

Atenciosamente,

**IVONE LUZARDO**

- Presidente da UNEMFA
- Suplente Dep. Federal/DEM/DF
- Vice-Presidente MULHER DEMOCRATAS/DF

100.000.000.000  
Secretaria da Comissão  
Interativa do Congresso Nacional  
nº 994



From: [tenentefastino@hotmail.com](mailto:tenentef Faustino@hotmail.com)  
To: [jvoneluzardo@hotmail.com](mailto:jvoneluzardo@hotmail.com)  
Subject: Reunião  
Date: Sat, 27 Oct 2007 11:53:49 +0300

Conforme combinado, compareceremos em sua residência, hoje, 27/10/2007, às 16:00 horas, para uma reunião rápida: eu, Cel. Rosavo (Aer), Cel. Gonçalves (EB) e o Cel. Roosevelt (EB).

Em princípio, vai ser indicado qual o setor do MD que, por solicitação do ministro Jobim, irá calcular o montante da verba necessária para aprovação da emenda à MP 2215-10, que trata da percepção de proventos correspondente ao grau hierárquico superior, para os militares das FFAA em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000. Até lá, se Deus quiser. Abraço. Faustino.

Comando em Chefe  
Força Armada Brasileira  
Estado  
Nacional



Procurar e-mail

Pesquisar na Internet

Escrever e-mail

Caixa de entrada (9)

Com estrela ☆

Bate-papos

E-mails enviados

Rascunhos

Todos os e-mails

Spam

Lixeira

Contatos

▼ Contatos rápidos

Procure, inclua, convide

● José Neres da Costa

Definir status aqui ▼

tenentef Faustino

▼ Marcadores

Editar marcadores

▼ Convide um amigo

Mostrar todos

Dar o Gmail para:

Enviar convite 50 restante(s)

visualizar convite

Militares - Empréstimo RJ - www.EmprestimoMilitar.com - adurados menores para empre

« Voltar para Caixa de entrada

Arquivar

Denunciar spam

Excluir

Mais ações...

« Recentes 9 de 10 Antigas »

**FW: pendindo notícias**

Caixa de entrada

☆ jose faustino mostrar detalhes 5 nov (2 dias atrás) ↻ Responder

From: tenentef Faustino@hotmail.com  
 To: eduardovalletto@yahoo.com.br  
 CC: theophanio@terra.com.br; rosav608@terra.com.br  
 Subject: RE: pendindo notícias  
 Date: Fri, 2 Nov 2007 14:59:02 +0300

Prezado Valle Netto,

Em resposta ao seu e-mail, no qual deseja saber o que houve sobre o nosso aumento e a MP 2215-10, na audiência pública realizada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na Câmara dos Deputados, com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, esclareço que:

O aumento, em resumo, o ministro anunciou que vai mudar a forma de apresentação das propostas de aumento de remuneração de militares ao Congresso Nacional. Pois, a prática anterior à sua chegada ao ministério era a de as Forças Armadas se reunirem com o ministro da defesa e, em seguida, enviar um projeto ao Congresso. A partir de agora, antes de enviar o projeto ao Congresso Nacional haverá uma discussão interna no Executivo, na qual o ministro da Defesa apresentará a proposta consolidada com as Forças Armadas ao presidente da República e ao ministro do Planejamento, antes de enviá-la para análise do Congresso Nacional.

Diante do exposto, segundo o ministro Jobim, o percentual de aumento será conhecido somente dentro de trinta dias, mais ou menos.

Quanto a MP 2215-10, o ministro Jobim entende que além dela não ter atendido as necessidades mínimas dos militares, ainda alterou o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) e a Lei de Pensões Militares (3.765/1960), encontrando-se em estudo, no momento, MD, com o Coronel Caminha, tendo ele recebido, como subsídio, o Projeto de Lei de Conversão relatado pelo senador Romeu Tuma, conhecido de todos nós, acompanhado de um pedido para a inclusão dos parágrafos 1º e 2º no art. 34, uma vez que a UNEMFA - União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas, liderada por sua presidente, Ivone Luzardo, foi recebida pelo ministro da Defesa Nelson Jobim, para tratar das reivindicações dos militares, entre as quais, o assunto tratado no § 1º, supracitado, isto é, o direito aos demais militares em serviço ativo em 29 de dezembro de

Ma  
Mil  
De  
Se  
Qu



Escrever e-mail

Caixa de entrada (9)

Com estrela ☆

Bate-papos

E-mails enviados

Rascunhos

Todos os e-mails

Spam

Lixeira

Contatos

▼ Contatos rápidos

Procure, inclua, convide

● José Neres da Costa

Definir status aqui ▼

tenentefautino

▼ Marcadores

Editar marcadores

▼ Convide um amigo

Dar o Gmail para:

Enviar convite 50 restante(s)

visualizar convite

2000, ao serem transferidos para a inatividade, receberem os proventos correspondente ao grau hierárquico superior, tendo o ministro Jobim prometido estudar uma forma de compensação, já que, segundo ele, neste caso, não existe direito adquirido e sim "direito adquirido presumido".

O caso Roseana Sarney, § único, continua aguardando definição do caso Renan. Está sob controle.

Assim, e como os caminhos a serem seguidos com esse assunto são distintos, qualquer tentativa de fusão agora só vai atrapalhar. Acredito que é melhor deixar como está, para ver como fica e deixar que Deus tome conta do restante que falta ser feito. Abraço. Faustino.

Vald  
gove  
Folh  
Vald  
Folh

CCJ  
pros  
plen  
O GI  
BRA  
Corr

Mais

Date: Fri, 2 Nov 2007 04:31:09 -0300

From: eduardovalenetto@yahoo.com.br

Subject: pendindo notícias

To: tenentefautino@hotmail.com

Caro companheiro Faustino, meu abraço, que tenhas um bom fim de semana, com muita paz, alegria, saúde e felicidade. Amigão. Ontem te enviei um email com o título "por falar em merda", devido ao email que recebi do companheiro. eu pedia notícias da reunião que aconteceu na segunda-feira pp do Ministro Jobim com os Deputados lá na Câmara, cujo assunto seria nosso aumento e a MS 2215-10, como o silêncio é grande, torno a sua presença para pedir informações do que aconteceu, aproveitando para saber sobre a nossa Senadora Sarney, está tudo tão morto, tão parado. sou grato pela atenção que vier a merecer. Valle Netto! Abra sua conta no Yahoo! Mail, o único sem limite de espaço para armazenamento!

Receba GRÁTIS as mensagens do Messenger no seu celular quando você estiver offline. Conheça o MSN Mobile! Cadastre-se já!

Receba GRÁTIS as mensagens do Messenger no seu celular quando você estiver offline. Conheça o MSN Mobile! Cadastre-se já!

↩ Responder → Encaminhar Convidar Jose para o Gmail

http://mail.google.com/mail/?ui=1&ik=d309f772a1&view=cv&search=inbox&th=116126... 7/11/2007

C. C. Res. 10  
Secretaria de  
Constituição de  
nº  
987  
Nac

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2007

Exmo Sr.

Dr Romeu Tuma  
DD. Senador Da República - PTB - SP  
E Corregedor Geral do Senado Federal  
Gab: 06 - Ala Senador Filinto Müller  
Brasília - DF  
Cep: 70165 - 900

Exmo Sr. Senador

Vimos pedir a V. Exa para examinar a possibilidade de incluir nas negociações com governo para a aprovação da CPMF, também incluir à MP 2215/10(LRM), com o projeto de conversão de 2002 da lavra de V. Exa que manda confirmar nos postos e graduações os militares inativos das FFAA, que percebem os proventos e que se encontravam nas Forças Armadas até 9 de outubro de 1966 inclusive os anistiados.

“Seria para nós um verdadeiro presente de natal o resgate desse direito concernente a nossa cidadania e por conseguinte dos nossos dependentes”.

Sem mais para o momento, renovamos a V. Exa o nosso profundo respeito e admiração.

Respeitosamente



José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430.  
Engenho de Dentro - Rio de Janeiro - RJ  
Cep: 20730-230  
Tel: (21) 3899 -5745 Res.  
Email: nerescosta1@gmail.com





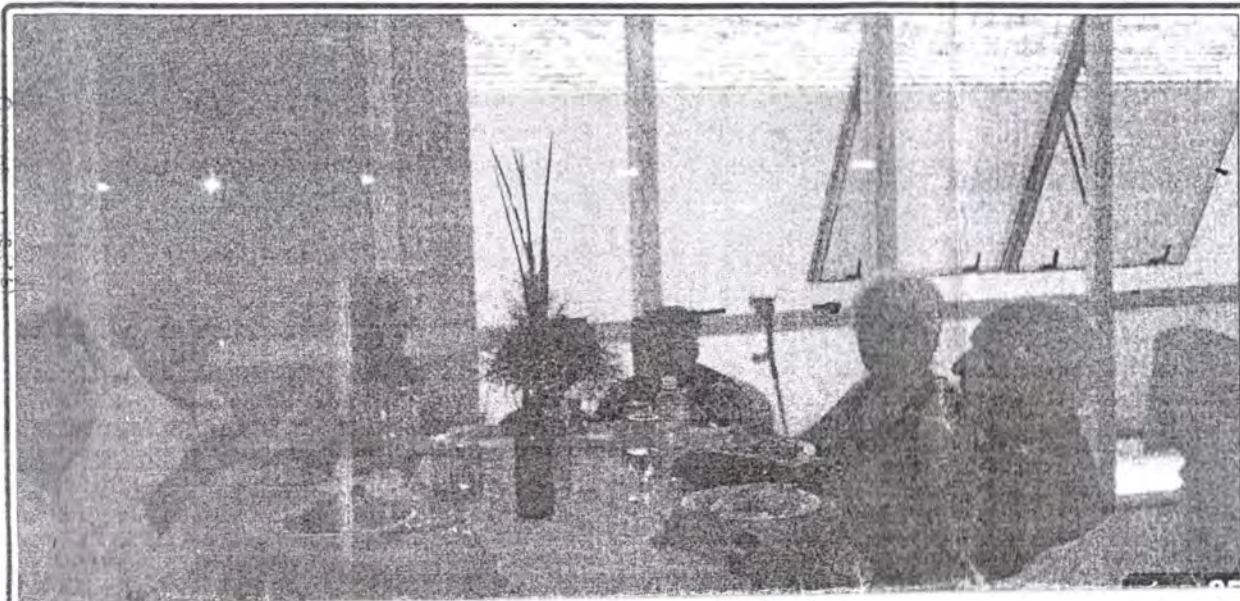
Informativo

# EX - COMBATENTE

O único Jornal da Classe - Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção de Florianópolis

Ano XII - Nº 59 - Janeiro a Março 2008 - Distribuição Nacional e Gratuita - e-mail: excombatentes@terra.com.br

## Almoço de confraternização foi sucesso



Busque seus direitos  
na justiça.

pág. 03

Fotos que  
são notícia.

pág. 07

21 de fevereiro  
Comemorado  
Monte Castelo

pág. 08





Crianças da LBV na Associação.  
Pág. 12



Deputado Onofre Santo Agostini  
Vereador Jaime Tonello  
Batalhou por nossa causa

## Isenção do IPTU e Taxas

pág. 09

8 de maio dia  
da Vitória Compareçam  
as Solenidades  
63 anos depois.

Aumento Salarial  
Lei 6738/85, sem  
alteração do valor do  
Auxílio Especial. Grupo  
gestor do governo  
indeferiu pedido de  
aumento solicitado pela  
Associação e Deputado  
Onofre Agostini.

## MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS



Aeronáutica



72X



Exército



60X



Marinha



48X

REALIZE

EMPRÉSTIMOS

Temos convênios com diversos bancos, menores taxas e melhores condições. Consulte-nos e confira! (sujeito a margem consignável)

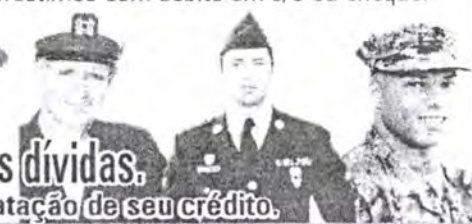
Se você não possui margem, fazemos empréstimos com débito em c/c ou cheque.

Vamos até sua O.M. ou visite-nos

Principais bancos em um só lugar

Compramos ou refinanciamos dívidas.

Aqui você simula e solicita a contratação de seu crédito.



MATRIZ Rua Felipe Schmidt, 515 - térreo - Ed. Pórtico - Centro - (48) 3733 9400/9927 8406  
KOBASOL AV. Lúcio João Martins, 434 - sl. 04 - (48) 3259 0019  
BIGUAÇU R. Lúcio Born, 55 - Lj. 07 - Galeria Cintia - (48) 3296 0019  
SÃO JOÃO BATISTA/SC Rua Nereu Ramos, 188 - sl. 10 - (48) 3265 3534





## **PARA QUE FAÇA JUS À PENSÃO ESPECIAL A FILHA DE EX-COMBATENTE.**

Para que faça jus à pensão especial, a filha de ex-combatente precisa reunir o requisito do solterismo e o da idade inferior a 21 anos ou, se maior, o da invalidez.

Com esse entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o recurso de Ernestina Melo Balduino, que objetivava o rece-

bimento de pensão militar especial em virtude do falecimento de seu pai, ex-combatente do Exército. Ernestina interpôs o recurso contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que manteve incólume sentença que, por sua vez, julgou improcedente o seu pedido de recebimento da pensão especial. Para isso, argumentou que teria direito à pensão

pleiteada, uma vez que ao tempo do falecimento de seu pai seria inválida.

O relator, ministro Arnaldo Esteves Lima, destacou que, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 8.059/90, fará jus à pensão especial a filha de ex-combatente que reunir as seguintes condições, concomitantemente: seja solteira, tenha idade inferior a 21 anos ou,

se maior, for inválida.

Verifica-se, dos autos, que a recorrente é casada, restando ausente, portanto, o primeiro requisito elencado no inciso III da Lei nº 8.059/90. O fato de ter sido ela diagnosticada com enfermidade grave que importou em sua invalidez em nada influi na controvérsia, afirmou o relator.

Fonte: STJ



### **José Neres**

Companheiro da reserva da Marinha, José Neres da Costa, residente no RJ, no Méier, nosso mais fiel informante, enviou carta ao Dr. José Mucio Monteiro, Ministro de estado da Coordenação Política e Relações Institucionais da Presidência da República, pedindo a intermediação junto ao Presidente da República, para resolver o caso da confirmação dos postos e graduações dos militares inativos das FFAA., sem ônus para o Estado, que recebem

os proventos, mas não tem as prerrogativas inerentes ao mesmo. Também o Deputado Nelson Marquezelli-PTB-SP fez pronunciamento a respeito da matéria, com apoio do Senador Romeu Tuma, e parecer da Casa Civil da Presidência da República, a favor. As promoções dos militares inativos, tinha apoio eficaz da Lei 288/48, Lei 616/49 e Lei 2370/54. São direitos adquiridos pelas leis, por terem tempo de guerra e curso de pelotão ou aperfeiçoamento.

Agora, foi carta ao Dep. Miro Teixeira para alterar Lei 4902/65, (promoções).

**MANTÉM VIVO O ORGULHO**

**JUSTIFICATIVA**





## O Vereador Jaime Tonello

Conceder medalhas, títulos e honrarias é mais do que premiar pessoas: é garantir que suas ações sirvam de estímulos para novas iniciativas em benefício da sociedade.

Através destas honrarias, a Casa Legislativa Municipal dissemina o exemplo daqueles que dedicaram sua vida à nossa cidade.

O Vereador Jaime Tonello sente-se honrado em ter sido o autor destas proposições de homenagens, que valorizam os homens e mulheres valorosos que ajudaram a construir a história da nossa Capital.

## PELA VIDA MILITAR

### Lei n.º 5561/99

Gilberto Pedro Hoffmann Nahas - Ex Combatente da Marinha de Guerra do Brasil, mantém vivo o orgulho pela vida militar e luta diariamente em prol dos interesses dos Ex Combatentes, como presidente da Associação dos Ex Combatentes do Brasil - SC

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica concedido ao Sr. "Gilberto Pedro Hoffmann Nahas", a Medalha de Mérito do Município de Florianópolis, criada pela Lei nº 479 de 24 de setembro de 1960.

Art. 2º A entrega da Medalha e o respectivo Diploma serão efetuados no dia 23 de março, Dia do Município.

Art. 3º As despesas da execução da presente Lei correrão à conta da dotação própria do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, aos 11 de novembro de 1999.

ANGELA REGINA HEINZEN  
AMIN HELOU  
PREFEITA MUNICIPAL

Senhor Gilberto Pedro Hoffmann Nahas ingressou na Marinha de guerra em janeiro de 1945, chegando a sargento da Marinha e passando para reserva como 2º tenente.

Durante sua vida, atuou também na área esportiva, desenvolvendo junto a CBF a função de árbitro, num período de 20 anos. Além disso trabalhou durante muitos anos em diversos jornais do país.

Hoje, Gilberto Nahas, mantém vivo o orgulho pela vida militar e luta diariamente em prol dos interesses dos Ex-Combatentes. Muitas das conquistas obtidas por eles, são frutos da luta constante desse homem. Aos 71 anos, na incansável função de servir à comunidade, seus companheiros da vida militar, bem como suas famílias, Gilberto Nahas continua o seu trabalho, hoje a frente do jornal do Bairro, no Saco dos Limões e do informativo Ex-Combatentes.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1999.

JAIME TONELLO  
VEREADOR

FONTE: <http://www.jaimetonello.com.br>



Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2008

Exmº Srº

Dr. José Múcio Monteiro Ministro de Estado da Coordenação Política e Relações  
Institucionais da Presidência da República- Palácio do Planalto-Brasília-DF.  
CEP:701 59-970

Exmº Srº Ministro.

Vimos à presença de V.Exa pedir a douta interveniência junto ao nosso digníssimo senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ou ao digníssimo Ministro de Estado da Defesa Dr. Nelson Azevedo Jobim, para nos ajudar a resolver de uma vez por todas, o que se pleteia: a confirmação dos postos e graduações dos militares inativos das FFAA que percebem os proventos, mas não tem as prerrogativas inerentes aos mesmo, portanto, sem ônus para o Tesouro Nacional.

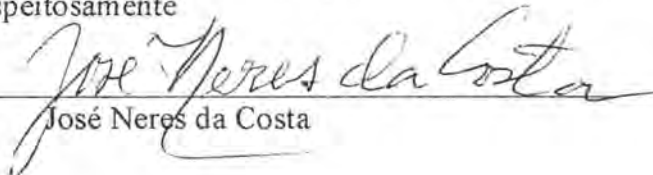
Esse direito vem sendo postulado desde a redemocratização do nosso país.

Outrossim, informamos a V.Exª do projeto de Conversão da lavra do nobre Senador e Relator Romeu Truma da MP2215/10 (LRM), que até a presente data não foi votada pelo Senado Federal. Anexamos cópia do mesmo e outros documentos inclusive indicação de nº8082 de 2006, discursos do nobre Deputado Federal Nelson Marquezelle — PTB-SP, bem como, pareceres da douta Casa Civil da Presidência da República, à nosso favor.

Gostaríamos que os bônus político dessa causa fossem creditados ao nosso digníssimo Srº Presidente da República, Chefe supremo das nossas Forças Armadas.

Apresentamos a Vº Exª o nosso profundo respeito e admiração.

Respeitosamente

  
José Neres da Costa

Rua Carnarista Méier 430

Engenho de Dentro - Rio de Janeiro -RJ

TEL:021 38995745 Res.

CEP:20730-230

Coordenação Especial  
Relações de Cooper. com  
a Violência do Congre. Nacior  
nº \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_\_

DE :

NO. DE FAX :

07 NOV. 2004 12:55PM P1

## **- ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL -**

SECÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

FORÇAS de TERRA, MAR e AR

Reconhecida de utilidade Pública pela Lei Estadual n. 4523 de 13/10/1970

e pela Lei Municipal n. 606 de 13/12/1963

FUNDADA EM 02 DE JANEIRO DE 1947

Sede: Rua Victor Meirelles, 55 - Centro

Endereço Telegráfico: EX-COMBATENTE - Cx Postal 248

Fone: (48) 3222-0200 - Cep 88010-440

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

José Neres da Costa  
RJ.

28/2/08

Recebi seu fax, com copia da carta enviada ao Depu-  
tado Miro Teixeira. Continue sua luta pela classe.

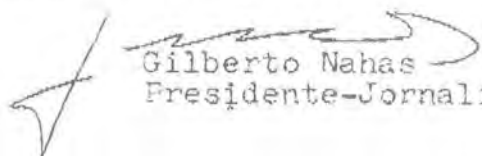
Recebi antes carta com outras matérias importantes.  
Irei falar no Jornal ex-combatentes.

E o aumento ? Ministro da Defesa disse que iria  
anunciar dia 15 de fevereiro, mas não disse o ano. Piada !

Saudades dos Generais que nada temiam e do João  
Cândido, que estava cansado da chibata.

Por falar em João Cândido, peço ao amigo, me enviar  
livro sobre "A Revolta da Chibata" ou sobre João Cândido. Aqui não tem.

Um abração do amigo de sempre.....

  
Gilberto Nahas  
Presidente-Jornalista

Comissão Nacional  
Secretaria de Comunicação  
Relativa do Congresso Naci-  
onal  
1001



Rio de Janeiro, 24 de março de 2008.

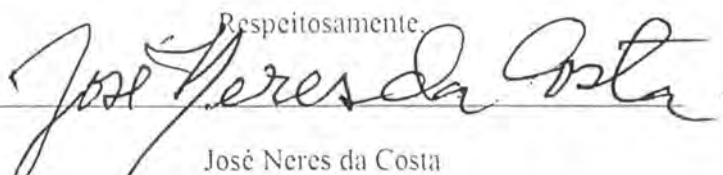
Excelentíssimo Senhor Douto Garibaldi Alves filho  
Digníssimo Senador da República - PMDB- RN  
Presidente do Senado Federal  
Brasília- DF  
Cep.: 70165- 900

Excelentíssimo Senhor Senador

Vimos a presença de vossa excelência data vênica, pedir para incluir na pauta de votação desta Augusta Casa Legislativa à MP 2215/10 de 2001 (LRM) como o projeto de conversão de 2002 da lavra do nobre senador e relator Romeu Tuma que manda confirmar nos postos e graduações os militares inativos das FFAA, que percebem os proventos e que se encontravam nas Forças Armadas até 9 de outubro de 1966 inclusive os anistiados.

Sem mais para o momento apresentamos a Vossa Excelência o nosso profundo respeito e admiração.

Respeitosamente,

  
José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430.  
Engenho de dentro – Rio de Janeiro – RJ  
Cep.:20730-230.  
Tel.:(021)3899-5745.  
e-mail:nerescostal@gmail.com

Recebi em

Myriam Ribeiro Machado - Mat. 38262

SSCISF/SGM

Comissão Especial  
Constituinte de Conselho  
Legislativa do Congresso Nacional  
nº 1002

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2008

Exmº Sr.  
Dr. Miro Teixeira  
DD. Deputado Federal – PDT – RJ.  
Gabinete, 272 – Anexo IV – Brasília – DF  
Cep.: 70160-900

Exmº Sr. Deputado.

Saúdamos V.Exª pela feliz iniciativa de entrar no Ecelso Supremo Tribunal Federal – STF, com uma ação para derrubar artigos da “famigerada” lei de imprensa por ser incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Pedimos à V.Exª examinar a possibilidade nesse gancho propor à revogação dos artigos 56 e 57 da malfadada lei nº 4.902 de 16 de dezembro de 1965, que de maneira absurda nos tirou os postos e graduações dos Militares das FFAA, ao passarem para inatividade e nos dando os proventos, mas sem as prerrogativas que lhe são inerentes criando desta forma duas classes de Militares uns com promoções e outros com proventos, desta forma nos causando um grave prejuízo social para nós e nossos dependentes.

Certos de contarmos com a douda sabedoria de V.Exª para nos ajudar a remover mas este entulho autoritário.

Anexamos alguns documentos e correspondências pertinentes, para exame e a alta consideração.

Renovamos à V.Exª o mais profundo respeito e admiração.

Respeitosamente,



Rua Carnarista Méier 430  
Engenho de Dentro - Rio de Janeiro -RJ  
TEL:021 38995745 Res.  
CEP:20730-230  
Email: nerescosta1@gmail.com

Ex. 1003  
Assessoria de Coordenação  
Legislativa do Congresso Nacional  
1003



# - ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL -

SECÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

FORÇAS de TERRA, MAR e AR

Reconhecida de utilidade Pública pela Lei Estadual n. 4523 de 13/10/1970

e pela Lei Municipal n. 606 de 13/12/1963

FUNDADA EM 02 DE JANEIRO DE 1947

Sede: Rua Victor Meirelles, 55 - Centro

Endereço Telefônico: EX-COMBATENTE - Cx Postal 248

Fone: (48) 3222-0200 - Cep 88010-440

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

Carta snº

Fpolis, 26/3/08

Exmo.Sr.

Senador Garibaldi Alves Filho

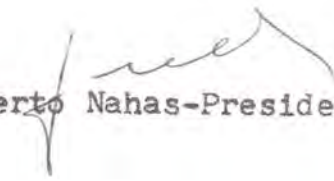
Presidente do Senado Federal

Brasília---DF.

A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, que reúne militares e civis que fizeram a IIa Guerra Mundial, e todos, já com idade avançada, vem solicitar à V.Exa., por uma questão de direito adquirido, a confirmação nos postos e graduações, dos proventos que percebem. Recebo como 2º Tenente, por ter a guerra e por ter curso de Aperfeiçoamento, mas fui para a reserva como 1º Sargento. Está certo? E os que saíram antes de mim e de outros tiveram seus direitos respeitados.

Favor ajudar, conforme a solicitação do nosso amigo, residente no Rio de Janeiro, José Neres da Costa, militar da reserva.

Atenciosamente,

  
Gilberto Nahas-Presidente

Recebi em

16/04/08

Myriam Ribeiro Muelhede - Matr. 38262

SSCLSF/SGM

15/4/12

Congresso Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Legislativa do Congresso Nacional

Nº \_\_\_\_\_  
15/04/08

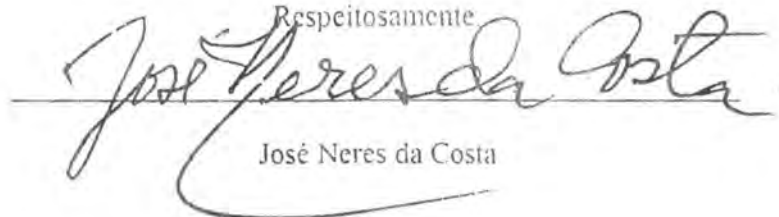
Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Araújo  
Digníssimo Senador da República - PMDB- RN  
Presidente do Senado Federal  
Brasília- DF  
Cep : 70165- 900

Excelentíssimo Senhor Senador

Vimos a presença de vossa excelência data vênica, pedir para incluír na pauta de votação desta Augusta Casa Legislativa à MP 2215/10 de 2001 (LRM) como o projeto de conversão de 2002 da lavra do nobre senador e relator Romeu Tuma que manda - confirmar nos postos e graduações os militares inativos das FFAA, que percebem os proventos e que se encontravam nas Forças Armadas até 9 de outubro de 1966 inclusive os anistiados.

Sem mais para o momento apresentamos a Vossa Excelência o nosso profundo respeito e admiração.

Respeitosamente



José Neres da Costa

Rua Camarista Méier, 430.  
Engenho de dentro - Rio de Janeiro - RJ  
Cep.:20730-230.  
Tel.:(021)3899-5745.  
e-mail:nerescosta1@gmail.com

Recebido em 10/10/2001  
Assessoria de Comunicação  
Legislativa do Congresso Nacional  
nº 1005

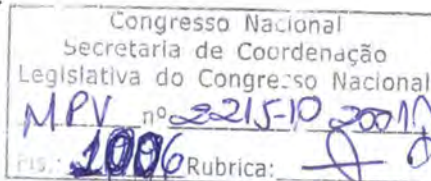


CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<OS SUB-OFICIAIS E SARGENTOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, VIMOS RESPEITOSAMENTE SOLICITAR DE V. EXCELÊNCIA A URGÊNCIA DE SE COLOCAR NA PAUTA DE VOTAÇÃO, A MEDIDA PROVISÓRIA 2215/10 DE 31 DE AGOSTO DE 2001, NO CONGRESSO NACIONAL AGUARDAMOS TAL VOTAÇÃO A SETE ANOS. PARA TANTO, CONTAMOS COM V EXCELÊNCIA ANTECIPADAMENTE APRESENTAMOS NOSSOS AGRADECIMENTOS SUB-OFICIAIS E SARGENTOS DA FAB ALBERTO MAMIAS 1º SARGENTO AER>>

*Excedido*


Postado via INTERNET, em 31/07/2008 às 11:01.



*Recebido em 29-7-2003  
às 11:37h  
S. Mamias*

DOBRAR

Atenção: Telegramas são entregues pelo endereço domiciliar do destinatário. A ECT não envia e nem entrega telegrama por e-mail

<p>REMETENTE</p> <p>ALBERTO MAMIAS Rua Dráusio 274 Butantã 05511-010 - São Paulo/SP</p>	<p>USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS</p> <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Ausente</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 6 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Ausente	<input type="checkbox"/> 7 Falecido	<input type="checkbox"/> 3 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado	<input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....		<input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 6 Recusado										
<input type="checkbox"/> 2 Ausente	<input type="checkbox"/> 7 Falecido										
<input type="checkbox"/> 3 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado										
<input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....											
<input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....											
<p>DESTINATÁRIO</p> <p>PRESIDENTE DO SENADO S. EXCELÊNCIA SR CARIBALDI ALVES FILHO SENADO FEDEARL - BRASÍLIA - i Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF</p>	<p>NÚMERO DO TELEGRAMA <b>ME089525903BR 35998</b></p>  <p>TL4H</p>										



OF. 0047/2009/GAB-PP

Brasília, 03 de março de 2009.

Senhor Presidente,


Cumprimentando – o cordialmente, vimos pelo presente instrumento solicitar a V. Exa a possibilidade de inserir em Ordem do dia a votação em Sessão do Congresso Nacional a **MP nº 2.215-10 de 2001**, visto a necessidade de urgência na valorização das Forças Armadas.

Aguardando posição de Vossa Excelência, subscrevo-me renovando votos de considerações e apreço.

Atenciosamente,

  
**PAULO PIAU**  
**Deputado Federal**  
**PMDB/MG**

**Ao Excelentíssimo Senhor**  
**SENADOR JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Congresso Nacional**  
**NESTA**

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	nº 2.215-10 / 2001
Fls.: 1007	Rubrica: 

(Vol. IV)

Recebido 4/13/2009  
7-17h  
JF  
do.03.0





## CONGRESSO NACIONAL

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 2001

MENSAGEM Nº 593, DE 2001-CN  
(nº 937/2001, na origem)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

#### CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 1º A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

- a) militar;
- b) de habilitação;
- c) de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- d) de compensação orgânica; e
- e) de permanência;

III - gratificações:

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MDV nº	2215-10/2001
Fls.: 1008	Rubrica: <i>Aurelio</i>

- a) de localidade especial; e
- b) de representação.

Parágrafo único. As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Medida Provisória.

Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares têm os seguintes direitos remuneratórios:

I - observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória:

- a) diária;
- b) transporte;
- c) ajuda de custo;
- d) auxílio-fardamento;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio-natalidade;
- g) auxílio-invalidez; e
- h) auxílio-funeral;

II - observada a legislação específica:

- a) auxílio-transporte;
- b) assistência pré-escolar;
- c) salário-família;
- d) adicional de férias; e
- e) adicional natalino.

Parágrafo único. Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do Anexo IV.

Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como:

I - soldo - parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível;

II - adicional militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar;

III - adicional de habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

IV - adicional de tempo de serviço - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V - adicional de compensação orgânica - parcela remuneratória mensal devida ao militar para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação;

VI - adicional de permanência - parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação;



VII - gratificação de localidade especial - parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas, conforme regulamentação;

VIII - gratificação de representação:

a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar, conforme regulamentação; e

b) parcela remuneratória eventual devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação;

IX - diária - direito pecuniário devido ao militar que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;

X - transporte - direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado por conta da União, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional;

XI - ajuda de custo - direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação:

a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e

b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento;

XII - auxílio-fardamento - direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento, conforme regulamentação;

XIII - auxílio-alimentação - direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação, conforme regulamentação;

XIV - auxílio-natalidade - direito pecuniário devido ao militar por motivo de nascimento de filho, conforme regulamentação;

XV - auxílio-invalidéz - direito pecuniário devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme regulamentação; e

XVI - auxílio-funeral - direito pecuniário devido ao militar por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme regulamentação.

Parágrafo único. O militar quando em viagens a serviço terá direito a passagens, conforme regulamentação.

Art. 4º A remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos a penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 5º O direito do militar à remuneração tem início na data:

I - do ato da promoção, da apresentação atendendo convocação ou designação para o serviço ativo, para o Oficial;

II - do ato da designação ou declaração, da apresentação atendendo convocação para o serviço ativo, para o Guarda-Marinha ou o Aspirante-a-Oficial;

III - do ato da nomeação ou promoção a Oficial, para Suboficial ou Subtenente;

IV - do ato da promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças;

V - da incorporação às Forças Armadas, para convocados e voluntários;

VI - da apresentação à organização competente do Ministério da Defesa ou Comando, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação das Forças Armadas, ou

VII - do ato da matrícula, para os alunos das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres.

Parágrafo único. Nos casos de retroatividade, a remuneração é devida a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6º Suspende-se temporariamente o direito do militar à remuneração quando:

I - em licença para tratar de interesse particular;

II - na situação de desertor; ou

III - agregado, para exercer atividades estranhas às Forças Armadas, estiver em cargo, emprego ou função pública temporária não eletiva, ainda que na Administração Pública Federal indireta, respeitado o direito de opção pela remuneração correspondente ao posto ou graduação.

Parágrafo único. O militar que usar do direito de opção pela remuneração faz jus à representação mensal do cargo, emprego ou função pública temporária.

Art. 7º O direito à remuneração em atividade cessa quando o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas por:

I - anulação de incorporação, desincorporação, licenciamento ou demissão;

II - exclusão a bem da disciplina ou perda do posto e patente;

III - transferência para a reserva remunerada ou reforma; ou

IV - falecimento.

§ 1º O militar, enquanto não for desligado, continuará a perceber remuneração na ativa até a publicação de seu desligamento, que não poderá ultrapassar quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial do respectivo ato.

§ 2º A remuneração a que faria jus, em vida, o militar falecido, será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

Art. 8º Quando o militar for considerado desaparecido ou extraviado, nos termos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos seis meses, iniciar-se-á a habilitação dos beneficiários à pensão militar, cessando o pagamento da remuneração ou dos proventos quando se iniciar o pagamento da pensão militar.



§ 2º Reaparecendo o militar, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre a remuneração ou os proventos a que faria jus e a pensão paga a seus beneficiários.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS PECUNIÁRIOS AO PASSAR PARA A INATIVIDADE

Art. 9º O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus:

I - à ajuda de custo prevista na alínea "b" do inciso XI do art. 3º desta Medida Provisória; e

II - ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias é considerada como mês integral.

§ 2º Os direitos previstos neste artigo são concedidos aos beneficiários da pensão militar no caso de falecimento do militar em serviço ativo.

## CAPÍTULO III DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art. 10. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

I - soldo ou quotas de soldo;

II - adicional militar;

III - adicional de habilitação;

IV - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V - adicional de compensação orgânica; e

VI - adicional de permanência.

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

I - integrais, calculados com base no soldo; ou

II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a um trinta avos do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar transferido para a reserva remunerada *ex officio*, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, ou por não haver preenchido as condições de escolha para acesso ao generalato, tem direito ao soldo integral.

Art. 11. Além dos direitos previstos no art. 10, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

- I - adicional-natalino;
- II - auxílio-invalidez;
- III - assistência pré-escolar;
- IV - salário-família;
- V - auxílio-natalidade; e
- VI - auxílio-funeral.

Art. 12. Suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente.

Art. 13. Cessa o direito à percepção dos proventos na inatividade na data:

- I - do falecimento do militar;
- II - do ato que priva o Oficial do posto e da patente; ou
- III - do ato da exclusão a bem da disciplina das Forças Armadas, para a praça.

#### CAPÍTULO IV DOS DESCONTOS

Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar:

- I - contribuição para a pensão militar;
- II - contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;
- III - indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;
- IV - impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;
- V - indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;
- VI - pensão alimentícia ou judicial;
- VII - taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;
- VIII - multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação.

--Art. 16. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força.



## CAPÍTULO V DOS LIMITES DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS

Art. 17. Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força.

Parágrafo único. Excluem-se, para fim de aplicação deste artigo, os valores inerentes a:

- I - direitos remuneratórios previstos no art. 2º desta Medida Provisória;
- II - adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
- III - adicional de compensação orgânica;
- IV - gratificação de localidade especial;
- V - gratificação de representação; e
- VI - adicional de permanência.

Art. 18. Nenhum militar ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada.

§ 1º A pensão militar de que trata o **caput** deste artigo é a pensão militar tronco e não as cotas partes resultantes das subdivisões aos beneficiários.

§ 2º Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial.

§ 3º O complemento previsto no **caput** deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvido por ocasião de futuros reajustes.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 19. Os convocados ou mobilizados fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. Ao servidor público federal, estadual ou municipal fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.

Art. 20. Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.

Art. 21. Ao militar que, em 29 de dezembro de 2000, encontrar-se reformado com fundamento no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, ou na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, fica assegurado o cálculo de seus proventos referentes ao soldo do posto de Segundo-Tenente, ou, se mais benéfico, o do posto a que ele faz jus na inatividade.

Art. 22. Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas, mapeamento e levantamento cartográfico e hidrográfico, construção e instalação de rede de proteção ao voo, serviços de sinalização náutica e reboque poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.

Art. 23. O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.

Art. 24. O militar que, até 1º de março de 1976, tinha direito a compensação orgânica pela metade do valor, quando em deslocamento em aeronave militar, a serviço de natureza militar, não sendo tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou observador fotogramétrico, tem o seu direito assegurado.

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## Seção II Das Disposições Transitórias

Art. 26. Enquanto não entrar em vigor lei especial dispondo sobre remuneração em campanha, permanecem em vigor os arts. 101 a 109 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

## Seção III Das Disposições Finais

Art. 27. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no caput deste artigo:

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

II - cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço.” (NR)

“Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento.” (NR)

“Art. 4º. Quando o militar, por qualquer circunstância, não puder ter descontada a sua contribuição para a pensão militar, deverá ele efetuar o seu recolhimento, imediatamente, à unidade a que estiver vinculado.



Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão militar." (NR)

"Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade:

- a) cônjuge;
- b) companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;
- c) pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia;
- d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e
- e) menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.

II - segunda ordem de prioridade, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar;

III - terceira ordem de prioridade:

- a) o irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do militar;
- b) a pessoa designada, até vinte e um anos de idade, se inválida, enquanto durar a invalidez, ou maior de sessenta anos de idade, que vivam na dependência econômica do militar.

§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que tratam o inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III.

§ 2º A pensão será concedida integralmente aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "b", ou distribuída em partes iguais entre os beneficiários daquele inciso, alíneas "a" e "c" ou "b" e "c", legalmente habilitados, exceto se existirem beneficiários previstos nas suas alíneas "d" e "e".

§ 3º Ocorrendo a exceção do § 2º, metade do valor caberá aos beneficiários do inciso I, alíneas "a" e "c" ou "b" e "c", sendo a outra metade do valor da pensão rateada, em partes iguais, entre os beneficiários do inciso I, alíneas "d" e "e". (NR)

"Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

Parágrafo único. A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior:

I - à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II - à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos." (NR)

"Art. 23. Perderá o direito à pensão militar o beneficiário que:

I - venha a ser destituído do pátrio poder, no tocante às quotas-partes dos filhos, as quais serão revertidas para estes filhos;

II - atinja, válido e capaz, os limites de idade estabelecidos nesta Lei;

III - renuncie expressamente ao direito;

IV - tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar." (NR)

"Art. 27. A pensão militar não está sujeita à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei." (NR)

"Art. 29. É permitida a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal." (NR)

Art. 28. A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas." (NR)

"Art. 50. ....

II - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possua quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

III - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando trinta anos de serviço, for transferido para a reserva remunerada, ex officio, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e

....." (NR)  
110



"Art. 53. A remuneração dos militares será estabelecida em legislação específica, comum às Forças Armadas." (NR)

"Art. 63. ....

§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença.

" (NR)

"Art. 67. ....

§ 3º A concessão da licença é regulada pelo Comandante da Força." (NR)

"Art. 70. ....

§ 1º A interrupção da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulamentação de cada Força.

" (NR)

"Art. 81. ....

II - for posto à disposição exclusiva do Ministério da Defesa ou de Força Armada diversa daquela a que pertença, para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;

" (NR)

Art. 29. Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta Medida Provisória, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes.

Parágrafo único. A vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no caput deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes.

Art. 30. Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea "c" do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000.

Art. 31. Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de um virgula cinco por cento das parcelas constantes do art. 10 desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

§ 1º Poderá ocorrer a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no **caput**, que deverá ser expressa até 31 de agosto de 2001.

§ 2º Os beneficiários diretos ou por futura reversão das pensionistas são também destinatários da manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

Art. 32. Ficam assegurados os direitos dos militares que até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar correspondente a um ou dois postos ou graduações acima da que fizeram jus.

§ 1º O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de vinte e quatro contribuições mensais que será deixado aos beneficiários, permitindo-se a estes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

§ 2º O militar que, preenchendo as condições legais para ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, com proventos calculados sobre o soldo do posto ou graduação superior, venha a falecer na ativa, deixará pensão correspondente a esta situação, observado o disposto no **caput** deste artigo.

Art. 33. Os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de inatividade, e nessa situação para todos os efeitos legais, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar.

Parágrafo único. Fica assegurada a remuneração integral ao militar em gozo de licença especial.

Art. 34. Fica assegurado ao militar que, até 29 de dezembro de 2000, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.

Art. 35. Fica assegurada a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que, até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar.

Art. 36. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

Art. 37. Fica assegurado ao militar o acréscimo de um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial dos diversos corpos, quadros e serviços que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial para a sua admissão nas Forças Armadas, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a editar ato que antecipe, até 30 de junho de 2002, a aplicação da Tabela II do Anexo II desta Medida Provisória, sendo observado o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

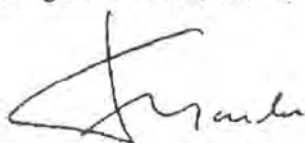
Art. 39. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.



Art. 40. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1<sup>º</sup> de janeiro de 2001.

Art. 41. Ficam revogados o art. 2<sup>º</sup>, os §§ 1<sup>º</sup>, 2<sup>º</sup>, 3<sup>º</sup>, 4<sup>º</sup> e 5<sup>º</sup> do art. 3<sup>º</sup>, os arts. 5<sup>º</sup>, 6<sup>º</sup>, 8<sup>º</sup>, 16, 17, 18, 19 e 22 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a alínea "j" do inciso IV e o § 1<sup>º</sup> do art. 50, o § 5<sup>º</sup> do art. 63, a alínea "a" do § 1<sup>º</sup> do art. 67, o art. 68, os §§ 4<sup>º</sup> e 5<sup>º</sup> do art. 110, os incisos II, IV e V, e os §§ 2<sup>º</sup> e 3<sup>º</sup> do art. 137, os arts. 138, 156 e 160 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o art. 7<sup>º</sup> da Lei nº 7.412, de 6 de dezembro de 1985, o art. 2<sup>º</sup> da Lei nº 7.961, de 21 de dezembro de 1989, o art. 29 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, a Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, o art. 6<sup>º</sup> da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, os arts. 6<sup>º</sup> e 8<sup>º</sup> da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, a Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, o inciso I do art. 2<sup>º</sup> e os arts. 20, 25, 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, o art. 2<sup>º</sup> da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, a Lei nº 8.717, de 14 de outubro de 1993, a alínea "b" do inciso I do art. 1<sup>º</sup> da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, os arts. 3<sup>º</sup> e 6<sup>º</sup> da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, os arts. 1<sup>º</sup> ao 4<sup>º</sup> e 6<sup>º</sup> da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, a Lei nº 9.633, de 12 de maio de 1998, e a Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 31 de agosto de 2001; 180<sup>ª</sup> da Independência e 113<sup>ª</sup> da República.



#### ANEXO I

##### TABELA I - SOLDOS

###### Posto ou Graduação

	Valor (R\$)
<b>1. OFICIAIS GERAIS</b>	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.500,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.290,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.101,00
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	3.741,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.591,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.432,00
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	2.700,00
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	2.520,00
Segundo-Tenente	2.250,00
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.100,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	405,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	330,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	300,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	294,00
Aprendiz-Marinheiro	231,00
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	1.890,00
Primeiro-Sargento	1.647,00
Segundo-Sargento	1.407,00
Terceiro-Sargento	1.140,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	795,00
Cabo (não engajado)	180,00
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	750,00
Taifeiro de 2ª Classe	690,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado-Pára-Quedista (engajado)	540,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	450,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	153,00

## ANEXO I

TABELA II - ESCALONAMENTO VERTICAL.

Posto ou Graduação

<b>1. OFICIAIS GERAIS</b>	<b>Índice</b>
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1000
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	953
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	911
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	831
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	798
Capitão-de-Corveta e Major	763
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	600
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	560
Segundo-Tenente	500



<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	467
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	90
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	73
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	67
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	65
Aprendiz-Marinheiro	51
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
<i>Suboficial e Subtenente</i>	420
Primeiro-Sargento	366
Segundo-Sargento	313
Terceiro-Sargento	253
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	177
Cabo (não engajado)	40
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	167
Taifeiro de 2ª Classe	153
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	120
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado).	100
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	34

## ANEXO II

## TABELAS DE ADICIONAIS

TABELA I – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial General.	17	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	14	
Oficial Intermediário.	11	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	8	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	6	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

TABELA II – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2003)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial General.	28	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	25	
Oficial Intermediário.	22	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	19	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	16	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

## ANEXO II

TABELA III – ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

TIPOS DE CURSO	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Altos Estudos – Categoria I.	30	Arts. 1º e 3º.
Altos Estudos – Categoria II.	25	
Aperfeiçoamento.	20	
Especialização.	16	
Formação.	12	

TABELA IV – ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

BASE	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Tempo de Serviço	1% por ano	Arts. 1º, 3º e 30.

TABELA V – ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Vôo em aeronave militar como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e fotogramétrico.	20	Arts. 1º e 3º.
Salto em pára-quedas, cumprindo missão militar.		
Imersão no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos.		
Mergulho com escafandro ou com aparelho.		
Controle de Tráfego Aéreo.		
Trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	10	



TABELA VI – ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

SITUAÇÕES		VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
a	Militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para transferência para a inatividade remunerada.	5%	Arts. 1º e 3º.
b	Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea "a" acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção	

## ANEXO III

## TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I – GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Categoria A.	20	Arts. 1º e 3º.
Categoria B.	10	

TABELA II – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO	FUNDAMENTO
Oficial General.	10	Arts. 1º e 3º.
Oficial Superior, Intermediário e Subalterno em cargo de Comando, Direção ou Chefia.	10	
Participante em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira, no País.	2	

## ANEXO IV

## TABELAS DE OUTROS DIREITOS

TABELA I – AJUDA DE CUSTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Militar, com dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "a".
b	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
c	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra na volta.	
d	Militar, com dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria "A" ou de uma Localidade Especial Categoria "A" para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Quatro vezes o valor da remuneração.	
e	Militar, sem dependente, nas situações "a", "b", "c" e "d" desta tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações "a", "b", "c", e "d" desta tabela.	
f	Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar.	Art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea "b".
		Praça – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.	



## ANEXO IV

TABELA II – AUXÍLIO-FARDAMENTO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	Art. 2º e art. 3º, inciso XII.
b	O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo e meio.	
c	Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		
d	O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.	Um soldo.	
e	Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.		
f	Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
g	O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
h	A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
i	O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
j	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
l	O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	

## ANEXO IV

TABELA III - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

SITUAÇÕES		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, quando não puder receber alimentação por sua organização ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, seja obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias.	Dez vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço de escala de duração de vinte e quatro horas.	Art. 2º e art. 3º, inciso XIII.
		Cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço ou expediente de duração superior a oito horas de efetivo trabalho e inferior a vinte e quatro horas.	
b	O Militar, quando servir em organização militar que não tenha serviço de rancho organizado e não possa ser arranchado por outra organização nas proximidades.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
c	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
d	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento servindo em Localidade Especial de Categoria "A", quando acompanhada de dependente.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	

TABELA IV - AUXÍLIO-NATALIDADE

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Nascimento de filho do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação.	Art. 2º e art. 3º, inciso XIV.
b	Nascimento de filhos, em parto múltiplo, do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação, acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.	



## ANEXO IV

TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo.	

TABELA VI – AUXÍLIO-FUNERAL

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	Morte do cônjuge, companheira(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Suboficial.	Art. 2º e art. 3º, inciso XVI.
b	Na morte do militar pago ao beneficiário da pensão militar.		

Mensagem nº 937

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de agosto de 2001.



EM Interministerial nº 00127 /MD/MP/MF

Brasília, 30 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de alteração da Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

2. A referida Medida Provisória foi alterada conforme proposta apresentada pela Exposição de Motivos Interministerial nº 267/MP/MD/MF, de 17 de agosto de 2001, estabelecendo nova data para aplicação da Tabela II do Anexo II – Adicional Militar, com a finalidade de adiar sua entrada em vigência em janeiro de 2002 para janeiro de 2003. Além da referida alteração, foi introduzido dispositivo que prevê a antecipação da aplicação da referida Tabela, observado o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

3. Neste sentido, com vistas ao efetivo cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentamos a presente proposta de estabelecer o prazo de até 30 de junho de 2002 para que tal antecipação ocorra, em complementação à medida adotada anteriormente.

4. Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a modificação na reedição desta Medida Provisória que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência, presentes a urgência e a relevância do assunto.

Respeitosamente,

**GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO**  
Ministro de Estado da Defesa

**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**PEDRO SAMPAIO MALAN**  
Ministro de Estado da Fazenda



## Exposição de Motivos que acompanhou a primeira edição desta Medida Provisória

E.M. Interministerial nº 870-B MD/MF/MP

Brasília, 22 de dezembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

2. A proposta ora apresentada visa atender ao disposto no art. 142 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5 de fevereiro de 1998, que confere tratamento próprio aos membros das Forças Armadas, denominados a partir de então militares. O texto constitucional determina, ainda, no art. 142, que *“lei disporá sobre (...) a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra”*.

3. Para cumprir tal determinação, Vossa Excelência criou a Comissão Interministerial, por meio do Decreto de 9 de agosto de 2000, a qual teve por finalidade a análise e apresentação de relatório conclusivo e minuta de Projeto de Lei e, atendidos os aspectos julgados mais significativos, como as políticas de governo sobre remuneração e previdência, bem como o impacto nas contas públicas, traduz o entendimento havido entre a Casa Civil da Presidência da República e os Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Previdência e Assistência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4. A presente medida procurou modernizar e simplificar a legislação infra-constitucional no que se refere à remuneração dos militares, por meio da revisão da sua estrutura e, também, incentivar o princípio da eficiência, conforme apregoado no art. 37 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Dessa forma, a reestruturação proposta alcança todos os postos e graduações.

5. Os trabalhos foram realizados, Senhor Presidente, tendo como premissas, além da especificidade da carreira militar, as recentes medidas de reestruturação, criação e modernização das carreiras típicas de Estado dentro as quais situam-se os militares, conforme determinação de Vossa Excelência - implementadas na Administração Pública Federal, bem como por diretrizes de adoção de medidas de avanços no que se refere à política previdenciária.

6. Nesse sentido, vale destacar como principais alterações incorporadas à Medida Provisória em questão, as que estão definidas nos artigos que se seguem:

#### Art. 3º:

Alteração das regras referentes ao transporte, de modo a distinguir as despesas decorrentes da movimentação daquelas referentes a viagem a serviço.

#### Art. 25:

Definida a alíquota de contribuição de até 3,5% para a assistência médico-hospitalar.

#### Art. 27:

Definida a contribuição de 7,5% para a pensão militar, de forma a aproximar a alíquota de contribuição previdenciária aplicada aos civis. Importante destacar que os militares inativos contribuem para a pensão militar, bem como para a assistência médico-hospitalar.

Enquanto não for instituída a previdência dos militares, todos contribuirão para a pensão militar (com exceção do aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres e cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo exercício).



Definido o valor da pensão militar, equivalente à remuneração e ao provento, na observância do disposto no art. 40, § 7º da Constituição.

Modificação da lista de beneficiários (retirando-se a filha sob qualquer condição, o neto e a irmã), aplicando os mesmos critérios adotados aos civis para a concessão da pensão.

Arts. 27 e 39:

Extinta a faculdade de contribuição para um ou dois postos ou graduações acima, de forma a adequar ao disposto no art. 40, § 7º da Constituição, e à política adotada para os civis.

Vedação da possibilidade de acumulação de pensão militar, aplicando os mesmos critérios dos civis e na observância ao disposto no art. 40, § 6º da Constituição.

Arts. 28 e 39:

Extinção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, ao ser transferido para a inatividade (exceto nos casos de ferimento ou enfermidade contrada em caso de campanha ou manutenção da ordem pública). Tal medida justifica-se, tendo em vista a adequação ao disposto no art. 40, § 3º da Constituição e às políticas adotadas para os servidores civis.

Extinção da Licença Especial e da possibilidade de contagem, em dobro, das férias não gozadas para efeito de passagem à inatividade, tudo conforme ao disposto no art. 40, § 10 da Constituição e à política adotada aos civis.

Art. 29:

Assegura, como regra de transição, o pagamento do valor da diferença, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões.

Art. 30:

Extingue o adicional de tempo de serviço, assegurando o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus, como regra transitória, à semelhança ao que foi adotado para os civis.

**Art. 31:**

Assegura, mediante contribuição específica e opcional de um virgula cinco por cento, a manutenção dos beneficiários de pensão excluídos (filha sob qualquer condição, irmã e neto).

**Art. 32:**

Assegura o direito de continuidade de contribuição para a pensão militar correspondente a um ou dois postos ou graduações acima.

**Art. 33:**

Assegura, aos que já tenham adquirido os períodos de licença especial, a usufruir ou contar em dobro para efeito de inatividade, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar.

**Art. 34:**

Assegura o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração ao militar que tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade.

**Art. 35:**

Assegura a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que contribuíam para a pensão militar.

**Art. 36:**

Assegura a contagem em dobro para efeito de passagem à inatividade os períodos de férias não gozadas, para os que já tem assegurado o benefício.

**Arts. 37 e 39:**

Assegura o direito, extinto, de acréscimo de um ano para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo oficial do corpo, quadro ou serviço de saúde ou veterinária que possuir curso universitário.

**Art. 38:**

Estabelece que a Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2001.



Anexos:

Auxílio-Fardamento: reduzido os valores do auxílio, agora com base no soldo e não mais sobre a remuneração;

Redução da alíquota do Adicional Militar: diminuição do impacto orçamentário-financeiro da medida;

Aumento do soldo do Grumete e do Aprendiz-Marinheiro: recuperação dos valores remuneratórios das praças que tiveram redução na remuneração;

Auxílio-alimentação: definido como cinco vezes a etapa de alimentação para o serviço ou expediente superior a oito horas de efetivo trabalho, dando tratamento similar ao aplicado aos civis;

Adicional de Permanência: retirada a possibilidade dos atuais inativos receberem o adicional, retroativamente;

Ajuda de Custo: modificado para “quatro vezes” a remuneração, pela demonstração da economicidade deste novo critério, evitando-se, com isto, despesas administrativas;

Maior participação do soldo na remuneração, com a extinção de várias parcelas, tais como: Adicional de Tempo de Serviço, Adicional de Inatividade, Gratificação de Atividade Militar, Gratificação de Condições Especiais de Trabalho, Indenização de Moradia e Indenização de Representação;

Ênfase no escalonamento vertical representativo da hierarquia, com a adoção de uma justa amplitude salarial entre o maior e o menor posto hierárquico;

Concessão de vantagens em razão da natureza peculiar de algumas funções exercidas e do tempo de efetivo exercício;

Gradação das vantagens em função da complexidade do cargo e da carreira; e

Diferenciação dos círculos hierárquicos.

7. Informamos a Vossa Excelência que a implementação da reestruturação remuneratória dos militares será feita em duas parcelas e encontra-se adequada à Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

8. A primeira parcela de remuneração, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2001, resulta numa despesa adicional da ordem de R\$ 2,078 bilhões, que, descontadas as

fontes de receitas resultantes da mudança na legislação e da tributação sobre os rendimentos, implica um impacto líquido sobre as despesas primárias da ordem de R\$ 1,174 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

1. Despesa Bruta	2,078 bilhões
2. (Dotação existente)	300 milhões
3. (Adicional de Contribuições para a Pensão Militar)	-414 milhões
4. (Adicional de Contribuição para os Fundos de Saúde)	-40 milhões
5. (Adicional de recolhimento para o Imposto de Renda)	-150 milhões
6. Despesa Fiscal Líquida	1,174 bilhões

#### Descrição:

1. Despesa Bruta: corresponde ao gasto adicional total com pagamento de ativos, inativos e pensionistas.
2. Dotação existente: margem de crescimento nas despesas de pessoal com militares provisionada na proposta orçamentária para 2001, que absorve parte do crescimento previsto.
3. Adicional de Contribuições para a Pensão Militar: receita adicional, descontado o período constitucional de noventa dias para vigência, resultante da elevação de alíquota e da base de incidência das contribuições dos militares ativos e inativos para a pensão militar.
4. Adicional de Contribuição para os Fundos de Saúde: receita adicional estimada em função do crescimento da base de incidência da alíquota de contribuição para os Fundos de Saúde dos militares.
5. Adicional de recolhimento de Imposto de Renda: valor considerado líquido das transferências constitucionais para Estados, Municípios e Fundos Constitucionais.
6. Despesa Fiscal Líquida: impacto fiscal sobre o resultado primário em 2001 da implementação da nova Lei de Remuneração dos Militares.

9. O impacto fiscal líquido será compensado pela redução de despesas em outros itens do Orçamento Geral da União, a partir de medidas tanto na área de pessoal quanto em custeio e investimento, de modo a assegurar a manutenção da meta fiscal estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, conforme demonstrado a seguir:



Impacto fiscal líquido:	1,174 bilhões
1. (Adiamento do ingresso de concursados)	-200 milhões
2. (Redução de despesas com decisões judiciais)	-280 milhões
3. (Redução de despesas de pessoal)	-340 milhões
4. (Corte despesas de custeio e investimento)	-354 milhões

Descrição:

1. Adiamento do ingresso de concursados: resultante do adiamento da nomeação de servidores aprovados em concursos já autorizados e em implementação nas diversas áreas de governo, de modo que o efetivo provimento ocorra somente a partir de agosto de 2001.
2. Redução de despesas com decisões judiciais: redução das despesas de pessoal com pagamentos decorrentes de decisões judiciais, em função dos trabalhos que vêm sendo realizados pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Advocacia Geral da União, como por exemplo a edição da Portaria MP/GM nº 93, de 10 de maio de 2000.
3. Redução de despesas de pessoal: remanejamento de despesas previstas no Ministério da Justiça, haja vista a não efetivação de decisões judiciais relativas ao pagamento de vantagens específicas.
4. Corte de despesas de custeio e investimentos: redução de despesas de custeio e investimento em percentual necessário à manutenção da meta fiscal, observadas as vinculações de natureza constitucional e legal.

10. O aumento dos gastos com pessoal decorrente da decisão de reestruturar a remuneração dos militares caracteriza aumento de despesa permanente. Este, segundo a Lei Complementar nº 101, de 2000, conforme estabelecem os §§ 2º e 3º, do art. 17, deve ter seus efeitos financeiros compensados por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.

11. Há que se notar, inicialmente, que diversas das medidas acima relacionadas caracterizam-se como aumento permanente de receita - os aumentos nas contribuições - ou redução permanente de despesas - as reduções permanentes de despesas com pessoal. Restaria, portanto, uma parcela que não se caracteriza como receita ou despesa permanente, conforme demonstrado abaixo:

Despesa Bruta	2,078 bilhões
- (Dotação já prevista no Orçamento)	-300 milhões
- (Adicional de recolhimento para o Imposto de Renda)	-150 milhões
Despesas Líquida	1,928 bilhões
- aumento permanente de receitas	-454 milhões
- redução permanente de despesas	-620 milhões
Despesa que necessita ser compensada	554 milhões

12. Quanto ao exercício de 2002, o impacto adicional referente à segunda parcela é o demonstrado abaixo:

1. Despesa Bruta	1,028 bilhões
2. (Adicional de Contribuições para a Pensão Militar)	-47 milhões
3. (Adicional de Contribuição para os Fundos de Saúde)	-20 milhões
4. (Adicional de recolhimento para o Imposto de Renda)	-93 milhões
5. Despesa Fiscal Líquida	868 milhões

13. Em relação a estes valores, conforme documento enviado em anexo à proposta orçamentária para 2001, estimamos em R\$ 4,8 bilhões a margem de expansão para 2001, dos quais cerca de R\$ 2 bilhões já haviam sido comprometidos.

14. Como explicita a tabela abaixo, mesmo considerando decisões recentes envolvendo despesas de caráter permanente, o saldo remanescente é suficiente para atender ao impacto previsto para os exercícios 2001 e 2002.

#### Saldo Margem de Expansão

	R\$ milhões
a Margem Estimada	4.800
b Total Utilizado	2.038
c 2.1. Previsto no PLO 2001	1.982
d 2.2 Não previsto no PLO	56,4
<b>SALDO</b>	<b>2.762</b>
e 2.3. Impacto 2001 e 2002 a ser compensado	1.422
<b>SALDO REMANESCENTE</b>	<b>1.340</b>



15. Registre-se que o montante referente a 2002 deverá, obrigatoriamente, ser considerado quando da elaboração da proposta orçamentária para aquele exercício.


16. Adicionalmente, Senhor Presidente, como medida que vem consolidar a articulação no âmbito da política de recursos humanos do Governo Federal, propomos a Vossa Excelência que, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial, sejam realizados estudos com vistas à operacionalização da folha de pagamento dos militares e dos servidores civis, processadas de forma a assegurar a integração e o acesso às informações relevantes, com evidentes ganhos em termos de redução de custos administrativos e controle.

17. São estas, Senhor Presidente, as razões pelas quais acreditamos que a medida ora em questão deverá ser acolhida por Vossa Excelência.

Respeitosamente,

  
GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO  
Ministro de Estado da Defesa

  
PEDRO MALAN  
Ministro de Estado da Fazenda

  
MARTUS TAVARES  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960**

*Dispõe sobre as Pensões Militares.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS CONTRIBUENTES E DAS CONTRIBUIÇÕES**

**Art 1º** São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os seguintes militares da ativa, da reserva remunerada e reformados das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal:

- a) oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinhas, suboficiais, subtenentes e sargentos;
- b) cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e bombeiros, com mais de 2 (dois) anos de efetivo serviço, se da ativa; ou com qualquer tempo de serviço, se reformados ou asilados.

**Art 2º** Os oficiais demitidos a pedido e as praças licenciadas ou excluídas poderão continuar como contribuintes da pensão militar, desde que o requeiram e se obriguem ao pagamento da respectiva contribuição, a partir da data em que forem demitidos, licenciados ou excluídos.

§ 1º O direito de requerer e de contribuir para a pensão militar, na forma deste artigo, pode ser exercido também por qualquer beneficiário da pensão.

§ 2º A faculdade prevista neste artigo somente pode ser exercida no prazo de 1 (um) ano, contado da data da publicação do ato da demissão, licenciamento ou exclusão.

§ 3º Os contribuintes de que trata este artigo, quando convocados ou mobilizados, passarão à categoria de obrigatórios, durante o tempo em que servirem.

**Art 3º** A contribuição para a pensão militar será igual a 1 (um) dia dos vencimentos (sólido e gratificação) do contribuinte, arredondada em cruzeiros para a importância imediatamente superior, qualquer que seja a fração de centavos.

§ 1º A contribuição obrigatória e facultativa, na inatividade, será igual à do militar da ativa, com mesmo posto ou graduação.

§ 2º Se o militar contribuir para a pensão de posto ou graduação superior, a contribuição será igual a 1 (um) dia dos vencimentos desse posto ou graduação.

§ 3º Os oficiais graduados no posto imediato contribuem para a pensão militar como se efetivos fossem no posto da graduação.

§ 4º O oficial que atingir o número 1 (um) da respectiva escala contribuirá para a pensão militar do posto imediato.

§ 5º Os beneficiários da pensão militar, instituída por esta lei, estão isentos de contribuição para a mesma, qualquer que seja a sua modalidade; esta isenção abrange, também, os beneficiários dos militares já falecidos.



**Art 4º** Quando o contribuinte obrigatório, por qualquer circunstância, não constar da folha de vencimentos e, assim, não puder ser descontada a sua contribuição para a pensão militar, recolherá imediatamente, à Unidade a que estiver vinculado a contribuição mensal que lhe couber pagar. Não o fazendo, será descontado o total da dívida, assim que fôr o contribuinte incluído em folha.

Parágrafo único. Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão.

**Art 5º** O contribuinte facultativo, de que trata o art. 2º desta lei, que passar 24 (vinte e quatro) meses sem recolher a sua contribuição, perderá o direito de deixar pensão militar. Se falecer dentro desse prazo, seus beneficiários são obrigados a pagar integralmente a dívida no ato do primeiro pagamento da pensão.

**Art 6º** É facultado aos militares de que trata o art. 1º desta lei, com mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para fins de inatividade, contribuírem, respectivamente, para a pensão correspondente a um ou dois postos ou graduações acima do ou da que possuem desde que satisfaçam o pagamento das contribuições a partir do mês seguinte àquele em que completaram o referido tempo de serviço.

§ 1º O disposto neste artigo abrange os militares da reserva remunerada ou reformados, designados para o exercício efetivo de serviço nas Organizações das Forças Armadas e que, nesta situação, permaneçam por mais de 5 (cinco) anos, desde que tenham mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para a inatividade, contados pela reunião dos dois períodos de atividade.

§ 2º O militar que satisfizer as condições do presente artigo poderá contribuir para a pensão militar correspondente ao primeiro ou ao segundo posto ou graduação que se seguir ao que já possui na hierarquia das Forças Armadas, mesmo que em seu quadro ou organização não haja, os respectivos postos ou graduações.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS BENEFICIÁRIOS E SUA HABILITAÇÃO**

**Art 7º** A pensão militar defere-se na seguinte ordem:

I - à viúva;

II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos;

III - aos netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estipuladas para os filhos;

IV - à mãe viúva, solteira ou desquitada, e ao pai inválido ou interdito;

V - às irmãs germanas e consanguíneas, solteiras, viúvas ou desquitadas, bem como aos irmãos menores mantidos pelo contribuinte, ou maiores interditos ou inválidos;

VI - ao beneficiário instituído, desde que viva na dependência do militar e não seja do sexo masculino e maior de 21 (vinte e um) anos, salvo se fôr interdito ou inválido permanentemente.

§ 1º A viúva não terá direito à pensão militar se, por sentença passada em julgado, houver sido considerada cônjuge culpado, ou se, no desquite amigável ou litigioso, não lhe foi assegurada qualquer pensão ou amparo pelo marido.

§ 2º A invalidez do filho, neto, irmão, pai, bem como do beneficiário instituído comprovar-se-á em inspeção de saúde realizada por junta médica militar ou do

Serviço Público Federal, e só dará direito à pensão quando não disponham de meios para prover a própria subsistência.

**Art. 8º** O beneficiário a que se refere o item VI do artigo anterior poderá ser instituído a qualquer tempo, mediante declaração na conformidade do Capítulo III desta lei ou testamento feito de acordo com a lei civil, mas só gozará de direito à pensão militar se não houver beneficiário legítimo.

#### CAPÍTULO IV DAS PENSÕES

**Art. 15.** A pensão militar corresponde, em geral, a 20 (vinte) vezes a contribuição e será paga mensalmente aos beneficiários.

§ 1º Quando o falecimento do contribuinte se tenha verificado em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nêle adquirida, a pensão será igual a 25 (vinte e cinco) vezes a contribuição. A prova das circunstâncias do falecimento do contribuinte será feita em inquérito ou por atestado de origem, conforme o caso.

§ 2º Se a morte do contribuinte decorrer de ferimento recebido, de acidente ocorrido, ou moléstia adquirida em operações de guerra, na defesa ou na manutenção da ordem interna, a pensão será, igual a 30 (trinta) vezes a contribuição.

**Art. 16.** O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, relativas à pensão que será deixada aos beneficiários, permitindo-se a estes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

§ 1º O recolhimento poderá ser feito de uma só vez ou em parcelas correspondentes ao valor da contribuição.

2º A exigência deste artigo não se aplica ao reajustamento das pensões decorrentes da presente lei.

**Art. 17.** Todo e qualquer militar não contribuinte da pensão militar mas em serviço ativo, cujo falecimento ocorrer nas circunstâncias previstas nos parágrafos do art. 15, deixará a seus beneficiários a pensão que, na conformidade desses parágrafos, lhe couber, qualquer que seja o seu tempo de serviço.

§ 1º A pensão militar a que se refere este artigo não poderá ser inferior à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva; ou à de 3º sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos.

§ 2º Em qualquer dos casos estabelecidos neste artigo, a outorgada pensão fica condicionada à satisfação prévia, pelos beneficiários, da exigência de que trata o art. 16.

§ 3º Para os efeitos de cálculo da pensão, a contribuição obedecerá à regra prevista no art. 3º da presente lei.

**Art. 18.** Os beneficiários dos militares considerados desaparecidos ou extraviados na forma dos arts. 26 e 27 da Lei nº de 1.316, de 20 de janeiro de 1951, receberão, desde logo, na ordem preferencial do art. 7º da presente lei os vencimentos e vantagens a que o militar fazia jus, pagos pelo corpo ou repartição a que pertencia.



§ 1º Findo o prazo de 8 (seis) meses referido no art. 27 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, far-se-á a habilitação dos herdeiros à pensão militar, na forma prevista na presente lei.

§ 2º Reaparecendo o militar, em qualquer tempo, ser-lhe-ão pagos os vencimentos e vantagens a que fêz jus, deduzindo-se deles as quantias pagas aos beneficiários a título de pensão.

§ 3º Se o militar fôr considerado prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, seus beneficiários, na ordem preferencial, receberão, desde logo, seus vencimentos e vantagens, enquanto perdurar tal situação.

**Art 19.** Aos militares de que trata o art. 17 da presente lei aplica-se, também, o disposto no artigo anterior.

**Art 22.** O militar que, ao falecer, já preencha as condições legais que permitem sua transferência para a reserva remunerada ou reforma, em posto ou graduação superiores, será considerado promovido naquela data e deixará a pensão correspondente à nova situação, obedecida a regra do art. 6º desta lei.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DA PERDA E DA REVERSÃO DA PENSÃO MILITAR**

**Art 23.** Perderá o direito à pensão:

- I - a viúva que tenha má conduta apurada em processo judicial, ou venha a ser destituída do pátrio poder, na conformidade do art. 395 do Código Civil Brasileiro;
- II - o beneficiário do sexo masculino, que atinja a maioridade, válido e capaz;
- III - o beneficiário que renuncie expressamente;
- IV - o beneficiário que tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte, a morte do contribuinte;
- V - VETADO.

**Art 27.** A pensão militar é impenhorável e só responde pelas consignações autorizadas e pelas dívidas contraídas pelos herdeiros já no gozo da pensão.

**Art 29.** É permitida a acumulação:

- a) de duas pensões militares;
- b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil.

#### **LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980**

##### *Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.*

**Art. 6º** São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou

atividade militar ou considerada de natureza militar, nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas;

**Art. 50. São direitos dos militares:**

I - a garantia da patente em toda a sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ela inerentes, quando oficial, nos termos da Constituição;

II - a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço;

III - a remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando 30 (trinta) anos de serviço, for transferido para a reserva remunerada, *ex officio*, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e

IV - nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas:

a) a estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais anos de tempo de efetivo serviço;

b) o uso das designações hierárquicas;

c) a ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação;

d) a percepção de remuneração;

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;

f) o funeral para si e seus dependentes, constituindo-se no conjunto de medidas tomadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até o sepultamento condigno;

g) a alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade;

h) o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa de cama, fornecido ao militar na ativa de graduação inferior a terceiro-sargento e, em casos especiais, a outros militares;

i) a moradia para o militar em atividade, compreendendo:

1 - alojamento em organização militar, quando aquartelado ou embarcado; e

2 - habitação para si e seus dependentes; em imóvel sob a responsabilidade da União, de acordo com a disponibilidade existente.

j) o transporte, assim entendido como os meios fornecidos ao militar para seu deslocamento por interesse do serviço; quando o deslocamento implicar em mudança de sede ou de moradia, compreende também as passagens para seus dependentes e a translação das respectivas bagagens, de residência a residência;

l) a constituição de pensão militar;

m) a promoção;

n) a transferência a pedido para a reserva remunerada;

o) as férias, os afastamentos temporários do serviço e as licenças;

p) a demissão e o licenciamento voluntários;



q) o porte de arma quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo caso de inatividade por alienação mental ou condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte;

r) o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela respectiva Força Armada; e

s) outros direitos previstos em leis específicas.

1º A percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, a que se refere o item II deste artigo, obedecerá às seguintes condições:

a) o oficial que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, após o ingresso na inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se em sua Força existir, em tempo de paz, posto superior ao seu, mesmo que de outro Corpo, Quadro, Arma ou Serviço; se ocupante do último posto da hierarquia militar de sua Força, em tempo de paz, o oficial terá os proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu próprio posto, acrescido de percentual fixado em legislação específica;

b) os subtenentes e suboficiais, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de segundo-tenente, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço; e

c) as demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

2º São considerados dependentes do militar:

I - a esposa;

II - o filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou interdito;

III - a filha solteira, desde que não receba remuneração;

IV - o filho estudante, menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que não receba remuneração;

V - a mãe viúva, desde que não receba remuneração;

VI - o enteado, o filho adotivo e o tutelado, nas mesmas condições dos itens II, III e IV;

VII - a viúva do militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados nos itens II, III, IV, V e VI deste parágrafo, desde que vivam sob a responsabilidade da viúva;

VIII - a ex-esposa com direito à pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio.

3º São, ainda, considerados dependentes do militar, desde que vivam sob sua dependência econômica, sob o mesmo teto, e quando expressamente declarados na organização militar competente:

a) a filha, a enteada e a tutelada, nas condições de viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;

b) a mãe solteira, a madrastra viúva, a sogra viúva ou solteira, bem como separadas judicialmente ou divorciadas, desde que, em qualquer dessas situações, não recebam remuneração;

c) os avós e os pais, quando inválidos ou interditos, e respectivos cônjuges, estes desde que não recebam remuneração;

d) o pai maior de 60 (sessenta) anos e seu respectivo cônjuge, desde que ambos não recebam remuneração;

e) o irmão, o cunhado e o sobrinho, quando menores ou inválidos ou interditos, sem outro arrimo;

- d) a irmã, a cunhada e a sobrinha, solteiras, viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;
- g) o neto, órfão, menor inválido ou interdito;
- h) a pessoa que viva, no mínimo há 5 (cinco) anos, sob a sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante justificação judicial;
- i) a companheira, desde que viva em sua companhia há mais de 5 (cinco) anos, comprovada por justificação judicial; e
- j) o menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.

4º Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não-provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.

§ 1º A percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, a que se refere o item II deste artigo, obedecerá às seguintes condições:

- a) o oficial que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, após o ingresso na inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se em sua Força existir, em tempo de paz, posto superior ao seu, mesmo que de outro Corpo, Quadro, Arma ou Serviço; se ocupante do último posto da hierarquia militar de sua Força, em tempo de paz, o oficial terá os proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu próprio posto, acrescido de percentual fixado em legislação específica;
- b) os subtenentes e suboficiais, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de segundo-tenente, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço; e
- c) as demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

Art. 53. A remuneração dos militares, devida em bases estabelecidas em legislação específica comum às Forças Armadas, compreende:

I - na ativa:

- a) vencimentos, constituídos de soldo e gratificações; e
- b) indenizações.

II - na inatividade:

- a) proventos, constituídos de soldo ou quotas de soldo e gratificações incorporáveis; e
- b) indenizações na inatividade.

Parágrafo único. O militar fará jus, ainda, a outros direitos pecuniários em casos especiais.

Art. 63. Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.

§1º O Poder Executivo fixará a duração das férias, inclusive para os militares servindo em localidades especiais.

§2º Compete aos Ministros Militares regulamentar a concessão de férias.



§3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, licença especial, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.

§4º Somente em casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço, de transferência para a inatividade, ou para cumprimento de punição decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital, os militares terão interrompido ou deixarão de gozar na época prevista o período de férias a que tiverem direito, registrando-se o fato em seus assentamentos.

§5º Na impossibilidade do gozo de férias no ano seguinte pelos motivos previstos no parágrafo anterior, ressalvados os casos de contravenção ou transgressão disciplinar de natureza grave, o período de férias não gozado será computado dia a dia, pelo dobro no momento da passagem do militar para a inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais.

**Art. 67.** Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares.

§ 1º A licença pode ser:

- a) especial;
- b) para tratar de interesse particular;
- c) para tratamento de saúde de pessoa da família; e
- d) para tratamento de saúde própria.

§ 2º A remuneração do militar licenciado será regulada em legislação específica.

§ 3º A concessão de licença é regulada pelos Ministros das Forças Singulares.

**Art. 68.** Licença especial é a autorização para o afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao militar que a requeira, sem que implique em qualquer restrição para a sua carreira.

§ 1º A licença especial tem a duração de 6 (seis) meses, a ser gozada de uma só vez; quando solicitado pelo interessado e julgado conveniente pela autoridade competente, poderá ser parcelada em 2 (dois) ou 3 (três) meses.

§ 2º O período de licença especial não interrompe a contagem de tempo de efetivo serviço.

§ 3º Os períodos de licença especial não-gozados pelo militar são computados em dobro para fins exclusivos de contagem de tempo para a passagem à inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais.

§ 4º A licença especial não é prejudicada pelo gozo anterior de qualquer licença para tratamento de saúde e para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.

§ 5º Uma vez concedida a licença especial, o militar será exonerado do cargo ou dispensado do exercício das funções que exercer e ficará à disposição do órgão de pessoal da respectiva Força Armada, adido à Organização Militar onde servir.

**Art. 70.** As licenças poderão ser interrompidas a pedido ou nas condições estabelecidas neste artigo.

1º A interrupção da licença especial e da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

- a) em caso de mobilização e estado de guerra;
- b) em caso de decretação de estado de emergência ou de estado de sítio;
- c) para cumprimento de sentença que importe em restrição da liberdade individual;
- d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulado pelo respectivo Ministério Militar;
- e) em caso de denúncia ou de pronúncia em processo criminal ou indicição em inquérito militar, a juízo da autoridade que efetivou a denúncia, a pronúncia ou a indicição.

2º A interrupção de licença para tratar de interesse particular será definitiva quando o militar for reformado ou transferido *ex officio* para a reserva remunerada.

3º A interrupção da licença para tratamento de saúde de pessoa da família, para cumprimento de pena disciplinar que importe em restrição da liberdade individual, será regulada em cada Força.

**Art. 81.** O militar será agregado e considerado, para todos os efeitos legais, como em serviço ativo quando:

I - for nomeado para cargo, militar ou considerado de natureza militar, estabelecido em lei ou decreto, no País ou no estrangeiro, não previsto nos Quadros de Organização ou Tabelas de Lotação da respectiva Força Armada, exceção feita aos membros das comissões de estudo ou de aquisição de material, aos observadores de guerra e aos estagiários para aperfeiçoamento de conhecimentos militares em organizações militares ou industriais no estrangeiro;

II - for posto à disposição exclusiva de outro Ministério Militar para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;

III - aguardar transferência *ex officio* para a reserva, por ter sido enquadrado em quaisquer dos requisitos que a motivaram;

IV - o órgão competente para formalizar o respectivo processo tiver conhecimento oficial do pedido de transferência do militar para a reserva;

V - houver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos na situação de convocado para funcionar como Ministro do Superior Tribunal Militar.

1º A agregação de militar nos casos dos itens I e II é contada a partir da data da posse no novo cargo até o regresso à Força Armada a que pertence ou a transferência *ex officio* para a reserva.

2º A agregação de militar no caso do item III é contada a partir da data indicada no ato que tornar público o respectivo evento.

3º A agregação de militar no caso do item IV é contada a partir da data indicada no ato que tornar pública a comunicação oficial até a transferência para a reserva.

4º A agregação de militar no caso do item V é contada a partir do primeiro dia após o respectivo prazo e enquanto durar o evento.

**Art. 110.** O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I e II do artigo 108 será reformado com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.

§1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e V do artigo 108, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

- a) o de Primeiro-Tenente, para Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial e Suboficial ou Subtenente;
- b) o de Segundo-Tenente, para Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento;
- e
- c) o de Terceiro-Sargento, para Cabo e demais praças constantes do Quadro a que se refere o artigo 16.

§3º Aos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos poderão ser acrescidos outros relativos à remuneração, estabelecidos em leis especiais, desde que o militar, ao ser reformado, já satisfaça às condições por elas exigidas.

§4º O direito do militar previsto no artigo 50, item II, independará de qualquer dos benefícios referidos no *caput* e no § 1º deste artigo, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 152.

§5º Quando a praça fizer jus ao direito previsto no artigo 50, item II, e, conjuntamente, a um dos benefícios a que se refere o parágrafo anterior, aplicar-se-á somente o disposto no § 2º deste artigo.

.....  
**Art. 137.** Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior, com os seguintes acréscimos:

I - tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo militar anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão em qualquer organização militar;

II - 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo oficial do Corpo, Quadro ou Serviço de Saúde ou Veterinária que possuir curso universitário até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso;

III - tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva;

IV - tempo relativo a cada licença especial não-gozada, contado em dobro;

V - tempo relativo a férias não-gozadas, contado em dobro;

VI - tempo de efetivo serviço passado pelo militar nas guarnições especiais e contado na forma estabelecida em regulamento, assegurados, porém, os direitos e vantagens dos militares amparados pela legislação vigente na época.

§1º Os acréscimos a que se referem os itens I, III e VI serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e para esse fim.

§2º Os acréscimos a que se referem os itens II, IV e V serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto a percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 101.

§3º O disposto no item II aplicar-se-á, nas mesmas condições e na forma da legislação específica, aos possuidores de curso universitário, reconhecido oficialmente, que vierem a ser aproveitados como oficiais das Forças Armadas, desde que este curso seja requisito essencial para seu aproveitamento.

§4º Não é computável para efeito algum, salvo para fins de indicação para a quota compulsória, o tempo:



- a) que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;
- b) passado em licença para tratar de interesse particular;
- c) passado como desertor;
- d) decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença transitada em julgado; e
- e) decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença transitada em julgado, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional de pena, quando, então, o tempo correspondente ao período da pena será computado apenas para fins de indicação para a quota compulsória e o que dele exceder, para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.

**Art. 138.** Uma vez computado o tempo de efetivo serviço e seus acréscimos, previstos nos artigos 136 e 137, e no momento da passagem do militar à situação de inatividade, pelos motivos previstos nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 98 e nos itens II e III do artigo 106, a fração de tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada como 1 (um) ano para todos os efeitos legais.

**Art. 156.** Enquanto não entrar em vigor nova Lei de Pensões Militares, considerar-se-ão vigentes os artigos 76 a 78 da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971.

**Art. 160.** Ressalvado o disposto no artigo 156 e no parágrafo único do artigo anterior, ficam revogadas a Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971, e demais disposições em contrário.

#### **DECRETO-LEI Nº 8.795, DE 23 DE JANEIRO DE 1946**

**Regula vantagens a que tem direito os militares da FEB incapacitados fisicamente.**

#### **LEI Nº 2.579, DE 23 DE AGOSTO DE 1955**

**Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar.**

#### **LEI Nº 5.787, DE 27 DE JUNHO DE 1972**

**Dispõe sobre a Remuneração dos Militares e dá outras providências.**

**Art 101.** Ao militar em campanha, no país ou no exterior, aplicam-se, no que couberem, as disposições dos artigos 1º a 100 desta Lei, observadas as prescrições deste Título.

Parágrafo único. Quando um contingente ou Força Brasileira estiver no exterior em cumprimento de compromissos internacionais de caráter pacífico, que venham a evoluir para situação de beligerância reconhecida em ato do Poder Executivo, os seus integrantes passarão a ser remunerados segundo o estabelecido neste Título a contar da data fixada naquele ato.

**Art 102.** Ao militar que seguir para um teatro de operações, e enquanto nele efetivamente permanecer além da remuneração, será devido:

1 - Abono de Campanha;

2 - Gratificação de Campanha.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Título, consideram-se teatros de operações as áreas geográficas como tais definidas e delimitadas em decreto do Poder Executivo.

**Art 103.** O pagamento ao militar empenhado em teatro de operações situado fora do território nacional processa-se da forma seguinte:

1 - Remuneração e Salário-Família: pagos em moeda nacional a pessoa ou à instituição que o interessado nomear;

2 - Abono de Campanha: pago em moeda nacional ao próprio militar;

3 - Gratificação de Campanha: paga em moeda nacional ou estrangeira, conforme for regulado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os descontos a que estiver sujeito o militar serão deduzidos da parcela paga no país em moeda nacional.

**Art 104.** O militar considerado desaparecido ou extraviado, prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, terá a remuneração paga aos beneficiários com direito à sua pensão militar.

§ 1º No caso do militar desaparecido ou extraviado, decorridos 6 (seis) meses, far-se-á habilitação dos beneficiários na forma da lei, cessando o pagamento da remuneração.

§ 2º Verificando-se o reaparecimento do militar, e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á se for o caso, o pagamento da diferença entre o montante a que faria jus, se tivesse permanecido em serviço e a pensão recebida pelos beneficiários.

## **CAPÍTULO II**

### *Do Abono de Campanha*

**Art 105.** O Abono de Campanha é igual ao valor do soldo do posto ou graduação do militar e é concedido apenas uma vez durante todo o curso das operações.

Parágrafo único. O Abono de Campanha é pago ao deslocar-se o militar para um teatro de operações ou ao se iniciarem as hostilidades, para os que nele se encontrem.

## **CAPÍTULO III**

### *Da Gratificação de Campanha*

**Art 106.** A Gratificação de Campanha é concedida mensalmente ao militar que permanecer no teatro de operações e tem o valor do soldo do seu posto ou graduação.

§ 1º A Gratificação de Campanha é paga a contar da data em que o militar seguir para o teatro de operações ou daquela em que comecem as hostilidades, quando nele se encontrar.

§ 2º O direito à gratificação deste artigo cessa na data do término das hostilidades, reconhecida em ato do Poder Executivo, ou da retirada do militar do teatro de operações.

**Art 107.** O militar baixado a hospital, em consequência de ferimento ou enfermidade contraída em campanha, continuará recebendo a gratificação de campanha durante todo o

tempo em que estiver hospitalizado ou em licença por tal motivo, até o término das hostilidades.

Art 108. O Suboficial, Subtenente ou Sargento em operações de guerra que, designado pelo Comandante da Força, desempenhar funções de oficial, faz jus à remuneração e gratificação de campanha de posto cujas funções exercer.

Art. 109. O militar, servindo em navio de guerra que for recolhido ao porto, fora do teatro de operações, para execução de reparos, continuará percebendo a gratificação de campanha das condições abaixo:

1 - Até 30 (trinta) dias, para execução de reparos destinados à manutenção da eficiência do navio;

2 - Até 60 (sessenta) dias, para reparos de avarias sofridas em combate por ação do inimigo.

#### LEI Nº 7.412, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1985.

*Altera dispositivos da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, e dá outras providências.*

Art. 7º. - A remuneração do policial-militar não poderá ser inferior à que, por lei ou outro dispositivo legal, for atribuída ao pessoal das Forças Armadas, em igualdade de posto ou graduação, observado o disposto no artigo 24, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

#### LEI Nº 7.961, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989

*Fixa o valor do soldo dos Postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Art. 2º É assegurada aos servidores militares do Distrito Federal a revisão de sua remuneração, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores militares da União.

#### LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991

*Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.*

Art. 29. O caput do art. 3º e o art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º A contribuição para a Pensão Militar será igual a três dias do soldo, arredondando em cruzeiros para a importância imediatamente superior."



Art. 7º A Pensão Militar, é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridades e condições a seguir:

I - primeira ordem de prioridade - viúva ou viúvo; companheira ou companheiro; filhas solteiras e filhos menores de 21 anos ou, quando estudantes, menores de 24 anos;

II - segunda ordem de prioridade - pais, ainda que adotivos que comprovem dependência econômica do contribuinte;

III - terceira ordem de prioridade - a pessoa designada, mediante declaração escrita do contribuinte e que viva sob a dependência econômica deste, quando menor de vinte e um ou maior de sessenta anos.

Parágrafo único. Os beneficiários de que trata este artigo, quando interditos ou inválidos, ou, ainda, acometidos de enfermidade grave, que os impeça de prover a própria subsistência, julgados por junta de saúde militar, poderão habilitar-se à pensão, independentemente dos limites de idade."

---

#### LEI Nº 8.237, DE 30 DE SETEMBRO DE 1991

*Dispõe sobre a remuneração dos servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências;*

---

#### LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992

*Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências.*

---

**Art. 6º** Nenhum servidor receberá, a título de vencimento ou soldo, importância inferior ao salário mínimo.

---

---

#### LEI Nº 8.622, DE 19 DE JANEIRO DE 1993

*Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal e dá outras providências.*

---

**Art. 6º** Quando da adequação da tabela constante do Anexo I desta lei, nos termos do art. 4º, os oficiais-generais passarão a perceber os soldos constantes do Anexo V.

---

**Art. 8º** A remuneração dos cargos em comissão e funções gratificadas de natureza civil, dos Juizes do Tribunal Marítimo e as gratificações pelo exercício de função nos gabinetes dos

ministros militares passam a ser, a partir de 1º de janeiro de 1993, as constantes do Anexo VI desta lei.

### LEI DELEGADA Nº 12 DE 7 DE AGOSTO DE 1992

Dispõe sobre a instituição de Gratificação de Atividade Militar para os servidores militares federais das Forças Armadas

### LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

**Art. 2º** Em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, e nos arts. 1º e 4º desta lei, os valores dos soldos e dos vencimentos dos servidores militares e civis passam a ser, a partir de 1º de setembro de 1992;

I - os da tabela constante do Anexo I, para os servidores militares;

II - os das tabelas de vencimentos constantes dos Anexos II e III, para os servidores civis, exceto os contemplados no inciso seguinte;

III - os da Tabela de Vencimentos de Docentes constante do Anexo IV, para os docentes de 1º e 2º grau, contemplados pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;

IV - (Vetado)

**Parágrafo único.** As tabelas dos Juizes do Tribunal Marítimo, dos Cargos de Natureza Especial, dos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), dos Cargos de Direção (CD), das Instituições Federais de Ensino, das Funções Gratificadas (FG) e das Gratificações de Representação pelo exercício de função no Gabinete dos Ministros Militares e do Estado-Maior das Forças Armadas passam a ser as constantes do Anexo V.

**Art. 20.** Os percentuais da Indenização de Representação (Lei nº 8.237, de 1991, Anexo II, Tabela III, alínea b) ficam alterados para 2% do valor do soldo, por dia, quando em viagem de representação, de instrução, de emprego operacional, ou quando às ordens de autoridade estrangeira.

**Art. 25.** No Anexo II da Lei nº 8.237, de 1991, fica modificado o título da Tabela V - Gratificação de Localidade Especial para Tabela V - Indenização de Localidade Especial e, no último item da Tabela VI - Adicional de Inatividade, ficam substituídas as expressões Reserva Remunerada por Inatividade Remunerada.

**Art. 26.** O art. 73 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, e o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, passam a vigorar acrescidos do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial."

**Art. 27.** Para a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores militares, prevista no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.448, de 1992, não será considerado o valor do soldo pago às praças prestadoras de serviço militar inicial e às praças especiais.

---

#### **LEI Nº 8.627, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993**

Especifica os critérios para reposicionamento de servidores públicos federais civis e militares e dá outras providências.

**Art. 2º** A adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares será feita de acordo com a tabela constante do Anexo I desta lei, tendo em vista os seguintes critérios:

- I - elevação de até três valores de padrões de soldo, com preservação da hierarquia entre os diferentes círculos de oficiais e de praças, conforme estatuto dos militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e tabela do Anexo I da Lei nº 8.622, de 1993;
- II - aplicação dos tetos de soldos constantes da tabela do Anexo I e do disposto no art. 6º da Lei nº 8.622, de 1993;
- III - alteração de valores de soldos, a fim de preservar o critério de hierarquização a que se refere o inciso I deste artigo e a adequação constante do art. 4º da Lei nº 8.622, de 1993;
- IV - observância do disposto nos arts. 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

---

#### **LEI Nº 8.717, DE 14 DE OUTUBRO DE 1993.**

Dá nova redação ao art. 81 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991

---

#### **LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994**

Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Para os efeitos desta lei, a retribuição pecuniária devida na administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União compreende:

I - como vencimento básico:

- a) a retribuição a que se refere o art. 40 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devida pelo efetivo exercício do cargo, para os servidores civis por ela regidos;
- b) o soldo definido nos termos do art. 6º da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para os servidores militares;
- c) o salário básico estipulado em planos ou tabelas de retribuição ou nos contratos de trabalho, convenções, acordos ou dissídios coletivos, para os empregados de empresas públicas, de sociedades de economia mista, de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de quaisquer empresas ou entidades de cujo capital ou patrimônio o poder público tenha o controle direto ou indireto, inclusive em virtude de incorporação ao patrimônio público;



II - como vencimentos, a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, emprego, posto ou graduação;

III - como remuneração, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

- a) diárias;
- b) ajuda-de-custo em razão de mudança de sede ou indenização de transporte;
- c) auxílio-fardamento;
- d) gratificação de compensação orgânica, a que se refere o art. 18 da Lei nº 8.237, de 1991;
- e) salário-família;
- f) gratificação ou adicional natalino, ou décimo terceiro salário;
- g) abono pecuniário resultante da conversão de até 1/3 (um terço) das férias;
- h) adicional ou auxílio-natalidade;
- i) adicional ou auxílio-funeral;
- j) adicional de férias, até o limite de 1/3 (um terço) sobre a retribuição habitual;
- l) adicional pela prestação de serviço extraordinário, para atender situações excepcionais e temporárias, obedecidos os limites de duração, previstos em lei, contratos, regulamentos, convenções, acordos ou dissídios coletivos e desde que o valor pago não exceda em mais de 50% (cinquenta por cento) o estipulado para a hora de trabalho na jornada normal;
- m) adicional noturno, enquanto o serviço permanecer sendo prestado em horário que fundamente sua concessão;
- n) adicional por tempo de serviço;
- o) conversão de licença-prêmio em pecúnia facultada para os empregados de empresa pública ou sociedade de economia mista por ato normativo, estatutário ou regulamentar anterior a 1º de fevereiro de 1994;
- p) adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas percebido durante o período em que o beneficiário estiver sujeito às condições ou aos riscos que deram causa à sua concessão;
- q) hora repouso e alimentação e adicional de sobreaviso, a que se referem, respectivamente, o inciso II do art. 3º e o inciso II do art. 6º da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972;
- r) (Vetado).

1º O disposto no inciso III abrange adiantamentos desprovidos de natureza indenizatória.

2º As parcelas de retribuição excluídas do alcance do inciso III não poderão ser calculadas sobre base superior ao limite estabelecido no art. 3º.

#### LEI Nº 9.367, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1996

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o §.1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências.

**Art. 3º** Os percentuais da Gratificação de Habilitação Militar, da Indenização de Representação pelo exercício de posto ou graduação em situações normais e os do

Adicional de Inatividade a que se refere o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para os meses de setembro, outubro e novembro de 1994, passam a ser os constantes do Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os percentuais da Gratificação de Habilitação Militar, da Indenização de Representação pelo exercício do posto ou graduação em situações normais e os do Adicional de Inatividade a que se refere o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, a partir de 1º de dezembro de 1994, passam a ser os constantes do Anexo VII desta Lei.

#### LEI Nº 9.442, DE 14 DE MARÇO DE 1997

Cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera dispositivos das Leis nºs 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e 8.237, de 30 de setembro de 1991, dispõe sobre o Auxílio-Funeral a ex-Combatentes, e dá outras providências.

Faço saber, que o **Presidente da República** adotou a Medida Provisória nº 1.544-19, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art 1º Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET, devida mensal e regularmente aos servidores militares federais das Forças Armadas ocupantes de cargo militar.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as praças prestadoras do serviço militar inicial.

Art. 2º A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET será calculada obedecendo à hierarquização entre os diversos postos e graduações, dentro dos respectivos círculos das Forças Armadas e paga de 1º de agosto de 1995 até 31 de agosto de 1996, de acordo com o Anexo I, e a partir de 1º de setembro de 1996, de acordo com o Anexo III.

Art. 3º Simultaneamente, até 31 de agosto de 1996, será concedida uma Gratificação Temporária aos servidores de que trata o art. 1º, no valor constante do Anexo II.

Parágrafo único. A Gratificação Temporária é acumulável com a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET e:

a) não servirá de base para cálculo de qualquer vantagem ou parcela remuneratória, ressalvadas aquelas de que tratam os arts. 35, 40, 42 e 86 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991;

b) será considerada, até a sua extinção, para efeito de pensões e remuneração na inatividade.

Art. 4º A Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET passa a integrar a estrutura remuneratória dos militares da ativa, inativos e pensionistas, prevista na legislação em vigor.

Art 6º Os arts. 68, 75 e 86 da Lei nº 8.237, de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 68.....

1º O Adicional de Inatividade integrará, para fins de cálculo de pensão, a estrutura de remuneração do militar falecido em serviço ativo, inclusive com menos de trinta anos de serviço, com base nos percentuais estabelecidos na Tabela VI do Anexo II desta Lei.

§ 2º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto no parágrafo anterior, para os já falecidos, vigorarão a partir de 1º de dezembro de 1996."

"Art.75 .....

VIII - multa por ocupação irregular de Próprio Nacional Residencial."

"Art. 86. Ao militar da reserva remunerada, exceto quando convocado, reincluído, designado ou mobilizado, e, excepcionalmente, ao reformado, que prestarem tarefa por tempo certo a qualquer das Forças Armadas, será conferido adicional *pro labore* calculado sobre os proventos que efetivamente estiver percebendo."

### LEI Nº 9.633, DE 12 DE MAIO DE 1998

Altera o Anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, que dispõe sobre a tabela de cálculo da Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

*Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.*

#### SUBSEÇÃO II

##### *Do Controle da Despesa Total com Pessoal*

Art 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:  
I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.188-9, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências





147-2215-12

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho - PMDB-RN) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jair Bolsonaro, pelo PP.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Tenho uma deficiência muito grande em ser orador e procuro compensá-la pelo menos me posicionando bem, à direita.

Prezado Senador Garibaldi Alves Filho, Exmos. Srs. Comandantes, Oficiais-Generais, Oficiais, Praças, companheiros Parlamentares, pessoas que nos assistem, é com muito orgulho que ocupo esta tribuna. Não sei se conseguirei dar o recado.

Orgulho-me de ser brasileiro e de ter pertencido ao Exército Brasileiro, mas não poderia elogiar o Exército sem falar da Marinha e da Aeronáutica, e hoje é o dia da Marinha — quase fui da Aeronáutica, faltou estudar um pouquinho mais, e mais tarde acabei entrando no Exército.

Mas o orgulho é porque pertenço a uma das Forças Armadas, Comandante da Marinha, que jamais comungaria com ideologias que suprimissem a liberdade do nosso povo. Pertenço a um país também cuja Igreja jamais comungaria com ideologias que viessem suprimir a liberdade de credo. Muito pelo contrário, nessas condições os seus membros geralmente são ateus.

Pertenço a um país, e me orgulho, cuja classe de empresariado jamais admitiria ideologias estatizantes.

Orgulho-me de pertencer a um país cujos produtores rurais, apelidados ultimamente de latifundiários, jamais comungariam com ideologias que permitissem uma reforma agrária irresponsável.



Orgulho-me também de pertencer a um país cuja imprensa, nos momentos de crise, não apóia ideologia que vise implantar uma imprensa única. Nós, militares, os senhores na ativa, apanham diariamente da nossa imprensa, mas, mesmo assim, continuamos em primeiro lugar, em quaisquer pesquisas de opinião, em especial no critério de confiabilidade. Por vezes somos suplantados pela Igreja ou pelos nossos valorosos bombeiros militares, mas isso apenas nos serve para que trabalhemos mais e melhor para suplantá-los.

Orgulho de pertencer a um país em que nos momentos de crise as Forças Armadas nunca se omitiram, estiveram até ao lado de medidas um tanto quanto salgadas, impondo e estando ao lado de atos institucionais, mas, por outro lado, se aquelas outras ideologias passassem pelo mesmo momento de crise não teriam imposto atos institucionais, e sim elevado paredões.

Orgulho-me disso tudo; orgulho-me de ser brasileiro e de pertencer a esta Casa, de ter integrado as Forças Armadas e de estar neste momento, graças a Deus, dando-me a oportunidade de dirigir a palavra a colegas muito mais antigos do que eu. Como eu disse anteriormente, prefiro ouvi-los a falar-lhes, mas o momento talvez seja este.

E para finalizar, prezados Comandantes Militares, se me permitem, como Capitão do Exército, faço um apelo muito especial ao Senador Garibaldi Alves. Eu queria que V.Exa. fosse neste 25 de dezembro o Papai Noel dos Militares. E o presente que eu lhe peço está ao seu alcance.

Há poucos dias V.Exa. teve a coragem, que nos orgulha, de devolver uma medida provisória, e eu apelo a V.Exa. que coloque em votação a Medida Provisória nº 2.215, de dezembro de 2000, que completa agora, dia 29, 8 anos sem ser votada,

(de 31-8-2001), 2

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
ADV	nº 2215-10/2001
Fls.: 1010	Rubrica: <i>[assinatura]</i>



medida essa que causa e vem causando sérios transtornos às Forças Armadas, em especial no tocante à invasão de praças e oficiais.

No quesito oficiais, agora, pelo terceiro ano consecutivo, Senador Garibaldi, são mais de 200 oficiais, capitães e tenentes, que pediram demissão por causa dessa medida provisória.

Esse é o apelo que faço a V.Exa.

No mais, encerrando meu discurso, meu fraternal abraço ao Comandante da Marinha pelo seu dia, e que a Marinha se orgulhe de ter um Comandante como V.Exa. Aos dois outros Comandantes, no momento oportuno terei o prazer também de tecer elogios merecidos a V.Exas.

Muito obrigado meus companheiros. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) - Eu estou sendo informado, Deputado Jair Bolsonaro, que V.Exa. tem razão. Essa medida provisória não foi votada ainda, mas ela produziu os seus efeitos, ainda produz os seus efeitos. Entretanto, ela só poderá ser votada em sessão conjunta do Congresso Nacional. Eu vou, na próxima reunião do Congresso Nacional, procurar colocar em pauta essa medida provisória, para atender ao pedido de V.Exa.

Eu não sou candidato a *Paralelo*. *(Risos.)* Mas já que V.Exa. solicitou, eu vou inclusive pedir à Secretária-Geral da Mesa, Dra. Cláudia, que localize a medida provisória para que possamos colocá-la em pauta.

[P1] Comentário:  
Sessão:ESP013/08 Quarto:9  
Taqui.:Odilon Rev.:





## PARECER Nº , DE 2002

De Plenário, sobre a **admissibilidade** da Medida Provisória nº 2215-10 de 2001, que *dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 04 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

### I – RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 2.131, em 28 de dezembro de 2000, que *“dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 04 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”*. A Medida foi reeditada pela última vez no dia 3 de 2001, sob nº 2.215-10.

A citada Medida Provisória, no seu Capítulo I, trata da **remuneração** dos militares das Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, em tempo de paz, a qual será composta de soldo, adicionais e gratificações (art. 1º), além de outros direitos remuneratórios, como diária, transporte, ajuda de custo, etc. (art. 2º). O art. 3º define cada uma das espécies de remuneração e de direitos remuneratórios, e o art. 4º determina que “a remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei”. O art. 5º estabelece as datas em que terá início o direito do militar à remuneração, e o art. 6º arrola os casos em que será suspenso o mesmo direito. O art. 7º descreve as situações em que deverá cessar o direito do militar à remuneração em atividade, e o art. 8º estabelece que, quando for o militar considerado



desaparecido ou extraviado, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

O Capítulo II trata dos “direitos pecuniários ao passar para a inatividade”. Assim, seu art. 9º menciona quais os direitos a que fará jus o militar quando a mencionada situação se configurar, além dos enumerados nos arts. 10 e 11 do Capítulo III, respeitante aos “proventos na inatividade”. O art. 12 determina que “suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente”.

O Capítulo IV versa sobre os descontos, ou “abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para o cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.” (art. 14). O art. 15 relaciona quais os descontos obrigatórios do militar, e o art. 16 define quais os descontos autorizados.

O Capítulo V trata “dos limites da remuneração e seus proventos”, estabelecendo, em seu art. 17, que “nenhum militar na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força”, e o art. 18 proíbe seja pago ao militar valor inferior ao salário mínimo vigente.

O Capítulo VI refere-se às disposições gerais, transitórias e finais, entre as quais constam algumas alterações às Leis 3.765/60 e 6.880/80.

## II – VOTO



Cabe aqui, conforme determina a Resolução nº 01, de 1989-CN, verificar o atendimento aos pressupostos de relevância e urgência, para a admissibilidade da Medida Provisória sob análise.

É indiscutível a relevância da medida, formulada para atender a uma classe que tem cumprido sua missão institucional com galhardia e eficiência, cuja função é essencial ao regime democrático.

Está atendido, também, o pressuposto da urgência, face ao que é exigido do comportamento dos militares em favor da defesa e da proteção da Nação, o que torna de todo justa e merecida a correção de seus vencimentos.

Assim, à vista do exposto, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 2.215-10 de 2001.

Sala da Comissão,

, Presidente  
, Relator



## PARECER Nº , DE 2003

Da COMISSÃO MISTA, encarregada de analisar a **constitucionalidade** e o **mérito** da Medida Provisória nº 2215-10, de 2001, que *dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

### I – RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que *dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765 de 4 de maio de 1960, e 6.880 de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.*

A Medida foi reeditada várias vezes, tendo a última reedição sido feita sob o nº 2215-10 de 2001.

A citada Medida Provisória, no seu Capítulo I, trata da **remuneração** dos militares das Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, em tempo de paz, a qual será composta de soldo, adicionais e gratificações (art. 1º), além de outros direitos remuneratórios, como diária, transporte, ajuda de custo, etc (art. 2º). O art. 3º define cada uma das espécies de remuneração e de direitos remuneratórios, e o art. 4º determina que “a remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei”. O art. 5º estabelece as datas em que terá início o direito do militar à remuneração, e o art. 6º arrola os casos em que será suspenso o mesmo direito. O art. 7º descreve as situações em que deverá cessar o direito do militar à remuneração em atividade, e o art. 8º estabelece que, quando for o militar considerado

desaparecido ou extraviado, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

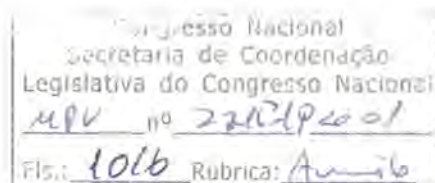
O Capítulo II trata dos “direitos pecuniários ao passar para a inatividade”. Assim, seu art. 9º menciona quais os direitos a que fará jus o militar quando a mencionada situação se configurar, além dos enumerados nos arts. 10 e 11 do Capítulo III, respeitante aos “proventos na inatividade”. O art. 12 determina que “suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente”.

O Capítulo IV versa sobre os descontos, ou “abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para o cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.” (art. 14). O art. 15 relaciona quais os descontos obrigatórios do militar, e o art. 16 define quais os descontos autorizados.

O Capítulo V trata “dos limites da remuneração e seus proventos”, estabelecendo, em seu art. 17, que “nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força”, e o art. 18 proíbe seja pago ao militar valor inferior ao salário mínimo vigente.

O Capítulo VI refere-se às disposições gerais, transitórias e finais, entre as quais constam algumas alterações às Leis nºs 3.765, de 1960 e 6.880, de 1980.

## II – ANÁLISE



A Medida Provisória sob análise versa sobre assunto elencado no § 1º do art. 61 da Constituição Federal, respeitante à iniciativa legislativa exclusiva do Presidente da República (inciso II, letra f).

A Medida mostra-se oportuna, pois visa a conferir melhoria a uma classe de servidores de fundamental importância para a Nação, buscando, segundo sua exposição de motivos, “modernizar e simplificar a legislação infraconstitucional no que se refere à remuneração dos militares, por meio da



revisão de sua estrutura, e, também, incentivar o princípio da eficiência, conforme apregoado no art. 37 da Constituição, na redação dada pela Emenda nº 19, de 4/6/98. Dessa forma, a reestruturação proposta alcança todos os postos e graduações”.

As emendas apresentadas à Medida, no total de 822, são, todas, repletas de mérito, pois objetivam sanar imperfeições que, de acordo com seus autores, violam direitos dos militares e prejudicam financeiramente algumas categorias em certos casos.

Porém, malgrado seus nobres propósitos, na sua totalidade as citadas emendas colidem com o inciso I do art. 63 da Constituição, posto nos seguintes termos:

**Art. 63.** Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º.

As exceções estatuídas pelo transcrito dispositivo se referem à lei orçamentária anual e à lei de diretrizes orçamentárias.

O preceito tem por fundamento a preocupação com a economia pública, e por isso os projetos e as medidas advindas do Poder Executivo não podem sofrer emendas que aumentem a despesa ali prevista. *O fundamento desse dispositivo decorre do fato de o Presidente, enquanto administrador, ter a obrigação de conhecer com profundidade o objeto de seu trabalho. O assunto da despesa, nesse caso, é intromissão do Legislativo, inadmissível à realidade do Estado.* (“A Constituição do Brasil de 1988, comparada com a Constituição de 1967 e comentada” – Price Waterhouse).

De nossa parte, resolvemos aprovar a MP mediante projeto de lei de conversão, incorporando quatro emendas de relator que, no nosso entendimento, aprimoram a iniciativa e conferem maior justiça no trato da questão da remuneração dos militares. Três alteram o art. 34, em primeiro lugar mudando o termo *remuneração* por *proventos*. Outrossim, recalcula o soldo daqueles que estavam em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000, e assegura aos militares reformados e atingidos por atos de exceção (hoje anistiados) todos os direitos e prerrogativas referentes à graduação que corresponda aos proventos que recebem, o que evidentemente não gera efeitos financeiros novos, mas tão-somente garante aos militares já reformados o direito à promoção para o posto correspondente aos proventos que já recebem.



Alteramos também o § 2º do art. 34 para harmonizá-lo com os dizeres da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, *que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército*.

A referida Lei, recepcionada pela MP, estabelece que *não haverá promoção do militar por ocasião da transferência para a Reserva Remunerada*, e nem por ocasião da reforma (arts. 56 e 57). A mesma Lei determina, em seu art. 63, que tais mandamentos só entrariam em vigor em 10 de outubro de 1966, e não em 16 de dezembro de 1965, como consta no Projeto de Lei de Conversão.

Assim, a emenda ora apresentada tem por escopo corrigir essa falha relativa à data.

A outra emenda altera a redação do art. 31, para dar maior clareza à redação de um dispositivo que visa a oferecer opção, mediante contribuição, para os militares que pretendiam manter o benefício do deferimento da pensão militar para a filha.

Além disso acolhemos as seguintes emendas:

– Emenda nº 6: suprime, no art. 29, a expressão: “sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes”, e, no seu parágrafo único, a expressão: “até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes.” A redação do art. 29 da MP assim reza:

Art. 29. Constatada a redução de remuneração de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta Medida Provisória, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes.

*Parágrafo único.* A vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no *caput* deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes. (Emendas do mesmo teor: 31, 32, 65, 109, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 784 e 810)

– Emenda nº 41: acrescenta parágrafo ao art. 33, para permitir ao militar a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço

para fins de inatividade. (Emendas do mesmo teor: 42, 111, 139, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 567, 568, 781, 797 e 803)

– Emenda nº 121: altera a Tabela V do Anexo para dar percentual de 20% sobre o soldo àqueles que exercem atividades sujeitas à exposição de irradiação ionizante. (Emendas do mesmo teor: 142)

– Emenda nº 125: altera a Tabela V, relativo ao Auxílio Invalidez. (Emendas do mesmo teor: 143, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 685, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 787, 788 e 790)

– Emenda nº 137: acrescente parágrafo ao art. 30, para determinar que *as parcelas iguais ou superiores a cento e oitenta dias serão consideradas como um ano completo*. (Emendas do mesmo teor: 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527., 528, 529, 800, 806 e 808)

Assim, opinamos pela aprovação da Medida Provisória nº 2.215-10 de 2001, alterando os arts. 29, 30, 31, 33 e 34 com as emendas supratranscritas, e rejeitando as 636 emendas restantes, que são as que se seguem:

– Emenda nº 1: acrescenta parágrafo ao art. 14 da Medida Provisória, determinando que “os descontos autorizados não poderão exceder a 30% da remuneração, proventos e pensão militares”. (Emendas do mesmo teor: 19, 20, 88 e 97)

– Emenda nº 2: suprime o inciso III do art. 15 da Medida, que estabelece como desconto obrigatório do militar “a indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar”. (Emendas do mesmo teor: 21, 22, 67 e 99)

– Emenda nº 3: suprime o § 2º do art. 18 da Medida, que exclui as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais do disposto no *caput* do artigo, que determina que “nenhum militar ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos



mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada”. (Emendas do mesmo teor: 24 e 103)

– Emenda nº 4: estende aos pensionistas os benefícios estatuídos no art. 21. (Emendas do mesmo teor: 25, 26, 27, 70, 92, 104, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 780 e 801)

– Emenda nº 5: suprime, do art. 28, o “inciso II do art. 50”, e, no art. 39, a expressão “§ 1º do art. 50”, para que, assim, continue em vigor a redação dos referidos preceitos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que, segundo a justificacão do autor da emenda, eram mais justos porque a promoção ali estabelecida compensava a inexistência de outros direitos relativos a outras profissões como, por exemplo, FGTS, hora extra, etc. (Emendas do mesmo teor: 28 e 69, 108, 135, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 785, 786, 809, 812, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820 e 821)

– Emenda nº 7: suprime o art. 30 da Medida, segundo o qual “fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea c do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória assegurado ao militar o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000”. (Emendas do mesmo teor: 33, 34, 35, 36 e 68)

– Emenda nº 8: suprime o art. 37 da Medida Provisória, e, no art. 39, a expressão ‘inciso III’ do art. 137 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. O referido art. 37 dispõe que “fica assegurado ao militar o acréscimo de um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial dos diversos corpos,



quadros e serviços que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial para a sua admissão nas Forças Armadas, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso”. (Emendas do mesmo teor: 29, 46, 47, 66 e 115)

– Emenda nº 9: Acrescenta parágrafo único ao art. 38 da Medida, para estender ao ex-combatente os benefícios da iniciativa. (Emendas do mesmo teor: 58, 62 e 87)

– Emenda nº 10: Acrescenta à Medida dispositivo estabelecendo que “o soldo do último posto da hierarquia militar da respectiva Força será calculado tomando por base o soldo de seu próprio posto, acrescido da diferença entre o soldo deste posto e o soldo do posto imediatamente anterior”. (Emendas do mesmo teor: 56, 60, 83 e 119)

– Emenda nº 11: acrescenta à Medida dispositivo que permite ao militar da ativa receber remuneração integral quando estiver à disposição da Justiça Eleitoral. (Emendas do mesmo teor: 54, 55, 91 e 116)

– Emenda nº 12: acrescenta dispositivo à Medida aplicando seus benefícios aos integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Antigo Distrito Federal, extensivo aos seus pensionistas. (Emendas do mesmo teor: 57, 59, 84, 85, 61 e 117)

– Emenda nº 13: modifica a Tabela I do Anexo I da Medida, aumentando o valor dos soldos propostos para os prazas especiais. (Emenda do mesmo teor: 52, 53, 72, 120, 144, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656 e 794)

– Emenda nº 14: altera a redação do inciso II do art. 3º da Medida, para permitir que o adicional militar de que fala o dispositivo conste de parcela remuneratória mensal devida ao militar e inerente ao exercício da atividade específica, incidente sobre o soldo e calculada no percentual de 17% a partir de 1º de janeiro de 2001, alterada para 28% a partir de janeiro de 2002. (Emenda do mesmo teor: 94)

– Emenda nº 15: altera também o inciso II do art. 3º da MP, buscando estabelecer que o adicional militar deverá ser calculado com percentual referente ao círculo hierárquico do soldo efetivamente recebido, inerente à carreira militar. Pela redação constante da Medida, o adicional militar

vem a ser a “parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar”. (Emendas do mesmo teor: 16, 17 e 76)

– Emenda nº 18: acrescenta inciso ao art. 9º da MP, para que o militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, faça jus, também, ao “transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação da respectiva bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência”. (Emendas do mesmo teor: 89 e 96)

– Emenda nº 23: altera o *caput* do art. 15, para determinar que os descontos obrigatórios ali arrolados refiram-se ao militar em atividade, ao tempo em que acrescenta um parágrafo ao artigo para excepcionar, dos descontos previstos, apenas a contribuição para a pensão militar em relação ao militar na inatividade. (Emendas do mesmo teor: 80 e 81)

– Emenda nº 28: altera a redação do § 1º do art. 7º da Lei nº 3.765, de 1960, já modificada pela presente Medida, para incluir os pais do militar na percepção da pensão.

– Emenda nº 30: altera a redação do inciso II do art. 50 da Lei nº 6.880, de 1980, já alterado pela presente MP, por julgar que a redação dada pela Medida traz prejuízos financeiros ao militar que está na iminência de se aposentar. (Emenda do mesmo teor: 78)

– Emenda nº 37: altera o art. 30 da MP, para assegurar ao militar que, em 29/12/00 tenha completado 10 anos de efetivo exercício, o direito ao percentual correspondente “aos anos de serviço a que fizer jus por ocasião de sua passagem para a inatividade”. (Emendas do mesmo teor: 38 e 39)

– Emenda nº 40: suprime o art. 31 da MP, que institui como obrigatório desconto de 1,25% para que o militar faça jus à manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765, de 1960. (Emenda do mesmo teor: 79)

– Emenda nº 43: altera a redação do art. 34, para assegurar ao militar que, na data da publicação desta Lei, tenha 10 anos de efetivo serviço, “o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração”. Pela redação da Medida, esse direito é assegurado, mas somente aos que tenham completado os requisitos para a transferência à inatividade até 29/12/00. (Emendas do mesmo teor: 44, 45, 77, 82, 112, 113, 114 e 569)



– Emenda nº 48: suprime da alínea *a* da Tabela VI do Anexo II da MP a expressão “a partir de 29 de dezembro de 2000”, data após a qual o militar terá direito ao percentual ali conferido. (Emendas do mesmo teor: 49, 50, 51 e 122)

– Emenda nº 63: altera diversos dispositivos da MP, sobretudo para incluir os militares do Distrito Federal como beneficiários da presente iniciativa.

– Emenda nº 73: altera o art. 17 da MP, para estabelecer que “nenhum militar, na ativa ou na inatividade, poderá perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. (Emenda do mesmo teor: 102)

– Emenda nº 74: altera a redação do art. 34 da MP, assegurando ao militar o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior caso ele tenha, “na data da publicação desta Lei”, um mínimo de 20 anos de efetivo exercício, ou melhoria dessa remuneração quando, “ao ser transferido para a inatividade, contar com mais de 30 anos de serviço”.

O nobre Deputado autor da emenda apresentou mais duas emendas nos mesmos termos, diminuindo, respectivamente, para o mínimo de 5 e 10 anos o tempo de exercício para o gozo do referido direito, sob os nºs 75 e 77, e o Deputado Nelson Marquenzell<sup>11</sup> apresentou emenda nos mesmos termos sob o nº 82.

– Emenda nº 86: acrescenta parágrafo ao art. 15, para tornar facultativo, para inativos e pensionistas o desconto arrolado no seu inciso II. (Emenda do mesmo teor: 191)

– Emenda nº 93: acrescenta, entre os benefícios já estabelecidos pelo inciso I do art. 2º, o auxílio moradia. (Emenda do mesmo teor: 95)

– Emenda nº 98: estatui como desconto obrigatório do militar a contribuição para o custeio dos proventos e da pensão militar.

– Emenda nº 100: estipula taxa de ocupação do “Próprio Nacional Residencial”.

– Emenda nº 101: determina que o desconto previsto no inciso II do art. 15 seja facultativo aos militares inativos e pensionistas.



– Emenda nº 105: altera a redação do *caput* do art. 1º da Lei nº 3.765, de 1960, para determinar que são contribuintes obrigatórios para o custeio do provento e da pensão militar todos os militares das Forças Armadas, exceto os reformados.

– Emenda nº 106: altera o art. 3º da Lei nº 3.765, de 1960, para determinar que a contribuição para o *custeio do provento e da pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos da inatividade*.

– Emenda nº 107: altera o art. 29 da Lei nº 3.765, de 1960, para permitir a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade ou de outro regime.

– Emenda nº 110: suprime do art. 30 a expressão *observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória*. (Emenda do mesmo teor: 136, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 741, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 783, 811 e 813)

– Emenda nº 118: estende ao ex-combatente os benefícios de que trata o art. 57 do ADCT da Constituição de 1988.

– Emenda nº 123: altera a Tabela I do Anexo IV da Medida, incluindo vários beneficiários na ajuda de custo.

– Emenda nº 124: altera a Tabela II constante do Anexo IV, relativo ao Auxílio-Fundamento.

– Emenda nº 126: *acrescenta* dispositivo à Lei nº 3.765, de 1960, para determinar que *a contribuição para a pensão militar incidirá sobre o valor do soldo*. (Emenda do mesmo teor: 128)

– Emenda nº 127: determina que a alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa.

– Emenda nº 129: altera o art. 25, para suprimir os descontos diferenciados relativos à contribuição para a assistência médico-hospitalar. (Emendas do mesmo teor: 130, 131, 132, 133, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 782, 789 e 802)

– Emenda nº 134: acrescenta um parágrafo ao art. 14, para exigir sejam recalculados os descontos obrigatórios. (Emendas do mesmo teor: 146)

– Emenda nº 138: assegura aos atuais militares a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960.

– Emenda nº 140: acrescenta parágrafo único ao art. 34, para assegurar aos militares inativos que percebem proventos do posto ou graduação superior todos os direitos decorrentes de suas promoções. (Emendas do mesmo teor: 570, 571, 572, 573, 798 e 799)

– Emenda nº 141: acrescenta parágrafo único ao art. 35, para determinar que *a contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa*. (Emendas do mesmo teor: 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 793 e 804)

– Emenda nº 145: acrescenta parágrafo ao art. 14, estabelecendo sistema único de desconto a ser cumprido pelos três comandos militares.

– Emenda nº 147: altera a redação do art. 16, para determinar sejam os descontos autorizados efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros.

– Emenda nº 148: acrescenta parágrafo ao art. 25, estabelecendo como opcional para os militares da reserva o desconto a ser cobrado como contribuição para assistência médico-hospitalar.

– Emenda nº 149: acrescenta inciso ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3.765, de 1960, para incluir os militares na inatividade remunerada como beneficiários do benefício ali estatuído. (Emendas do mesmo teor: 150)

– Emenda nº 151: acrescenta dispositivos à Medida, para determinar que os militares das Forças Armadas atingidos pelos arts. 56 e 57 da Lei nº 4.902, de 1965 sejam efetivados nos postos ou graduações.

– Emenda nº 152: define o adicional militar como a parcela remuneratória mensal devida ao militar, não inferior ao soldo de cabo engajado.



– Emenda nº 153: acrescenta parágrafo ao art. 3º, para não mais incidir imposto de renda sobre o adicional de que trata o inciso V do artigo.

– Emenda nº 154: acrescenta parágrafo ao art. 9º, para determinar que o militar da reserva que, *em 29/12/00, encontrava-se designado para o serviço ativo e não tenha se beneficiado do direito previsto no inciso II do art. 58 da Lei nº 8.237/91, por motivo de transferência para a inatividade, faça jus ao benefício previsto no inciso I do art. 9º.*

– Emenda nº 155: acrescenta parágrafo único ao art. 15, para determinar que o desconto previsto no inciso II do artigo seja facultado para inativos e pensionistas. (Emendas do mesmo teor: 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 805 e 807)

– Emenda nº 279: altera o art. 27 da Medida, para determinar que *a alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa.* (Emendas do mesmo teor: 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 321, 791, 792 e 795)

– Emenda nº 657: altera a Tabela II constante do Anexo II, relativo ao Adicional Militar, para evitar a discriminação da ~~correção~~ às ~~parcelas~~ mais baixas.

– Emenda nº 796: altera o § 1º do art. 31, para permitir a renúncia ao benefício constante do *caput* do artigo, e acrescenta um parágrafo para permitir que o militar poderá tornar sem efeito a renúncia mediante pagamento de contribuição para a pensão referente aos meses em que não tenha sido descontada.

– Emenda nº 822: acrescenta artigo à Seção I do Capítulo VII da Medida, para assegurar aos militares a revisão anual da remuneração, dos proventos e das pensões, sempre na mesma data e sem distinções de índices.

– **A EMENDA Nº 36 SE IDENTIFICA COM A EMENDA Nº 64.**

– **A EMENDA Nº 42 SE IDENTIFICA COM A EMENDA Nº 90.**

– **A EMENDA Nº 50 SE IDENTIFICA COM A EMENDA Nº 71.**



A seguir, mencionamos os nomes dos autores das emendas apresentadas:

- Deputado Jair Bolsonaro: emendas n<sup>os</sup> 1 a 13, 15, 18, 20, 22, 25, 26, 29, 31, 35, 42, 46, 550, 53, 55 a 59, 65, a 77, 83 a 97, 99 a 104, 108 a 127, 129, 137, 141, 154, 570 e 796.
- Deputado Luiz Moreira: emendas n<sup>os</sup> 51 e 372.
- Deputado Jorge Wilson: emendas n<sup>os</sup> 24, 27, 32, 33, 39, 41, 43, 47, 49, 52, 54 e 60 a 63.
- Deputado Nelson Marquenzelli: emendas n<sup>os</sup> 17, 37, 45, 48, 82, 133, 138, 140, 179, 222, 262, 305, 382, 432, 473, 514, 553, 599, 641, 684 e 746.
- Deputado Alceu Collares: emendas n<sup>os</sup> 23, 28, 30, 36, 40, 64, 78 a 81, 152, 153, 239, 657 e 659.
- Deputado Enivaldo Ribeiro: emendas n<sup>os</sup> 34, 291, 350 e 753.
- Deputado Walter Pinheiro: emendas n<sup>os</sup> 98, 106 e 107.
- Deputado Professor Luizinho: emendas n<sup>os</sup> 105, 188, 229, 271, 314, 394, 482, 523, 561, 608, 649, 692 e 709.
- Deputado Luiz Fernando: emendas n<sup>os</sup> 174, 217, 358, 300, 371, 427, 468, 509, 548, 594, 636, 679 e 763.
- Deputado Luiz Ribeiro: emendas n<sup>os</sup> 175, 218, 259, 301, 373, 428, 469, 510, 549, 595, 637 e 680.
- Deputado Luiz Sérgio: emendas n<sup>os</sup> 176, 219, 429, 470, 511, 550, 638 e 681.
- Deputado Márcio Bittar: emendas n<sup>os</sup> 177, 220, 260, 302, 375, 430, 512, 551, 596 e 639.
- Deputado Moacir Micheletto: emendas n<sup>os</sup> 178, 221, 261, 304, 379, 431, 472, 513, 552, 598, 640 e 683.
- Deputado Newton Lima: emendas n<sup>os</sup> 180, 223, 263, 306, 383, 433, 474, 515, 554, 600, 642, 685 e 786.



- Deputado Osmânio Pereira: emendas n<sup>os</sup> 181, 224, 264, 307, 385, 434, 475, 516, 555, 556, 601, 643, 687 e 743.
- Deputado Osmar Samaglio: emendas n<sup>os</sup> 182, 265, 308, 386, 435, 476, 517, 602, 644 e 688.
- Deputado Inaldo Leitão: emendas n<sup>os</sup> 166, 209, 250, 292, 356, 420, 460, 501, 541, 587, 627, 671 e 775.
- Deputado Ivanio Guerra: emendas n<sup>os</sup> 167, 210, 251, 293, 357, 421, 461, 502, 542, 588, 628 e 672.
- Deputado João Magalhães: emendas n<sup>os</sup> 168, 211, 252, 294, 359, 422, 463, 504, 545, 589, 629, 673 e 773.
- Deputado João Magno: emendas n<sup>os</sup> 169, 212, 464, 503, 590, 630 e 674.
- Deputado José Carlos Coutinho: emendas n<sup>os</sup> 170, 213, 253, 295, 361, 423, 462, 505, 543, 591, 631 e 675.
- Deputado José Janene: emendas n<sup>os</sup> 171, 214, 254, 296, 363, 424, 465, 506, 544, 592, 632, 676 e 768.
- Luiz Carlos Heinze: emendas n<sup>os</sup> 172, 216, 256, 298, 368, 425, 466, 507, 546, 593, 634 e 677.
- Deputado Luiz Bittencourt: emendas n<sup>os</sup> 173, 215, 257, 299, 369, 426, 467, 508, 547, 635 e 678.
- Deputado Aníbal Gomes: emendas n<sup>os</sup> 158, 200, 241, 282, 326, 410, 450, 492, 532, 577, 618, 622 e 738.
- Deputado Arnon Bezerra: emendas n<sup>os</sup> 159, 199, 242, 283, 328, 411, 451, 493, 533, 578, 619, 663 e 729.
- Deputado Asdrúbal Bentes: emendas n<sup>os</sup> 160, 201, 243, 284, 330, 412, 452, 494, 534, 579, 620 e 664.
- Deputado Augusto Farias: emendas n<sup>os</sup> 161, 202, 244, 285, 331, 413, 453, 495, 535, 580, 621 e 665.
- Deputado Carlos Santana: emendas n<sup>os</sup> 162, 203, 245, 286, 337, 414, 454, 496, 536, 581, 622 e 666.



- Deputado Cunha Bueno: emendas nºs 163, 204, 246, 287, 341, 415, 455, 497, 537, 582, 623 e 667.
- Deputado De Velasco: emendas nºs 164, 205, 288, 342, 416, 457, 498, 538, 583, 624, 668 e 756.
- Deputado Dr. Hélio: emendas nºs 165, 206, 248, 289, 344, 345, 417, 456, 499, 539, 569, 584, 625, 669 e 752.
- Deputado Themístocles Sampaio: emendas nºs 194, 235, 277, 321, 402, 445, 487, 529, 566, 614, 656 e 698.
- Deputado Wagner Salustiano: emendas nºs 195, 236, 278, 319, 404, 446, 488, 527, 567, 615, 654 e 699.
- Deputado Eni Voltolini: emendas nºs 208, 249, 349, 419, 500 e 586.
- Deputado Luciano Castro: emendas nºs 255, 297, 367 e 633.
- Deputada Mirian Reide: emendas nºs 303, 471, 597, 682 e 748.
- Deputado Almir Sá: emendas nº 325.
- Deputado Arnaldo Faria de Sá: emenda nº 327.
- Deputado Ary Kara: emenda nº 329.
- Deputado Augusto Nardes: emendas nº 332.
- Deputado Osvaldo Reis: emendas nºs 183, 225, 266, 309, 387, 436, 474, 518, 557, 603, 645 e 686.
- Deputado Paulo Gouvêa: emendas nºs 184, 226, 267, 310, 389, 437, 475, 519, 558, 604, 646 e 689.
- Deputado Paulo Lima: emendas nºs 185, 227, 268, 311, 390, 438, 479, 520, 559, 605, 647, 690, 710 e 718.
- Deputado Paulo Octávio: emendas nºs 186, 269, 312, 391, 480, 521 e 606.
- Deputado Pedro Chaves: emendas nºs 187, 228, 270, 313, 393, 439, 481, 522, 560, 607, 648 e 691.



- Deputado Ricardo Berzoini: emendas nºs 189, 230, 272, 315, 395, 440, 484, 524, 562, 609, 650 e 693.
- Deputado Ronaldo Vasconcelos: emendas nºs 190, 231, 273, 316, 398, 441, 483, 525, 563, 610, 651 e 694.
- Deputado Salomão Cruz: emendas nºs 191, 232, 274, 317, 399, 442, 485, 526, 564, 611, 652 e 695.
- Deputado Telmo Kirst: emendas nºs 183, 234, 276, 320, 401, 444, 486, 528, 568, 613, 655 e 697.
- Deputada Laura Carneiro: emendas nºs 128, 143, 151 e 571.
- Deputado Severino Cavalcanti: emendas nºs 130, 135, 136, 139, 142, 144, 192, 233, 275, 318, 400, 443, 565, 612, 653 e 696.
- Deputado Eduardo Campos: emendas nºs 131, 132, 207, 290, 348, 418, 458, 540, 585, 626, 700 e 787.
- Deputado Antônio Cambraia: emendas nº 134.
- Deputado Francisco Garcia: emendas nºs 145 e 146 a 150.
- Deputado Ailton Cascavel: emendas nºs 155, 196, 237, 279, 322, 407, 447, 489, 530, 574, 616 e 658.
- Deputado Aiberto Fiaga: emendas nºs 156, 197, 238, 280, 323, 408, 448, 490, 531, 575, 617, 660 e 799.
- Deputada Almerinda de Carvalho: emendas nºs 157, 198, 240, 281, 324, 409, 449, 491, 576, 661 e 757.
- Deputado Jonival Lucas Junior: emenda nº 770.
- Deputado João Ribeiro: emenda nº 771.
- Deputado João Mendes: emenda nº 772.
- Deputado João Colaço: emenda nº 774.
- Deputado Igor Avelino: emenda nº 776.
- Deputado Hugo Biehl: emenda nº 777.
- Deputado Fetter Junior: emenda nº 778.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MPV nº 225-19 2001	
Fls. 1030	Rubrica: <i>A. A. A.</i>



- Deputado Gervásio Silva: emenda nº 779.
- Senador Mozarildo Cavalcanti: emendas nºs 780 a 785, 792 a 795, 807 e 808.
- Deputado Luciano Bivar: emenda nº 788.
- Senador Ney Suassuna: emendas nºs 789, 790, 797, 800, 810, 811 e 812.
- Senadora Marluce Pinto: emendas nºs 791, 801 a 806 e 813.
- Deputada Zilá Bezerra: emendas nºs 406 e 798.
- Senadora Maria do Carmo Alves: emenda nº 809.
- Deputado Luiz Durão: emenda nº 814.
- Deputado Tomás Nono: emenda nº 720.
- Deputado João Torta: emenda nº 721.
- Deputado Agnelo Muniz: emenda nº 722.
- Deputado Neiva Moreira: emenda nº 723.
- Deputado Olímpio Pires: emenda nº 724.
- Deputado Silvio Torres: emenda nº 725.
- Deputado Régis Cavalcanti: emenda nº 726.
- Deputado José Almeida: emenda nº 727.
- Deputado Candinho Mattos: emendas nºs 728 e 336.
- Deputado Fernando Garcia: emenda nº 730.
- Deputado Paes Landim: emenda nº 742.
- Deputado Oscar Andrade: emenda nº 744.
- Deputado Nilton Capichaba: emenda nº 745.
- Deputado Nelson Markezan: emenda nº 747.
- Deputado Milton Monti: emenda nº 749.

Presso Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Legislativa do Congresso N.  
MPV nº 22/15-19 20  
1031 Rubrica: Au

- Deputado José Índio: emenda nº 750.
- Deputado Roberto Rocha: emenda nº 751.
- Deputado Domiciano Cabral: emenda nº 754.
- Deputado Benedito Dias: emenda nº 755.
- Deputada Cássia Ferreira: emenda nº 758.
- Deputado José Elias Murad: emenda nº 759.
- Deputado Medeiros: emenda nº 760.
- Deputado Mauro Benevides: emenda nº 761.
- Deputado Márcio Mattos: emenda nº 762.
- Deputado Luiz Barbosa: emenda nº 764.
- Deputado Lino Rossi: emenda nº 765.
- Deputado Lincon Portella: emendas nºs 366 e 766.
- Deputado Laire Rosado: emenda nº 767.
- Deputado Jorge Khoury: emenda nº 769.
- Deputado Babá: emenda nº 333.
- Deputado Bispo Rodrigues: emenda nº 334.
- Deputado Bispo Wanderval: emenda nº 335.
- Deputado Cleonânicio Fonseca: emenda nº 338.
- Deputado Confúcio Moura: emenda nº 340.
- Deputado Cornélio Ribeiro: emenda nº 339.
- Deputado Delfin Netto: emenda nº 343.
- Deputado Edmar Moreira: emenda nº 346.
- Deputado Edson Andrino: emenda nº 347.
- Deputado Fernando Gabeira: emendas nºs 351 e 731.

LEGISLAÇÃO NACIONAL	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	nº 22 (10-10) 20-01
1032	Rubrica: Amíl





- Deputado Gilmar Machado: emenda nº 352.
- Deputado Haroldo Lima: emenda nº 353.
- Deputado Herculano Anguinetti: emenda nº 354.
- Deputado Iédio Rosa: emenda nº 355 e 713.
- Deputado João Leão: emenda nº 358.
- Deputado João Puzzolatti: emendas nº 360 e 740.
- Deputado José Egídio: emenda nº 362.
- Deputado José Militão: emenda nº 364.
- Deputado Lamartine Possela: emenda nº 365.
- Deputado Eliseu Moura: emenda nº 732.
- Deputado Edmar Moreira: emenda nº 733.
- Deputado Dino Fernandes: emenda nº 734.
- Deputado Celso Russomano: emenda nº 735.
- Deputado Carlito Merres: emenda nº 736.
- Deputado Armando Abílio: emenda nº 737.
- Deputado Albérico Filho: emenda nº 739.
- Deputado Rodrigo Maia: emenda nº 396.
- Deputado Romel Anísio: emenda nº 397.
- Deputado José Nono: emenda nº 403.
- Deputado Waldir Pires: emenda nº 405.
- Deputada Zilá Bezerra: emenda nº 406.
- Deputado Marcos de Jesus: emenda nº 572.
- Deputado Wellinton Fagundes: emenda nº 573.
- Deputado Fernando Gonçalves: emenda nº 700.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MP nº	2215-19/2001
Pl nº	1033 Rubrica: <i>Amorim</i>

- Deputado Fernando Ferro: emenda nº 701.
- Deputado Agnelo Queirós: emenda nº 702.
- Deputada Nair Lobo: emenda nº 703.
- Deputado Mauro Lopes: emenda nº 704.
- Deputado Saulo Coelho: emenda nº 705.
- Deputado Mendes Ribeiro Filho: emenda nº 706.
- Deputado Jair Meneghelli: emenda nº 707.
- Deputado Antônio do Valle: emenda nº 708.
- Deputado Costa Ferreira: emenda nº 711.
- Deputado Eliseu Rezende: emenda nº 712.
- Deputado Vilmar Rocha: emenda nº 714.
- Deputado Ronaldo Lavigne: emenda nº 715.
- Deputado Euvídio Pinheiro: emenda nº 716.
- Deputado Yonilton Gonçalves: emenda nº 717.
- Deputado Morilo Domingos: emenda nº 719.
- Deputado Luiz Carlos Hauli: emenda nº 370.
- Deputado Magno Malta: emenda nº 374.
- Deputado Márcio Reinaldo Moreira: emenda nº 376.
- Deputado Mario Negromonte: emenda nº 377.
- Deputado Medeiros: emenda nº 378.
- Deputado Moroni Torgan: emenda nº 380.
- Deputado Mussa Demes: emenda nº 381.
- Deputado Oliveira Filho: emenda nº 384.
- Deputado Pauderney Avelino: emendas nº<sup>os</sup> 388 e 741.

- Deputado Paulo Paim: emenda nº 392.
- Deputado Aroldo Oliveira: emenda nº 815.
- Deputado Eurico Miranda: emenda nº 816.
- Deputado Francisco Rodrigues: emenda nº 817.
- Deputado Luiz Barbosa: emenda nº 818.
- Deputado Silas Brasileiro: emenda nº 819.
- Deputado Sérgio Novaes: emenda nº 820.
- Deputado Rubens Furlan: emenda nº 821.
- Senadora Emília Fernandes: emenda nº 822.

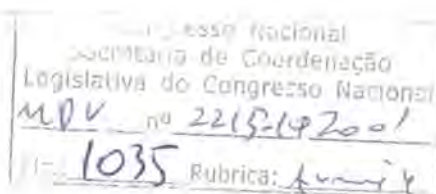
### III – VOTO

Em face do exposto, concluímos este relatório pela apresentação do seguinte:

## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2003

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

### CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO





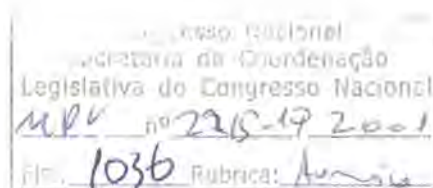
**Art. 1º** A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de:

- I – soldo;
- II – adicionais:
  - a) militar;
  - b) de habilitação;
  - c) de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;
  - d) de compensação orgânica; e
  - e) de permanência;
- III – gratificações:
  - a) de localidade especial; e
  - b) de representação.

*Parágrafo único.* As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Medida Provisória.

**Art. 2º** Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares têm os seguintes direitos remuneratórios:

- I – observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória:
  - a) diária;
  - b) transporte;
  - c) ajuda de custo;
  - d) auxílio-fardamento;
  - e) auxílio-alimentação;
  - f) auxílio-natalidade;
  - g) auxílio-invalidéz; e



h) auxílio-funeral;

II – observada a legislação específica:

a) auxílio-transporte;

b) assistência pré-escolar;

c) salário-família;

d) adicional de férias; e

e) adicional natalino.

*Parágrafo único.* Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do Anexo IV.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como:

I – soldo – parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível;

II – adicional militar – parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar;

III – adicional de habilitação – parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

IV – adicional de tempo de serviço – parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V – adicional de compensação orgânica – parcela remuneratória mensal devida ao militar para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação;

VI – adicional de permanência – parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação;

VII – gratificação de localidade especial – parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas, conforme regulamentação;

VIII – gratificação de representação:

a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar, conforme regulamentação; e

b) parcela remuneratória eventual devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação;

IX – diária – direito pecuniário devido ao militar que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;

X – transporte – direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado por conta da União, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional;

XI – ajuda de custo – direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação:

a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e

b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento;

XII – auxílio-fardamento – direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento, conforme regulamentação;

XIII – auxílio-alimentação – direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação, conforme regulamentação;

XIV – auxílio-natalidade – direito pecuniário devido ao militar por motivo de nascimento de filho, conforme regulamentação;



XV – auxílio-invalidez – direito pecuniário devido ao militar na inatividade, reformado como inválido, por incapacidade para o serviço ativo, conforme regulamentação; e

XVI – auxílio-funeral – direito pecuniário devido ao militar por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente, ou ainda ao beneficiário no caso de falecimento do militar, conforme regulamentação.

*Parágrafo único.* O militar quando em viagens a serviço terá direito a passagens, conforme regulamentação.

**Art. 4º** A remuneração e os proventos do militar não estão sujeitos a penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.

**Art. 5º** O direito do militar à remuneração tem início na data:

I – do ato da promoção, da apresentação atendendo convocação ou designação para o serviço ativo, para o Oficial;

II – do ato da designação ou declaração, da apresentação atendendo convocação para o serviço ativo, para o Guarda-Marinha ou o Aspirante-a-Oficial;

III – do ato da nomeação ou promoção a Oficial, para Suboficial ou Subtenente;

IV – do ato da promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças;

V – da incorporação às Forças Armadas, para convocados e voluntários;

VI – da apresentação à organização competente do Ministério da Defesa ou Comando, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação das Forças Armadas; ou

VII – do ato da matrícula, para os alunos das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres.

*Parágrafo único.* Nos casos de retroatividade, a remuneração é devida a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

**Art. 6º** Suspende-se temporariamente o direito do militar à remuneração quando:

I – em licença para tratar de interesse particular;

II – na situação de desertor; ou

III – agregado, para exercer atividades estranhas às Forças Armadas, estiver em cargo, emprego ou função pública temporária não eletiva, ainda que na Administração Pública Federal indireta, respeitado o direito de opção pela remuneração correspondente ao posto ou graduação.

*Parágrafo único.* O militar que usar do direito de opção pela remuneração faz jus à representação mensal do cargo, emprego ou função pública temporária.

**Art. 7º** O direito à remuneração em atividade cessa quando o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas por:

I – anulação de incorporação, desincorporação, licenciamento ou demissão;

II – exclusão a bem da disciplina ou perda do posto e patente;

III – transferência para a reserva remunerada ou reforma; ou

IV – falecimento.

§ 1º O militar, enquanto não for desligado, continuará a perceber remuneração na ativa até a publicação de seu desligamento, que não poderá ultrapassar quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial do respectivo ato.

§ 2º A remuneração a que faria jus, em vida, o militar falecido, será paga aos seus beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

**Art. 8º** Quando o militar for considerado desaparecido ou extraviado, nos termos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sua remuneração ou proventos serão pagos aos que teriam direito à sua pensão militar.

§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos seis meses, iniciar-se-á a habilitação dos beneficiários à pensão militar, cessando o pagamento da



remuneração ou dos proventos quando se iniciar o pagamento da pensão militar.

§ 2º Reaparecendo o militar, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre a remuneração ou os proventos a que faria jus e a pensão paga a seus beneficiários.

## CAPÍTULO II

### DOS DIREITOS PECUNIÁRIOS AO PASSAR PARA A INATIVIDADE

**Art. 9º** O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus:

I – à ajuda de custo prevista na alínea *b* do inciso XI do art. 3º desta Medida Provisória; e

II – ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias é considerada como mês integral.

§ 2º Os direitos previstos neste artigo são concedidos aos beneficiários da pensão militar no caso de falecimento do militar em serviço ativo.

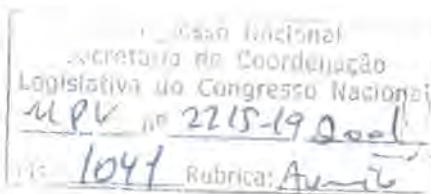
## CAPÍTULO III

### DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

**Art. 10.** Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

I – soldo ou quotas de soldo;

II – adicional militar;





III – adicional de habilitação;

IV – adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

V – adicional de compensação orgânica; e

VI – adicional de permanência.

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

I – integrais, calculados com base no soldo; ou

II – proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a um trinta avos do valor do soldo, por ano de serviço.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao cálculo da pensão militar.

§ 3º O militar transferido para a reserva remunerada *ex-officio*, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, ou por não haver preenchido as condições de escolha para acesso ao generalato, tem direito ao soldo integral.

**Art. 11.** Além dos direitos previstos no art. 10, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

I – adicional-natalino;

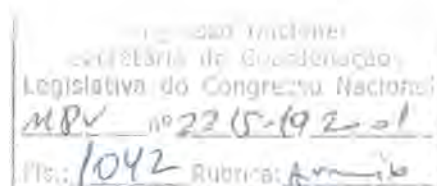
II – auxílio-invalidez;

III – assistência pré-escolar;

IV – salário-família;

V – auxílio-natalidade; e

VI – auxílio-funeral.



**Art. 12.** Suspende-se o direito do militar inativo à percepção de proventos, quando retornar à ativa, convocado ou designado para o desempenho de cargo ou comissão nas Forças Armadas, na forma da legislação em vigor, a partir da data da sua apresentação à organização militar competente.

**Art. 13.** Cessa o direito à percepção dos proventos na inatividade na data:

- I – do falecimento do militar;
- II – do ato que prive o Oficial do posto e da patente; ou
- III – do ato da exclusão a bem da disciplina das Forças Armadas, para a praça.

#### **CAPÍTULO IV DOS DESCONTOS**

**Art. 14.** Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

**Art. 15.** São descontos obrigatórios do militar:

- I – contribuição para a pensão militar;
- II – contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;
- III – indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;
- IV – impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;
- V – indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;
- VI – pensão alimentícia ou judicial;
- VII – taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;

VIII – multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação.

**Art. 16.** Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS LIMITES DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS**

**Art. 17.** Nenhum militar, na ativa ou na inatividade, pode perceber mensalidade, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do Comandante de Força.

*Parágrafo único.* Excluem-se, para fim de aplicação deste artigo, os valores inerentes a:

I – direitos remuneratórios previstos no art. 2º desta Medida Provisória;

II – adicional de tempo de serviço, observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória;

III – adicional de compensação orgânica;

IV – gratificação de localidade especial;

V – gratificação de representação; e

VI – adicional de permanência.

**Art. 18.** Nenhum militar ou beneficiário de pensão militar pode receber, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente, sendo-lhe paga, como complemento, a diferença encontrada.

§ 1º A pensão militar de que trata o *caput* deste artigo é a pensão militar tronco e não as cotas partes resultantes das subdivisões aos beneficiários.





§ 2º Excluem-se do disposto no *caput* deste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial.

§ 3º O complemento previsto no *caput* deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória, até que seja absorvido por ocasião de futuros reajustes.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

### SEÇÃO I Das Disposições Gerais

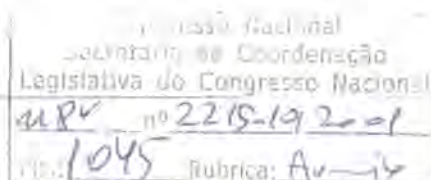
**Art. 19.** Os convocados ou mobilizados fazem jus à remuneração prevista nesta Medida Provisória.

*Parágrafo único.* Ao servidor público federal, estadual ou municipal fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.

**Art. 20.** Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, assegurado o direito de opção.

**Art. 21.** Ao militar que, em 29 de dezembro de 2000, encontrar-se reformado com fundamento no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, ou na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, fica assegurado o cálculo de seus proventos referentes ao soldo do posto de Segundo-Tenente, ou, se mais benéfico, o do posto a que ele faz jus na inatividade.

**Art. 22.** Aos militares que participarem da construção de estradas, aeródromos e obras públicas, mapeamento e levantamento cartográfico e hidrográfico, construção e instalação de rede de proteção ao vôo, serviços de sinalização náutica e reboque poderão ser conferidas gratificações na forma estabelecida em convênio com órgãos públicos ou privados interessados no referido trabalho, à conta dos recursos a estes destinados.



**Art. 23.** O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo.

**Art. 24.** O militar que, até 1º de março de 1976, tinha direito a compensação orgânica pela metade do valor, quando em deslocamento em aeronave militar, a serviço de natureza militar, não sendo tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou observador fotogramétrico, tem o seu direito assegurado.

**Art. 25.** A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## SEÇÃO II

### Das Disposições Transitórias

**Art. 26.** Enquanto não entrar em vigor lei especial dispondo sobre remuneração em campanha, permanecem em vigor os arts. 101 a 109 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

## SEÇÃO III

### Das Disposições Finais

**Art. 27.** A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.

*Parágrafo único.* Excluem-se do disposto no *caput* deste artigo:

I – o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

II – cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço.” (NR)

“Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

*Parágrafo único.* A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento.” (NR)

“Art. 4º Quando o militar, por qualquer circunstância, não puder ter descontada a sua contribuição para a pensão militar, deverá ele efetuar o seu recolhimento, imediatamente, à unidade a que estiver vinculado.

*Parágrafo único.* Se, ao falecer o contribuinte, houver dívida de contribuição, caberá aos beneficiários saldá-la integralmente, por ocasião do primeiro pagamento da pensão militar.” (NR)

“Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridade e condições a seguir:

I – primeira ordem de prioridade:

a) cônjuge;

b) companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;

c) pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia;

d) filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e

e) menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.

II – segunda ordem de prioridade, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar;

III – terceira ordem de prioridade:





a) o irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do militar;

b) a pessoa designada, até vinte e um anos de idade, se inválida, enquanto durar a invalidez, ou maior de sessenta anos de idade, que vivam na dependência econômica do militar.

§ 1º A concessão da pensão aos beneficiários de que tratam o inciso I, alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, exclui desse direito os beneficiários referidos nos incisos II e III.

§ 2º A pensão será concedida integralmente aos beneficiários do inciso I, alíneas *a* e *b*, ou distribuída em partes iguais entre os beneficiários daquele inciso, alíneas *a* e *c* ou *b* e *c*, integralmente habilitados, exceto se existirem beneficiários previstos nas suas alíneas *d* e *e*.

§ 3º Ocorrendo a exceção do § 2º, metade do valor caberá aos beneficiários do inciso I, alíneas *a* e *c* ou *b* e *c*, sendo a outra metade do valor da pensão rateada, em partes iguais, entre os beneficiários do inciso I, alíneas *d* e *e*. (NR)

“Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

*Parágrafo único.* A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior:

I – à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II – à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos.” (NR)

“Art. 23. Perderá o direito à pensão militar o beneficiário que:

I – venha a ser destituído do pátrio poder, no tocante às quotas-partes dos filhos, as quais serão revertidas para estes filhos;

II – atinja, válido e capaz, os limites de idade estabelecidos nesta Lei;

III – renuncie expressamente ao direito;

IV – tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar.” (NR)

“Art. 27. A pensão militar não está sujeita à penhora, seqüestro ou arresto, exceto nos casos especificamente previstos em lei.” (NR)

“Art. 29. É permitida a acumulação:

I – de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II – de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.” (NR)

**Art. 28.** A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

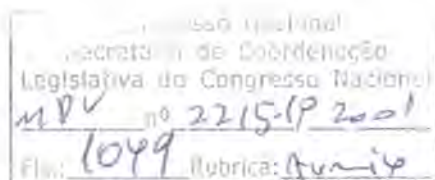
“Art. 6º São equivalentes as expressões “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo”, “em serviço na ativa”, “em serviço”, “em atividade” ou “em atividade militar”, conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas.” (NR)

“Art. 50.....

.....

II – o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possuía quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço;

III – o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contando trinta anos de serviço,





for transferido para a reserva remunerada, **ex officio**, por ter atingido a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, ou ter sido abrangido pela quota compulsória; e

....." (NR)

“Art. 53. A remuneração dos militares será estabelecida em legislação específica, comum às Forças Armadas.” (NR)

“Art. 63.....

§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença.

....." (NR)

“Art. 67.....

§ 3º A concessão da licença é regulada pelo Comandante da Força.” (NR)

Art. 70.....

§ 1º A interrupção da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer:

d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulamentação de cada Força.

....." (NR)

"Art. 81.....

II – for posto à disposição exclusiva do Ministério da Defesa ou de Força Armada diversa daquela a que pertença, para ocupar cargo militar ou considerado de natureza militar;

....." (NR)

**Art. 29.** Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta Medida Provisória, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.



*Parágrafo único.* A vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no *caput* deste artigo constituirá parcela de proventos na inatividade, além das previstas no art. 10 desta Medida Provisória.

**Art. 30.** Fica extinto o adicional de tempo de serviço previsto na alínea *c* do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000.

*Parágrafo Único* – As parcelas iguais ou superiores a 180 (cento e oitenta) dias serão consideradas como 01 (um) ano completo.

**Art. 31.** Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento das parcelas constantes do art. 10 desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765 de 1960 até 29 de dezembro de 2000.

§ 1º Poderá ocorrer a renúncia ao benefício assegurado no *caput*, em caráter irrevogável e mediante termo expresse, em qualquer época, sem implicar em ressarcimento da importância já contribuída.

§ 2º Os beneficiários diretos ou por futura reversão das pensionistas são também destinatários da manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

**Art. 32.** Ficam assegurados os direitos dos militares que até 29 de dezembro de 2000, contribuíam para a pensão militar correspondente a um ou dois postos ou graduações acima da que fizeram jus.

§ 1º O direito à pensão fica condicionado ao recebimento de vinte e quatro contribuições mensais que será deixado aos beneficiários, permitindo-se a estes fazerem o respectivo pagamento, ou completarem o que faltar.

§ 2º O militar que, preenchendo as condições legais para ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, com proventos calculados sobre o soldo do posto ou graduação superior, venha a falecer na ativa, deixará pensão correspondente a esta situação, observado o disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 33.** Os períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito

de inatividade, e nessa situação para todos os efeitos legais, ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do militar.

§ 1º Fica assegurada a remuneração integral ao militar em gozo de licença especial.

§ 2º Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de licença especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**Art. 34.** Fica assegurado ao militar que, até 29 de dezembro de 2000, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade o direito à percepção de proventos correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria desses proventos.

*Parágrafo Único* - Para os demais militares em serviço ativo em 29 de dezembro de 2000, ao serem transferidos para a inatividade remunerada, fica assegurado o direito à percepção de proventos com o soldo calculado na seguinte proporcionalidade:

I – um trinta avos do soldo do posto ou graduação superior ao que o militar vier a possuir, na ocasião em que for transferido para a inatividade, por cada ano de serviço computado até 29 de dezembro de 2000; e

II – para cada um dos demais anos necessários para completar o período mínimo de transferência para a inatividade, será considerado um trinta avos do posto ou graduação que efetivamente possuir na ocasião em que se efetuar a transferência.

**Art. 35.** Fica assegurada a condição de contribuinte ao oficial demitido a pedido e à praça licenciada ou excluída que, até 29 de dezembro de 2000, contribuam para a pensão militar.

**Art. 36.** Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

**Art. 37.** Fica assegurado ao militar o acréscimo de um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial dos diversos corpos, quadros e serviços que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial para a sua admissão nas Forças Armadas, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso.

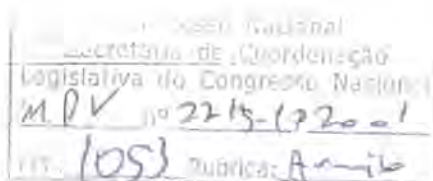


**Art. 38.** Fica o Poder Executivo autorizado a editar ato que antecipe, até 30 de junho de 2002, a aplicação da Tabela II do Anexo II desta Medida Provisória, sendo observado o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 39.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.

**Art. 40.** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2001.

**Art. 41.** Ficam revogados o art. 2º, os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º, os arts. 5º, 6º, 8º, 16, 17, 18, 19 e 22 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a alínea *j* do inciso IV e o § 1º do art. 50, o § 5º do art. 63, a alínea *a* do § 1º do art. 67, o art. 68, os §§ 4º e 5º do art. 110, os incisos II, IV e V, e os §§ 2º e 3º do art. 137, os arts. 138, 156 e 160 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o art. 7º da Lei nº 7.412, de 6 de dezembro de 1985, o art. 2º da Lei nº 7.961, de 21 de dezembro de 1989, o art. 29 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, a Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, os arts. 6º e 8º da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, a Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, o inciso I do art. 2º e os arts. 20, 25, 26 e 27 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, o art. 2º da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, a Lei nº 8.717, de 14 de outubro de 1993, a alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, os arts. 3º e 6º da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, os arts. 1º ao 4º e 6º da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, a Lei nº 9.633, de 12 de maio de 1998, e a Medida Provisória nº 2.188-9, de 24 de agosto de 2001.





**ANEXO I**  
**TABELA I – SOLDOS**  
**Posto ou Graduação**

<b>1. OFICIAIS GERAIS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.500,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.290,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.101,00
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	3.741,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.591,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.432,00
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	2.700,00
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	2.520,00
Segundo-Tenente	2.250,00
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.100,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	405,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	330,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	300,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	294,00
Aprendiz-Marinheiro	231,00
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	1.890,00
Primeiro-Sargento	1.647,00
Segundo-Sargento	1.407,00
Terceiro-Sargento	1.140,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	795,00
Cabo (não engajado)	180,00
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	750,00
Taifeiro de 2ª Classe	690,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	540,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	450,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	153,00

**ANEXO I**  
**TABELA II – ESCALONAMENTO VERTICAL**  
**POSTO OU GRADUAÇÃO**

<b>1. OFICIAIS GERAIS</b>	<b>Índice</b>
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1000
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	953
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	911
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	831
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	798
Capitão-de-Corveta e Major	763
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	600
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	560
Segundo-Tenente	500
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	467
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	90
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	73
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	67
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	65
Aprendiz-Marinheiro	51
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	420
Primeiro-Sargento	366
Segundo-Sargento	313
Terceiro-Sargento	253
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	177
Cabo (não engajado)	40
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	167
Taifeiro de 2ª Classe	153
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	120
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado).	100
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	34



## ANEXO II

**TABELAS DE ADICIONAIS**  
**TABELA I – ADICIONAL MILITAR**  
**(A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)**

Círculos	Quantitativo percentual sobre o soldo	Fundamento
Oficial General.	17	arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	14	
Oficial Intermediário.	11	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	8	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	6	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

**TABELA II – ADICIONAL MILITAR**  
**(A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2003)**

Círculos	Quantitativo percentual sobre o soldo	Fundamento
Oficial General.	28	arts. 1º e 3º.
Oficial Superior.	25	
Oficial Intermediário.	22	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial.	19	
Suboficial, Subtenente e Sargento.	16	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial.	13	

**TABELA III – ADICIONAL DE HABILITAÇÃO**

Tipos de curso	Quantitativo percentual sobre o soldo	Fundamento
Altos Estudos – Categoria I.	30	arts. 1º e 3º.
Altos Estudos – Categoria II.	25	
Aperfeiçoamento.	20	
Especialização.	16	



Formação.	12	
-----------	----	--

TABELA IV – ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Base	Quantitativo percentual sobre o soldo	Fundamento
Tempo de Serviço	1% por ano	arts. 1º, 3º e 30.

TABELA V – ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

Situações	Valor percentual que incide sobre o soldo	Fundamento
Vôo em aeronave militar como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e fotogramétrico.	20	arts. 1º e 3º.
Salto em pára-quedas, cumprindo missão militar.	20	
Imersão no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos.	20	
Mergulho com escafandro ou com aparelho.	20	
Controle de Tráfego Aéreo.	20	
Atividades sujeitas à exposição de irradiação ionizante	20	
Trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	10	

TABELA VI – ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

Situações		Valor percentual que incide sobre o soldo	Fundamento
A	Militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado, ou venha a completar, 720 dias a mais que o tempo requerido para transferência para a inatividade remunerada.	5%	arts. 1º e 3º.
B	Militar que, tendo satisfeito o requisito da alínea <i>a</i> acima, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior.	5% a cada promoção	

## ANEXO III

## TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

## TABELA I – GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

Situações	Valor percentual que incide sobre o soldo	Fundamento
Categoria A.	20	arts. 1º e 3º.
Categoria B.	10	

## TABELA II – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Situações	Valor percentual que incide sobre o soldo	Fundamento
Oficial General.	10	arts. 1º e 3º.
Oficial Superior, Intermediário e Subalterno em cargo de Comando, Direção ou Chefia.	10	
Participante em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira, no País.	2	

Congresso Nacional  
 Secretaria de Coordenação  
 Legislativa do Congresso Nacional  
 MPV nº 2215-19 2001  
 Pls.: 1058 Rubrica: Arnão



## ANEXO IV

## TABELAS DE OUTROS DIREITOS

## TABELA I – AJUDA DE CUSTO

Situações		Valor representativo	Fundamento
A	Militar, com dependente, nas movimentações com desligamento da organização militar.	Duas vezes o valor da remuneração.	art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea a.
B	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a três e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento de organização militar	Duas vezes o valor da remuneração na ida e uma vez na volta.	
	Militar, com dependente, nas movimentações para comissão superior a quinze dias e igual ou inferior a três meses, sem desligamento de organização militar.	Uma vez o valor da remuneração na ida e outra na volta.	
D	Militar, com dependente, quando transferido para Localidade Especial Categoria “A” ou de uma Localidade Especial Categoria “A” para qualquer outra localidade, nas movimentações com desligamento da organização militar	Quatro vezes o valor da remuneração.	
E	Militar, sem dependente, nas situações “a”, “b”, “c” e “d” desta tabela.	Metade dos valores representativos estabelecidos para as situações “a”, “b”, “c”, e “d” desta tabela.	
F	Militar, com ou sem dependente, por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.	Oficial – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo do último posto do círculo hierárquico a que pertencer o militar.	art. 1º e art. 3º, inciso XI, alínea b.
		Praça – quatro vezes o valor da remuneração calculado com base no soldo de Suboficial.	



TABELA II – AUXÍLIO-FARDAMENTO

Situações		Valor representativo	Fundamento
A	O Aspirante, o Cadete, o aluno do Colégio Naval ou das Escolas Preparatórias de Cadetes, o Aluno Gratuito ou Órfão do Colégio Militar e as praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento.	Recebem, por conta da União, uniformes, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Comandos de Força.	art. 2º e art. 3º, inciso XII.
B	O militar, declarado Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovido a Terceiro Sargento.	Um soldo e meio.	
C	Os nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares.		
D	O Oficial promovido ao primeiro posto de Oficial General.	Um soldo.	
E	Os Guardas-Marinha e Aspirantes a Oficial, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, convocados para a prestação do Serviço Militar.		
F	Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, quando convocados para o Serviço Militar Inicial.		
G	O Oficial, Suboficial ou Subtenente e Sargento ao ser promovido.		
H	A cada três anos quando permanecer no mesmo posto ou graduação.		
I	O militar reincluído, convocado ou designado para o serviço ativo.		
J	O militar que retornar à ativa por convocação, designação ou reinclusão, desde que há mais de seis meses de inatividade.		
L	O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade.	Um soldo e meio.	

TABELA III – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Situações		Valor representativo	Fundamento
A	O militar, quando não puder receber alimentação por sua organização ou por outra nas proximidades do local de serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, seja obrigado a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias.	Dez vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço de escala de duração de vinte e quatro horas.	art. 2º e art. 3º, inciso XIII.
B	O Militar, quando servir em organização militar que não tenha serviço de rancho organizado e não possa ser arranchado por outra organização nas proximidades.	Cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade, quando em serviço ou expediente de duração superior a oitos horas de efetivo trabalho e inferior a vinte e quatro horas.	
C	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	
D	A Praça, de graduação inferior a Terceiro-Sargento servindo em Localidade Especial de Categoria “A”, quando acompanhada de dependente.	Uma vez a etapa comum fixada para a localidade.	

TABELA IV – AUXÍLIO-NATALIDADE

Situação		Valor representativo	Fundamento
A	Nascimento de filho do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação.	art. 2º e art. 3º, inciso XIV.
B	Nascimento de filhos, em parto múltiplo, do militar da ativa ou da inatividade remunerada.	Uma vez o soldo do posto ou graduação, acrescido de cinquenta por cento por recém-nascido.	

TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

Situação		Valor representativo	Fundamento
A	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	art. 2º e art. 3º, inciso XV.
B	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia de soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

TABELA VI – AUXÍLIO-FUNERAL

Situação		Valor representativo	Fundamento
A	Morte do cônjuge, companheira(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Suboficial	art. 2º e art. 3º, inciso XVI.
B	Na morte do militar pago ao beneficiário da pensão militar.		

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## Presidência da República

CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR SESC/AR CEARÁ, vinculada à AC CERTISIGN RFB e AC FENACON CERTISIGN RFB

Processos nºs: 00100.000197/2009-03 e 00100.000198/2009-40

Nos termos do Parecer CGAF/ITI - 135/2009 e consoante Pareceres ICP 041 e 042/2009 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SESC/AR CEARÁ, vinculada à AC CERTISIGN RFB e AC FENACON CERTISIGN RFB para as Políticas de Certificados dos tipos A1 e A3, para Pessoas Físicas e Jurídicas, com Instalação Técnica situada na Avenida Washington Soares, 1400, Sala 410, Edson Queiroz, Fortaleza-CE. Publique-se. Em 24 de setembro de 2009.

RENATO DA SILVA MARTINS

## ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 46, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

"Será liberada da restrição decorrente da inscrição do município no SIAFI ou CADIN a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador falido, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário."

**Legislação Pertinente:** Art. 5º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa nº 01/1997

**Precedentes:** Superior Tribunal de Justiça: AgRg no RESP nº 756.480-DF, relator Ministro Luiz Fux, AgRg no AI nº 1.123.467-DF, relatora Ministra Denise Arruda; RESP nº 1.054.824-MT, relator Ministro Teori Albino Zavascki (Primeira Turma); RESP nº 870.733-DF, relatora Ministra Eliana Calmon; RESP nº 1079.745-DF, relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.065.778-AM, relator Ministro Herman Benjamin (Segunda Turma); MS nº 11.496-DF, relator Ministro Luiz Fux (Primeira Seção).

EVANDRO COSTA GAMA

SÚMULA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

"Os militares beneficiados com reajustes menores que o percentual de 28,86%, concedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, têm direito ao recebimento da respectiva diferença, observada a limitação temporal decorrente da MP nº 2.131/2006, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008."

**Legislação Pertinente:** Lei nº 8.622, de 19.01.1993; Lei 8.627, de 19.02.1993; MP nº 2.131, de 28 de dezembro de 2006.

**Precedentes:** Supremo Tribunal Federal: AgRgRE 398.778-0/BA (Primeira Turma), AgRgRE 444.505-1/RJ e AgRgRE 291.701-0/SP (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 839.278/PR - 940.141/RS e 967.421/RS, (Quinta Turma); REsp 835.761/RS, AgRgREsp 905.135/RS, AgRgAI 706.118/SC (Sexta Turma). REsp 990.284

EVANDRO COSTA GAMA

PORTARIA Nº 1.384, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o art. 36, parágrafo único, incisos I, II e III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Retificar o anexo da Portaria nº 1.292, de 11 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 14 de setembro de 2009, Seção 1, págs. 1-2, que passa a vigorar com a seguinte redação:

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE DE LOTACAO
AC	Rio Branco	Procuradoria da União no Estado do Acre/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Rio Branco
AM	Manaus	Procuradoria da União no Estado do Amazonas/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Manaus
AP	Macapá	Procuradoria da União no Estado do Amapá/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Macapá
MT	Cuiabá	Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Mato Grosso
PA	Belém	Procuradoria da União no Estado do Pará/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Belém
PA	Santarém	Procuradoria-Setorial da União em Santarém
RO	Porto Velho	Procuradoria da União no Estado de Rondônia/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Velho
RR	Boa Vista	Procuradoria da União no Estado de Roraima/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Boa Vista
TO	Palmas	Procuradoria da União no Estado de Tocantins/Núcleo de Assessoramento Jurídico em Palmas

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 424, publicada no Diário Oficial do dia 02 de abril de 2008, Seção 1, pág. 4.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO COSTA GAMA

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 960, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Pará a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, nos termos em que especifica:

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Pará a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, nos processos de competência das Justiças Estadual, Federal e Trabalhista em Belém/PA e Marabá/PA, que tenham o ICMBio como autor, réu ou parte interessada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO DA SILVA FREITAS

PORTARIA Nº 967, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009

Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAE, na área de providências.

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAE.

Art. 2º A Procuradoria Federal junto à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPM prestará colaboração à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAE.

Parágrafo único. Ato conjunto dos responsáveis pelos órgãos de execução mencionados no caput disciplinará os termos da colaboração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO DA SILVA FREITAS

PORTARIA Nº 968, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a substituição da Representação da Procuradoria Federal Especializada da Justiça do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Picos/PI a Procuradoria Federal no Estado do Piauí, nos termos em que especifica.

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Picos/PI, no âmbito de sua competência territorial, prestará colaboração à Procuradoria Federal no Estado do Piauí, sob a coordenação do responsável por esta última e relativamente às ações judiciais de interesse dos entes que representa, em trâmite perante a Justiça do Trabalho, Justiça Estadual e Subseção Judiciária Federal de Picos/PI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO DA SILVA FREITAS

Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009

O **SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA**, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que confere os arts. 9º e 42, do Anexo I, do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, na Instrução Normativa SDA nº 27, de 5 de junho de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.004621/2009-89, resolve:

Art. 1º Estabelecer os métodos analíticos oficiais para determinação dos agentes patogênicos a plantas em substratos, descritos no Anexo IV da Instrução Normativa SDA nº 27, de 5 de junho de 2006, na forma do Anexo da presente Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

INACIO AUGUSTO KROEGER

## ANEXO

MÉTODOS PARA A DETERMINAÇÃO DE AGENTES  
PATOGÊNICOS A PLANTAS EM SUBSTRATOS

Art. 1º Este anexo estabelece os métodos analíticos oficiais para a determinação dos agentes patogênicos a plantas em substrato.

Art. 2º Para a determinação do agente patogênico Fusarium spp., os métodos analíticos empregados serão o de isca com maçã e o de isca com cenoura.

§ 1º O método de isca com maçã observa o seguinte procedimento:

1 - com auxílio de um furador de rolhas, devem-se retirar discos na maçã e inocular substrato nos ferimentos feitos com o furador; a região inoculada é coberta com o disco da maçã e recoberta com fita adesiva;

2-215-10/2001

Congresso Nacional  
Secretaria de Coordenação  
Legislativa do Congresso Nacional  
MPV nº 2215/2001  
Fls. 1063



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of nº 838/SGM/P

Brasília, 10 de maio

de 2007.

A Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
**N E S T A**

Assunto: **Encaminha notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Jair Bolsonaro, na sessão plenária de 24 de abril de 2007, sobre a MP nº 2215/01**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a solicitação supra, apresentada nesta Casa, por tratar de matéria sujeita a apreciação em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

  
**ARLINDO CHINAGLIA**  
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
<u>MPV</u> nº <u>2215/2001</u>
Fls. <u>1064</u>



Documento : 35082 - 1

*Recebi  
MARCOS-2446  
em 10-5-2007-  
11h50min*





**O SR. PRESIDENTE** (Narcio Rodrigues) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Tarcisio Zimmermann. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, não sei mais a quem apelar, vou apelar ao Dr. Mozart Vianna, nosso Secretário.

Estamos completando agora no mês de abril 6 anos e 4 meses que a Medida Provisória nº2.215 não é votada. Estamos vendo aqui que este Governo é ávido de medida provisórias, mas essa MP, que é de dezembro de 200<sup>0</sup>, merece, no meu entender, em nome dos militares da Forças Armadas, já que ela trata da nossa lei de remuneração e da Previdência dos militares, ser apreciada por esta Casa.

Parlamentares da Legislatura anterior já não puderam dela participar, porque desde setembro de 2001 ela não é mais passível de receber emendas. E recebeu um total de 823 emendas, o que é um recorde.

Faço um apelo ao Secretário Mozart Vianna, que acabou de deixar a Mesa, que por ocasião da reunião da Mesa lembre ao Presidente Arlindo Chinaglia sobre a necessidade de colocar essa medida provisória em votação. Afinal de contas, Sr. Presidente, a grande causa das evasões nas Forças Armadas, que foram 197 capitães e tenentes só no ano passado, é exatamente essa medida provisória, repito, que trata da lei de remuneração e da previdência dos militares. Ela inibe o militar de prosseguir na carreira.





E olhem que a evasão só não é maior, porque infelizmente em 1996, o Estatuto dos Militares foi alterado de modo que o militar para pedir demissão, para cuidar da vida dele, tem de indenizar a sua respectiva Força. Isso é um absurdo! Só nós que somos formados dessa maneira, pagos pelos contribuintes, não há dúvida, temos de indenizar a Força para pedir demissão. Isso é um absurdo, Deputado Narcio Rodrigues, prezado Mozart Vianna! Vamos fazer gestões para que essa MP seja votada. O militar não tem Fundo de Garantia e não pode fazer greve. Alguns se amotinaram alguns dias atrás e podem pegar 8 anos de cadeia por isso. Nós ganhamos 3 vezes e meia menos que os equivalentes a nós na carreira típica de Estado. Há um projeto de lei complementar que se aproxima, já que a última MP que está travando a pauta trata desigualmente os iguais.

Quero apelar também ao nobre Deputado Ciro Gomes, em quem votei, para que não tenhamos de esperar S.Exa. ser Presidente da República em 2011 — e nele votarei se for candidato novamente — para que, na condição de chefe supremo das Forças Armadas, coloque em votação essa MP, quando completará 10 anos sem ser votada. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 162, da Constituição Federal, uma MP não pode ser alterada, mas essa foi modificada várias vezes ao mexeram na tabela de soldos. Segundo consta na Carta Magna, só é permitido retirar ou votar uma medida provisória. Essa, entretanto, continua sendo alterada.

O apelo que faço a V.Exa., que agora dirige os trabalho, é que seja corrigido esse absurdo.

Muito obrigado pela atenção.



**O SR. PRESIDENTE** (Narcio Rodrigues) - Esclarecemos ao ilustre Deputado Jair Bolsonaro que essa matéria é uma atribuição do Congresso Nacional. Ela não tramita na Câmara dos Deputados.

Encaminharemos ao Presidente Renan Calheiros essa solicitação muito justa que V.Exa. faz no sentido da agilização da votação da matéria.



Câmara dos Deputados  
Liderança do Partido Popular Socialista – PPS

OF/LID/Nº 118/2011

*Incluí-se ao  
processado da  
MP 2215-10  
Em 26.08.11*  
Brasília, 25 de agosto de 2011.


Excelentíssimo Senhor  
Senador **José Sarney**  
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Inclusão na ordem do dia da MP 2.215-10 de 2001**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que, com base na Resolução No. 1 de 1989 do Congresso Nacional, inclua na ordem do dia do Congresso Nacional a apreciação da Medida Provisória no. 2.215-10, de 2001 que “dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras Providências”.

Atenciosamente,

  
Deputado **Rubens Bueno**  
Líder do PPS

*Presidência do Senado Federal  
Recebi o original  
Em: 25.08.11 às 11.34  
Célia Neta  
Mat: 4602*






SENADO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA

Brasília, 25 de agosto de 2011.

- **OF/LID/Nº 118/2011/GSMALV.**
- **ORIGEM:** Deputado Rubens Bueno.
- **ASSUNTO:** solicita a inclusão na ordem do dia do Congresso Nacional a apreciação da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2010.

A Sua Senhoria a Senhora  
**CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO**  
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e providências cabíveis, mediante o qual o Excelentíssimo Senhor Deputado **RUBENS BUENO** solicita a inclusão na ordem do dia do Congresso Nacional a apreciação da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2010, que “dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 04 de maio de 1960, e 6880, de 09 de dezembro de 1980, e dá outras providências”.

  
**SÉRGIO PENNA**  
Chefe de Gabinete

Senado Federal  
Secretaria do Congresso Nacional  
Legislação do Congresso Nacional  
MPV nº 2215 / 2010  
Fls. 1069

Recebido em 25/08/2011  
Hora: 18h44min  
Sued F.F.  
Sued Ferret Fagundes  
Matr. 232856 Secretária - Geral da Mesa



# AMARP - FFAA - DF

ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES DA ATIVA

Reserva e Reformados e Pensionistas das Forças Armadas

CIN - 316 Norte - Bloco B - Loja 15 - CEP - 70.775-520

Tel: 3039-5164

Brasília, DF., 13 de maio de 2014.

Ofício nº 081/2013 -AMARP

Ao  
Exmo. Senador  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília-DF

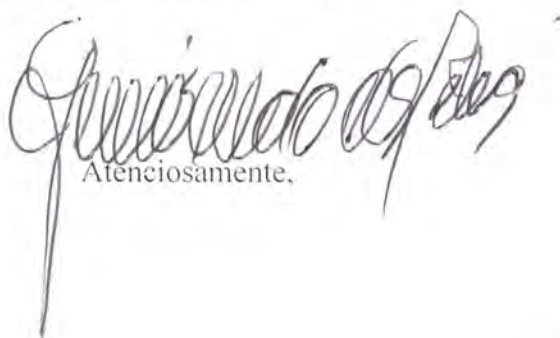
Junte-se ao processado do  
MPV  
nº 2215 de 2001  
Em 30/05/2014

Senhor Senador,

A Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal (AMARP-FFAA-DF) representada pelo seu presidente, Sr. **GENIVALDO DA SILVA**, Sgt - R1, vem mui respeitosamente ante V.Excia. solicitar, em prol da família militar, o apoio no sentido de colocar em votação a MP 2215-10/2001, a cerca de 13 anos no Senado Federal sem que tenha sido votada até a presente data. Nessa oportunidade, a AMARP-FFAA-DF, reivindica:

1. o retorno do Auxílio Moradia para os militares no serviço ativo;
2. Adicional de Inatividade para o pessoal da reserva, reformados e pensionistas;
3. o posto ou graduação acima, no ato de transferência para a reserva remunerada e
4. Gratificação de Tempo de Serviço (o chamado anuênio).

Na certeza do acolhimento da presente solicitação, AMARP externa profunda gratidão em nome da Família Militar das Forças Armadas

  
Atenciosamente,

SHCLN QUADRA 316 BLOCO 'B' LOJA 15 ASA NORTE-DF.

CEP: 70.775-520 - TEL: 3522-5164 - CEL: 9601- 7975

E-mail: [amar\\_mil@yahoo.com.br](mailto:amar_mil@yahoo.com.br) - Site: [amarpfa.com](http://amarpfa.com)

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	Nº 2215/2001
Fls. 1070	Rubrica: Mondim



# AMARP - FFAA - DF

ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES DA ATIVA

Reserva e Reformados e Pensionistas das Forças Armadas

CEN - 316 Norte - Bloco B - Loja 15 - CEP - 70.775-520

Tel: 3039-5164



Brasília, DF., 13 de maio de 2014.

Ofício nº 081/2013 -AMARP

Ao

Exmo. Senador

**RENAN CALHEIROS**

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes

70.165-900 - Brasília-DF

Senhor Senador.

A Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal (**AMARP-FFAA-DF**) representada pelo seu presidente, Sr. **GENIVALDO DA SILVA**, Sgt - R1, vem mui respeitosamente ante V.Excia. solicitar, em prol da família militar, o apoio no sentido de colocar em votação a MP 2215-10/2001, a cerca de 13 anos no Senado Federal sem que tenha sido votada até a presente data. Nessa oportunidade, a AMARP-FFAA-DF, reivindica:

1. o retorno do Auxílio Moradia para os militares no serviço ativo;
2. Adicional de Inatividade para o pessoal da reserva, reformados e pensionistas;
3. o posto ou graduação acima, no ato de transferência para a reserva remunerada e
4. Gratificação de Tempo de Serviço (o chamado anuênio).

Na certeza do acolhimento da presente solicitação, AMARP externa profunda gratidão em nome da Família Militar das Forças Armadas

  
Atenciosamente.

SHCLN QUADRA 316 BLOCO 'B' LOJA 15 ASA NORTE-DF.

CEP: 70.775-520 - TEL: 3522-5164 - CEL: 9601- 7975

E-mail: [amar\\_mil@yahoo.com.br](mailto:amar_mil@yahoo.com.br) - Site: [amarpfa.com](http://amarpfa.com)

Secretaria de Gestão Legislativa  
do Congresso Nacional

MPV Nº 2215/2001

Fls. 1031 Rubrica: 



estaduais chamando à atenção por serem de um círculo que infelizmente a própria Força Aérea Brasileira não deu um processo de continuidade em suas carreiras.

Baseado na a Lei Nº 7.524, de 17 de julho de 1986 não há como o Comando da Aeronáutica fazer qualquer ação punitiva ou administrativa contra os membros da Comissão Nacional QESA Brasil - CNQB, conforme a lei abaixo na íntegra:



## Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos

### LEI Nº 7.524, DE 17 DE JULHO DE 1986.

Dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião políticos ou filosóficos.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º Respeitados os limites estabelecidos na lei civil, é facultado ao militar inativo, independentemente das disposições constantes dos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, opinar livremente sobre assunto político, e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à matéria pertinente ao interesse público.

Parágrafo único. A faculdade assegurada neste artigo não se aplica aos assuntos de natureza militar de caráter sigiloso e independe de filiação política-partidária.

Art 2º O disposto nesta lei aplica-se ao militar agregado a que se refere a alínea b do § 1º do art 150 da Constituição Federal.

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

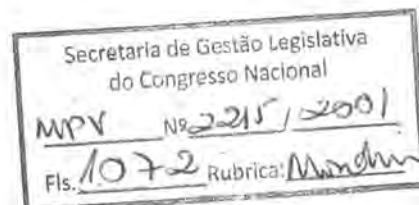
Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY  
Henrique Saboia  
Leônidas Pires Gonçalves  
Octávio Júlio Moreira Lima

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.7.1986

Em diligências efetuadas com o Deputado Federal Marco Maia, Presidente da Câmara Federal, com o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, a própria Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica - ASPAER, e alguns deputados e senadores a resposta foi unânime:




*"São militares educados, simpáticos, atenciosos, conhecedores de legislação  
lidos no trato com parlamentares e assessores, e, apenas estão lutando para corrigir  
injustiças históricas com a classe"*


Comandante esta consultoria sugere que seja elaborado um Grupo de Trabalho  
- GT, para elaborar um plano de carreira idêntico ao criado para os tãfeivos pela Lei  
12.158, de 28 de dezembro de 2009, como medida coercitiva para evitar que qualquer  
tipo de Projeto de Lei da Aeronáutica a referida comissão descubra e faça ações no  
sentido colocar emendas para travar o andamento normal, ou que seja formada uma  
Frente Parlamentar para defender publicamente a Comissão Nacional QESA Brasil -  
CNQB o quê seria um prejuízo imenso para a imagem da instituição.

Também, Comandante, eles estão agindo pressupomos que com orientação  
jurídica e com inteligência, pois são uma comissão a nível nacional, fracionada em  
comissões estaduais, fazem suas reuniões ordeiramente para divulgação de suas  
ações no parlamento e para angariar fundos para se manterem presentes na Capital  
Federal; Optaram por não fazerem associações ou sindicatos, não deixando motivo  
algum para persegui-los.

Comandante a Comissão Nacional QESA Brasil - CNQB está agindo no estado  
democrático de direito e fatalmente irão ter êxito nas suas reivindicações, sugerimos  
que a referida comissão seja chamada para formalizar um acordo para aprovar o PL  
7521/2010 em troca de um Projeto de Lei específico para a classe de Cabos - QCB e  
Sargentos - QESA.

Rio de Janeiro. 01 de outubro de 2012

  
JURIMA SANTOS BOZSANYI NUNES  
Consultora Jurídica Adjunta

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV Nº 2215/2001	
Fls. 1073	Rubrica: 

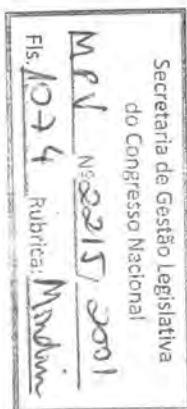


GRADUAÇÃO ATUAL	SOLDO ATUAL	PROMOÇÃO	NOVO SOLDO	DIFERENÇA	QUANTITATIVO	IMPACTO MENSAL	IMPACTO ANUAL
3º Sargento da Reserva	2.475,00	Suboficial	3.927,00	1.452,00	3.555	5.161.860,00	61.942.320,00
3º Sargento ativos	2.475,00	2º Sargento	3.000,00	525,00	1.527	801.675,00	9.620.100,00
Cabo da Reserva	1.656,00	Suboficial	3.927,00	2.271,00	1.999	4.539.729,00	54.476.748,00
<b>Pensionistas (*)</b>	2.475,00	Suboficial	3.927,00	1.452,00	<b>778</b>	<b>3.055.206,00</b>	<b>36.662.472,00</b>
<b>TOTAL</b>					<b>7.859</b>	<b>10.503.264,00</b>	<b>162.701.640,00</b>

- a- Quantitativo- Retirado do Efetivo da DIRAP;
- b- Valores de Soldo – Retirado da tabela de Soldo do **ANEXO LXI** da Lei nº 12.778, de 28.12.2012; baseado no soldo de 2013.
- c- (\*)As pensionistas abrangidas pela Emenda (QESA) serão aquelas que seus militares faleceram após a promulgação do DECRETO Nº 3.690, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, perfazendo um total de 20% das mesmas.
- d- Contribuição da Pensão Militar de 7,5%, incidente sobre o bruto da remuneração dos militares ativos e inativos **no valor de R\$ 9.452.937,60.**

Presidente da Comissão Nacional Oesa Brasil

CRC/PA 8973







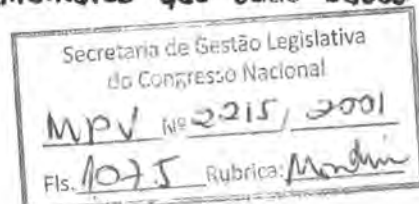
**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CONSULTORIA JURÍDICA ADJUNTA DA AERONÁUTICA**

**EMENTA**

Este ano, em 07 de agosto, o Comandante da Aeronáutica fez a consulta sobre se há alguma forma legal de parar as ações da Comissão Nacional QESA Brasil - CNQB na Câmara Federal, pois eles estão travando o andamento do PL 7521/2010, já na fase de redação final, e a Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica - ASPAER está impotente para fazer o referido Projeto de Lei ter o seu andamento normal e seguir para o Senado Federal e Sanção Presidencial, a referida comissão organizada nacionalmente fez uma estratégia muito bem elaborada junto aos parlamentares trazendo os militares do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica - QESA, da reserva remunerada, e fizeram as articulações que deixaram a minha assessoria de mãos atadas, e, nesse sentido, o Comando da Aeronáutica quer saber como podemos agir sem infringir a Lei e parar as ações da referida comissão. Com essa resposta, pretende-se aprovar o mais rápido possível o PL 7521/2010 que versa sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp) no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências, que é um Projeto de Lei de vital importância para a Instituição.

**RESPOSTA DE CONSULTA**

A Comissão Nacional QESA Brasil tem o objetivo único e simples de representar nacionalmente a classe de Cabos - QCB e de Sargentos - QESA e faz isso de maneira pacífica e organizada, sem infringir leis ou preceitos institucionais, estão fazendo por meio de convencimento junto aos parlamentares das suas bases



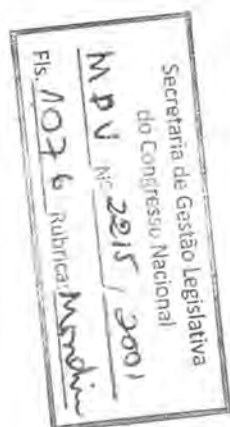
SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 30 de maio de 2014

Senhor Genivaldo da Silva, Presidente da AMARP-FFA-DF,

Em atenção ao Ofício nº 081/2013-AMARP, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado da MPV nº 2215, de 2001, que *"Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências"*, conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,



  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa



Junte-se ao processado do

MPV nº 2215 de 2001

Em 30/05/2014

## ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Rua Nhambiquaras, nº 175 - Bairro Santa Helena

CEP: 78.048-010 - Cuiabá-MT

Telefone: 65-3025-5744 - E-mail: [famil.matogrosso@hotmail.com](mailto:famil.matogrosso@hotmail.com)

### Carta de Intenção.

Nós signatários da presente Carta de intenção tornamos público a ansiedade da Família Militar do Brasil, por nós representados. Excelentíssimo Senhor Senador da República Renan Calheiros somos uma classe de Servidores do Estado que sentimos um abandono a quem servimos, ratificado por mais de treze anos de angústia onde buscamos a colocação em pauta da MP 2215-01 e sua votação. Compactuamos do mesmo pensamento e amor incondicional ao generoso povo brasileiro, matriz de nossa origem e que por gratidão nos coloca sempre nos primeiros lugares de confiabilidade da sociedade. Com a edição da MP 2215-01 pejorativamente por nós denominada de "MP do mal" nos trouxeram percas em cascata, citamos algumas a Vossa Excelência 45% em média de perda salarial em relação a outras classes de trabalhadores do Executivo, pagamento de R\$0,16 centavos pagos ao nosso salário família que virou o símbolo maior de descaso com mais de cinco milhões de pessoas que gravitam em torno da Família Militar do Brasil, a colocação no Orçamento da nossa saúde em torno de menos da metade do destinado ao SUS e congelado a décadas, como a indenização de bagagem nas constantes transferências, a etapa de alimentação dos soldados depois de décadas reajustado de pouco mais de R\$ 3,40 para R\$ 6,40 a nossa diuturna luta para o chamado pagamento da diferença dos 28,86% pago a todos os servidores públicos e negado aos postos e graduações mais baixa das FFAA. Senhor Senador Renan Calheiros recorremos a Vossa Excelência como chefe do poder legislativo não em busca de benesses e sim para que faça cair sobre nós a sombra do direito a igualdade prevista na "Carta Cidadã".

Assinam Respeitosamente,

BRASÍLIA, 13/05/2014

*Julio Paare*  
FAMIL-MT

*g. matogrosso*

*FR*

*g. matogrosso*

*Alvaro*  
EAP JAYR

"A farda não abafa o cidadão no peito do soldado" **Marechal Osório.**

Rubrica: *monim*

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV Nº	2215 / 2001
Fls.	1077





**ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Rua Nhambiquaras, nº 175 - Bairro Santa Helena

CEP: 78.048-010 - Cuiabá-MT

Telefone: 65-3025-5744 - E-mail: [famil.matogrosso@hotmail.com](mailto:famil.matogrosso@hotmail.com)

**Carta de Intenção.**

Nós signatários da presente Carta de intenção tornamos público a ansiedade da Família Militar do Brasil, por nós representados. Excelentíssimo Senhor Senador da República Renan Calheiros somos uma classe de Servidores do Estado que sentimos um abandono a quem servimos, ratificado por mais de treze anos de angústia onde buscamos a colocação em pauta da MP 2215-01e sua votação. Compactuamos do mesmo pensamento e amor incondicional ao generoso povo brasileiro, matriz de nossa origem e que por gratidão nos coloca sempre nos primeiros lugares de confiabilidade da sociedade. Com a edição da MP 2215-01 pejorativamente por nós denominada de "MP do mal" nos trouxeram percas em cascata, citamos algumas a Vossa Excelência 45% em média de perda salarial em relação a outras classes de trabalhadores do Executivo, pagamento de R\$0,16 centavos pagos ao nosso salário família que virou o símbolo maior de descaso com mais de cinco milhões de pessoas que gravitam em torno da Família Militar do Brasil, a colocação no Orçamento da nossa saúde em torno de menos da metade do destinado ao SUS e congelado a décadas, como a indenização de bagagem nas constantes transferências, a etapa de alimentação dos soldados depois de décadas reajustado de pouco mais de R\$ 3,40 para R\$ 6,40 a nossa diuturna luta para o chamado pagamento da diferença dos 28,86% pago a todos os servidores públicos e negado aos postos e graduações mais baixa das FFAA . Senhor Senador Renan Calheiros recorremos a Vossa Excelência como chefe do poder legislativo não em busca de benesses e sim para que faça cair sobre nós a sombra do direito a igualdade prevista na "Carta Cidadã".

Assinam Respeitosamente,

FAMIL/MT

BRASILIA, 13/05/2014

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPJ	Nº 2215/2001
Fls. 1078	Rubrica:

**"A farda não abafa o cidadão no peito do soldado" Marechal Osório.**

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 30 de maio de 2014

Em atenção ao Documento S/N da Associação da Família do Estado de Mato Grosso, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado da MPV nº 2215, de 2001, que "*Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências*", conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional
MPV Nº 2215/2001
Fls. 1029 Rubrica: <i>Machin</i>

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL**

Junte-se ao processado do

MPV  
nº 2215 de 2001

Em 30 05 2004

KELMA COSTA, presidente da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (UNIFAX), com fulcro no art. 5º inciso XXXIV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, respeitosamente comparece à presença de Vossa Excelência para apresentar

**PETIÇÃO PÚBLICA**

com a finalidade de solicitar a inclusão em Ordem do Dia para votação da MPV nº 2215-10/2001, conforme argumentos a seguir aduzidos.

**Dos fatos e fundamentos do pedido**

A MP 2.215-10/2001, em que pese nunca ter sido convertida em lei, porém alterou a lei da pensão militar (3.765/60), o estatuto dos militares (6.880/80), e revogou a lei de remuneração dos militares (8.237/91). Tão logo foi editada e adentrou no ordenamento jurídico brasileiro, extinguiu importantes benefícios concedidos aos militares. Dentre esses benefícios, destacamos e grifamos os seguintes:

**1. O chamado “posto acima”**

Lei nº 6.880/80 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

**Texto novo com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001:**

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV Nº	2215 / 2001
Fls.	1080 Rubrica: <i>Machado</i>



Art. 50. São direitos dos militares:

...

II – o provento calculado com base no soldo integral do posto ou graduação que possuía quando da transferência para a inatividade remunerada, se contar com mais de trinta anos de serviço.

---

*O texto anterior era assim redigido:*

II – a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

## 2. Indenização de Moradia

Lei nº 8.237/91 - Dispõe sobre a remuneração dos servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências (conhecida como LRM). **Revogada pela Medida Provisória nº 2.215-10**

Art. 2º A estrutura remuneratória dos servidores militares federais da ativa tem a seguinte constituição:

...

III - Indenizações:

a) regulares:

...

2. Indenização de Moradia;

## 3. Licença especial

Lei nº 6.880/80 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

### SEÇÃO V - Das Licenças

Art. 67. Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares.

§ 1º A licença pode ser:

~~a) especial;~~ (Revogada pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

## 4. Gratificação de Tempo de Serviço

Lei nº 8.237/91 (LRM). **Revogada pela Medida Provisória nº 2.215-10**

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	Nº 2215 / 2001
Fls. 1081	Rubrica: Mondim

## TÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei regula a remuneração dos servidores militares federais da ativa e na inatividade remunerada, integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País em tempo de paz.

Art. 2º A estrutura remuneratória dos servidores militares federais da ativa tem a seguinte constituição:

...

II - gratificações:

**a) Gratificação de Tempo de Serviço;**

*Texto da Medida Provisória nº 2.215-10 que transformou a gratificação em adicional e o extinguiu nos seguintes moldes:*

Art. 30. **Fica extinto o adicional de tempo de serviço** previsto na alínea "c" do inciso II do art. 1º desta Medida Provisória, assegurado ao militar o percentual correspondente aos anos de serviço a que fizer jus em 29 de dezembro de 2000.

A partir daí, da edição da Medida Provisória 2215/2001, a situação dos militares começou a se deteriorar progressivamente. Tomamos, através dos exemplos acima, apenas quatro benefícios suprimidos pela MP que trata sobre a questão da remuneração dos militares das Forças Armadas.

Ao contrário de ser uma proposta de melhoras salariais ou de novas perspectivas ao longo da carreira a que o militar está submetido, a MP, na verdade, traz retrocesso aos soldos desses agentes públicos, particularmente os de menor precedência hierárquica, os quais vão driblando as necessidades do jeito que podem, cortando despesas até chegar praticamente ao nível de subsistência ou do mínimo existencial.

Historicamente, os militares pertencem a uma categoria que não foi feita para viver na ostentação, porém, por outro lado, também não se preza a ser colocada no limiar da pobreza, pois suas atribuições constitucionais não são menos importantes do que as de outras classes, como policiais estaduais e a própria polícia federal, cujas comparações remuneratórias são extremamente discrepantes.

A tramitação da MP 2215/01 está de acordo com o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001: *"As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional"*.

A referida emenda é fruto de anos de tramitação no Congresso Nacional. O interessante é que foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV Nº	2215/2001
Fls.	1082 Rubrica: <i>Mandim</i>

justamente no dia 11 de setembro de 2001, data que ficou marcada pelos atentados terroristas às torres gêmeas dos EUA. Certamente esse importante fato na história da humanidade e a maciça cobertura dada pela mídia àquela tragédia, fez com que passasse despercebida nos meios de comunicação a emenda constitucional 32/01.

Com o novo texto constitucional permanecerão em vigor indefinidamente as MP editadas em data anterior à publicação da EC n.º 32/01, isto é, sem obediência nem ao prazo antigo de trinta dias, nem ao novo de sessenta, ficará valendo "até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional."

Notemos que a MP 2.215/01 entrou em vigor na data de sua publicação, ou seja, em 1º de setembro de 2001, e que a EC/32 é datada de 11 de setembro de 2001. Portanto, houve brusca mudança logo no curso inicial da MP 2.215/01, fazendo com que começasse a emergir circunstancial prejuízo aos militares.

É sabido que a Medida Provisória é um ato unipessoal do Presidente da República, com força imediata de lei e sem a participação do Poder Legislativo, que somente será chamado a discuti-la e aprová-la em momento posterior. Ocorrendo dessa forma, existe chance de ser rejeitado ou mesmo alterado o texto original da MP, quando será apresentado um projeto de lei de conversão (PLV).

Por certo, a rejeição ou alteração de uma MP ocorre porque aquela norma jurídica não encontrou respaldo na soberania popular indireta, devendo ser definitivamente rechaçada, salvo a possibilidade de a matéria vir a ser apreciada por via do processo legislativo de lei.

Nesse contexto de mora legislativa, é inviável que uma MP, a qual mexeu com toda a estrutura da remuneração de uma categoria, fique todos esses anos aguardando ser votada. Em meio a essa agonizante expectativa muito militares e pensionistas já faleceram sem ver seus direitos apreciados, vez que praticamente perpetuaram-se as MP editadas até 11.09.2001 e que estavam pendentes de apreciação pela regra do art. 2.º da EC n.º 32/01.

Outro fator que nos chama atenção, é que nos dez dias que antecederam a EC n.º 32/01 o governo editou mais vinte Medidas Provisórias, numa média de duas por dia, sendo todas elas dispendo sobre os mais diversos assuntos de interesse da União. E de acordo com o art. 2º da EC n.º 32/01 nenhuma daquelas MP precisará ser reeditada, simplesmente continuarão a vigorar por prazo indeterminado.

A sensação que os militares têm é a da pura imposição de novas regras pelo poder executivo através de uma MP. Ora, a perpetuação dessas regras faz com que "desça por goela abaixo" providências de caráter eminentemente depreciativo na qualidade de vida do militar e na de todos que dele dependam. Isso é mais visível pelo fato de estarmos diante de lei e

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	Nº 2215/2001
Fls. 1083	Rubrica: <i>Mordim</i>



dispositivos de leis revogados por tais medidas do executivo, em detrimento de um ato democrático emanado do Congresso Nacional através dos representantes do povo, sobretudo da família castrense.

Como se não bastasse, os integrantes das Forças Armadas, sujeitos ao princípio da hierarquia e da disciplina, têm-se mantido silentes diante das subtrações de vantagens ocasionadas pela edição da MP 2.215/01. Não obstante essa triste realidade, os militares são proibidos de se sindicalizar, reivindicar ou fazer greve, e seus porta-vozes, os Comandantes das respectivas Forças e o próprio Ministro da Defesa, não representam, necessariamente, os seus Comandados perante o Poder Executivo, mas ocorre justamente o contrário, sendo isso visto e sentido lamentavelmente na prática.

Esta matéria é muito importante para a vida dos militares para dar dignidade àqueles que escolheram esta carreira por vocação. De 2001 até os dias atuais, foram inúmeras tentativas de se conseguir fazer tramitar a MP 2.215/01, citemos algumas:

- Maio de 2005, ofício s/n da Associação de Pensionistas e Esposas de Militares das Forças Armadas - APEMFA, solicitando inclusão em Ordem do Dia a votação da MPV nº 2215-10/2001;
- Junho de 2005, do Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em Florianópolis - SC, solicitando o andamento da MPV nº 2215-10/2001;
- Setembro de 2008, juntada ao Volume IV à MP 2.215 referente ao telegrama dos Sub-Oficiais e Sargentos da Força Aérea Brasileira;
- Março de 2009, solicitação do Deputado Paulo Piau, PMDB, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, solicitando a inclusão em Ordem do Dia a MP nº 2215-10, de 2001;
- Agosto de 2011, solicitação da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, pleiteando a inclusão da referida Medida Provisória na Ordem do Dia.

O óbice para dinamizar a MP certamente se deve à apresentação de mais de 800 emendas, quando da tramitação inicial, tratando de vários aspectos da medida. Emendas que restabelecem, em parte, alguns direitos suprimidos pela própria MP.

Secretaria de Gestão Legislativa	
do Congresso Nacional	
MPV	Nº 2215 2001
Fls. 1084	Ru. Mandm


Certamente setores da área econômica do Governo se manifestaram, em momento oportuno, contrários à votação, talvez pelo impacto negativo que poderia gerar nos cofres do Tesouro Nacional. Todavia, em face do interesse público, pelas missões atuais cumpridas pelas Forças Armadas, pela realidade vivida pela família militar ao longo dos anos (não somente a partir da edição da MP 2.215/01) e, mormente, pela dignidade da pessoa humana e a busca da minimização das desigualdades sociais dentro do próprio funcionalismo federal, solicitamos que se priorize, no mínimo, o restabelecimento dos quatro benefícios pontuados acima, suprimidos pela MP 2.215/01. Dessa forma, chegar-se-ia à reserva do possível, atingindo-se um mínimo existencial para a restauração dos padrões da qualidade de vida da família militar.

#### **Do Pedido**

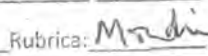
Por todo exposto e como medida de plena justiça, toda a classe militar requer que a MP 2.215/01 seja incluída na pauta deliberativa do Congresso Nacional, a fim de que os legitimados do povo possam deliberar sobre situação, a qual a tempos vem fazendo com que toda uma categoria viva à margem de uma condição mais qualitativa e igualitária de sobrevivência em comparação a outros setores da administração pública.

Juiz de Fora, MG, 12 de maio de 2014.

Respeitosamente,

  
**KELMA COSTA,**  
Presidente da UNIFAX

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes, Senado Federal  
Brasília-DF

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
MPV	Nº 2.215/2001
Fls. 1085	Rubrica: 

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 30 de maio de 2014

Senhora Kelma Costa, Presidente da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (UNIFAX),

Em atenção ao Documento s/n, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado da MPV nº 2215, de 2001, que *"Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências"*, conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,

Secretaria de Gestão Legislativa do Conselho Nacional
MPV nº 2215, 2001
Fls. 1086 Rubrica: Madureira

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PEDRO TAQUES

Unite-se ao processado

MPV  
nº 2215, de 2.001

Em 02/07/2014

OF. GSPTAQ. Nº 260/2014

Brasília, 30 de maio de 2014,

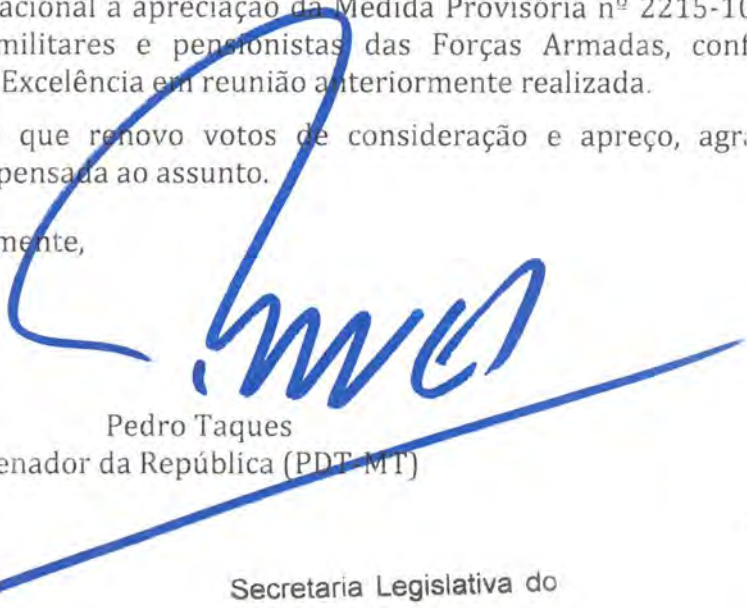
Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília-DF

Assunto: Ofício nº 38-2014/Sec-FAMIL-MT,

Senhor Presidente,

1. Considerando o recebimento do Ofício nº 38-2014/Sec-FAMIL-MT, expedido pela Associação da Família Militar do Estado de Mato Grosso (FAMIL-MT), transmito a Vossa Excelência a referida missiva para a qual, na qualidade de Senador da República representante do Estado de Mato Grosso, manifesto desde logo meu total apoio.
2. Trata-se de reivindicação que demonstra a necessidade de se incluir em Ordem do Dia do Congresso Nacional a apreciação da Medida Provisória nº 2215-10, que trata dos vencimentos dos militares e pensionistas das Forças Armadas, conforme fundamentos expostos a Vossa Excelência em reunião anteriormente realizada.
3. Assim, ao passo que renovo votos de consideração e apreço, agradeço antecipadamente a atenção dispensada ao assunto.

Atenciosamente,

  
Pedro Taques  
Senador da República (PDT-MT)

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1087 Rubrica: 



ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Rua Nhambiquaras, nº 175 - Bairro Santa Helena  
CEP: 78.048-010 - Cuiabá-MT  
Telefone: 65-3025-5744 - E-mail: famil.matogrosso@hotmail.com

Ofício nº38 /Sec-FAMIL-MT

Cuiabá, MT, 22 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador da República Pedro Taques  
Senado Federal  
Brasília - DF

Assunto: Solicitação de Apoio para colocação em pauta no Congresso Nacional da MP 2215-10 que trata dos Vencimentos dos Militares e Pensionistas das Forças Armadas em Tramitação há mais de 13 anos.

Referência: Art. 5º, "XXI" da CF 88.

Anexo: Documentação e foto de Nossa Reunião com o Presidente Congresso Nacional.

**URGENTE**

Senhor Senador Pedro Taques,

1. A FAMIL-MT em nome de seus associados, cumprimenta Vossa Excelência e equipe e suplica ao senhor como atuante Senador da República e orgulho de todos os brasileiros em especial seus Conterrâneos Mato grossenses que apoie a colocação em pauta da MP 2215-10, pejorativamente conhecida por nós de "MP do MAL", conforme promessa do Senador Renan Calheiros em reunião com os representantes da classe ocorrido em 13/05/2014 no seu gabinete, onde foi acordado o seguinte:

- O presidente reconheceu que não fomos a busca de benefícios e sim da recuperação de direitos retirados.

- Após sua fala, lemos e entregamos a carta de intenção anexa.

- Devido a dificuldade da matéria e sua longa tramitação, ficou acordado a volta dos seguintes direitos retirados entre vários:

a. Volta do Quinquênio.

b. Volta do Auxílio Moradia.

c. Volta do Auxílio Inatividade e;

d. Volta dos proventos de posto acima na passagem da Inatividade.

"A farda não abafa o cidadão no peito do soldado" Marechal Osório

Secretaria Legislativa

Congresso Nacional

MPV nº 2215 / 2001



ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Rua Nhambiquaras, nº 175 - Bairro Santa Helena  
CEP: 78.048-010 - Cuiabá-MT  
Telefone: 65-3025-5744 - E-mail: [famil.matogrosso@hotmail.com](mailto:famil.matogrosso@hotmail.com)

2. Senhor Senador Pedro Taques o desempenho de Vossa Excelência nessa matéria contemplará mais de oito milhões de pessoas que gravitam em torno da Família Militar do Brasil, muitos destes são seus irmãos Mato Grossenses e guardiões das riquezas da fronteira oeste. Que Deus traga continuadas bênçãos sobre Vossa Excelência, equipe e familiares para que possamos continuar privando de seu profícuo serviço a nação, em especial ao nosso Mato Grosso com sua gente generosa que enxerga em sua ilustre figura o símbolo maior de suas esperanças.

Respeitosamente,

  
JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SOARES  
Presidente da FAMIL-MT  
Triênio 2013-2016



## FAMIL-MT

### ESTAMOS TRABALHANDO POR VOCÊ



Ilustres membros da Família Militar quero agradecer a Deus pela oportunidade de junto com outros membros das Associações que diuturnamente luta para o resgate de nossa dignidade que passa sim por um tratamento Constitucionalmente igualitário por uma questão de cidadania, pois o Legendário Marechal Osório há muito nos ensinou "A farda não abafa o cidadão no peito do soldado". Solicitamos ao presidente do Congresso Nacional que coloque em pauta de votação a MP 2215-10 por nós pejorativamente denominada de "MP do mal" por ser uma castradora de direitos da família militar como um todo. Nos ajude a tornar este sonho de mais de treze anos em um sonho, entre em contato com o Senador que o senhor ajudou a eleger ou dep. federal para priorizar a colocação em pauta e votação dessa MP, se não por você pela sua família que lhe será grata eternamente. Abaixo colocamos a Cópia da Carta de Intenção que entregamos ao Senador Renan Calheiros:

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1090 Rubrica:



ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Rua Nhambiquaras, nº 175 - Bairro Santa Helena

CEP: 78.048-010 - Cuiabá-MT

Telefone: 65-3025-5744 - E-mail: famil.matogrosso@hotmail.com

### Carta de Intenção.

Nós signatários da presente Carta de intenção tornamos público a ansiedade da Família Militar do Brasil, por nós representados. Excelentíssimo Senhor Senador da República Renan Calheiros somos uma classe de Servidores do Estado que sentimos um abandono a quem servimos, ratificado por mais de treze anos de angústia onde buscamos a colocação em pauta da MP 2215-01 e sua votação. Compactuamos do mesmo pensamento e amor incondicional ao generoso povo brasileiro, matriz de nossa origem e que por gratidão nos coloca sempre nos primeiros lugares de confiabilidade da sociedade. Com a edição da MP 2215-01 pejorativamente por nós denominada de "MP do mal" nos trouxeram percas em cascata, citamos algumas a Vossa Excelência: 45% em média de perda salarial em relação a outras classes de "trabalhadores" do Executivo, pagamento de R\$0,16 centavos referente ao nosso salário família e; que virou o símbolo maior de descaso com mais de cinco milhões de pessoas que gravitam em torno da Família Militar do Brasil, a colocação no Orçamento para atender a nossa saúde em torno de menos da metade do destinado ao SUS e congelado a décadas, como a indenização de bagagem nas constantes transferências, a etapa de alimentação dos soldados, também depois de décadas reajustado de pouco mais de R\$ 3,40 para R\$ 6,40, a nossa diuturna luta para o chamado pagamento da diferença dos 28,86% pago a todos os servidores públicos e negado aos postos e graduações mais baixa das FFAA. Senhor Senador Renan Calheiros recorremos a Vossa Excelência como chefe do poder legislativo não em busca de benesses e sim para que faça cair sobre nós a sombra do direito a igualdade prevista na "Carta Cidadã".

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1091 Rubrica: 



## RESPOSTA DO SENADOR A CARTA DE INTENÇÃO DA FAMIL-MT

### **Renan determina estudo sobre medida provisória das Forças Armadas**

13/05/2014 16:55



O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu nesta terça-feira (13) o senador Paulo Paim (PT-RS) e dezenas de representantes de associações dos mais diversos setores da Marinha, Exército e Aeronáutica. Eles vieram pedir a inclusão imediata na pauta de votações da Medida Provisória (MP) 2215/2001, que trata da reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.

"Sabemos que a discussão aqui é sobre a retirada de direitos dos militares e não da inclusão de benesses. Vou discutir com o senador Paim uma maneira de trazermos

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1092 Dubrinc:



esse projeto de volta às discussões", garantiu o presidente do Senado. Renan Calheiros explicou que essa MP faz parte de um grupo de medidas que foram excluídas do rol das que trancam a pauta, por isso embora continue tramitando ainda permanece há tanto tempo na pauta de votações.

Os representantes pediram ao presidente do Senado que sejam aceitas as emendas ao projeto que tratam da correção dos valores de auxílio-invalidez, hoje equivalente ao soldo do cabo do Exército; do salário-família, no valor de 16 centavos e o retorno do pagamento do auxílio-moradia, extinto com a MP. A principal reivindicação do grupo é o retorno da medida que permite a promoção de uma patente acima àqueles que vão entrar na reserva.

"Ou se revoga toda a MP com os efeitos maléficos que eles trouxeram ou então se discute as emendas que apresentamos. Do jeito que está não podemos mais ficar. É preciso que o Executivo entenda que precisa remunerar os militares dignamente", defendeu Ivone Luzardo, presidente da União Nacional das Esposas dos Militares e Pensionistas, Unemfa. De acordo com os representantes dos militares, mais de oito milhões de pessoas dependem das mudanças previstas na MP 2215/2001.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **PEDRO TAQUES**



Excelentíssimo Senhor  
Senador **Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 225/2001

Fls. 1094 Rubrica:



SENADO FEDERAL  
Presidência

Brasília, 04 de junho de 2014.

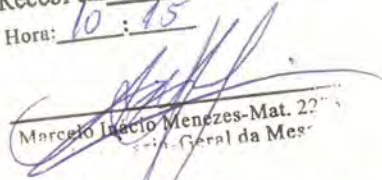
- OF. GSPTAQ. Nº 260/2014.
- ORIGEM: Senador Pedro Taques.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e adoção das providências porventura cabíveis, nos termos da manifestação do Excelentíssimo Senhor Senador **PEDRO TAQUES**, mediante a qual envia expediente recebido da Associação da Família Militar do Estado de Mato Grosso, referente à apreciação da Medida Provisória nº 2215-10, que trata dos vencimentos dos militares e pensionistas das Forças Armadas.

  
**EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI**  
Chefe de Gabinete


Recebi em 04/06/2014  
Hora: 10:15

  
Marcelo Inácio Menezes-Mat. 22  
Secretário-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

File 1095 Rubrica: 



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA


Brasília, 24 de junho de 2014

Senhor Pedro Taques, Senador da República (PDT-MT),

Em atenção ao OF.GSPTAQ.Nº 260/2014, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado da MPV nº 2215, de 2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências", conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2215/2001  
Fls. 1096 Rubrica: 



## GABFLOW - Emissão de Relatórios

Ouvidoria do Senado Federal

Relatório Espelho do Processo

Data de Emissão:  
15/10/2014 - 11:58:51

Processo: 417201401416 FUNCIONALISMO PÚBLICO - MP 2215/2001 - REAJUSTE DO SERVIDOR PÚBLICO - Autuação: 14/10/2014

Situação:

Órgão Destino:

## CADASTRO

Pessoa: almir barbosa merceis

Título:

Apelido:

e-Mail: almirpagode@yahoo.com.br

Endereço Comercial:

Cidade:

Cep:

UF:

País:

Cargo:

Entidade:

Endereço Residencial: Rua: Imarui N°08 casa03-

Cidade: Rio de Janeiro

Cep: 21830020

UF: RJ

País: Brasil

Endereço Eleitoral:

Cidade:

Cep:

UF:

País:

Cargo:

Entidade:

Telefones: MOVEL 21-998214476 Ramal: Obs:

Observação: Twitter: Nome: Matr.:

## PROCESSO

**Ementa:** Boa tarde, gostaria de saber quando vai terminar a novela dos 28,86% dos militares, que estamos aguardando a tanto tempo e nada, as eleições estão acabando e nada ate agora, e a medida provisória 2215 tambem ate quando vamos esperar a boa vontade dos nossos Senadores para votar.

**Complemento:** Resposta via: E-mail**Despacho:**

15/10/2014

**Acompanhamentos:**

15/10/2014 \*\*\* O Assunto deste Processo foi alterado de CADASTRADO para FUNCIONALISMO PÚBLICO - MP 2215/2001 - REAJUSTE DO SERVIDOR PÚBLICO

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215, 2001

Fls. 1097 Rubrica:



**Ouvidoria do Senado Federal  
Relatório Espelho do Processo**

**Data de Emissão:**  
15/10/2014 - 11:58:51

14/10/2014 \*\*\* Autuado por Usuario da Internet \*\*\*

Mensagem: <VIDE CAMPO EMENTA>

Meio de recebimento: E-mail

Nome: almir barbosa merceis

E-mail: almirpagode@yahoo.com.br

Twitter: Nome: Matr.:

Telefone: 21 998214476 (Celular)

Endereço: Rua: Imarui N°08 casa03

CEP: 21830020

Cidade: Rio de Janeiro

UF: RJ

Sexo: Masculino

Faixa etária: De 50 a 59 anos

Escolaridade: Ensino médio

IP utilizado: 186.221.88.1

**Anexos:** 15/10/2014 -- E-MAIL -- almirpagode@yahoo.com.br -- Mensagem 417201401416 -- Expedido

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215 / 2014

Fls. 1098 Rubrica: cfm





SENADO FEDERAL  
Ouvidoria

## Manifestações sobre a MPV 2215/2001

Junte-se ao processado do

MPV  
nº 2215, de 2015.

Em 29/06/15

Nº PROCESSO	DATA	NOME	EMENTA
417201200462	14/02/2012 10:25	NEUZELI FEHELBERG	QUESTIONA SOBRE AUMENTO PARA MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS
417201200505	16/02/2012 10:58	EDINÉIA BECKER	QUESTIONA SOBRE AUMENTO PARA MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS
417201201566	25/05/2012 10:39	JOSÉ EVANDRO DE AMORIM JÁCOME	Mensagem enviada pelo formulário da Ouvidoria.  O cidadão deseja receber a resposta por: E-mail  "Nome: Evandro e-mail:shlomita@bol.com.br A uma semana que solicito a medida provisória ou Lei de 2012 do reajuste salarial dos funcionários publico federal principalmente o dos militares, e não fui atendido; e possível me enviar agora?" (sic)

Fls. 1099 Rubrica: [Assinatura]  
Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2215/2001

417201201609	28/05/2012 12:01	JORGE AUGUSTO BATISTA DE SOUZA	<p>Mensagem enviada pelo formulário da Ouvidoria.</p> <p>O cidadão deseja receber a resposta por: E-mail</p> <p>"Senhores Senadores!</p> <p>Os militares</p> <p>O prazo é o mês de agosto. Por onze anos não cumpriram a LEI No 10.331 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001, que regulamenta o art. 37 inciso X da CF de 1988, com isso a defasagem chega ao absurdo de 135%. Se nossos representantes não nos socorrem, a quem recorrer? Estaremos atentos aos que nos amparam. Já nestas eleições municipais será possível separar o joio do trigo. Partido ou político que tergiversar nossos direitos, perderá nosso apoio." (sic)</p>
417201201682	01/06/2012 13:57	BRUNO SOUZA ROSA	<p>Mensagem enviada pelo formulário da Ouvidoria.</p> <p>O cidadão deseja receber a resposta por: E-mail</p> <p>"Nós militares necessitamos urgente de uma audiência que trate dos nossos vencimentos, a situação está insuportável e vergonhosa. Obrigado" (sic) !</p>

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215/2009

Is. 1.100 Rubrica: *[assinatura]*

417201201763	11/06/2012 18:56	FRANCISCO BAPTISTA	<p>"Sou militar do EB queria saber Porque a Medida Provisória Nº 2215-10, de Agosto 2001 AINDA NÃO FOI NEM VOTADA? A MP está em vigor a MAIS DE 10 ANOS alterou MUITO a SITUAÇÃO dos Militares SEI QUE POSSUI VÁRIAS EMENDAS que se não restabelece DIREITOS ADQUIRIDOS pelo menos AMENIZA nossos PREJUÍZOS(exemplo: A SITUAÇÃO DE UM MILITAR QUE POSSUIA EM 29 DEZ 2000 -29anos 11meses e 29dias DE TEMPO DE SERVIÇO PARA INATIVIDADE Q PERDEU PROVENTOS POSTO SUPERIOR, LICENÇA ESPECIAL, etc) e como fica ENTÃO?" (sic)</p>
417201201777	11/06/2012 19:28	MARCOS ANDRÉ PINTO XAVIER	<p>"Solicito desesperadamente em carater de urgência, que o Senado Federal trate com seriedade a questão do aumento salarial das FORÇAS ARMADAS. Entra e sai governo, e os militares estão cada vez mas esquecidos e desprezados, por questões ideológicas, e atitudes covardes de alguns que se encontram no poder. Eu suplico ao EX.mo Sr Presidente do Senado Federal que viabilize muito em breve, e se possivel interceder junto a EX.ma Sra Presidente Dilma, um reajuste para as Forças Armadas ainda em 2012." (sic)</p>



417201203901	30/10/2012 14:47	LEONARDO SCHEFFER	<p>Boa tarde Excelentíssimos Sr(es)(as) Senador(es)(as) da República, venho por meio do presente, solicitar vosso empenho em colocar em votação, através de solicitação ao Senador Presidente, José Sarney, a MP 2215/01 que versa sobre a remuneração dos Militares das Forças Armadas.</p> <p>Explico:</p> <p>"...O que ocorreu é que foi dado verdadeiro status de lei às medidas provisórias anteriores a vigência dessa emenda, pois sua regulação ficou condicionada ao procedimento ordinário legislativo, que não se adequa ao procedimento e aos objetivos máximos das MP. Foi dada brecha para evidente abuso de tais medidas que só deixarão de vigir quando for interessante aos membros do Legislativo.</p> <p>No caso da MP que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, não está em posse da Câmara dos Deputados e sim do Congresso Nacional, podendo ser incluída na Pauta somente somente pelo presidente do Senado José Sarney.</p> <p>A tramitação da MP parou em 26/08/2011, e já consta como TRAMITAÇÃO ENCERRADA. "</p>
--------------	------------------	-------------------	--

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2215/2001  
Fls. 1.102 Rubrica: *[Assinatura]*

417201300431	21/02/2013 08:21	DEYVI GEAILSON SIWIDNISKI	Gostaria de saber quando será posta em pauta a votação da Medida Provisória 2215/01, que está com MP desde 2001. Já não deveria ter sido votada? Haja vista que já está completando 12 anos? Como devemos considerar isso? Desrespeito? Afronta? Falta de tempo dos ilustres senadores??? Tendo em vista o vergonhoso tempo que a MP está "na gaveta" gostaria saber qual a possibilidade desta matéria entrar em pauta.
417201300618	17/03/2013 17:29	JORGE JOSÉ GONZÁLEZ SÉBA	Prezados Senhores,  Consulta sobre a possibilidade de obter a "Exposição de Motivos" referente a MP 2215-10, de 31 de agosto de 2001.
417201300995	06/05/2013 22:36	FRANKLIN CARDOSO FURTADO	Prezados Senhores, Gostaria de saber, se os senhores podem nos socorrerem? Apesar das divergências entre os senhores e o STF. sabemos que depende dos senhores a criação de uma Lei para que seja pago os vinte e oito (28%)porcento aos Militares das Forças Armadas já determinado pelo STF, Excelentíssimo senhores a situação dos Militares das Forças Armadas é do conhecimento dos senhores, principalmente dos Graduados a classe mais endividada. Senhores, gostaríamos de apelar para os senhores para que essa dívida seja paga ainda este ano. Desde já agradeço atenção a compreensão e a sensibilidade dos senhores, afinal já são vinte(20)anos esperando.

417201302853	06/11/2013 16:02	LUIS CLÁUDIO RIBEIRO LOPES REBOUÇAS	A Participação popular não é o problema, temos suplicado a 12 anos (nós Militares das Forças Armadas) e solicitado por e-mails, cartas, passeatas, cruzadas no portal e-cidadania com a famosa Marcha Virtual que conseguiu mais de 350.000 apoios, o maior até hoje! o problema é o descaso do senado em discutir Medidas Provisórias que já deveriam ter sido votadas como determina a Lei. A MP2215/2001 que trata da remuneração dos Militares das Forças Armadas ainda não foi a votação, já passados 12 anos de sua promulgação, a lei determina que no prazo de cinco anos toda MP vá a votação! artigo 62 dada pela Emenda Constitucional 32/2001 - será eliminada desde o início se o Congresso Nacional, a quem serão imediatamente submetidas, não as converter em lei dentro do prazo - que não correrá durante o recesso parlamentar - de 120 dias contados a partir de sua publicação. O que o CONGRESSO NACIONAL ainda está esperando? já passaram 12 anos, tem Brasileiros militares decepcionados e que não estão vendo nesta casa responsabilidade para com os militares das Forças Armadas. em 12 anos são três Governos! é decepcionante a falta de interesse dos políticos dessa casa em fazer valer a lei maior que é a constituição e deixar famílias abandonadas, desamparadas pelo Governo
417201401416	14/10/2014 16:56	ALMIR BARBOSA MERCEIS	Boa tarde, gostaria de saber quando vai terminar a novela dos 28,86% dos militares, que estamos aguardando a tanto tempo e nada, as eleições estão acabando e nada ate agora, e a medida provisória 2215 tambem ate quando vamos esperar a boa vontade dos nossos Senadores para votar.
417201401755	28/11/2014 23:01	ODILIO EUZÉBIO DOS SANTOS	Peço a gentileza de informar sobre a tramitação da MP 2215 que se encontra nessa casa. obrigado, aguardo resposta.

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2215/2001  
Is. 1.104 Rubrica: *[assinatura]*



417201501861	16/04/2015 18:51	DIEGO AMARO PEREIRA	"Boa noite. Sou militar e, como cidadão, gostaria de saber o porquê da demora para votação da MP 2215/2001, que trata da remuneração dos militares das FFAA. Ela está desde 2008 na situação de "PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO", porém nenhuma ação é tomada. Uma MP que restringiu nossos direitos e causou a evasão de milhares de oficiais e sargentos desiludidos com a carreira, não pode ser simplesmente ignorada e adiada. Vejo o Congresso mexer na remuneração de Auditores Fiscais, Juizes, funcionários das casas, que historicamente já ganham bem, mas deixam nós sempre em último plano. Até quando?" (sic)
417201502468	23/04/2015 20:23	JOSE DO NASCIMENTO DE SOUZA	"Boa noite.Solicito a V.Exa. providências a respeito da Medida Provisória 2215, de 2001, referente aos direitos dos militares das forças armadas. A mesma encontra-se engavetada no senado." (sic)
417201504137	13/05/2015 21:01	JOSE MESSIAS EMIDIO CAMELO	"Eu Messias, venho por meio deste, pedi aos senadores que coloquem a MP 2215/2001, que está há 14 anos sem ser votada na Casa do povo brasileiro que é o Senado Federal; é inconstitucional tanto tempo uma Medida Provisória está sem ser votada. Pense com muito carinho neste pleito. Um grande abraço a todos." (sic)
417201505234	25/05/2015 09:10	ELIEL DOS SANTOS CARVALHO	"bom dia!! gostaria de saber o prazo para votação de uma medida provisória??? e porque a medida provisoria 2215, já esta a mais de 15 anos sem votação??" (sic)

Fls. 4105  
 Secretaria Legislativa do  
 Congresso Nacional  
 MPV nº 2215/2001  
 Rubrica: *[Assinatura]*

417201505300	25/05/2015 18:47	WALBER JOSE LOPES	"SENHORES SENADORES PORQUE ESTA MALDITA MP. 2215/10/2001 AINDA ESTA EM VIGOR OU OS SENADORES DO MEU PAÍS VIVEM NO MUNDO DA LUA OU OS MILITARES SÓ EXISTEM QUANDO O MEU PAÍS ESTA PRECISANDO E OS SEVERINOS VÃO E TAPAM O BURACO DO GOVERNO LADRÃO E CORRUPTO QUE TEMOS HOJE NO COMBATE DA DENGUE ESTÃO NÓS OS SEVERINOS PRONTOS A CUMPRIR AS MISSÕES E OS NOSSOS SENADORES NADA FAZEM EM POR DOS SEVERINOS PORQUE QUANTOS FORAM GOVERNADORES E PRECISARAM DOS SEVERINOS QUE HOJE GANHA UM SALARIO DE MISÉRIA MAIS NÃO ARREGRA DA MISSÃO QUANDO DADA É CUMPRIDA EM NOME DA HONESTIDADE DA MORALIDADE PEÇO QUE VOTEM ESSA MALDITA MEDIDA MP. 2215/10/2001 PARA QUE NÓS SEVERINOS TENHAMOS UM SALARIO JUSTO TUDO QUE O GOVERNO FAZ É PARA NÓS LASCAR CADA DIA MAIS OLHEM BEM QUANTOS FICAMOS SEM SER PROMOVIDO A 2º SGT QUEBRAM A HIERARQUIA CORRIJAM ISSO POR FAVOR FAÇAM JUSTIÇA NESTE PAÍS COMO O SENADO É UMA CASA ONDE SE CORRIGE AS LEIS FAÇAM ISSO POR FAVOR EM NOME DE deus pai filho e espirito santo peço"(sic)
417201506717	11/06/2015 20:31	FRANCISCO RIBEIRO DE MAGALHÃES	"Ainda acreditando na seriedade dessa Casa Legislativa e, principalmente, na democracia, peço ao nobre Presidente Renan, que se digne levar à apreciação de seus pares e à votação em plenário a MP 2215. Não é digno uma casa legislativa manter engavetada por 14 anos uma MP que afeta a vida de milhares e milhares de pessoas. Afinal, militar também tem família! Sou membro da família militar, tendo servido à FAB por 37 anos." (sic)
417201506718	11/06/2015 20:41	JORGE HENRIQUE GOMES AMARAL	"Sou membro da "Família Militar das Forças Armadas" e venho cobrar do Senador Presidente, Renan Calheiros, o compromisso já assumido, para analisar e votar a MPV 2215/01, que alterou a Lei de Remuneração dos Militares - LRM. Esta MP retirou direitos da categoria e deixou a família militar em péssima situação." (sic)

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/1 2001

Fs. 1-106 Rubrica: *deus*







417201506744	12/06/2015 01:36	MARIA GORETH DA SILVA SORAGGI	"." "SOU VIUVA DE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, COMO ELES NAO TEM SINDICATO PARA TEREM VOZ, VENHO COBRAR DO SENADOR PRESIDENTE RENAN CALHEIROS, O COMPROMISSO JA ASSUMIDO, PARA ANALISAR E VOTAR A MPV 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO DE MEU MARIDO MILITAR A LRM, ESTA MEDIDA VEIO RETIRAR OS MEUS DIREITOS, ME COLOCANDO EM UMA CRUEL SITUAÇÃO. ISSO E ANTICONSTITUCIONAL. MUDAR UMA LEI PARA AGRAVAR A VIDA DE VARIAS FAMILIAS....." (sic)
417201506753	12/06/2015 07:43	JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS	"Sou membro da família militar e gostaria que fosse visto a MPV 2215." (sic)
417201506759	12/06/2015 08:50	LEONARDO MACIEL E SILVA	"Sou membro da família militar das forças armadas, e venho cobrar do Senador presidente, Renan Calheiros, o compromisso já assumido, para analisar e votar a MPV 2215/01, que alterou a Lei de Remuneração dos militares- LRM. Esta MP retirou direitos da categoria e deixou a familia militar em uma cruel situação." (sic)
417201506761	12/06/2015 09:02	HELIO GENILSON BRAZ	"SOU MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, VENHO SOLICITAR AO SENADOR PRESIDENTE RENAN CALHEIROS, O COMPROMISSO JÁ ASSUMIDO, PARA ANALISAR E VOTAR A MP 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO MILITAR (LRM) E QUE CAUSOU PERDAS DE DIREITOS ADQUIRIDOS, E O PAGAMENTO DOS 28,86% JÁ PREVISTOS E INCLUÍDOS NO ORÇAMENTO DE 2015 PARA PAGAMENTO PARCIAL." (sic)
417201506762	12/06/2015 09:14	JULIO LEMES	"Caro Senador Renan Calheiros bom dia, o bom senso alivia tensões e compromisso devem ser honrados, portanto, demonstre pelo menos boa vontade em analisar e por em votação a MPV 2215/01, Grato." (sic)
417201506765	12/06/2015 09:29	ANA PAULA M F SILVA	"Srs as Forças Armadas e suas famílias imploram por uma revisao justa nos soldos dos militares." (sic)

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215/1 2001

Fls. 1.108 Rubrica: *Arbando*

417201506766	12/06/2015 09:48	JOSÉ ROSSANO PRATES DOS SANTOS	"SOU MEMBRO DA FAMÍLIA MILITAR, DEDIQUEI-ME POR MUITOS ANOS HONRANDO, O MEU COMPROMISSO DE DEDICAR-ME INTEIRAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA, POR OUTRO LADO HOJE VENHO PEDIR A PÁTRIA (SEUS REPRESENTANTES), EXCELENTESSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO SR RENAN CALHEIROS, PARA QUE ANALISE E VOTE A MP 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO DOS MILITARES, MP QUE NOS RETIROU MUITOS DIREITOS DEIXANDO-NOS EM UMA SITUAÇÃO FINANCEIRA MUITO DELICADA. AGUARDO SEU EMPENHO E DOS DEMAIS INTEGRANTES DESSA CASA LEGISLATIVA, PARA A SOLUÇÃO DESSE IMPASSE. ATENCIOSAMENTE" (sic)
417201506771	12/06/2015 10:09	ANTONIO VIEIRA DE PAIVA	"Senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional, por gentileza coloque a MP 2215, em votação." (sic)
417201506776	12/06/2015 10:51	DAVID SÁ FREIRE DE SOUZA	"Sou membro da família militar das Forças Armadas e venho cobrar do Senador Presidente, Renan Calheiros, o compromisso já assumido, para analisar e votar a MPV 2215/01, que alterou a Lei de Remuneração dos militares-LRM. Esta MP retirou direitos da categoria e deixou a família militar em cruel situação." (sic)
417201506778	12/06/2015 10:59	ADELICE BRANDÃO DE SOUZA	"Venho! Cobrar do senador presidente Renan Calheiros o compromisso já assumido, para analisar e votar a MPV 2215/01, Que alterou a lei de remuneração do meu marido militar a LRM, esta medida veio a retirar os nossos direitos e de meu marido, nos colocando em uma cruel situação. Isso é anticonstitucional. Mudar uma lei pra agravar a vida de várias famílias!" (sic)
417201506779	12/06/2015 11:00	ALBERTO GOMES DE MIRANDA	"Bom dia, Sou membro da Família Militar das Forças Armadas e venho cobrar do Senador Presidente, Senhor Renan Calheiros, o compromisso já assumido, para analisar e votar na MPV 2215/01, que alterou a Lei de Remuneração dos Militares é LRM. Esta MP retirou direitos da categoria e deixou a Família Militar em situação de desespero." (sic)

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1109 Rubrica: 



417201506784	12/06/2015 11:21	SILVESTRE RIBEIRO DE BRITO FILHO	...." SOU MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, COMO NAO TENHO SINDICATO PARA FAZER VALER MINHA VOZ, VENHO COBRAR DO SENADOR PRESIDENTE RENAN CALHEIROS, O COMPROMISSO JA ASSUMIDO, PARA ANALISAR E VOTAR A MPV 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO MILITAR A LRM, ESTA MEDIDA VEIO RETIRAR OS NOSSOS DIREITOS E DE NOSSOS FAMILIARES, NOS COLOCANDO EM UMA CRUEL SITUAÇÃO. ISSO E ANTICONSTITUCIONAL. MUDAR UMA LEI PARA AGRAVAR A VIDA DE VÁRIAS FAMÍLIAS....." (sic)
417201506795	12/06/2015 13:36	AREOVALDO GOUVÊA DA CRUZ	"Nós militares das Forças Armadas, sentimos o descaso e retaliação a que estamos sujeitos pela Presidência, Senado e Deputados Federal. Não se administra uma Nação desta forma. Gostaríamos e pedimos a Deus, que os façam refletir que, nós militares, também somos seres humanos." (sic)
417201506798	12/06/2015 14:58	NAIR PAIM GONÇALVES	"SOU DEPENDENTE DE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, COMO ELES NÃO TEM SINDICATO PARA TEREM VOZ, VENHO COBRAR DO SENADOR PRESIDENTE RENAN CALHEIROS, O COMPROMISSO JÁ ASSUMIDO, PARA ANALISAR E VOTAR A MPV 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO DE MEU MARIDO MILITAR A LRM, ESTA MEDIDA VEIO A RETIRAR OS NOSSOS DIREITOS E DE MEU MARIDO, NOS COLOCANDO EM UMA CRUEL SITUAÇÃO. ISSO E ANTICONSTITUCIONAL. MUDAR UMA LEI PARA AGRAVAR A VIDA DE VARIAS FAMÍLIAS....." (sic)



417201506801	12/06/2015 15:14	MARIA ANGÉLICA RODRIGUES	"SOU DEPENDENTE DE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, COMO ELES NÃO TEM SINDICATO PARA TEREM VOZ, VENHO COBRAR DO SENADOR PRESIDENTE RENAN CALHEIROS, O COMPROMISSO JA ASSUMIDO, PARA ANALISAR E VOTAR A MPV 2215/01, QUE ALTEROU A LEI DE REMUNERAÇÃO DE MEU MARIDO MILITAR A LRM, ESTA MEDIDA VEIO A RETIRAR OS NOSSOS DIREITOS E DE MEU MARIDO, NOS COLOCANDO EM UMA CRUEL SITUAÇÃO. ISSO É ANTICONSTITUCIONAL. MUDAR UMA LEI PARA AGRAVAR A VIDA DE VÁRIAS FAMÍLIAS....." Espero, também, que seja resolvida a questão dos 28,86% devidos aos militares. Cabe lembrar que o STF já reconheceu direito." (sic)
417201506803	12/06/2015 15:21	CLODOVALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	"CADE A PALAVRA DE VOCÊS SENADORES ...ATÉ QUANDO VÃO NOS ENGANAR....PRECISAMOS QUE OS SENHORES A PREVEM A MPV 2215/1 QUE SÃO DE DIREITO DOS MILITARES E A PROMOÇÃO DOS QESA PARA QUE SEJA FEITA A JUSTIÇA COM OS QESA....ESPERAMOS E CONTAMOS COM OS SEUS VOTOS..." (sic)
417201506805	12/06/2015 15:43	ARIANA MARTINELLI SOCANTI GONCALVES	"Este é um pedido simples . Por favor façam o pagamento da diferença salarial dos 28,86% aos militares. Somos todos almas. Somos todos seres nascidos da natureza Divina do Amor. Assim como viemos seguiremos em nossos caminhos. O que nos diferencia neste planeta é somente a semente que plantamos. Os anjos de luz fiquem com vcs. Paz no coração de cada um." (sic)
417201506811	12/06/2015 16:21	ALDEMIR PEREIRA DE AZEVEDO	"Vocês acham digno, não ter aumento de acordo com as mudanças inflacionarias do País, e não dar os direitos estabelecidos por Lei ????A situação precária e dos Militares,mais a falta de senso e dos que podem mudar isso e não o fazem!!! Bastaria os Militares cruzarem os braços !!!!!" (sic)
417201506813	12/06/2015 16:54	JOAO CARLOS SIQUEIRA	"Estou há 13 anos com uma causa contra a União por conta dos 28 por cento dos militares é causa ganha por que a gente tem direito porque esses mesmo 28 por cento os funcionários civis receberam. Está na hora de pagar a gente também desde já agradeço." (sic)

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2015

Fls. 1.111 Rubrica: *Renato*

417201506861	13/06/2015 22:20	JEAN FERNANDES ANDRADE SILVA	"È com muita indignação que venho exigir que o senado federal vote o mais rapido possivel a medida provisoria que alterou a lei de remuneração dos militares pois nós ja não aguentamos mais o descaso do senado com relação a este caso.Pois o senador presidente Renan Calheiros assumiu este compromisso e esperamos que ele com o maximo de diligencia vote esta medida provisoria 2215/01." (sic)
--------------	------------------	------------------------------	--

19620150010

# AMARP - FFAA - DF

ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES DA RESERVA  
Reserva e Reformados e Pensionistas das Forças Armadas  
CLN - 316 Norte - Bloco B - Loja 15 - CEP - 70.775-520  
tel: 3039-5164

Brasília, DF., 22 de fevereiro de 2015.

Ofício nº 081/2015 -AMARP

Ao  
Exmo. Senador  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília-DF

Junte-se ao processado do  
MPV  
nº 2.215 de 2001

Em 21/09/15

Senhor Senador.

A Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal (AMARP-FFAA-DF) representada pelo seu presidente, Sr. **GENIVALDO DA SILVA**, Sgt - R1, vem mui respeitosamente ante V.Excia. solicitar, em prol da família militar, o apoio no sentido de colocar em votação a MP 2215-10/2001, a cerca de 13 anos no Senado Federal sem que tenha sido votada até a presente data. Nessa oportunidade, a AMARP-FFAA-DF, reivindica:

1. O retorno do Auxílio Moradia para os militares no serviço ativo;
2. Adicional de Inatividade para o pessoal da reserva, reformados e Pensionistas;
3. O posto ou graduação acima, no ato de transferência para a reserva Remunerada e Gratificação de Tempo de Serviço (o chamado Anuênio)

Na certeza do acolhimento da presente solicitação, AMARP externa profunda gratidão em nome da Família Militar das Forças Armadas

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em: 1/1 Hs: 1

*Genivaldo da Silva*  
Atenciosamente,

21/03/2015

COND. MANSÕES ENTRE LAGOS Q.02 CL L.J. 44  
CEP: 73.255-901 - TEL: 3522-5164 - CEL: 9601- 7975  
E-mail: [amar\\_mil@yahoo.com.br](mailto:amar_mil@yahoo.com.br) - Site: [amarpf.com](http://amarpf.com)

*Emília Ribeiro*  
Emília Ribeiro  
Chefe de Gabinete da  
Presidência do Senado Federal

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2.215/2001

Fls. 1.113 Rubrica: RM





**SENADO FEDERAL**  
Presidência

Brasília, de junho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício DISUB/ANS nº 15/2015	Justiça Federal do Estado de Goiás	solicita apoio para aprovação do PLC 28/2015 de iniciativa do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Documento sem Numero	GEAP – Fundação de Seguridade Social	Encaminha Relatório de Atividades, período de: outubro de 2013 a dezembro de 2014.
Ofício nº 187/2015/AMB/GAB	Associação dos Magistrados Brasileiros	solicita que os membros do Poder Judiciário sejam excluídos do Projeto de Lei do Senado nº 274/2015. Presta esclarecimentos.
Ofício Pres. Nº 21722/2015	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	INFORMA QUE EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO DE Nº 667/2015, DO DEPUTADO RICARDO COSTA, NO QUAL REQUER QUE SEJA TRANSCRITO NOS ANAIS DESTA CASA LEGISLATIVA O ARTIGO "DIFICULDADES PARA A REFORMA POLÍTICA" DE AUTORIA DO EX-GOVERNADOR Dr. ROBERTO MAGALHÃES, PUBLICADO NA FOLHA DE PERNAMBUCO CADERNO OPINIÃO, EM 27/05/2015.
Ofício 28/2015 – PMR	Câmara Municipal de Porto Alegre	NO QUAL REGISTRA ATRAVÉS DESTA OFÍCIO SEUS VOTOS DE PROFUNDO AGRADECIMENTO PELO VOTO DE PESAR DOS SENADORES CASA E ENCAMINHADO PELO PRESIDENTE. O RECONHECIMENTO DADO AOS SEU PAI, JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO.
Ofício nº 081/2015 – AMARP	Associação dos Militares da ATIVA	SOLICITA APOIO PARA QUE SEJA INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA A VOTAÇÃO DA MPV Nº 2215-10/2001.

Atenciosamente,

VINICIUS LAGES  
Chefe de Gabinete

Recebi em 25/06/15, 16:30,  
observando que o of. 81/15-  
AMARP supra está sendo  
recebido pelas em cópia.

Legislativa do

Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

1114 Rubrica:

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 09 de setembro de 2015

Senhor Genivaldo da Silva, Presidente da Associação  
dos Magistrados Brasileiros – AMARP,

Em atenção ao Ofício nº 081/2015, encaminhado a esta  
Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa  
senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado de Medida  
Provisória nº 2215, de 2001, que "*Dispõe sobre a reestruturação da  
remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº  
3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e  
dá outras providências*", conforme tramitação, disponível no  
endereço eletrônico [http://www.senado.leg.br/atividade/materia/  
detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=48198](http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=48198).

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Cle. 1119 Rubrica: 

**ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Ronaldo M. Pessoa, Ronaldo Pessoa & Anabel Pessoa

E-mail: ronaldopessoaadvogado@hotmail.com

ronaldo.mpessoa@hotmail.com

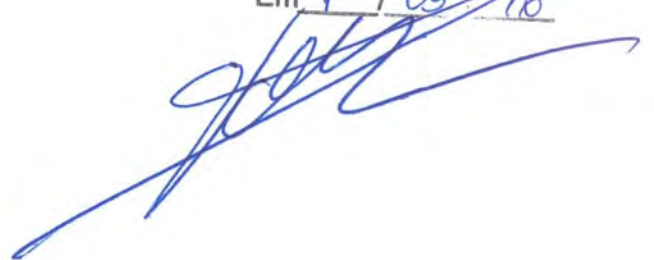
Telefones: (81) 8854.0371/9713.8512/9808.6941

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL DA REPUBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL.

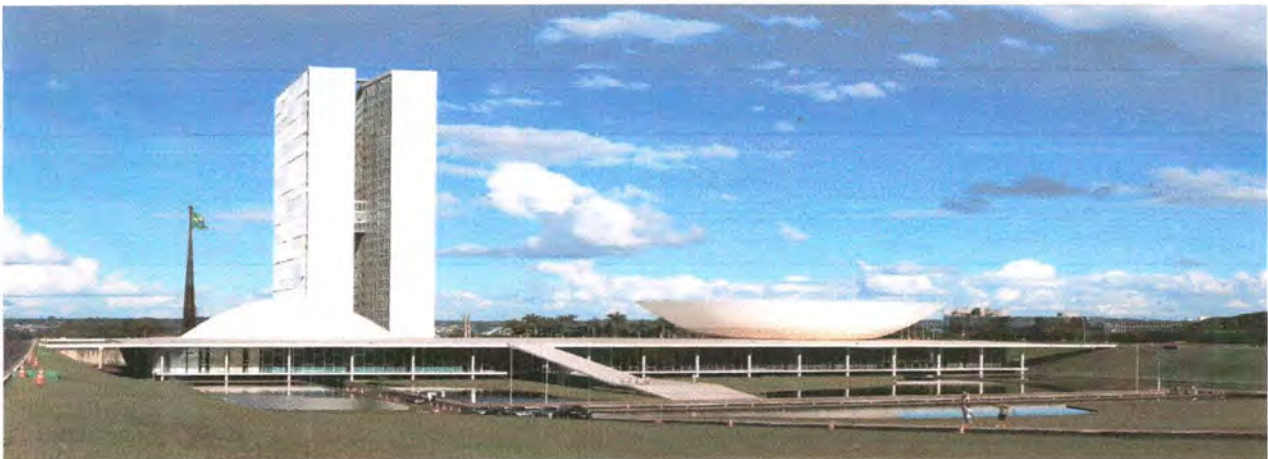
Junte-se ao processo do

MPV  
nº 2.215, de 2001.

Em 10/03/16



**REQUERIMENTO: IMPULSO OFICIAL MP 2.131, de 28.12.2000, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.**




*“A ponte aerofísica entre o cidadão e a cidadania”.*

*(Ronaldo Pessoa, adv.)*

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215 / 2001

Fls. 1.116 Rubrica: 



## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Ronaldo M. Pessoa, Ronaldo Pessoa & Anabel Pessoa

E-mail: ronaldopessoaadvogado@hotmail.com

ronaldo.mpessoa@hotmail.com

Telefones: (81) 8854.0371/9713.8512/9808.6941

2



*Niemeyer,*

*ser Humano por excelência,*

*reliquia Nacional,*

*belas Obras, belas artes,*

*mãos edificadas pelo gênio,*

*assemelhando-se as humanas,*

*com linhas e dedos entrelaçados,*

*sinuosamente em suas curvas,*

*agradecendo a Deus.*

*(Ronaldo Pessoa, adv.)*

A carta política de 1988 assegura a qualquer cidadão a provocar os poderes públicos constituídos e em particular a figura do advogado, tudo respaldado no arcabouço jurídico da Lei Magna e do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

**DO ENFOQUE:** Considerando a matéria de ordem pública e de direito, que fora editada no exercício do ano 2000, acima enfocada, e sendo de grande relevo no tocante a reestruturação dos militares das forças armadas, no sentido abrangente.

Que desde a sua edição até a presente data, não fora apreciada e muito menos submetida ao crivo e ao rito ordenado quer para a sua aprovação ou não.

Em defesa da Ordem Pública e por se tratar de matéria de direito, que uma vez editada a augusta casa, não pode e nem deve silenciar-se do seu escopo, que tem por finalidade legislar em defesa de todos os seguimentos sociais e em particular do que trata a medida.

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2245/2009  
Fls. 117 Rubrica: *[Assinatura]*

## **ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Ronaldo M. Pessoa, Ronaldo Pessoa & Anabel Pessoa**

**E-mail: *ronaldopessoaadvogado@hotmail.com***

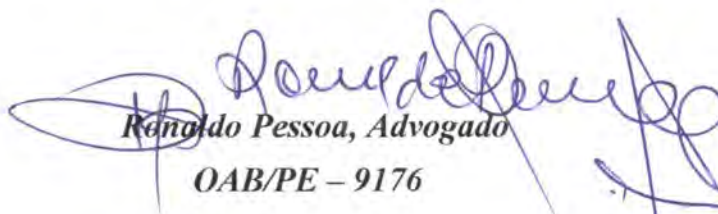
***ronaldo.mpessoa@hotmail.com***

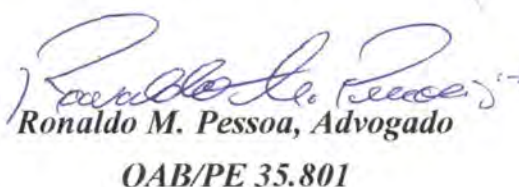
**Telefones: (81) 8854.0371/9713.8512/9808.6941**

3

**REQUERIMENTO FINAL:** Passados desde a sua edição quase 15 anos, sem a devida análise da medida supramencionada, caindo-se na inércia, parada no tempo e no espaço, no sentido de colaborar com o Congresso Nacional, já que esta casa é o espelho e o reflexo de todo o cidadão, seguimentos que visam manter o exercício e o sufrágio popular, que tem consonância com o poder legislativo bicameral, Requer, urge a necessidade de **IMPULSIONAR** a medida emanada da própria casa ou do poder público competente no sentido de a sua aprovação, por se tratar de matéria de cunho relevante e imprescindível para as Forças Armadas.

Jaboatão dos Guararapes, 17 de novembro de 2015.

  
**Ronaldo Pessoa, Advogado**  
**OAB/PE – 9176**

  
**Ronaldo M. Pessoa, Advogado**  
**OAB/PE 35.801**

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional

MPV nº 2215/2001

Fls. 1.118 Rubrica: [assinatura]

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 16 de fevereiro de 2016.

Aos Senhores Ronaldo Pessoa e Ronaldo M. Pessoa,

Em atenção ao Documento s/nº, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossas Senhorias que a manifestação foi juntada ao processado de Medida Provisória nº 2.215, de 2001, que *"Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3765, de 4 de maio de 1960, e 6880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências"*, conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/48198>.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional  
MPV nº 2215 / 2001

Fls. 1119 Rubrica: 